



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2549

Quarta-feira - 13 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Governador Celso Ramos	222	Nova Veneza	460
Água Doce	4	Gravatal	223	Novo Horizonte	464
Alto Bela Vista	8	Guaraciaba	233	Orleans	465
Anchieta	10	Guaramirim	234	Palhoça	466
Anitápolis	13	Guarujá do Sul	236	Palma Sola	572
Antônio Carlos	14	Ibiam	248	Palmeira	574
Arabutã	20	Ibicaré	250	Palmitos	575
Arroio Trinta	21	Ilhota	252	Papanduva	576
Balneário Piçarras	22	Imbituba	255	Paraíso	577
Bandeirante	24	Indaial	257	Passos Maia	579
Barra Bonita	32	Iporã do Oeste	266	Paulo Lopes	581
Barra Velha	33	Ipuacú	269	Penha	584
Bela Vista do Toldo	34	Iraceminha	270	Peritiba	602
Benedito Novo	35	Iratí	271	Pescaria Brava	604
Biguaçu	37	Irineópolis	272	Pinhalzinho	605
Blumenau	40	Itá	273	Pinheiro Preto	606
Bom Jesus do Oeste	57	Itaiópolis	274	Planalto Alegre	630
Bom Retiro	58	Itapema	275	Pomerode	631
Botuvera	61	Itapiranga	276	Ponte Alta do Norte	642
Braço do Trombudo	64	Itapoá	282	Ponte Serrada	643
Brunópolis	72	Jacinto Machado	294	Porto Belo	644
Brusque	74	Jaraguá do Sul	295	Porto União	645
Caçador	84	Joaçaba	353	Pouso Redondo	670
Caibi	86	Laguna	367	Praia Grande	676
Camboriú	87	Lajeado Grande	369	Presidente Nereu	677
Campo Alegre	88	Lauro Muller	370	Princesa	703
Campo Erê	91	Lebon Regis	371	Quilombo	705
Campos Novos	115	Lindóia do Sul	374	Rancho Queimado	711
Canoinhas	134	Lontras	375	Rio das Antas	712
Capão Alto	136	Luiz Alves	376	Rio do Campo	713
Capinzal	137	Luzerna	389	Rio do Oeste	716
Catanduvas	144	Macieira	394	Rio do Sul	717
Caxambu do Sul	145	Mafra	402	Romelândia	721
Chapadão do Lageado	146	Major Vieira	405	Salto Veloso	722
Chapecó	149	Maracajá	406	Santa Helena	723
Cocal do Sul	150	Maravilha	410	Santa Rosa do Sul	724
Concórdia	152	Massaranduba	419	Santa Terezinha do Progresso	725
Cordilheira Alta	155	Matos Costa	421	São Bento do Sul	733
Coronel Martins	156	Meleiro	429	São Bernardino	740
Correia Pinto	157	Modelo	431	São Bonifácio	769
Curitibanos	163	Mondaí	432	São Carlos	770
Dionísio Cerqueira	183	Monte Carlo	433	São Domingos	771
Ermo	184	Monte Castelo	443	São Francisco do Sul	772
Fraiburgo	186	Morro da Fumaça	444	São João Batista	773
Frei Rogério	187	Morro Grande	445	São João do Oeste	775
Galvão	189	Navegantes	446	São João do Sul	777
Garopaba	190	Nova Erechim	450	São José	787
Garuva	193	Nova Itaberaba	451	São Lourenço do Oeste	790
Gaspar	217	Nova Trento	453	São Miguel do Oeste	791

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2549

Quarta-feira - 13 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São Pedro de Alcântara.....	796	Timbó	923	Videira.....	962
Schroeder	798	Treze Tílias	927	Vitor Meireles.....	967
Seara	909	Trombudo Central.....	956	Xanxerê.....	969
Serra Alta	917	Tunápolis.....	957	Xavantina	970
Siderópolis.....	919	Urubici	958	Xaxim.....	980
Tigrinhos	920	Urussanga	960	Zortéa	982
Tijucas	921	Vargeão.....	961		

Associações

AMAVI.....	983	AMFRI	983
------------	-----	-------------	-----

Consórcios

ARIS	984
CIMVI.....	984
CIS Nordeste	1098
CIS/AMMVI.....	1098
CIS/AMOSC.....	1101
CISAM	1102
CITMAR.....	1112
CIAPS.....	1120
CIRSURES.....	1121



Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO 028/2018

Publicação Nº 1650952

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº PR028/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MANTA - REVESTIMENTO ANTIADERENTE E ENLONADOR PARA AS CAÇAMBAS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 25/06/2018 às 09:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 13 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito em Exercício

CONTRATO 13/2018

Publicação Nº 1651018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018

SHOW ARTÍSTICO COM SHOW DE HUMOR O CAIXEIRO DO RISO.

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado o Município de AGRONÔMICA, com sede na Rua 7 de Setembro, 215 - Centro - Agrônômica, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.590/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Cesar Luiz Cunha, inscrito no CPF sob o nº 379.381.009-78, em pleno exercício de seu mandato e funções, à seguir denominada de CONTRATANTE; e de outro lado, a empresa GIOVANI BRAZ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.149.971/0001-84, com sede na Av Marcos Penteado Ulhoa Rodrigues, 3800/151E, Município de Santana da Parnaíba, Estado de São Paulo, aqui representada por seu representante legal o Sr. Giovanni Braz Oliveira de Souza, inscrito no CPF nº 009.167.566-96, doravante designada CONTRATADA, acordam e ajustam o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, assim como pelas condições em decorrência do Processo de Licitação nº 31/2018 realizada através da Inexigibilidade nº 001/2018, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1. A contratada assume o comparecimento do SHOW DE HUMOR O CAIXEIRO DO RISO no dia 09 de junho de 2018, no Ginásio Municipal Gerhardt Hugo Fernando Tschumi, localizado na rua Rua Ilda Claudino dos Santos, SN, Bairro Centro, Município de Agrônômica / SC, em comemoração ao Aniversário do Município de Agrônômica, às 19:30 horas para realização do espetáculo.

2. Pela apresentação da atração supra, na cláusula anterior, o contratante obriga-se a pagar a contratada à importância combinada de: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) após o show mediante apresentação da Nota Fiscal, que onerará a seguinte dotação orçamentária, do município de Agrônômica, para o exercício de 2018:

43- Setor de Cultura

3.3.90.39.23.00.00.00 – Festividades e Homenagens

3. O contratante obriga-se a fornecer boas condições para realização do espetáculo, tais como: Palco coberto e seguro que comporte a estrutura do Show, cadeiras para o público e um camarim próximo ao palco. O camarim deverá possuir banheiro, espelho, água, café e lanche.

4. A empresa CONTRATADA se compromete a realizar o show de forma profissional e com a qualidade característica da mesma.

5. O contratante obriga-se a providenciar por sua inteira e exclusiva responsabilidade, os alvarás e licenças necessárias expedidas pelas repartições públicas competentes.

6. O contratante fica responsável, no caso de descontrolado emocional da plateia, por danos causados ao equipamento e equipe técnica. Comprometendo-se a contratar equipe de segurança e manter policiamento adequado até o término da apresentação e saída dos Músicos.

7. Após a lavratura do presente contrato, cessam todos os poderes dos representantes credenciados da contratada e no caso de qualquer modificação, quando solicitada pelo contratante, deverá ser feita de forma expressa endereçada única e exclusivamente a contratada.

8. Em caso de infração de qualquer uma das cláusulas deste contrato, a parte infratora responderá na forma do previsto no Código Civil, pelas perdas e danos que sofrer a outra parte, obrigando-se a ressarcir-las das mesmas.

a) De comum acordo, as partes contratantes desde já, fixam essas perdas e danos para efeito desta cláusula, na importância de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato, ficando a parte prejudicada autorizada receber este valor a vista.

9. Este contrato terá validade da data de sua assinatura até o dia 09 de junho de 2018 ou até o término do show.

10. A parte contratante que assina este instrumento como representante da entidade acima, o faz também por si, fiador do presente contrato, ficando solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais dele decorrentes.

11. Para constar, lavrou-se em três vias este instrumento particular, que as partes contratantes, assim como as testemunhas abaixo, assinam tendo estado a tudo presente.

12. Correrá pela Vara Distrital de Agrônômica, da Comarca de Rio do Sul - SC, toda ação que se originar do presente contrato. Devido ao processar pela forma sumária e executiva se cabível. Agrônômica, 29 de maio de 2018.

.....
MUNICIPIO DE AGRONÔMICA	GIOVANI BRAZ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
CESAR LUIZ CUNHA	GIOVANI BRAZ OLIVEIRA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Jaqueline Terezinha Jethé Francisco Alexandre Duarte Neto
CPF : 075.489.709-51 CPF: 595.245.459-34

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA

Publicação N° 1651579

CONVOCAÇÃO

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a), ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA, aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Enfermeira, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 13 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

BALANCETE FINANCEIRO - 05/2018 - FIA

Publicação Nº 1650791

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL INFANCIA ADOLESCENCIA AGUA DOCE
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Maio
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.134,21	ORÇAMENTÁRIAS	1.304,70
Receita Patrimonial	1.134,21	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.304,70
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.304,70
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.875,56		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.875,56		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.904,40	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.199,40
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.304,70	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.599,70
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.599,70	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.599,70
SALDOS ANTERIORES	627.861,24	SALDOS ATUAIS	643.271,31
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	625.438,28	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	641.976,31
BANCO C/ MOVIMENTO	2.422,96	BANCO C/ MOVIMENTO	1.295,00
TOTAL	649.775,41	TOTAL	649.775,41

Água Doce, 12/06/2018

ANTONIO JOSE BISSANI
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R TRENTO
 Contadora

BALANCETE FINANCEIRO - 05/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1650790

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.453.139,03	ORÇAMENTÁRIAS	2.195.248,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	203.288,27	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.182.084,69
Contribuições	29.464,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	862.649,56
Receita Patrimonial	9.147,10	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.128,94
Transferências Correntes	2.596.091,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.280.660,22
Outras Receitas Correntes	16.894,65	INVESTIMENTOS	12.842,95
Transferências de Capital	9.457,33	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.803,02
Devolução Remuneração de Depósitos de Rendimen	-994,70	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.164,22
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORF	-410.209,44	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.164,22
		Interferências Financeiras	523.972,61
		Transferências Concedidas a Câmara Municipal	114.749,98
		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS A FAS	9.999,94
		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DEFESA CIVIL	14.191,12
		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS FIA	16.875,56
		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS FMS	368.156,01
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.309.803,12	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.917.944,35
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	193.069,15	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	196.014,98
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.370.446,72	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.881.007,23
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	26.548,02	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	26.548,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.719.739,23	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.775.295,24
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	39.078,88
SALDOS ANTERIORES	5.720.385,85	SALDOS ATUAIS	5.846.162,13
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.910.679,20	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.950.618,05
BANCO C/ MOVIMENTO	714.647,02	BANCO C/ MOVIMENTO	758.011,52
BANCOS C/ VINCULADAS	49.639,11	BANCOS C/ VINCULADAS	91.773,94
POUPANÇA	45.420,52	POUPANÇA	45.758,62
TOTAL	12.483.328,00	TOTAL	12.483.328,00

AGUA DOCE, 12/06/2018

ANTÔNIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELIA S.M.R.TRENTO
Contadora

BALANCETE FINANCEIRO - 05/2018 -FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE ÁGUA DOCE

Publicação Nº 1650794

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	51,19	ORÇAMENTÁRIAS	26.524,81
Receita Patrimonial	51,19	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	26.343,36
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.413,17
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.930,19
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	181,45
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	181,45
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.191,12		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.191,12		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47.383,32	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	35.687,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.941,06	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.941,06
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	28.036,51	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.415,45
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.405,75	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.330,65
SALDOS ANTERIORES	68.241,63	SALDOS ATUAIS	67.655,29
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.741,70	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	53.692,89
BANCO C/ MOVIMENTO	59.499,93	BANCO C/ MOVIMENTO	13.962,40
TOTAL	129.867,26	TOTAL	129.867,26

Água Doce, 12/06/2018

OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOFF
Presidente do Fundo Mun. de Defesa Civil

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.626, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651490

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL QUE IDENTIFICA, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando o disposto na Lei Municipal 641 de 04/06/2014, c/c o art. 14, § 1º, da Lei Orgânica do Município e art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando por fim, a necessidade de avaliação do imóvel que abaixo identifica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída comissão especial de avaliação, para fins de locação, do seguinte bem imóvel: imóvel residencial com 216,60 m2 (duzentos e dezesseis metros, sessenta centímetros quadrados) com dois andares, sito a Rua Alfredo Schuck, nº 758, Alto Bela Vista/SC, para fins de utilização como moradia residencial do Profissional Médico Cubano que está atuando no Município através do Programa "Mais Médicos" do Governo Federal.

Art. 2º. A comissão de que trata o artigo anterior é constituída por:

I – Marcelo Contessotto;

II – Vinicius Fazolo;

III – Marcia Schneider Nordt.

§ 1º A Comissão poderá designar um servidor público municipal para que faça os serviços de secretaria dos trabalhos decorrentes deste mandato, bem como, valer-se de pareceres imobiliários a fim de estabelecer parâmetros seguros para a presente avaliação.

§ 2º Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo ou modalidade de remuneração pelo desempenho das atribuições conferidas por este Decreto.

§ 3º A Comissão Especial de Avaliação terá o prazo de cinco dias úteis para submeter à Prefeita Municipal o resultado conclusivo da avaliação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2402 de 25 de abril de 2017, e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 11 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Cristiano Alex Auler
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 095, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651477

DESIGNA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os Servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Municipal de Sindicância que, sob a presidência da primeira, terão a incumbência de apurar os fatos descritos no Ofício nº 013/2018/LB, datado de 11 de junho de 2018, enviado pela Delegacia de Polícia Civil de Alto Bela Vista (SC), acompanhado do Termo de Exibição e Apreensão de bilhetes de passagens hidroviárias, parte integrante do presente, relativamente a possível emissão de notas "calçadas" de passagens hidroviárias da balsa de Volta Grande, mediante o desvio de recursos públicos, apontando eventuais responsáveis e respectivos valores.

I – MARCIA REINISCH MALTAURO

II – TANIA CATARINA NILSON

III – JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH

IV – MARCELO CONTESSOTTO

V – TARCISIO GOSENHEIMER

Art. 2º. A sindicância referida no Art. 1º do presente, com seu respectivo parecer final, deverá ser concluída no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente, prorrogável por igual período à critério e necessidade devidamente justificada da Comissão Nomeada.

Art. 3º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 147 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2005.

Art. 4º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 11 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 096, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651483

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
135	JAQUELINE RAQUEL SCHNEIDER IFFERT	02/03/2016	01/03/2017	11/06/2018	10/07/2018

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 11 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018

Publicação Nº 1651507

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas, destinados aos servidores municipais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 665, de 06 de abril 2015.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 25/06/2018.

Abertura: às 09h do dia 25/06/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 07 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeito Municipal

expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 12 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

Publicação Nº 1651502

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2018

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 28/06/2018.

Abertura: às 09h do dia 28/06/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 12 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

Publicação Nº 1651495

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2018

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas para atendimento à demanda do setor de Assistência Social.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 29/06/2018.

Abertura: às 09h do dia 29/06/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de

Anchieta

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 028/2018 - PM

Publicação Nº 1650982

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO 028/2018

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Pregão Presencial 028/2018, com abertura em 12/06/2018 às 08:30 horas, para Aquisição de cobertura em treliça, com estrutura metálica e telhas translúcida de policarbonato, com fornecimento de material e mão de obra necessária a fim de cobrir os solários existentes da Creche Pró-Infância do Município de Anchieta/SC.

Motivo: Falta de detalhamento no descritivo do Item.

Anchieta, 12 de Junho de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº270/2018

Publicação Nº 1651370

PORTARIA Nº. 270/2018
De, 07 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adriano Schaeffer, ocupante do cargo de Operador II, matrícula 2353, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 29/05/2018 à 07/06/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 07 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan Jose Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº271/2018

Publicação Nº 1651372

PORTARIA Nº. 271/2018
De, 08 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares nº 032/2011 e 033/2011,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 94/2017,

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 94/2017 de 14/02/2017 a qual designa a servidora Pública Municipal senhora Zenaide Teles Guerini, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social – FMAS para desempenhar seu cargo e funções junto aos setores do Secretaria Municipal da Assistência Social, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, de acordo com a escala de trabalho ora estruturada podendo sofrer alterações no decorrer do períodos, sendo: nas segundas feiras pela parte da manhã na Secretaria da Assistência Social e pela parte da tarde no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Nas terças feiras pela parte da manhã na Secretaria da Assistência Social e pela parte da tarde no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Nas quartas feiras pela parte da manhã no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e pela parte da tarde no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Nas quintas feiras pela parte da manhã na Secretaria da Assistência Social e pela parte da tarde no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Nas sextas feiras pela parte da manhã no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e pela parte da tarde no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Junho de 2018
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José cancí,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº272/2018

Publicação Nº 1651375

PORTARIA nº. 272/2018
De 11 de Junho de 2018.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Paula Luisa Bach, ocupante do cargo de Médica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 11 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº273/2018

Publicação Nº 1651377

PORTARIA Nº. 273/2018
De, 11 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017;
Considerando o Atestado Médico da servidora titular, senhora Neilmara Brustolin e posterior Licença Maternidade;

RESOLVE:

Nomear Auxiliar de Serviços Gerais ACT, em substituição a titular que se encontra em Licença Tratamento de Saúde e posterior gozo de Licença Maternidade,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Rosemilda Fernandes dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso V, no período de 11/06/2018 à 21/12/2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 11 de Junho de 2018.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº274/2018

Publicação Nº 1651379

PORTARIA Nº. 274/2018
De, 12 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Eloie Schveizer, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Serviços Rodoviários, matrícula 2432, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 12/06/2018 à 01/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 12 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan Jose Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº275/2018

Publicação Nº 1651382

PORTARIA N. 275/2018
De, 12 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde para a Servidora senhora Ana Paula Sikorski, ocupante do cargo de Monitora de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 12/06/2018 à 26/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 12 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº276/2018

Publicação Nº 1651383

PORTARIA nº. 276/2018
De, 12 de Junho de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº. 001/2017;
Considerando o Atestado Médico de servidora titular senhora Ana Paula Sikorski

RESOLVE:
Nomear Monitora de Creche ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Dianatan Sissgler, para exercer o cargo de Monitora de Creche ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso V, no período de 12/06/2018 à 26/06/2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 12 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PREGÃO PRESENCIAL N 034/2018 - PM

Publicação Nº 1651731

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 034/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para: Registro de preço visando a aquisição de Lajotas de Cimento Pré Fabricadas (coloridas), com as dimensões de 33 cm x 33 cm, conforme modelo/padrão das calçadas públicas já existente, para serem utilizadas na manutenção e conservação de calçadas de Ruas e Avenidas do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 27/06/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira. Anchieta, 12 de Junho de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 017/2018 E EXTRATO DO CONTRATO N° 025/2018

Publicação N° 1651146

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2018. EXTRATO DO CONTRATO N°. 025/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADO: JOSÉ CARLOS KOETTERS - ME. Valor: R\$ 19.160,01. OBJETO: O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada para realizar conserto da bomba do hidráulico da Escavadeira Hidráulica JCB JS160LC, que está à serviço da Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente do Município de Anitápolis, conforme Termo de Referência constante no Anexo II do presente Edital. Data da Assinatura: 11/06/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 12/06/2018. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE MODIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018**

Publicação Nº 1651539

AVISO DE MODIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a MODIFICAÇÃO, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 076/2018 – modalidade Pregão Presencial nº. 56/2018, que possui como objeto "A presente licitação tem como objeto a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, na forma e condições definidas em cada lote, com fornecimento de peças, SEM EXCLUSIVIDADE."

CONSIDERANDO, que As alterações do edital de licitação, mesmo as mais singelas, que não impliquem em nova divulgação, estão disciplinadas no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma: § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CONSIDERANDO, que a Administração, após a publicação do aviso de licitação, se obriga a promover alterações no instrumento convocatório. Tais alterações podem ocorrer por conveniência do órgão licitador para uma melhor adequação, por exemplo, do objeto do certame às suas reais necessidades, como também em razão de provocações de terceiros, através da figura jurídica da impugnação ao instrumento convocatório. Dessa forma, trazemos o posicionamento do Prof. Marçal Justen Filho, que registra o seguinte ensinamento: "A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro)." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3. ed. Aide, 1994. p.252.). Na mesma linha de pensamento, o Prof. Jessé Torres Pereira Junior escreve: "As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição." (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 129.)

CONSIDERANDO, a apresentação de diversos questionamentos apresentados por interessados no Certame, tanto por email, quanto por contato telefônico;

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação para atendimento ao contido na REP15/00188350, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

A Municipalidade entende por bem, apresentar os seguintes esclarecimentos:

- Quanto ao valor da proposta, entende-se como valor máximo do orçamento da municipalidade o valor de R\$ 80,00, conforme consta do item 5.7 do Edital:

LOTE	COMPOSIÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	VALOR	FORMA DE DESCONTO
(...)	Mão-de-obra	R\$80,00	Percentual (%)
	Peça original	*	Percentual (%)
	Percentual de Desconto		

- Quanto ao constante nos itens 16.6 do Edital e 5.6 do contrato, fica alterada a redação como segue:

"A contratada deverá executar os serviços objeto desta licitação em suas dependências ou no local onde o Município indicar, vedada a terceirização de serviços, salvo em casos específicos autorizados pelo Município".

- Fica acrescentados os itens

16.8 Em atendimento ao princípio da igualdade de oportunidade, mas preservando o princípio da economicidade na execução dos atos da administração, as empresas localizadas fora do Município de Antônio Carlos e que desejarem participar deste processo licitatório, deverão se responsabilizar pelo custo do transporte dos veículos até a oficina e da oficina até o Município.

16.9 A Empresa vencedora do certame localizado fora do Município deverá retirar o veículo do local indicado pelo Município no prazo de até 2 (duas) horas devendo transportá-lo até sua oficina e devolvê-lo ao Município através de reboque ou realizar os serviços de reparos no próprio Município, salvo quando a remoção do veículo rodando não possibilitar perigo no traslado, e nem ferir as normas brasileiras de trânsito.

16.10 NA APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DE PREÇO PARA A RECUPERAÇÃO DOS VEÍCULOS CONSTANTES DO EDITAL, A ESTIMATIVA DE HORA/HOMEM NECESSÁRIA SERÁ LIMITADA À QUANTIDADE ESTABELECIDADA PARA CADA SERVIÇO NA TABELA TEMPÔRIA, conforme segue:

TABELA TEMPARIA

VEÍCULOS

FONTE: SINDIREPA/MG (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS)

(*) TEMPO SUJEITO À AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL MECÂNICO DA PREFEITURA

SISTEMA DE SUSPENSÃO - DIREÇÃO	H/M	VEDAÇÕES DO MOTOR	H/M
Amortecedores dianteiros	01:00	Retentores/anel original (vazamento)	(*)
Amortecedores traseiros	00:30	Junta do carter	02:00
Batentes coifas de amortecedores dianteiros	01:00	Junta da tampa de válvulas	01:00
Batentes coifas de amortecedores traseiros	00:30	Junta do cabeçote	05:00
Coxins de amortecedores dianteiros	01:00	Interruptor de óleo	00:30
Coxins de amortecedores traseiros	00:30		
Molas dianteiras e apoios	02:00	SISTEMA DE IGNIÇÃO	
Molas traseiras e apoios	01:00	Velas (desgaste e aplicação)	00:20
Braços tensores	01:00	Cabos de vela	00:20
Bandejas dianteiras e buchas	00:30	Bobinas	00:30
Pivos	00:30	Distribuidor	00:30
Barra estabilizadora e buchas dianteira	00:30	Ponto de ignição	00:10
Buchas do eixo traseiros	00:45	Rotor	00:10
Badeijas traseiras e buchas	02:00	Tampa do distribuidor	00:10
Barra estabilizadora e buchas traseira	00:30		
Juntas homocinéticas, cardan e cruzetas	02:30	SISTEMA ELÉTRICO	
Coifas, semi eixo e homocinéticas	02:00	Luz de cidade, dianteira e traseira	00:20
Caixa de direção	03:00	Lâmpadas luz alta/baixa	00:20
Articuladores, braço pitman e auxiliar	00:40	Lâmpada da placa	00:20
Terminais de direção	00:30	Lâmpada da seta dianteira e traseira	00:20
Barra de direção, buchas e abraçadeiras	02:00	Lâmpada e farois auxiliares dianteira e traseira	00:20
Bieletas	00:30	Lâmpadas de freio	00:20
Amortecedor de direção	00:30	Lâmpada de ré	00:20
Acoplamento da caixa de direção	02:00	Farois (regulagem)	00:30
Coluna de direção e coifa	03:00	Painel (ponteiro, Lâmpadas indicadoras)	00:20
Bomba hidráulica (óleo, vazamento)	01:00	Buzina	00:15
Coxins do motor e câmbio	02:00	Lamp. Teto, portas, pt mala, pt luva	00:20
Rolamento de rodas dianteiras	01:00	Comandos no painel	00:20
Rolamento de rodas traseiras	01:00	Ar condicionado, ventilação (higienização)	01:00
		Bateria (nível da água e limpeza dos polos)	00:15
SISTEMA DE FREIO		Cabos e terminais (aterramento)	00:15
Cilindro mestre (estanqueidade, vazamento)	01:30	Regulador de voltagem (sist. De carga)	00:30
Servo freio (vazamento, tubulação)	01:00	Alternador (revisar)	02:00
Pastilha de freio dianteira	01:00	Motor de partida (revisão)	02:00
Disco de freio dianteiro	00:30	Vidros travas e retrovisores	(*)
Flexível do freio dianteiro (entupido, rompido)	00:30		
Pinça dianteira (desgaste, emperramento)	01:00	SISTEMA DE ARREFECIMENTO	
Cilindro da roda traseira (vazamen., emperramento)	01:00	Líquido do arrefecimento (Concent. Estado)	01:30
Lonas ou sapatas de freio (desgaste)	02:00	Tampa do reservatório	00:05
Tambor de freio (Desgaste e ovalização)	00:30	Estanqueidade do sistema	00:20
R. automático de freio traseiro (funcionamento)	01:00	Reservatório de água do radiador	00:30
Freio estacionário (cabo e alavanca)	01:30	Sensor do nível de líquido do arrefecimento	00:30
Pastilha de freio traseira	01:00	Mangueira e tubulações	00:50

Flex. De freio traseiro (entupido ou rompido)	00:30	Radiador (vazamentos e entupimentos)	00:30
Disco traseiro (desgaste ou empenamento)	00:30	Bomba d'água	02:00
Pinça traseira (desgaste ou empenamento)	01:00	Selos do motor	03:00
Válvula sensível a carga (funcion., regulagem)	01:30	Válvula termostática	(*)
Vedação dos sangradores	00:10	Sistema de aquecimento interno	01:00
Regulagem folga pedal	00:30	Indicadores de temperatura do painel	01:00
Tubulação metálica (inspecionar)	01:00	Interruptor do eletroventilador	01:00
Sistema ABS - analise e diagnose cfe. Norma	02:00	Eletroventilador (1 e 2 velocidades)	01:00
EMBREAGEM		CORREIAS	
Plato e disco	05:00	Correias auxiliares	(*)
Cabo de embreagem	01:00	Sincronizada	(*)
Retentor do volante da prise	01:00	Rolamento tensores e guias	(*)
Regulagem e carga do pedal	00:10	Engrenagens (bomba d'água)	(*)
Desgaste do volante do motor	00:10	Retentores	(*)
Rolamento, embreagem-prise, árvore primária	00:10		
Funcionamento da alavanca (trambulador e cabos)	00:30	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO/INJEÇÃO	
Acion. Hidráulico c. mestre - escravo/tubulação	00:30	Diagnóse scanner e analisador de gases	01:00
Trepidação	00:30	Bomba de combustíveis (pressão e vazão)	01:30
		Corpo de borboletas TBI (limpeza)	01:00
CARROCEIRA		Válvulas Injetoras (teste e limpeza)	01:00
Água limpador de parabrisa (aditivo)	00:10	Tubulações do combustível	00:30
Palheta do limpador	00:10	Filtro da linha de combustível	01:30
Cintos de segurança	00:10	Sensores	01:00
Portas (regulagens, lubrificação)	00:10	Atuadores	01:00
Esguicho d'água parabrisa	00:10	Cabo do acelerador	00:30
Mecanismo abertura capô e porta mala (cabo e alav)	01:00	Cabo do afogador	00:30
Retrovisores (estado e mecanismo de acionamento)	01:00	Carburador	00:30
SISTEMA DE EXAUSTÃO			
Coletor, flexível e catalisador	01:00		
Abafador intermediário e silencioso traseiro	01:00		
Juntas, abraçadeiras e coxins	01:00		

CAMINHÕES E ÔNIBUS

FONTE: EMPRESAS DVA, DIMAS E VW			
SISTEMA MOTOR	H/M	TRANSMISSÃO	H/M
Bomba d'água - reapertar (bomba d'água removida)	01:50	Alavanca da caixa de mudanças - substituir	00:40
Bomba d'água - Substituir	02:00	Árvore de transmissão (cardan) - substituir	01:10
Bomba de óleo (sem carter) substituir	05:00	Caixa de mudanças - remover e instalar	08:00
Cabeçote - Instalar	08:00	Caixa de mudanças (removido) - reparar	05:00
Cabeçote - regulagem completa	04:00	Caixa satélite (removida) reparar	01:40
Cabeçote - instalar (removido)	05:00	Coroa, caixa satélite (no veículo) - remover e instalar	05:10
Coletor de escapamento - substituir	03:00	Cruzeta da árvore de transmissão (cardan) substituir	02:20
Compressão do motor - medir (sem injetores)	02:00	Eixo traseiro (removido) - reparar	16:00
Elemento do filtro de óleo - substituir	00:40	Eixo traseiro - remover e instalar	05:30
Indicador de depressão do filtro de ar - substituir	00:40	Eixo traseiro - trocar óleo	00:20
Interruptor de óleo - cebolinha	00:40	Engraxadeira do cardan - substituir	00:20
Interruptor de temperatura (bulbo) - substituir	00:40	guarda-pó da alavanca da caixa de mudanças - subst.	00:20
Junta da tampa de válvula - substituir	02:00	Junta da tampa do diferencial - Substituir	01:00

Junta do cabeçote - substituir	11:00	Óleo de caixa de mudanças - tambor	00:20
Junta do carter - substituir	01:50	Pinhão, coroa, caixa satélite (removido) - reparar	03:30
Mangueira superior do motor ao radiador - substituir	00:30	Prisioneiro da roda ao cubo (rodas removidas) subst.	00:30
Motor - reparar completo (remover, instal. Ajustar)	60,00	Respiro da caixa de mudanças - substituir	00:20
Motor removido - desmontar	10:00	Respiro do eixo traseiro - limpar	00:30
Parafusos dos cabeçotes - reapertar	01:30	Retentor do pinhão (no veículo) substituir	02:30
Radiador - substituir	00:50	Tampa da caixa de mudanças (trambulador) (cx removida)	01:00
Radiador de óleo - substituir e trocar arrefecedor	07:00	Tampa diant. da caixa de mudanças (removida)- eliminar vaz.	00:50
Retendor dianteiro da polia - substituir	03:30	Tampa traseira da caixa de mudanças - substituir	02:30
Todas as mangueira do sist. De arrefecimento-substituir	03:30	Um cubo de rodas - substituir retentores	03:10
Válvula termostática	01:00	Um semi-eixo - substituir	01:10
Válvulas - regular	03:00		
Ventilador do radiador - substituir	06:00	DIREÇÃO	
		Barra de direção do braço setor - substituir	01:00
FREIO		Bomba de direção hidráulica - substituir	02:00
Cabeçote do compressor de ar - substituir	01:30	Braço do setor da direção - substituir	01:30
Cilindro da roda diant. (tambor e sapatas remov.) subst	00:30	Caixa de direção hidráulica - reaperto dos parafusos	01:00
Cilindro da roda tras. (tambor e sapatas remov.) subst.	00:30	Caixa de direção mecânica - remover, instalar e reparar	00:40
Cilindro mestre - substituir	02:30	Coluna de direção - substituir	02:00
Cilindro mestre (removido) - substituir	01:20	Direção hidráulica - substituir o fluido	00:40
Compressor - verificar a capacidade de abastecimento	01:00	Direção hidráulica (sangrar) eliminar ar	01:00
Cuica do freio - substituir	01:30	Direção mecânica - reaperto dos parafusos	08:00
Folga do pedal de freio - regular	00:30	Funcionamento hidráulico com aparelho de teste - testar	02:00
Freio de estacionamento - regular	00:20	Funcionamento mecânico da direção hidráulica - verificar	00:50
Freio de serviço e de estacionamento - regular	01:40	Junta universal da coluna - sbstituir	01:30
Freio de serviço - regular	01:00	Limitação hidráulica final - regular	01:00
Lonas dianteiras (cubos removidos) - substituir	03:00	Parafusos limitadores - regular	00:30
Lonas traseiras (tambores removidos) substituir	03:00	Reservatório de fluido da bomba - substituir	00:30
Pistão e cilindro(camisa) do compres(cabeçote remov) subst	02:00	Suporte da caixa de direção hidráulica - substituir	03:00
Regulador de pressão do ar - regular a pressão	00:30	Tensor da bomba de direção hidráulica - substituir	00:30
Reparo do cilindro mestre - substituir	03:50	Terminal regulável - substituir	01:00
Reservatório de ar no cassis (externo) - substituir	01:30	Válvula limitadora de pressão - substituir	01:30
Sistema de freio - Sangrar	02:00	Volante da direção - centrar	00:30
Tambor de freio dianteiro (removido) - retificar	01:30	Volante da direção - substituir	01:00
Tambor de freio traseiro (removido) - retificar	01:30		
Tambores dianteiros - remover e instalar - cada lado	02:00	ALIMENTAÇÃO	
Tambores dianteiros c/ cubos - remover e instalar- cada lado	03:00	Alavanca do acelerador - regular	00:30
Tambores traseiros - remover e instalar - cada lado	02:30	Bicos injetores - substituir	04:00
Tambores traseiros c/cubos - remover e instalar - cada lado	04:20	Bicos injetores (removidos) - testar	01:00
Um cilindro combinado de freio da roda no seg. eixo- substit	02:00	Bóia pescador do reservatório de combustível - substituir	00:50
Válvula de alívio - regular a pressão	00:30	Bomba de alimentação - examinar	01:20
Válvula de alívio - substituir	01:00	Bomba de alimentação - substituir	01:20
Válvula do compressor de ar (cabeçote removido) subst.	01:00	Bomba injetora - regular início de injeção	01:30
Válvula do pedal - remover e instalar	02:00	Bomba injetora - remover e instalar	05:00
		Bomba manual da bomba de combustível - substituir	00:30
ELETRÔNICO/ELÉTRICA		Borboleta freio motor - regular	00:40
Alternador - substituir	01:00	Coletor de admissão - substituir	06:00
Altenardor (removido) reparar	01:30	Débito de partida - verificar	00:40
Bateria - remover e colocar	00:25	Elemento do filtro de ar - examinar, substituir	00:20
Bóia reservatória - substituir	01:30	Filtro de combustível - substituir	00:30

Bulbo de temperatura da água - substituir	00:30	Limitador de fumaça da bomba injetora - substituir	06:00
Buzina elétrica - examinar, regular e substituir	00:40	Pré-filtro de combustível - limpar a tela	00:30
Cabo de velocímetro - substituir	01:00	Reservatório de combustível - limpar	02:00
Caixa de fusíveis - substituir	01:20	Reservatório de combustível - substituir - remover e instalar	02:00
Central elétrica - substituir	03:00	Respiro do reservatório de combustível - limpar	00:20
Conjunto do farol - substituir	01:00	Sistema de alimentação - sangrar	01:00
Faróis - regular	00:20	Tabulação de retorno - examinar a vedação	01:00
Interruptor combinado (chaves e setas) - substituir	01:00	Tubulação de injeção - substituir	02:50
Interruptor da luz de freio - substituir	01:00	Turbo alimentador - medir a pressão de carga	01:00
Interruptor da tecla para bloqueio do diferencial - substituir	01:00	Turbo alimentador - substituir	04:00
Lâmpada de um polo - substituir	00:20	Válvula de sobre pressão (alívio) bomba injetora substituir	00:30
Limpador de para brisa - remover, reparar e instalar	02:50		
Limpador de para brisa - substituir palhetas	00:30		
Luz de controle da água no painel	00:40		
Luz de controle do alternador - substituir	00:40		
Luz de controle do nível do óleo - substituir	00:40		
Manômetro da pressão do ar - substituir	01:00		
Manômetro da pressão de óleo - substituir	01:20		
Motor de partida - substituir	02:00		
Motor de partida (removido) - reparar	03:00		
Painel de instrumentos - revisão	02:00		
Painel de instrumentos - substituir	03:00		
Pisca alerta - substituir	00:30		
Pressão do óleo (cebolinha) do motor - substituir	00:40		
Relê do farol - substituir	00:30		
Velocímetro/tacógrafo - substituir	01:30		

Fica mantida a data do presente certame para o dia 15/06/2018 às 9:00hrs, bem como as demais disposições constantes do Edital.

Antônio Carlos, 12 de junho de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

ERRATA DE PORTARIA Nº 238/2018

Publicação Nº 1651760

ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 238/2018, publicada no DOM no dia 23 de maio de 2018, Edição nº. 2533, pg 08.

Onde se lê:

EDUARDO LOPEZ ZIANI	MECANICO	SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	06/04/2015 a 05/04/2016	18/06/2018 a 17/07/2018
---------------------	----------	--------------------------------------	-------------------------	-------------------------

Leia-se:

EDUARDO LOPEZ ZIANI	MECANICO	SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	06/04/2015 a 05/04/2016	12/06/2018 a 11/07/2018
---------------------	----------	--------------------------------------	-------------------------	-------------------------

Antônio Carlos, 12 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

ERRATA DE PORTARIA Nº 242/2018

Publicação Nº 1651762

ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 242/2018, publicada no DOM no dia 24 de maio de 2018, Edição nº. 2534, pg 17.

Onde se lê:

15 de maio a 2018 a 13 de junho de 2018;

Leia-se:

18 de maio de 2018 a 16 de junho de 2018

Antônio Carlos, 12 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 267/2018

Publicação Nº 1651740

PORTARIA Nº 267/2018

Dispensa servidor ACT

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar por término de contrato VIVIANE MARTINS WEBER do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, a partir de 13 de junho de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de junho de 2018.

PORTARIA N 268/2018

Publicação Nº 1651745

PORTARIA Nº 268/2018

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor JOÃO ROBERTO MULLER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 02 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 13/02/2016 a 12/02/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de junho de 2018.

PORTARIA N 269/2018

Publicação Nº 1651748

PORTARIA Nº 269/2018

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 15 dias a servidora LEONITA PETRI KUHN, ocupante do cargo efetivo de BIBLIOTECÁRIO, a partir de 23 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 17/10/2016 a 16/10/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de junho de 2018.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 162/2018

Publicação Nº 1651002

PORTARIA Nº. 162/2018

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, resultado e classificação final homologado pelo Decreto nº. 2231, de 17 de maio de 2018 referente ao Concurso Público 001/2018

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 12 de junho de 2018, por Concurso Público o Senhor DÊNIS LEONARDO RACKI NOSCHANG, inscrito no CPF sob nº. 022.612.320-04, para o cargo de Agente de Instrutor de Música; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.204, de 26 de dezembro de 2017, grupo B, nível 215.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de junho de 2018.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Cléo Fernando Morche

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO N° 1870

Publicação N° 1651066

DECRETO N° 1870, de 12 de junho de 2018.

Fixa Horário Especial de Funcionamento dos Órgãos e Repartições Públicas Municipais em razão dos jogos da seleção Brasileira na COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis á matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado horário especial de funcionamento dos órgãos e repartições públicas municipais, nos dias em que ocorrem jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol de 2018.

§1º. Estabelecimentos de ensino municipal (PROJAF/PROFABI), terão funcionamento inalterado.

§2º. Os demais órgãos da administração pública municipal terão seu funcionamento de 06:00 hs ininterruptas nas seguintes datas:

I – Dia 22/06/2018 horário de funcionamento será das 12h:00m. as 18h:00m, início do jogo da Seleção Brasileira será às 09h:00 m;

II – Dia 27/06/2018 horário de funcionamento será das 07h:00m as 13h:00m, início do jogo da Seleção Brasileira será às 15h:00m.

§3º. Na hipótese da Seleção Brasileira se classificar para as demais fases da competição, será fixado por decreto o horário especial.

§4º. Não haverá qualquer desconto da remuneração do servidor em razão do horário especial de funcionamento definida neste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de junho de 2018.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 – PMBP

Publicação Nº 1651084

ERRATA

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo menor preço por item, para Contratação De Empresa Para Prestação De Serviço De Manutenção Predial (Encanador, Pedreiro, Pintor, Calheiro e Eletricista). Recebimento dos Envelopes até: 25/06/2018 às 14h. Data da Sessão Pública: 25/06/2018 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 12 de junho de 2018. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA Nº 01 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 - CMV

Publicação Nº 1651162

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 -CMV PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018 - CMV SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA nº 01

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de telefones celulares para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I.

Onde se lê:

8.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de Atestado de desempenho anterior no fornecimento de softwares aplicativos e serviços, para as áreas de maior relevância do objeto desta licitação;

II - Comprovação através de atestados técnico emitido por entidade pública ou privada comprovando que a empresa já executou serviços similares ao objeto do presente pregão;

8.5 – DEMAIS DECLARAÇÕES

I – Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo anexo.

II – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, podendo ser utilizado o modelo Anexo.

III - Declaração de que o licitante possui aparelhamento e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação;

IV - Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para prestar suporte técnico à realização do objeto de licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Leia-se:

8.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I - Comprovação através de atestados técnico emitido por entidade pública ou privada comprovando que a empresa já executou serviços similares ao objeto do presente pregão;

8.5 – DEMAIS DECLARAÇÕES

I – Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo anexo.

II – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, podendo ser utilizado o modelo Anexo.

Balneário Piçarras, 12 de junho de 2018.

João Bento Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

ERRATA Nº 02 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 - CMV

Publicação Nº 1651535

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 -CMV PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018 - CMV SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA nº 02

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de telefones celulares para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I.

Onde se lê:

6.1– No envelope lacrado nº 1 – PROPOSTA, deverá conter a proposta da proponente, nos moldes do Anexo I – Termo de Referência, devendo constar a marca dos produtos cotados (quando for o caso). Deverá ser emitida em 1 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5....5/5) em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

Leia-se:

6.1– No envelope lacrado nº 1 – PROPOSTA, deverá conter a proposta da proponente, nos moldes do Anexo I – Termo de Referência, devendo constar a marca e o modelo dos produtos cotados (quando for o caso). Deverá ser emitida em 1 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5....5/5) em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

Balneário Piçarras, 12 de junho de 2018.

João Bento Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 15/2018 FMS

Publicação Nº 1651224

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E ELETRÔNICOS PARA EQUIPAR E MODERNIZAR A UNIDADE DE SAÚDE DE BANDEIRANTE, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 25/06/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 12 de junho de 2018.
Neuri Biazzi- Gestor do FMS

GABARITO FINAL PROCESSO SELETIVO 001 2018

Publicação Nº 1650636

EDITAL Nº 04 DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

GABARITO FINAL – APÓS OS RECURSOS

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, torna público, aos interessados, o Gabarito Final – Após os recursos, conforme segue:

Engenheiro Civil					Farmacêutico					Assistente Social				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4
1	C	D	A	B	1	C	D	A	B	1	A	B	C	D
2	C	D	A	B	2	A	B	C	D	2	B	C	D	A
3	D	A	B	C	3	D	A	B	C	3	D	A	B	C
4	B	C	D	A	4	D	A	B	C	4	A	B	C	D
5	C	D	A	B	5	B	C	D	A	5	C	D	A	B
6	B	C	D	A	6	A	B	C	D	6	B	C	D	A
7	D	A	B	C	7	C	D	A	B	7	D	A	B	C
8	A	B	C	D	8	D	A	B	C	8	C	D	A	B
9	C	D	A	B	9	A	B	C	D	9	C	D	A	B
10	A	B	C	D	10	C	D	A	B	10	D	A	B	C
11	C	D	A	B	11	A	B	C	D	11	A	B	C	D
12	C	D	A	B	12	B	C	D	A	12	B	C	D	A
13	B	C	D	A	13	B	C	D	A	13	B	C	D	A
14	D	A	B	C	14	D	A	B	C	14	D	A	B	C
15	A	B	C	D	15	A	B	C	D	15	A	B	C	D
16	A*	A*	A*	B*	16	A*	A*	A*	B*	16	A*	A*	A*	B*
17	B	C	D	A	17	B	C	D	A	17	B	C	D	A
18	C	D	A	B	18	C	D	A	B	18	C	D	A	B
19	A	B	C	D	19	A	B	C	D	19	A	B	C	D
20	C	D	A	B	20	C	D	A	B	20	C	D	A	B

*Após análise de recursos interpostos, a questão nº 16 sofreu alteração de gabarito para todos os tipos de prova dos cargos de nível

superior.

Psicólogo do CRAS					Auxiliar Administrativo					Orientador Social				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4
1	D	A	B	C	1	D	A	B	C	1	D	B	C	D
2	C	D	A	B	2	ANU-LADA	ANU-LADA	ANU-LADA	ANULA-DA	2	C	D	A	B
3	A	B	C	D	3	C	D	A	B	3	B	C	D	A
4	A	B	C	D	4	A	B	C	D	4	D	A	B	C
5	C	D	A	B	5	D	A	B	C	5	C	D	A	B
6	A	B	C	D	6	A	B	C	D	6	A	B	C	D
7	B	C	D	A	7	A	B	C	D	7	C	D	A	B
8	B	C	D	A	8	C	D	A	B	8	D	A	B	C
9	B	C	D	A	9	B	C	D	A	9	B	C	D	A
10	A	B	C	D	10	B	C	D	A	10	A	B	C	D
11	C	D	A	B	11	B	C	D	A	11	D	A	B	C
12	D	A	B	C	12	C	D	A	B	12	C	D	A	B
13	B	C	D	A	13	C	D	A	B	13	C	D	A	B
14	D	A	B	C	14	A	B	C	D	14	A	B	C	D
15	A	B	C	D	15	C	D	A	B	15	C	D	A	B
16	A*	A*	A*	B*	16	A	B	C	D	16	A	B	C	D
17	B	C	D	A	17	C	D	A	B	17	C	D	A	B
18	C	D	A	B	18	C	D	A	B	18	C	D	A	B
19	A	B	C	D	19	D	A	B	C	19	D	A	B	C
20	C	D	A	B	20	D	A	B	C	20	D	A	B	C

*Após análise de recursos interpostos, a questão nº 16 sofreu alteração de gabarito para todos os tipos de prova dos cargos de nível superior.

*Após análise de recursos interpostos, a questão nº 02 foi anulada para todos os tipos de prova do cargo de Auxiliar Administrativo.

Auxiliar de Enfermagem			Recepcionista					Auxiliar de Serviços Gerais (Serviços Braçais)					
				Tipo de Prova						Tipo de Prova			
	2			1	2	3	4			1	2	3	4
1	D		1	D	A	B	C		1	D	A	B	C
2	A		2	A	B	C	D		2	C	D	A	B
3	C		3	D	A	B	C		3	C	D	A	B
4	C		4	A	B	C	D		4	B	C	D	A
5	A		5	B	C	D	A		5	C	D	A	B
6	B		6	C	D	A	B		6	C	D	A	B
7	B		7	D	A	B	C		7	C	D	A	B
8	D		8	D	A	B	C		8	D	A	B	C
9	B		9	C	D	A	B		9	D	A	B	C
10	A		10	B	C	D	A		10	D	A	B	C
11	A		11	C	D	A	B		11	C	D	A	B
12	A		12	B	C	D	A		12	C	D	A	B
13	D		13	C	D	A	B		13	C	D	A	B
14	B		14	C	D	A	B		14	C	D	A	B
15	D		15	B	C	D	A		15	B	C	D	A
16	B		16	C	D	A	B		16	C	D	A	B
17	D		17	D	A	B	C		17	D	A	B	C
18	D		18	D	A	B	C		18	D	A	B	C
19	A		19	C	D	A	B		19	C	D	A	B

20	A		20	D	A	B	C		20	D	A	B	C
Operador de Máquinas (Cat. "C")						Motorista (Cat. D)							
	Tipo de Prova						Tipo de Prova						
	1	2	3	4			1	2	3	4			
1	A	B	C	D		1	C	D	A	B			
2	D	A	B	C		2	D	A	B	C			
3	C	D	A	B		3	B	C	D	A			
4	C	D	A	B		4	C	D	A	B			
5	D	A	B	C		5	C	D	A	B			
6	D	A	B	C		6	C	D	A	B			
7	B	C	D	A		7	D	A	B	C			
8	A	B	C	D		8	D	A	B	C			
9	B	C	D	A		9	C	D	A	B			
10	D	A	B	C		10	B	C	D	A			
11	C	D	A	B		11	D	A	B	C			
12	C	D	A	B		12	B	C	D	A			
13	C	D	A	B		13	C	D	A	B			
14	C	D	A	B		14	C	D	A	B			
15	B	C	D	A		15	B	C	D	A			
16	C	D	A	B		16	C	D	A	B			
17	D	A	B	C		17	D	A	B	C			
18	D	A	B	C		18	D	A	B	C			
19	C	D	A	B		19	C	D	A	B			
20	D	A	B	C		20	D	A	B	C			

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de junho de 2018.
CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMS Nº 008/2018

Publicação Nº 1651080

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
Bandeirante – SC, 08 de junho de 2018.

RESOLUÇÃO Nº 08 /2018 DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 453/2012, LEIS 8.080/90 e 8.142/90, LEI COMPLEMENTAR nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 que dispõe sobre a necessidade de construção ascendente e de compatibilização sistêmica dos instrumentos de planejamento e gestão em saúde:

RESOLVE

1º - Aprovar o Plano de Aplicação de recursos em anexo com suas especificações de aplicações.

Origem dos recursos de APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ENTES FEDERATIVOS QUE RECEBEM O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM no valor de R\$ 73.008,87 a ser paga em folha de pagamentos aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde.

2º - A prestação de contas da aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data de aprovação.

4º - Registre e publique-se a presente resolução.

Adriane L. Merlini

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Manuela L. Pereira

Secretária do Conselho Municipal de Saúde

Firmam a presente resolução os Conselheiros Municipais de Saúde

Maristela Oliboni Wasem, Adalípio Hoffmeister, Lodovina Bula Chies, Carlos Alexandre Bianchi, Aldo Pasquali, Neuri Biazzi, Graciele Lucia Bagnara.

RESOLUÇÃO CMS N° 009/2018

Publicação N° 1651082

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC

Bandeirante – SC, 08 de junho de 2018.

RESOLUÇÃO N° 09/2018

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a Lei Complementar N° 141, de 13 de Janeiro de 2012 os municípios deverão comprovar a observância do disposto no art. 36, mediante o envio de Relatório de Gestão Quadrimestral ao respectivo Conselho Municipal de Saúde que será objeto de deliberação.

RESOLVE:

1º - Aprovar RG – Relatório de Gestão Quadrimestral referente ao período de janeiro à abril do ano de 2018, conforme deliberação/aprovação do Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 08 de junho de 2018.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data de aprovação.

3º - Registre e publique-se a presente resolução.

Adriane L. Merlini

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Manuela L. Pereira

Secretária do Conselho Municipal de Saúde

Firmam a presente resolução os Conselheiros Municipais de Saúde

Maristela Oliboni Wasem, Adalípio Hoffmeister, Lodovina Bula Chies, Carlos Alexandre Bianchi, Aldo Pasquali, Neuri Biazzi, Graciele Lucia Bagnara.

RESULTADO APOS CORRECAO CARTAO - EDITAL_004 PROCESSO SELETIVO 001_2018

Publicação N° 1651757

EDITAL N° 04 DE PROCESSO SELETIVO N° 01/2018

RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES RESPOSTA

A Comissão Municipal Especial para auxiliar os trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Teste Seletivo supra, torna público o resultado após a correção dos cartões resposta do Edital n° 04 de Processo Seletivo n° 001/2018, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, conforme abaixo:

ASSISTENTE SOCIAL							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
181	Graciele Regina Bizello	23/05/1983	5,40	1,05	0,35	6,80	1º
140	Aquidauana Marin Brunetto	31/07/1995	4,80	0,35	0,35	5,50	2º
169	Marilia Munerolli	02/05/1991	4,20	0,35	0,35	4,90	3º
174	Marciele De Sousa	20/10/1990	3,00	0,70	0,70	4,40	4º
244	Nádia Costacurta	02/12/1980	2,40	0,00	0,70	3,10	Desc.
228	Cristiane Aparecida Machado Da Silva	Faltante					Desc.
138	Elizete Roggia	Faltante					Desc.
100	Maicon Joel Mosena	Faltante					Desc.
113	Jaqueline Regina Schott	Faltante					Desc.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
121	Cristian Fabiano Fontoura	02/11/1991	7,20	1,40	1,05	9,65	1º

232	Marcia Cenci	21/03/1980	7,20	1,40	0,70	9,30	2º
107	Vinicius De Oliveira Andrade	16/07/1992	6,60	1,05	1,05	8,70	3º
180	Ernani Augusto Bonfante	17/05/1990	6,60	0,70	1,05	8,35	4º
102	Vanessa Salete Vincenzi	14/09/1995	6,60	0,70	1,05	8,35	5º
11	Alex Marchezan	15/04/1998	6,00	1,05	1,05	8,10	6º
214	Daniel Camillo	27/01/1998	5,40	1,40	1,05	7,85	7º
223	Daniel Kovaleski	05/11/1983	6,00	1,05	0,70	7,75	8º
146	Cristiane Patricia Wasem	26/12/1987	6,00	1,05	0,70	7,75	9º
225	Estefani De Bona	27/07/1993	6,00	1,05	0,70	7,75	10º
210	Giovane Miguel Kuhn	29/09/1998	6,00	0,70	0,70	7,40	11º
77	Rafael Ceretta	24/03/1998	4,80	1,40	1,05	7,25	12º
246	Luana Antunes Assumpção	09/09/1985	5,40	1,05	0,70	7,15	13º
6	Marcio Roberto Soares	20/04/1985	5,40	0,70	0,70	6,80	14º
160	Alexandro Fernandes	08/11/1991	5,40	0,70	0,70	6,80	15º
195	Fernanda Czarnobay Pizzi	16/05/1992	5,40	0,70	0,70	6,80	16º
55	Cleidiene Andreola	29/03/1992	4,80	1,05	0,70	6,55	17º
263	Cristiano Muller Rodrigues	05/07/1991	4,80	0,70	1,05	6,55	18º
218	Larissa Keler Da Rosa	08/06/1998	4,80	1,05	0,35	6,20	19º
237	Sandra Baratto	04/11/1989	4,20	1,05	0,70	5,95	20º
108	Jackson Antonio Teles	23/09/1975	4,80	0,70	0,35	5,85	21º
187	Adriane Gnatta Simonetti	18/02/1991	4,80	0,35	0,70	5,85	22º
245	Jéssica Cittolin Trenhago	06/06/1998	4,20	0,70	0,70	5,60	23º
144	Daniela Ines Sasso	16/09/1999	3,60	0,70	1,05	5,35	24º
150	Caroline Moro	10/06/1994	4,20	0,70	0,35	5,25	25º
17	Thalia Gonçalves	24/11/1999	4,80	0,35	0,00	5,15	26º
256	Rafael Dorigon	28/06/1991	3,00	1,05	1,05	5,10	27º
213	Yuran Geovani Felix	29/04/1999	3,60	1,05	0,35	5,00	28º
175	Geneci Pedersetti	10/08/1976	3,00	1,05	0,70	4,75	29º
46	Anderson Luiz Trampusch	25/10/1999	3,00	1,05	0,70	4,75	30º
68	Rosemeri Muraro	23/02/1981	3,60	0,70	0,35	4,65	31º
101	Marivane Degasperi	09/03/1999	3,60	0,70	0,35	4,65	32º
190	Marisa Merlini Zambiasi	02/09/1976	3,00	1,05	0,00	4,05	33º
261	Mariana Aparecida Ramos	11/10/1990	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.
54	Cristiane Stanga	Faltante					Desc.
264	Dionísio Oberger	Faltante					Desc.
74	Regiane Prasniski	Faltante					Desc.
131	Katiane Cristina De Freitas	Faltante					Desc.
60	Kellyn De Oliveira Andrade	Faltante					Desc.
47	Noeli Inês Schneider	Faltante					Desc.
243	William Meier	Faltante					Desc.
1	Daniel Marcos Mayer	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
18	Edina Pereira Dos Santos	21/02/1992	5,40	0,70	0,35	6,45	1º

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVIÇOS BRAÇAIS)

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
87	Denise Turella	02/03/1980	4,80	0,35	0,35	5,50	1º
170	Cleiton Pommerinng	07/04/1998	4,80	0,35	0,35	5,50	2º
253	Volmir Graff	02/12/1977	3,60	0,00	0,35	3,95	Desc.
135	Lucas Krumemmenauer	15/02/2000	3,60	0,00	0,00	3,60	Desc.
111	Irineu Ivo Welter	17/01/1968	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.

ENGENHEIRO CIVIL

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
93	Ernani Couto Marczewski	07/06/1994	6,60	1,75	0,70	9,05	1º
70	Anderson Kieling	15/10/1995	6,00	1,05	1,05	8,10	2º
156	Daniel Canterle Ulrich	09/01/1994	6,60	0,35	1,05	8,00	3º
19	Eduardo Battaglin	02/12/1985	6,00	1,40	0,35	7,75	4º
217	Daniel Luz Dos Reis	30/01/1996	6,00	1,40	0,35	7,75	5º
239	Eduarda Spironello	23/06/1995	6,00	0,70	1,05	7,75	6º
177	Jéssica Dill Tonet	24/09/1994	6,00	1,05	0,35	7,40	7º
25	Marinna Annoni	05/04/1995	6,00	0,70	0,70	7,40	8º

35	Felipe Busnello Vieira	21/11/1995	6,00	0,70	0,70	7,40	9º
173	Danrley Schenkel Sturm	02/08/1995	5,40	1,40	0,35	7,15	10º
118	Bruno Centenaro	29/04/1993	6,00	1,05	0,00	7,05	11º
248	Natália Regina Casanova	16/02/1990	5,40	1,05	0,35	6,80	12º
240	Cristiano Antonioli	05/04/1976	5,40	0,70	0,70	6,80	13º
155	Leonardo Souza Lezonier	11/08/1995	4,20	0,70	1,05	5,95	14º
185	Guilherme Simon	20/04/1994	4,80	0,70	0,35	5,85	15º
45	Alexandro Rodrigo Trampusch	26/12/1992	4,20	1,05	0,35	5,60	16º
191	Andrêssa Karlini Ludwig	11/10/1994	4,80	0,35	0,35	5,50	17º
92	Pedro Antonio Stotz Da Silva	16/04/1987	3,60	1,05	0,70	5,35	18º
251	Carolina Gass	03/10/1991	4,80	0,35	0,00	5,15	19º
211	Thais Mara Casagrande	27/01/1992	4,80	0,00	0,35	5,15	20º
182	Leonardo Zanella Wunsch	08/04/1995	3,00	1,05	1,05	5,10	21º
202	Marcio Luiz Streck	21/11/1967	4,20	0,35	0,35	4,90	22º
139	Rafael Pressi	03/06/1991	3,60	0,70	0,35	4,65	23º
137	Lucas Ardenghy E Silva	09/03/1995	3,60	0,70	0,35	4,65	24º
229	Jean Tobias Pizetta Baptistella	23/09/1996	3,60	0,35	0,70	4,65	25º
97	Andressa Flach Führ	08/02/1996	4,20	0,00	0,35	4,55	26º
85	Camila Marina Orso	20/03/1995	2,40	1,05	0,70	4,15	27º
172	Camila Mertz Sousa	04/06/1994	3,00	0,70	0,35	4,05	28º
227	Daniel Wilk Junior	Faltante					Desc.
259	Gabriel Lucas Jung	Faltante					Desc.
52	Fernando Souza Davies	Faltante					Desc.
252	Lis Marie Veiga	Faltante					Desc.
56	Ismael Brustolin	Faltante					Desc.

FARMACÊUTICO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
254	Gabrielle Black	06/10/1992	4,80	1,05	0,35	6,20	1º
114	Laura Costa Curta	27/05/1982	4,20	1,05	0,35	5,60	2º
48	Derli Pereira Balzan	Faltante					Desc.
21	Camila Corso	Faltante					Desc.

ORIENTADOR SOCIAL

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
205	Diléia Turra	21/06/1986	4,20	1,05	0,70	5,95	1º
220	Eduardo Luiz Ternus Perreira	18/08/1997	4,20	0,70	1,05	5,95	2º
221	Tânia Elisa Mascarello	30/11/1989	4,20	0,70	0,35	5,25	3º
61	Daniel Antonioli	13/10/1985	3,00	1,40	0,70	5,10	4º
215	Thainá Dos Santos	16/03/2000	3,60	0,70	0,70	5,00	5º
196	Helen Taina Da Rosa Oliveira	14/11/1994	3,00	0,70	0,70	4,40	6º
152	Silvana Daniela Maslowski	26/02/1997	3,00	0,70	0,35	4,05	7º
222	Marluze Meireles Lolato	10/07/1996	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
260	André Cardoso Da Silva	Faltante					Desc.
238	Sidinei Rodrigues Alves Da Silva Janowitz	Faltante					Desc.
192	Fernanda Aline Cenatti Von Dentz	Faltante					Desc.

PSICÓLOGA DO CRAS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
116	Gustavo Pivatto Dos Santos	08/05/1988	6,60	1,05	0,70	8,35	1º
262	Joscelaine Cristiane Cardoso Lima	21/04/1988	6,60	0,70	1,05	8,35	2º
26	Luana Yamila Bento Bittancourt	05/04/1987	6,00	1,05	0,70	7,75	3º
31	Paula Andressa Lopes Miri	03/03/1989	6,60	0,35	0,35	7,30	4º
98	Francieli Cristina Wingert	29/12/1993	6,00	0,70	0,35	7,05	5º
189	Taiza Gabriela Zanatta Crestani	03/07/1992	5,40	0,70	0,70	6,80	6º
204	Eduardo Hubner	15/02/1992	6,00	0,35	0,35	6,70	7º
8	Luciana Kayser	22/11/1988	4,80	1,40	0,35	6,55	8º
29	Dayanna Basso Perozzo	20/10/1986	5,40	0,70	0,35	6,45	9º
234	Tiago Da Silva	01/04/1988	6,00	0,00	0,35	6,35	10º
96	Rivânia Cássia Campos Lima Ribeiro	16/09/1988	4,80	0,70	0,70	6,20	11º
78	Scárlat Rosa De Moura	23/11/1995	5,40	0,35	0,35	6,10	12º
206	Aline Fatima De Lima	26/11/1989	5,40	0,00	0,70	6,10	13º
165	Graciela Ritter	25/01/1994	5,40	0,00	0,70	6,10	14º
120	Jaqueline Andressa Royer	03/01/1995	5,40	0,00	0,70	6,10	15º

67	Daniela Zeppe	23/06/1990	4,80	0,35	0,70	5,85	16º
66	Chéuri Simonetti	19/08/1994	4,20	0,70	0,70	5,60	17º
109	Caroline Gomes Petry	31/05/1995	4,80	0,70	0,00	5,50	18º
5	Keli Cristina Barth	19/01/1994	4,20	0,70	0,00	4,90	19º
83	Fernanda Dall Agnol	09/05/1992	3,00	0,70	0,35	4,05	20º
32	Evandro Radaeli	17/10/1982	3,60	0,35	0,00	3,95	Desc.
99	Marilene Lucia Martello Bagnara	Faltante					Desc.
255	Raquel De Lima Machado	Faltante					Desc.
110	Henrique Manorov Mohr	Faltante					Desc.
40	Gabriela Dresch	Faltante					Desc.

RECEPCIONISTA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
236	Ivone Maria Kuchinski	21/04/1983	4,80	0,35	1,05	6,20	1º
171	Tatiane Vitória Huhnfleisch	10/01/1999	3,60	1,05	0,70	5,35	2º
148	Janete Fatima Santin Degasperri	06/05/1969	3,00	0,70	1,05	4,75	3º
123	Marizane Da Silva	09/04/1991	3,60	0,35	0,70	4,65	4º
153	Antonia Nice Luciano Cardoso	01/01/1998	1,80	0,00	0,35	2,15	Desc.
23	Adriely Carolina Marcondes Raduan De Conto	Faltante					Desc.
233	Sabrina Pollo	Faltante					Desc.
157	Luís Eduardo Zanin	Faltante					Desc.

MOTORISTA (CAT. D)

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
13	Lindomar Lutz	09/07/1981	1,52	0,27	0,27	4,90	6,96	1º
194	Juliomar Zarpelon	07/08/1982	1,14	0,09	0,18	4,90	6,31	2º
198	Moacir Roggia	27/09/1988	1,14	0,00	0,18	4,90	6,22	3º
122	Ivonir Rogerio Welter	28/10/1990	1,33	0,09	0,18	4,60	6,20	4º
242	Jaqueline Nunes	14/04/1996	1,14	0,00	0,27	4,70	6,11	5º
207	Amauri Dors	05/05/1987	1,14	0,00	0,18	4,10	5,42	6º
168	Cleiton Panis	01/10/1988	0,95	0,00	0,18	0,00	1,13	Desc.
247	Alcides Antonio Pavam	Faltante						Desc.
57	Adilson Dorigon	Faltante						Desc.

OPERADOR DE MÁQUINAS (CAT. "C")

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
197	Marcio Greggio	26/12/1985	1,90	0,09	0,18	4,50	6,67	1º
209	Moisés Guilherme Heinz	13/04/1993	1,71	0,09	0,18	4,60	6,58	2º
151	Valmor Jonas Argenta	07/06/1979	1,14	0,00	0,18	4,60	5,92	3º
84	Roberto Leandro Viana	19/11/1986	0,76	0,18	0,18	4,70	5,82	4º
166	Carlitos Jorge Fröhlich	24/09/1965	0,76	0,18	0,27	4,60	5,81	5º
230	Thiago Bedin Debastiani	13/06/1992	1,52	0,45	0,18	3,00	5,15	6º
86	Marcos Lisot	14/01/1992	1,14	0,09	0,18	3,50	4,91	7º
203	Henrique Ternus Perreira	Faltante						Desc.

Para os cargos de Operador de Máquinas e Motorista, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática, conforme dispõe o edital.

Para os cargos de Engenheiro Civil, Farmacêutico, Psicóloga do CRAS, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Orientador Social, Recepcionista, Auxiliar de Enfermagem e Auxiliar de Serviços Gerais (Serviços Braçais) somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais), conforme o edital.

Os desempates estão de acordo com o item 07 do Edital.

Os candidatos terão os dias 14 e 15.06.2018 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC www.ameosc.org.br.

O cartão resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível para conferência na área do candidato, no site da AMEOSC www.ameosc.org.br.

Bandeirante (SC), em 13 de junho de 2018.

DAIANE SEHNEM
Presidente Comissão

REGIANE DILL GRIZZON
Membro Comissão

PATRICIA DE MORAES RUPPEL
Membro Comissão

RESULTADO FINAL PROVA PRATICA - PROCESSO SELETIVO_001_2018

Publicação Nº 1651755

EDITAL Nº 04 DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

RESULTADO FINAL DA PROVA PRÁTICA (APÓS OS RECURSOS)

A Comissão Municipal Especial para auxiliar os trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Teste Seletivo supra, torna público o resultado final da prova prática (após os recursos) do Edital nº 04 de Processo Seletivo nº 001/2018, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, conforme abaixo:

OPERADOR DE MÁQUINAS (CAT. "C")				
Nº	Insc.	Candidato	Nota Prova Prática	Situação
1	166	Carlitos Jorge Fröhlich	4,60	Classificado
2	197	Marcio Greggio	4,50	Classificado
3	86	Marcos Lisot	3,50	Classificado
4	209	Moisés Guilherme Heinz	4,60	Classificado
5	84	Roberto Leandro Viana	4,70	Classificado
6	230	Thiago Bedin Debastiani	3,00	Classificado
7	151	Valmor Jonas Argenta	4,60	Classificado
8	203	Henrique Ternus Perreira	0,00	Faltante prova objetiva e prática
MOTORISTA (CAT. D)				
Nº	Insc.	Candidato	Nota Prova Prática	Situação
1	207	Amauri Dors	4,10	Classificado
2	122	Ivonir Rogerio Welter	4,60	Classificado
3	242	Jaqueline Nunes	4,70	Classificado
4	194	Juliomar Zarpelon	4,90	Classificado
5	13	Lindomar Lutz	4,90	Classificado
6	198	Moacir Roggia	4,90	Classificado
7	168	Cleiton Panis	0,00	Não possui a habilitação exigida para realização da prova
8	57	Adilson Dorigon	0,00	Faltante prova objetiva e prática
9	247	Alcides Antonio Pavam	0,00	Faltante prova objetiva e prática

Para os cargos de Operador de Máquinas e Motorista, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática, conforme dispõe o edital.

Bandeirante (SC), em 13 de junho de 2018.

DAIANE SEHNEM
Presidente Comissão

REGIANE DILL GRIZZON
Membro Comissão

PATRICIA DE MORAES RUPPEL
Membro Comissão

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº 170, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650641

PORTARIA Nº 170, de 11 de junho de 2018.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Volnei Demari, Matrícula nº 155201, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Pato Branco/PR, conforme Memorando Nº032/2018 e Roteiro de Viagem nº18/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/2016

Publicação Nº 1651262

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: IPM INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 071/2016 - PP 056/2016

Objeto: Quarto Termo Aditivo ao Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso de sistemas de Gestão Pública em ambiente web, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Termo de Referencia do Edital.

Valor: R\$: 4.184,00 (quatro mil, cento e oitenta e quatro reais)

Data da assinatura: 03/06/2018

Data do vencimento: 03/10/2018

Barra Velha, 3 de junho de 2018.

ALDO LUIZ MEES –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 016/2018 - PREF

Publicação Nº 1650995

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 019/2018 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018 - PREF

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, Registro de Preços na modalidade Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 28/06/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 28/06/2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 13 de Junho de 2018.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Presidente da Comissão de Licitação

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 52/2018

Publicação Nº 1651093

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 12/06/2018 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 52/2018
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONserto E VULCANIZO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2018. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame protocolando os envelopes até o horário estipulado as seguintes empresas: GRANDO PNEUS LTDA, OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA, RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP e RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA. O Pregoeiro conferiu com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, sendo que as empresas participantes apresentaram seus credenciamentos, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: CARLOS ALBERTO PAGANELLA, ANDRE EDUARDO BUCHMANN, SIMONE PATRICIA KLOPPPEL NICOLODELLI e ROGERIO JAMYR BELOTTO. Após a análise da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos representantes das licitantes presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação dos interessados. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando todos os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão. As empresas GRANDO PNEUS LTDA e RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA e RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA não apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, neste caso, poderão participar do certame pois não se obteve mais de 3 propostas válidas de licitantes enquadrados como MEI, ME ou EPP. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital de licitação, podendo ser acessados todos os envelopes de Proposta de Preços. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes das licitantes fizessem o mesmo. Após análise das propostas todas foram consideradas classificadas. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve questionamentos. Na

sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os melhores colocados. A seguir, o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas não seus respectivos lotes vencidos. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos os interessados o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação das empresas vencedoras. Não houve questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, as documentações de habilitação apresentados pelas empresas vencedoras encontram-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os lotes do certame as empresas vencedoras. O Pregoeiro solicita as empresas vencedoras que apresentem no prazo de 48 (quarenta e oito) horas nova proposta readequando o valor dos itens ao valor global vencido, sendo que a readequação deverá ser proporcional em todos os itens. Em seguida lavrou-se a presente ATA, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

GRANDO PNEUS LTDA

OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS - DP 53/2018

Publicação Nº 1650678

ATA DE ANALISE DE DOCUMENTOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2018
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 53/2018
DATA: 29/05/2018 - HORA DE INÍCIO: 14 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da

Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2018 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 53/2018.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Parecer de Avaliação Mercadológica	Lei 8.666/93, Art. 24, X
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão de Inteiro Teor	
Declaração sob as penas da lei, de que o contratado não se encontra declarado inidôneo nem suspenso para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental	
Cópia do CPF e RG do Contratado	

Da análise destes documentos, observa-se que o proprietário do imóvel está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e a apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

MAURICIO STEFFEN Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
--------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2018

Publicação Nº 1651255

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 51/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2018

Contratada: ROSANE GRAMKOW RADDATZ

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL BAIXO SANTA MARIA, RODOVIA BNV-449, RIBEIRÃO DAS CABRAS, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE ROSANE GRAMKOW RADDATZ COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Valor do Contrato: R\$ 16.261,00

Vigência: 04/06/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 04/06/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

EDITAL 01/2018-EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1651446

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 – EDUCAÇÃO
EXTRATO EDITAL O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público o
EDITAL Nº 001/2018 – EDUCAÇÃO que abre inscrições para o PRO-
CESSO SELETIVO de Provas e Provas e Títulos destinado a selecio-
nar candidatos para compor o cadastro reserva, para a Contratação
por tempo determinado para atender à necessidade temporária
de excepcional interesse público, de acordo com o inciso IX do
Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 1.528/20017
da Secretaria Municipal de Educação, o qual será executado pela
FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA
UNISUL - FAEPESUL. O Edital completo estará disponível a partir do
dia 12 de junho de 2018 nos seguintes endereços eletrônicos: • No
sítio de internet do Município de Biguaçu – SC: <http://www.bigua.sc.gov.br>; • No sítio de internet da FAEPESUL: <http://concursos.faepesul.org.br>.

Biguaçu – SC, 12 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

ERRATA 02 PP 80.2018-PMB

Publicação Nº 1651767

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA 02 DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº
80/2018

Comunicamos às empresas interessadas no PP 80/2018-PMB, que
tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVOS ABRIGOS DE PAS-
SAGEIROS, a alteração do edital, após impugnação apresentada
pela empresa General Sectors Construções e Reformas.

Onde se lê no item 7.3 do edital de licitação:

7.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICA:

7.3.1- Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão
Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agro-
nomia – CREA, dentro do seu prazo de validade, bem como de seu
registro Responsável Técnico (Certidão Pessoa Física).

7.3.2- Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pesso-
a(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente regis-
trados nas entidades profissionais competentes, fiscalizadoras, que
comprove(m) ter a empresa executado ou que venha executando
serviços pertinentes e compatíveis em características como previs-
to no Anexo 01, parte integrante deste Edital.

7.3.2.1 Os atestados deverão se referir a serviços concluídos e exe-
cutados nos prazos previstos contratualmente, com no mínimo as
especificações constantes no Anexo nº 01. Os atestados deverão
ser emitidos em papel timbrado da concedente, datado e assinado.

7.3.3- Capacitação Técnica Profissional: A Licitante deverá

comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista
para a entrega da proposta, Engenheiro detentor de Atestado de
Responsabilidade Técnica por execução de serviços, comprovado
através de Acervo Técnico emitido CREA, com características se-
melhantes às especificadas mencionadas no SUBITEM 7.3.2, equi-
valente ou superior às especificadas.

Leia-se no item nº 7.3 no edital de licitação:

7.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICA:

7.3.1- Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certi-
dão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU,
dentro do seu prazo de validade, bem como de seu registro Res-
ponsável Técnico (Certidão Pessoa Física).

7.3.2- Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pesso-
a(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente regis-
trados nas entidades profissionais competentes, fiscalizadoras, que
comprove(m) ter a empresa executado ou que venha executando
serviços pertinentes e compatíveis em características como previs-
to no Anexo 01, parte integrante deste Edital. No (s) atestado (s)
a ser (em) apresentado (s) deverá constar o carimbo do CREA ou
CAU, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder
com o Acervo Técnico apresentado.

7.3.2.1 Os atestados deverão se referir a serviços concluídos e exe-
cutados nos prazos previstos contratualmente, com no mínimo as
especificações constantes no Anexo nº 01. Os atestados deverão
ser emitidos em papel timbrado da concedente, datado e assinado.

7.3.3- Capacitação Técnica Profissional: A Licitante deverá compro-
var possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a en-
trega da proposta, Engenheiro ou Arquiteto detentor de Atestado
de Responsabilidade Técnica por execução de serviços, comprova-
do através de Acervo Técnico emitido CREA ou CAU, com carac-
terísticas semelhantes às especificadas mencionadas no SUBITEM
7.3.2, equivalente ou superior às especificadas.

Diante do exposto, altera-se a data de realização da sessão de
licitação:

DATA DA REALIZAÇÃO: 25 de junho de 2018.

HORÁRIO: 16:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOS-
TAS:

Até às 15:45 horas, do dia 25 de junho de 2018;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
Às 16:00 horas, do dia 25 de junho de 2018;

LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA: PRAÇA NEREU RAMOS,
90 – BIGUAÇU-SC, SETOR DE LICITAÇÕES.

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação
permanecem inalteradas.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

Mirella da Conceição
Pregoeira

PORTARIA Nº 1254/2018

Publicação Nº 1651359

PORTARIA Nº 1254 de 12 de junho de 2018

Instaura Processo Disciplinar de Rito Sumário, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no art. 207 e 212 caput da Lei Complementar nº 53/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Ariani Leitot Motter Griss Costa, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Rosinha Meister Arnold, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, e Susana Pires do Amaral, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Avaliação de Estágio Probatório, nomeadas pela Portaria nº 2942/2017, para que, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário visando à apuração de possível abandono de cargo atribuído a Mauri de Lima Pinto, matrícula 16431, ocupante do cargo efetivo de Operador de Roçadeira Costal, em vista da ausência ininterrupta ao serviço de 07/03/2018 a 22/05/2018 conforme consta dos Memorando nº 6.540/2018.

Art. 2º O prazo para conclusão do processo é de 13/06/2018 a 12/07/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1256/2018

Publicação Nº 1651357

PORTARIA Nº 1256 de 12 de junho de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 432/2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 432 de 08 de março de 2018, do(a) servidor(a) EDVÂNIA CRISTINA NOGUEIRA PACHECO, na qual instaurava Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 08/03/2018.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1257/2018

Publicação Nº 1651365

PORTARIA nº 1257 de 12 de junho de 2018

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ANDREA MARGARIDA COELHO, brasileiro(a), para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DE SAÚDE, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/06/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 08/06/2018.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1258/2018

Publicação Nº 1651682

PORTARIA Nº 1258 de 12 de junho de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, ISABEL AMANTE DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1259/2018

Publicação Nº 1651683

PORTARIA Nº 1259 de 12 de junho de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, ARIANE DE OLIVEIRA JOHNER, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA DE FÉRIAS 100/2018**

Publicação Nº 1650900

PORTARIA Nº 100/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a servidora, VANIA MARIA FERREIRA MACEDO, ocupante do cargo ASSESSORIA PARLAMENTAR - NIVEL II, de 30 (trinta) dias. Início dia 11/06/2018 e término 10/06/2018, referente ao período aquisitivo 01/02/2017 a 01/02/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 11 de Junho de 2018.
Vereador Marconi Kirch
Presidente

PORTARIA Nº 099/2018

Publicação Nº 1650899

PORTARIA Nº 099/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 01 de Junho de 2018, o Sr. FABIANO LUIZ BORBA, para exercer em caráter TEMPORÁRIO o cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível I do Vereador Douglas Borba.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos à 01/06/2018.

Biguaçu/SC, 11 de junho de 2018.
Vereador Marconi Kirch
Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.779/2018

Publicação Nº 1651665

DECRETO Nº 11.779, DE 07 DE JUNHO DE 2018.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, XXII, combinado com o art. 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 2º, do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes no Anexo I deste Decreto no valor de R\$ 548.721,35 (quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0059.2384 – FAEC – Fundos Ações Est. e Compensação

Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 255.149,55

Fonte de Recurso 0238.00077

Atividade 31.01.10.302.0059.2385 – Mac – Media e Alta Complexidade - Produção

Modalidade 3.3.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 293.571,80

Fonte de Recurso 0238.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de junho de 2018.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.779/2018 - ANEXO I

Publicação Nº 1651668

ANEXO I

CREDOR:	Probst Analises Clinicas Ltda
DOCUMENTO	Memorando 083/2018 – CGA-SEMUS
DATA:	10/05/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Referente a prestação de serviços ambulatoriais (SIAH). Competencia: Agosto/2017
DOTAÇÃO:	80
FONTE DE RECURSO:	0238.00065
VALOR:	8.360,37
CREDOR:	Clinica Medica Oftalmologica Blumenau Ltda
DOCUMENTO	Memorando 079/2018/GCA-SEMUS
DATA:	27/04/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Procedimentos Extra-Teto relativos a campanha feral e oftalmo – Procedimentos mais incentivos.Competencia: Setembro/2017

DOTAÇÃO:	78
FONTE DE RECURSO:	0238.00077
VALOR:	40.702,12
CREDOR:	Hospital Misericordia de Vila Itoupava
DOCUMENTO	Memorando 079/2018/GCA-SEMUS
DATA:	27/04/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Procedimentos Extra-Teto relativos a campanha feral e oftalmo – Procedimentos mais incentivos.Competencia: Outubro, Novembro e Dezembro/2017
DOTAÇÃO:	78
FONTE DE RECURSO:	0238.00077
VALOR:	98.794,61
CREDOR:	Associação Congregação de Santa Catarina
DOCUMENTO	Memorando 079/2018/GCA-SEMUS
DATA:	27/04/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Procedimentos Extra-Teto relativos a campanha feral e oftalmo – Procedimentos mais incentivos.Competencia: Dezembro/2017
DOTAÇÃO:	78
FONTE DE RECURSO:	0238.00077
VALOR:	19.992,82
CREDOR:	Botelho Oftalmo Clinica
DOCUMENTO	Memorando 079/2018/GCA-SEMUS
DATA:	27/04/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Procedimentos Extra-Teto relativos a campanha feral e oftalmo – Procedimentos mais incentivos.Competencia: Novembro e Dezembro/2017
DOTAÇÃO:	78
FONTE DE RECURSO:	0238.00077
VALOR:	95.660,00
CREDOR:	Fundação Hospitalar de Blumenau
DOCUMENTO	Plano de Trabalho
DATA:	09/05/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Referente a Emenda parlamentar impositiva nº 71260001 do Senador Dalirio Beber de R\$ 100.000,00 e do Deputado Federal Decio Nery de Lima de R\$ 100.000,00.
DOTAÇÃO:	80
FONTE DE RECURSO:	0238.00065
VALOR:	200.000,00
CREDOR:	Associação Congregação de Santa Catarina
DOCUMENTO	Memorando 105/2018/GCA-SEMUS
DATA:	25/05/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Procedimentos complementares de Endoproteses. Competencia: 2014 – 2015 e 2016.
DOTAÇÃO:	80
FONTE DE RECURSO:	0238.00065
VALOR:	85.211,43
VALOR A RECONHECER	R\$ 548.721,35 (Quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 07 de Junho de 2018.

Oscar Rauntenberg
Secretário Municipal de Promoção da Saúde/
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2014

Publicação Nº 1651670

EXTRATO – 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO RUAS DE BLUMENAU.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS, PARA PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 017/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, de 04 de junho de 2018 até 30 de novembro de 2018.

DATA: 30 de junho de 2018.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2018

Publicação Nº 1651672

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 061/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO/PROTENDIDO SOBRE O RIBEIRÃO GARCIA COM EXTENSÃO DE 48,10 METROS E SISTEMA DE ACESSO COM RUA ANCHIETA (VP-124 – LIGAÇÃO RUA ANTÔNIO ZENDRON COM RUA ESMERALDAS COM PONTE), BAIRRO GARCIA, BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-032/17.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 69.214,38 (sessenta e nove mil, duzentos e catorze reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 2.851.032,96 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trinta e dois reais e noventa e seis centavos).

DATA: 30 de maio de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 097/2018

Publicação Nº 1651677

EXTRATO – CONTRATO Nº. 097/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A

OBJETO: Estabelecer as condições de realização de Estágio Curricular Obrigatório dos cursos disponibilizados pela CREDENCIADA com base na Lei Federal nº. 11.788 de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior, aos alunos regularmente matriculados nas dependências das unidades vinculadas a Administração Direta - SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-39/2018.

PREÇO: O presente credenciamento não possui repasse de recursos financeiros.

PRAZO: O prazo de vigência do presente CREDENCIAMENTO é de 12 (doze) meses, contados do dia 21 (vinte e um) de maio de 2018.

DATA: 28 de maio de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2018

Publicação Nº 1651679

EXTRATO – CONTRATO Nº. 114/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Saxônia, Bairro Vila Itoupava, no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Repasse nº 840665/2016 - Processo 2622.1036490-55/2016 - Ministério das Cidades/CEF/SEINFRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-005/18.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 1.009.766,80 (um milhão, nove mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

PRAZO: I. DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada; II. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 06 de junho de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 115/2018

Publicação Nº 1651684

EXTRATO – CONTRATO Nº. 115/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME.

OBJETO: Serviços de montagem e desmontagem de estrutura física da 30ª Feira da Amizade. A montagem será a partir das 12h do dia 04/06/2018 até às 12h do dia 08/06/2018 e desmontagem a partir do dia 10/06/2018 após às 20h devendo terminar até às 24h do dia 11/06/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 064/2018.

PREÇO: O valor total da prestação de serviços é de R\$ 16.220,00 (dezesesseis mil, duzentos e vinte reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato para prestação dos serviços será de 04 de junho até o dia 08 de julho de 2018 (ou seja, do primeiro dia da montagem até 28 dias após o último dia de desmontagem em razão do pagamento).

DATA: 07 de junho de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2018

Publicação Nº 1651688

EXTRATO – CONTRATO Nº. 116/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Locação de Software Legislador Executivo, conforme Processo de Inexigibilidade nº. 09-037/18 - PROGEM.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-037/2018.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 662,91 (seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos), mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 7.954,92 (sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

PRAZO: O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses a contar de 22 de maio de 2018.

DATA: 07 de junho de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 118/2018

Publicação Nº 1651691

EXTRATO – CONTRATO Nº. 118/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza durante a 30ª Feira da Amizade, com fornecimento de materiais e equipamentos, conforme especificações constantes no edital - PRÓ FAMÍLIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial n. 06-063/2018.

PREÇO: O valor total da prestação de serviços é de R\$ 11.830,00 (onze mil, oitocentos e trinta reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato para fins de execução e pagamento será da data das assinaturas do presente instrumento (08/06/2018) até o dia 07/07/2018 (ou seja, até 28 dias após o último dia de execução em razão do pagamento).

DATA: 08 de junho de 2018.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2017

Publicação Nº 1651693

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CLÁUDIA IARA VETTER

OBJETO: CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Edital nº. 003/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS AÇÕES CULTURAIS, DOS PRODUTOS E DOS DONATIVOS: Altera-se a realização das ações culturais.

DATA: 21 de maio de 2018.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2017

Publicação Nº 1651696

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 178/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

MARIA GORETTI CASAS CAMPOS FERREIRA

OBJETO: CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Edital nº. 003/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS AÇÕES CULTURAIS, DOS PRODUTOS E DOS DONATIVOS: Altera-se a realização das ações culturais.

DATA: 21 de maio de 2018.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2017

Publicação Nº 1651699

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 180/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

RODRIGO ISMAEL VOLLES

OBJETO: CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Edital nº. 003/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS AÇÕES CULTURAIS, DOS PRODUTOS E DOS DONATIVOS: Altera-se a realização das ações culturais.

DATA: 21 de maio de 2018.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2013

Publicação Nº 1651703

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SINCROSLOG PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LOGÍSTICA PARA DISTRIBUIÇÃO E GESTÃO DOS ALMOXARIFADOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRÓ-FAMÍLIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 124/2013.

PREÇO: Acrescenta-se a quantia total de R\$ 111.101,92 (cento e onze mil, cento e um reais e noventa e dois centavos). O valor total/anual do contrato passa a ser de R\$ 1.404.894,19 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos).

DATA: 21 de maio de 2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018

Publicação Nº 1651707

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018

Objeto: Registro de Preços para materiais de expediente, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 ano - Diversas Secretarias - FCB, SETERB, PROEB, FMD, FMAS, FMDCA. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 28 de junho de 2018, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 28 de junho de 2018, às 09:30 horas. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens/lotos contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mails: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 13/06/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-007/2018

Publicação Nº 1651720

Concorrência nº. 007-18 - Contratação de empresas para execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, nas Ruas: Joel Bernardes (Bairro: Velha Central) e Norberto Seara Heusi (Bairro: Escola Agrícola), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes neste edital. Contrato de Repasse 1828839/2016 – Ministério das Cidades/CEF e Contrapartida do Município – SEINFRA. Contratadas: Lote 01 – Rua Joel Bernardes - ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, no valor total de R\$234.696,57 (duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos);

Lote 02 – Rua Norberto Seara Heusi - PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$347.614,58 (trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos).

PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-47/18; 08-39/18; 08-36/18; 08-49/18; 08-43/18; 08-52/18; 08-33/18; 08-48/18; 08-38/18; 08-39/18; 08-40/18 E 08-44/18

Publicação Nº 1651747

Processo de DISPENSA: 08-47/18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS - SEURB

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: MADEIRAS BLUMENAU LTDA.

VALOR: R\$ 346.125,00

Processo de DISPENSA: 08-39/18

Objeto: TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA - SEMUS

CONTRATADA: CENTRO FISIOTERAPEUTICO FONTE LUMINOSA LTDA.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 730,00

Processo de DISPENSA: 08-36/18

Objeto: TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA - SEMUS

CONTRATADA: CENTRO FISIOTERAPEUTICO FONTE LUMINOSA LTDA.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 600,00

Processo de DISPENSA: 08-49/18

Objeto: TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA C/ BIOFEEDBACK - SEMUS

CONTRATADA: DAIANE BECKER.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 800

Processo de DISPENSA: 08-43/18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADA: PROHOSP DIST. DE MEDIC. LTDA.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.882,00

Processo de DISPENSA: 08-52/18

Objeto: TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA C/ BIOFEEDBACK - SEMUS

CONTRATADA: DAIANE BECKER.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 800,00

Processo de DISPENSA: 08-33/18

Objeto: TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA C/ BIOFEEDBACK - SEMUS

CONTRATADA: DAIANE BECKER.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 800,00

Processo de DISPENSA: 08-48/18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADAS: CIAMED DIST. DE MED. LTDA.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 27.196,66

Processo de DISPENSA: 08-38/18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADAS: CIAMED DIST. DE MED. LTDA.

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 615,96

Processo de DISPENSA: 08-39/18
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS
CONTRATADAS: PROHOSP DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.
Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.
VALOR: R\$ 1.457,40

Processo de DISPENSA: 08-40/18
Objeto: LOCAÇÃO DE TERRENO - SEURB
CONTRATADA: EXTRAÇÃO MINERAL & TRANSPORTE WEHMUTH LTDA - ME.
Artigo: 24 INCISO X; da Lei 8.666/93.
VALOR: R\$ 48.000,00

Processo de DISPENSA: 08-44/18
Objeto: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS - SEDECI
CONTRATADOS: SAMIL - ECO EARTH - GW TERRAP - STRATEGIES - M.R.J PISA - COOPERTRAN - BIRO TERRA E FREEDON ENGENHARIA.
Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.
VALOR: R\$ 566.411,61

PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-37/18; 09-36/18; 09-39/18; 09-160/17; 09-40/18; 09-35/18; 09-44/18; 09-45/18; 09-46/18; 09-47/18 E 09-41/18

Publicação Nº 1651784

Processo de Inexigibilidade: 09-37/18
Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - PROGEM
Artigo: 25 INCISO I, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP.
VALOR: R\$ 7.954,92

Processo de Inexigibilidade: 09-36/18
Objeto: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - SEDEAD
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: SENIOR SISTEMAS S/A.
VALOR: R\$ 14.800,00

Processo de Inexigibilidade: 09-39/18
Objeto: REALIZAÇÃO DE ESTAGIO CURRICULAR - SEDEAD
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A.

Processo de Inexigibilidade: 09-160/17
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA - SEURB
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: LMDM CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP.
VALOR: R\$ 50.000,00

Processo de Inexigibilidade: 09-40/18
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA P/ EMPRESTIMO CONSIGNADO P/SERVIDORES - SEDEAD
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: COOP. DE CREDITO MAXI ALFA DE L. ADM. DE ASSOCIADOS - SICCOB MAXICERDITO.

Processo de Inexigibilidade: 09-35/18
Objeto: SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - SETERB
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMOÇÃO DO ESTADO DE SC - CIASC
VALOR: R\$ 1.200.000,00

Processo de Inexigibilidade: 09-44/18
Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTES/OFICINEIRO - SEMED
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: JOSIANE CRUSARO SIMONI.
VALOR: R\$ 1.500,00

Processo de Inexigibilidade: 09-45/18
Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTES/OFICINEIRO - SEMED
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: ROSEMY DA SILVA.
VALOR: R\$ 2.320,00

Processo de Inexigibilidade: 09-46/18
Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTES/OFICINEIRO - SEMED
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: ANNA LENA T. S. MENNA B.
VALOR: R\$ 2.394,00

Processo de Inexigibilidade: 09-47/18
Objeto: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - SEDEAD
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: SENIOR SISTEMAS S/A.
VALOR: R\$ 46.800,00

Processo de Inexigibilidade: 09-41/18
Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA P/ AVALIAR PROJETOS DA FCB.
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: VÁRIOS CONTRATADOS.
VALOR: R\$ 40.000,00

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 16/2018

Publicação Nº 1651787

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 16/2018
APROVA A SUBSTITUIÇÃO DE REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, NO COMITÊ MUNICIPAL PELO FIM DA VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO JUVENIL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Regimento Interno e na Deliberação da Plenária ordinária de 22 de Março de 2018, conforme consta na Ata CMDCA nº 02/2018,

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento a crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

- que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA assegura, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária;

RESOLVE:

Art. 1º Indicar a Conselheira Sra. Francieri Beatrice Sabel Wostehoff, (Titular) e o Conselheiro Sr. Marcos Antônio Schmitt (Suplente) para representarem o CMDCA no Comitê Municipal Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CMDCA 14/2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 22 de março de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador Geral do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 17/2018

Publicação Nº 1651789

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 17/2018

APROVA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, A CONFECCÃO DE MATERIAL GRÁFICO VISANDO A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PARA DISTRIBUIÇÃO NA CAMPANHA 18 DE MAIO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações no Regimento Interno, Deliberação da Plenária Extraordinária de 24 de maio de 2018, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 05/2018; e

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento a crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

EDITAL Nº 001/2018 - SEINFRA

Publicação Nº 1651801

EDITAL Nº 001/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA HELMUTH DERO.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA HELMUTH DERO pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no Decreto-Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:

- O Relatório da Comissão de Finanças e Captação – CFC do dia 02 de Maio de 2018, em que analisou a proposta de confecção do referido material;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, a confecção de 5.000 (cinco mil) folders visando a prevenção da violência doméstica, para distribuição durante a Campanha 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de maio de 2018.

Givanildo Trindade
Coordenador Geral do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2212/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1651791

PREGÃO PRESENCIAL 06-2212/2018

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços técnicos especializados para execução dos serviços de substituição/troca de hidrômetros com diâmetro de ½” e ¾” pelo período de 01 (um) ano SAMAE.ENTREGA ENVELOPES: dia 26 de junho de 2018, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 26 de junho de 2018, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail compraslicitacoes@samae.com.br ou jonathangirardi@samae.com.br, Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 13/06/2018.
Alexandro Eduardo Fernandes
Diretor Presidente

1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 121.704,21 (cento e vinte e um mil setecentos e quatro reais e vinte e um centavos), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajetas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 13.729,29.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

ORDEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarquização
1	MARIA JOSE TRAVASSO RIBEIRO	11,00	1	1
2	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,70	1	1
3	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	24,47	1	1
4	JUNDIR JOAO BERTOLDI	11,00	1	1
5	SILVANA MACHADO NAZARIO	11,20	1	1
6	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
7	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
8	VOLMIR ANTUNES	11,00	1	1
9	MARIA JOSE TRAVASSO RIBEIRO	11,00	1	1
10	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
11	GELSON LANZARINI	11,00	1	1
12	MARIO SCHETZ	11,00	1	1
13	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
14	DAVID DA COSTA	11,00	1	1
15	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
16	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
17	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	10,00	1	1
18	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	VIRADOR	1	1
19	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	VIRADOR	1	1
20	EVANDRO BOOZ	12,00	1	1
21	MARLI TEREZINHA ANDERLE GRAMM	11,00	1	1
22	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	10,50	1	1
23	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
24	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,50	1	1
25	ANTONIO CORADINI	10,50	1	1
26	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
27	ANELISE DA LUZ	11,00	1	1
28	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
29	OSMAR ANDERLE	10,90	1	1
30	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,10	1	1
31	HILDA NEVES CAETANO	10,90	1	1
32	NATALINA MELIORINI	11,00	1	1
33	ROSA MORAIS DE SOUZA	9,00	1	1
34	FRANCISCO CRISTOVAO	12,77	1	1
35	ARTUR AVELINO PINTO	22,50	1	1

36	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	11,00	1	1
37	CONSTRUTORA ANTUNES LTDA	RAIO	1	1
38	VILMAR SIEBERT	VIRADOR	1	1
39	MUNICIPIO DE BLUMENAU	RAIO	1	1
40	MUNICIPIO DE BLUMENAU		1	1
41	MUNICIPIO DE BLUMENAU		1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício; 5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel limdeiro à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
IVANILDE CRISTOVAN	414	44,70	R\$ 2.343,62
ANTONIO CORADINI	404	40,25	R\$ 2.110,30
ANTONIO CORADINI	405	36,75	R\$ 1.926,55
PEDRO INÁCIO	396	38,50	R\$ 2.018,55
JAIR HANOFF	393	38,50	R\$ 2.018,55
SILVANA NAZÁRIO	384	39,20	R\$ 2.055,25
MAURÍCIO WICKERD	295	23,96	R\$ 1.256,22

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidadao, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).

6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 28 de maio de 2018.

Luciano Machado Felizardo Régis Evaloir da Silva
Diretor de Obras Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EDITAL Nº 002/2018 - SEINFRA

Publicação Nº 1651804

EDITAL Nº 002/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA AMSTERDAM.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA AMSTERDAM pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no

Decreto-Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:

1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 381.260,26 (Trezentos e oitenta e um mil e duzentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajotas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 33.521,84.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

ORDEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarquização
1	ADEMILCI ADILSON COELHO	21,19	1	1
2	EGON ZIENER	17,58	1	1
3	RUBIA KNOCH	26,00	1	1
4	WALTER KNOCH	17,27	1	1
5	MARILDA APARECIDA COELHO DE OLIVEIRA	15,00	1	1
6	MARILDA APARECIDA COELHO DE OLIVEIRA	15,00	1	1
7	WALTER KNOCH	15,00	1	1
8	WALTER KNOCH	15,00	1	1
9	GUILHERME DA SILVA	15,00	1	1
10	GUILHERME DA SILVA	15,00	1	1
11	WALTER KNOCH	14,00	1	1
12	WALTER KNOCH	12,00	1	1
13	WALTER KNOCH	14,18	1	1
14	WALTER KNOCH	14,18	1	1
15	WALTER KNOCH	12,00	1	1
16	WALTER KNOCH	12,00	1	1
17	MARIA GOMES BOHER	12,00	1	1
18	OSMAR BEHRING E JUDITE MEDEIROS	12,00	1	1
19	ADOLFO LUIZ DE SOUZA	12,00	1	1
20	DARCISIO DE ANDRADE	12,00	1	1
21	WALTER KNOCH	12,00	1	1
22	NELSON BATISTA DE ARRUDA	14,34	1	1
23	WALTER KNOCH	60,00	1	1
24	WALTER KNOCH	15,00	1	1
25	WALTER KNOCH	15,00	1	1
26	WALTER KNOCH	15,00	1	1
27	WALTER KNOCH	65,10	1	1
28	KATHLEEN KARINE HAUSSMANN	39,37	1	1
29	WILSON DE SOUZA	19,23	1	1
30	ÉLCIO HENRIQUE RIBEIRO	22,45	1	1
31	GILBRAN CLAUDIO MARTINI	15,08	1	1
32	ANTONIO MARCOS POLI	13,86	1	1
33	TEXTIL LINE LTDA ME	28,27	1	1
34	LUIZ CLAUDIO DE SOUZA	28,28	1	1

35	MUNICIPIO DE BLUMENAU	68,50	1	1
36	VALTAMIR DA ROSA CORREA	20,80	1	1
37	IMOB COLINAS LTDA	12,50	1	1
38	IMOB COLINAS LTDA	12,50	1	1
39	AUGUSTO CESAR FRAGA VAN VAREMBERG D EGMONT	40,00	1	1
40	TEXTIL LINE LTDA	15,00	1	1
41	VALTAMIR DA ROSA CORREA	15,00	1	1
42	AIRTON LUIZ FERREIRA	15,00	1	1
43	PAULO ADAO BERNES	15,00	1	1
44	ELFI BOLL	15,00	1	1
45	MARILDA APARECIDA COELHO DE OLIVEIRA	15,00	1	1
46	IMOB COLINAS LTDA	17,80	1	1
47	HERIBERTO GOEDERT	15,00	1	1
48	GUILHERME DA SILVA	14,00	1	1
49	INGO SIEBERT	13,20	1	1
50	INGO SIEBERT	15,00	1	1
51	NADIA DOS SANTOS	15,00	1	1
52	SUELI DOS SANTOS	15,78	1	1
53	LUCIO CASSANIGA	15,78	1	1
54	MAURICI ROBERTO BEHRING	15,00	1	1
55	JOARES DOMINGUES DE SOUZA	14,90	1	1
56	IMOB COLINAS LTDA	14,00	1	1
57	IMOB COLINAS LTDA	14,00	1	1
58	AGENOR TOMAZ	14,00	1	1
59	FRITZ BITTELBRUM	15,10	1	1
60	VILMAR MINATTO	15,00	1	1
61	MARCIANO MANCHINI RODRIGUES	15,00	1	1
62	JOSE EMILIO BRESSANINI	15,00	1	1
63	ENIO CESAR BILCK	15,00	1	1
64	SALETE PISKE	18,00	1	1
65	IMOB COLINAS LTDA	15,00	1	1
66	IMOB COLINAS LTDA	15,00	1	1
67	DORACI RAQUEL WISINTAINER	15,00	1	1
68	IMOB COLINAS LTDA	15,00	1	1
69	GUIOMAR OTILIA OZECOSKI VIEIRA	15,00	1	1
70	IMOB COLINAS LTDA	27,50	1	1
71	IDENY DA ROCHA	17,50	1	1
72	IDENY DA ROCHA	15,00	1	1
73	ALIRIO DA ROSA	15,00	1	1
74	CLEONICE APARECIDA GOETTEN	15,00	1	1
75	FRITZ BITTELBRUM	15,00	1	1
76	FRITZ BITTELBRUM	15,18	1	1
77	IDOILHO FARIAS DE SOUZA	15,04	1	1
78	IDOILHO FARIAS DE SOUZA	15,04	1	1
79	MIRIA APOLONIA BERNARDO	15,04	1	1
80	MARLENE MARIA BERNARDO E OUTRO	15,00	1	1
81	IMOB COLINAS LTDA	15,00	1	1
82	VALDIR DE SOUZA	15,00	1	1
83	PEDRO GIORDANI	14,00	1	1
84	MARIA ZIENER	14,00	1	1
85	MARIA ZIENER	14,00	1	1
86	WILSON DE SOUZA	27,78	1	1
87	EGON ZIENER	32,70	1	1
88	CHARLES GONZAGA CIDRAL / TERESINHA APARECIDA DE SOUZA	17,11	1	1
89	VALDECIR CANDIDO	15,00	1	1
90	TEKLA HOLZ	25,00	1	1
91	VIVIAN GRIMM	14,33	1	1
92	WALTER KOCK	14,33	1	1
93	REGINA MARIA NETTO	15,04	1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício; 5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel limdeiro à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
WALTER KNOCH	608	56,72	R\$ 2.754,32
WALTER KNOCH	615	48,00	R\$ 2.330,88
NELSON BATISTA DE ARREDO	616	57,36	R\$ 2.785,40
LUIS CLAUDIO DE SOUZA	676	103,12	R\$ 5.493,10
LUCIO CASSANIGA	874	63,12	R\$ 3.065,10
MAURICI ROBERTO BEHRING	875	60	R\$ 2.913,60
IMOBILIÁRIA CALINA LTDA	878	56	R\$ 2.719,36
IMOBILIÁRIA CALINA LTDA	886	56	R\$ 2.719,36
ENIO CÉLIO BELCK	884	60	R\$ 2.913,60
DORACI RAQUEL WISINTAINER	888	60	R\$ 2.913,60
AGENOR TOMAZ	879	60	R\$ 2.913,60

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidãdão, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).

6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 29 de maio de 2018.

Luciano Machado Felizardo Régis Evaloir da Silva
Diretor de Obras Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EDITAL Nº 003/2018 - SEINFRA

Publicação Nº 1651822

EDITAL Nº 003/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA ERNESTO CHE GUEVARA.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA ERNESTO CHE GUEVARA pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no Decreto-Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:**1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO**

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 104.453,37 (cento e quatro mil quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajotas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 25.306,15.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

ORDEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarquização
1	MARCOS VINICIUS DE FREITAS	24,36	1	1
2	ANTONIO FERMINO CUNHA JUNIOR	38,00	1	1
3	IVANIR BORGERT	16,76	1	1
4	HILÁRIO RONDON	21,00	1	1
5	OTAVIO KOWALSKI	21,00	1	1
6	LIDIA BORGES SOARES	20,50	1	1
7	DENILCE BELUSSO	16,76	1	1
8	ANTONIO RICARDO CORRREA	16,76	1	1
9	IZAURA DA MOTA	16,76	1	1
10	VALDIR JOSÉ LEMBEK	16,76	1	1
11	JOSE LUIZ DE SOUZA	16,76	1	1
12	CLEITON BORGERT	16,76	1	1
13	FRANCISCO INACIO FERNANDES	18,26	1	1
14	MARIO ANTONIO SIMAS	15,00	1	1
15	ALFABLU EMPREENDIMENTOS IMOB.	10,00	1	1
16	DARCI LUIZ ANTUNES	5,00	1	1
17	ALCINO GALVÃO	15,00	1	1
18	ADILSON MORETTI	18,26	1	1
19	MARISTELA CAPISTRANO SELHOST	16,76	1	1
20	VALDOMIRO DIAS	16,76	1	1
21	MAURICIO ALUIZIO MARCHI	16,76	1	1
22	CLEBER GABRIEL RIBEIRO	16,76	1	1
23	CLAUDIO DE MORAIS	16,76	1	1
24	VALDIR JOSÉ FEUSER	16,76	1	1
25	MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS	16,76	1	1
26	VALDIR JOSÉ LEMBECK	16,76	1	1
27	ALFREDO CICATTO NETO	16,76	1	1
28	HELIO TRESSI	23,00	1	1
29	DOLÍRIO PEREIRA DOS SANTOS	30,00	1	1
30	HUGO MELCHIORETTO	25,00	1	1
31	OSNI MARCOS	24,00	1	1
32	OSNI PEREIRA BRANCO	6,00	1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício;

5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel lindeiro à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
ANTONIO R. CORREA/ ROSANI KLITZKE	88617	67,04	R\$ 3.711,33
IZAURA DA MOTA	349	67,04	R\$ 3.711,33
ALCINO GALVÃO	342	60,00	R\$ 3.321,60
VALDO MIRO DIAS	339	67,04	R\$ 3.711,33
HUGO MELCHORETTO	59	100,00	R\$ 5.536,00
OSNI MARCOS	290	96,00	R\$ 5.314,56

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidadao, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).

6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 30 de maio de 2018.

Luciano Machado Felizardo Régis Evaloir da Silva
Diretor de Obras Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EDITAL Nº 004/2018 - SEINFRA

Publicação Nº 1651823

EDITAL Nº 004/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA RICARDO KRUEGER.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA RICARDO KRUEGER pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no Decreto-Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:

1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 326.999,07 (trezentos e vinte e seis mil novecentos e noventa e nove reais e sete centavos), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajotas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 33.748,66.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

ORDEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarqui-zação
1	WALDIR CELIO HARBS	19,67	1	1
2	ERWIN VOIGT	14,98	1	1
3	ADEMAR SASSE	30,00	1	1
4	ARNALDO GERMANO	14,61	1	1
5	JAIR FRANCISCO DA SILVA	18,02	1	1
6	SOLANGE DE SOUZA	15,88	1	1
7	ZELIA CABRAL DOS SANTOS	15,70	1	1
8	ADELMO DA SILVA	16,20	1	1
9	HILARIO ANDRE	16,58	1	1
10	GILBERTO DE SOUZA	16,76	1	1
11	SELVINO FERNANDES	17,05	1	1
12	DEBORA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	15,98	1	1
13	IMAILDE DA SILVA	22,50	1	1
14	WIGOLD ROWEDER	22,64	1	1
15	WERNER JENSEN	31,12	1	1
16	CLAUDIA REGINA FISCHER	15,05	1	1
17	KENDRICK MAX MOELLER	84,14	1	1
18	A V R ADMINISTRADORA DE BENS PARTICIPAÇÕES LTDA	9,00	1	1
19	A V R ADMINISTRADORA DE BENS PARTICIPAÇÕES LTDA	61,00	1	1
20	DIETER GERHARD WACHHOLZ	4,82	1	1
21	VALMOR CORDOVA DOS SANTOS	20,00	1	1
22	ICILDA HVIZDALEK SEBOLD	16,50	1	1
23	ALTAMIRO VIEIRA DE MELO	17,27	1	1
24	SILVIO SCHMITT	21,56	1	1
25	CURT KRUGGER	3,60	1	1
26	CURT KRUEGER	15,05	1	1
27	CURT KRUEGER	15,05	1	1
28	CURT KRUEGER	20,00	1	1
29	A V R ADMINISTRADORA DE BENS PARTICIPAÇÕES LTDA	64,54	1	1
30	CLOVIS MUELLER	23,44	1	1
31	INACIO VOLLES	25,40	1	1
32	DIETER GERHARD WACHOLZ	23,71	1	1
33	NORBERTO BECK	26,31	1	1
34	KENDRICK MAX MOELLER	16,00	1	1
35	NADIR LUCHINI LEITE	16,00	1	1
36	KENDRICK MAX MOELLER	18,68	1	1
37	TATIANA SASSE	16,00	1	1
38	KELLIN DANIELSKI	19,34	1	1
39	LIGIANE DOS SANTOS	17,13	1	1
40	VALMOR CORDOVA DOS SANTOS	19,50	1	1

41	CURT KRUEGER	15,05	1	1
42	ELIANI ROSI PEIKER	16,27	1	1
43	CURT KRUEGER	15,04	1	1
44	CURT KRUEGER	15,05	1	1
45	VALMOR CORDOVA DOS SANTOS	16,87	1	1
46	FABIOLA JEANE HARBS	6,85	1	1
47	EGON WRUCK	37,11	1	1
48	HILARIO FILIPPS	41,05	1	1
49	HILARIO FILIPPS	37,45	1	1
50	MUNICÍPIO DE BLUMENAU		1	1
51	MUNICÍPIO DE BLUMENAU		1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício; 5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel limbo à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
ERWIN VOIGT	68	52,43	R\$ 2.778,26
JAIR FRANCISCO DA SILVA	71	63,07	R\$ 3.342,07
SOLANGE DE SOUZA	72	55,58	R\$ 2.945,18
ZELIA CABRAL DOS SANTOS	73	50,29	R\$ 2.664,86
HILÁRIO ANDRE	75	58,03	R\$ 3.075,00
DÉBORA APARECIDA S. OLIVEIRA	78	55,93	R\$ 2.963,73
IMAILDE DA SILVA	79	96,20	R\$ 5.097,63
WIGOLD ROWEDER	80	79,24	R\$ 4.198,92
EGON WRUCK	173	126,12	R\$ 6.683,09

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidadao, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).

6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 30 de maio de 2018.

Luciano Machado Felizardo Régis Evaloir da Silva
Diretor de Obras Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EXTRATO Nº 296/2018 - FURB

Publicação Nº 1651828

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 296/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
MECÂNICA UNIÃO LTDA. EPP

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 154/2017 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o serviço de manutenção, com o fornecimento de peças, de veículos da frota da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 131/2017 e Contrato nº. 154/2017, firmado em 03 de julho de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 154/2017, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 03 de julho de 2018 até 02 de julho de 2019, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 154/2017 e aditivo nº 001, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 06 de junho de 2018.

EXTRATO Nº 301/2018 - FURB

Publicação Nº 1651829

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 301/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 245/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 269/2018/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O ANALISADOR DE PARTÍCULAS DA MARCA MALVERN MODELO MASTERSIZER 2.000 PARA O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUÍMICA DA UNIVERSIDADE. Contratadas: ALTMANN AS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO (CNPJ: 60.855.863/0001-72). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 269/2018/ PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias após o recebimento dos equipamentos e NF. Valor Total/Programa de Trabalho/ Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 6.521,00 (seis mil, quinhentos e vinte e um reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/ 3.3.90.35.35 (Material Laboratorial).

Blumenau, 08 de junho de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB**EXTRATO Nº 302/2018 - FURB**

Publicação Nº 1651832

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 302/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

PEREIRA COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA EPP

OBJETO: Aquisições de materiais de limpeza, higienização e afins para utilização em diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 162/2018 e Contrato nº 133/2018 firmado em 30 de maio de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
------	-------------	-------	------	-------------------	-------	-------------------------	------------------------------

7	700	19	bombona	Detergente neutro concentrado / biodegradável / bombona de 5 litros.	Brilho Mágico	14,00	266,00
12	32204	2	peça	Lixeira coletora com tampa e pedal / capacidade 30 litros / cor branca / sem rodas / design simétrico / sistema de pedal para abertura da tampa sem o contato manual.	Bralimpa	81,00	162,00
23	27200	2	bombona	Sabonete bactericida antisséptico / bombona com 5L	Trilha	29,50	59,00
Preço Total (em R\$)					487,00		
Preço Total (em reais, por extenso)					Quatrocentos e oitenta e sete reais		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos produtos, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 12/06/2018

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2018

Publicação Nº 1651240

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018
SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2017 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-01, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Ronaldo Luiz Senger, residente e domiciliado na Av. Planalto nº 271, centro, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do RG, sob nº. 3.437.386-1 e do CPF nº. 027.150.949-06, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 83.220.723/0039-04, com sede na Av. Planalto, 450, centro, Município de Bom Jesus Do Oeste/SC, neste ato representado pelo seu presidente senhor Arno Pandolfo, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Pinhalzinho/SC, portador do CPF sob nº. 182.692.659-34 e do RG sob nº 12R-616.613, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/93 e suas alterações, que entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem, de acordo com Processo Licitatório nº. 2784/2017 – Edital de Pregão Presencial nº. 036/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica suprimido o preço do objeto do contrato, referente a aquisição de combustíveis, conforme requerimento, comprovação e parecer jurídico, ficando os novos valores praticados a partir desta data, conforme segue:

Item 03 – Diesel S 10. Supressão de 4,38 %, ficando o novo valor por litro em R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Os atos deste contrato terão vigência a partir do dia 13 de junho de 2018.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 02/2017 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 11 de junho de 2.018.

RONALDO LUIZ SENGER ARNO PANDOLFO

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

JEFERSON PERSCH VALDENOR NASCIMENTO
CPF Nº 034.734.559-03 CPF Nº 664.756.439-04

CESAR LUIS MAJOLO
ASSESSOR JURIDICO
OAB 32.022

Bom Retiro

PREFEITURA

2386.18 - L. REVISÃO AGENTE POLÍTICO

Publicação Nº 1651023

Lei Nº 2386/18 de 12.06.2018

CONCEDE REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CF/88 AOS AGENTES POLÍTICOS.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida reposição salarial aos Agentes Políticos a título de recomposição das perdas salariais, reajustados em 2,54% (dois virgula cinquenta e quatro por cento), referente ao INPC (IBGE) acumulado no período de janeiro de 2017 a março de 2018, com base no INPC acumulado no período.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

2387.18 - L PROGRAMA ESTUDANTES

Publicação Nº 1651024

Lei Nº 2387/18 de 12.06.2018

INCLUI PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 2385/18 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE – PAE, NO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 2385/18 de 24 de maio de 2018, passa a vigorar acrescido do parágrafo único:

“Art. 2º.
Parágrafo Único. Pela prestação de serviço do transporte intermunicipal dos alunos do PAE o município cobrará do estudante um valor mensal a título de reembolso parcial dos custos pela prestação do referido transporte, cujo valor será regulamentado por Decreto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

609.05.18 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE IOLETE F. G. ZELAZOWSKI

Publicação Nº 1651342

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 609/18 de 28.05.18

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com Termo de Audiência do Procedimento do Juizado Especial Civil nº 500070-76.2018.4.04.7206/SC até o dia 16 de novembro de 2018, a funcionária Iolete de Fatima Guckert Zelazowski, ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de maio de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

638.06.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE GERVASIO M. KULL

Publicação Nº 1650692

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 638/18 de 11.06.18

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 11 e 12 de junho de 2018, ao funcionário Gervásio Marcelino Kull ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

639.06.18 - P. FÉRIAS PAMELA STEIMBACH

Publicação Nº 1650693

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 639/18 de 11.06.18
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2017 (Dois Mil e Dezessete) a 2018 (Dois Mil Dezoito) a funcionária Pamela Deucher Steimbach, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar do dia 11 de junho com término no dia 10 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

640.06.18 - P. LIC. PREMIO EDERSON BARBOSA

Publicação Nº 1650694

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 640/18 de 11.06.18
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 84 e 89 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 100/18 de 11.06.18, e despacho em 11.06.18, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, em pecúnia, com pagamento parcelado em três vezes, nos meses de junho, julho e agosto de 2018, correspondente ao quinquênio 2013 (Dois Mil e Treze) a 2018 (Dois Mil e Dezoito); ao funcionário Ederson Barbosa, ocupante do cargo de Motorista – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

641.06.18 - P. DES. SERV. ROSILENE AP. URBANO

Publicação Nº 1650695

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 641/18 de 11.06.18

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Rosilene Aparecida Urbano, para atuar como Servente 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 11 de junho com término no dia 10 de julho de 2018, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Pâmela Deucher Steimbach que encontra-se em Férias. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO 1º TA CONTRATO 151/2017

Publicação Nº 1651400

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 151/2017
Locatário: Município de Bom Retiro (FMAS)
Locador: Marita Meyer Schlichting/Mario Luiz Schlichting Júnior.
Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato de Locação n.º 151/2017, nos termos da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 12 de junho de 2019, conforme faculta legislação vigente.

Bom Retiro, 13 de junho de 2018.
Maria Madalena Silveira
Responsável Sec. de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 141/2018

Publicação Nº 1651188

Extrato Contrato 141/2018 Pregão Presencial 40/2018
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: JK Transportes e Turismo Ltda. ME
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de transporte escolar municipal emergencial.
Valor Total: R\$ 80.600,00 (oitenta mil e seiscentos reais)

Bom Retiro, 13 de junho de 2018.
Maria Madalena Silveira
Responsável Sec. de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 142/2018

Publicação Nº 1651651

Extrato Contrato 142/2018 Pregão Presencial 20/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Soma Com. de Importação e Exportação de Materiais de Construção Ltda. ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 1.878,63 (mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos)

Bom Retiro, 13 de junho de 2018.

Maria Madalena Silveira

Responsável Sec. de Administração e Fazenda

MINUTA EDITAL PP 43/2018

Publicação Nº 1650935

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 43/2018 para Contratação de empresa para realização de concurso público, envolvendo todo o trâmite necessário desde a elaboração de edital até a divulgação dos resultados. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 25/06/18 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 13 de junho de 2018.

Maria Madalena Silveira

Responsável Sec. Municipal Administração e Fazenda

MINUTA EDITAL PP 44/2018

Publicação Nº 1650942

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 44/2018 para Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de refeições prontas, tipo "marmitex", para atendimento da demanda das Secretarias Municipais. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 25/06/18 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 13 de junho de 2018.

Maria Madalena Silveira

Responsável Sec. Municipal Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****ATA HABILITAÇÃO - PL55/2018-TP01/2018-REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DAS GRUTAS**

Publicação Nº 1651007

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO nº55/2018, TOMADA DE PREÇOS nº 01/2018.

Às nove (09:00) horas, do 12(doze) de junho de dois mil e dezoito, na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Botuverá reuniram-se os membros da comissão de licitações nomeados pela Portaria nº 05/2018, de 16 de Janeiro de 2018, para abertura, análise e julgamento da Documentação e das Propostas de Preços do Processo Licitatório em epígrafe, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, conforme projetos e demais informações no edital. Acudiram em tempo hábil ao presente certame, protocolando a entrega dos envelopes documentação e a proposta as empresas: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELLI, CNPJ: 02.663.663/0001-11, sediada na Rua Evaristo da Veiga, Praia dos Amores, Balneário Camboriú/SC; CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ: 01.650.178/0001-40, sediada Rua Monica Gisele Elisio, 100, São Vicente, Itajaí/SC; DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ: 27.404.978/0001-75, Rua Arnoldo Zuqui, 70, Dom Joaquim, Brusque/SC. Participaram na sessão os representantes Sr. Claudio Pedro Steil, CPF289..840.999-53, da empresa Aline Construções, Sr. Sérgio Zancanaro, CPF-003.655.259-36, da empresa Dimense Engenharia Constr. Ltda. A demais proponente não se fez presente na sessão. Feitos os registros iniciais, em seguida foram abertos os envelopes nº01 – Documentação de Habilitação, sendo rubricados e analisados todos os documentos ali contidos pelos membros da comissão e representantes presentes. Da análise para verificação de enquadramento das ME e/ou EPP, empresas beneficiadas pela Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações: DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ: 27.404.978/0001-75, MICRO EMPRESA, ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELLI, CNPJ: 02.663.663/0001-11-EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Feito isto, foi dada sequência aos trabalhos, que após análise documental, verificou-se que todas as empresas estavam regularmente habilitadas, comprovando a apresentação de todos os documentos exigidos no edital. Em face todas as empresas terem sido declaradas habilitadas, foi solicitado a empresa não presente o envio via fax e/ou e-mail do Termo de Renúncia, conforme previsto no Art. 43, III da Lei 8.666/93, aos presentes ficam intimados da decisão. Foi suspensa a sessão para aguardo da manifestação das licitantes. Feita a renúncia expressa do prazo interposição de recursos da fase de habilitação, foram abertos os envelopes nº 02 – Proposta de Preços, procedendo da mesma forma que o anterior na análise da documentação acostada, verificou-se o seguinte preço apresentado:

ITEM	DESCRIÇÃO	Empresas:		DIMENSE	CR ARTEFATOS	ALINE
		Qtde.	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	
1	*REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ, localidade de Ourinhos, neste município, com recursos provenientes do contrato de repasse nº832371/2016, do Ministério do Turismo, através da Caixa Econômica Federal, conforme projetos.	1	215.574,89 1ºclass.	251.649,50 2ºclass.	253.609,68 3ºclass.	

*descrição completa dos itens na planilha orçamentária anexa.

Foi dada sequência aos trabalhos com análise das propostas e tendo em vista que deverá ser procedida a análise de preços item a item, foi suspensa a sessão para divulgação do resultado para data de 13/06/2018, às 9:00hrs.

Botuvera, 12 de Junho de 2018.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:
Portaria nº05/2018

Fábio Maestri Bagio Membro	Cleber José Costa Presidente	Rogério Comandolli Secretário
-------------------------------	---------------------------------	----------------------------------

Representantes:

ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELLI
CNPJ: 02.663.663/0001-11

DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ: 27.404.978/0001-75

ATA PROPOSTAS - PL55/2018-TP01/2018-REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DAS GRUTAS

Publicação Nº 1651816

ATA DE REABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO nº55/2018, TOMADA DE PREÇOS nº 01/2018.

Aos 12(doze) de junho de dois mil e dezoito, às 16:00 horas, na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Botuverá, reuniram-se os membros da comissão de licitações nomeados pela Portaria nº 05/2018, de 16 de Janeiro de 2018, para reabertura da sessão para julgamento das Propostas de Preços do Processo Licitatório em epígrafe, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, conforme projetos e demais informações no edital. Conforme propostas apresentadas e classificadas no quadro resumo abaixo, analisados os valores apresentados em conformidade ao edital, a comissão exarou o seguinte julgamento: após verificada análise das propostas declaramos vencedora do presente certame, a empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ: 27.404.978/0001-75, Rua Arnaldo Zuqui, 70, Dom Joaquim, Brusque/SC, com a proposta no valor global de R\$ 215.574,89(duzentos e quinze mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), por atender aos requisitos exigidos, estar abaixo dos preços estimados na planilha orçamentária, anexo do edital. Finalizado o julgamento e declarada a vencedora, foi encaminhado o processo para adjudicação do objeto desta licitação ao proponente vencedor. O resultado somente tornar-se-á definitivo, após a homologação do processo pela autoridade competente, o Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da comissão, lavrando-se a presente ata, que após lida e assinada pelos membros da Comissão, sendo determinado a publicação de cópia nos veículos oficiais com a finalidade de intimação da decisão para fins de contagem dos prazos recursais, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

Quadro resumo de propostas:

		Empresas:		DIMENSE ME	CR ARTEFATOS	ALINE EPP
ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde.	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	
1	*REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ, localidade de Ourinhos, neste município, com recursos provenientes do contrato de repasse nº832371/2016, do Ministério do Turismo, através da Caixa Econômica Federal, conforme projetos.	1	215.574,89 1ºclass. VENCEDORA	251.649,50 2ºclass.	253.609.68 3ºclass.	

*descrição completa dos itens na planilha orçamentária anexa.

Botuvera, 12 de Junho de 2018.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Portaria nº05/2018

Fábio Maestri Bagio Membro	Cleber José Costa Presidente	Rogério Comandolli Secretário
-------------------------------	---------------------------------	----------------------------------

DECRETO Nº 2.179-2018 - ANULAÇÃO

Publicação Nº 1651813

=====

D E C R E T O Nº 2.179/2018

=====

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 33.106,11 (Trinta e três mil, cento e seis reais e onze centavos), conforme abaixo especificado:

8000	Secretaria de Agricultura
8001	Divisão de Agricultura
20-606-020-2.43	Manutenção, Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (136)	Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-007-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família

4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (259)	Receita de Impostos e transf. de imp. Saúde R\$ 8.106,11

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

8000	Secretaria de Agricultura
8001	Divisão de Agricultura
20-606-020-2.43	Manutenção, Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (135)	Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-007-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (257)	Receita de Impostos e transf. de imp. Saúde R\$ 8.106,11

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 12 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 12 de junho de 2018.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.180-2018 - SUPERAVIT

Publicação Nº 1651817

=====

D E C R E T O Nº 2.180/2018

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 177.523,38 (Cento e setenta e sete mil quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-013-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(328)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 177.523,38

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 12 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 12 de junho de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO N.º 51 2018

Publicação Nº 1651268

DECRETO Nº. 051/2018.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde
(2) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0064 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
(40) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.000000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2018 do recurso 1.0064 – Atenção Básica (Apoio Financeiro pela União aos Entes Federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios – FPM)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 11 de junho de 2018.
NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 52 2018

Publicação Nº 1651272

DECRETO Nº. 052/2018.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezoito, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde
(3) – 3.1.90.00.00.00.00.00 3105 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde
(11) – 4.4.90.00.00.00.00.00 3105 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 11 de junho de 2018.
NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 53 2018

Publicação Nº 1651277

DECRETO Nº. 053/2018.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0900/2018 de 26.03.2018, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezoito, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
(71) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0019 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(73) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0019 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de junho de 2018.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 54 2018

Publicação Nº 1651324

DECRETO Nº. 054/2018.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezoito, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(124) – 3.1.90.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(125) – 3.3.90.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de junho de 2018.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

Publicação Nº 1650735

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018			Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para os encontros quinzenais dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo recheado, com creme de laranja ou polpa de abacaxi, cremes de recheio e cobertura com nata, fresco e sem presença de sujidades (842)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	18,2555	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	18,2783	2
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no saborde laranja ou chocolate, sendo macio e fresco, (829)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	10,9134	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	11,1441	2
3	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidades, (836)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	9,9175	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	11,4552	2
4	Bolacha tipo caseira, no sabor de polvilho ou côco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (830)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	16,5983	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	15,9424	2
5	Bolacha tipo caseira (Natal) , de trigo, manteiga, ovos, feito artesanalmente, decorada com confitos e glacê de ovos, sem conservantes, corantes ou outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (2033)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	18,2582	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	17,8866	2
6	Sanduíche feito com pão pulmann, fresco, macio sem presença de sujidades, com patê de frango. (831)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	1,3279	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	1,5009	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para os encontros quinzenais dos idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Cuca caseira de banana c/ farofa ou abacaxi c/ farofa, macia, fresca e sem sujidades, com peso aproximado de 1Kg. (841)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	9,1291	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	9,3321	2
8	Cuca caseira de queijinho branco, fresca, peso aproximado de 1Kg (1958)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	9,1291	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	9,7210	2
9	Cuca caseira de nata e coco, macia, fresca, peso aproximado de 1Kg (1959)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	9,1291	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	9,5266	2
10	Cuca caseira amendoim, macia,fresca,peso aproximado de 1Kg (1960)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	9,1291	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	9,5266	2
11	Pastel assado grande, recheado com carne de frango, massa sequinha, sem sujidade. Assados 1 hora antes da entrega. (835)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	2,9047	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	2,9163	2
12	Rosca de polvilho, tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (834)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	6,5148	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	6,1048	2
13	Sanduíche com pão francês, tamanho médio, fresco, feito no dia da entrega, com, malonese, presunto cozido e queijo. (840)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	2,1412	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para os encontros quinzenais dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	2,0064	2
14	Sanduíche em pão pulmann, unidade, fresco, madio. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidades. (1961)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	2,2325	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	2,0920	2
15	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (838)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	15,7684	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	16,3312	2
16	Sanduíche de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, alface e tomate, feitos no dia da entrega. Embalados individualmente. (369)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	1,9918	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	1,8664	2
17	Orelha de gato. Tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (383)	KG	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	13,0712	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	12,2484	2
18	Salada de fruta, com frutas frescas, (banana e mamão), embalada em potes transparentes, sem sujidades, com peso 125 a 150 gr, preparado no dia da entrega, com colher descartável. (2034)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	1,4109	1
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	1,4387	2
19	Salada de fruta, com frutas frescas, (laranja e mamão), embalada em potes transparentes, sem sujidades, com peso 125 a 150 gr, preparado no dia da entrega, com colher descartável. (2035)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	1,4109	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2018

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para os encontros quinzenais dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

20	Salada de fruta, com frutas frescas, (laranja, banana e mamão), embalada em potes transparentes, sem sujidades, com peso 125 a 150 gr, preparado no dia da entrega, com colher descartável. (2036)	UND	ELZITA BAADE PROBST 75302730944 (6114)	ELZITA	0	1,5353	1
----	--	-----	--	--------	---	--------	---

			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI-SABOR	0	1,4387	2
--	--	--	------------------------------	----------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para os encontros quinzenais dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KL-SABOR	0	1.5942	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para os encontros quinzenais dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2018

PROCESSO Nº 3/2018

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR

(6114) - ELZITA BAADE PROBST 75302730944

Braço do Trombudo, 12 de Junho de 2018.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 029/2018

Publicação Nº 1651867

DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 11 DE JUNHO DE 2018.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Municipal nº 058 de 27/10/97;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam NOMEADOS os membros do Conselho Municipal de Educação, de acordo com o Art. 3º da Lei Municipal nº 058 de 27/10/1997, que terá a seguinte composição:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Desporto:

TITULAR: ANDREIA FONTANA DEMENECK

SUPLENTE: GIRLENE CRISTIANE CHAGAS DE MORAES TORMEN

TITULAR: DAYSE JULIANA CONTE TORMEN

SUPLENTE: DANIELA ALEXANDRE DA SILVA

II - Representante da Rede Estadual de Ensino:

TITULAR: ELIZANDRA POLEZA

SUPLENTE: FERNANDA BALDO ROSSI

III - Representante da Rede Municipal de Ensino:

TITULAR: RAQUEL BARBOSA DOS SANTOS

SUPLENTE: JOZIANE ZAMPIERI

IV - Representante das APPs:

TITULAR: LUCIANE GOMES

SUPLENTE: ALINE MENONCIN

V - Representante do Legislativo Municipal:

TITULAR: ALEXANDRE UNZANARO

SUPLENTE: IZALTINO DE OLIVEIRA

Art. 2º. A Presidência do Conselho Municipal de Educação será exercida pela Senhora Andreia Fontana Demeneck, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º. O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução para a mesma função de mais um mandato.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 11 de junho de 2018.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM

DECRETO 030/2018

Publicação Nº 1651868

DECRETO MUNICIPAL Nº 030, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO N. 10/2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os incisos do art. 2º do Decreto 010/2015, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. A equipe técnica para revisão do Plano Municipal de Educação do Município de Brunópolis será composta pelos seguintes membros:

I - Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME):

RAQUEL BARBOSA DOS SANTOS

JOZIANE ZAMPIERI

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto (SMECD):

ANDREIA FONTANA DEMENECK

GIRLENE CRISTIANE CHAGAS DE MORAES TORMEN

DAYSE JULIANA CONTE TORMEN

III - Representante dos Diretores:

ELIUT LEOBET

MÁRCIA MELLO

MARIA ILOIR XAVIER WEBER

IV - Representante dos Professores:

HELENA MARIA NOVACK PRANDI

TANIA CONCEIÇÃO BORTOLONI DOS SANTOS

ADRIANA LONGHI MOSCON

V - Representante das APPs:

SIRLENE SUBIESACK

LUCIANE GOMES

VI - Representante das demais Secretarias Municipais:
DANIELA ALEXANDRE DA SILVA – SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN – SEC. ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA.

Art. 2º. Demais artigos do Decreto 10/2015, permanecem inalterados.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 11 de junho de 2018.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM

DECRETO 031/2018

Publicação Nº 1651861

DECRETO Nº 031 de 12 de junho de 2018.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BEM MÓVEL VEÍCULOS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do Município de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Avaliação de bem móvel veículos de propriedade do Município de Brunópolis, composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: MARCOS MACHADO CORREA; II- Secretário: JOSÉ ANTONIO RIBEIRO MACIEL; III-Membro: MARCOS DE SOUZA ANTUNES.

II – No desempenho de suas atividades a Comissão poderá solicitar apoio de pessoas e empresas especializadas para elaboração do respectivo laudo de avaliação, bem como utilizar-se de todos os meios legais e tabelas de preço de mercado a exemplo da Tabela Fipe.

Parágrafo único: Os laudos de avaliação emitidos pela comissão deverão ser aprovados pela maioria simples dos membros nomeados.

Art. 2º. A Comissão de Avaliação terá como finalidade desenvolver todos os trabalhos necessários à avaliação do bem móvel (veículos) pertencentes ao Município de Brunópolis-SC, submetidos a qualquer tipo de alienação futura.

§ 1º. Conforme a necessidade e/ou exigência de ordem legal, os pareceres da equipe poderão ser expedidos de forma unificada por consenso do grupo ou por análise, avaliação e emissão de Parecer individual.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo, em conjunto ou individualmente, não serão remunerados, não gerando nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza aos nomeados, pois serão prestados em forma de colaboração.

§1º. No laudo de avaliação deverá constar todas as características dos veículos e todas as informações que a comissão julgar convenientes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 12 de junho de 2018.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA GORETE DOS NASCIMENTO KERN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e Publicado no DOM.

LEI 918/2018

Publicação Nº 1651855

LEI MUNICIPAL Nº 915 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR PAGAMENTO DE DÍVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ORIUNDA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE A VALORES DE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de R\$9.899,76 (nove mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), ao servidor público Cleomar de Oliveira, oriundo de crédito apurado em processo administrativo inerente as progressões funcionais de exercícios anteriores não pagas ao servidor.

Art.2º. A dívida foi liquidada conforme determina a Lei 4320/64, mediante competente processo administrativo, o qual segue fazendo parte como anexo I desta Lei.

Art.3º. A liquidação refere-se as progressões funcionais referente aos anos de 2014 e 2016, nada mais devendo o município ao servidor referente a tais verbas.

Art.4º. As despesas correrão a conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art.5º. Revogada as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Brunópolis-SC, em 12 de junho de 2018.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADO NO DOM.

Brusque

PREFEITURA

CONTRATO Nº 014-2014 - WDF

Publicação Nº 1651888

Rescisão Amigável Contrato n. 014/2014, entre o Fundo Municipal de Saúde e a pessoa jurídica Construtora WDF Serviços Ltda, em 05/06/2018. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LIMEIRA ALTA, LOCALIZADO NO BAIRRO LIMEIRA, RUA ALBERTO MULLER, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Origem: Tomada de Preço nº 005/2014. Fundamento legal: artigo 79, II da Lei 8.666/93. Signatário: Humberto Martins Fornari e Wilson José de Franceschi.

EDITAL Nº 006-2018- CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 1651472

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 006/2018

CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 006/2018

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA CLASSIFICAÇÃO FINAL em ordem de classificação do Processo Seletivo para o cargo de Médico Clínico Geral, Médico Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, conforme segue:

Médico Clínico Geral

Nº Classificação	Nome	Pontos
01	Heloisa Gonçalves Coelho de Souza E Oliveira	390,00
02	Marcelo Fernandes Pereira	198,00
03	Carlos Ronaldo Haas	182,00
04	Ronaldo Caldeira Godinho	163,00
05	Marner Lopes da Silveira	162,00
06	Alf Rodrigues Nogueira	125,00
07	Rodrigo Dias da Silva	66,00
08	Vanessa Beilfuss	66,00
09	Luciana Cristina Lago Chaves	52,00
10	Marília Ferreira Duailibe Barbosa	46,00
11	Francieli Zanatta Daniel	42,00
12	José Henrique Sandoval Gonçalves	41,00
13	Carlos Rogerio Candido Maia	31,00
14	Francielle Sordi Veiga	30,00
15	Lielli Carine Fischer Polhein	29,00
16	Juliana Jaques do Amaral	10,00

Médico Especialista em Ginecologia e Obstetrícia

Nº Inscrição	Nome	Pontos
01	Sarah Tiemi Kumoto	55,00

Brusque, 11 de Junho de 2018.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003-2018

Publicação Nº 1651475

TOMADA DE PREÇO nº 001/2018
Processo Licitatório nº 003/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, por intermédio Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Brusque (FUMREBOM), na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA PARA EMISSÃO DE PARECER DOS PROJETOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIOS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/07/2018, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 14/06/2018

Jackson L. de Souza

Corpo de Bombeiros de Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006-2018 FME

Publicação Nº 1651478

PREGÃO nº 006/2018 FME
Processo Licitatório nº 006/2018 FME

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Fundação Municipal de Esporte, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE LAMPADAS, REATORES E LUMINÁRIA DE EMERGENCIA.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/07/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 14/06/2018

OLAVO LARANGEIRA TELLES DA SILVA

Fundação Municipal de Esporte

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042-2018

Publicação Nº 1651482

PREGÃO nº 028/2018
Processo Licitatório nº 042/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Departamento Geral de Infraestrutura, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/07/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 14/06/2018

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059-2018

Publicação Nº 1651484

PREGÃO nº 039/2018
Processo Licitatório nº 059/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Departamento Geral de Infraestrutura, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE FORROS E DIVISÓRIAS DE GESSO RETORNADO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/07/2018, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059-2018-ZOO

Publicação Nº 1651488

PREGÃO nº 003/2018FEZB
Processo Licitatório nº 059/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE RAÇÕES.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/07/2018, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

JOÃO ROBERTO BEUTING

Fundação Ecológica e Zoobotânica

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060-2018

Publicação Nº 1651491

PREGÃO nº 040/2018
Processo Licitatório nº 060/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Departamento Geral de Infraestrutura, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO E PNE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/07/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072-2018

Publicação Nº 1651494

PREGÃO nº 051/2018
Processo Licitatório nº 072/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROSSEMEADURA NOS TALUDES.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/07/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074-2018

Publicação Nº 1651497

PREGÃO nº 053/2018
Processo Licitatório nº 074/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a LOCAÇÃO DE PATROLA E ROLO COMPACTADOR.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/06/2018, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086-2018

Publicação Nº 1651499

PREGÃO nº 061/2018
Processo Licitatório nº 086/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE CAMIONETE CABINE SIMPLES COM CESTO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/07/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087-2018

Publicação Nº 1651501

PREGÃO nº 062/2018
Processo Licitatório nº 087/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n

77, Centro, por intermédio da Secretária de Orçamento e Gestão, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/07/2018, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária da Fazenda

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089-2018

Publicação Nº 1651504

PREGÃO nº 064/2018

Processo Licitatório nº 089/2018

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Educação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/07/2018, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/06/2018

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 12.556-2018

Publicação Nº 1651505

PORTARIA nº 12.556, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, considerando os termos do convênio nº 004/2018, firmado entre o Município de Brusque e a Sociedade Amigos de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Autorizar a cessão da servidora LUCIANA PAZ TOMASI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de História para a Sociedade Amigos de Brusque, localizada na Avenida Otto Renaux, nº 285, CNPJ 83.721.639/0001-93, bairro São Luiz, nesta cidade e comarca.

Art. 2º Fica convalidada a cessão da aludida servidora, no período de 01 de fevereiro de 2017 até a presente data

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Secretária da Educação do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 12.552 -2018

Publicação Nº 1651508

PORTARIA N. 12.552, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Renato José Raulino para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.553 -2018

Publicação Nº 1651511

PORTARIA N. 12.553, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Kathiuscia Valeska Wojciechows Ki Brum para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.558 - 2018

Publicação Nº 1651884

PORTARIA N. 12.558, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo II- E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pedro Ivonildo Correa de Souza Júnior para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, a partir de 13 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

JOÃO ROBERTO BEUTING
Respondendo interinamente pela
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12554 - 2018

Publicação Nº 1651513

PORTARIA N. 12.554, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 433/2018, emitido pela Secretaria de Saúde, e o Memorando n. 136/2018, do Gabinete do Prefeito,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Leticia Figueredo, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, matrícula 672564-1, lotada na Secretaria de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de 04 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12555 - 2018

Publicação Nº 1651515

PORTARIA N. 12.555, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 647/2018, emitido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e o Memorando n. 145/2018, do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Carlos Henrique Beuting, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Eletricista, matrícula 347167-2, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 1475 2018

Publicação Nº 1651897

PORTARIA Nº 1475/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria 419/2011 que reduziu a carga horária de 40 horas para 20 horas semanais da servidora DENIA DOMIT EMPINOTTI.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1389-2018

Publicação Nº 1651522

PORTARIA Nº 1389/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora TAMIRES TEIXEIRA, matrícula Nº 601730-06, exercendo as funções de CO-ORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 09/05/2018 e 05/09/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/05/18 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de maio de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1413-2018

Publicação Nº 1651523

PORTARIA Nº 1413/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora LEILIANI ALTINO DE FRANCA BLASCZAK, matrícula Nº 4151232-02, exercendo as funções de MONITOR ESCOLAR II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 05/06/2018 e 02/10/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/06/18 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de junho de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1275-2018

Publicação Nº 1651524

PORTARIA Nº 1275/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora MARINAIDE SELHORST CONTESINI VINOTTI, matrícula nº 465550-08, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 10/05/2018 à 05/11/2018

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de maio de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1302-2018

Publicação Nº 1651525

PORTARIA Nº 1302/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora ELIANI ORTHMANN LIDIO, matrícula nº 445061-03 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 11/05/2018, sendo seu afastamento no dia 26/05/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1303-2018

Publicação Nº 1651528

PORTARIA Nº 1303/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora ELENIR DALAGNOLI CASAGRANDA, matrícula nº 342742-04 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 18/05/2018, sendo seu afastamento no dia 02/06/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos
Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1339-2018

Publicação Nº 1651529

PORTARIA Nº 1339/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,c/c o Decreto 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora MARISTELA DE SOUSA FACCHINI, matrícula nº 108995-02, Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 23/05/2018.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de maio de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1341 -2018

Publicação Nº 1651531

PORTARIA Nº 1341/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora DULCIMAR MARTINS GOMES, matrícula nº 1045253-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 02/05/2018, sendo seu afastamento no dia 16/05/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de maio de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1343-2018

Publicação Nº 1651532

PORTARIA Nº 1343/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora MARIA NOELI MARCELINO, matrícula nº 376604-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação,

em decorrência do atestado médico do dia 15/05/2018, sendo seu afastamento no dia 29/05/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de maio de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1344-2018

Publicação Nº 1651533

PORTARIA Nº 1344/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora MARLENE SILVA DE LIMA, matrícula nº 1058860-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 11/05/2018 à 06/11/2018

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de maio de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 135-2018-SAMAE

Publicação Nº 1651891

PORTARIA Nº 135/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando que o servidor é responsável pela análise de documentação relativa aos pedidos de Ligação de Água e mudanças de titularidade de hidrômetros, e que realiza a análise da documentação encaminhando ao departamento jurídico se necessário;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JEAN WONS FERNANDES, matrícula 3760-03, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir de 01 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Brusque, em 11 de junho de 2018.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1388-2018

Publicação Nº 1651534

PORTARIA Nº 1388/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora VANILDA WORTMEYER TIL, matrícula nº 677434-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 24/05/2018, sendo seu afastamento no dia 08/06/2018.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de maio de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1425-2018

Publicação Nº 1651536

PORTARIA Nº 1425/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório da servidora PRISCILA FERREIRA CAMPOS, matrícula nº 738514-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada no Secretaria Municipal de Educação para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 04/06/2018, ficando suspenso a contar de 19/06/2018.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/06/18 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1473 2018

Publicação Nº 1651894

PORTARIA Nº 1473/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Reduzir a carga horária da Servidora ANA KRIS DA SILVA, matrícula nº 748862, ocupante do cargo MEDICO ESPECIALISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de 40 horas semanais para 20 horas semanais.

Parágrafo único: A Redução se dá por interesse da Municipalidade, conforme justificativa constante no Memorando nº 018/2018 da Secretaria da Saúde, bem como de acordo com o Parágrafo Único, Art. 40 da Lei Complementar 143/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1474-2018

Publicação Nº 1651896

PORTARIA Nº 1474/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Reduzir a carga horária do Servidor FREDERICO GUIMARAES MARCHISOTTI, matrícula nº 876186, ocupante do cargo MEDICO ESPECIALISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de 40 horas semanais para 20 horas semanais.

Parágrafo único: A Redução se dá por interesse da Municipalidade, conforme justificativa constante no Memorando nº 455/2018 da Secretaria da Saúde, bem como de acordo com o Parágrafo Único, Art. 40 da Lei Complementar 143/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1476-2018

Publicação Nº 1651898

PORTARIA Nº 1476/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria 4.099/2017 que reduziu a carga horária de 40 horas para 20 horas semanais do servidor MARCO ANTONIO CORTELAZZO.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 1479-2018

Publicação Nº 1651886

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1479/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
665347	0	JONAS CESAR ANGIOLETTI	Gabinete do Prefeito / Conselhos	11/06/2018	20/06/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de gabinete

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1480-2018

Publicação Nº 1651887

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1480/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4312120	1	LISLEI RAQUEL HABITZREUTER GRAF	Secretaria de orçamento e Gestão	12/06/2018	21/06/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TP-08/2018

Publicação Nº 1651147

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 88//2018
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Reuniram-se no dia 11/06/2018 às 14:10, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 7.552, de 24 de maio de 2018 para deliberar e julgar a documentação de habilitação das empresas participantes da sessão de abertura da Tomada de Preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE PARA BALA NO ESTANDE DE TIRO NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. Constatou-se a participação da seguinte empresa: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME. Registra-se que não houve a presença de interessados na sessão pública. Passou-se, então, à análise da documentação apresentada no envelope de documentação da participante. Após análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital, a Comissão decidiu habilitar a empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME por atender todos os requisitos do Edital e seus Anexos. Superada a fase habilitatória e não havendo a sucumbência da única empresa participante do processo licitatório, a Comissão Especial de Licitações decide abrir o invólucro da proposta apresentada. Desta forma, analisando as comparações de preços e adotado o critério de julgamento das propostas fixado no Edital, os membros da Comissão passaram a examinar a proposta apresentada no valor total de R\$32.359,01 (trinta e dois mil e trezentos e cinquenta e nove reais e um centavo), no entanto, na planilha orçamentária apresentada o valor é de R\$30.840,09 (trinta mil e oitocentos e quarenta reais e nove centavos), além dos itens constantes desta diferirem da planilha do edital. Assim, antes da desclassificação da proposta da empresa a Comissão solicitará ao setor da Procuradoria Geral do Município manifestação ou parecer jurídico, dentro de 3 (três) dias úteis, a respeito de qual procedimento a ser adotado pela Comissão. A sessão ficará suspensa até a resposta da PGM. A Comissão Especial de Licitação determinou a publicação da ata no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Caçador no dia 12 de junho de 2018. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

Carolina Fruet de Lima - Presidente

Taise Teodózio - Membro;

Lucas Filipini Chaves - Membro

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS - TP06/2018

Publicação Nº 1651876

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 81//2018
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2018

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Reuniram-se no dia 12/06/2018 às 17:30, na Prefeitura Municipal de Caçador/SC, a Comissão de Licitação, designada pelo(a) Decreto nº Decreto nº 7539 de 14 maio 2018 para realização de processos licitatórios na modalidade Tomada de Preço, para tratar do Edital TP06/2018 destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA REFORMA DO GINÁSIO NEY DOUGLAS BELLO. Aberta a sessão pelo Sra. Presidente da Comissão Municipal de Licitação constatou-se a ausência dos representantes das licitantes habilitadas. Não havendo representantes das empresas presente na sessão. Após a apresentação pela Comissão Municipal de Licitações dos "ENVELOPE - PROPOSTA" e constatado por todos se encontravam intactos, foi procedida à abertura dos envelopes, sendo os escritos nele contido verificado e rubricado por todos os presentes. A seguir, os integrantes da Comissão Municipal de Licitações passaram a examinar as propostas apresentadas. Examinadas as propostas dos licitantes: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME, ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, pela Comissão Municipal de Licitações, esta, por unanimidade de seus componentes, culminou por JULGÁ-LAS REGULARES. Efetuada as comparações de preços e adotado o critério de julgamento das propostas fixado no Edital, chegou-se ao seguinte resultado classificatório, 1º LUGAR: a empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME com o valor total de R\$110.899,61 (cento e dez mil e oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos); e 2º LUGAR: a empresa ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA-EPP com o valor total de R\$123.617,63 (cento e vinte e três mil reais e seiscentos e dezessete reais e sessenta e três centavos). Ainda, não havendo representantes na sessão pública para renunciar ao direito de recurso, fica determinado 5 (cinco) dias úteis o prazo para formalização das peças iniciais, contados a partir da publicação desse resultado no site da prefeitura municipal de Caçador (www.cacador.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>) no dia 13 de junho de 2018. A Presidente da Comissão Especial de Licitações procedeu à leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, sendo esta assinada pelos presentes.

CAROLINA FRUET DE LIMA - Presidente

LUCAS FILIPINI CHAVES - Membro

TAISE TEODÓZIO - Membro

DECRETO Nº 7.575

Publicação Nº 1651878

DECRETO Nº 7.575, de 12 de junho de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 100.312,75 (cem

mil, trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
2001 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.2.2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
4.4.90.00.01.64 – Aplicações Diretas
.....R\$ 100.312,75

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º será anulada parcialmente a dotação orçamentária conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
2001 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.2.2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.01.64 – Aplicações Diretas
.....R\$ 100.312,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 29.220

Publicação Nº 1651865

PORTARIA Nº 29.220, de 07 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que institui a Fundação Municipal de Esportes, e Lei Complementar nº 324, de 31/05/2017, que institui a Fundação Municipal de Cultura e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR os Servidores a seguir relacionados, designados para ocuparem cargos comissionados, especificando matrícula, nome, cargo, local de lotação e portaria de nomeação, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Local de lotação	Nº portaria de nomeação
9055	Cristiane Moreira Camargo Dobner	Diretora Técnica	Fundação Municipal de Cultura e Turismo	27.918, de 27 de abril de 2017
44	Enemir Corozzola	Presidente	Fundação Municipal de Esportes	27.624, de 19 de janeiro de 2017
47	Jhonathan Maurício Furtado	Diretor Esportivo de Participação	Fundação Municipal de Esportes	27.984, de 12 de maio de 2017
9058	Karla Vanessa Velasquez	Diretora de Turismo	Fundação Municipal de Cultura e Turismo	28.079, de 06 de junho de 2017
45	Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussat	Diretora Esportiva Educacional	Fundação Municipal de Esportes	27.704, de 14 de janeiro de 2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31 de maio de 2018.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.230

Publicação Nº 1651866

PORTARIA Nº 29.230, de 11 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir o membro da Comissão do Processo Administrativo nº 02/2018, instaurado pela Portaria nº 29.170, de 22 de maio de 2018, RICARDO AZAMBUJA pela Servidora MARDIONICE HELENA PARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretário e lotada junto à Secretaria Municipal da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Caibi

PREFEITURA

PORTARIA 264/18

Publicação Nº 1650652

PORTARIA Nº 264/18

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR por termino de contrato de trabalho a Servidora Municipal THAIS GALLON , matrícula 9171-5 , do cargo de ODONTOLOGA , enquadrado junto ao Departamento Municipal de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, recebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria e direitos rescisórios.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2018

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 037/2018 - PMC

Publicação Nº 1651196

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 037/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 055/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO A QUENTE, PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS PAVIMENTADAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA APLICAÇÃO A FRIO EM OPERAÇÃO TAPA BURACOS, EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 12/06/2018
1ª Publicação.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO JUNHO 2018

Publicação Nº 1651200

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Contribuinte: L F EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI ME – CNPJ: 23.704.483/0001-00 - CMC: 173910

A Diretora da Secretaria de Finanças do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 47, inciso II e III, da Lei Municipal nº: 30/2010), FAZ SABER que o contribuinte acima identificado, em razão de notificação/intimação pessoal frustrada dispõe do PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, corridos e contados a partir da publicação do presente edital, para recolher, em favor do Município de Camboriú, a diferença da TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento do exercício de 2018, no valor atual de R\$ 342,09 (Trezentos e quarenta e dois reais e nove centavos) e a diferença da TVS - Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária do exercício de 2018, no valor atual de R\$ 202,32 (Duzentos e dois reais e trinta e dois centavos), ambas as diferenças relativas a alteração do cadastro municipal do contribuinte devido a acréscimo de atividade, conforme Requerimento do contribuinte, protocolado em 06/06/2018. Também a taxa de alteração cadastral no valor de R\$ 32,58 (trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos). O pagamento deve ser efetuado através de guia de recolhimento a ser obtida na Secretaria de Finanças, localizada no paço municipal, à Rua Getúlio Vargas, 77, Centro de Camboriú, no horário das 12h às 18h. Findo o prazo sem que seja atendido, o débito será inscrito em dívida ativa para a emissão de certidão para cobrança judicial. E, para que chegue ao conhecimento do contribuinte e seu representante legal, determina-se a expedição do presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO.

Camboriú (SC), 29 de maio de 2018.

Marister Rocha

Diretora de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 007/2018 - FME

Publicação Nº 1651029

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018-FME – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA O LOTE 03.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (CALÇA E JAQUETA) PARA OS ALUNOS MATRICULADOS NO ANO LETIVO DE 2018 NO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Junho de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br. Camboriú 11 de junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TP 002/2018 - FMAS

Publicação Nº 1651191

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2018 - FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL, PARA REFORMA DA CASA DA COSTUREIRA, LOCALIZADA NA RUA MONTE ORIZADA, BAIRRO MONTE ALEGRE, CAMBORIÚ. POSSIBILITANDO O DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE FACÇÃO E COSTURA. CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Julho de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br. Camboriú, 12 de Junho de 2018

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipio

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018 FMS

Publicação Nº 1651034

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 11/2018 FMS)

Às 14h do dia 11/06/2018, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de fraldas geriátricas para fornecimento à pacientes com necessidades e prescrição médica. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2018

Publicação Nº 1651033

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 48/2018)

Às 09h do dia 11/06/2018, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para da frota do município de Campo Alegre/SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018

Publicação Nº 1651036

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 49/2018)

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Ana Luiza Telma e Daniela Saldanha, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 49/2018, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de 'tapa-buraco' (reposição de asfalto com emprego de materiais) para o Município de Campo Alegre - SC, com cota de itens exclusivos para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO - CNPJ: 82.130.170/0001-55 e SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME - CNPJ: 72.123.631/0001-09 A licitante CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO credenciou como representante na sessão o Sr. Ricardo Lima Moraes A licitante SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME credenciou como representante na sessão o Sr. Thiago Paul. As licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. A licitante SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME comprovou enquadramento como ME. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME	93,00	60,00	1ª classificada	Habilitada
CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO	89,20	61,00	2ª classificada	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI ME estando de acordo com o exigido no edital, sendo declarada vencedora do item 01 (ampla concorrência) e do item 02 (cota reservada ME/EPP) com o valor unitário de R\$ 60,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes.

CONVOCAÇÃO Nº 144/2018

Publicação Nº 1651548

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018
CONVOCAÇÃO Nº 144/2018

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELISANGELA RODRIGUES POMOCENE, inscrita no CPF/MF sob nº 057.123.049-02, aprovada em 15º lugar no Processo Seletivo nº 01/2018/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I exercendo a Função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 15 de junho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 12 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 15.533 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651666

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 15.533 DE 12 DE JUNHO DE 2018
CONCEDE FÉRIAS A DIRETORA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal TACIANA AMORIM CUNHA, matrícula funcional nº 000153, registro no sistema sob nº 181300, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Gratificada de Diretora Pedagógica do Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 19 de fevereiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2017 = 05 (zero cinco) dias; 19 de fevereiro de 2017 a 18 de fevereiro de 2018 = 05 (zero cinco) dias.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 13 de junho de 2018 á 22 de junho de 2018, segundo opção sua já requerida e devidamente assinada e Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de junho de 2018 sob nº 003717.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 12 de junho de 2018.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 57/2018

Publicação Nº 1651238

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto contratação de maestro para coordenar e reger a Banda Municipal de Campo Alegre em Fragosos, Bateias de Baixo e no Centro, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO
------	-------	------	-----------	------------------------------	---------------------------

01	06	mês	Prestação de serviços de maestro para executar atividades de regência e coordenação da Banda Municipal de Campo Alegre em Fragosos, Bateias de baixo e no Centro, de acordo com o estabelecido no edital e Termo de Referência, do Processo Licitatório nº 53/2018	R\$ 2.137,00	R\$ 12.822,00
----	----	-----	--	--------------	---------------

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 26/06/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 26/06/2018

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 11.01.1.005.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras, Coordenadoria de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 57/2018".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município. Campo Alegre - SC, 12 de junho de 2018.

Lucilaine Mókfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

Portaria 285/2018

Publicação Nº 1651436

PORTARIA N. 385, DE 06 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença
Maternidade à servidora pública
Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, o art. 69 da Constituição Federal, e a Lei 11.770/2008;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, à servidora pública municipal LEDI FARIAS EHRENBRIK, matrícula nº 10473-6, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 06 de junho de 2018, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 06 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 309/2018

Publicação Nº 1650840

PORTARIA N. 309, DE 18 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, TIAGO DA SILVA, por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período compreendido

de 18/04/2018 à 18/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 18 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 310/2018

Publicação Nº 1650851

PORTARIA N. 310, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a alteração da Portaria nº 159/2018, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a servidora foi removida da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Gabinete de Planejamento e Gestão, através da Portaria 192/2018, porém o seu período de contratação não foi ampliado em época própria, conforme a necessidade do Gabinete de Planejamento e Gestão;

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o período da contratação contida na Portaria nº 159/2018, que contrata ROSENI FAGUNDES, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, que passará a ser de 01/03/2018 à 28/02/2019, a partir da contratação da servidora, datada de 01 de março de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/03/2018.

Campo Erê – SC, 20 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 311/2018

Publicação Nº 1650873

PORTARIA N. 311, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a ampliação da carga horária de Professor, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 17, § 4º. Inciso I, da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. AMPLIAR a carga horária da servidora pública municipal SERLI MARIA FREITAS, matrícula nº 10566-0, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a partir de 01/03/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/03/2018.

Campo Erê – SC, 20 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 312/2018

Publicação Nº 1650876

PORTARIA N. 312, DE 23 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a remoção de ofício de servidor público municipal, e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 37, da Lei Complementar nº. 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. REMOVER por necessidade e conveniência da Administração Pública, a servidora pública municipal JOICE CRISTINA FAGUNDES RECALCATI, matrícula nº 11190-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saúde Pública, para o Gabinete do Prefeito, a partir de 16/04/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 16/04/2018.

Campo Erê – SC, 23 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 313/2018

Publicação Nº 1650884

PORTARIA N. 313, DE 23 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal SALETE DE QUADROS, matrícula nº 5274, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativo ao período efetivo de 2007/2012, pelo período de 60 (sessenta) dias, com conversão em abono pecuniário, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 23 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 315/2018

Publicação Nº 1650903

PORTARIA N. 315, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, VILMAR BOMBIERI, matrícula nº 99.2.33, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 01 de maio de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 25 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 316/2018

Publicação Nº 1650904

PORTARIA N. 316, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando que a servidora requereu a conversão de sua Licença Prêmio, com gozo de 20 horas semanais no período vespertino, concomitantemente com o exercício de suas atividades em 20 horas semanais, no período matutino;

Considerando a análise do caso, justificando-se a conversão pleiteada porque atende os interesses da Administração Municipal e evita a admissão temporária para a substituição da servidora;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO em 20 (vinte) horas semanais, à servidora pública municipal MARIZANE MARQUES PORONICZAK, matrícula nº 1232-7, ocupante do cargo de Monitor Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao tempo de serviço efetivo, pelo período de 60 (sessenta) dias, com conversão dos 30 (trinta) dias restantes, em abono pecuniário, a contar do dia 02 de maio de 2018, mediante o gozo da Licença Prêmio no período vespertino e exercício das atividades no período matutino.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 25 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 317/2018

Publicação Nº 1650907

PORTARIA N. 317, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre o afastamento preventivo de servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o disposto no Art. 129, da Lei Complementar nº 011/2002;

Considerando o que consta no Art. 9º da Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o que consta nos Boletim de Ocorrência nº 00021-2018-000645, datado de 27/04/2018;

Considerando a Comunicação Interna nº 192/2018, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, datada de 30/04/2018;

RESOLVE

Art. 1º. AFASTAR PREVENTIVAMENTE como medida cautelar, o servidor público municipal ROBSON CARLOS AYRES, matrícula nº 11469-3, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 011/2002, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, pelo prazo de 30 dias, sem prejuízo a remuneração, a partir dessa data.

Art. 2º. CONSTITUIR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar os fatos noticiados na Comunicação Interna nº 192/2018, datada de 30/04/2018, elaborada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, e no Boletim de Ocorrência nº 00021-2018-000645, datado de 27/04/2018.

Art. 3º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Sindicância, os seguintes servidores municipais:

I – Fabiano da Rosa - Presidente;

II – Loreni dias de Oliveira - Membro;

III – Claudiomar Soares – Membro.

Parágrafo único. A Comissão desenvolverá os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, devendo apresentar relatório conclusivo.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 318/2018

Publicação Nº 1650909

PORTARIA N. 318, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal LUIZ CARLOS DAMASCENO, matrícula nº 317, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativo ao período efetivo de 2012/2017, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 319/2018

Publicação Nº 1650910

PORTARIA N. 319, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal JACQUELINE BITTENCOURT DE FREITAS, matrícula nº 1397-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência social, relativo ao período efetivo de 2011/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão em abono pecuniário, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra
DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 320/2018

Publicação Nº 1650911

PORTARIA N. 320, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal EVANIEL GUZATTI, matrícula nº 1233-5, ocupante do cargo de Monitor Social, lotado no Gabinete do Prefeito, pelo período de 27 (vinte e sete) dias, a partir de 02 de maio de 2018, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, com conversão de 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 321/2018

Publicação Nº 1650914

PORTARIA N. 321, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, FERNANDA COSTA, por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 26/04/2018 à 10/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/04/2018.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 322/2018

Publicação Nº 1650918

PORTARIA N. 322, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, ROSANE LOPES, por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 26/04/2018 à 10/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/04/2018.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 323/2018

Publicação Nº 1650920

PORTARIA N. 323, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais:
I - EDSON DE MELLO, matrícula nº 1795-7, ocupante do cargo de Agente de Defesa Civil, de 01/04/2018 à 30/04/2018;
II - SANDROMAR MILAN, matrícula nº 105112, ocupante do cargo de Agente de Defesa Civil, de 01/05/2018 à 30/05/2018;
III - EZEQUIEL DA SILVA ANTUNES, matrícula nº 1621-7, ocupante do cargo de Agente de Defesa Civil, de 01/10/2018 à 30/10/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2018.

Campo Erê – SC, 30 de abril de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 324/2018

Publicação Nº 1650968

PORTARIA N. 324, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal MARGARETE HERMES, matrícula nº 11028-0, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de maio de 2018, relativas ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/05/2018.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 325/2018

Publicação Nº 1650970

PORTARIA N. 325, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, ELIZANI AMARO ZANINI, por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Não Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 02/05/2018 à 18/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/05/2018.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 326/2018

Publicação Nº 1650973

PORTARIA N. 326, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a alteração de cargo de servidor, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 889/2016;
Considerando que o cargo será alterado para outro de mesmo nível

(CC - 4), possibilitando a alteração;

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o cargo da servidora pública municipal LUCINÉIA DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula nº 111848, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, CC-4, código 99.2.08, lotado no Gabinete do Prefeito, para o cargo de Assessor de Gabinete, CC-4, código 99.2.15, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, a partir de 02 de maio de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/05/2018.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 327/2018

Publicação Nº 1650974

PORTARIA N. 327, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a alteração de cargo de servidor, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 889/2016;
Considerando que o cargo será alterado para outro de mesmo nível (CC - 4), possibilitando a alteração;

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o cargo da servidora pública municipal FABIANE MORAS, matrícula nº 11329-8, de Assessor de Secretaria, CC-4, código 99.2.55, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, para o cargo de Assessor de Secretaria, CC-4, código 99.2.33, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 04 de maio de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 04/05/2018.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 328/2018

Publicação Nº 1650975

PORTARIA N. 328, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais substituto, no período do afastamento para tratamento de saúde, concedido legalmente, à servidora Lucia Elvani Gauer;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de LORENI DE SOUZA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 02/05/2018 à 20/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/05/2018.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 329/2018

Publicação Nº 1650979

PORTARIA N. 329, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar n.º 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, MAIARA BOMBIERI, para o cargo de Provimento

em Comissão de Assessor de Gabinete, CC-4, código 99.2.08, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 02/05/2018.

Parágrafo único. Fica fixado o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação dos documentos necessários, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, sob pena de nulidade deste ato.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/05/2018.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 330/2018

Publicação Nº 1650980

PORTARIA N. 330, DE 07 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a Revogação da Portaria nº 230/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR a Portaria n. 230, de 12 de março de 2018, que dispõe sobre a designação da servidora LUCIANA JACOVAS, para a Função de Confiança de Diretor de Centro de Educação Infantil – CEI (FC-1), a partir de 08/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 07 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 331/2018

Publicação Nº 1650983

PORTARIA N. 331, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso

VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando que houve a convocação e posteriormente a nomeação de dois servidores classificados no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de Contador, sendo que havia somente uma vaga no quadro geral de pessoal, para ser ocupada;
Considerando o que consta no Parecer, datado de 14 de março de 2018;
Considerando o Relatório Conclusivo do Processo Administrativo nº 002/2018, efetuado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 104/2018, alterada pela Portaria nº 132/2018, datado de 15 de março de 2018;
Considerando a Determinação do Prefeito, expressa no Julgamento, datado de 22 de março de 2018;
Considerando que houve a nomeação de cidadã aprovada em concurso público para um cargo inexistente na legislação municipal;
Considerando que inexistindo o cargo, não há como se conceber sob o aspecto da constitucionalidade e com base nos princípios constitucionais a permanência de Fabiana Hebertz como servidora municipal;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR, FABIANA EBERTZ, matrícula nº 11276-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 08 de maio de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 332/2018

Publicação Nº 1650984

PORTARIA N. 332, DE 08 DE MAIO DE 2018
Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal CASSIANE BOGONI DE LIMA, matrícula nº 10173-7, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativo ao período efetivo de 2010/2015, pelo período de 30 (trinta) dias, com conversão em abono pecuniário, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 333/2018

Publicação Nº 1651091

PORTARIA N. 333, DE 08 DE MAIO DE 2018
Dispõe sobre a declaração de vacância de emprego público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 34, inciso VI, da Lei Complementar n.º 011/2002, e legislação complementar;

RESOLVE

Art. 1º. DECLARAR vago o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental, ocupado pela servidora MARLENE PERKOSKI CIECHOWICZ, matrícula nº 8672, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campo Erê, a partir de 07 de maio de 2018, em decorrência da aposentadoria da servidora, constante do benefício nº. 1837641835 do INSS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07/05/2018.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 334/2018

Publicação Nº 1651094

PORTARIA N. 334, DE 08 DE MAIO DE 2018
Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora ENA ELIZETE SAQUETE, Matrícula nº. 1018-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 01 de julho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 335/2018

Publicação Nº 1651096

PORTARIA N. 335, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

Considerando que a servidora requereu a conversão para ser efetivada no mês de maio e o gozo da Licença Prêmio com início no dia 01/06/2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal IVANIR SECCO, matrícula nº 1065-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2008/2013, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão de 30 (trinta) dias em abono pecuniário, a partir de dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 336/2018

Publicação Nº 1651099

PORTARIA N. 336, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015; Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, JULIANA DA ROSA, por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Professor de Ensino Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 08/05/2018 à 18/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 337/2018

Publicação Nº 1651105

PORTARIA N. 337, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal MARINES VUELMA PICININI, matrícula nº 542-8/1, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2007/2012, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir de dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 338/2018

Publicação Nº 1651113

PORTARIA N. 338, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal MARINES VUELMA PICININI, matrícula nº 542-8/2, ocupante do cargo de Professor de Ensino Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2008/2013, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir de dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 339/2018

Publicação Nº 1651117

PORTARIA N. 339, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a designação de servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o ofício nº 030/2018, da Secretária Municipal de Educação e Cultura, datado de 26/04/2018;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública municipal MARISTELA MASETTO DAL PIVA, matrícula nº 9725, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para desenvolver a função de Fiscal de Contratos, e monitoramento do sistema SIMEC/PAR da Secretaria Municipal de Educação, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 340/2018

Publicação Nº 1651125

PORTARIA N. 340, DE 08 DE MAIO DE 2018

Designa Servidor para função de confiança e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 920/2016;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR MARINÊS PARIZOTTO DEBIASI, para a Função de Confiança de Diretor de Centro de Educação Infantil – CEI (FC-1), junto ao CEI Odila Marcolina de Lima, com direito a percepção de gratificação pelo exercício de função de confiança, a partir de 08/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 341/2018

Publicação Nº 1651133

PORTARIA N. 341, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, pois uma vez que não haja atuação de profissional na área da Educação, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de RAQUEL FRAGATTO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 01/05/2018 à 18/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 342/2018

Publicação Nº 1651139

PORTARIA N. 342, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, SILVIA KELI STEIN BOMBIERI, por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 03/05/2018 à 18/12/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/05/2018.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 343/2018

Publicação Nº 1651198

PORTARIA N. 343, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 154/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal SANDROMAR MILAN, matrícula nº 10511-2, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 344/2018

Publicação Nº 1651199

PORTARIA N. 344, DE 08 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 154/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal EZEQUIEL DA SILVA ANTUNES, matrícula nº 1621-7, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2008/2013, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 08 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 345/2018

Publicação Nº 1651202

PORTARIA N. 345, DE 10 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a alteração do artigo 3º da Portaria nº 317/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando a Comunicação Interna nº 204/2018, datada de 07/05/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterado o Art. 3º da Portaria nº 317, de 30 de abril de 2018, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Sindicância, os seguintes servidores municipais:

I – Claudia da Silva - Presidente;

II – José Edison Bahú - Membro;

III – Sabrina de Campos – Membro.

Parágrafo único. A Comissão desenvolverá os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 10 de maio de 2018, devendo apresentar relatório conclusivo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 10 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 346/2018

Publicação Nº 1651203

PORTARIA N. 346, DE 10 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Farmacêutico para atendimento à população;

Considerando que a servidora Suzana Brambilla Perico, efetiva no cargo de Farmacêutico, entrará em Licença Maternidade a partir do mês de maio de 2018;

Considerando que a servidora Franciuzy Hubner, efetiva o cargo de Farmacêutico, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde em decorrência de uma cirurgia, sem previsão de retorno da mesma;

Considerando os fatos acima supracitados, é plenamente justificável a manutenção de contratação temporária de Farmacêutico, em caráter emergencial, medida que se ampara nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, já que não existe tempo hábil para a realização de novo Processo Seletivo, sem que ocorra prejuízo aos princípios da continuidade e da supremacia do interesse público; Considerando que, uma vez que não haja atuação de profissional especializado e habilitado na área da Saúde Pública, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, por tempo determinado e por excepcional interesse público, ANARAI SCOTTI RUARO, para o cargo de Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 26/04/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/04/2018.

Campo Erê – SC, 10 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 347/2018

Publicação Nº 1651206

PORTARIA N. 347, DE 10 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar n.º 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. NOMEAR, WILSONN LUIZ LOPES, para o cargo de Provedor em Comissão de Assessor de Secretaria, CC-4, código 99.2.55, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, a partir de 07/05/2018.

Parágrafo único. Fica fixado o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação dos documentos necessários, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, sob pena de nulidade deste ato.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07/05/2018.

Campo Erê – SC, 10 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 348/2018

Publicação Nº 1651208

PORTARIA N. 348, DE 10 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a remoção de ofício de servidor público municipal, e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 37, da Lei Complementar nº. 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. REMOVER por necessidade e conveniência da Administração Pública, o servidor público municipal EVANDRO LUIZ PALUDO, matrícula nº 105139, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, para a Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, a partir de 14/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 10 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 349/2018

Publicação Nº 1651212

PORTARIA N. 349, DE 14 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, LURDES BARBISAN, matrículas nº 5126 e 9695, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 11 de maio de 2018, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/05/2018.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 350/2018

Publicação Nº 1651214

PORTARIA N. 350, DE 14 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, FRANCIUZY HUBNER, matrícula nº 103691, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 27 de abril de 2018, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/04/2018.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 351/2018

Publicação Nº 1651225

PORTARIA N. 351, DE 14 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando que a servidora requereu a conversão de sua Licença Prêmio, com gozo de 20 horas semanais no período vespertino, concomitantemente com o exercício de suas atividades em 20 horas semanais, no período matutino;

Considerando a análise do caso, justificando-se a conversão pleiteada porque atende os interesses da Administração Municipal e evita a admissão temporária para a substituição da servidora;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO em 20 (vinte) horas semanais, à servidora pública municipal ANDREIA ENDERLE TREVISAN, matrícula nº 105368, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativo ao tempo de serviço efetivo, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 25 de junho de 2018, mediante o gozo da Licença Prêmio no período vespertino e exercício das atividades no período matutino.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 352/2018

Publicação Nº 1651226

PORTARIA N. 352, DE 14 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando o que consta no Parecer AJU/CJU nº 165/2018,

datado de 11 de maio e 2018;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de MAYSA DAMASCENO STEFFENS, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, pelo período de 13/05/2018 à 13/02/2019.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13/05/2018.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 353/2018

Publicação Nº 1651228

PORTARIA N. 353, DE 14 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal JUCIMARI CRODA SEGUER, matrícula nº 10510-4, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 354/2018

Publicação Nº 1651230

PORTARIA N. 354, DE 14 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em

abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal ADÃO CARLOS AMARO, matrícula nº 305-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2012/2017, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir de dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 355/2018

Publicação Nº 1651233

PORTARIA N. 355, DE 14 DE MAIO DE 2018
Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar n.º 012/2002, com redação alterada pelas Leis Complementares 29/2005 e 073/2014; Considerando o Parecer AJU/CJU nº 0160/2018, de 10 de maio de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional de Titulação (Pós Graduação), de 15% (quinze por cento), à servidora pública municipal GESSICA ZILIO, matrícula nº 10942-8, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, conforme comprovação de conclusão de Pós Graduação na área específica de atuação.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 14 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 356/2018

Publicação Nº 1651234

PORTARIA N. 356, DE 15 DE MAIO DE 2018
Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de FERNANDA COSTA, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 10/05/2018 à 09/07/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 10/05/2018.

Campo Erê – SC, 15 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 357/2018

Publicação Nº 1651242

PORTARIA N. 357, DE 15 DE MAIO DE 2018
Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional

interesse público, a contratação de ROSANE LOPES, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 10/05/2018 à 09/07/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 10/05/2018.

Campo Erê – SC, 15 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 358/2018

Publicação Nº 1651245

PORTARIA N. 358, DE 15 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015; Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para substituição da servidora Raquel Fragato, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, pois uma vez que não haja atuação de profissional na área da Educação, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de SIDNÉIA DA SILVA, matrícula nº 1304-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 14/05/2018 à 26/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/05/2018.

Campo Erê – SC, 15 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 359/2018

Publicação Nº 1651248

PORTARIA N. 359, DE 15 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015; Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil para atuar como segundo professor no atendimento à alunos com necessidades especiais;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, ANGELICA NARDINO, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 15/05/2018 à 18/12/2018. Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 15 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 360/2018

Publicação Nº 1651250

PORTARIA N. 360, DE 15 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015; Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017; Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil para substituir a servidora Edite da Silva Gonçalves, que encontra-se em Licença por Motivo

de Doença de Pessoa da Família;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, LEONICE DA SILVA AMÉRICO, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 15/05/2018 à 29/05/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 15 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 361/2018

Publicação Nº 1651251

PORTARIA N. 361, DE 15 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 71, § 2º. da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora pública municipal, EDITE DA SILVA GONÇALVES, matrícula nº 068-0, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 15 de maio de 2018 à 29/05/2018, para cuidar de sua filha, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 15 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 362/2018

Publicação Nº 1651259

PORTARIA N. 362, DE 16 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, TANISE MACHADO, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 16/05/2018 à 18/12/2018. Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 16 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 363/2018

Publicação Nº 1651275

PORTARIA N. 363, DE 16 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, VANCREIA LEITE, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 16/05/2018 à 29/05/2018. Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 16 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 364/2018

Publicação Nº 1651270

PORTARIA N. 364, DE 17 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, DANIELI FIDELIZ DE CAMARGO, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 18/05/2018 à 28/05/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 17 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 365/2018

Publicação Nº 1651276

PORTARIA N. 365, DE 18 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a Revogação da Portaria n. 074 de 05 de fevereiro de 2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no

uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR a Portaria n. 074, de 05 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a designação da servidora DANIELLE SALES DE FARIA, matrícula nº 15938, ocupante do cargo de Nutricionista, para atuar 30 (trinta) horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde Pública e 10 (dez) horas semanais no CAPS, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 18 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 366/2018

Publicação Nº 1651278

PORTARIA N. 366, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais substituto, no período do afastamento para tratamento de saúde, concedido legalmente, à servidora Lucia Elvani Gauer;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de LORENI DE SOUZA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 20/05/2018 à 30/05/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/05/2018.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 367/2018

Publicação Nº 1651281

PORTARIA N. 367, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR à pedido, FRANCIUZY HUBNER, matrícula nº 10369-1, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 28 de maio de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 368/2018

Publicação Nº 1651286

PORTARIA N. 368, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora CLAUDETE W. WAGNER, Matrícula nº. 180040, ocupante do cargo de Monitor Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 18 de maio de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/05/2018.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 369/2018

Publicação Nº 1651292

PORTARIA N. 369, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço à servidor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal EGON SCHOENINGER, matrícula nº 1227-0, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002, referente ao período 2010/2015, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 370/2018

Publicação Nº 1651302

PORTARIA N. 370, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora SAMARA RONCHI, Matrícula nº. 10887-1, ocupante do cargo de Enfermeiro, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, referente aos períodos aquisitivos de 2016/2017 e 2017/2018, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 26 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 371/2018

Publicação Nº 1651310

PORTARIA N. 371, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal SILVANA APARECIDA COSTA, matrícula nº 0633-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2008/2013, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão de 30 (trinta) dias em abono pecuniário, a partir de 01 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 372/2018

Publicação Nº 1651322

PORTARIA N. 372, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação

de Enfermeiro para atendimento à população;
Considerando que a servidora Samara Ronchi, efetiva no cargo, encontra-se em Licença Maternidade;
Considerando o fato acima supracitados, é plenamente justificável a manutenção de contratação temporária de Enfermeiro, em caráter emergencial, medida que se ampara nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, já que não existe tempo hábil para a realização de novo Processo Seletivo, sem que ocorra prejuízo aos princípios da continuidade e da supremacia do interesse público;
Considerando que, uma vez que não haja atuação de profissional especializado e habilitado na área da Saúde Pública, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR, por tempo determinado e por excepcional interesse público, WANESSA KOHAUT GIRARDI, para o cargo de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 11/05/2018.
Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/05/2018.

Campo Erê – SC, 21 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 373/2018

Publicação Nº 1651326

PORTARIA N. 373, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a alteração da Portaria nº 703/2017, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que foi concedido Adicional de Titulação, à servidora Edirléia Zanchettin, através da Portaria 703/2017, porém a sua Graduação não foi considerada na área específica, em época própria, conforme entendimento do Setor Jurídico Municipal, através do Parecer AJU/CJU nº 439/2017;

Considerando a Comunicação Interna nº 13/2018, onde a Secretária Municipal de Assistência Social informa que as atividades desenvolvidas pelos servidores ocupantes do cargo de Monitor Social I, são compatíveis com a Pós-Graduação cursada pela servidora Edirléia Zanchettin;

Considerando o Parecer AJU/CJU nº 188/2018, datado de 22 de maio de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. Alterar a porcentagem de Adicional de Titulação contido na

Portaria nº 703/2017, que concedeu Adicional de Titulação, para a servidora EDIRLEIA ZANCHETTIN, ocupante do cargo de Monitor Social I, de 10% (dez por cento) para 15% (quinze por cento), a partir da concessão do adicional, datada de 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/12/2017.

Campo Erê – SC, 22 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 374/2018

Publicação Nº 1651337

PORTARIA N. 374, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo e Emprego Público nº 002/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Médico, para atuar na Estratégia da Saúde da Família - ESF, pois uma vez que não haja atuação de profissional para dar continuidade nos serviços essenciais da área da Saúde Pública, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de SERGIO GOMES MACIEL, matrícula nº 11315-8, ocupante do cargo de Médico 40 horas – ESF (Estratégia da Saúde da Família), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 20/05/2018, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/05/2018.

Campo Erê – SC, 22 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 375/2018

Publicação Nº 1651340

PORTARIA N. 375, DE 28 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora LYA CHRISTINA SOARES RAIMONDI, Matrícula nº. 10476-0, ocupante do cargo de Odontólogo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 04 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 28 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 376/2018

Publicação Nº 1651361

PORTARIA N. 376, DE 29 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em 20 horas semanais, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015, e a Lei nº 2.064, de 24 de maio de 2018;

Considerando que a servidora requereu a conversão de sua Licença Prêmio, com gozo de 20 horas semanais no período vespertino, concomitantemente com o exercício de suas atividades em 20 horas semanais, no período matutino;

Considerando a análise do caso, justificando-se a conversão pleiteada porque atende os interesses da Administração Municipal e evita a admissão temporária para a substituição da servidora;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO em 20 (vinte) horas semanais, à servidora pública municipal SABRINA DE CAMPOS SIMÕES, matrícula nº 10232-6, ocupante do cargo de Agente Administrativa, lotado no Gabinete do Prefeito, relativo ao período efetivo de 2010/2015, pelo período de 90 (noventa) dias, convertidos em 20 horas semanais, a partir de 29 de maio de 2018, mediante o gozo

da Licença Prêmio no período vespertino e exercício das atividades no período matutino.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 29 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 377/2018

Publicação Nº 1651362

PORTARIA N. 377, DE 29 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal JOSE EDISON BAHU, matrícula nº 9970, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, relativo ao período efetivo de 2002/2007, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 29 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 378/2018

Publicação Nº 1651367

PORTARIA N. 378, DE 29 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015, e a Lei

nº 2.064, de 24 de maio de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal CLAUDIOMAR SOARES, matrícula nº 301-8, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativo ao período efetivo de 2007/2012, pelo período de 90 (noventa) dias, com conversão de 30 (trinta) dias em abono pecuniário, sendo que o servidor gozará a licença nos períodos de 04/06/2018 à 04/07/2018, e 06/08/2018 à 06/09/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 29 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 379/2018

Publicação Nº 1651378

PORTARIA N. 379, DE 29 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Portaria nº 455/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e o Art. 64 da Lei Complementar nº 011/2002; Considerando o Ofício da servidora Paula Crestine Tonial, datado de 28/05/2018, e o despacho do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 455, de 03 de julho de 2017, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica readaptada a servidora pública municipal PAULA CRESTINE TONIAL, matrícula nº 777-3, ocupante do Cargo de Professor de Ensino Infantil, da sala de aula para realizar trabalhos administrativos junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir dessa data.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03 de julho de 2017.

Campo Erê – SC, 29 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 380/2018

Publicação Nº 1651408

PORTARIA N. 380, DE 29 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesses particulares à servidor, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII e o artigo 74, Inciso II "a" da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao servidor público municipal VANDERLEI BORGES DOS SANTOS, matrícula n.º 195-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, com início em 23/06/2018, pelo período de 4 (quatro) anos, conforme solicitação do servidor.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 29 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 381/2018

Publicação Nº 1651413

PORTARIA N. 381, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 71, § 2º. da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora pública municipal, ROSANE BORTONCELLO MOREIRA, matrículas nº 5150 e 9334, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 15 (quinze) dias, para cuidar de sua mãe, a partir de 04/06/2018, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 382/2018

Publicação Nº 1651424

PORTARIA N. 382, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, IVONETE CUNHA DOS SANTOS, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 04/06/2018 à 18/06/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 383/2018

Publicação Nº 1651425

PORTARIA N. 383, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Ensino Fundamental para substituir a servidora Rozane Bortoncello Moreira, que encontra-se em Licença por

Motivo de Doença de Pessoa da Família;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, MARLI DO PRADO, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Não Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 04/06/2018 à 18/06/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 384/2018

Publicação Nº 1651435

PORTARIA N. 384, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, CLECI WERNER DA ROSA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/06/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 04 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PREGÃO PRESENCIAL 52/2018

Publicação Nº 1651121

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 860/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 09:00 horas do dia 26 de junho de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 860/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 52/2018, tipo Menor preço - por lote, para a aquisição de peças e serviços de mão-de-obra para manutenção / conserto do veículo Fiat Strada Working Placa MLO 3937 pertencente a secretaria de agricultura e infraestrutura rural, ano/mod 2014/2015, e veículo Fiat / Doblo 1.8 ano/mod 2012/2012 pertencente a secretaria de saúde, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 12 de junho de 2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 06/2018

Publicação Nº 1651236

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 818/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES de declaração de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis:

a) Inexigibilidade de Licitação Nº 06/2018
b) Objeto: contratação da artista Mara Lima;
c) Contratada: GRUPO LOUVOR ETERNO LTDA
Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);
Publique-se.

Campo Erê, SC, 29 de maio de 2018.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

RG 22_18 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE IDENTIFICAÇÃO DA GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 1650668

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8
Processo Nº: 73/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2018

No dia 8 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 49/2018, Processo Licitatório nº. 73/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE IDENTIFICAÇÃO DA GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11323	BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5
11045	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	6, 8
6363	TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD	7, 9, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME	22.068.330/0001-51	NORTON JONES ALLAN TELES	031.095.309-02
FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	11.397.879/0001-73	JONATHAN NAZARIO	026.332.319-69
TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS L	81.774.325/0001-23	LUIZ ANTONIO BERNARDI	629.603.009-63

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE IDENTIFICAÇÃO DA GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6363 - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	PORTA TONFA FIXO GUARDAS-VIGIAS PRODUZIDO EM NYLON. POSSUI ARGOLA EM POLÍMERO PARA COLOCAÇÃO DA TONFA E FITA DE NYLON COM FECHAMENTO EM BOTÃO PARA FIXAÇÃO DO CABO E PARA RETIRÁ-LO É NECESSÁRIO ABRIR O CINTO. PODE SER UTILIZADO NO CINTO NA E TAMBÉM NO CINTO DE POLIPROPILENO COM FIVELA DE METAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: 8 CM; COMPRIMENTO: 11,5 CM LARGURA MÁXIMA PARA COLOCAÇÃO DE CINTO: 5,7 CM	UN	ELITE	36,000	26,9500	970,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 73/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

Fornecedor: 6363 - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	CINTO GUARDAS/VIGIAS CINTO TÁTICO PRODUZIDO EM NYLON E POSSUI AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: FIVELA EM POLÍMERO MODELO TRÊS TRAVAS, GARANTINDO QUE A FIVELA NÃO SE ABRA DE MODO INESPERADO. A FIVELA TAMBÉM É COMERCIALIZADA INDIVIDUALMENTE COM O CÓDIGO 200,01. REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE VELCRO, IDEAL PARA A FIXAÇÃO DE ACESSÓRIOS COMO COLDRÊS, PORTA CARREGADORES E POCHETES. DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: 5,2CM CINTO ABERTO COM FIVELA: 1,19M REGULAGEM MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO: 1,07M - SEGUNDO A CIRCUNFERÊNCIA	UN	ELITE	36,000	45,3500	1.632,60
10	CINTO PARA CALÇA COM VIVELA PRETO	UN	ELITE	36,000	25,5000	918,00
11	COLETE TÁTICO COMBO	UN	ELITE	36,000	224,4444	8.080,00

Fornecedor: 11045 - FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	TONFA PRODUZIDA EM FIBRA PLÁSTICA MACIÇA EM UM ÚNICO MOLDE, UTILIZADA PARA DEFESA PESSOAL E CONTROLE DE TUMULTO. DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO DO CABO: 12 CM COMPRIMENTO TOTAL: 58 CM DIÂMETRO: 3,5 CM	UN	GPLAS	36,000	39,5833	1.425,00
8	COTURNO MILITAR PRETO COM ZÍPER E SOLADO COSTURADO	PAR	BOMPEL	36,000	173,6111	6.250,00

Fornecedor: 11323 - BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CALÇA GUARDAS/VIGIAS CALÇA MEIO ELÁSTICO, MOD. JEANS, FECHAMENTO C/ ZÍPER E BOTÃO DE METAL, 2 BOLSOS DIANTEIROS EMBUTIDOS, 2 BOLSOS TRASEIROS SANFONADOS FECHADOS COM TAMPA E VELCRO, 2 BOLSOS LATERAIS DAS PERNAS FECHADO COM TAMPA E VELCRO, COM REFORÇO TECIDO DUPLO NOS JOELHOS, REFORÇO ENTRE AS PERNAS. MATERIAL: TECIDO HIP STOP (67% POLIÉSTER / 33% ALGODÃO) GRAMATURA 230 G/M QUALIDADE: ALTA QUALIDADE COR: AZUL ROYAL	UN		72,000	63,0000	4.536,00
2	CAMISA GUARDAS/VIGIAS MANGA LONGA, FECHAMENTO ATRAVÉS SE CASEADOS E BOTÕES FRONTAL E NO PUNHO, COM LAPELA NOS OMBROS, COM DOIS BOLSOS DIANTEIROS SUPERIORES SIMPLES FECHAMENTO COM TAMPA E BOTÃO, COM BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO ACIMA DO BOLSO BIRIBA NOME IDENTIFICAÇÃO COM VELCRO, BORDADO NA MANGA (BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS) E NAS COSTAS "GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL". MATERIAL: TECIDO HIP STOP (67% POLIÉSTER / 33% ALGODÃO) GRAMATURA 230 G/M QUALIDADE: ALTA QUALIDADE COR: AZUL ROYAL	UN		72,000	59,9000	4.312,80
3	CAMISA GOLA POLO GUARDAS/VIGIAS CAMISA GOLA POLO MANGA CURTA, SEM BOLSO, C/ VIÉS FINO NA BARRA DA MANGA E COM ABERTURAS NA COR BRANCO, C/ SERIGRAFIA BANDEIRA (TREMULADA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PROPORCIONAL A ESCRITA SUPERIOR) NO PEITO, E SERIGRAFIA NAS COSTAS (GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL) (CONFORME DESENHO ANEXO) MATERIAL: MALHA PIQUET INGLÊS (53% ALGODÃO/ 47% POLIÉSTER) GRAMATURA 165 G/M QUALIDADE: ALTA QUALIDADE COR: AZUL ROYAL	UN		72,000	29,0000	2.088,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
 Processo Nº.: 73/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

Fornecedor: 11323 - BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	JAQUETA GUARDASVIGIAS JAQUETA DE NYLON, FORRADA COM FIBRA 100, FECHAMENTO COM ZÍPER, VISTA COM 3 BOTÕES PARA COBRIR O ZÍPER, DOIS BOLSOS DIANTEIROS INFERIORES EMBUTIDOS, C/ DETALHES EM BRANCO NA FRENTE, C/ BORDADO NO PEITO ESQUERDO (BANDEIRA TREMULADA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PROPORCIONAL A ESCRITA SUPERIOR), BORDADO ACIMA DA BANDEIRA TARJA EM ARCO DESCRIÇÃO "GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL", E BORDADO NAS COSTAS "GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL". (CONFORME DESENHO ANEXO) MATERIAL: NYLON REPELENTE A ÁGUA (100% POLIÉSTER) GRAMATURA 143 G/M QUALIDADE: ALTA QUALIDADE COR: AZUL ROYAL	UN		36,000	119,9000	4.316,40
5	BONÉ GUARDASVIGIAS BONÉ MODELO AMERICANO, FECHAMENTO COM FIVELA, COM BANDEIRA TREMULADA BANDEIRA TREMULADA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PROPORCIONAL A ESCRITA SUPERIOR E BORDADO (GUARDA PATRIMONIAL MUNICIPAL) NA FRENTE (CONFORME DESENHO ANEXO) MATERIAL: TECIDO HIP STOP (67% POLIÉSTER / 33% ALGODÃO) GRAMATURA 230 G/M QUALIDADE: ALTA QUALIDADE COR: AZUL ROYAL	UN		36,000	23,0000	828,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 73/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 73/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 73/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 73/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo N°: 73/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 49/2018

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Junho de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME	CNPJ: 22.068.330/0001-51	_____
FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	CNPJ: 11.397.879/0001-73	_____
TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LT	CNPJ: 81.774.325/0001-23	_____

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS MAIO/2018

Publicação Nº 1651871

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 1/11

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	990.000,97D	340.607,68	213.197,43	1.117.411,22D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	550.263,47D	339.357,68	209.447,08	680.174,07D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	509.445,70D	338.894,26	209.183,66	639.156,30D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	463,42	263,42	200,00D
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	400,00	200,00	200,00D
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	400,00	200,00	200,00D
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	400,00	200,00	200,00D
1.1.3.8			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOL	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1.08			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01.00.000001 (47940)	P	F	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	63,42	63,42	0,00
1.1.5			ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6			ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01 (42388)	P	P	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	38.772,69D	0,00	0,00	38.772,69D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	6.245,99D	0,00	0,00	6.245,99D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	6.245,99D	0,00	0,00	6.245,99D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	32.526,70D	0,00	0,00	32.526,70D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	32.526,70D	0,00	0,00	32.526,70D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	439.737,50D	1.250,00	3.750,35	437.237,15D
1.2.3			IMOBILIZADO	439.737,50D	1.250,00	3.750,35	437.237,15D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	302.787,53D	1.250,00	0,00	304.037,53D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	302.787,53D	1.250,00	0,00	304.037,53D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	38.430,64D	0,00	0,00	38.430,64D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	36.380,64D	0,00	0,00	36.380,64D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	36.380,64D	0,00	0,00	36.380,64D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	65.966,10D	0,00	0,00	65.966,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	65.966,10D	0,00	0,00	65.966,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	65.966,10D	0,00	0,00	65.966,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	80.137,59D	1.250,00	0,00	81.387,59D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.805,69D	0,00	0,00	2.805,69D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	4.839,90D	1.250,00	0,00	6.089,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	72.492,00D	0,00	0,00	72.492,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	20.443,20D	0,00	0,00	20.443,20D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	20.443,20D	0,00	0,00	20.443,20D
1.2.3.1.1.05			VEÍCULOS	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 2/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanco de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.1.1.05.03 (42907)	P	P	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS MÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	72.222,63C	0,00	3.750,35	75.972,98C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	72.222,63C	0,00	3.750,35	75.972,98C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	72.222,63C	0,00	3.750,35	75.972,98C
1.2.3.8.1.01.05 (43013)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	12.762,34C	0,00	1.383,33	14.145,67C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	59.460,29C	0,00	2.367,02	61.827,31C

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 3/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	540.643,35C	246.038,15	283.507,03	578.112,23C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	90.423,36C	246.038,15	283.507,03	127.692,24C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	90.194,28C	177.324,69	214.748,45	127.618,04C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	90.194,28C	120.326,51	157.750,27	127.618,04C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	90.194,28C	120.326,51	157.750,27	127.618,04C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	90.194,28C	120.326,51	157.750,27	127.618,04C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	120.326,47	120.326,47	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	47.634,07C	0,00	23.291,79	70.925,86C
2.1.1.1.1.01.02.00.000001 (43094)	P	P		47.634,07C	0,00	23.291,79	70.925,86C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	42.560,21C	0,04	14.132,01	56.692,18C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43096)	P	P		42.560,21C	0,04	14.132,01	56.692,18C
2.1.1.2			FÉRIAS	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.2.1.01.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	32.504,02	32.504,02	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	24.494,16	24.494,16	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	24.494,16	24.494,16	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	24.494,16	24.494,16	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	24.494,16	24.494,16	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	31.343,20	31.343,20	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	31.343,20	31.343,20	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	31.343,20	31.343,20	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	31.343,20	31.343,20	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	31.343,20	31.343,20	0,00
2.1.8.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	229,08C	37.370,26	37.415,38	274,20C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUÍVEIS	229,08C	37.370,26	37.415,38	274,20C
2.1.8.8.1.01			VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	229,08C	36.809,33	36.854,45	274,20C
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	CONSIGNAÇÕES	0,00	9.511,09	9.511,09	0,00
2.1.8.8.1.01.04			INSS	0,00	15.485,20	15.485,20	0,00
2.1.8.8.1.01.04.03 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	15.485,20	15.485,20	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	229,08C	0,00	45,12	274,20C
2.1.8.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	11.813,04	11.813,04	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	5.798,00	5.798,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	SI COOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	5.047,41	5.047,41	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	AGEMED	0,00	518,47	518,47	0,00
2.1.8.8.1.01.99.08 (50738)	P	F	SINDCAMPOS	0,00	449,16	449,16	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	560,93	560,93	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	560,93	560,93	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	450.219,99C	0,00	0,00	450.219,99C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	73.840,49C	0,00	0,00	73.840,49C
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	73.840,49C	0,00	0,00	73.840,49C
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	6.792.203,96D	0,00	0,00	6.792.203,96D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.792.203,96D	0,00	0,00	6.792.203,96D

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 4/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	7.784.437,77C	0,00	0,00	7.784.437,77C
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.784.437,77C	0,00	0,00	7.784.437,77C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	918.393,32D	0,00	0,00	918.393,32D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	918.393,32D	0,00	0,00	918.393,32D

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 5/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	903.975,74D	248.392,00	0,00	1.152.367,74D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	592.056,88D	182.244,43	0,00	774.301,31D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	501.454,73D	157.790,27	0,00	659.205,00D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	432.373,95D	120.326,47	0,00	552.700,42D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	432.373,95D	120.326,47	0,00	552.700,42D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	430.583,03D	120.326,47	0,00	550.909,50D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	430.583,03D	120.326,47	0,00	550.909,50D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.790,92D	0,00	0,00	1.790,92D
3.1.1.1.1.02.03	P		SERVÇOS EXTRAORDINÁRIOS	1.790,92D	0,00	0,00	1.790,92D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	69.080,78D	37.423,80	0,00	106.504,58D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	69.080,78D	37.423,80	0,00	106.504,58D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	69.080,78D	37.423,80	0,00	106.504,58D
3.1.1.2.1.01.21	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	22.280,61D	14.132,01	0,00	36.412,62D
3.1.1.2.1.01.22	P		13. SALÁRIO	46.800,17D	23.291,79	0,00	70.091,96D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	90.602,15D	24.494,16	0,00	115.096,31D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	90.602,15D	24.494,16	0,00	115.096,31D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	90.602,15D	24.494,16	0,00	115.096,31D
3.1.2.2.3.01	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	90.602,15D	24.494,16	0,00	115.096,31D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	127.470,97D	32.504,02	0,00	159.974,99D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	127.470,97D	32.504,02	0,00	159.974,99D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	127.470,97D	32.504,02	0,00	159.974,99D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	127.470,97D	32.504,02	0,00	159.974,99D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	127.470,97D	32.504,02	0,00	159.974,99D
3.2.1.1.1.01.99	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	127.470,97D	32.504,02	0,00	159.974,99D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	184.447,89D	33.643,55	0,00	218.091,44D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	28.946,77D	5.503,60	0,00	34.450,37D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	28.946,77D	5.503,60	0,00	34.450,37D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	28.946,77D	5.503,60	0,00	34.450,37D
3.3.1.1.1.01	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	1.897,73D	931,55	0,00	2.829,28D
3.3.1.1.1.15	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	721,10D	0,00	0,00	721,10D
3.3.1.1.1.16	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.886,80D	311,30	0,00	2.198,10D
3.3.1.1.1.17	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.449,00D	0,00	0,00	1.449,00D
3.3.1.1.1.21	P		MATERIAL DE COXA E COZINHA	3.780,44D	1.150,75	0,00	4.931,19D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	4.753,61D	472,60	0,00	5.226,21D
3.3.1.1.1.23	P		UNIFORMES, TECIDOS E AVALIAMENTOS	0,00	600,00	0,00	600,00D
3.3.1.1.1.24	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	3.001,75D	0,00	0,00	3.001,75D
3.3.1.1.1.26	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	364,90D	0,00	0,00	364,90D
3.3.1.1.1.39	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	859,50D	0,00	0,00	859,50D
3.3.1.1.1.49	P		BILHETES DE PASSAGEM	3.665,12D	0,00	0,00	3.665,12D
3.3.1.1.1.50	P		BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSIGNIAS	1.320,00D	0,00	0,00	1.320,00D
3.3.1.1.1.99	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	5.246,82D	2.037,40	0,00	7.284,22D
3.3.2			SERVÇOS	140.639,41D	24.389,60	0,00	165.029,01D
3.3.2.1			DIÁRIAS	57.190,00D	5.130,00	0,00	62.320,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	57.190,00D	5.130,00	0,00	62.320,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	57.190,00D	5.130,00	0,00	62.320,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	57.190,00D	5.130,00	0,00	62.320,00D
3.3.2.2			SERVÇOS TERCEIROS - PF	3.753,00D	200,00	0,00	3.953,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 6/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	3.753,00D	200,00	0,00	3.953,00D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	3.753,00D	200,00	0,00	3.953,00D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	79.696,41D	19.059,60	0,00	98.756,01D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	79.696,41D	19.059,60	0,00	98.756,01D
3.3.2.3.1.04 (44638)	P		COMUNICAÇÃO	1.800,00D	0,00	0,00	1.800,00D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	1.500,00D	3.200,00	0,00	4.700,00D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	280,00D	0,00	0,00	280,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	6.482,22D	1.584,78	0,00	8.047,00D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	7.096,00D	1.797,46	0,00	8.893,46D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.124,74D	671,10	0,00	4.795,84D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	18.387,00D	1.180,00	0,00	19.567,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	40.026,45D	10.646,26	0,00	50.672,71D
3.3.3			DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	14.861,71D	3.750,35	0,00	18.612,06D
3.3.3.1			DEPRECIACÃO	14.861,71D	3.750,35	0,00	18.612,06D
3.3.3.1.1			DEPRECIACÃO - CONSOLIDAÇÃO	14.861,71D	3.750,35	0,00	18.612,06D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO	14.861,71D	3.750,35	0,00	18.612,06D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	14.861,71D	3.750,35	0,00	18.612,06D

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Mês:
Página: 7/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	1.353.333,36C	0,00	338.333,37	1.691.666,73C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.353.333,32C	0,00	338.333,33	1.691.666,65C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.353.333,32C	0,00	338.333,33	1.691.666,65C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.353.333,32C	0,00	338.333,33	1.691.666,65C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	1.353.333,32C	0,00	338.333,33	1.691.666,65C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	0,04C	0,00	0,04	0,08C
4.9.7			REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,04C	0,00	0,04	0,08C
4.9.7.1			REVERSÃO DE PROVISÕES	0,04C	0,00	0,04	0,08C
4.9.7.1.1			REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	0,04C	0,00	0,04	0,08C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	0,04C	0,00	0,04	0,08C

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 8/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)	O		CREDITO INICIAL	4.060.000,00D	0,00	0,00	4.060.000,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Mês
Página: 9/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2018

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.060.000,00C	621.603,55	621.603,55	4.060.000,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	4.060.000,00C	621.603,55	621.603,55	4.060.000,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	4.060.000,00C	621.603,55	621.603,55	4.060.000,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	4.060.000,00C	621.603,55	621.603,55	4.060.000,00C
6.2.2.1.1 (46261)			CRÉDITO DISPONÍVEL	3.174.483,30C	204.267,85	0,00	2.970.215,45C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	885.516,70C	417.335,70	621.603,55	1.089.784,55C
6.2.2.1.3.01 (46267)			CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	41.400,00C	208.667,85	204.267,85	37.000,00C
6.2.2.1.3.03 (46269)			CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	208.667,85	208.667,85	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)			CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	844.116,70C	0,00	208.667,85	1.052.784,55C

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Maio
Página: 10/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanço de Verificação - 2018

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Maio
 Página: 11/11

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	1.390.658,41C	662.419,97	1.001.714,23	1.729.952,67C
8.1			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	33.490,01C	1.797,46	1.797,46	33.490,01C
8.1.2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.490,01C	1.797,46	1.797,46	33.490,01C
8.1.2.3			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	33.490,01C	1.797,46	1.797,46	33.490,01C
8.1.2.3.1			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	33.490,01C	1.797,46	1.797,46	33.490,01C
8.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	33.490,01C	1.797,46	1.797,46	33.490,01C
8.1.2.3.1.04.01			A EXECUTAR	26.394,01C	1.797,46	0,00	24.596,55C
8.1.2.3.1.04.01.00.0000005 (60721)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	26.394,01C	1.797,46	0,00	24.596,55C
8.1.2.3.1.04.02			EXECUTADOS	7.096,00C	0,00	1.797,46	8.893,46C
8.1.2.3.1.04.02.00.0000005 (60722)	C		BETHA SISTEMAS LTDA.	7.096,00C	0,00	1.797,46	8.893,46C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.354.762,40C	660.222,51	999.116,77	1.693.656,66C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	1.354.762,40C	660.222,51	999.116,77	1.693.656,66C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	1.354.762,40C	660.222,51	999.116,77	1.693.656,66C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	467.816,62C	205.516,55	339.582,03	601.882,10C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	467.816,62C	205.453,13	339.518,61	601.882,10C
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CRÉDITOS	0,00	63,42	63,42	0,00
8.2.1.1.2 (46733)			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	41.400,00C	208.667,85	204.267,85	37.000,00C
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	229,08C	246.038,11	246.083,23	274,20C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	208.667,85	208.667,85	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕESRETENÇÕES	229,08C	37.370,26	37.415,38	274,20C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	845.316,70C	0,00	209.183,66	1.054.500,36C
8.9			OUTROS CONTROLES	2.406,00C	400,00	800,00	2.806,00C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.406,00C	400,00	800,00	2.806,00C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	2.406,00C	400,00	800,00	2.806,00C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	2.406,00C	400,00	800,00	2.806,00C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	0,00	200,00	400,00	200,00C
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	200,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	2.406,00C	0,00	200,00	2.606,00C
TOTAL:				0,00	2.458.355,61	2.458.355,61	0,00

CAMPOS NOVOS, 12/06/2018

JOSE ADELAR CARPES
 PRESIDENTE

JOELMA F. FAE
 CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 6.237 DE 12/06/2018

Publicação Nº 1651124

LEI Nº. 6.237 DE 12/06/2018

“AUTORIZA O REPASSE, POR MEIO DE CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO, AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse público no exercício financeiro de 2018, por meio de contribuição de custeio, na forma de convênio, ao Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, até o valor de R\$58.150,00 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta reais), destinados a custear parte da aquisição do equipamento Auto Clave.

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.238 DE 12/06/2018

Publicação Nº 1651130

LEI Nº. 6.238 DE 12/06/2018

“AUTORIZA A CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas nos Jogos Abertos de Santa Catarina – Fase Regional, que será realizado na cidade de Mafra/SC, no dia 13 de junho de 2018, os atletas das equipes de futebol e futsal da Fundação Municipal de Esportes e Lazer abaixo nominados:

1. TIAGO FERNANDO MOREIRA DE SOUZA
2. ALISSON DIEFENTHELER DE CAMARGO
3. GABRIEL VAZ DE LIMA
4. THIAGO RAFAEL NEPOMUCENO PINTO
5. FABIO DOS SANTOS PIECHONTKOSKI
6. LUCAS DE MESQUITA CAMARGO

7. GABRIEL DE MESQUITA CAMARGO
8. LEONARDO PADILHA FILIPPI
9. MICAEL EDUARDO DA ROCHA VIEIRA
10. LEONARDO FELIPE TAVARES BARBOSA
11. LUAN MARCOS KRULL FERREIRA OLIVEIRA
12. WILLIAN MARIA DE SOUZA
13. MATEUS WIECZORKIEWICZ
14. GABRIEL DOS SANTOS
15. VINICIUS DE BARROS
16. GABRIEL DOS SANTOS
17. MATHEUS FERREIRA DIAS
18. LEONARDO FIGUEIREDO
19. MARCO AURELIO PEREIRA ADUR
20. ANDERSON LUIS PEIXER JUNIOR
21. ANDERSON CARLOS PIRES SOARES
22. WESLEI SILVEIRA RIBEIRO DA SILVA
23. RODRIGO GRANEMANN CARNEIRO
24. CARLOS DANIEL PEREIRA
25. HENRIQUE GABRIEL RIBEIRO CARDOSO
26. RODRIGO RIBAS DOS SANTOS
27. VILSON PABLO FERREIRA DE LIMA MARTINS
28. MATEUS HENRIQUE DE SOUZA
29. DIEGO DANIEL DURSKE LEFFEL
30. BEATRIZ DA SILVA SOARES
31. PAMELA ADAMSKI FERREIRA CHAVES
32. CAREN ESTEFANI PINHEIRO DA SILVA
33. TAIANE CAMPOS DE MELO
34. GABRIELE FRITSCH OLISKOWSKI
35. ALESSANDRA DE ALMEIDA MUDRI
36. TALENA AUREA RINCON
37. NELUNA LEITE MARTINS
38. FERNANDA CAROLINA BEDRECHUK
39. ELLEN CRISTINE KEGLER FUCK
40. NATALI DE LIMA PINTO
41. AMANDA KRUGER DO NASCIMENTO

Parágrafo Único. A delegação será chefiada pelo servidor Jocimar Jubanski e terá como técnicos os servidores Roseliane Tibes de Souza, Jailson Ribeiro e Jaisson Schiessl.

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esporte e Lazer a custear as despesas de alimentação, transporte e eventuais despesas emergenciais dos representantes relacionados no art. 1º desta lei, até o limite total de R\$2.905,00 (dois mil, novecentos e cinco reais), assim discriminados:

I – Alimentação: até o limite de R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais);

II - Transporte: até o limite de R\$940,00 (novecentos e quarenta reais);

III – Despesa extra emergencial, somente no caso de classificação para a próxima fase a ser realizada em Joinville: até o limite de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais);

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes – Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 584/2018

Publicação Nº 1651441

PORTARIA Nº. 584/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado, por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 256/2018, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capão Alto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 019/2018 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA HABILITADA EM ENGENHARIA MECÂNICA PARA REALIZAÇÃO DE ASSESSORAMENTO EM EDIÇÃO DE EDITAL E LAUDOS CAUTELARES VEICULARES COMO COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE 02(DOIS)MICRO-ÔNIBUS USADOS COM ANO 2010 OU SUPERIOR

Publicação Nº 1651713

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento de todos Dispensa de licitação por Justificativa, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dá na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do processo n.º 019/2018

Objeto:

Contratação de Pessoa física habilitada em engenharia mecânica para realização de Assessoramento em edição de edital e laudos cautelares veiculares como comissão especial do processo de aquisição de 02(dois)micro-ônibus usados com ano 2010 ou superior

Informações complementares:

Demais informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br.

Município de CAPÃO ALTO – SC 12/06/2018

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 053-2018

Publicação Nº 1650999

DECRETO No 053, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 87.610,64 (oitenta e sete mil, seiscentos e dez reais e sessenta e quatro centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.274, de 13 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 87.610,64 (oitenta e sete mil, seiscentos e dez reais e sessenta e quatro centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2043	MAUTENÇÃO DO ENS FUND E PROF DO MAGISTÉRIO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-277	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	87.610,64
	Total			R\$	87.610,64

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 87.610,64 (oitenta e sete mil, seiscentos e dez reais e sessenta e quatro centavos), na fonte de recursos 1022 "Transferências de Convênios - Educação", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Educação	1022	54	R\$	87.610,64
Total	1022	54	R\$	87.610,64

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de junho de 2018

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 054-2018

Publicação Nº 1651001

DECRETO No 054, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.274, de 13 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.26.782.0145.1033	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-278	Aplicações Diretas	1089	00	R\$	75.000,00
	Total	1089	00	R\$	75.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na fonte de recursos 1089 "Alienação de Bens Destinados a Outros Programas", na destinação 00 "Recursos Ordinários" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação–Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	1089	00	R\$	75.000,00
Total	1089	00	R\$	75.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de junho de 2018

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

Editais nº 024/2018

Publicação Nº 1650950

EDITAL Nº 024, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Assistência Social	08/05/18	Índice de Gestão Descentralizada	1.493,90
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14/05/18	Salário Educação	112.442,25
Fundo Nacional de Saúde	18/05/18	Incremento Financeiro Vigilância Sanitária – Diversos	3.817,02
Fundo Nacional de Saúde	21/05/18	Assistência Financeira Agente Combate - Endemias	1.926,60
Fundo Nacional de Saúde	21/05/18	Assistência Financeira Agente Combate - Endemias	101,40
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	22/05/18	Merenda - Creches	11.491,80
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	22/05/18	Merenda Pré-Escola	7.133,80
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	22/05/18	Merenda Ensino Fundamental	14.594,40
Fundo Nacional de Saúde	06/06/18	PAB Fixo	44.654,00
Fundo Nacional de Saúde	06/06/18	Incremento Temporário de Piso de Atenção Básica – Manutenção de Unidades de Saúde.	650.000,00
Fundo Nacional de Saúde	06/06/18	Programa de Assistência Farmácia Básica	10.382,06
Fundo Nacional de Saúde	12/06/18	Atenção a Saúde da População MAC	53.618,57

Capinzal, em 12 de junho de 2018.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues

Secretário da Administração e Finanças

ERRATA DE ALTERAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 0091/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0057/2018

Publicação Nº 1651241

ERRATA DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0091/2018

Pregão Presencial Nº 0057/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Massa Asfáltica

Usinada à Quente (CBUQ) para aquisição à frio utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa buracos) em vias urbanas do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção às 08:30 horas do dia 26/06/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zóccoli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Onde se lê:

DESCRIÇÃO DO ITEM:

Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) preparado com agregados pétreos CAP 50/70, modificado por aditivo processos e mistura não emulsionado para aplicação à frio, utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg. O produto deverá ter o relatório fornecido por laboratório credenciado pelo INMETRO, sendo de acordo com as normas NBR ISSO/IEC e garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica, contendo: granulometria: não inferior à 97% na peneira 3/8; Teor de betume: entre 5,6 à 6%; Densidade aparente de massa mínimo: 1,90 e 2,30g/m³; fluência entre 3,6 e 4,1, estabilidade entre 9,8 e 10,1. Determinante de Aditividade a Ligante Betuminoso: resultado no mínimo satisfatório de acordo com as normas que atenda os padrões do Departamento nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Departamento Nacional de estradas de rodagem (DNER), com Certificado de Ensaio Abrasão Los Angeles até 41%.

Leia-se:

DESCRIÇÃO DO ITEM:

Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) preparado com agregados pétreos CAP 50/70, modificado por aditivo processos e mistura não emulsionado para aplicação à frio, utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg. O produto deverá ter o relatório fornecido por laboratório credenciado pelo INMETRO, sendo de acordo com as normas NBR ISSO/IEC e garantida em qualquer temperatura ou situação climatológica, contendo: granulometria: entre 33 à 97% na peneira 3/8; Teor de betume: entre 3,0 à 6,0%; Densidade aparente de massa mínimo: 1,90 e 2,30g/m³; fluência entre 2,0 e 4,5 mm, estabilidade mínima 250Kgf (75 golpes), de acordo com as normas que atenda os padrões do Departamento nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Departamento Nacional de estradas de rodagem (DNER), com Certificado de Ensaio Abrasão Los Angeles até 41%.

Capinzal, 12 de Junho de 2018.

SANDRO LUIZ TOALDO
Secretario de Infraestrutura

PMC CONTRATO 0205/2018

Publicação Nº 1650905

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0205/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE S

Valor : 9.298,80 (nove mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 11/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0029/2018 Processo_Licitatório.....: 0120 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE para execução do Projeto SC - Atendimento Regional Meio Oeste. Com Recursos Próprios

Capinzal, 12 de Junho de 2018

PMC CONTRATO 0206/2018

Publicação Nº 1651048

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0206/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

Valor : 54.402,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e dois reais)

Vigência : Início: 12/06/2018 Término: 12/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2018 Processo_Licitatório.....: 0114 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção diversos, para execuções de consertos, reformas, reparos e manutenções, relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, compreendendo a Área de Lazer, Rodoviária Municipal, Praças, Cemitérios, Área Urbana e interior do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

PMC CONTRATO 0207/2018

Publicação Nº 1651049

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0207/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Valor : 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 12/06/2018 Término: 12/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2018 Processo_Licitatório.....: 0114 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção diversos, para execuções de consertos, reformas, reparos e manutenções, relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, compreendendo a Área de Lazer, Rodoviária Municipal, Praças, Cemitérios, Área Urbana e interior do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

PMC CONTRATO 0208/2018

Publicação Nº 1651050

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0208/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MASTER TRANSPORTES E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA		
Valor : 83.601,50 (oitenta e três mil seiscentos e um reais e cinquenta centavos)		
Vigência : Início: 12/06/2018 Término: 12/06/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2018 Processo_Licitatório....: 0114 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção diversos, para execuções de consertos, reformas, reparos e manutenções, relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, compreendendo a Área de Lazer, Rodoviária Municipal, Praças, Cemitérios, Área Urbana e interior do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios		

PMC CONTRATO 0209/2018

Publicação Nº 1651052

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0209/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP		
Valor : 36.723,50 (trinta e seis mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)		
Vigência : Início: 12/06/2018 Término: 12/06/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0066/2018 Processo_Licitatório....: 0114 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção diversos, para execuções de consertos, reformas, reparos e manutenções, relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, compreendendo a Área de Lazer, Rodoviária Municipal, Praças, Cemitérios, Área Urbana e interior do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios		

PROCESSO LICITATÓRIO 0120/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0029/2018

Publicação Nº 1650908

PROCESSO Nº 0120/2018

Dispensa de Licitação Nº 0029/2018

IVAIR LOPES RODRIGUES, Secretario de Administração e Finanças do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório n. 0026/2018, conforme segue:

1. OBJETO

Contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE para execução do Projeto SC - Atendimento Regional Meio Oeste. Com Recursos Próprios

2. DA JUSTIFICATIVA

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria da Administração e Finanças, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO a Contratação do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE para execução do Projeto SC – Atendimento Regional Meio Oeste;

CONSIDERANDO que a execução do Projeto SC consiste nas ações de Consultoria Tecnológica, Capacitação e Consultoria em Gestão, Oficina Tecnológica e Workshop de Associativismo;

CONSIDERANDO que o Sebrae colocará à disposição do Município consultor (es) especializado(s) que utilizará a Metodologia do Projeto SC - ATENDIMENTO REGIONAL – MEIO OESTE, durante 7 meses, e colocará à disposição mais (01) um técnico selecionado pelo Município, a fim de acompanhar e absorver a metodologia do projeto, ficando o mesmo responsável pela implantação das ações ao término dos serviços contratados.

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso XIII, prevê a dispensa de licitação.

Destarte, sendo lícita a contratação dos referidos serviços através da Dispensa de Licitação nas hipóteses que a Lei define, conforme minuta do Contrato anexo.

O valor e a forma de pagamento foi ajustado em 07 (sete) parcelas de R\$ 1.328,40 perfazendo um total de R\$ 9.298,80 referente a prestação dos serviços a serem contratados através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação, e a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, anexas.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no inciso XIII, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, que dispõem, respectivamente, o seguinte:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

[...]

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Justifica-se a contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE, por a mesma já ter participado anteriormente de outros Projetos, e atender de forma satisfatória ao objeto do edital, bem como apresentou Plano de Trabalho que vem de encontro com as necessidades deste município e por estar com sua regularidade fiscal válida.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No que se refere à justificativa do preço a empresa apresentou uma proposta com preço viável ao município e técnica que irá atender as expectativas dos piscicultores, e conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	7,00	MES	Execução do Projeto SC - Atendimento Regional - Meio Oeste, compreendendo as seguintes ações: Ação I - Consultoria tecnológica - Conforme plano de trabalho anexo; Ação II - Capacitação e consultoria em gestão - Conforme plano de trabalho anexo; Ação III - Oficina tecnológica - Conforme plano de trabalho anexo; Ação IV - Workshop de associativismo - Conforme plano de trabalho anexo;	SEBRAE	1.328,40	9.298,80
Total						9.298,80

6. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Despesa: 13 - Manutenção dos serviços gerais da administração.

Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

Projeto/Atividade: 2.009 - Manutenção dos serviços gerais da administração.

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 11 de Junho de 2018

IVAIR LOPES RODRIGUES

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROCESSO LICITATÓRIO 0121/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0071/2018

Publicação N° 1651664

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0121/2018

Pregão Presencial N° 0071/2018

OBJETO: Aquisição de Veículo tipo Pick-up, zero Quilômetro, cabine dupla para uso da Secretaria de Infraestrutura. Recursos Próprios

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 13:25 horas do dia 25/06/2018, para abertura da Seção às 13:30 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 12 de Junho de 2018.


SANDRO LUIZ TOALDO

Secretario de Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL

SICONFI - RGF 2018

Publicação Nº 1651572

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Secretaria do Tesouro Nacional - STN
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Capinzal - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Câmara de Vereadores de Capinzal - SC (SC)				
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal				
Periodicidade:	Quadrimestral				
Período:	1º quadrimestre				
Exercício:	2018				
Assinatura(s):	<ul style="list-style-type: none">Nome: GILMAR JUNIOR DA SILVEIRA <i>Titular do Poder Legislativo</i> <table><tr><td>CPF:</td><td>069.024.559-96</td></tr><tr><td>Data:</td><td>12/06/2018 16:00:59</td></tr></table>	CPF:	069.024.559-96	Data:	12/06/2018 16:00:59
CPF:	069.024.559-96				
Data:	12/06/2018 16:00:59				

O Código do Recibo da declaração homologada em 12/06/2018, às 16:01:09 , é:

02.9Z.WT-B

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Catanduvás

PREFEITURA

PORTARIA Nº 7556 DE 10 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1651714

Portaria nº 7556/2018, de 10 de maio de 2018.

“AUTORIZA OS SERVIDORES A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica do Município de Catanduvás,
RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar CLAUDINOR LUIZ PETUCO, SUPERVISOR DE SAÚDE, EVERALDO GABRIEL DA COSTA, SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PEDRO ALBINO SCAPINI, SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, VALDIR VALTER PISSOLI, DIRETOR DE URBANISMO, SEBASTIÃO CANÓSI DE OLIVEIRA, DIRETOR DE TRANSPORTES E OBRAS, a guiar veículos oficiais do Município, devendo os servidores observar o que dispõe o Decreto nº 2.366/2018, de 07 de março de 2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvás, 10 de maio de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC 0011/2018

Publicação Nº 1651808

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0011/2018

Tomada de Preço nº 0012/2017 (Processo Licitatório nº 0108/2017)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 11 de janeiro de 2018.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 Suprimir do Contrato Original a importância de R\$ 11.366,88 (onze mil trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), referente a revisão de serviços e quantitativos, devido as alterações do projeto da obra, conforme tabela de supressão em anexo.

1.1 Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 26.211,90 (vinte e seis mil duzentos e onze reais e noventa centavos), referente a revisão de serviços e quantitativos, devido as alterações do projeto da obra, conforme tabela de aditivo em anexo.

1.3 O valor global do presente contrato poderá perfazer a importância de R\$ 194.845,02 (cento e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais e dois centavos), totalizando 8,25 % (oito vírgula vinte e cinco por cento) de acréscimo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA

Prorrogar o prazo final para execução da obra em 30 (trinta) dias.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, I, “a”, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 07 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP 021/2018 PCS

Publicação Nº 1650680

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2018 PCS

Objeto: Registro de Preços para a possível recapagem de pneus de máquinas e veículos do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Caxambu do Sul, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 09:30 horas do dia 25/06/2018.

Abertura: dia 25/06/2018, às 10:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 13 de junho de 2018.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017 - PM

Publicação Nº 1650861

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 21/2017.
Vigência: 11/10/2017 à 11/10/2018.
Processo Licitatório nº 60/2017.
Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participante/Contratado: Taynan Transportes e Turismo Ltda.
Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância de R\$ 365,69 (trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do item 1 da Ata de Registro de Preço n. 21/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017 - PM

Publicação Nº 1650866

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 28/2017.
Vigência: 04/12/2017 à 04/12/2018.
Processo Licitatório nº 75/2017.
Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participante/Contratado: Comércio de Combustíveis VHS LTDA EPP.
Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância de R\$ 16.696,23 (dezesseis mil e seiscentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do item 1 da Ata de Registro de Preço n. 28/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017 - PM

Publicação Nº 1650872

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 29/2017.
Vigência: 04/12/2017 à 04/12/2018.
Processo Licitatório nº 76/2017.
Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participante/Contratado: Comércio de Combustíveis VHS LTDA EPP.
Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância de R\$ 5.528,65 (cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do item 1 da Ata de Registro de Preço n. 29/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 24 de maio de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017 - PM

Publicação Nº 1650869

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 28/2017.
Vigência: 04/12/2017 à 04/12/2018.
Processo Licitatório nº 75/2017.
Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participante/Contratado: Comércio de Combustíveis VHS LTDA EPP.
Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância de R\$ 21.169,23 (vinte e um mil e cento e sessenta e nove reais e vinte e três centavos).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do item 1 da Ata de Registro de Preço n. 28/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2018 - PM

Publicação Nº 1650627

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 31/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 31/2018.
Vigência: 24/05/2018 à 31/12/2018.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Taynan Transportes e Turismo Ltda.
Valor: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).
Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços à contratação de Empresa Especializada à realização do transporte de passageiros do Município de Chapadão do Lageado, com fornecimento pela contratada de motorista habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com a quantidade e especificação relacionada abaixo, bem como, de conformidade com o estabelecido no Termo de Referência – Anexo II.
Transporte de alunos residentes neste Município a ser realizado em situações imprevisíveis/emergenciais, de conformidade com justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DATA DA ASSINATURA: 24 de maio de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2018 - PM

Publicação Nº 1650630

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 35/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 35/2018.
Vigência: 30 meses.
Processo Licitatório nº 35/2018.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Julio Ramos Luz.
Valor/Remuneração: Considerando que o leiloeiro credenciado não será remunerado pela guarda e conservação dos bens inservíveis, bem como, pelas demais despesas do leilão, terá direito a receber a comissão de 3% para bens imóveis e 5% para bens móveis, a ser paga pelo arrematante, nos termos do Art. 24 do Decreto nº 21.981 de 1932, e do art. 884, Parágrafo Único, da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil.
Objeto: O Município de Chapadão do Lageado/SC declara, por este ato, que o (a) Senhor (a) Julio Ramos Luz, RG n. 1.675.990, CPF n. 582.420.409-82, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o n. AARC/162, e endereço profissional na Rua Academico Nilo Marchi, n. 447, sala 01 do Centro Empresarial, Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-075 encontra-se, na presente data, credenciado nesse Município Chapadão do Lageado/SC como leiloeiro oficial (Decreto nº 21.981, de 1932). Declara também, nos termos do edital n. 35, de 02/05/2018, que o leiloeiro acima identificado compõe rol dos leiloeiros habilitados para atuação nos leilões perante os em que esse Município Chapadão do Lageado/SC detém atribuição regimental.

DATA DA ASSINATURA: 07 de junho de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 - PM

Publicação Nº 1650858

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 20/2017.
Vigência: 09/08/2017 à 09/08/2018.
Processo Licitatório nº 55/2017.
Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participante/Contratado: ARTNOVA INDÚSTRIA ARTEFATOS CIMENTO LTDA ME.
Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância total de R\$ 1.910,90 (um mil e novecentos e dez reais e noventa centavos).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço dos itens 1, 2, 3, 6 e 7 da Ata de Registro de Preço n. 20/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 - PM

Publicação Nº 1650724

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 20/2017.
Vigência: 09/08/2017 à 09/08/2018.
Processo Licitatório nº 55/2017.
Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participante/Contratado: ARTNOVA INDÚSTRIA ARTEFATOS CIMENTO LTDA ME.
Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância total de R\$ 1.910,90 (um mil e novecentos e dez reais e noventa centavos).
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço dos itens 1, 2, 3, 6 e 7 da Ata de Registro de Preço n. 20/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017 - PM

Publicação Nº 1650729

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 28/2017.

Vigência: 04/12/2017 à 04/12/2018.

Processo Licitatório nº 75/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante/Contratado: Comércio de Combustíveis VHS LTDA EPP.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância de R\$ 16.696,23 (dezesesseis mil e seiscentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos).

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do item 1 da Ata de Registro de Preço n. 28/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 23 de maio de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017 - PM

Publicação Nº 1650734

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017 - PM

Ata de Registro de Preço n. 29/2017.

Vigência: 04/12/2017 à 04/12/2018.

Processo Licitatório nº 76/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante/Contratado: Comércio de Combustíveis VHS LTDA EPP.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor registrado na importância de R\$ 5.528,65 (cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do item 1 da Ata de Registro de Preço n. 29/2017, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

DATA DA ASSINATURA: 24 de maio de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 09/2018

Publicação Nº 1651081

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 09/2018

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: DNA Tecnologia Ltda

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de website

Valor do Contrato: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Vigência: 08/06/2018 a 07/06/2019

Chapecó, 08 de junho de 2018.

Itamar Antonio Agnoletto

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PMCS/2018

Publicação Nº 1651266

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 233/PMCS/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Mobiliário para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 13h15min do dia 25/06/2018.

Abertura: Dia 25/06/2018, às 13h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 13 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2018

Publicação Nº 1651390

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/PMCS/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (materiais de construção), para uso no município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h15min do dia 25/06/2018.

Abertura: Dia 25/06/2018, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 13 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 80/PMCS/2018

Publicação Nº 1650638

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: MARLI VATERKEMPER FERNANDES – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de material esportivo, medalhas e troféus, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 18/05/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 12.570,00 (doze mil e quinhentos e setenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 82/PMCS/2018

Publicação Nº 1650634

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 82/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: S.SCHNEIDER – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de material esportivo, medalhas e troféus, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 18/05/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 12.253,20 (doze mil e duzentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 85/PMCS/2018

Publicação Nº 1650783

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: DOUGLAS CARDOSO DE LIMA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de equipamentos de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 25/05/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 35.574,00 (trinta e cinco mil e quinhentos e setenta e quatro reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 88/PMCS/2018

Publicação Nº 1650815

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: DOUGLAS CARDOSO DE LIMA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 220/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais para o Sistema Municipal de Trânsito do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/05/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 24.405,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e cinco reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/PMCS/2018

Publicação Nº 1650764

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 89/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: IRMÃOS CONSONI MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 220/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais para o Sistema Municipal de Trânsito do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/05/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 39.228,00 (trinta e nove mil e duzentos e vinte e oito reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018 – FMC

Publicação Nº 1651321

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018 – FMC
Contratação de Serviços

Objeto: contratação de empresas para prestação de serviços de apresentações teatrais, apresentações musicais ao vivo, e realização de oficinas de produção literária e de contação de histórias, a serem realizadas no Centro Cultural Concórdia, neste Município, visando o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto denominado "Plano Anual de Atividades do Centro Cultural Concórdia 2018", com recursos do convênio PRONAC-177134, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital..

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 26/06/2018.

Abertura: dia 26/06/2018 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 12 de junho de 2018.

JÚLIO GOMES

Diretor Superintendente da FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2018 – PMC

Publicação Nº 1651321

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2018 – PMC

Objeto: Aquisição e instalação de materiais diversos (toldos, cercas, grades, portões, corrimãos, traves), visando a manutenção das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/06/2018.

Abertura: dia 29/06/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 12 de junho de 2018.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PORTARIA Nº 174/2017

Publicação Nº 1650939

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Portaria nº 174/2017 e alteração.

Considerando:

- o disposto no art. 215 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações;
- a análise do processo protocolizado sob nº 17460/2017, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 532/2018, da Assessoria Jurídica da Municipalidade;
- o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
- a Revisão da Secretária Municipal de Administração,

Verifica-se que não restou comprovada a imputação atribuída ao servidor EDMILSON CESAR DAROZ, ocupante do cargo de Professor, matrícula 523-00, devendo ser considerado INOCENTE, diante da insuficiência de provas capazes de ensejar sua culpabilidade.

Encaminhe-se cópia da presente decisão à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, à Secretaria Municipal de Educação e à Diretoria de Recursos Humanos, para conhecimento, e notifique-se o Procurador do servidor.

Após, archive-se.

Concórdia, SC, 4 de junho de 2018.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

DECISÃO DE SINDICÂNCIA PORTARIA Nº 199/2017

Publicação Nº 1650936

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA

Portaria nº 199/2017 e alteração.

Considerando:

- a análise do processo protocolizado sob nº 17972/2017, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 412/2018, da Assessoria Jurídica da Municipalidade;
- o Relatório Final da Comissão de Sindicância,

verifica-se que o presente processo enseja a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA ao servidor ANSELMO GOMES DA SILVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, por infringência do disposto nos arts. 151, XI c/c 152, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Encaminhe-se cópia à Comissão de Sindicância e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, para conhecimento. Notifique-se o defensor dativo do servidor e encaminhe-se à Diretoria de Recursos Humanos, para providências.

Concórdia, SC, 30 de maio de 2018.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA PORTARIA Nº 226/2016

Publicação Nº 1650933

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Secretaria Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA
Portaria nº 226/2016 e alterações.

Considerando:

- a análise do processo protocolizado sob nº 15280/2016, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 190/2018, da Assessoria Jurídica da Municipalidade;
- o Relatório Final da Comissão de Sindicância,

verifica-se que não restou comprovada a imputação atribuída à servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI, ocupante do cargo Pedagogo, devendo ser considerada INOCENTE, não implicando em qualquer reprimenda.

Publique-se. Após, archive-se.

Concórdia, SC, 30 de maio de 2018.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA PORTARIA Nº 40/2018

Publicação Nº 1650931

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Secretaria Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA
Portaria nº 40/2018 e alteração.

Considerando:

- a análise do processo protocolizado sob nº 185/2018, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 630/2018, da Assessoria Jurídica da Municipalidade;
- o Relatório Final da Comissão de Sindicância,

verifica-se que não restou comprovada a imputação atribuída ao servidor GERSON LUIS PIVA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, devendo ser considerado INOCENTE, não implicando em qualquer reprimenda.

Encaminhe-se cópia desta à Comissão de Sindicância, à Secretaria Municipal de Transportes e à Diretoria de Recursos Humanos, para conhecimento, notifique-se o Procurador do servidor e após, archive-se.

Concórdia, SC, 5 de junho de 2018.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2018 – PMC

Publicação Nº 1651786

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2018 – PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Rudimar Vitto, Diretor de Transito, que declarou dispensável a licitação, nos termos do 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08/06/2018, para conserto de nobreak e televisor para a central de câmeras de monitoramento das ruas do município de Concórdia e para central 190 de atendimento. Conforme requisição 067/2018 do 20ºBPM. Recursos do Convênio 055/2016 - Rádio Patrulha; a favor de ELETRONICA SOZO LTDA ME no valor total de R\$ 2.216,00 (dois mil duzentos e dezesseis reais).

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2018 – FMEC

Publicação Nº 1651327

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 4/2018 – FMEC

O Gestor da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da Senhora Jaira Zampieron, Chefe de Departamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 12/06/2018, para a Taxa de Cronometragem para 5ª MEIA MARATONA, CAMINHADA E REVEZAMENTO MISTO - EDIÇÃO 2018. A ser realizada no dia 18/11/2018. Concórdia.SC.Dispensa de licitação.; a favor de CHRONOMAX COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA no valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos).

GIL ARTIFON
Ordenador de Despesa

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018 – FMS

Publicação Nº 1650877

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 12/2018 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do Senhor Geovani Bedin, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08/06/2018, para a Aquisição de adesivos e filtros para traqueostomia para atender a demanda do paciente oncológico Adão Artivino Varela.; a favor de ATOS MEDICAL BRASIL - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA no valor total de R\$ 4.866,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta e seis), ATOS MEDICAL BRASIL - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA no valor total de R\$ 3.762,00 (três mil e setecentos e sessenta e dois).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 14/2018

Publicação Nº 1651626

RESOLUÇÃO Nº 14/2018 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação dos dias das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2018.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações e em reunião ordinária do dia 07 de junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o dia das reuniões ordinárias deste conselho sempre na primeira quinta-feira de cada mês, no período matutino, no horário das oito horas e trinta minutos, ficando assim definidos para os meses restantes de 2018:

I – Julho – dia 05;

II – Agosto – dia 02;

III – Setembro – 06;

IV – Outubro – dia 04;

V – Novembro – dia 01;

VI – Dezembro – dia 06.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor nesta data.

Concórdia SC, 12 de junho de 2018

JOSIANE WERZYNSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 15/2018

Publicação Nº 1651630

RESOLUÇÃO Nº 15/2018 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, de Concórdia/SC, referente ao mês de abril de 2018.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a Prestação de Contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Concórdia/SC, referente a abril/2018.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor nesta data.

Concórdia SC, 12 de junho de 2018

JOSIANE WERZYNSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 16/2018

Publicação Nº 1651631

RESOLUÇÃO Nº 16/2018 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre contratação de empresa para elaboração de uma página do CMDCA no FACEBOOK com quatro postagens mensais.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações, em reunião ordinária realizada no dia 07 de maio de 2018

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a empresa FOCO Propaganda para a elaboração de uma página para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quatro postagens mensais relacionadas ao CMDCA com recursos do FIA.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

JOSIANE WIERZYNSKI

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 17/2018

Publicação Nº 1651633

RESOLUÇÃO Nº 17/2018 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a substituição de conselheiro na Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações e tendo em vista a reunião extraordinária realizada no dia 07 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência instituída no dia 10 de maio de 2018.

Art. 2º Ficam designadas, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil, através de parcerias voluntárias, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, os conselheiros abaixo relacionados:

I - Titulares

a) JOSIANE WIERZYNSKI, conselheira governamental;

b) ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA, conselheiro governamental;

c) KATLIN CARINA FELISBERTO, conselheira não governamental;

d) MURILO ANZANELLO NICHELE, conselheiro não governamental.

II – Suplentes

a) CAMILA PILONI, conselheira governamental;

b) VINICIUS VOSS, conselheiro governamental;

c) ELAINE MARIA PEREIRA DA CUNHA VANCIN, conselheira não governamental;

d) FRANCINE GRENDENE ORTIGARA, conselheira não governamental.

Art.3º - Esta resolução entra em vigor nesta data;

JOSIANE WIERZYNSKI

Presidente do CMDCA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 469/2018

Publicação Nº 1651353

DECRETO Nº 469/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (Dois) dias de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro de família, da Servidora Municipal, Sra. ELIZETE RENOSTO SERAGLIO, ocupante do cargo de Psicólogo, Matrícula nº1354501, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistente Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 07/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 470/2018

Publicação Nº 1651354

DECRETO Nº 470/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de licença, para tratamento de saúde à Servidora Municipal, Sra. SANDRA MARIA INNOCENTE REBESCHINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº1349003, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 11/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 12 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 471/2018

Publicação Nº 1651355

DECRETO Nº 471/2018

“DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial contidas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 003/2017, com resultado final homologado em 05 de Fevereiro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica Contratada a partir de 12/06/2018, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sr. FERNANDA APARECIDA GIONGO na função de Professor (a) Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º O Servidor se sujeitara ao disposto na Lei Municipal nº 468/2001, e subsidiariamente a Lei Complementar nº 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e Lei Complementar nº 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2018

Publicação Nº 1651576

DECRETO Nº 096, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

ESTABILIZA SERVIDOR APROVADO EM ESTAGIO PROBATORIO PARA O SERVIÇO PÚBLICO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Relatório Conclusivo de Avaliação de Estágio Probatório realizado por comissão específica indicando que foi atingida a pontuação mínima exigida;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabilizado no serviço Público Municipal, em virtude de aprovação no Estágio Probatório, o Senhor Ramon Castilho Ravarena, ocupante do cargo de Pedreiro, neste Município de Coronel Martins, sob o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o período de estágio probatório, não gera direito à estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da administração, ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Efeitos Retroativos a partir de 08/12/2017

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 12 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2018

Publicação Nº 1651252

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a seleção de propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos para veículos e máquinas das diversas Secretarias e Fundos do Município de Coronel Martins - SC, para o exercício de 2018, de acordo com os itens e quantitativos constantes da relação de itens anexa ao presente Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 26 de junho de 2018, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, em 12 de junho de 2018.

Lais Cristina Bandeira

Pregoeira

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO 11/2018 PMCP - PROCESSO 29/2018/PMCP**

Publicação Nº 1650964

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2018 – PMCP

PREGÃO PRESENCIAL nº 29/2018 – PMCP

No dia 29 do mês de maio do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 3601, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo PREFEITO, o Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2018, Processo Licitatório nº. 09/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a): REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os dados da empresa que sagrou-se vencedora do certame:

Dados da Empresa

L.F.A COMÉRCIO DE GÁS LTDA, CNPJ nº 18.326.204/0001-82.

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Carga de gás P13	1.000	UNIDADE	55,00	55.000,00
02	Carga de gás P45	200	UNIDADE	270,00	54.000,00
TOTAL					109.000,00
Quantidade/valor a serem distribuídos entre as Secretarias, Fundos e Fundações do município.					

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por item e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculado à validade dos créditos orçamentários do ano de 2018, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;
- 5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, em no máximo 1 (uma) hora, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de

compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis,

contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor.

Correia Pinto 29 de maio de 2018.

CELRO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

L.F.A COMÉRCIO DE GÁS LTDA,

Detentora da Ata

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 29/2018/PMCP

Publicação Nº 1650960

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL N. 29/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumentos:

0653/2018 PMCP

0654/2018 FMS

0655/2018 FMAS

0656/2018 FHMCP

0657/2018 FMEC

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa L.F.A COMÉRCIO DE GÁS LTDA..

CNPJ nº 18.326,204/0001-82

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento dos itens nº 01 e 02, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 29/2018 – PMCP e seus anexos.

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Carga de gás P13	1.000	UNIDADE	55,00	55.000,00
02	Carga de gás P45	200	UNIDADE	270,00	54.000,00
TOTAL					109.000,00

Vigência: até 31/12/2018

CELRO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 36/2018

Publicação Nº 1651759

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LINHA LEVE E PESADA, TORNO, SOLDAS, BOMBA HIDRÁULICA E INJETORA, RETIFICA, E CONserto DE RADIADORES, SERVIÇO DE SOCORRO NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES: Menor Preço por Lote. Abertura dos envelopes: 25/06/2018 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 12 de junho de 2018.
CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 34/2018 PMCP

Publicação Nº 1650958

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 34/2018 PMCP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Pregão Presencial - Processo nº 34/2018 PMCP, incluindo-se os seguintes itens:

No item 15 da habilitação:

15.4.5. Os itens: 05,10,11,22,23,24,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,53,54,59,61,62,63,64, 65,66,67,73,74,75,76,86,87,88,89,90,91,92,93,98,99,100,102,107,108,111,112,113,116,120,121,122,124,133,136,137,138,139,140,151,152,153,154,155,156,157,158,159,163,166,173,181,187,197,201,218,220,221,222. As empresas que forem declaradas vencedoras desses itens, deverá apresentar amostra dos produtos por ela vencidos, em até 3 (três) dias úteis, no setor de alimentação escolar do Município de Correia Pinto/SC. O qual será avaliado por equipe técnica do setor de alimentação escolar do Município. Em caso de aprovação, o certame seguirá seus normais trâmites. Em caso de não aprovação, ocorrerá a desclassificação da empresa para o item, sendo então chamado o segundo colocado, que igualmente deverá apresentar amostra e assim sucessivamente. Serão critérios de avaliação: Baseado no ANEXO II, Termo de referência deste edital.

No ANEXO II, Termo de Referência.

13 – Os itens: 05,10,11,22,23,24,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,53,54,59,61,62,63,64,65, 66,67,73,74,75,76,86,87,88,89,90,91,92,93,98,99,100,102,107,108,111,112,113,116,120,121,122,124,133,136,137,138,139,140,151,152,153,154,155,156,157,158,159,163,166,173,181,187,197,201,218,220,221,222. As empresas que forem declaradas vencedoras desses itens, deverá apresentar amostra dos produtos por ela vencidos, em até 3 (três) dias úteis, no setor de alimentação escolar do Município de Correia Pinto/SC. O qual será avaliado por equipe técnica do setor de alimentação escolar do Município. Em caso de aprovação, o certame seguirá seus normais trâmites. Em caso de não aprovação, ocorrerá a desclassificação da empresa para o item, sendo então chamado o segundo colocado, que igualmente deverá apresentar amostra e assim sucessivamente. Serão critérios de avaliação: Baseado no ANEXO II, Termo de referência deste edital.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, mantém-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 19/06/2018 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 12 de junho de 2018.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018

Publicação Nº 1651843

Edital de Chamamento Público nº 004/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio da Secretaria Municipal de Indústria, comércio e turismo, com deliberação pelo Conselho Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e serviços – COMICTS, com esteio nas Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e 4.871/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projeto para fortalecimento do comércio local.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para a formalização de termo de colaboração e a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, Lei 13.204/2015, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e Decreto 4.871/2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Apenas uma proposta será selecionada, salvo se houver disponibilidade orçamentária para a celebração de mais de uma parceria, observada a ordem de classificação.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO – Ações voltadas ao Fortalecimento do Comércio Local.

2.1. O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de ações de fortalecimento do comércio local.

2.2. Objetivos específicos da parceria: Estimular o comércio local, com ações para conscientização da população sobre a importância de aquisição de produtos do comércio instalado no Município, gerando empregos, renda, movimento econômico e arrecadação fiscal.

3. JUSTIFICATIVA

Em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados recursos, a serem executados no curso do exercício de 2018, em conformidade com os respectivos instrumentos de Termo de Colaboração, visa-se o desenvolvimento e fortalecimento do comércio em Curitibanos.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) estar credenciada no Município; e

b) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

4.3. Não é permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, na forma descrita no Art. 35-A da Lei 13.019/2014.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ofício dirigido ao Administrador Público responsável pela Unidade Gestora, solicitando o termo de colaboração ou de fomento com a devida justificativa do pedido (Art. 24, inciso I do Decreto Municipal 4.870/2017)

b) Cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de utilidade pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790/1999, e cópia da Lei Federal quando houver (Art. 24, inciso II do Decreto Municipal 4.870/2017)

c) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017).

d) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto

Municipal 4.870/2017);

- e) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- f) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, na forma do art. 24, inciso XI e art. 25 do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- h) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos próprios, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais, na forma do Art. 24, inciso XII do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- i) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria, com recursos exclusivos da OSC. (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 24, inciso IV do Decreto 4.870/2017 (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- k) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e 24, inciso V do Decreto 4.870/2017);
- l) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, número da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme art. 24, inciso VI e VII do Decreto nº 4.870/2017);
- m) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 24, inciso VIII, do Decreto nº 4.870/2017, de 2016);
- n) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e
- o) Apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com a Administração Pública (Art. 24, inciso XIII do Decreto Municipal 4.870/2017);
- p) Apresentar declaração de que a organização não deve prestações de contas e quaisquer órgãos ou entidades (Art. 24, inciso XIV do Decreto Municipal 4.870/2017);
- q) Apresentar declaração de que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017);
- r) Apresentar Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017)

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria Municipal nº 453/2018.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o

impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12, § 4º, do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	13/06/2018
2	Envio das propostas pelas OSCs.	13/06/2018 a 13/07/2018
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	16/07/2018
4	Divulgação do resultado preliminar.	17/07/2018
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias corridos contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias corridos após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	31/07/2018 *

* A data da homologação poderá ser antecipada em não havendo interposição de recurso.

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada(s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014).

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, por meio de requerimento junto ao setor de Protocolo do Município – Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro em Curitiba/SC, e deverão ser cadastradas e enviadas para análise, até às 19 horas do dia 13 de julho de 2018.

7.4.2. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

7.4.3. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise ou, na ausência, da disponibilização deste, a última enviada conforme item 7.4.2. deste Edital.

7.4.4. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- o valor global.

7.4.5. Somente serão avaliadas as propostas que, além de cadastradas, estiverem com status da proposta “enviada para análise” até o prazo limite de envio das propostas pelas OSCs constante da Tabela 1.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no Anexo V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Crítérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexa entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).</p>	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 4,0 (quatro) pontos;

b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.5.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do Município na internet (<http://www.curitibaanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios, iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.1. Nos termos do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos serão apresentados por meio de requerimento, junto ao setor de Protocolo do Município.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

7.7.4. Interposto recurso, se dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da data da ciência, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Prefeito, conforme o disposto no §1º do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, para decisão final.

7.8.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Município homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Municipal dos Municípios as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 16 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.9.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção encaminhado a matéria a aprovação do Poder Legislativo para posterior formalização da parceria.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
2	Parecer de órgão técnico, jurídico e contábil, bem como encaminhamento de Projeto de Lei à Câmara legislativa para posterior sanção de lei e assinatura do termo de colaboração.
3	Publicação do extrato do termo de colaboração e da Lei no Diário Oficial dos Municípios.

8.2 Etapa 1: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.2.1. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- c) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e
- e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

8.2.2. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.2.3. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.2.4. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos no edital, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3. Etapa 2: Parecer de órgão técnico, jurídico, contábil, autorização legislativa e assinatura do termo de colaboração.

8.3.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico, jurídico e contábil.

8.3.2. As parcerias serão previamente autorizadas pelo Poder Legislativo, na forma do Art. 6º do Decreto Municipal 4.870/2017.

8.3.3. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.3.4. Após transcorrido os trâmites e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Colaboração.

8.3.5. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.4. Etapa 3: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial dos Municípios. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 10.000,00

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento da Prefeitura Municipal – Secretaria da indústria, Comércio e Turismo, autorizado pela Lei nº 5974/2017, UG Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

9.3. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no exercício de 2018, conforme disposto no Anexo V

– Referências para Colaboração. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

9.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.5. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto Municipal nº 4.870, de 2017. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.6. Todos os recursos provenientes do Município deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, excetuando despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

9.7. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

9.8. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.9 Os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

9.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Será exigida contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, no percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município na internet (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. A resposta às impugnações caberá ao gestor.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, com interveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

11.09. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo III – Declaração conforme Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Referências para Colaboração;

Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração; e

Anexo VIII – Declaração de Contrapartida.

Curitiba/SC, 12 de junho de 2018.

Marcos Aurélio Scapini
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 004/2018 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Curitiba/SC, de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II
DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 24, caput, inciso XII, do Decreto Municipal nº 4870, de 2017, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

☐ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

☐ pretende contratar ou adquirir as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, com utilização exclusiva de recursos próprios.

OU

☐ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das quatro redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Curitiba/SC, _____ de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DO ART. 39, INCISO III DA LEI 13.019/2014,
E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, que:

☐ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

☐ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

☐ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função

de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Curitibanos/SC, ____ de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

MINUTA
PLANO DE TRABALHO

LOGO DA INSTITUIÇÃO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA INSTITUIÇÃO
Endereço:
Cidade: CEP:
Fone: e-mail:
CNPJ:
Representante Legal:
Responsável pela execução do projeto:

II. NOME DO PROJETO:

III. APRESENTAÇÃO (apresentar rapidamente a Instituição e o projeto a ser desenvolvido)

IV. JUSTIFICATIVA (descrever por que o projeto é necessário, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte)

V. OBJETIVOS:

a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar.)

b) ESPECÍFICOS (preencher o quadro a seguir, acrescentando linhas se necessário)

Objetivo Específico	Ações (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)	Resultados Esperados
1 -		
2 -		
3 -		
4 -		

VI. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO (informar a área de abrangência do projeto, bairros, escolaridade média do público atendido, faixa etária, número de pessoas, meta a ser atingida)

VII. METODOLOGIA (quais as atividades que serão desenvolvidas? Onde ocorrerá o projeto? Como serão desenvolvidas as ações?)

VIII. CONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

Ações (necessárias para alcançar o objetivo)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

[illegible]

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas

XI. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (preencher o quadro abaixo)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação (importante descrever com clareza)
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		

Valor do Recurso da Parceria:

Itens	Descrição (com a quantidade	Valor unitário	Valor total
TOTAL do Recurso da Parceria			

[illegible]

Assinatura do responsável técnico:
CPF:

Assinatura do representante legal da OSC
CPF:

ANEXO V TERMO DE REFERÊNCIA

1. Apresentação

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Curitiba com interveniência da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, receberá os Planos de Trabalhos das OSC's que pleiteiam firmar Termo de Colaboração, conforme Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações pela Lei 13.204/2015, e Decreto Municipal nº 4.870/2017, para executar Parceria de Interesse Público no âmbito municipal. Cabe salientar que, para firmar o Termo de Colaboração a organização da sociedade civil deverá estar regularmente credenciada.

2. Objeto

A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, através das OSC's, tem por finalidade subsidiar o total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser implementado por ações descritas no item 4.2, em despesas de custeio, administração e implementação de ações, em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados auxílios e subvenções, a serem executados no período compreendido entre a data de assinatura do termo de colaboração até dia 20/12, no curso do exercício de 2018, em conformidade com o edital e Termo de colaboração.

3. Das diretrizes da parceria de interesse público

3.1 O planejamento das ações deverá ser realizado pela OSC, de acordo com a identificação da demanda constatada pelo Gestor.

3.2 O trabalho realizado será avaliado e acompanhado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Administração e Comissão de monitoramento.

3.4 O trabalho deverá ser sistematizado e planejado por meio de planejamento e acompanhamento das ações realizadas.

4. Do público a ser atendido, objetivos e do trabalho a ser desenvolvido:

4.1 O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Conselho Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e serviços - COMICTS.

4.2 Dos objetivos e do trabalho a ser desenvolvido

4.2.1 O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de ações de fortalecimento do comércio local.

4.2.2 Objetivos específicos da parceria: Estimular o comércio local, com ações para conscientização da população sobre a importância de aquisição de produtos do comércio instalado no Município, gerando empregos, renda, movimento econômico e arrecadação fiscal.

5. Das condições de participação

5.1 Poderão participar do presente edital as OSC's, sem fins lucrativos, devidamente registradas no COMICTS, que possuam em seu estatuto social: objetivos compatíveis com a natureza declarada para este edital, comprovando o mínimo de um (1) ano de existência, a ser comprovada pela inscrição no CNPJ, atuação e experiência no objeto proposto, além de capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades previstas e cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

5.2 Somente poderão participar do chamamento OSC's, sem fins lucrativos, que não tenham impedimentos legais para estabelecer vínculos com a Administração Pública.

5.3 O Responsável técnico da OSC deverá necessariamente cumprir carga horária mínima na instituição de 12 horas semanais.

6. Da apresentação e conteúdo do plano de trabalho:

6.1 Cada OSC poderá apresentar apenas 01(um) projeto.

6.2 A documentação e plano de trabalho deverão ser entregues pela entidade proponente, até o dia 13/07/2018, às 19 horas, no Setor de Protocolo do Município: Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro CEP 89520-000.

6.3 O requerimento para firmar parceria deverá conter a documentação solicitada e o Plano de Trabalho da entidade em sua totalidade.

6.4 Sobre o plano de trabalho: (conforme anexo VI)

6.5 Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.

6.6 Descrição das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como os meios utilizados para tanto.

6.7 Prazo para execução das atividades e cumprimento das metas.

6.8 Definição de indicadores, quantitativos e qualitativos, a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas.

6.9 A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

6.10 Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

6.11 Definição dos parâmetros a serem realizados para a aferição do cumprimento das metas;

7. Dos requisitos e documentação

7.1 A entidade deverá atender aos requisitos e promover a entrega de documentação elencada no Decreto Municipal 4.870/2017, Edital de Chamamento, além do Plano de trabalho com cronograma de desembolso;

8. Dos recursos financeiros do edital e despesas do plano de trabalho:

8.1. Os recursos financeiros provenientes do termo de colaboração não poderão ser aplicados para remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

9. Da avaliação dos planos de trabalho:

9.1 A avaliação e seleção dos planos de trabalho serão realizadas pela Comissão de Avaliação e Seleção.

10. Da formalização e do prazo de vigência do Termo de Colaboração

10.1 Os trâmites para o Termo de Colaboração seguirão obrigatoriamente as regras da legislação correlatada.

10.1.2 O financiamento dos planos de trabalho aprovados será realizado sob forma de Termo de Colaboração, no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2018, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

10.1.3 durante a execução do Termo de Colaboração, o repasse financeiro ficará condicionado à fiscalização do ente público que realizará a análise da prestação de contas e verificação in loco. O descumprimento do contrato de gestão ou não apresentação de documentação pertinente implicará a suspensão do repasse financeiro a entidade até que ocorra a sua regularização.

10.1.4 caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas suspensas.

10.1.5 os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

11. Dos prazos:

11.1 A contar a data da publicação do edital, a seleção dos planos de trabalho respeitará o cronograma apresentado no edital.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 24, inciso XVI, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

☐ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

☐ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

☐ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

☐ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;

☐ Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

☐ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

☐ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Curitiba/SC, ____ de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII

MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO E A/O (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL)

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e a(o) (organização da sociedade civil), inscrita(o) no CNPJ sob nº. _____, com sede _____, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante o Edital nº 004/2018 e Lei Municipal nº _____ mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de chamamento público _____, tem por objeto _____, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Edital de chamamento Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ _____ (por extenso), cujo repasse será efetuado em _____ parcelas mensais, de R\$ _____ (por extenso).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R\$ _____ (por extenso), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária _____, UG _____, Gestão _____, conforme discriminação abaixo:

Fonte: _____ ED: _____ - R\$ _____

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VII – pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,

VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2018, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

6.2 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.3 – Eventual prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.

II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica in loco, realizada durante a execução da parceria, quando houver.

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- e) pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável;
- f) pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, ____ de ____ de 2018.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Marcos Aurélio Scapini
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

Representante legal da organização da sociedade civil

ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº/20, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] dispõe de contrapartida, na forma de [bens e/ou serviços] economicamente mensuráveis, no valor total de R\$ (.....), conforme identificados abaixo:

(Obs. O mínimo previsto para contrapartida deverá ser igual ou superior ao recurso pretendido)

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

Curitiba/SC, ____ de ____ de 20__.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2018

Publicação Nº 1651877

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2018

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e FABIO LUIZ LIBARDI, com o valor total de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO TEATRAL NA FESTA JUNINA DO CRAS, DIA 20/07/2018, PARA AS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, CONFORME ARTIGO 25, INCISO III DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 12 de junho de 2018.

Diego Seber Wordell Daniele Cristina Pozzo da Silva

Presidente da Comissão Membro

Roberto Carlos da Silva Cristiano França Pereira

Membro Membro

Cristina Melo Menegotto

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso III dou como aprovada.

Curitiba, 12 de junho de 2018.

Herlon Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 12 de junho de 2018.

Marcio Damiani Poletto de Souza

Presidente do Fundo

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR 2/2018

Publicação Nº 1651111

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2018 - CC
CNPJ: 83.754.044/0001-34 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 1/2018 Processo de Licitação: 1/2018 Data do Processo: 02/05/2018
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, COM EXTENSÃO DE 660,00 M, E AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GALERIA CELULAR DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADA COM DIMENÇÕES 2,50M X 1,50M X 1,00M, ESPESSURA DA AREDE 15CM, TRÂNSITO 45 TON, ATERRO MÍNIMO DE 0,30MT E MÁXIMO DE 0,50MT, FABRICADAS CONFORME NBR 15396 DA ABNT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, CONFORME PROCESSO Nº 59502.000719/2017-99 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 2/2018 (Sequência: 2)

Ao(s) 12 de Junho de 2018, às 13:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1171, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 1/2018, Licitação nº. 1/2018 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A EMPRESA MOLDER ESTRUTURAS EIRELI APRESENTOU A CERTIDÃO DE REGULARIDADE FEDERAL SOB CÓDIGO 9A05.0813.DBB2.C43B, EMISSÃO 12/06/2018 E VALIDADE ATÉ 09/12/2018, NO APRAZADO, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA NO LOTE Nº 02. DESTA FORMA, PROSSEGUINDO COM O PROCESSO, FICA AGENDADA A ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS PARA O DIA 13/06/2018 ÀS 17:00 HORAS, NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860, PISO SUPERIOR.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 12 de Junho de 2018

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTIANO FRANÇA PEREIRA	- - SECRETÁRIO
CRISTINA MENEGOTTO	- - MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA	- - MEMBRO
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 20**

Publicação Nº 1651078

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****Portaria nº 0020/2018**

NOMEIA FABIANA BEPLER APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2018 PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE CONSULTOR JURÍDICO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado por esta Casa Legislativa, com resultado final homologado pela Portaria 08/2018 de 03 de abril de 2018;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais da Câmara de Vereadores de Curitiba/SC;

CONSIDERANDO, a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos;

RESOLVE:

ART. 1º. Fica nomeada a senhora **FABIANA BEPLER**, aprovada no Concurso Público 01/2018 desta Casa Legislativa, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Consultor Jurídico da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sob regime estatutário.

ART. 2º A servidora nomeada no artigo 1º desta Portaria deverá comparecer nos próximos 30 dias à Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, situado na Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente (das 13:00 às 19:00 horas), para apresentação dos documentos a seguir indicados:

1. Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
2. Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
3. Cópia **AUTENTICADA** do certificado/diploma de curso superior em Direito;
4. Cópia do Registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
5. Cópia **AUTENTICADA** do certificado/diploma de curso de pós-graduação na área de atuação do cargo (se tiver);
6. Cópia do RG e CPF;
7. Cópia do título de eleitor;
8. Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
9. Cópia do PIS/PASEP;



Rua Archias Ganz, nº 288 - Cep: 89520-000, Centro, Curitiba - SC

Fone: (49) 3241-1511 - E-mail: camara@camaracuritiba.sc.gov.br

Página 1

www.camaracuritiba.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site www.camaracuritiba.sc.gov.br/cer, informe o código: 180605164134C72



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

10. Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
11. Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
12. Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens;
13. Certidão negativa de antecedentes criminais e civis – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
14. Certidão de quitação eleitoral;
15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa obtida através do link: (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);
16. Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios;
17. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição;
18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
20. 01 foto 3 X 4 **RECENTE**.
21. CTPS original

§ 1º Após a apresentação integral dos documentos supra listados, a servidora nomeada será encaminhada para a avaliação médica realizada por peritos oficiais do Município de Curitiba/SC, destinadas à deflagração do processo de Posse.

§ 2º É condição indispensável para posse da servidora nomeada a aprovação na perícia médica oficial do Município de Curitiba/SC.

ART. 3º - O nomeado somente tomará posse se cumprir integralmente as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Se o nomeado não tomar posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estará renunciando, tacitamente, à vaga para qual foi nomeado, ficando a cargo da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

ART. 5º Caso o nomeado não tenha interesse em ser empossado no cargo poderá formalizar a desistência mediante documento próprio encaminhado à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de junho de 2018



Rua Archias Ganz, nº 288 - Cep: 89520-000, Centro, Curitiba - SC

Fone: (49) 3241-1511 - E-mail: camara@camaracuritiba.sc.gov.br

Página 2

www.camaracuritiba.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site www.camaracuritiba.sc.gov.br/cei, informe o código: 180605164134C72



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Ivan França Moreira (PSD)
Presidente

Rafael Cardoso Valim (PR)
Vice-Presidente

Vilma Natalina Fontana Maciel (MDB)
1ª Secretária

Tanner Gaudério (PRB)
2º Secretário



Rua Archias Ganz, nº 288 - Cep: 89520-000, Centro, Curitiba - SC

Fone: (49) 3241-1511 - E-mail: camara@camaracuritiba.sc.gov.br

Página 3

www.camaracuritiba.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site www.camaracuritiba.sc.gov.br/cei, informe o código: 180605164134C72

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA 72-2018 - PMDC

Publicação Nº 1651790

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/18

HOMOLOGAÇÃO: 08/06/18

CONTRATADO: IVANIR A.DOS SANTOS & CIA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, QUE PARTICIPAM DO GRUPO DE DANÇA ARTISTICA DO CTG SINUELO DA FRONTEIRA, PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO RODEIO DE ABDON BATISTA - SC, NOS DIAS 09 E 10 DE JUNHO DE 2018.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.249,75 (quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 12/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO 9/2018 - FMAS

Publicação Nº 1650702

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018

O MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 9/2018, Edital de Pregão Nº 9/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 26/06/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61-2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1651026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/18

PROCESSO LICITATORIO Nº 61/18

HOMOLOGAÇÃO: 07/06/18

CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS

LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA E COLORIDA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO, DESTINADOS PARA DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

DATA: 12/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 61/18

PROCESSO LICITATORIO Nº 61/18

HOMOLOGAÇÃO: 07/06/18

CONTRATADO: HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA E COLORIDA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO, DESTINADOS PARA DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.690,00 (vinte e cinco mil seiscentos e noventa reais)

DATA: 12/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 032, DE 07 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651037

DECRETO N.º 032, de 07 de Junho de 2018.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 432/2017, de 26/10/2017(LDO):

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0001.1.010 – Construção Núcleo Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0022 (76) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo discriminado:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0001.1.010 – Construção Núcleo Escolar

4.4.90.00.00.00.00.00.0022 (21) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de Junho de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 033, DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651042

DECRETO N.º 033, de 08 de Junho de 2018.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a saber:

07.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0039.2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.71.00.00.00.00.00.0080(63) – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00

08.244.0039.2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.71.00.00.00.00.00.0080(71) – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 3.500,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de Maio de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 037/2018

Publicação Nº 1651697

LEI COMPLEMENTAR Nº. 037/2018.

Altera Dispositivos da Lei Complementar nº 025/2014 que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais e dá outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 9º, §§ 2º e 3º da Lei Complementar nº 025, de 16 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 2º. Será assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) dos cargos criados e colocados para concurso público, a pessoas portadoras de deficiência, conforme o que dispõe o Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal.

§ 3º. Os candidatos que exercerem a opção para concorrerem às vagas designadas a pessoas portadoras de deficiência, deverão ser submetidos a exames de aptidão física/mental.”

Art. 2º O artigo 10 da Lei Complementar nº 025, de 16 de dezembro de 2014, passa a vigorar acrescido do Parágrafo único:

“Art. 10

Parágrafo único. A progressão funcional, somente poderá ter início após o cumprimento do estágio probatório a ser incorporada a partir do mês de janeiro de cada ano de um nível para outro, de forma intercalada, que ocorrerá pela comprovação dos requisitos de cursos presenciais de atualização e aperfeiçoamento e em procedimento administrativo próprio promovido no mês de novembro do exercício anterior.”

Art. 3º Ao artigo 11 da Lei Complementar nº 025, de 16 de

dezembro de 2014, fica acrescido o parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Não serão aceitos cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento de que trata o caput deste artigo, realizados durante o expediente normal de trabalho.”

Art. 4º O artigo 13 da Lei Complementar nº 025, de 16 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 O servidor não fará jus a Progressão Funcional de Aperfeiçoamento Profissional quando, no mesmo ano, já tiver sido

aplicada uma Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho.”
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de abril de 2018.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1650841

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a criação de Comissão Especial de Obras.

O Vereador JOSÉ FÁVARO, Presidente da Câmara Municipal de Ermo, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Art. 39 Incisos VI e VII do Regimento Interno, faz saber a todos os cidadãos ermenses que os Vereadores aprovaram e ele promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Nomear os membros para Comissão Especial de Obras, para acompanhar “in loco” a abertura dos envelopes, no dia 15 de junho de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ermo, correspondentes ao Processo de Licitação nº 036/2018 objetivando a contratação de serviços de construção de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Sanga do Ermo.

Art. 2º Fica assim composta esta Comissão Especial:

Presidente – Luciano Domingos
Membros - Deoclésio da Silva
Elenir B. de Oliveira
Joacir José Neto

Art. 3º Esta Comissão também irá acompanhar o desenvolvimento da obra, até seu término.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ermo, em 11 de junho de 2018.

JOSÉ FÁVARO
Presidente

Registre-se e Publique-se

JOACIR JOSÉ NETO

Primeiro Secretário

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 0085_2018 RP 0062- PMF-DOM

Publicação N° 1651458

Aviso do Pregão Presencial n° 0085/2018– PMF

Registro De Preços 0062/2018

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de nitrogênio líquido, para uso veterinário, para atendimento ao programa de inseminação artificial, que faz parte do PISA – programa de produção integrada de sistemas agropecuários em microbacias hidrográficas. Julgamento: Menor Preço Por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 26.06.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, n° 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de junho de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO - SÉTIMO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 128-2014 = PROC. 23 TP 01 = CONSTRULACER= ESCOLA FNDE

Publicação Nº 1651154

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 128/2014

Partes: Município de Frei Rogério e a empresa CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato Administrativo nº 128/2014, até o dia 31/12/2018; Aditivo de valor de R\$ 133.801,82 (cento e trinta e três mil, oitocentos e um real e oitenta e dois centavos).

Processo Licitatório: nº 023/2014 – PMFR.

Modalidade: Tomada de Preços nº 01/2014.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60-2018 - DAIANE WESTPHAL

Publicação Nº 1650671

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: DAIANE WESTPHAL

CPF: 052.926.489-73

Objeto: Contratação de professor para ministrar as oficinas de culinária para o grupo PAIF Programa de Atenção Integral a Família, com estas atividades buscando-se meios para a promoção de relacionamentos mais amigáveis, fortalecer o protagonismo e a autoestima, promover a cidadania e a participação social, o desenvolvimento das habilidades sociais, a expressão de emoções e sentimentos, estimular a pro atividade a autonomia e o processo coletivo de criação, discussão e reflexão sobre o cotidiano das mulheres.

Valor Total: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência: 04/06/2018 à 30/12/2018.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

CONTRATO DO MUNICÍPIO 08 A 10

Publicação Nº 1651170

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 08/2018
Contratante...: MUNICÍPIO DE GALVÃO
Contratada...: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI
Valor : 14.830,00 (quatorze mil oitocentos e trinta reais)
Vigência : Início: 21/03/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.

Galvão, 12 de Junho de 2018
Contrato Nº.: 09/2018
Contratante...: MUNICÍPIO DE GALVÃO
Contratada...: RINO INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS
EIRELI
Valor : 25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 21/03/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.

Galvão, 12 de Junho de 2018
Contrato Nº.: 10/2018
Contratante...: MUNICÍPIO DE GALVÃO
Contratada...: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI
- EP
Valor : 41.880,00 (quarenta e um mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 21/03/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.

Galvão, 12 de Junho de 2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO 050/2018

Publicação Nº 1650772

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 050/2018, Edital de Pregão Presencial 026/2018, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM até às 09h:00min. do dia 25 de junho de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 11 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE041/2018

Publicação Nº 1651074

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2018

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 25/06/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 25/06/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 12 de junho de 2018.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL018/2018

Publicação Nº 1651856

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL018/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT do artigo 14 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:
Processo nº: 070/2018; DL nº: 018/2018; Contratado: VALMIRO MACHADO; CPF: 800.029.439-72; Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Valor Total: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Data da Homologação: 11/06/2018.

Garopaba - SC, 12 de junho de 2018.

DECRETO Nº 099/2018

Publicação Nº 1651873

DECRETO N.º 099, DE 12 DE JUNHO DE 2018.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 47, DE 08 DE JUNHO DE 2018, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 47, de 08 de junho de 2018, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2018", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de junho de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 47, de 08 de junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2018.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba /SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 08 de junho de 2018, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2018.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de junho de 2018.
ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA N.º 665/2018

Publicação Nº 1651809

PORTARIA N.º 665, DE 11 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor WILSON VERGÍLIO REAL RABELO, Matrícula Funcional n.º 7187, referente a 2017/2018, no período de 12/06/2018 11/07/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 47/2018 CMS

Publicação Nº 1651872

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 47, de 08 de junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2018.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba /SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 08 de junho de 2018, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2018.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de junho de 2018.
ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 13/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMAS N° 003/2018

Publicação N° 1650803

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMAS n° 003/2018
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

1.1 Objeto: Aquisição de móveis, com entrega de forma única, para atender as necessidades da Casa de Acolhimento Provisório “Margarida Severiano”.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 26/06/2018 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 08 de junho de 2018.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FMS N° 009/2018

Publicação N° 1650826

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS n° 009/2018
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item.

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e enxovais hospitalares e lavagem convencional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 27/06/2018 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 08 de junho de 2018.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG N° 030/2018

Publicação N° 1650822

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG n° 030/2018
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de refeições diárias para os plantonistas (motoristas, técnicos de enfermagem e vigia noturno)

da Unidade de Pronto Atendimento de Garuva, e refeições esporádicas para os servidores em horário ou local excepcional de trabalho das demais secretarias, conforme informações contidas no edital.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/07/2018 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de junho de 2018.
Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 137/2018

Publicação Nº 1650733

DECRETO Nº 137 DE 07 DE JUNHO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2053, de 07/06/2018,

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.0010.0301.1035.2069 Man. da Estratégia Saúde da Família	4490	01.33.54	R\$	300.000,00
--	------	----------	-----	------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação oriundo dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para aquisição de micro-ônibus urbano de transporte sanitário (Proposta 11303.9230001/18-002 e Nota de Empenho 2018NE459059 de 04/05/2018).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 138/2018

Publicação Nº 1650738

DECRETO Nº 138 DE 07 DE JUNHO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2058, de 07/06/2018,

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.0010.0301.1035.2069 Man. da Estratégia Saúde da Família	4490	01.33.54	R\$	170.000,00
--	------	----------	-----	------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação oriundo dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para Aquisição de Ambulância Tipo A (Proposta 11303.9230001/17-003) com a finalidade de estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (ordem bancária 2018OB826252 de 17/05/2018).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO N° 139/2018

Publicação N° 1650741

DECRETO N° 139 DE 07 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2059, de 07/06/2018,

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas	4490	01.00.00	R\$	100.000,00
11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas	4490	03.00.00	R\$	350.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.003.0027.0813.1022.1014 Const., Ampliação de praças, parques e jardins	4490	01.00.00	R\$	100.000,00
11.003.0027.0813.1022.1014 Const., Ampliação de praças, parques e jardins	4490	03.00.00	R\$	350.000,00

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas	4490	01.00.00	R\$	400.000,00
---	------	----------	-----	------------

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação das receitas de Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 5º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas	4490	01.64.55	R\$	700.000,00
---	------	----------	-----	------------

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundos dos recursos do Fundo Social decorrente do Programa 2018007424 – Pavimentação e execução de urbanização da Avenida Celso Ramos – Garuva/SC (Processo ADR22 4367/2018) .

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO N° 141/2018

Publicação N° 1650743

DECRETO N°. 141 de 11 de junho de 2018

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Gilmar Pakuszewski, do cargo comissionado de Chefe de Setor de Fiscalização Ambiental."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

ART. 1º. – Fica exonerado, o senhor GILMAR PAKUSZEWSKI, do cargo comissionado de Chefe de Setor de Fiscalização Ambiental, nomeado através do Decreto nº 135/2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 142/2018

Publicação Nº 1650748

DECRETO Nº. 142 de 11 de junho de 2018

“Dispõe sobre a nomeação do senhor Osmar Ribeiro Leal, para a função de confiança de Chefe de Setor de Fiscalização Ambiental”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o senhor OSMAR RIBEIRO LEAL, portador do CPF nº 885.572.279-49, para a função de confiança de Chefe de Setor de Fiscalização Ambiental – FC, subordinado a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

LEI Nº 2053/2018

Publicação Nº 1650749

LEI Nº 2053 DE 07 DE JUNHO DE 2018

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 14.001. Fundo Municipal de Saúde

Função/ Sub-função 10.301. Saúde/ Atenção Básica

Programa 1035. Man. Estratégia Saúde da Família - Nova Garuva Saudável

Ação 2069 Man. da Estratégia Saúde da Família

• 4490 Despesas de Capital	01.33.54 Transf.Convênios-União/Saúde	R\$	300.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação oriundo dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para aquisição de micro-ônibus urbano de transporte sanitário (Proposta 11303.9230001/18-002 e Nota de Empenho 2018NE459059 de 04/05/2018).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

LEI Nº 2058/2018

Publicação Nº 1650752

LEI Nº 2058 DE 07 DE JUNHO DE 2018

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 14.001. Fundo Municipal de Saúde

Função/ Sub-função 10.301. Saúde/ Atenção Básica

Programa 1035. Man. Estratégia Saúde da Família - Nova Garuva Saudável

Ação 2069 Man. da Estratégia Saúde da Família

• 4490 Despesas de Capital	01.33.54 Transf.Convênios-União/Saúde	R\$	170.000,00
----------------------------	---------------------------------------	-----	------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação oriundo dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para Aquisição de Ambulância Tipo A (Proposta 11303.9230001/17-003) com a finalidade de estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (ordem bancária 2018OB826252 de 17/05/2018).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI N° 2059/2018

Publicação N° 1650754

LEI N° 2059 DE 07 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.004. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/ Depto. de Manutenção de Vias Públicas
Função/ Sub-função 15.451. Urbanismo/Infraestrutura Urbana
Programa 1022. Urbanização, Humanização e Infraestrutura Urbana
Ação 1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas

• 4490 Despesas de Capital	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
• 4490 Despesas de Capital	03.00.00 Recursos Ordinários	R\$	350.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.003. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/ Depto. de Infraestrutura
Função/ Sub-função 27.813. Desporto e Lazer/Lazer
Programa 1022. Urbanização, Humanização e Infraestrutura Urbana
Ação 1014 Const., Ampliação de praças, parques e jardins

• 4490 Despesas de Capital	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
• 4490 Despesas de Capital	03.00.00 Recursos Ordinários	R\$	350.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.004. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/ Depto. de Manutenção de Vias Públicas
Função/ Sub-função 15.451. Urbanismo/Infraestrutura Urbana
Programa 1022. Urbanização, Humanização e Infraestrutura Urbana
Ação 1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas

• 4490 Despesas de Capital	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	400.000,00
----------------------------	------------------------------	-----	------------

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação das receitas de Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.004. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/ Depto. de Manutenção de Vias Públicas
Função/ Sub-função 15.451. Urbanismo/Infraestrutura Urbana
Programa 1022. Urbanização, Humanização e Infraestrutura Urbana
Ação 1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas

• 4490 Despesas de Capital	01.64.55 Transf. Convênio – Estado/Outros	R\$	700.000,00
----------------------------	---	-----	------------

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundos dos recursos do Fundo Social decorrente do Programa 2018007424 – Pavimentação e execução de urbanização da Avenida Celso Ramos – Garuva/SC (Processo ADR22 4367/2018) .

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI Nº 2060/2018

Publicação Nº 1650756

LEI Nº 2060 DE 08 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Disposição Preliminar

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/00 as diretrizes orçamentárias do Município de Garuva para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública, em consonância com o Plano Plurianual 2018/2021;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;

V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre a receita e as alterações na legislação tributária do Município;

VII – as disposições sobre política tarifária;

VIII – as disposições finais.

CAPÍTULO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano Plurianual, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2019, o poder executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - O orçamento programa para o exercício financeiro de 2019 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

§1º - para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – sub-função, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 2º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial estará identificada pela função e a sub-função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de lei orçamentários por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 5º - Os projetos, atividades e operações especiais serão desdobradas em subtítulos, sem alteração da finalidade e da denominação das metas correspondentes, para especificar a localização geográfica integral ou parcial da ação desenvolvida.

§ 6º - As metas físicas serão indicadas em nível de projeto e atividade e suas descrições e quantificações deverão ser claras e uniformes.

§ 7º - A estrutura organizacional da Prefeitura é composta dos seguintes órgãos e suas atividades:

Poder Legislativo

01.00 – CÂMARA DE VEREADORES

01.01 – Câmara de Vereadores

Poder Executivo

I - Órgãos de Assessoramento Superior:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Departamento de Gabinete

02.02 - Departamento de Comunicação

02.03 - Departamento de Controladoria Geral

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II - Unidade Administrativa de Atividade - Meio:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.01 - Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

04.02 - Departamento de Licitação e Compras

04.03 - Departamento de Recursos Humanos.

04.04 - Departamento de Contabilidade

04.05 - Departamento de Finanças

04.06 - Departamento de Tributação

04.07 - Departamento de Patrimônio

04.08 - Departamento de Planejamento Urbanístico

III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim:**06.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO**

06.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo

06.01 - Departamento de Esporte e Turismo

07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

07.01 - Departamento de Ensino

07.02 - Departamento Administrativo de Educação

08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 - Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - Departamento de Saúde

09.02 - Unidade de Pronto Atendimento

11.00 - SECRETARIA DE ESTRATÉGIAS RURAIS E INFRAESTRUTURA

11.01 - Departamento de Estratégias Rurais

11.02 - Departamento de Manutenção Predial

11.03 - Departamento de Infraestrutura

11.04 - Departamento de Manutenção de Vias Públicas

12.00 - SECRETARIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

12.01 - Departamento de Meio Ambiente

12.02 - Departamento de Saneamento Básico

ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA - Subordinado à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura.

14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Subordinado à Secretaria Municipal de Saúde

15.00 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

16.00 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA- Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

18.00 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

19.00 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS – Subordinado a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

20.00 – FUNDO ESPECIAL HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – Subordinado a Procuradoria Geral do Município.

Com as seguintes ações:

Poder Legislativo**1.0 – CÂMARA DE VEREADORES****1.1 – Câmara de Vereadores**

Ação (atividade) 2001 Manutenção da Câmara de Vereadores: Treinamento dos servidores e vereadores do Poder Legislativo com a participação em cursos, seminários, congressos ou outra modalidade de aperfeiçoamento diretamente relacionada com o cargo ou função, desde que de interesse da Administração do Poder Legislativo Municipal; Concessão de bolsas de estudos em conformidade com a Lei Complementar 86/2015 para servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal; Implementação de normas e sistemas de avaliação funcional, aprimoramento de recursos humanos e outras ações inerentes à administração de pessoal; Desenvolvimento de mecanismos com os objetivos para melhorar o processo legislativo, inclusive com a aquisição/substituição de softwares e outros equipamentos, visando à integração dos sistemas de informática; Melhoramentos da página da Câmara na web, visando maior alcance e publicidade das informações. Transmissão online das sessões ordinárias, inclusive podendo serem estendidas para as sessões das comissões permanentes e audiências públicas; Elaboração de peças orçamentárias (LDO, LOA) com programas/atividades do Poder Legislativo atendendo a legislação em vigor;

Modernização dos controles administrativos, especialmente para atendimento à legislação com melhoria funcional; Aquisição de produtos de acordo com a discriminação de dotações na elaboração da peça orçamentária, tais como: material e suprimentos de escritório, suprimentos de informática, materiais de distribuição gratuita, placas de homenagens, de instalação, de manutenção, de equipamentos, materiais de expediente/imobilizado, copa, cozinha, higiene e limpeza, entre outros; bem como contratação de serviços para realização de reparos nas instalações físicas da sede do Poder Legislativo; dos equipamentos e demais despesas de manutenção necessárias ao Poder Legislativo; Divulgação institucional das atividades do legislativo, melhoria do sistema de comunicação, criação de informativo próprio do poder legislativo, divulgação dos atos e das atividades administrativas através do acesso a internet, homepage, e-mails, periódicos, jornais, revistas, etc. Melhoria do controle interno do Poder Legislativo; Assinaturas de jornais, revistas, periódicos, informativos de interesse da administração do Poder Legislativo; Concessão de diárias, desde que atendida a legislação em vigor; Contratação de Consultoria Técnica presencial ou à distância para auxílio de atendimento das necessidades legais do Poder Legislativo; Contratação de serviços de terceiros para execução das sessões ordinárias da Câmara Municipal, bem como da Câmara Mirim, estendendo-se as necessidades quando da realização de audiências públicas, sessões extraordinárias, sessões itinerantes, ou outros eventos de interesse do Poder Legislativo; Reavaliação e reativação da Câmara Mirim; Revisão, alteração do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal, inclusive com contratação de assessoria de pessoa física ou jurídica especializada; Despesas relacionadas a processos judiciais, honorários de assistentes técnicos, sucumbência, dentre outras afins; Outras despesas necessárias à manutenção e administração do Poder Legislativo Municipal; Pagamento de despesas de exercícios anteriores, conforme preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que autorizados através de Lei específica; Firmar contratos/convênios com associações de classe; filiar-se e efetuar contribuições mensais; Despesas com locação de imóvel para abrigar as instalações da Câmara Municipal, em caso da necessidade de deslocamento para outro imóvel que atenda as necessidades do Poder Legislativo. Neste caso, o imóvel atualmente ocupado deve ser destinado para uso do Poder Executivo Municipal; Implantação de Programas para valorização de iniciativas culturais/educacionais de interesse do município. Atividades Relacionadas com Despesas de Pessoal: Nomeação e posse dos servidores aprovados mediante concurso público para preenchimento de vagas no quadro permanente de pessoal, em caso de vacância do cargo; Investiduras para cargo de provimento em comissão, conforme disponibilidade de vagas; Contratações de pessoal temporário, que caracterizem a necessidade do Poder Legislativo, após ato específico de origem do Poder Legislativo, desde que atendidos os preceitos legais e previstos na legislação municipal, até a realização de concurso público, com posterior nomeação dos aprovados; Revisão geral anual será concedida pelo Poder Legislativo, conforme a data base e o índice fixado pelo Executivo; Contribuição para o Regime de Previdência Geral (INSS); Contribuição para o Fundo Municipal Próprio de Previdência Social, desde que aprovado através de lei específica a criação do mesmo; Reajuste dos vencimentos dos servidores do Legislativo limitado a 10% (dez por cento), desde que atendidos a Lei de Responsabilidade Fiscal; Concessão de vantagens asseguradas no Estatuto do Servidor Público – LC 001/98 e Lei Complementar 86/2015, com alterações posteriores; Pagamento da diferença de benefícios concedido pelo INSS, em caso de ser inferior ao valor da remuneração de servidor do legislativo ou subsídio dos vereadores, até o limite de sua remuneração, em caso de afastamento das atividades; Criação do PDI (Programa de demissão incentivada) que será regulamentada através de ato da Mesa Diretora. Investimentos: Aquisição de imóveis, veículos, equipamentos e material permanente, equipamentos de informática, móveis e utensílios, de acordo com as dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual e posteriores alterações.

Ação (projeto) 1001 Construção/Ampliação/Reforma de prédio da Câmara de Vereadores: Construção, aquisição, ou permuta de nova Sede para o Poder Legislativo Municipal. Reforma e ampliação da Sede atual desde que resolvidos os entraves jurídicos pendentes no judiciário.

Poder Executivo

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Departamento de Gabinete

Ação (atividade) 2002 Manutenção e investimentos do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Reforma do Gabinete do Prefeito; Aquisição de equipamento e material permanente; Melhoria no sistema de comunicação e divulgação dos atos e atividades administrativas, acesso à internet, home page, e-mails, projeto de informatização total das atividades municipais, como forma de propiciar o acesso de todo e qualquer cidadão aos registros públicos do município; Programa de controle, avaliação e auditoria; Manutenção da filiação da Prefeitura em órgãos e entidades de representação de municípios como AMUNESC, FECAM, CNM, entre outros; Apoio a eventos de congraçamento e de reconhecimento aos servidores públicos municipais; Realização, promoção e apoio financeiro a comemoração de datas cívicas e festivas que divulguem o Município; Promover assinatura de convênios visando à obtenção de financiamento para investimentos em obras e equipamentos; consorciar-se com outros municípios ou associações para o desenvolvimento de programas e fiscalização ou regulação dos serviços concessionados; Aprimoramento das ações na busca de recursos estaduais e federais; ações de divulgação dos potenciais econômicos e turísticos do município.

Ação (atividade) 2006 Manutenção e Investimentos do Setor de Defesa Civil: Implementação de ações voltadas para a Defesa Civil; Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de equipamento e material permanente; Atuação conjunta com o Corpo de Bombeiros do Município com a disponibilização de pessoal para atuar na Defesa Civil, campanhas de divulgação de ações educativas e preventivas de desastres naturais. Implementação de ações voltadas ao treinamento de brigada de combate a incêndio e simulações de evacuação em situações de emergência; treinamento de primeiros socorros nas instituições municipais de Ensino.

Ação (atividade) 2007 Contribuições à Entidade e Associações: Celebração de convênios com entidades quem tenham reconhecimento de Utilidade Pública e Associações Comunitárias e/ou sem fins lucrativos e outros órgãos da administração direta e indireta.

02.02 – Departamento de Comunicação

Ação (atividade) 2003 Manutenção e Investimentos de Assessoria de Imprensa: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de equipamento e material permanente; divulgação institucional das atividades e potencialidades do município, cerimonial para ancorar os eventos oficiais; Divulgações de Campanhas municipais, estaduais e federais; Prestações de contas e relatório de ações do executivo. Incentivo ao Governo Participativo e engajamento da população nas políticas adotadas através de mídias impressas, rádio, internet, televisão; Alcance igualitário na comunicação com os mais diversificados perfis de cidadãos; Praticar o princípio da Transparência nos atos da administração municipal; despesas com divulgação do potencial industrial com ênfase na área retroportuária do município.

02.03 – Departamento Controladoria Geral

Ação (atividade) 2004 Manutenção e Investimentos do Setor de Controle Interno: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Manutenção e aquisição de equipamento e material permanente, Implantação e Manutenção do sistema de controle interno, que atuará de forma integrada com o Poder Legislativo, com abrangência em todos os órgãos e agente público da Administração Direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos, para assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas; implantação e manutenção do sistema de ouvidoria no município, que atuará no diálogo entre o cidadão e a Administração Pública direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados..

03.00 – PROCURADORIA JURÍDICA

Ação (atividade) 2008 Manutenção e investimentos da Procuradoria Geral: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Manutenção e aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo. Pagamento de diligências, e perícias em processos de execução fiscal, e outras demandas Judiciais que o Município for parte. Despesas com diárias, de acordo com Lei Municipal. Aquisição ou locação de software para controle dos processos Judiciais e Administrativos da Procuradoria. Contratação de Assessoria Jurídica/Técnica especializada, quando houver necessidade, para elaboração de parecer e ou defesa em processo judicial. Regularização fundiária judicial e extrajudicial. Realização de campanhas que visem dar publicidade aos atos institucionais da procuradoria. Realização de mutirões de conciliação. Realização de convênios com órgãos de proteção ao crédito.

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças**

Ação (atividade) 2005 Manutenção e Investimentos do Setor de Acompanhamento de Captação de Recursos: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente.

Ação (atividade) 2010 Manutenção do Departamento de Administração e Finanças: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente. Implantação e manutenção de almoxarifado. Contratação de serviços especializados de pessoas físicas ou jurídicas. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Realização de Operação de Crédito para aquisição de máquinas e equipamentos e aprimoramento da Administração Municipal. Realização de leilão para venda de veículos e equipamentos usados; Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração incluindo o 13º salário e assentamento funcional dos servidores municipais e dos agentes políticos, controle de lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; Contribuição para a Previdência Social; Contribuição ao PASEP; Treinamento de servidores públicos; Continuidade na implantação do plano de cargos, salários e carreiras; Alteração do estatuto do servidor; Estudo e implantação de plano de saúde para os servidores; Aprimoramento dos recursos humanos; Avaliação, pagamento de dívidas parceladas junto ao INSS; Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais; Elaboração de lei específica para implantação do PDV (Programa de Demissão Voluntária); Alteração da estrutura administrativa do poder Executivo, com a possibilidade de criação, alteração e extinção de cargos. Emissão de CDA para ajuizamento de execução fiscal. Ampliação e recuperação de prédios; Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente, controle rígido do processo de compras; Elaboração de processos licitatórios. Elaboração de orçamento programa do município, assessoria aos orçamentos dos órgãos autônomos. Elaboração e atualização do cadastro imobiliário para fins de IPTU; Regularização fundiária com a consequente realização de perícias, elaboração de mapas, georeferenciamento, geoprocessamento e demais despesas correlatas. Recadastramento fiscal, para fins de cobrança de taxas pelo Poder de Polícia. Manutenção das atividades do Conselho da Cidade e demais conselhos. Locação de imóveis necessários à ação municipal. Apoio e contribuição às entidades filantrópicas e entidades municipalistas. Promoção de desapropriações necessárias à ação municipal. Implantação de sistema de digitalização de documentos. Realização de concurso público; estruturação de equipamentos de telefonia e rede de internet. Apoio e continuidade na gestão de atividades e fornecimento de meios físicos, materiais e de pessoal destinados à manutenção da Comarca, Casa da Cidadania e outros mecanismos da justiça civil e eleitoral e da segurança do município, medidas para a implementação de planejamento estratégico de gestão, acompanhamento de metas e riscos fiscais, de políticas de investimento e atos de representação do município. Aprimoramento organizacional e de gestão. Reestruturação de espaços físicos. Aprimoramento no atendimento ao cidadão. Investimento em sistemas e tecnologia da informação.

Ação (atividade) 2011 Implantação do Regime Próprio de Previdência Social: Implantação do sistema de previdência própria com a consequente contribuição para a previdência própria. Realização de permutas necessárias à ação municipal.

Ação (atividade) 2018 Manutenção do Conselho Tutelar: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente; Manutenção das atividades do Conselho Tutelar.

Ação (atividade) 2020 Elaboração, implementação, e efetivação dos planos municipais: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente; Modernização do Plano Diretor Municipal, Código Tributário Municipal, Código de Obras e Código de Posturas, implementação e atualização do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

04.02 – Departamento de Licitação e Compras

Ação (atividade) 2014 Manutenção do Departamento de Licitações e Compras: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de material de consumo, material permanente e equipamento. Licitação; princípios e finalidade; objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade. Modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. Procedimento: edital, publicação, convite, recebimento da documentação e proposta, homologação e adjudicação, anulação e revogação. Atualização e normatização dos processos de compras e licitações.

04.03 – Departamento de Recursos Humanos

Ação (atividade) 2012 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de material de consumo, material permanente e equipamento. Criar diretrizes e planos de ações que contribuam para a modernização, eficiência e eficácia funcional. Acesso á intranet aos servidores como forma de melhoria na comunicação interna. Implantação de programa de atenção à saúde servidor. Criação de grupos multidisciplinares de Recursos Humanos a fim de promover a democratização das relações de trabalho no serviço público, contribuindo para o aprofundamento e conhecimento das Leis. Promover programas, atividades e ações que visem a valorização e a integração do servidor público municipal. Melhoria no atendimento ao público interno e externo através de acesso direto a internet com home page própria. Atualização dos softwares da folha de pagamento. Implementação de normas e regulamentos de trabalho. Desenvolvimento de mecanismos que visem a melhoria na gestão dos arquivos inativos referentes á recursos humanos. Implantação e manutenção do E-Social.

04.04 – Departamento de Contabilidade e 04.05– Departamento de Finanças

Ação (atividade) 2015 Manutenção dos Departamentos de Contabilidade e Finanças: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, equipamentos e material permanente. Melhoria da eficiência funcional. Modernização nos controles, especialmente para atendimento à legislação fiscal, registros contábeis; Emissão de demonstrativos. Pagamento de amortização e juros da Dívida Pública; Desenvolvimento de mecanismos para o controle do fluxo de caixa; Melhoria no atendimento ao público através de acesso a internet com home page própria, resultando numa maior eficiência funcional.

04.05– Departamento de Finanças

Ação (atividade) 2016 Amortização do Principal e Encargos da Dívida Pública: Pagamento de amortização e juros da Dívida Pública.

Ação (atividade) 2017 Contribuição para formação do PASEP: Contribuição para formação do PASEP.

04.06 - Departamento de Tributação

Ação (atividade) 2021 Manutenção do Departamento de Tributos: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente; Remodelação dos sistemas de cobrança; Implantação e desenvolvimento de serviços de fiscalização de tributos; Aquisição e/ou atualização dos softwares de gestão tributária, entre outros softwares de gestão; Providências e fiscalização destinadas ao controle de movimento econômico do município; Implementação de novos mecanismos de cobrança dos tributos municipais, como forma de melhorar as receitas próprias do município e atendimento as novas regulamentações da gestão fiscal; Criar programa de recuperação de crédito fiscal. Implantação de Programa de Educação Fiscal e desenvolvimento Empresarial.

04.07 - Departamento de Patrimônio

Ação (atividade) 2013 Manutenção do Departamento de Patrimônio: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente; Levantamento e consolidação patrimonial, com a implementação de rotinas administrativas visando o controle dos bens e próprios municipais. Unificação do sistema informatizado.

04.08 - Departamento de Planejamento Urbanístico

Ação (atividade) 2019 Manutenção do Departamento de Planejamento: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente.

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO**06.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo**

Ação (projeto) 1006 - Aquisição de imóveis para ampliação de áreas industriais: Fortalecimento de incentivos a manutenção industriais, aquisição e estudo para utilização de áreas industriais, amparados pela Lei Complementar Municipal n. 80/2014, com intuito de gerar e ampliar emprego, renda e crescimento dos empreendimentos já estabelecidos.

Ação (atividade) 2027 - Fomento de atividades e eventos microempresariais: Manutenção da Sala do Empreendedor, com atendimento capacitado, definição do grau de risco, ajudando na desburocratização, para facilitar a abertura, incentivando dessa forma a formalização de novas empresas e fortalecimento de pequenos negócios, conforme dispõe a Lei Complementar Federal n. 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual e Lei Complementar Municipal nº. 80/2014, utilizando o auxílio técnico de instituições de apoio ao empreendedorismo, agentes de desenvolvimento local e órgãos fiscalizadores.

Ação (atividade) 2028 - Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico: Manutenção da folha de pagamento dos servidores e encargos sociais. Gastos com capacitação do quadro funcional e despesas com diária civil. Despesas com comunicação, divulgação e participação em feiras, exposições e eventos que promovam as potencialidades do município. Aquisição de equipamentos, material permanente e material de expediente. Aquisição de veículo para uso do administrativo lotado na secretaria e gastos com combustível. Desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento territorial, comercial, industrial e prestação de serviço. Fortalecimento de incentivos a manutenção de industriais com intuito de gerar e ampliar emprego, renda e crescimento dos empreendimentos já estabelecidos. Firmar parceria com instituições públicas e privadas, para orientar sobre credito, associativismo e programas de apoio oferecidos pelo município. Destinação de espaço físico adequado para funcionamento do Posto do SINE, disponibilização de servidores com condições operacionais, supervisão, acompanhamento e gerenciamento das atividades, manutenção com fornecimento de equipamento, material de escritório e consumo específicos, para garantir a qualidade do serviço.

Ação (atividade) 2029 - Incentivo e manutenção de áreas industriais: Fortalecimento de incentivos a manutenção de áreas industriais e tecnológicas, estudo para ampliação de áreas industriais, amparado pela Lei Complementar Municipal nº. 80/2014, com intuito de gerar e ampliar emprego, renda e crescimento dos empreendimentos já estabelecidos.

Ação (atividade) 2030 - Promoção e apoio a cursos profissionalizantes: Fortalecimento da parceria com as instituições, através de implantação de cursos de qualificação de mão de obra, cursos técnicos profissionalizantes que venham suprir as necessidades do município e capacitação do empresário local, ajudando-os a gerenciar seus negócios.

06.02 – Departamento de Esporte e Turismo

Ação (atividade) 1003 – Construção de Centro de Eventos: Construção e manutenção de Centro de Eventos multifuncional.

Ação (atividade) 1004 – Construção e ampliação de ginásios, quadras, academias ao ar livre, estádios e parques: Construção, manutenção e reforma de quadras, estádios, módulos esportivos e poliesportivos em geral.

Ação (atividade) 1005 – Implantação de Estruturas Turísticas: Construção de aparelhos turísticos diversos. Construção e manutenção de Portal Turístico.

Ação (atividade) 2023 – Manutenção do Departamento de Esportes: Manutenção do setor de Turismo: Manutenção da folha de pagamento dos servidores e encargos sociais. Gastos com capacitação do quadro funcional e despesas com diária civil. Aquisição de equipamentos e material permanente e de consumo. Apoio à manutenção e desenvolvimento das atividades para o desenvolvimento de campeonatos municipais em modalidades esportivas diversas. Participação em eventos esportivos oficiais. Apoio à participação de representantes ou equipes esportivas do município em competições e eventos esportivos de caráter regional, estadual, nacional e internacional. Aquisição de material esportivo e implantação e manutenção das escolinhas de esportes. Contratação de instrutores para treinamentos das diversas modalidades esportivas. Promoção de Gincanas Esportivas. Implantação de concurso de atividades relacionadas ao Esporte. Treinamento de professores, atletas e árbitros esportivos. Criação programa incentivo ao esporte. Criação e manutenção de escolinhas esportivas. Criação e manutenção do programa Bolsa Técnico. Criação e manutenção do programa Bolsa Atleta.

Ação (atividade) 2024 – Manutenção do setor de Turismo: Manutenção da folha de pagamento dos servidores e encargos sociais. Gastos com capacitação do quadro funcional e despesas com diária civil. Despesas com comunicação, divulgação e participação em feiras, exposições e eventos que promovam as potencialidades do município. Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo Divulgação das potencialidades do município para a atração de novos investimentos. Apoio e desenvolvimento de atividades turísticas. Implantação e manutenção de estruturas turísticas. Criação e desenvolvimento das atividades turísticas. Criação e manutenção de infraestrutura, sinalização informativa e turística e paisagismo de roteiros turísticos. Incentivos a todas as modalidades de turismo, em especial ao turismo rural, turismo ecológico e ecoturismo. Produções de vídeos e material impresso de divulgação. Aquisição de materiais para divulgação das potencialidades e atração de investidores do setor. Participação do município em feiras e exposições. Incentivo e divulgação as atividades artesanais e culinárias locais. Criação do Prato típico de Garuva.

Ação (atividade) 2025 - Promoção de Eventos do Setor de Turismo: Promoção, realização e apoio financeiro aos eventos que promovam as potencialidades do município.

Ação (atividade) 2026 – Implantação do Plano Municipal de Turismo: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Municipal de Turismo. Reformulação da Lei 959/98 que cria o Conselho Municipal de Turismo. Capacitação dos membros do Conselho de Turismo. Capacitação para receptividade turística, mercado turístico e produto turístico.

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

07.01 - Departamento de Ensino

Ação (atividade) 2031 Manutenção da Merenda Escolar: Compra e distribuição eficaz da merenda escolar de acordo com as normas estabelecidas pelo PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, Ministério da Saúde e pelo Serviço de Nutrição Escolar, atingindo as especificidades calóricas e protéicas, no lanche e na refeição distribuída no período em que a criança está na instituição ou escola. Controle de refeições servidas, para levantamento custo/ aluno mês/ano.

Ação (atividade) 2032 Manutenção do Ensino Fundamental: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de auxiliares de serviços gerais e monitores de transporte escolar. Desenvolvimento e manutenção das atividades na área do Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e EJA, respeitando os princípios constitucionais, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, a Lei 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei 11.494/2007 do FUNDEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Levantamento das necessidades, aquisição de utensílios, material pedagógico, móveis, equipamentos e material permanente. Supervisão da qualidade do atendimento prestado nas escolas. Programa de capacitação para diretores, técnicos, especialistas, docentes e profissionais das escolas. Implantação gradativa da escola em tempo integral. Desenvolvimento, supervisão e manutenção de programas e projetos ligados a secretaria de educação, com o objetivo de atender os alunos em atividades diferenciadas e no contra turno escolar: Apoio a Criação do Núcleo de Análise das Práticas de Alfabetização e Letramento. Construção ou adaptação e reforma de espaços locais para atender aos programas. Aquisição de materiais diversos, para atender os programas. Levantamento da necessidade e aquisição de uniforme e material escolar para os alunos do ensino fundamental. Levantamento da necessidade, aquisição de equipamentos e manutenção da biblioteca escolar, aquisição de acervo para a biblioteca, auditório, dos laboratórios de informática, de ciências, de artes, sala de vídeo, sala de educação física, quadras. Desenvolvimento de programas e projetos de atenção a saúde física e mental da criança - EMAP Equipe Multidisciplinar de Apoio Pedagógico e AEE – Atendimento Educacional Especializado. Manutenção de programas ligados ao MEC/ FNDE de apoio ao desenvolvimento do ensino – PAR (Plano de Ações Articuladas), SIGARP, SIGEF, SINCONV, SIGPC e demais programas vinculados a ele. Manutenção e desenvolvimento dos Programas PNLD/ PNAE/ PNATE, Brasil Carinhoso e Programa Novo Mais Educação. Acompanhamento e registro dados SIGPC/ FNDE – Prestação de Contas recursos educação. Aquisição de equipamentos, material de expediente, de informática, de limpeza e material permanente. Manutenção da locação das máquinas de Xerox nas escolas. Levantamento, aquisição e distribuição de material escolar, didático e uniforme aos alunos. Levantamento e realização de construção e reformas nas

escolas. Criação e manutenção de laboratórios de informática, de ciências, bibliotecas, brinquedotecas, refeitórios, sala de artes, auditórios, quadras de esportes, salas de vídeos, espaços de descanso e lazer. Contratação de professores nas diversas áreas, técnicos/ especialistas pedagógicos, merendeiras, auxiliares de serviços gerais e demais profissionais necessários para manutenção do ensino, programas e projetos desenvolvidos pela secretaria de educação. Aquisição e manutenção de serviço de gestão de dados de alunos. Aquisição de veículos para manutenção dos serviços na área da educação. Serviço de apoio na implantação dos programas junto às escolas, APPs - Associação de Pais e Professores e Conselhos Deliberativos Escolares. Promover a divulgação das avaliações e índices educacionais do município. Apoio a Programas de Formação Profissional. Implementação e Acompanhamento das metas do Plano Municipal de Educação.

Ação (atividade) 2033 Manutenção de repasses/convênios diversos: aquisição de utensílios, material pedagógico, móveis, equipamentos e material permanente por meio de Convênios e repasses de recursos tais como aqueles do FNDE, Salário Educação entre outros.

Ação (atividade) 2034 Manutenção do Transporte Escolar: Melhoria e manutenção do serviço de transporte escolar. Aquisição de ônibus Programa Caminho da Escola. Aquisição de carteirinhas escolares para uso no transporte escolar. Supervisão da prestação de serviços do transporte escolar e formação continuada para motoristas e monitores. Melhoria e acompanhamento das rotas e listagem dos alunos que fazem uso do transporte escolar. Acompanhamento e otimização das rotas bem como da listagem dos alunos que fazem uso do transporte escolar. Suporte e acompanhamento nas regras de uso do transporte escolar.

Ação (atividade) 2035 Manutenção de Conselhos Municipais – Educação/Cultura (FUNDEB/COMED/CAE/CONSELHOS ESCOLARES): Apoio e manutenção dos Conselhos Municipais ligados a educação e cultura: COMED (Conselho Municipal de Educação), CMC (Conselho Municipal de Cultura), CACS FUNDEB (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB), CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e Conselhos Escolares. Apoiar a capacitação dos Conselheiros em cursos e palestras sobre os conselhos.

Ação (atividade) 2036 Manutenção da Educação Infantil: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de auxiliares de serviços gerais. Desenvolvimento e manutenção das atividades na área da Educação Infantil, respeitando os princípios constitucionais, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, a Lei 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação, a Lei 11.494/2007 do FUNDEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Levantamento das necessidades, aquisição de utensílios, material pedagógico, móveis, equipamentos e material permanente. Supervisão da qualidade do atendimento prestado nas Instituições. Programa de capacitação para diretores, técnicos, especialistas, docentes e profissionais das instituições. Desenvolvimento de programas de atenção a saúde física e mental da criança. Aquisição de material e uniforme escolar. Supervisão de parques e brinquedos nas áreas de lazer das Instituições de Educação Infantil. Construção, ampliação e reforma de Instituições de Educação Infantil.

Ação (atividade) 2037 Socialização dos conhecimentos e produção dos materiais didáticos: Socialização dos conhecimentos e produção dos materiais didáticos.

Ação (atividade) 2038 Núcleo de análise das práticas de alfabetização e letramento: Criação e manutenção do Núcleo de análise das práticas de alfabetização e letramento.

Ação (projeto) 1007 Construção, ampliação e reforma de Ensino Fundamental; Aquisição/desapropriação de terrenos: Construção, ampliação e reforma de espaços para atender o Ensino Fundamental e os Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Ação (projeto) 1008 Construção, ampliação e reforma de Instituições de Educação Infantil; Aquisição/desapropriação de terrenos: Construção, ampliação e reforma de espaços para atender a Educação Infantil.

Ação (atividade) 2022 Manutenção do Setor de Cultura: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo. Estímulo à cultura. Criação de Lei para tombamento de patrimônio histórico, cultural e artístico e sua respectiva preservação. Reforma e ampliação das instalações dos prédios administrativos destinados à cultura. Implantação de grupos folclóricos e étnicos. Locação ou adaptação de imóvel e manutenção da Biblioteca Municipal. Manutenção do Programa MUSICART. Contratação de instrutores para ministrar cursos no Programa MUSICART. Aquisição de itens para atualização do acervo da biblioteca pública. Implantação de eventos culturais e concursos de incentivo à cultura. Apoio a participação de grupos culturais e folclóricos em eventos que visem à divulgação da cultura garunense. Incentivo e apoio às manifestações culturais diversas. Apoio administrativo e logístico ao Conselho Municipal de Cultura. Aquisição de Imóveis. Estudo e implantação do Sistema Municipal de Cultura. Ampliação do quadro de funcionários.

Ação (projeto) 1002 Construção e aquisição de imóveis para cultura: Construção ou adaptação de imóvel e manutenção da Biblioteca Municipal e do Programa MUSICART.

Ação (projeto) 2077 Auxílio Transporte aos Estudantes Universitários: Manutenção do auxílio Transporte, aos estudantes de Curso Superior, para os estudantes residentes em Garuva que se deslocam para a cidade de Joinville. Conforme Lei nº 2030 de 2018.

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 – Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação

Ação (atividade) 2043 Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social; Aquisição de material de consumo, equipamento, material permanente e veículo; Sistema de Informação e Informatização da Secretaria de Desenvolvimento Social; Contratação de corpo funcional (agente administrativo, motorista, orientador social, cuidador e estagiários) e técnicos (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Advogado, entre outros) para auxiliarem nas demandas da Secretaria; Manutenção e contratação de serviços terceirizados; Manutenção de serviços de consultoria; Capacitação dos

profissionais de toda equipe da secretaria; Manutenção de veículos; Instituir ações, apoio técnico e financeiro ao Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo de Habitação; Atendimento as comunidades em situação de vulnerabilidade social, acompanhamento e avaliação sócio econômica, encaminhamento de pessoas de acordo com as suas necessidades; Fornecimento de bens, serviços e benefícios eventuais de acordo com parecer social, que indique tal providência; Acompanhamento e avaliação das ações das associações comunitárias e outras ações inerentes ao atendimento social da população; Acompanhamento e controle social dos programas existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social; Criação e manutenção do Fundo Municipal do Idoso; Criação e Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência; Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social; Acompanhamento e controle social dos programas existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social; Manutenção do veículo para atender todos os Programas e Projetos do Fundo de Assistência Social, bem como, aquisição ou adaptação de veículo para o transporte de pessoas com deficiência de locomoção. Manutenção de viagens para ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social; Manutenção de serviços de consultoria bem como manutenção e contratação de serviços terceirizados; Convênios com entidades e empresas privadas visando melhorar atendimento na área social; Manutenção de cursos de formação para os técnicos e demais servidores lotados na Secretaria; Apoiar entidades não-governamentais para projetos específicos, após aprovação do CMAS; Manutenção do programa bolsa família.

Ação (projeto) 1009 Ampliação e Reforma da Casa de Acolhimento: Ampliação da casa de acolhimento, para atender as necessidades das crianças e adolescentes em acolhimento no serviço. Construção de área coberta destinada a lazer.

Ação (projeto) 1010 Ampliação do CRAS: Ampliação da sede do CRAS, a fim de melhor atender as necessidades dos programas realizados por este equipamento.

Ação (projeto) 1011 Ampliação do CREAS: Ampliação da sede do CREAS, a fim de melhor atender as necessidades dos programas realizados por este equipamento.

Ação (projeto) 1012 Construção do Espaço de Convivência: Construção de uma quadra multiuso e de uma área de lazer para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que atende famílias. Idosos, crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Por força de legislação federal todos os recursos para a área da saúde são movimentados por meio do Fundo Municipal de Saúde.

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIAS RURAIS E INFRAESTRUTURA

11.01 – Departamento de Estratégias Rurais

Ação (atividade) 2060 Manutenção da Secretaria de Estratégias Rurais: Manutenção da despesa pessoal e contribuição previdenciária. Aquisição de equipamentos e material permanente e manutenção do setor. Aquisição de material de expediente e informática. Manutenção e aquisição de veículos, máquinas e implementos. Realização de eventos promocionais. Manutenção e contratação de serviços de terceiros. Aquisição de saibro, madeiras e material para manutenção das estradas e pontes do interior do município. Capacitação do quadro funcional. Aquisição de equipamentos permanentes para recuperação de estradas do interior. Recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, caminhões e implementos. Serviços de abertura e limpeza de valas de drenagem nas vias rurais e urbanas do município. Abertura, retificação e ampliação de novas vias, recuperação e conservação com ensaibramento, pavimentação tipo asfáltica e articulada. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos. Celebração de convênio com Entidade de Direito público e Direito Privado; contrapartida financeira para convênios.

Ação (atividade) 2061 Patrulha Militar Rural: Criação e manutenção da Patrulha Militar Rural. Manutenção e aquisição de viatura da polícia militar para promover a segurança pública através de solicitação nas comunidades rurais do município.

11.02 - Departamento de Manutenção Predial

Ação (projeto) 1025 Aquisição/construção/reforma de imóveis para a Secretaria de Estratégias Rurais e Infraestrutura: Aquisição, construção e reforma de imóveis para a secretaria de estratégias rurais e infraestrutura através de contratação de serviço ou administração direta, conforme a demanda necessária.

Ação (atividade) 2049 Manutenção do Paço Municipal: Manutenção do Paço Municipal, reformas, demolições, ampliações e construções novas, conforme a demanda necessária.

11.03 - Departamento de Infraestrutura

Ação (projeto) 1014 Construção, ampliação de praças, parques e jardins: Construção, reforma e ampliação de praças, parques e jardins. Urbanização de vias públicas.

Ação (atividade) 2050 Manutenção de Convênios com a Segurança Pública: Manutenção de Convênios com a segurança pública, atendendo ao cumprimento da legislação pertinente.

Ação (atividade) 2051 Manutenção do Setor de Obras e Serviços Públicos/Setor de Trânsito: Despesa de pessoal e contribuição previdenciária. Contratação de empresa especializada para terceirização e serviços de auxiliares de serviços gerais. Aquisição de equipamentos e material permanente, recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas e caminhões. Sinalização viária de quadro urbano. Contratação de serviços de terceiros pertinentes a manutenção do Departamento de Trânsito - DEMUTRAN. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos pertinentes ao setor de trânsito. Aquisição, implantação, manutenção de câmaras de segurança dispostas na área urbana e nos pontos estratégicos das áreas rurais.

Ação (atividade) 2052 Manutenção do COSIP: Ampliação, modernização e manutenção de iluminação pública através de contratação de serviço ou administração direta. Aquisição de materiais e equipamentos para manutenção de iluminação. Contratação de serviços técnicos especializados, inclusive projetos em iluminação pública. Construção e ampliação de rede para iluminação pública.

11.04 - Departamento de Manutenção de Vias Públicas

Ação (projeto) 1013 Abertura/retificação/ampliação de vias: Projetos, abertura, retificação e ampliação de novas vias, recuperação e conservação com ensaibramento, pavimentação tipo asfáltica e articulada da pista de rodagem das vias rurais e urbanas do município. Construção e recuperação de pontes de concreto e substituição de pontilhões em madeira.

Ação (projeto) 1015 Construção e recuperação de abrigo de passageiros: Construção e recuperação de abrigo de passageiros (ponto de ônibus), ao longo do quadro urbano e na área rural, para suprir a demanda solicitada ao itinerário do transporte coletivo.

12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**12.01 - Departamento de Meio Ambiente**

Ação (projeto) 1016 Educação Ambiental: Desenvolvimento e execução de projetos que visem a economia de recursos e promovam o desenvolvimento sustentável. Elaboração e execução de campanhas objetivando a preservação, conservação dos recursos ambientais, fauna e flora na região do município; Projetos e Programas de Educação Ambiental voltados ao meio ambiente. Aquisição de equipamentos e materiais destinados à promoção da educação ambiental. Participação em seminários, cursos e capacitação técnica referentes à gestão ambiental. Despesas com manutenção das atividades atribuídas a Educação Ambiental.

Ação (projeto) 1017 Criação de unidades de conservação, parques e trilhas ecológicas: Criação e gestão das Áreas de Proteção Ambiental do Rio São João, Monte Crista e Quiriri. Contratação de serviços terceiros especializados para elaboração de Planos de Manejo para áreas de conservação. Criação e aquisição de equipamentos e implementos para estruturação das trilhas ecológicas e locais para camping e outras atividades similares, com projetos viáveis, considerando todos os rios do Município.

Ação (projeto) 1018 Criação e implantação da Fundação Municipal do Meio Ambiente: Criação e manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Estruturação e definição de procedimentos operacionais e finalidades da Fundação Municipal do Meio Ambiente. Contratação de quadro técnico e/ou serviços terceiros. Despesas com manutenção das atividades atribuídas a Fundação de Meio Ambiente.

Ação (projeto) 1022 Construção e ampliação de Capela Mortuária: Construção e ampliação de Capela Mortuária. Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação da Capela Mortuária.

Ação (atividade) 2062 Manutenção do Setor Meio Ambiente: Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Aquisição e manutenção de equipamentos e material permanente, recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, veículos aquáticos e caminhões para Fiscalização, Educação Ambiental e Licenciamento Ambiental; Fiscalização e sinalização de áreas de preservação permanente. Contratação de serviços de terceiros pertinentes a manutenção do setor Meio Ambiente. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos pertinentes ao setor de Meio Ambiente. Capacitação e revitalização do setor de fiscalização e licenciamento ambiental. Despesas relacionadas ao Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano Municipal de Resíduos Sólidos; Plano Municipal de Educação Ambiental e Plano Municipal de Arborização. Manutenção e implementação de melhorias no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Garuva – CENTRAG. Manutenção do Convênio com SDM/FATMA e Governo do Estado repassando atribuições de licenciamento e arrecadação de atividades passíveis de licenciamento ambiental. Despesas com manutenção das atividades atribuídas ao Setor de Meio Ambiente. Implementação de ações de controle biológico de pragas, tais como mosquitos, borrachudos, maruins entre outras.

Ação (atividade) 2067 Manutenção e ampliação do Cemitério Municipal: Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Manutenção, ampliação e implementação de melhorias do Cemitério Municipal. Regulamentação dos serviços especializados pertinentes ao Cemitério Municipal. Contratação de serviços de terceiros pertinentes a manutenção do Cemitério Municipal. Aquisição e contratação de máquinas e equipamentos pertinentes ao uso do Cemitério Municipal. Despesas com manutenção das atividades atribuídas ao Cemitério Municipal.

12.02 - Departamento de Saneamento Básico

Ação (projeto) 1019 Implantação do Projeto de Arborização de espécies nativas e compostagem orgânica: Elaboração e implementação de projetos para arborização urbana e produção de mudas nativas; Elaboração e implantação de projetos de compostagem orgânica e atividades sustentáveis.

Ação (projeto) 1020 Criação e implantação de órgão autônomo para gestão do Sistema de Abastecimento de água e esgoto: Criação e estruturação de órgão autônomo para gestão dos sistemas de abastecimento de água e esgoto; Elaboração e execução de projetos voltados à implantação do sistema de saneamento básico. Estruturação do quadro técnico mínimo para gestão do sistema autônomo de água e esgoto. Participação em seminários, cursos e capacitação técnica. Despesas relacionadas à implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico no que tange o serviço de abastecimento de água e esgoto. Despesas com manutenção das atividades atribuídas ao órgão autônomo de saneamento básico.

Ação (projeto) 1021 Implantação do Sistema de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário: Criação e estruturação de estação de tratamento de esgoto na área urbana e rural. Criação e estruturação de rede coletora de esgoto na área urbana e rural.

Ação (atividade) 2064 Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário: Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Execução de análises laboratoriais e procedimentos operacionais para gestão do sistema de abastecimento de esgoto. Aquisição de equipamentos de laboratórios de análises destinados a atender o Sistema Municipal de Tratamento de Esgoto. Contratação de pessoal especializado para incremento e gestão do sistema de esgotamento sanitário. Despesas com manutenção das atividades atribuídas ao Sistema de Esgotamento Sanitário.

Ação (atividade) 2065 Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água: Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. Desapropriação das áreas adjacentes as captações de água (rede municipal e água da Serra). Gerenciamento, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água potável urbano e rural. Supressão e incorporação de sistemas paralelos de distribuição de água pretendendo assumir 100% do sistema de captação, tratamento e distribuição do sistema de água do perímetro urbano e rural, formando parcerias com entidades comunitárias no interior, promovendo as melhorias dos sistemas comunitários de distribuição de água, respeitando a atual gestão dos sistemas. Aquisição e manutenção de equipamentos e material permanente, veículos, máquinas e implementos. Aquisição e manutenção de equipamentos de laboratórios de análises destinados a atender o Sistema Municipal de Abastecimento de Água. Execução de análises laboratoriais e procedimentos operacionais para gestão do sistema de abastecimento de água. Construção, manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água, reservatório, estação de tratamento de água. Regulamentação e atualização da prestação de serviços de água. Despesas com manutenção das atividades atribuídas ao Sistema de Abastecimento de água.

Ação (atividade) 2066 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana: Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços, com opção de permitir, através de licitação a contratação de terceiros nos moldes da Lei 8666/93 para coleta transporte, transbordo e destinação final adequada dos resíduos sólidos para aterro devidamente autorizado. Implantação, manutenção e capacitação da Cooperativa dos Catadores. Implantação e manutenção de coleta seletiva. Aquisição de veículos leves, pesados e equipamentos para serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos e rurais. Despesas com manutenção das atividades atribuídas a gestão de resíduos sólidos e limpeza urbana.

Ação (atividade) 2078 Manutenção e Ampliação Rede de Drenagem e Macrodrenagem Pluvial em Vias Públicas: Aquisição de tubos, colocação de tubos de drenagem pluviais nas vias publicas do município, serviço de infraestrutura de saneamento básico, contratação de serviços terceirizados. Regulamentação de taxas e tarifas para execução de serviços de saneamento.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Ação (atividade) 2053 Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura: Apoiar a capacitação de produtores e funcionários; incentivar a emissão de notas fiscais e a instalação de internet em todas as comunidades rurais; acentuar a assistência técnica para melhorar os índices produtivos; apoiar e ampliar novos programas; apoiar os encontros o associativismo rural; contratação de serviços de terceiros para desenvolver serviços técnicos. Manutenção, ampliação e diversificação das atividades da feira livre. Manutenção e aquisição de máquinas, veículos e implementos. Aquisição de material de expediente e informática.

Ação (atividade) 2054 Manutenção das Estradas nas Propriedades Rurais: Programa que visa promover a recuperação e melhoria das estradas rurais dentro das propriedades, através da doação de saibro ou outros materiais mais adequados para a cobertura do pavimento. Manutenção dos programas Porteira Adentro e Caminho da roça.

Ação (atividade) 2055 Hora Máquina: Programa que visa promover dentro das propriedades rurais drenagem, manutenção de taludes, conservação de estradas, terraplanagem, construção de tanques, destoca, silos.

Ação (atividade) 2056 Inseminação Artificial: Melhoramento genético do rebanho bovino, visando maior produtividade e incentivando a integração lavoura pecuária utilizando os resíduos dos bananais e das palmáceas.

Ação (atividade) 2057 Manutenção do Desenvolvimento Agroindustrial: Realizar exames microbióticos nos produtos beneficiados em nossas agroindústrias; Adquirir equipamentos e materiais para melhorar a assistência técnica; equipar o Serviço de Inspeção Municipal; viabilizar e implementar abatedouro público.

Ação (atividade) 2058 Atendimento aos Animais: Realizar exames sorológicos de amostra de tecidos animais, combate as zoonoses, promover defesa sanitária animal, aquisição de fármacos e materiais veterinários, combate as doenças infecto-contagiosas. Atendimentos de animais a campo e controle populacional de cães e gatos, através de serviço próprio ou realizado por terceiros. Contratação de serviço de terceiros para alojar, alimentar e acolher animais domésticos abandonados ou em estado de maus tratos ou vulnerabilidade.

Ação (atividade) 2059 Manutenção da Agropecuária: Apoio ao repovoamento de alevinos nos rios do Município; apoio a aquisição e propagação de novas sementes, manivas, mudas e palmáceas; adequação, implantação de Centro de Difusão de Tecnologias Rurais (precursor do Colégio Agrícola); apoio ao transporte de insumos e material genético.

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação (projeto) 1023 Construção, reforma e ampliação do Setor de Saúde: Ampliação da Unidade de Saúde Centro I; Reforma da Unidade de Pronto Atendimento do Município; Ampliação da Secretaria Municipal de Saúde.

Ação (projeto) 1024 Construção de Unidades de Saúde: Construção de prédio para: Núcleo de Especialidades em Saúde/ Farmácia Básica Municipal/ Vigilância em Saúde;

Ação (atividade) 2068 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária; Implantação do Programa de Saúde Mental; Implementação do Programa Anti Tabagismo; Avaliação e Auditoria de Exames, Consultas com especialistas e procedimentos de alta e média complexidade; Consultas e Contratos do Fundo Municipal de Saúde; Contratação, supervisão e manutenção de serviços terceirizados; Credenciamento com Empresas e Profissionais para realização de exames; Credenciamento com Empresas e Profissionais para a realização de serviço técnico na área da saúde; Implementação do Setor de Controle, avaliação e auditoria; Aquisição de materiais médico/hospitalares; Implementação de sistema de ouvidoria; Manutenção do almoxarifado; Manutenção das Unidades de Saúde; Manutenção da frota de veículos; Manutenção de serviços de consultoria; Manutenção do Conselho Municipal de Saúde; Manutenção e ampliação do Sistema de Informatização dos serviços em Saúde; Manutenção e implementação do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde; Aquisição e Manutenção de Consultório Móvel; Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para Secretaria Municipal de Saúde; Aquisição de veículos; Implementação do Sistema de Informação de agendamentos de Transporte para usuários do SUS;

Ação (atividade) 2069 Manutenção da Estratégia Saúde da Família: Despesas de pessoal e contribuição previdenciária; Modernização nos agendamentos de consultas nas Unidades Básicas de Saúde; Capacitação dos profissionais da área de saúde da Atenção Básica, Urgência e Emergência e Programas de Saúde; Aquisição de uniformes para Agentes Comunitários de Saúde e demais profissionais; Contratação, supervisão e manutenção de serviços terceirizados; Implantação 01 Equipe de Saúde Bucal; Manutenção do almoxarifado; Aquisição de materiais médico/hospitalares; Manutenção dos Programas já implantados; Manutenção da frota de veículos; Manutenção de serviços de consultoria; Manutenção e ampliação do Sistema de Informatização dos serviços em Saúde; Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para Estratégia Saúde da Família; Aquisição de veículos; Aquisição de Bicicletas para Agentes Comunitárias de Saúde.

Ação (atividade) 2070 Repasse de Recursos para Manutenção do CIS/NORDESTE: Repasse de recursos para a manutenção do CIS/NORDESTE.

Ação (atividade) 2071 Repasse de Recursos para Manutenção do SAMU: Repasse de recursos para a manutenção do SAMU.

Ação (atividade) 2072 Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas:

Despesas de pessoal e contribuição previdenciária; Contratação, supervisão e manutenção de serviços terceirizados; Credenciamento com Empresas e Profissionais para realização de exames; Aquisição de materiais médico/hospitalares; Manutenção do almoxarifado; Implementação do serviço de sistema informatizado; Implementação da classificação de risco; Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para o Pronto Atendimento; Manutenção de serviços de consultoria; Manutenção da frota de veículos; Aquisição de ambulância.

Ação (atividade) 2073 Medicamentos para consumo nas Unidades de Saúde e Distr. Gratuita aos usuários dos SUS: Aquisição de medicamentos para uso nas Unidades de Saúde e Distribuição.

Ação (atividade) 2074 Manutenção da Vigilância em Saúde: Manutenção do almoxarifado; Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância em Saúde; Aquisição de veículos; Cumprimento do Plano de Ação de Vigilância Sanitária; Manutenção da frota de veículos.

15 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação (atividade) 2039 Manutenção da Casa de Acolhimento: Aquisição de material de consumo, equipamento e material permanente para Casa de Acolhimento Margarida Severiano; Contratação de Corpo Técnico e funcional de acordo com a Lei Nº 1761/2013.

Ação (atividade) 2040 Manutenção do CRAS: Aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente para atender o CRAS/PAIF; - Convênios com entidades e empresas privadas visando melhorar atendimento na área social; Manutenção de programas para famílias em vulnerabilidade social; Contratação do Corpo Técnico (Assistente Social, Psicólogo e pedagogo), funcional (Agente Administrativo, Motorista e Estagiários) para atender no CRAS; Capacitação Permanente e continuada.

Ação (atividade) 2041 Manutenção do PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família): Aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente para atender o CRAS/PAIF; Manutenção dos Programas de Proteção Social Básica para atender serviços específicos bem como: atividades com Idosos, crianças e adolescentes a partir de seis anos, atividades com beneficiários do BPC, atendimento às famílias com benefícios eventuais, atendimento dos usuários do Programa Bolsa Família, atender famílias cadastradas no Cad Único e atendimentos emergenciais, Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Ação (atividade) 2042 Manutenção do CREAS: Implementação e manutenção dos Programas de Serviço de Enfrentamento a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente; Aquisição de material de consumo, equipamento e material permanente para atender aos grupos de atendimento do CREAS; Contratação de Corpo Técnico (Assistente Social, Psicólogo, pedagogo e Advogado) e funcional (Agente Administrativo, orientador social e Motorista) para atender o CREAS; Manutenção dos programas voltados a área de Proteção Social Especial – Medidas Sócio Educativa em meio aberto, programas e projetos voltados a violência contra crianças e adolescentes, programas e projetos para moradores de rua e pessoas em trânsito, programas e projetos para pessoas com deficiência, idosos e mulheres vítimas de violência; Capacitação permanente e continuada.

16 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA

Ação (atividade) 2076 Manutenção do Fundo Municipal de Infância e Adolescência: Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios; Implantação de serviços assistenciais à crianças, adolescentes e pessoas com deficiência; Erradicação do trabalho infantil no município, contratação de serviços de terceiros de suporte técnico, aquisição de veículos, celebração de convênios para atendimento de maneira geral às crianças e suas famílias, realização de campanhas de conscientização de violência, trabalho infantil, abuso sexual e substâncias psicoativas (SPA); Realização de estudos para elaboração de diagnósticos para formulação de planos, projetos e políticas voltadas as crianças e adolescentes; Desenvolver e celebrar convênios com entidades para atendimento de maneira geral às crianças e suas famílias; Manutenção das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Capacitação permanente do Conselho Tutelar, do CMDCA e dos técnicos diretamente ligados a rede de proteção da criança e do adolescente.

17 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Ação (atividade) 2044 Reforma e melhoria de casas para famílias de baixa renda: manutenção do programa de cesta material de construção cedidos através de parecer de engenharia e parecer técnico e social conforme previsto na Lei Municipal 1715/2013; Criar e implantar Projetos para unidades de médio e baixo custo; Implantação do Programa de Reformas e Melhorias Habitacionais Atendendo Famílias de Baixa Renda.

Ação (atividade) 2045 Construção de banheiros para famílias de baixa renda: Manutenção do programa de construção de banheiros para famílias de baixa renda.

Ação (atividade) 2046 Manutenção do Setor de Habitação: Implementação de ações para desenvolvimento de novos projetos habitacionais;

Aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente; Contratação de servidores e estagiários para auxiliar no atendimento das demandas da habitação; Desvincular a área de habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social e fomentar a política habitacional para o município, prevendo a formação do corpo técnico, com uma estruturação organizacional que atenda a demanda da política habitacional; Implantar e seguir ações previstas da PLHIS; Implantação dos serviços de planejamento, captação e aplicação de recursos destinados à habitação popular, com construção e melhorias habitacionais; capacitação dos servidores do município e dos membros do Conselho de Habitação através de cursos com instituições de engenharia e arquitetura na área habitacional; Criar e implantar Programa de recuperação e manutenção do crédito habitacional; Estudos de novas tecnologias e materiais alternativos para construção de habitação verticalizadas ou horizontalizadas e outras ações de interesse da população com vista ao desenvolvimento de atos e ações para minimizar as carências da falta de habitação; Manutenção de cursos de formação para técnicos e conselheiros do CMH; Contratar empresa capacitada, para diagnóstico social sobre a situação habitacional no município, a fim de implantar novos projetos e programas. Regularização fundiária judicial e extrajudicial.

Ação (atividade) 2047 Manutenção do Conselho Municipal de Habitação: Manutenção do Conselho Municipal de Habitação.

Ação (projeto) 1012 Construção de moradias para famílias de baixa renda: Construção de moradias para famílias de baixa renda.

18 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Ação (atividade) 2063 Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente: Aquisição e manutenção de equipamentos e material permanente, móveis e utensílios, máquinas e veículos. Manutenção e contratação de serviços terceirizados. Aquisição de insumos e projetos para recuperação ambiental. Celebração de Termos de Cooperação Técnica Financeiro/Convênio com entidades públicas ou privadas voltadas para pesquisa e/ou aplicação e execução de programas e projetos voltados ao meio ambiente. Elaboração e execução de projetos voltados à implantação do sistema de saneamento básico. Estruturação e manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Estruturação e manutenção do Conselho Municipal de Saneamento e Controle Social. Contratação de serviços terceiros especializados para elaboração Planos de Emergência e Planos de Recuperação de Áreas Degradadas; Despesas com manutenção das atividades atribuídas ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.

19 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GARUVA – FUMREBOM

Ação (atividade) 2075 Manutenção do FUMREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva: Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo. Aquisição de gêneros alimentícios, de óleos lubrificantes, combustíveis para viaturas e maquinários. Manutenção preventiva de viaturas e equipamentos. Despesas relativas a projetos sociais (Bombeiro Comunitário, Bombeiros Mirins, Bombeiro da Melhor Idade). Concessão de bolsa incentivo para Bombeiros Comunitários. Manutenção da Unidade do Corpo de Bombeiros, e manutenção das atividades atribuídas do Fundo. Construção, ampliação e reforma do aquartelamento.

20 – FUNDO ESPECIAL HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – FEHS

Ação (atividade) 2009 Manutenção do Fundo de Honorários de Sucumbência: arrecadação, depósito, controle e pagamento dos honorários de sucumbência nos termos da Lei Complementar Municipal 82/2015 e Código Civil Brasileiro.

Art. 4º - A lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a Despesa de cada unidade gestora, (por função, programa, sub-função), projeto ou atividade.

Parágrafo Único - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

I – pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos.

V – inversão financeira, incluída, se for o caso, quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas, e;

VI - amortização da dívida.

Art. 5º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no sistema de contabilidade central do Município.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 15/10/2018 será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - documentos a que se refere o art.5º, II da Lei Complementar 101/00;

Parágrafo Único - Para efeito do disposto nos artigos anteriores, o Poder Legislativo, e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo até 01 de outubro de 2018 suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Para Elaboração e Execução

Dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Os estudos para definição do orçamento da receita de 2019 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para a contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos;

§ 2º - Em atendimento ao disposto no parágrafo terceiro, do artigo segundo da Lei Complementar 101/00, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído da Receita Corrente Líquida.

Art. 8º - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, solicitará ao executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da despesa afetará o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, obedecendo rigorosamente à ordem das seguintes despesas abaixo:

I – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão até o limite de 30% dos cargos ocupados;

II – racionalização de gastos com diária;

III – eliminação de despesas com horas extras;

IV – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

V – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

VI – redução dos investimentos programados.

§ 1º - Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados à Câmara de Vereadores para aprovação, como também, os decretos de créditos suplementares serão autorizados pelo Poder Executivo, sendo dependentes de lei específica, sob pena de nulidade, na forma e com os detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 2º - Os projetos de créditos adicionais, bem como suas modificações, serão acompanhados de demonstrativos, contendo, por projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos, a dotação inicial, os cancelamentos e suplementações efetuados, a dotação empenhada, a despesa realizada, a repercussão nas metas e a justificação das alterações propostas.

§ 3º - Os decretos de crédito suplementar, autorizados na lei orçamentária anual, observados os limites e detalhamentos por ela fixados, serão publicados com demonstrativos das informações necessárias e suficientes para a avaliação dos acréscimos e cancelamentos das dotações neles contidas, das fontes de recursos que os atenderão e das metas a serem atingidas.

Art. 10 – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2019, a 5% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2018, de conformidade com o artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar 101/00.

Art. 11 - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos após autorização do Poder Legislativo, com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018, caso ocorra;

Parágrafo Único - Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12 – O orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, em consonância com o disposto no artigo 5º, III, da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo único – para os efeitos desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas impossíveis de qualquer previsão e as ações/intempéries da natureza tais como, enchentes, vendavais, estiagem entre outras.

Art. 13 – As despesas de investimentos com prazo de realização superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual, se estiverem contempladas no Plano Plurianual de Investimentos, conforme dispõe no artigo 5º, § 5º, da Lei Complementar 101/00.

Art. 14 – O Executivo Municipal fica obrigado a elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma do exercício a qual ela se refere, contendo a previsão de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

Art. 15 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados e utilizados se ocorrer o seu efetivo ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16 – As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 17 – A transferência de recursos a qualquer título por parte do Tesouro Municipal, quando a entidades, somente será possível quando estas sejam de caráter educativo, social, assistencial, cultural ou desportivo e de cooperação técnica, que sejam exclusivamente sem fins lucrativos e declarados por lei de utilidade pública, e ainda, que comprovadamente existam e tenha atividade regular a pelo menos dois anos.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar constituída há no mínimo 02 (dois) anos, estar cadastrada no órgão competente do Poder Executivo, apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2019, por no mínimo uma autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º. Cumprir em seu estatuto, o preceito do Código Civil Brasileiro

§ 4º. As transferências efetuadas na forma deste artigo deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

Art. 18 – Não se aplicam o disposto no artigo 17, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o município for associado.

Art. 19 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes após autorização do legislativo e previstos recursos na lei orçamentária.

Parágrafo Único – A cessão de pessoal do quadro de servidores do município, somente será possível, quando o ente de destino arcar com os custos efetivos, inclusive de remuneração, vantagens e acréscimos decorrentes de despesas de previdência, excetuando-se aqueles que forem previstos nos instrumentos citados no “caput” do presente artigo.

Art. 21 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 22 – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a suplementações orçamentárias, quando houver:

I – insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que limitada a 30% (trinta por cento) do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) de excesso de arrecadação, até o limite de 15% (quinze por cento) de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- c) da reserva de contingência, até o limite total de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como de emergência ou calamidade pública;

II – insuficiência de recursos relativa aos grupos de despesas: outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital, constantes dos subtítulos objeto da suplementação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor originalmente aprovado para o grupo de despesa, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações destinadas aos mencionados grupos de despesa, no âmbito da mesma unidade orçamentária;

III – do superávit financeiro dos fundos e das entidades da administração indireta apurada em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, desde que limitado a 30% (trinta por cento) do valor de cada unidade;

IV – para incorporar aos Orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática;

Art. 23 – Durante a execução orçamentária do exercício de 2019, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 24 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Serão garantidos na Lei Orçamentária recursos para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus Poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 25 - Na lei orçamentária para o exercício de 2019, as despesas com precatórios, amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas, nas decisões judiciais e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 26 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 27 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/00 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 28 - No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal do Poder Executivo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar 101/00, assim como os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados:

I - de declaração do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101 de 2000;

II - simulação que demonstre o impacto orçamentário e financeiro da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos e a análise sobre o mérito do resultado obtido;

III - de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição Federal da República do Brasil, ou na falta deste, da manifestação dos servidores representados pela sua Associação.

Art. 29 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os § 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 30 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art. 31 - No exercício de 2019, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 32 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, fica autorizado, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico, desde que observados o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/00:

I - NO PODER EXECUTIVO

- a) aumentos de remuneração em percentual de até 10% (dez por cento);
- b) criação de cargos, empregos públicos e funções de confiança;
- c) reforma do plano de carreira do magistério público municipal;
- d) alterações de estrutura de carreiras;
- e) investiduras por admissão por aprovação para cargos ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;
- f) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal vigente e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação;

g) revisão geral anual.

Art. 33 – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos de pontos percentuais), da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 34 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento de pontos percentuais), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, V, do mesmo diploma legal.

Art. 35 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – Dispensa de funcionários de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o município;

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – eliminação das despesas com horas extras;

IV – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

V – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal”, sub-elemento do elemento de despesa – Serviços de Terceiros e Encargos e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Garuva, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre a Receita e as Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 38 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2019 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Parágrafo único. Fica autorizada a elaboração da Lei concedendo isenção no IPTU, ou alterando, de forma transitória ou definitiva, as regras já em vigor com relação aos imóveis destinados à produção rural, em especial, àqueles que passaram a integrar o perímetro urbano do Município com o advento da Lei Complementar Municipal 92/2015 (Plano diretor).

Art. 39 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 40 – O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, fomento ao crescimento habitacional, a geração do emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança de dívida ativa, devendo estes beneficiados serem considerados nos cálculos do orçamento e da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar a sua vigência e nos dois subsequentes atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 42 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muito próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

I – indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

II – definam os limites de prazo e valor;

III – tenham período de vigência igual ao da lei que aprovar o plano plurianual.

Art. 44 - A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

I – cobertura dos custos com justa remuneração do capital investido;

II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários;

III – concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo único - Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em lei específica.

CAPÍTULO VII**Das Disposições Gerais**

Art. 45 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 46 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 47 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 48 - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 49 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 50 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, após autorização Legislativa, utilizando as fontes de recursos previstas no art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 51 - Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definido no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Art. 52 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 53 - O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do projeto de lei do orçamento anual, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 54 - Ocorrendo assistência pela União prevista no art. 64 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá:

I – encaminhar junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma previstas da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – elaborar os Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal conforme previsto em dispositivos da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – implantar sistema de controle de custo e avaliação de resultados conforme preconiza o art. 4º, I, “e” da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV – elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, de acordo com normas da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55 – O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de Outubro de 2018, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2018.

§ 1º - a Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado para sanção até o início do exercício de 2019, qualquer despesa só poderá ser efetuada após a aprovação de Lei específica, respeitados os limites e dispositivos da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão após a sanção da lei orçamentária anual, mediante abertura de créditos adicionais suplementares, através de Lei específica, usando como fontes de recursos eventuais saldos de Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 56 – Serão consideradas legais as despesas pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 57 – A administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 58 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos nos exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, após aprovação de lei específica.

Art. 59 – O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Estaduais e ou Municipais, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras, serviços de competência exclusiva do município.

Art. 60 - O poder executivo no exercício de 2019 poderá realizar, após autorização de Lei específica:

I – Operações de crédito a longo prazo, com destinação específica e vinculação ao projeto;

II – Operações de crédito por antecipação de receita, respeitada a legislação específica;

III – Celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objetivo de desenvolver programas prioritários, que atendam interesses da população do município, nas áreas de ação da administração pública municipal.

IV – Os recursos recebidos para operações de crédito a longo prazo e por convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 61 – O poder executivo, através da administração direta ou dos fundos, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos, e declaradas por lei de utilidade pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que obrigatoriamente participará com a contrapartida definida em lei específica.

Art. 62 – O orçamento consignará dotações para:

I – Contribuição para entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e contribuições estatutárias para as entidades municipalistas em que o município for associado.

II – Transferência financeira aos Fundos Municipais de Agricultura, Saúde, Assistência Social e da Infância e da Adolescência, Habitação, Meio ambiente, FUMREBOM e Fundo Especial de Honorários de sucumbência- FEHS;

III - Ajuda as APP's – Associação de Pais e Professores legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública;

IV – Transferência financeira a pessoas, desde que consideradas em condição de carência, através de estudo social com a emissão de parecer específico, firmado por profissional habilitado.

V - Contribuição à CIS/Nordeste, AMUNESC, FECAM, IBAM, CNM, SAMU.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, por decreto as dotações, as de pessoal civil, e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedidos por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 64 – Os Secretários Municipais, e gestores de Fundos Municipais, ficam autorizados a ordenar as despesas de suas unidades orçamentárias, passando a ter as prerrogativas e responsabilidades de ordenadores primários das mesmas.

Art. 65 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

ANEXO I

PROJETOS

Programas	Ações (Projetos)
1001 - Legislativo Municipal	1001 Construção/Ampliação/Reforma de prédio da Câmara de Vereadores
1011 - Agora é cultura	1002 Construção e aquisição de imóveis para cultura
1012 - Esporte e Lazer: Direito de todos	1003 Construção do centro de eventos
	1004 Construção e ampliação de Ginásios, quadras, academias ao ar livre, estádios e parques
1013 - Promoção do Desenvolvimento Turístico	1005 Implantação de Estruturas Turísticas
1014 - Promoção do Desenvolvimento Empresarial	1006 Aquisição de imóveis para ampliação de áreas industriais
1015 - Nova Garuva Educadora	1007 Constr., ampliação e reforma de Ensino Fundamental; Aquisição/desapropriação de terrenos.
	1008 Constr., ampliação e reforma de Instituições de Educação Infantil; Aquisição/desap. de terrenos
1016 - Casa de Acolhimento	1009 Ampliação e Reforma da Casa de Acolhimento
1017 - CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	1010 Ampliação do CRAS
1019 - Programa de Atendimento Especializado em Famílias e Indivíduos - PAEFI	1011 Ampliação do CREAS
1021 - Reforma e melhorias habitacionais para famílias de baixa renda	1012 Construção de moradias para famílias de baixa renda
1022 - Urbanização, humanização e infraestrutura urbana	1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas
	1014 Construção, ampliação de praças, parques e jardins
	1015 Construção e recuperação de abrigo de passageiros
	1025 Aquisição/construção/reforma de imóveis para Secretaria de Infraestrutura
1031 - Programa Gestão Ambiental	1016 Educação Ambiental
	1017 Criação de unidades de conservação, parques e trilhas ecológicas
	1018 Criação e implantação da Fundação Municipal do Meio Ambiente
	1019 Implantação do Projeto de Arborização de espécies nativas e compostagem orgânica
1032 - Programa de Saneamento Básico	1020 Criação e impl. de órgão autônomo para gestão do Sistema de Abastecimento de água e esgoto
	1021 Implantação do Sistema de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário
	1022 Construção e ampliação de Capela Mortuária
1033 - Nova Garuva Saudável	1023 Construção, reforma e ampliação do Setor de Saúde
1034 - Manutenção Estratégia Saúde da Família - Nova Garuva Saudável	1024 Construção de Unidades de Saúde

ATIVIDADES

Programas	Ações (Atividades)
1001 - Legislativo Municipal	2001 Manutenção da Câmara de Vereadores
1002 - Gestão Administrativa Superior	2002 Manutenção e investimentos do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
	2003 Manutenção e Investimentos de Assessoria de Imprensa
	2004 Manutenção e Investimentos do Setor de Controle Interno
	2005 Manutenção e Investimentos do Setor de Acompanhamento de Captação de Recursos
	2006 Manutenção e Investimentos do Setor de Defesa Civil
	2007 Contribuições à Entidade e Associações
	2008 Manutenção e investimentos da Procuradoria Geral
	2009 Manutenção do Fundo de Honorários de Sucumbência
	2010 Manutenção do Departamento de Administração e Finanças
1003 - Apoio Administrativo	2011 Implantação do Regime Próprio de Previdência Social

1004 - Gestão de Recursos Humanos	2012 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
1005 - Gestão de Patrimônio	2013 Manutenção do Departamento de Patrimônio
1006 - Gestão de Licitações e Compras	2014 Manutenção do Departamento de Licitações e Compras
1007 - Gestão da Administração Contábil e Financeira	2015 Manutenção do Departamento de Contabilidade e Finanças
1008 - Conselho Tutelar	2016 Amortização do Principal e Encargos da Dívida Pública
1009 - Planejamento	2018 Manutenção do Conselho Tutelar
1010 - Gestão Tributária	2019 Manutenção do Departamento de Planejamento
1011 - Agora é cultura	2020 Elaboração, implementação, e efetivação dos planos municipais
1012 - Esporte e Lazer: Direito de todos	2021 Manutenção do Departamento de Tributos
1013 - Promoção do Desenvolvimento Turístico	2022 Manutenção do setor de cultura
1014 - Promoção do Desenvolvimento Empresarial	2023 Manutenção do Depto. de Esportes
1015 - Nova Garuva Educadora	2024 Manutenção do Setor de Turismo
	2025 Promoção de Eventos do setor de turismo
	2026 Implantação do Plano Municipal de Turismo
	2027 Fomento de atividades e eventos microempresariais
	2028 Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico
	2029 Incentivo e manutenção de áreas industriais
	2030 Promoção e apoio a cursos profissionalizantes
	2031 Manutenção da Merenda Escolar
	2032 Manutenção do Ensino Fundamental
	2033 Manutenção de repasses/convênios diversos
	2034 Manutenção do Transporte Escolar
	2035 Manutenção de Conselhos Municipais - Educação (FUNDEB/COMED/CAE/CONSELHOS ESCOLARES)
	2036 Manutenção da Educação Infantil
	2037 Socialização dos conhecimentos e produção dos materiais didáticos
	2038 Núcleo de análise das práticas de alfabetização e letramento
	2077 Auxílio Transporte aos Estudantes Universitários
1016 - Casa de Acolhimento	2039 Manutenção da Casa de Acolhimento
1017 - CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	2040 Manutenção do CRAS
1018 - Programa de Atendimento Integral a Família-PAIF	2041 Manutenção do PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família)
1019 - Programa de Atendimento Especializado em Famílias e Indivíduos - PAEFI	2042 Manutenção do CREAS
1020 - Nova Garuva Social	2043 Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação
1021 - Reforma e melhorias habitacionais para famílias de baixa renda	2044 Reforma e melhoria de casas para famílias de baixa renda
	2045 Construção de banheiros para famílias de baixa renda
	2046 Manutenção do Setor de Habitação
	2047 Manutenção do Conselho Municipal de Habitação
1022 - Urbanização, humanização e infraestrutura urbana	2048 (EXTINTA)
	2049 Manutenção do Paço Municipal
	2050 Manutenção de Convênios com a Segurança Pública
	2051 Manutenção do Setor de Obras e Serviços Públicos/Setor de Trânsito
	2052 Manutenção da COSIP
1023 - Gestão do Fundo Municipal de Agricultura	2053 Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura
1024 - Porteira Adentro e Caminho da Roça	2054 Manutenção das Estradas nas Propriedades Rurais
1025 - Hora Máquina	2055 Hora Máquina
1026 - Inseminação Artificial	2056 Inseminação Artificial
1027 - Desenvolvimento das Agroindústrias, Controle de Qualidade e Serviço de Inspeção Municipal	2057 Manutenção do Desenvolvimento Agroindustrial
1028 - Sanidade Animal	2058 Atendimentos aos Animais
1029 - Desenvolvimento da Agropecuária	2059 Manutenção da Agropecuária
1030 - Manutenção Secretaria de Estratégias Rurais	2060 Manutenção da Secretaria de Estratégias Rurais
1031 - Patrulha Militar Rural	2061 Patrulha Militar Rural
1032 - Programa Gestão Ambiental	2062 Manutenção do Setor Meio Ambiente
	2063 Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente

1033 - Programa de Saneamento Básico	2064 Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário
	2065 Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
	2066 Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana
	2067 Manutenção e ampliação do Cemitério Municipal
	2078 Man. e Ampl. Rede de Drenagem e Macrodrenagem Pluvial em Vias Públ.
1034 - Nova Garuva Saudável	2068 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
1035 - Manutenção Estratégia Saúde da Família - Nova Garuva Saudável	2069 Manutenção da Estratégia Saúde da Família
1036 - Transferência CIS/NORDESTE (Consórcio Intermunicipal de Saúde)	2070 Repasse de Recursos para Manutenção do CIS/NORDESTE
1037 - Transferência ao SAMU (Serviço de atendimento móvel de urgência)	2071 Repasse de Recursos para Manutenção do SAMU
1038 - Pronto Atendimento 24 horas	2072 Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas
1039 - Assistência farmacêutica	2073 Medicamentos para consumo nas Unidades de Saúde e Distr. Gratuita aos usuários dos SUS
1040 - Vigilância em saúde	2074 Manutenção da Vigilância em Saúde
1041 - Reequipamento do Corpo de Bombeiros	2075 Manutenção do FUMREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva
1042 - Infância e adolescência	2076 Manutenção do Fundo Municipal de Infância e Adolescência

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2018

Publicação Nº 1651921

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2018

OBJETO: Registro de preços para futura locação com montagem e desmontagem de stands para 4º Festival da Tilápia de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 25/06/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 12/06/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 99/2018

Publicação Nº 1650824

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 99/2018

Início da vigência: 11/06/2018. Vencimento: 10/06/2019. Credenciamento nº 05/2018. Objeto: Credenciamento para prestação de serviços de saúde destinados à realização de exames de laboratórios em análises clínicas. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR (11.436.906/0001-70). Contratado: LABORATÓRIO REFERENCE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA (15.682.240/0001-90). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar/SC, 11 de junho de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 89, DE 29 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1651397

LEI COMPLEMENTAR Nº 89, DE 29 DE MAIO DE 2018.

CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Culturais do Município de Gaspar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Cultura, como órgão consultivo, deliberativo e normativo.

Art. 2º Ao Conselho Municipal de Políticas Culturais compete:

I - propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações de políticas para o desenvolvimento da cultura, sempre na preservação do interesse público;

II - apreciar, aprovar e orientar a política municipal de cultura;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura, promovendo as medidas saneadoras que estiverem ao seu alcance;

IV - deliberar sobre a contratação de consultores;

V - receber e manifestar-se acerca das sugestões do órgão gestor da cultura municipal;

VI - fomentar a elaboração do Plano Municipal de Políticas Culturais, fiscalizando e orientando a sua execução;

VII - assistir e apoiar a todas as manifestações culturais, assegurando-lhes inteira liberdade;

VIII - fomentar a criação de entidades locais de cultura;

IX - propor medidas que possibilitem a livre circulação de bens e serviços culturais;

X - propor e incentivar ações que visem o desenvolvimento artístico-cultural do Município;

XI - articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, voltados às atividades culturais, de modo a assegurar o atendimento das necessidades dentro da realidade do Município e um desenvolvimento equilibrado dos programas culturais, integrando o município de Gaspar no Sistema Nacional e no Sistema Estadual de Cultura;

XII - instituir e regulamentar a outorga de títulos honoríficos;

XIII - incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município;

XIV - incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais da cultura;

XV - elaborar e aprovar os editais que regularão a forma de financiamento de projetos culturais;

XVI - estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e outras secretarias do município no que se refere à cultura;

XVII - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da cultura;

XVIII - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIX - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XX - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da cultura;

XXI - outras atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 3º O Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) será paritário, constituído de 10 (dez) conselheiros titulares e igual número de suplentes, na seguinte conformidade:

I - 5 (cinco) representantes e seus respectivos suplentes do Poder Público Municipal, assim especificado:

a) 2 (dois) representantes da Diretoria de Cultura;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 1 (um) representante da Diretoria de Turismo;

d) 1 (um) representante da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin;

II - 5 (cinco) representantes e seus respectivos suplentes representativos da sociedade civil, garantindo a representação das diversas formas de manifestação do universo cultural do Município de Gaspar (música; artes cênicas, artes visuais, literatura, arte popular, dança, artesanato, patrimônio histórico, entre outras);

§ 1º Os conselheiros titulares e suplentes dos órgãos públicos serão designados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito do respectivo órgão, preferencialmente serão personalidades culturais eminentes, atuantes, de reconhecida idoneidade.

§ 2º Os conselheiros titulares e suplentes da sociedade civil serão escolhidos pelos votos dos respectivos segmentos, reunidos em assembleia convocada mediante edital publicado no site oficial do Município e amplamente divulgada no Município.

§ 3º Os conselheiros representantes do Poder Público e da sociedade civil e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma recondução.

§ 4º A nomeação dos membros do Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, mediante indicação formal, obedecidos os critérios de escolha previstos nesta Lei Complementar.

Art. 4º O Conselho Municipal de Políticas Culturais será coordenado por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, que serão eleitos pelos conselheiros em voto secreto, pela maioria absoluta do colegiado.

Art. 5º A função exercida no Conselho é considerada serviço relevante e não será remunerada.

Art. 6º O Conselho manifestar-se-á através de normatização, orientação e decisões e seus atos serão publicados na forma de atos legais do Município.

Art. 7º A Diretoria de Cultura oferecerá suporte técnico e administrativo ao Conselho, para o fiel desempenho de suas atribuições.

Art. 8º Fica revogada a Lei Municipal nº 790, de 21 de setembro de 1983.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 29 de maio de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

LEI Nº 3.878, DE 29 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1651380

LEI Nº 3.878, DE 29 DE MAIO DE 2018.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CONCEDER SUBVENÇÃO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar – APAE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 83.794.982/0001-68, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em parcela única, com a finalidade de auxiliar a custear o projeto da 21ª Olimpíada das APAES de Santa Catarina.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 900, de 15 de junho de 2005, Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro previsto nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com o regulamento citado no artigo anterior desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados segundo as finalidades indicadas, notadamente para a realização da 21ª Olimpíada das APAES de Santa Catarina a ser realizada no mês de agosto do corrente ano no Município de Gaspar, nos moldes a serem definidos no projeto que será apresentado ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria, consignada ao orçamento do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 29 de maio de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

SAMAE - GASPAR

PORTARIA Nº 51 DE 06 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651568

PORTARIA Nº 51 DE 06 DE JUNHO DE 2018.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SERVIDOR GEÇIONE DA SILVA PACHECO.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica declarada a partir do dia 06 de junho de 2018, a vacância do cargo de provimento efetivo de Operador de Retro, do servidor GEÇIONE PACHECO, portador do CPF nº. 486.026.479-72 e da CI nº. 3/R.1433.291, pertencente ao quadro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em decorrência de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 06 de junho de 2018.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 52 DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651814

PORTARIA Nº. 52, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2018 INSTAURADO PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016– PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial do Processo Administrativo através do Memorando nº 14/2018.

Considerando o teor do memorando nº 14/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial do Processo Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 11 de junho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial do Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo nº 05/2018, o qual foi instaurado para apurar responsabilidade de empresa por descumprimento de obrigações constantes na ata de registro de preços nº 14/2016– pregão presencial nº 52/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 53 DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651819

PORTARIA Nº. 53, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2018 INSTAURADO PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018– PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial do Processo Administrativo através do Memorando nº 15/2018.

Considerando o teor do memorando nº 15/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial do Processo Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 13 de junho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial do Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo nº 06/2018, o qual foi instaurado para apurar responsabilidade de empresa por descumprimento de obrigações constantes na ata de registro de preços nº 03/2018– pregão presencial nº 92/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 54 DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651821

PORTARIA Nº. 54 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 11/2017 INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR M.X.C.A.S.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 08/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 08/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 07 de junho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 11/2017, o qual foi deflagrado para apurar responsabilidade do servidor M.X.C.A.S

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 02/2018

Publicação Nº 1651841

PORTARIA Nº 02/2018

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 13, inciso III, alínea "a", do regimento interno e considerando os termos da Lei Municipal Ordinária 1261 de 28 de maio de 2018 e demais vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ELIZANDRA CRISTINA OCKER, CPF 034.836.789-99 para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS, no Poder Legislativo Municipal, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - Fica o cargo em comissão de Chefe de Serviços Gerais, a receber os vencimentos correspondentes ao nível CC4.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 12 de junho de 2018.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

Presidente

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PROC 39/2018

Publicação Nº 1650670

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/18. PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/18. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Retificação no item 11.2 do Edital, item 4.5 do Anexo III, Item 1 do Anexo IV e Itens 6.1 e 8 do Anexo VI do presente Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, alterando sua abertura de 20 de junho de 2018 para 26 de junho de 2018, às 09:00hs, objeto: "AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS PESADOS, ZERO QUILOMETRO, PARA O MUNICÍPIO DE GRAVATAL VISANDO ATENDER AO CONVÊNIO JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL." Mais informações na RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO. (048) 3648-8022 ou E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br Gravatal, 12 de junho de 2018. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 206

Publicação Nº 1650674

LEI COMPLEMENTAR Nº 206,
DE 13 DE JUNHO DE 2018

"INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I e III do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, por esta Lei, a gratificação de sobreaviso aos motoristas dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Gravatal.

Art. 2º O motorista, devidamente qualificado e identificado, com atuação e lotação na Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela condução de veículos destinados a deslocamentos de pacientes do Município de Gravatal para outros centros de tratamento médico ambulatorial/hospitalar, quando em escala de sobreaviso ou quando em viagem a serviço correlata as suas atividades, perceberá:

I - Gratificação de sobreaviso, segundo o sistema de horário de sobreaviso estabelecido na forma do §2º do artigo 3º.

Art.3º A gratificação de sobreaviso, previsto no inciso I do art. 2º desta Lei será de R\$ 600,00 (seiscentos reais), fora da atividade normal de trabalho em sua unidade específica, não podendo o servidor receber mais do que uma gratificação de sobreaviso no mês.

§1 O Secretário Municipal de Saúde, até o dia 30 de cada mês, estabelecerá a escala de sobreaviso dos motoristas para o mês seguinte, limitando tal escala a 7 (sete) motoristas por mês.

§2º No estabelecimento da escala de sobreaviso previsto no parágrafo anterior obedecer-se-á o rodízio dos motoristas lotados na Secretaria de Saúde e, a serviço de transporte de pacientes e pessoas com veículos da saúde pública municipal.

§3º O valor da gratificação de sobreaviso prevista no caput do presente artigo poderá ser revisado anualmente.

Art.4º As despesas com a execução desta Lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias e/ou do Fundo Municipal de Saúde do município de Gravatal/SC, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as provisões futuras destinar recursos específicos para seu fiel cumprimento.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de Junho 2018
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M. em 13/06/2018
Bruna Mendonça Leandro
Assessora Jurídica

LEI COMPLEMENTAR Nº 207

Publicação Nº 1650683

LEI COMPLEMENTAR Nº 207
DE 13 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NOS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2009, ALTERA OS ANEXOS II, III, IV E VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2010, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 174/2014, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2005, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2007 E ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 1.654/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I e III do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art.1º Ficam alterados os vencimentos dos cargos de Médico Odontólogo e enfermeiro, constantes no Anexo I, do GRUPO PROFISSIONAL SAÚDE DA FAMÍLIA – NÍVEL SUPERIOR, da Lei Complementar 134/2009, que passarão a ter a seguinte redação:

CÓDIGO	NOME DO EMPREGO	VENCIMENTO
1.1.23	Médico da Saúde da Família	R\$ 7.500,00
1.1.24	Odontólogo da Saúde da Família	R\$ 3.500,00
1.1.25	Enfermeiro da Saúde da Família	R\$ 2.600,00

Art. 2º Fica alterado o vencimento do cargo de Técnico de Enfermagem da Saúde da Família, constante no Anexo II, do GRUPO SEMIPROFISSIONAL SAÚDE DA FAMÍLIA - NÍVEL MÉDIO TÉCNICO, da Lei Complementar 134/2009, que passará a ter a seguinte redação:

CÓDIGO	NOME DO EMPREGO	VENCIMENTO
2.2.09	Técnico de Enfermagem da Saúde da Família	R\$ 1.500,00

Art.3º Ficam alterados os vencimentos dos cargos efetivos de Enfermeiro, Médico (20h) e Nutricionista, constantes no Anexo II, do Grupo I do Grupo Ocupacional Profissional, da Lei Complementar 139/2010, que passarão a ter a seguinte redação:

CÓDIGO	CBO	CARGOS EFETIVOS	VENCIMENTO
1.1.09	22354-60	Enfermeiro	R\$ 2.600,00
1.1.18	2231-56	Médico (20h)	R\$ 4.800,00
1.1.20	2237-10	Nutricionista	R\$ 1.934,58

Art.4º Fica alterado o vencimento do cargo efetivo técnico de enfermagem, constante no Anexo III, do Grupo II, do Grupo ocupacional semiprofissional, da Lei Complementar 139/2010, que passará a ter a seguinte redação:

CÓDIGO	CBO	CARGOS EFETIVOS	VENCIMENTO
2.2.04	3222-30	Técnico de enfermagem	R\$ 1.500,00

Art.5º Fica alterado o vencimento do cargo efetivo de Fiscal de Tributos constante no Anexo IV, do Grupo III do Grupo ocupacional administrativo, da Lei Complementar 139/2010, que passará a ter a seguinte redação:

CÓDIGO	CBO	CARGOS EFETIVOS	VENCIMENTO
1.1.07	2544-10	Fiscal de Tributos	R\$ 2.025,00

Art.6º Fica alterado o vencimento do cargo de auxiliar de enfermagem, constante no Anexo VI, do Grupo V, Grupo dos cargos isolados e extintos, da Lei Complementar 139/2010, que passará a ter o seguinte vencimento:

CÓDIGO	CBO	CARGOS EFETIVOS	VENCIMENTO
5.5.02	-	Auxiliar de Enfermagem	R\$ 1.500,00

Art.7º Fica alterado o vencimento do cargo de Médico Psiquiatra, constante na Lei Complementar 174/2014, que passará a perceber o seguinte:

CARGO	VENCIMENTO
Médico Psiquiatra	R\$ 4.800,00

Art.8º O art.1º da Lei Complementar nº 81/2005 que fixa a gratificação mensal para o servidor público que for designado como membro da Comissão Municipal de Licitação, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art.1º Fica fixado uma gratificação mensal no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor público municipal, que for designado como membro da Comissão Municipal de Licitação.”

Art.9º. O art.1º da Lei Complementar nº 109/2007, que fixa a gratificação mensal para o servidor público municipal que for designado como Pregoeiro Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art.1º Fica fixado uma gratificação mensal no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor público municipal, que for designado como Pregoeiro Municipal.”

Art. 10 O art.1º da Lei Ordinária nº 1.654/2013 que fixa a gratificação mensal para o servidor público que for designado como membro da Comissão Municipal de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art.1º Fica fixado uma gratificação mensal no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor público municipal, que for designado como membro da Comissão Municipal de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.”

Art.11 Fica instituída uma gratificação mensal no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para o servidor que for designado por ato do Poder Executivo para responder pela Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde.

§1º A gratificação de que trata o caput do presente artigo poderá ser cumulativa, com outras que o servidor vier a receber, não se incorporando ao vencimento sob qualquer título.

Art.12 As despesas inerentes à execução desta Lei correm às expensas das dotações existentes do orçamento do Município.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Gravatal, 13 de Junho de 2018
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito de Gravatal

Publicado no D.O.M. em 13/06/2018
Bruna Mendonça Leandro
Assessora Jurídica

LEI COMPLEMENTAR Nº 208

Publicação Nº 1650690

LEI COMPLEMENTAR Nº 208

DE 13 DE JUNHO DE 2018

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 185 DE 12 DE MAIO DE 2015 QUE IMPLANTOU O NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I e III do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação de mais 01 (uma) vaga para o cargo de fisioterapeuta que deve ser acrescida ao Anexo I - QUADRO DE PESSOAL DO NASF, da Lei complementar nº 185/2015.

Art. 2º Fica autorizada a criação de mais 01 (uma) vaga para o cargo de Educador Físico, que deve ser acrescida ao Anexo I - QUADRO DE PESSOAL DO NASF, da Lei complementar nº 185/2015.

Art. 3º Fica autorizada a criação de mais 01 (uma) vaga para o cargo de Psicólogo, que deve ser acrescida a existente disposta no Anexo I - QUADRO DE PESSOAL DO NASF, da Lei complementar nº 185/2015.

Art. 4º O regime de trabalho de todos os profissionais do programa NASF, constantes no Anexo I, da Lei Complementar nº 185/2015, será de 20 horas semanais.

Art. 5º O cargo de coordenador do programa NASF, constante na Lei complementar nº 185/2015 será extinto.

Art. 6º O NASF será coordenado por qualquer dos profissionais do quadro a ser escolhido pelo Secretário de Saúde e receberá uma gratificação no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais.

§1º A gratificação de que trata o caput do presente artigo não se incorporará ao vencimento do servidor sob qualquer título.

Art. 7º Os demais vencimentos e especificações da Lei Complementar nº 185/2015 permanecem em pleno vigor.

Art. 8º As despesas inerentes à execução desta Lei correm às expensas das dotações existentes do orçamento do Município.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Gravatal, 13 de junho 2018
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito de Gravatal

Publicado no D.O.M. em 13/06/2018
Bruna Mendonça Leandro
Assessora Jurídica

PORTARIA 373/2018 - ADRIANA DE MEDEIROS - FÉRIAS

Publicação Nº 1650765

PORTARIA Nº 373/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a servidora municipal ADRIANA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Monitor de Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018, devendo ser gozadas no período de 21/05/2018 a 09/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 374/2018 - LEANDRO OLIVEIRA MACHADO - FÉRIAS

Publicação Nº 1650766

PORTARIA Nº 374/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 10 (dez) dias de férias ao servidor municipal LEANDRO OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo de Técnico em Computação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 06/01/2015 a 05/01/2016, devendo ser gozadas no período de 21/05/2018 a 30/05/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 375/2018 - GRAZIELA DAS NEVES INACIO - ABONO PECUNIÁRIO

Publicação Nº 1650767

PORTARIA Nº 375/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONVERTER 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário a servidora municipal GRAZIELA DAS NEVES INACIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 13/09/2017 a 12/09/2018.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 376/2018 - MAIARA CARDOSO NEVES - ABONO PECUNIÁRIO

Publicação Nº 1650770

PORTARIA Nº 376/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONVERTER 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário a servidora municipal MAIARA CARDOSO NEVES, ocupante do cargo de Coordenadora de Departamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 09/01/2017 a

08/01/2018.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 377/2018 - THUANE DHANIELLE GOTERA JERONIMO - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1650773

PORTARIA Nº 377/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal THUANE DHANIELLI GOTERA JERONIMO, ocupante do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 21/05/2018 até o dia 17/09/2018 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 378/2018 - ELIZANGELA BORGES DA SILVA CALEGARI - FÉRIAS

Publicação Nº 1650774

PORTARIA Nº 378/2018 DE 21 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 19 (dezenove) dias de férias a servidora municipal ELIZANGELA BORGES DA SILVA CALEGARI, ocupante do cargo de Analista de Recursos Humanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2018, devendo ser gozadas no período de 21/05/2018 a 08/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 379/2018 - HORA EXTRA MAIO 2018

Publicação Nº 1650777

PORTARIA Nº 379/2018 DE 22 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: A Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses de abril e maio do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	47,01
Ana Claudia da Silva	40,05
Joelma Fernandes Ferreira	19,57
José Nazareno Fidélis	60,00
Maria Aparecida Martins da Silva	32,37
Muriel Marcon Cardoso	57,64
Nilson Ribeiro Fernandes	46,42
Raquel Martins Mendes	14,00

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Cássio Ferreira Bitencourt	50,00
Dalci Anastácio Alves	55,00
Eduardo Fernandes Mendonça	30,00
Elania Carvalho Cargnin	10,00
Fabiana Borba Martins	5,00
Flavia Nogueira Mendes	50,00
Francieli Mendes	10,00
Gilmar Comelli Rodrigues	57,00
Isolete da Silva Avelino	45,00
Juliano Fagundes de Araujo	40,00
Liziane Sachet	10,00
Marcia Nazario Amarin da Silva	10,00
Márcio Laurentino Mendonça	57,00
Marcionei Machado	56,00
Maria Aparecida Machado Cavalheiro	5,00
Maria Aparecida Vicenzi Beckhauser	5,00
Maria de Fatima Salazar	10,00
Marília Silveira Walter Santana	10,00
Roberta da Luz Machado Santana	5,00
Sandra Tartari Mattiola	10,00
Thayse Mendes	5,00
Verenice Philippi Correa	30,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Andreia Machado Fernandes Mendes	20,20
Cedoir Martins de Souza	60,00
Celio Batista	60,00
Deyvid da Silva dos Santos	60,00
Dionathan da Luz Nazario	60,00
Eder Soares da Silva	60,00
Jose Carlos Beckhauser Mendes	60,00
Marlei Mendes dos Santos Martins	59,00
Rodinei Mendes Monteiro	60,00

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alex Martins da Silva	60,00
Daniel May Maciano	30,00
Francisco de Assis Silveira Maia	30,00
Jose Marangoni Furlan	30,00
Jose Rodrigues Fernandes	40,00
Paulo Melo da Silva	30,00
Salesio Veronez	30,00
Valerio Fileti	30,00
Valnei Boneli dos Santos	30,00
Wilson Mendes	20,00
Zenilton Nascimento	30,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Antonina Carvalho Venera Furlan	20,00
Fabricio de Oliveira Machado	30,00
Paulo Martins da Rosa	30,00

Silvio Veronez	30,00
Silvio Zapelini Botega	30,00
HORAS EM ATRASO MESES ANTERIORES	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Nilson Ribeiro Fernandes	10,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gravatal/SC, 22 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 380/2018 - GISLAINE ROSA FERNANDES - EXONERAR

Publicação N° 1650781

PORTARIA N° 380/2018 DE 22 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar por término de contrato a servidora GISLAINE ROSA FERNANDES, do Cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 30 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 22 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 381/2018 - PRICILA LUIZ - EXONERAR

Publicação N° 1650782

PORTARIA N° 381/2018 DE 22 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar por término de contrato a servidora PRICILA LUIZ, do Cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 30 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 22 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 382/2018 - DILCEIA DA SILVA CARDOSO BRUNO - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação N° 1650784

PORTARIA N° 382/2018 DE 22 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, a desistência da servidora municipal ACT, Karine Rodolfo Ouriques, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 001/2017 e chamada pública nº 16.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário DILCEIA DA SILVA CARDOSO BRUNO, Processo Seletivo nº 001/2017, classificação nº 71, para o cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, na EEB José Cardoso de Aguiar, localizada no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 22 de maio à 14 de dezembro de 2018 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 22 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 383/2018 - LUIZA FAGUNDES MACHADO - FÉRIAS

Publicação Nº 1650785

PORTARIA Nº 383/2018 DE 23 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal LUIZA FAGUNDES MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 07/02/2014 a 06/02/2015, devendo ser gozadas no período de 23/05/2018 a 21/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 23 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 384/2018 - GISLAINE ROSA FERNANDES - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1650787

PORTARIA Nº 384/2018 DE 24 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que na chamada pública nº 16, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, não compareceu nenhum candidato inscrito no cargo;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 001/2017 e chamada pública nº 16.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário GISLAINE ROSA FERNANDES, Processo Seletivo nº 001/2017, para o cargo temporário de

Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, na Extensão Educacional Infantil Vó Miloca, localizada no bairro Brasília, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 24 de maio de 2018 à 14 de dezembro de 2018 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 24 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 385/2018 - LUIZA SANTANA ALBINO - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1650788

PORTARIA Nº 385/2018 DE 25 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora municipal efetiva, Rosinete de Oliveira da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Auxiliar de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 001/2017 e chamada pública nº 16.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário LUIZA SANTANA ALBINO, Processo Seletivo nº 001/2017, classificação nº 70, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro Educacional Infantil Manoel dos Passos de Medeiros, localizado no bairro Bela Vista, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 25 de maio de 2018 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da Titular e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 25 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 386/2018 - CESSÃO DA SERVIDORA ADRIANA OLIVEIRA ROMER

Publicação Nº 1650789

PORTARIA Nº 386/2018 DE 28 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- COLOCAR à disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a funcionária ADRIANA OLIVEIRA ROMER, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social sem ônus para o município, nos termos da Lei Ordinária nº 1.700 de 10 de Junho de 2014, por 2 (dois) anos a partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de maio de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se
E Publique-se

PORTARIA 387/2018 - VANIA VICENÇO DAUFEMBACK - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1650792

PORTARIA Nº 387/2018 DE 28 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal VANIA VICENÇO DAUFEMBACK, ocupante do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 21/05/2018 até o dia 17/09/2018 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria tem seus efeitos retroativos a data de 21 de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 28 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 388/2018 - MARCIONEI MACHADO - PRORROGAÇÃO DE CONTRATO (ALTERA A PORTARIA 846/2017)

Publicação Nº 1650799

PORTARIA Nº 388/2018 DE 30 DE MAIO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a chamada pública, através do edital de processo seletivo 001/2017 e de acordo com a lei complementar 181/2015;

CONSIDERANDO, necessidade de manutenção dos serviços de atendimento na Secretaria de Saúde à população.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 846/2017 de 22 de dezembro de 2017, de prorrogação do contrato do servidor MARCIONEI MACHADO, Processo Seletivo nº 001/2017, classificação nº 03, para o cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para atender necessidade de excepcional interesse público, passando a vigorar até o dia 10 de julho de 2018 até a homologação do novo do Processo Seletivo nº 05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 30 de maio de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 81.18 AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MOTONIVELADORA.DOC

Publicação Nº 1651349

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº81/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 101/18, Edital de Pregão Presencial Nº 81/18, Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Pneus novos 17.5R25 para máquina Motoniveladora Volvo G930; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 25/06/18; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 25/06/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de junho de 2018.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 82.18 AQUISIÇÃO DE TINTA E MÃO DE OBRA PINTURA.DOC

Publicação Nº 1651788

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº82/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 102/18, Edital de Pregão Presencial Nº 82/18, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Tintas para pintura de faixas de sinalização viária e mão-de-obra para pintura; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 26/06/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 26/06/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de JUNHO de 2018.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1650875

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2018

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018, DA CÂMARA DE VEREDORES DE GUARACIABA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Poder Legislativo de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 34 da Lei Orgânica, bem como, o inciso V do art. 39 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório em questão foi publicado no dia 25 de Maio de 2018, com previsão de abertura para o dia 15 de Junho do mesmo ano, não havendo por tanto a realização de qualquer fase que implique em direito objetivo à qualquer licitante;

CONSIDERANDO, que este Órgão, após verificar inconsistência na Planilha Orçamentária do Projeto, que ocasionou erro no valor total do Projeto,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório n. 02/2018, modalidade Tomada de Preços nº 01/2018, do Poder Legislativo de Guaraciaba-SC, para correção dos erros na planilha orçamentária do projeto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Guaraciaba/SC, 11 de Junho de 2018.

Sala das Sessões da Câmara Municipal

Em 11 de Junho 2018.

IRINEU ANTONIO ARNDT
Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 052/2018 - PMG REABERTURA

Publicação N° 1651010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA
Edital: Pregão Presencial 52/2018

Processo Licitatório: 52/2018

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ADUBO PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA GUARAMIRENSE PALMEIRA REAL, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 828198 MAPA.

Entrega dos Envelopes: 27/06/2018 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 27/06/2018 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site <http://guaramirim.atende.net> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2018 FMAS

Publicação N° 1648057

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preços 8/2018 FMAS

Processo Licitatório: 8/2018 FMAS

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO A ACESSIBILIDADE DO PRÉDIO SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC),

Entrega dos Envelopes: 04/07/2018 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 04/07/2018 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 8 de junho de 2018.
Luiz Antonio Chiodini
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 30/2018 - PMG

Publicação Nº 1650805

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 30/2018

Processo de Licitação: 060/2018 – PMG

Modalidade: Concorrência para obras e serviços de engenharia.

Tipo: Menor preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ALFREDO ZIMMERMANN, COM EXTENSÃO DE 262,00 M, CONFORME CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO FIRMADO ENTRE BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BRDE) E O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, n.º 187, Bairro: Anita Garibaldi, Joinville, Estado de Santa Catarina.

Valor do Contrato: R\$ 274.999,40 (duzentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 07/06/2018 Vigência: 24/10/2018

GUARAMIRIM (SC), 12/06/2018
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2017 - PMG

Publicação Nº 1651530

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 05/2017- PMG

Processo de Licitação: 172/2016 - PMG

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rodovia SC 495, 2.034.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

2.1.1 suprimir em aproximadamente 2,41 % (dois vírgula quarenta e um por cento), ao valor do lote 01 (Pav. Rua Bananal e Estrada Tibagi) do contrato original, conforme itens da planilha orçamentária anexa a justificativa do parecer técnico, em consonância com o disposto na cláusula vigésima primeira do contrato, com amparo no inciso I, alínea a, e § 1º, do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

2.1.1.1 Em virtude das alterações mencionadas no item anterior, fica suprimido ao valor do lote 01 (Pav. Rua Bananal e Estrada Tibagi) a importância de R\$ 37.283,48 (trinta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos).

2.1.2 A Cláusula Sexta tem o prazo de execução acrescido em 30 (trinta) dias corridos, se estendendo até 08 de julho.

2.1.3 A Cláusula Décima Oitava tem o prazo de vigência contratual estendido até a data de 08 de agosto de 2018.

Data da Assinatura: 07/06/2018 Vigência 08/08/2018.

GUARAMIRIM (SC), /2018
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 71/2018

Publicação Nº 1651634

Decreto n 0071/2018.

“Declara luto oficial em sinal de pesar pelo falecimento do Senhora Maria Normélia Grimm.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no artigo 63, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o falecimento da Sra. Maria Normélia Grimm, ocorrido na manhã de hoje terça-feira, 12/06/2018;

Considerando que foi primeira dama desta municipalidade, nos períodos de :1963 a 1968 e de 1973 a 1976.

Considerando que como forma de reconhecimento do Poder Público Municipal, e da sociedade, pelos trabalhos que desenvolveu para o crescimento das associações, clubes, hospital, escolas e município, sendo ela juntamente com o seu esposo Sr Nestor Emanuel Grimm, um dos casais pioneiros municipais, é que:

DECRETA:

Art. 1º É declarado Luto Oficial no Município de Guarujá do Sul pelo período de 02(dois) dias, contados a partir da data de hoje, em sinal de pesar e homenagem aos familiares.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
12 de junho de 2017.

66º ano da Fundação e 56º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora
Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016_2018

Publicação Nº 1651653

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2018.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público(prorrogado) e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO, abaixo relacionado, para na data de 18 de Junho de 2018, as 07h30min, comparecer junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Avenida Joao Pessoa, n 1265 Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
OPERADOR DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	CLAUDEMIR JOSE ROHR	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a

candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em
08 de junho de 2018.
66º ano da Fundação e 56º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2018

Publicação Nº 1650631

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. GILMAR KLAUS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipal nº 19/2014 e alterações posteriores com obediência à Lei Orgânica do Município e suas atualizações e Art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para preenchimento de vaga na categoria funcional do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, constante do quadro a seguir relacionado, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital do Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar Municipal nº 19/2014 e alterações posteriores e demais legislação vigente.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AME-OSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br.

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br.

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guarujadosul.sc.leg.br

1.1.6. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente Concurso Público:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. A vaga destina-se ao cargo abaixo delineado e deverá ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vaga	Carga Horária Semanal	Vencto Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h/sem	R\$ 1.060,77	Portador de certificado de conclusão de Ensino Fundamental.	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Concurso Público poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08 horas do dia 13/06/2018 às 23h59min do dia 12/07/2018.

2.1.1. Das inscrições pela internet:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos Públicos;

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 13/07/2018;

e) Pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Cronograma do edital (Anexo I).

2.1.1.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br.

2.1.1.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2. Das inscrições presencial – on-line:

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on-line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on-line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial - on-line será entregue ao candidato o Comprovante de sua Inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 13/07/2018.

2.1.2.4. Munido do boleto bancário, o candidato deverá efetuar o seu pagamento preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Cronograma do edital (Anexo I).

2.1.2.5. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.2.6. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.7. Só serão efetivadas as inscrições presencial - on-line dos candidatos que se dirigirem à Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, sito a rua Ceara, nº 605, Centro, Guarujá do Sul - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, até o último dia de inscrição.

2.2. A Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AME-OSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.5. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto à Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.6. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, no seguinte valor:

Escolaridade	Valor R\$
Ensino Fundamental	R\$ 35,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.9.1. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br do deferimento ou não do pedido.

2.10. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.11. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE E MEDULA:

2.11.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público.

2.11.1.1. Para enquadramento à isenção de pagamento da taxa de inscrição considera-se somente a doação de sangue e medula promovida a órgão oficial ou à entidade credenciada pela União, Estado e Município.

2.11.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue e de medula (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, e entregue do dia 13/06 a 02/07/2018, no endereço da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, sito a Rua Ceara, 605, Centro, Guarujá do Sul - SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante específico expedido por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567/97 e alterações da Lei Estadual nº 17.457/18, discriminando também o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais (ou seja, nos últimos doze meses);

c) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, no endereço da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, sito a Rua Ceara, 605, Centro, Guarujá do Sul - SC, através de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC até no máximo dia 03/07/2018.

2.11.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br até o dia 05/07/2018 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.11.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 13/07/2018, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, na Lei nº. 7.853/89, no Decreto Nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Concurso Público.

3.2. O candidato com deficiência, amparado pela legislação vigente e sob sua inteira responsabilidade, concorre em igualdade de condições com todos os candidatos, resguardadas as ressalvas legais vigentes e, ainda, o percentual aqui estabelecido.

3.2.1. O candidato com deficiência será inicialmente classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o cargo que concorre. Caso não esteja situado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando as vagas reservadas a pessoa com deficiência no cargo que concorre, caso existam.

3.3. Somente será considerada pessoa com deficiência aquele que se enquadre nas categorias constantes do art. 4º, do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2005.

3.4. A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para a função, de acordo com o expresso nos subitens.

3.5. A pessoa com deficiência somente poderá disputar cargos e funções cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência.

3.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.7. A pessoa com deficiência não está isenta do recolhimento da taxa de inscrição.

3.8. Não haverá prova em braille; o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.

3.9. O candidato com deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste Item do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

3.10. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser pessoa com deficiência.

3.11. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, deverá encaminhar-se aos cuidados da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul/SC, sito à Rua Ceara, nº 605, Centro, Guarujá do Sul/SC, em horário de expediente daquele órgão, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso Público, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.12. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul/SC, sito na Rua Ceara, nº 605, Centro, Guarujá do Sul/SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.13. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.14. A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.15. O candidato que, no dia da prova, necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

5. DA PROVA**5.1. Da Prova Objetiva**

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independentemente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 05/08/2018, nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC não se responsabilizará por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h e término às 12 horas.

5.1.2.6. Não será permitido o uso do banheiro após o encerramento e entrega da prova.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 3 horas incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser preenchida conforme instruções que constarão no Cartão Resposta e na 1ª página do Caderno de Provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, especificado no item 1.2.1 deste edital, conforme o quadro abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2► Língua Portuguesa	10	0,20	2,00	
3► Conhecimentos Gerais	5	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme quadro acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um Cartão Resposta.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio Cartão Resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura digital, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá conferir no seu Cartão Resposta se o tipo de prova destacado, correspondente ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Cartão Resposta:

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica com a tinta nas cores azul ou preta.

5.3.8. O Cartão Resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver preenchida no Cartão Resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no Cartão Resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC deverão apor suas assinaturas no local indicado nos Cartões Resposta.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC deverão invalidar o Cartão Resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.2. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, Cartões Resposta com questões deixadas em branco, Cartões Resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.17.3. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os Cartões Resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

5.3.20. A Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente;
- d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. A Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) Apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) Não apresentar documento que bem o identifique;
- e) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) Ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) Estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em Sessão Pública a ser realizada na

Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 13 horas do dia 04/09/2018, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital.

6.4. A sessão será integralmente filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

b) Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;

d) Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;

e) O candidato de maior idade;

f) Sorteio.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) A não homologação ou indeferimento da inscrição (No período de 19 e 20/07/2018 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do Indeferimento de inscrição);

b) Na formulação das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar divulgado (No período de 21 e 22/08/2018 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar);

b) Da correção dos Cartões Resposta (No período de 06 a 10/09/2018 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da Correção dos Cartões Resposta).

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os recursos deverão ser interpostos via on-line – pelo sistema.

9.4.1. Para a interposição de recurso via on-line o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos Públicos;

b) Acessar a “Área do Candidato”;

c) Clicar em “Recursos”;

d) Preencher on-line o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado;

f) Não serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, 21 e 22/08/2018.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso Público.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

10.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) Atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) Alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Câmara de Vereadores, ou previsto em Legislação Municipal.

- 10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, e demais determinações legais.
- 10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto à Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC.
- 10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.
- 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 11.1. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br
- 11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.
- 11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, conforme a legislação vigente.
- 11.4. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.
- 11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Concurso Público é o da Comarca de São José do Cedro - SC.
- 11.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:
- ANEXO I – Cronograma;
- ANEXO II – Conteúdo Programático;
- ANEXO III – Atribuições dos Cargos;
- ANEXO IV – Requerimento de Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;
- ANEXO V – Requerimento de Portadores de Deficiência/Condições especiais;
- ANEXO VI – Portaria que nomeia a Comissão Organizadora da Câmara Municipal de Vereadores Guarujá do Sul – SC;
- ANEXO VII – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC;
- 11.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Guarujá do Sul/SC, 12 de junho de 2018.

GILMAR KLAUS

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Guarujá do Sul – SC

Vistado na Forma de Lei

Fernanda Rech – OAB – SC 33.544

Assessora jurídica da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	12/06/2018	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura até o dia 02/07/2018.
Inscrições	13/06/2018 a 12/07/2018	Pela internet, no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Deficiência	13/06/2018 a 12/07/2018	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, sito a rua Ceara, nº 605, Centro, CEP: 89940-000, Guarujá do Sul/SC.
Recebimento de inscrições para candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue e Medula)	13/06/2018 a 02/07/2018	Pela internet, no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue e Medula)	05/07/2018	Pela internet, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br A partir das 17h.
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue e Medula)	06 a 13/07/2018	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site: www.ameosc.org.br
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos	13/07/2018	O boleto para impressão e pagamento deverá ser acessado junto ao site: www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	18/07/2018	Pela internet, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br A partir das 17h.
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	19 e 20/07/2018	Pela internet, no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e publicação da homologação das inscrições	25/07/2018	Pela internet, no site: www.ameosc.org.br

Publicação do Ensalamento	01/08/2018	Pela internet, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br A partir das 17h.
Prova Objetiva	05/08/2018	A prova objetiva será aplicada nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova objetiva terá início às 09h e término às 12 horas.
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	20/08/2018	A partir das 17h, nos sites: www.ameosc.org.br www.guarujadosul.sc.leg.br
Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da prova objetiva e do gabarito preliminar	21 e 22/08/2018	Pela internet, no site: www.ameosc.org.br
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das questões da prova objetiva e do gabarito preliminar	31/08/2018	A partir das 17h, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br
Divulgação do gabarito final após análise dos recursos interpostos contra as questões da prova objetiva e do gabarito preliminar	03/09/2018	A partir das 17h, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br
Sessão Pública para correção dos Cartões Resposta e identificação dos candidatos por cargo	04/09/2018	Às 13 horas, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação da classificação após a correção dos Cartões Resposta	05/09/2018	A partir das 17h, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br
Prazo de interposição de recurso, somente em face da correção dos Cartões Resposta	06 a 10/09/2018	Pela internet, no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos interpostos em face da correção dos Cartões Resposta	12/09/2018	A partir das 17h, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br
Publicação do Resultado Final	12/09/2018	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br e também no Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC. A partir das 17h.

ANEXO II**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Práticas de conservação de alimentos e organização de copa e cozinha. Técnicas de limpeza de utensílios. Técnicas de lavagem e secagem de louças e utensílios. Técnicas de desinfecção de ambientes. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Noções de Primeiros Socorros. Ética e cidadania. Controle de estoque de material de limpeza e de cozinha. Relatório de pedidos de material de consumo, limpeza e gêneros alimentícios.

ANEXO III
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
ATRIBUIÇÕES DO CARGO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

- Execução de trabalhos e serviços gerais de limpeza, de trabalhos braçais, manutenção e conservação, como sendo:
- Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral do prédio das dependências da Câmara Municipal de Vereadores, espanando, varrendo, lavando, encerrando e lustrando móveis e utensílios, copos, vasilhames, painéis e outros para mantê-los em condições de higiene e conservação;
- Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os para conservá-los em condições de uso;
- Coletar o lixo depositado em lixeiras removendo-o para local adequado, acondicionando-o em sacos próprios para depósito em lixeiras para coleta ou incineração, se for o caso;
- Preparar alimentos como: café, chás e outros, servindo-os aos demais, às autoridades e visitantes em horários predeterminados ou quando solicitados;
- Cuidar e procurar manter em bom estado os objetos e utensílios sob sua guarda e responsabilidade e aqueles necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

ANEXO IV
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do Concurso Público

Eu _____, inscrição nº _____, portador(a) do documento de identidade sob nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso Público, Edital nº 001/2018.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 1.007 datada de 07/06/2005.

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2018.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
- 3: _____

ANEXO V
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
REQUERIMENTO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA/CONDIÇÃO ESPECIAL

Vaga para Deficiente e/ou condição especial para realização de provas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ expedido pelo _____ e CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, Estado _____, CEP nº _____, inscrito no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2018, da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, inscrição sob nº _____, para o cargo de _____, requeiro a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para Pessoa com deficiência física: _____ CID nº _____

Nome do Médico _____

2 - () Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ / Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____

2.3. () Leitura de Prova

2.4. () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

2.5 () Outra Necessidade Especificar: _____

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2018.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018**PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE GUARUJÁ DO SUL/SC****PORTARIA LEGISLATIVA nº 14/2018.**

Nomeia membros da Comissão Municipal do Concurso Público, Edital 001/2018 do Poder Legislativo Municipal, e adota outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Art. 65.º e seus Incisos do regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) Senhores (as): Franciane Baseggio, Rodrigo André Lunkes e Keli Fátima Griebler sob a Presidência do primeiro, para comporem a Comissão Municipal do Edital de Concurso Público, Edital 001/2018, pertence ao Poder Legislativo Municipal, com as incumbências de auxiliarem na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização de Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, em 11 de junho de 2018.

Em sua 14ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, 1º período, 54º ano de sua Instalação Legislativa.

GILMAR KLAUS
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

FRANCIANE BASEGGIO
Auxiliar Legislativo

ANEXO VII**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018****RESOLUÇÃO Nº 009/2018 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC**

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

JORGE WELTER, Prefeito Municipal de Itapiranga - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários JACSON SONAGLIO, ILCEO BARIVIERA e UDINARA VANUSA ZANCHETTIN para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 008/2018.

São Miguel do Oeste – SC, 08 de março de 2018.

JORGE WELTER
Presidente da AMEOSC

EXTRA DO EDITAL N. 01/2018

Publicação Nº 1650624

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. GILMAR KLAUS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipal nº 19/2014 e alterações posteriores com obediência à Lei Orgânica do Município

e suas atualizações e Art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para preenchimento de vaga na categoria funcional do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, constante do quadro a seguir relacionado, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br.

1.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul/SC.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. A vaga destina-se ao cargo abaixo delineado e deverá ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vaga	Carga Horária Semanal	Vencdo Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h/sem	R\$ 1.060,77	Portador de certificado de conclusão de Ensino Fundamental.	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Concurso Público poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08 horas do dia 13/06/2018 às 23h59min do dia 12/07/2018.

2.2. Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 13/07/2018;

3. DA PROVA

3.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independentemente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

3.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 05/08/2018, nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

3.1.3. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.1.4. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.1.5. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC não se responsabilizará por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.1.6. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

3.1.7. A prova objetiva terá início às 09h e término às 12 horas.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guarujadosul.sc.leg.br

Guarujá do Sul/SC, 12 de junho de 2018.

GILMAR KLAUS

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Guarujá do Sul – SC

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3142/2018

Publicação Nº 1650818

DECRETO Nº 3142/2018

APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº272, de 12 de novembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano de propriedade do MUNICIPIO DE IBIAM, inscrito no CNPJ: 01.612.745/0001-74, com área de 7.500,00 m² (sete mil e quinhentos metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará sob nº 8.786, cujo imóvel encontra-se dentro das seguintes confrontações:

Norte: com Rio Inonimado, extensão de 105,00 metros lineares;
Sul: com margem esquerda Rio Cerro Azul, extensão de 141,00 metros lineares;
Leste: com margem esquerda do Rio Cerro Azul, extensão de 100,00 metros lineares;
Oeste: com estrada da Linha Santo Alécio, extensão de 134,60 metros lineares.

Art. 2º O desmembramento autorizado por este Decreto, dará origem a duas unidades imobiliárias.

I – Área 01 – 3.500,00 m² - Área a desmembrar
II - Área 02 – 4.000,00 m² – Área remanescente

Total dos Lotes a Desmembrar: 7.500,00 m²

Art. 3º As unidades imobiliárias desmembradas, terão as seguintes confrontações:

a) Área 01 – 3.500,00 m² - Área a desmembrar:

Norte: confronta com margem direita do Rio Inonimado, numa extensão de 57,75 metros lineares;
Sul: confronta em duas linhas, a primeira de frente em direção aos fundos, numa extensão de 53,88 metros lineares e a segunda linha numa extensão de 27,25 metros lineares, ambos com terreno do município;
Leste: confronta com terras Município de Ibiam, numa extensão de 40,56 metros lineares;
Oeste: confronta com estrada geral Linha Santo Alécio, numa extensão de 100,00 metros lineares.

b) Área 02 – 4.000,00 m² – Área remanescente:

Norte: confronta em três linhas, a primeira linha dos fundos em direção a frente, numa extensão de 47,25 metros lineares, a segunda linha numa extensão de 27,25 metros lineares e a terceira linha numa extensão de 53,88 metros lineares, ambos com terreno do município;
Sul: confronta em duas linhas, a primeira da frente em direção aos fundos, numa extensão de 22,00 metros lineares, com terras de Beloni Inez Borsoi, a segunda numa extensão de 141,00 metros lineares, confronta com margem esquerda do Rio Cerro azul;
Leste: confronta com margem esquerda do Rio Cerro Azul, numa extensão de 100,00 metros lineares;
Oeste: confronta com terras do Município de Ibiam em duas linhas, a primeira indo da frente em direção aos fundos, numa extensão de 34,60 e a segunda com a estrada geral da Linha Santo Alecio, numa extensão de 40,56 metros lineares.

Art. 4º Fica aprovada a planta, projeto e levantamento planialtimétrico de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias previstas no Artigo 3º, cujos documentos fazem parte deste Decreto.

Art. 5º Os cartórios de Tabelionato e Registro de Imóveis, ficam autorizados a promoverem à escrituração e as averbações necessárias à transferência de domínio e registro, objeto do presente desmembramento.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE JUNHO DE 2018.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO Nº 003/2018

Publicação Nº 1650819

LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO
Nº 0003/2018

O Município de Ibiã representado pelo Prefeito abaixo especificado e assinado, considerando os termos do Decreto Nº 3142 de 06 de junho de 2018; amparado nos dispositivos do artigo 12 da Lei 272/2004 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, concede Licença para Desmembramento ao MUNICÍPIO DE IBIAM, inscrito no CNPJ: 01.612.745/0001-74, da seguinte área de terra urbana do imóvel registrado sob a matrícula nº. 8.786, conforme Processo Administrativo nº 337/2018:

Total dos Lotes a Desmembrar: 7.500,00 m², contendo:

- I –Área 01 – 3.500,00 m² - Área a desmembrar
- II - Área 02 – 4.000,00 m² – Área remanescente

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE JUNHO DE 2018.

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 27 - 2018 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, ELÉTRICA E FUNILARIA

Publicação Nº 1651069

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018 REGISTRO DE PREÇO

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, através da Secretaria Municipal de Transportes e Urbanismo, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo, Secretaria Municipal de Fomento Agropecuário, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e Fundo Municipal de Saúde, como órgãos participantes, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos, máquinas e demais equipamentos. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Gestão Administrativa do Município de Ibicaré, à Rua D. Pedro II, 133, centro, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão. Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 25 de junho de 2018, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 12 de junho de 2018

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 28 - 2018 AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS

Publicação Nº 1651417

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018 REGISTRO DE PREÇO

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, através da Secretaria Municipal de Transportes e Urbanismo, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo, Secretaria Municipal de Fomento Agropecuário, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e Fundo Municipal de Saúde, como órgãos participantes, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos para os veículos categorizados como leves, vans/camionetas, pesados, máquinas, conforme fabricantes e modelos definidos nos anexo pertencentes à frota dos órgãos participantes.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Administração do Município de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão. Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14 horas do dia 25 de junho de 2018, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos para os veículos categorizados como leves, vans/camionetas, pesados, máquinas, conforme fabricantes e modelos definidos nos anexos pertencentes à frota de veículos.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 12 de junho de 2018

Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO 1 T.A. CONTRATO Nº 065/2018

Publicação Nº 1651500

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 065/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 65, § 8º da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, na Cláusula Segunda.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

DO PRAZO

O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 26 de junho de 2018"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

CONTRATADA: AZ CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

Ibicaré, SC, aos 06 de junho de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 72/2018

Publicação Nº 1650956

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 072/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Processo Licitatório nº 31/2018, Modalidade Tomada de Preço nº03/2018/PM amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica no Pátio do Ginásio Municipal de Esporte e Pátio da Prefeitura Municipal de Ibicaré.

VALOR TOTAL: R\$ 274.580,06 (Duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e seis centavos)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

VIGÊNCIA: 07 de agosto de 2018.

Ibicaré, SC, aos 08 de junho de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ilhota

PREFEITURA

ATA REUNIÃO CONSELHO ADMINISTRATIVO 1/2018 - ILHOTAPREV

Publicação Nº 1650916

ATA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ILHOTAPREV

No décimo sexto dia do mês de Maio do ano de 2018, nas dependências da sede do Instituto ILHOTAPREV, sito a Rua Dr Leoberto Leal, 134, com início as 9 horas da manhã estiveram reunidos os seguintes convocados para eleição Conselho Administrativo deste Instituto: Daisy C. Pereira e Nésio José de Freitas, representando o Poder Executivo, Maristela Castelain, representando o Poder legislativo, Lindomar Postai e Ellen Schramm Zabel representando os Segurados Ativos, Noeli Silva Lopes Adão, representando os Inativos e Pensionistas, juntamente com os colaboradores do ILHOTAPREV, João Roberto Vieira e Guilherme Luiz Zimmermann. Após apresentação dos Membros, foi feito a eleição para compor o Conselho Administrativo, e assim, por unanimidade, ficou composto o Conselho Administrativo do ILHOTAPREV, conforme Art 81, §5 - O mandato dos membros do Conselho Administrativo será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período, ficando como membros: Presidente: Lindomar Postai, Vice-Presidente Ellen Schramm Zabel e Secretária Maristela Castelain. Iniciando a presente reunião, dirigida pelo Sr. João Roberto Vieira que explicou de maneira direta como funciona todos os Conselhos dentro do Instituto, cada com seus respectivos representantes eleitos e que cada Conselho tem suas responsabilidades. Informou também que o Instituto aplica os recursos arrecadados em fundos e que serão apresentados os relatórios na próxima reunião, explicando que mesmo estando aplicados esses recursos, há riscos de perdas. Conforme necessidade deste Instituto, pode ser contratado um assessor jurídico e um assessor contábil através de pregão, para minimizar todas as dificuldades referentes a cada função envolvida do ILHOTAPREV, como: calcular as probabilidades de quantos funcionários efetivos irão se aposentar nos próximos anos e quantos irão ser contratados através de concurso público, entre outras atividades na devida demanda. No momento temos apenas 286 contribuintes em cargo efetivo que contribuem para o Instituto e 32 aposentados e pensionistas onde o Executivo que repassa esse recurso para folha de pagamento dos mesmos. Também nesta reunião tivemos em Aprovação unânime e imediata autorização de desembolso concedida por este Conselho ao colaborador Guilherme Luiz Zimmermann, pelos serviços prestados a este Instituto no mês de Março do corrente ano e por o mesmo estar em gozo de suas férias. Ficou fixado que as reuniões deste Conselho serão realizadas em todas as últimas quartas-feiras de cada mês, com início às 8 horas da manhã e tendo um quórum de no mínimo 5 componentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maristela Castelain, secretária deste Conselho, a presente ata, assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

DECRETO 253/2018

Publicação Nº 1651598

DECRETO Nº 253, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO".

O Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 3º da Lei Complementar 73/2017,

DECRETA:

Art. 1º Para constituir a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados:

Presidente: Luciana Mansoto

Secretário: Elaine Cristina Custódio

Membro: Elisson Pierre Hort

Art. 2º Compete à Comissão de Sindicância e Processo Administrativo processar e julgar os servidores do Município denunciados por eventual conduta reprovável, observando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Seus efeitos, todavia, retroagem a data de 19/05/2018.

Art. 4º Revoga-se o Decreto 50/2017.

Ilhota (SC), 11 de junho de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 038 TP- 02 CASARÃO BELGA- ÊXITO CONSTRUÇÕES

Publicação Nº 1651516

Extrato do Contrato nº 038/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Tomada de Preço 002/2018

Objeto: REFERENTE A À REQUALIFICAÇÃO DO CASARÃO BELGA PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL, conforme Edital e seus anexos.

Fornecedor: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA
Prazo Contratual: 6 Meses
Valor Global: R\$ 237.021,64 (Duzentos e trinta e sete mil e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos)
Assinatura: 12/06/2018
ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 122/2018

Publicação Nº 1651673

PORTARIA Nº 122/2018

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,
RESOLVE

ADMITIR, os servidores abaixo em seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Juliana de Amorim	Auxiliar de Serviços Gerais	01/06/2018
Luciane Lombardo Dias	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/2018
Renata Mendonça de Barros	Médico Clínico Geral	05/06/2018

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 12 de junho de 2018.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 123/2018

Publicação Nº 1651676

PORTARIA Nº 123/2018

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,
RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Sidnei Agostinho, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 08 de junho de 2018.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 12 de junho de 2018.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**MINUTA CONTRATO 005/2018**

Publicação N° 1650817

MINUTA DO CONTRATO 005/2018

Contrato: 005/2018

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor: R\$ 1.625,00 (um mil e seiscentos e vinte e cinco reais)

Prazo de Validade: 30/07/2018

Objeto do Contrato: LICENCIAMENTO DE USO DO APLICATIVO RECURSOS HUMANOS

MINUTA CONTRATO 006/2018

Publicação N° 1650825

MINUTA DO CONTRATO 006/2018

Contrato: 006/2018

Contratada: MICHAEK DOS SANTOS 03839215978

Valor do Contrato: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)

Prazo de Validade: 31/12/2018

Objeto do Contrato: FILMGEM E TRANSMISSÃO AO VIVO PELA PLATAFORMA DO FACEBOOK DAS SESSÕES ORDINÁRIAS.

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 03/2018 - A00 PROC.04/2018 FUNREBOM

Publicação Nº 1651880

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO FUNREBOM 03/2018 A/00

Contratado: SOMEVAL – SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

CNPJ: 83.706.788/0001-83

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS) E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 31/12/2018 Valor R\$ 107.000,00

Fundamento: Processo nº 04/2018 Pregão: 04/2018

Imbituba, 24 de maio de 2018.

Guilherme Viríssimo Da Serra Costa

Comandante da 2ª/8ª BBM

Contratante

SOMEVAL – SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Representante legal

Contratada

CONTRATO 04/2018 A-00 PROC. 04/2018 FUNREBOM

Publicação Nº 1651879

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO FUNREBOM 04/2018 A/00

Contratado: ACN – COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA

CNPJ: 73.628.307/0001-05

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS) E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 31/12/2018 Valor R\$ 20.300,00

Fundamento: Processo nº 04/2018 Pregão: 04/2018

Imbituba, 24 de maio de 2018.

Guilherme Viríssimo Da Serra Costa

Comandante da 2ª/8ª BBM

Contratante

ACN – COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA

Representante legal

Contratada

PORTARIA PMI/SEAD Nº 374/2018

Publicação Nº 1651595

PORTARIA PMI/SEAD Nº 374, de 11 de junho de 2018.

Dispõe sobre a Nomeação de Chefe de Departamento Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 11 de junho de 2018, a Sra. SAMARA SPEORIN VIEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 072.377.399-80, para exercer o cargo de Chefe de Departamento Administrativo junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 11 de junho de 2018.

Imbituba, 11 de junho de 2018.
Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2018

Publicação Nº 1651140

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Luiz Cláudio Carvalho de Souza, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, Vereador Eduardo Faustina da Rosa, comunicam que, no dia 26 de junho de 2018, terça-feira, às 19h15min, no Plenário nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, será realizada Audiência Pública com a finalidade de discutir com a comunidade o do Projeto de Lei nº 5.027/2018 que altera o Código de Posturas Municipal.

O Projeto em comento visa sujeitar as Lojas de Conveniência do município ao horário das “8:00h até às 2:00h do outro dia”.
A discussão e ordem dos trabalhos serão realizadas pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Imbituba/SC, 06 de junho de 2018.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Eduardo Faustina da Rosa
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE Nº 263/18

Publicação Nº 1650932

ATO DE POSSE Nº 263/18

De 11 de junho de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Guilherme Luiz Ventura, nomeado através da Portaria nº 771/18 para o cargo de Fiscal de Saúde, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Prefeito em Exercício

Guilherme Luiz Ventura

Empossado

ATO DE POSSE Nº 264/18

Publicação Nº 1650934

ATO DE POSSE Nº 264/18

De 11 de junho de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Felipe Augusto Martins, nomeado através da Portaria nº 507/18 para o cargo de Técnico em Enfermagem II, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Prefeito em Exercício

Felipe Augusto Martins

Empossado

ATO DE POSSE Nº 265/18

Publicação Nº 1650937

ATO DE POSSE Nº 265/18

De 11 de junho de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Alexandra Horst Lemes, nomeada através da Portaria nº 727/18 para o cargo de Secretária Escolar, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Prefeito em Exercício

Alexandra Horst Lemes

Empossada

DECRETO Nº 302/18

Publicação Nº 1650655

. DECRETO Nº 302/18

. De 11 de junho de 2018

CANCELA DECRETO Nº 321 DE 2017 / CONCEDIA GRATIFICAÇÃO / EDEMAR MENGARDA

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199 de 2017, e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelada, a partir de 11 de junho, a Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) EDEMAR MENGARDA, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta Prefeitura, retornará para as atividades do cargo efetivo de Professor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Vice Prefeito

(No exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 303/18

Publicação Nº 1650656

. DECRETO Nº 303/18

. De 11 de junho de 2018

CANCELA DECRETO Nº 319 DE 2017 /CONCEDIA GRATIFICAÇÃO / SUELI LUCIA REMANE KRIECK

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelada, a partir de 11 de junho de 2018, a Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) SUELI LUCIA REMANE KRIECK, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, retornará para as atividades do cargo efetivo de Professora.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Vice Prefeito

(No exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 304/18

Publicação Nº 1650657

. DECRETO Nº 304/18
. De 11 de junho de 2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
RAQUEL NAGEL

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) RAQUEL NAGEL, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Pedagógica Informática, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 305/18

Publicação Nº 1650658

. DECRETO Nº 305/18
. De 11 de junho de 2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
CARLA ALEXANDRA NISTLER

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) CARLA ALEXANDRA NISTLER, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 306/18

Publicação Nº 1650696

. DECRETO Nº 306/18
. De 12 de junho de 2018

RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO COM JORNADA SUPLEMENTAR EXERCÍCIO 2018.

ZELIR NEZI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº113/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica relacionado os Profissionais da Rede Municipal de Educação com Jornada Suplementar Exercício 2018, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de junho de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

Município de Indaial, em 12 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

ANEXO I

Servidor	Motivo	Data
GIANNE MENDES DE CORDOVA NASCIMENTO DAS ALMAS	Jornada Suplementar 20 horas	13/06/2018

PORTARIA Nº 976/18

Publicação Nº 1650930

PORTARIA Nº 976/18

De 11 de junho de 2018

Torna sem Efeito a Portaria nº 402/18

ZELIR NEZI, Prefeito em exercício do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando Parecer/PROGEM nº 137/2018, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 402/18, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo 40 h/s, Carla Mylaine de Camargo.

Prefeitura de Indaial, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Prefeito em Exercício

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 39/18

Publicação Nº 1650659

. PORTARIA Nº 39/18

. De 11 de junho de 2018

CANCELA PORTARIA Nº 27 DE 2017 / COLOCA A DISPOSIÇÃO O SERVIDOR EDEMAR MENGARDA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ZELIR NEZI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº 27 de 2017, que coloca a disposição da Secretaria de Educação, o Servidor Edegar Mengarda, ocupante do cargo de Professor, como responsável pela Coordenação Pedagógica Informática, desde o dia 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)
Cumpre-se

PORTARIA Nº 40/18

Publicação Nº 1650660

. PORTARIA Nº 40/18
. De 11 de junho de 2018

CANCELA PORTARIA Nº 37 DE 2017 / COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA SUELI LUCIA REMANE KRIECK/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº 37 de 2017, que coloca a disposição da Secretaria de Educação, a Servidora Sueli Lucia Remane KriECK, ocupante do cargo de Professora, como responsável pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil, desde o dia 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)
Cumpre-se

PORTARIA Nº 41/18

Publicação Nº 1650661

. PORTARIA Nº 41/18
. De 11 de junho de 2018

CANCELA PORTARIA Nº 52 DE 2017 / COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA DAIANE PAULINE ESPINDOLA /SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº 52 de 2017, que coloca a disposição da Secretaria de Educação, a Servidora Daiane Pauline Espindola, que retornará para as atividades do cargo efetivo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)
Cumpre-se

PORTARIA Nº 42/18

Publicação Nº 1650665

. PORTARIA Nº 42/18
. De 11 de junho de 2018

COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA
RAQUEL NAGEL/
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ZELIR NEZI,Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo

92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Educação, a Servidora Raquel Nagel, ocupante do cargo de Professora, como responsável pela Coordenação Pedagógica Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)
Cumpra-se

PORTARIA Nº 43/18

Publicação Nº 1650664

. PORTARIA Nº 43/18
. De 11 de junho de 2018

COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA
CARLA ALEXANDRA NISTLER/
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ZELIR NEZI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Educação, a Servidora Carla Alexandra Nistler, ocupante do cargo de Professora, como responsável pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito
(No exercício do Cargo de Prefeito)
Cumpra-se

PORTARIA Nº 44/18

Publicação Nº 1650666

. PORTARIA Nº 44/18
. De 11 de junho de 2018

COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA
PATRICIA BLUNCK/
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ZELIR NEZI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Educação, a Servidora Patricia Blunck, ocupante do cargo de Professora 20 horas, como responsável pela Coordenação de Pedidos, Materiais e Orçamentos da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em 11 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Vice Prefeito

(No exercício do Cargo de Prefeito)
Cumpra-se

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2018

Publicação Nº 1651109

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 066/2018
Edital de Pregão Presencial nº 004/2018-37941
Com Registro de Preços
Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Contratação de empresa para manutenção da piscina.
Entrega dos envelopes: 26/06/2018 - 14h15min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 26/06/2018 - 14h30min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
Márcio Moisés Selhorst – Diretor Executivo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2018

Publicação Nº 1651263

PUBLICAÇÃO DE EDITAL MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 067/2018
Edital de Inexigibilidade nº 004/2018-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Contratação da profissional professora Rosinéte Gaetner para os professores de matemática das turmas do 6º ao 9º ano
Entrega dos envelopes: 13/06/2018
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
Zelir Nezi – Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2018

Publicação Nº 1651410

PUBLICAÇÃO DE EDITAL MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 068/2018
Edital de Inexigibilidade nº 005/2018-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Contratação da profissional professora Cintia Regia Rodrigues para formação dos professores da área de História do ensino fundamental.
Entrega dos envelopes: 13/06/2018
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
Zelir Nezi – Prefeito Municipal em Exercício

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 198/2017

Publicação Nº 1651647

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 198/2017

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Zelir Nezi, Vice - Prefeito no exercício do cargo de Prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 194.747.689/00 e Cédula de Identidade nº 583.114, residente e domiciliado na Rua Itajaí, nº 400, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CONSTRUTORA E.M.C. LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.971.604/0001-07, estabelecida à Rua Denver, nº 210, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro,

casado, inscrito no CPF sob nº 246.593.129-68 e Cédula de Identidade nº 611.563-2 SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Canadá, nº 165, apto 101, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e solicitação anexa, as cláusulas terceira, item 3.1, e oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto, a construção da ampliação da UEI José Lino Kuhnen, com área a construir de 144,08 m², em alvenaria, conforme anexos III, IV e V do edital mencionado na Cláusula Primeira, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 5.17, 5.18, 5.19 e 13.4, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

8.1. Em razão do presente Termo Aditivo, o valor total do contrato passa a ser de R\$248.380,04 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e oitenta reais e quatro centavos), perfazendo – se assim o seu valor total, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 12 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Zelir Nezi Contratante	CONSTRUTORA E.M.C. LTDA - EPP José Carlos Cardoso Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Jairo Gebien Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 198/2017

Publicação Nº 1651644

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 198/2017

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Zelir Nezi, Vice - Prefeito no exercício do cargo de Prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 194.747.689/00 e Cédula de Identidade nº 583.114, residente e domiciliado na Rua Itajaí, nº 400, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CONSTRUTORA E.M.C. LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.971.604/0001-07, estabelecida à Rua Denver, nº 210, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 246.593.129-68 e Cédula de Identidade nº 611.563-2 SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Canadá, nº 165, apto 101, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e solicitação anexa, as cláusulas terceira, item 3.1, e oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto, a construção da ampliação da UEI José Lino Kuhnen, com área a construir de 144,08 m², em alvenaria, conforme anexos III, IV e V do edital mencionado na Cláusula Primeira, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Fica acrescido a planilha do contrato original os seguintes itens: 1.2,2.3, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.11, 4.9, 4.10, 4.11, 7.4, 7.6, 7.24, 7.25, 7.26, 7.27, 7.28, 7.29, 7.30, 7.31, 7.32, 7.33, 7.34, 7.35, 7.36,10.1, 01.2, 10.3, 10.4, 11.1, 11.4, 11.5,12.7, 12.9, 13.7, 13.10, 13.11, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

8.1. Em razão do presente Termo Aditivo, o valor total do contrato passa a ser de R\$277.002,50 (duzentos e setenta e sete mil, dois reais e cinquenta centavos), perfazendo – se assim o seu valor total, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 12 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Zelir Nezi Contratante	CONSTRUTORA E.M.C. LTDA - EPP José Carlos Cardoso Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Jairo Gebien Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 017/2018 - TERMO DE DISPENSA 014/2018**

Publicação Nº 1648611

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Nesta data, tendo em vista que que estão preenchidos os requisitos legais e de mérito, homologo o Processo Licitatório nº 0017/2018 – Termo de Dispensa nº 0014/2018 e adjudico à Prevenção Extintores LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.104.244/0001-87, o objeto do presente processo, no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

Publique-se.

Indaial (SC), 13 de junho de 2018.

Osvaldo Metzner
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Indaial

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Decreto Municipal nº 104/18

Publicação Nº 1650832

DECRETO MUNICIPAL Nº 104 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 007/2018 DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO DO EDITAL 007/2018 para as finalidades e procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo cabe divulgar o Edital de nº 007/2018, auxiliar nas inscrições dos candidatos, verificar a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas, acompanhar e fiscalizar a realização da prova prática executadas pelos candidatos sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: Marli Schroeder Delavy, Joraci Pavan e Ângela Teresinha Friedrich para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo do Edital 007/2018.

Art. 3º. O Executivo Municipal colocará à disposição da Comissão todo o material necessário para o bom e fiel desempenho das atribuições.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 08 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Municipal nº 105/18

Publicação Nº 1650834

DECRETO MUNICIPAL Nº 105 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 008/2018 PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO DO EDITAL 008/2018 para as finalidades e procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo cabe divulgar o Edital de nº 008/2018, auxiliar nas inscrições dos candidatos, verificar a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas, executadas pelos candidatos sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: Itamara Pivatto Batista da Silva, Marli Schroeder Delavy e Roberto Scalabrin para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo do Edital 008/2018.

Art. 3º. O Executivo Municipal, colocará à disposição da Comissão todo o material necessário para o bom e fiel desempenho das atribuições.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 08 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2018

Publicação Nº 1650830

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.
FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal 8.666.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) meses.

DO VALOR TOTAL: R\$ 22.992,88 (vinte e dois mil e novecentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos), divididos em 02 parcelas mensais de igual valor sendo R\$ 11.496,44 (onze mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos).

DO FORNECEDOR: IPM SISTEMAS LTDA – CNPJ nº 01.258.027/0001-41, Av. Trompowsky, 354, 7º andar, CEP – 88015-300, Centro, Florianópolis – SC.

RAZÃO DA ESCOLHA: A IPM Sistemas Ltda, é uma empresa reconhecida regionalmente e veem prestando os serviços de software para a Administração Municipal deste ano de 2014.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado mensalmente, sempre até o décimo dia subsequente ao mês da locação, mediante apresentação de Documento Fiscal.

JUSTIFICATIVA
(Prorrogação Contrato)

A prorrogação do contrato, embora seja por período mínimo, se faz necessária em razão da necessidade da municipalidade efetuar todas as tratativas necessária para a deflagração de novo procedimento licitatório.

Dessa forma, a renovação da contratação com a IPM para manutenção dos serviços de sistema de informação – software – se mostra imprescindível para a manutenção dos serviços prestados pela municipalidades bem como, para o controle dos atos administrativos e de controle interno, soma-se ainda, as dificuldades encontradas para obtenção de orçamentos, visando a instrução do novo certame.

Certo é que nos dias de hoje, todos os atos administrativos são realizados eletronicamente, e neste contexto, a municipalidade, sob pena de prejuízos irreversíveis, não pode ficar desamparada, devendo, portanto, a contratação ser prorrogada.

Iporã do Oeste/SC, 08 de junho de 2018.

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2018

RATIFICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.
Ratifico o presente Termo de Dispensa de Licitação, com base nas justificativas e Fundamentação Legal no Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 e no Parecer Jurídico.

IPM SISTEMAS LTDA – CNPJ nº 01.258.027/0001-41, Av. Trompowsky, 354, 7º andar, CEP – 88015-300, Centro, Florianópolis – SC.

Adotem-se as medidas necessárias para a efetivação da contratação ora autorizada.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial do Município, para que produza os efeitos legais.

Iporã do Oeste – SC, 08 de junho de 2018.

Lucio Mallmann
Prefeito Municipal

Contrato nº 069/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e IPM Sistemas Ltda

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Processo Administrativo: 103/2018

Dispensa: 037/2018

Fundamentação: inciso VI do Art. 24 da Lei 8.666/93

Valor Total R\$ 22.992,88

Valor Mensal R\$ 11.496,44

Execução: 02 meses

Vigência: até 31.08.2018

Data: 12.06.2018

Alexandre E. Ruscheinsky – Prefeito Municipal em exercício

PROCESSO ADMINISTRATIVO 101/2018

Publicação Nº 1650987

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

O Município de Iporã do Oeste - SC torna público a realização de Procedimento Licitatório, Modalidade Pregão Presencial, com abertura para dia 26.06.2018, a partir das 08:00hr, do tipo menor preço Global, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS DE IPORÃ DO OESTE.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, pelo Fone: (49) 3634-1210 ou no site www.ipora.sc.gov.br.

Iporã do Oeste - SC, 11 de junho de 2018.

Alexandre E. Ruscheinsky

Prefeito Municipal em exercício

Ipuaçu

PREFEITURA

CT PREF 127.2018

Publicação Nº 1650836

CONTRATO PREF N.º 127 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

CONTRATADA: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 13.771.804/0001-36

FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso I do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93

“Art. 24. É dispensável a licitação:

I - Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente”.

De todo o exposto, considerando-se os aspectos jurídico-legais e o interesse público, o objeto supra descrito pode ser contratado por Dispensa de Licitação N.º 06/2018 PL PREF 33/2018.

OBJETO – TERMO DE REFÊRENCIA

O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa especializada na elaboração de estudos e Projetos de engenharia completos de Vias com área de aproximadamente 23.800 m² de área a pavimentar, de acordo com a normas e exigências do Ministério das Cidades, principalmente do Programa Avançar Cidades e da caixa Econômica Federal, distribuídas em 10 (dez) trechos de vias públicas no Município de Ipuaçu-SC.

VALOR: de até R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Vigência: de 08 de junho de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

DECRETO Nº 108 DE 12 DE JUNHO DE 2018. HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº 31/2018, TOMADA DE PREÇO PREF 02/2018.

Publicação Nº 1651671

DECRETO Nº 108

DE 12 DE JUNHO DE 2018.

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº 31/2018, TOMADA DE PREÇO PREF 02/2018.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo por base a Lei Federal n. 8.666/93;

Considerando que a Prefeita Municipal, Sra. Clori Peroza, está em viagem oficial na cidade de Florianópolis;

Considerando que neste ano de 2018 ocorrerão eleições a nível Estadual e Federal e a legislação estabelece critérios e vedações no sentido de repasse de recursos entre os entes federados para execução de obras e realização de serviços;

Considerando a urgência na execução dos serviços de asfaltamento na Rua Lorenzoni, no perímetro urbano da cidade cuja obra proporcionará a melhoria do tráfego que liga centro ao interior do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, o resultado do Edital de Processo Licitatório PREF nº 31/2018, Tomada de Preço PREF nº 02/2018 – Obras e Serviços de Engenharia para a execução de obras de pavimentação asfáltica – recapeamento, em CBUQ sobre calçamento em trecho da Rua Lorenzoni (Rua Avelino Pagnussatto e à estaca 17+14,038M), Bairro Ballen, no perímetro urbano do município de Ipuaçu-SC, recursos do governo do estado de Santa Catarina, oriundos do processo SEF 00006553/2018, tendo como vencedora do certame a Empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, CNPJ N. 04.406.660/0001-28.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis/SC, para Ipuaçu/SC, em 12 de junho de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO

Advogado – Matrícula n. 704

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 117/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650893

PORTARIA Nº 117/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - Art. 1º Conceder Licença Tratamento de Saúde por 3 (três) dias a Sra. TASSIA BECKER, contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 001/2017 para atuar como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais. A PARTIR DESTA DATA

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 11 de Junho de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irati

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018 - PMI

Publicação Nº 1650925

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

ERRATA

Processo Administrativo Nº 045/2018

Processo Licitatório Nº 045/2018

Edital: Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 006/2018

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DESASSOREAMENTO DO RIO BARRA GRANDE, NO PERÍMETRO URBANO DE IRATI/SC.

DAS ALTERAÇÕES:

Alteração no item 3.1.2 do edital

Entrega dos Envelopes: Às 08:00 horas do dia 28/06/2018

Abertura dos Envelopes: Às 08:00 horas do dia 28/06/2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 12 de junho de 2018.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 10/2018 - FMS

Publicação Nº 1650813

CONTRATO Nº 10/2018

5º Termo Aditivo ao Contrato de transporte de pacientes do SUS nº 13/2013, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Reunidas Turismo S.A.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC, neste ato representada por sua Gestora, Sra. GISELI KEMPINSKI, inscrita nº CPF sob nº 037.800.599-59, e a empresa Reunidas Turismo S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Herculano Coelho de Souza, 555, Bairro Reunidas, cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.176.082/0001-80, neste ato representada pelo senhor Vinicius Marins, portador do CPF nº 022.094.279-08, e RG nº 2.973.381 SSP/SC, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 06/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2013, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Vigésima do Contrato nº. 13/2013, conforme ofício nº 355/2018 de 16 de maio de 2018 do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário da Administração e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira em 17 de maio de 2018, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, contados a partir do dia 07.06.2018 até 06.06.2019.

CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Sexta do Contrato nº. 13/2013, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Segunda do 4º Termo Aditivo do Contrato nº. 23/2017.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 3,9870%, no valor de R\$ 5.661,41 (Cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavos) conforme discriminado na tabela abaixo:

VIAGENS INTERMUNICIPAIS

Cidade de Referência	Valor anterior (R\$)	Valor do reajuste 1,6910% INPC	Valor reajustado (R\$)	Quantidade de Passagens Previstas	Valor total reajustado (R\$)	Valor anterior Previsto (R\$)
Florianópolis	110,13	1,86	111,99	480	53.755,20	52.862,40
Joinville	64,583	1,097	65,68	600	39.408,00	38.749,80
Jaraguá do Sul	64,583	1,097	65,68	600	39.408,00	38.749,80
Mafra	31,36	0,53	31,89	552	17.603,28	17.310,72
	TOTAIS				150.174,48	147.672,72

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 07 de junho de 2018.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis Giseli Kempinski Contratante	Reunidas Turismo S.A. Vinicius Marins Contratada
Testemunhas:	
Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04	Nome: Géssica Grechechen CPF: 733.064.959-72

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO 034/2018, NOVA CLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1651775

ATA DE RECEBIMENTO DE DECLARAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2018 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezoito às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 10 de janeiro de 2018, sendo Pregoeiro Nereo Norberto Rostirolla e, equipe de apoio constituída por Joseane Passoni e Jocias André Kurmann, para em ato de recebimento de Declaração da empresa ATUATI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA EPP, encaminhada via email no dia oito de junho de dois mil e dezoito, manifestando interesse em entregar o item 03 (colhedora de forragens); Diante do fato fica a empresa ATUATI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA EPP vencedora no item 03 do edital com o valor total de R\$ 44.360,00 (quarenta e quatro mil trezentos e sessenta reais) conforme classificação. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se a presente Ata que, vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, publicada na internet, www.ita.sc.gov.br.

Nereo Norberto Rostirolla
Pregoeiro

Joseane Passoni
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

AVISO DE ADENDO 03 AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 FMS

Publicação Nº 1651517

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2016 – FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016
ADENDO 03

O Gestor Fundo Municipal de Saude de Itá - SC, torna público que em razões da necessidade houve alteração no Anexo "F", do Edital do Processo Licitatório nº 005/2016, Inexigibilidade nº 004/2016, para Credenciamento Universal para prestação de serviços de saúde, conforme especialidade, com a finalidade de prestar atendimento aos munícipes. O edital e o Adendo encontram-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá - SC, 12 de junho de 2018.

DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº 013/ 2018 DETERMINA SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Publicação Nº 1650771

PORTARIANº 013/ 2018

Determina suspensão do expediente
da Câmara de Vereadores de Itá-SC

O presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, baixa a seguinte PORTARIA :

Artigo 1º – Fica determinada a suspensão do expediente da Câmara de Vereadores de Itá no dia 14/06/2018 devido à realização de sessão do Júri referente aos autos nº. 0000188.10-2016.8.24.0124, nas dependências da Câmara Municipal, conforme solicitado pelo Poder Judiciário Comarca de Itá, através do ofício nº 10/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 12 de junho de 2018.
Mário Gabriel
Presidente da Câmara de Vereadores de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018

Publicação Nº 1651064

Tomada de Preços nº 06/2018 – Objeto: contratação de empresa para reforma da cozinha e telhado e, construção de banheiros na Escola Rural Poço Claro, com fornecimento de materiais e mão de obra. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 28 de junho de 2018, até as 09h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 28 de junho de 2018, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 08 de junho de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2018

Publicação Nº 1651065

EXCLUSIVO PARA ME, EPP e MEI – Tomada de Preços nº 07/2018 – Objeto: contratação de empresa para construção de 02 cabeceiras de ponte em concreto armado, na localidade de Rio da Estiva. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 29 de junho de 2018, até as 09h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de junho de 2018, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 12 de junho de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

SUSPENSA A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018

Publicação Nº 1651067

Pregão Presencial nº 33/2018 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de pneus novos, para a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. Tendo em vista impugnação impetrada pela empresa Tereza Pneus Ltda. Itaiópolis, 12 de junho de 2018. Roberto Penkal Pregoeiro

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DO PR 35/2018

Publicação Nº 1651089

Pregão Presencial nº 35/2018; Objeto: Transporte de pacientes em ambulância com suporte básico de Itaiópolis a Campina Grande do Sul/PR - Hospital Angelina Caron, Mafra/SC, Rio Negro/PR e Porto União/SC, em caráter emergencial com saída na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio e viagens com o trajeto de Itaiópolis com saída da Secretaria Municipal da Saúde, destino Mafra/SC e Rio Negro/PR com retorno após o atendimento de todos os pacientes transportados para exames ou consultas, lotação mínima de 27 passageiros. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 26 de junho de 2018; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 26 de junho de 2018. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioptis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 12 de junho de 2018. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

RESULTADO DO PR 11/2018

Publicação Nº 1650986

Resultado do Pregão Presencial Nº 11/2018. Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de materiais de informática e equipamentos para uso nas Unidades Básicas de Saúde, ESF's - Farmácia Central, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS, Polo da Academia, Fisioterapia e Secretaria da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Empresas vencedoras: Cek Informática Eireli - EPP Valor: 107.550,00; Infoplan Ltda - ME Valor R\$ 71.034,50; Nano Empreendimentos Ltda - ME. Valor R\$ 92.858,00; Papelaria São Bento Ltda – EPP. Valor R\$ 32.622,60. Vigência: 11 de junho de 2019. Itaiópolis, 12/06/2018. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

ERRATA Nº 01 - PREGÃO 04.061.2018

Publicação Nº 1651485

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Itapema
Pregão Presencial nº. 04.061.2018

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de Materiais de Expediente, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.061.2018.

ERRATA Nº1

Inclui-se no Termo de Referência - ANEXO I

Item	Especificação	Unid.	Qtde Total	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
117	Colchete de fixação para papel, com cabeça redonda, reforçado, aço metálico de baixo carbono, tratamento superficial latonado, nº 08. (Caixa com no mínimo 70 und)	CX	200	\$7,35	\$1.469,00
118	Colchete de fixação para papel, com cabeça redonda, reforçado, aço metálico de baixo carbono, tratamento superficial latonado, nº 14. (Caixa com no mínimo 70 und)	CX	200	\$9,89	\$1.978,00
119	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO COM BORDAS DE ALUMÍNIO, MEDINDO: 150 CM DE LARGURA POR 90 CM DE ALTURA COM 15MM DE ESPESSURA (ACOMPANHAR JOGO COM 08 IMÃS COLORIDOS)	UND	20	\$411,80	\$8.236,00
120	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO COM BORDAS DE ALUMÍNIO, MEDINDO: 120 CM DE LARGURA POR 90 CM DE ALTURA COM 15MM DE ESPESSURA (ACOMPANHAR JOGO COM 08 IMÃS COLORIDOS)	UND	10	\$298,98	\$2.989,80
121	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO COM BORDAS DE ALUMÍNIO, MEDINDO: 250 CM DE LARGURA POR 120 CM DE ALTURA COM 15MM DE ESPESSURA (ACOMPANHAR JOGO COM 08 IMÃS COLORIDOS)	UND	20	\$782,52	\$15.650,40
122	QUADRO BRANCO EM MDF 15MM - 100X120 CM (ACABAMENTO EM PVC)	UND	20	\$281,67	\$5.633,33
123	QUADRO BRANCO EM MDF 15MM - 150X120 CM (ACABAMENTO EM PVC)	UND	15	\$398,67	\$5.980,00
124	QUADRO BRANCO EM MDF 15MM - 200X120 CM (ACABAMENTO EM PVC)	UND	15	\$445,67	\$6.685,00
125	QUADRO BRANCO EM MDF 15MM - 250X120 CM (ACABAMENTO EM PVC)	UND	20	\$514,00	\$10.280,00
126	QUADRO BRANCO QUADRICULADO EM MDF 15MM - 100X120 (ACABAMENTO EM PVC)	UND	15	\$322,67	\$4.840,00
127	QUADRO BRANCO QUADRICULADO EM MDF 15MM - 150X120 (ACABAMENTO EM PVC)	UND	15	\$423,33	\$6.350,00
128	QUADRO BRANCO QUADRICULADO EM MDF 15MM - 200X120 (ACABAMENTO EM PVC)	UND	15	\$473,33	\$7.100,00
129	QUADRO BRANCO QUADRICULADO EM MDF 15MM - 250X120 (ACABAMENTO EM PVC)	UND	20	\$547,67	\$10.953,33

A data e hora de Entrega dos envelopes e abertura do pregão presencial 04.061.2018 permanecem inalterados.

Itapema, 12 de junho de 2018.

RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

Itapiranga

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2016

Publicação Nº 1651274

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º T.A 169/2016 - Contrato Nº: 169/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 800,00 (oitocentos reais)

Vigência : Início: 30/05/2018 Término: 30/06/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2016

Objeto : SUPRESSÃO DA LOCAÇÃO DO SISTEMA PARA FATURAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, FICANDO SUPRIMIDO DO CONTRATO O VALOR DE R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS).

Itapiranga, 12 de Junho de 2018

DECRETO Nº 97, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651589

DECRETO 97 DE 12 DE JUNHO DE 2018

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. JORGE WELTER, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público nº 01/2018, o resultado final, conforme segue:

OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
116	Pablo Damini Barasuol	16/12/1979	6,30	1,20	1,00	8,50	1º
83	Mauricio Piovesan	27/09/1992	5,60	1,80	1,00	8,40	2º
125	Maisa Philippsen	17/10/1992	5,95	1,60	0,80	8,35	3º
33	Daniela Mueller	18/12/1993	5,60	1,80	0,80	8,20	4º
23	Fabricio Balzan	18/11/1996	5,60	1,60	0,80	8,00	5º
154	Luiz Otávio Raimann	26/05/1993	5,95	1,20	0,80	7,95	6º
62	Jocemir Durante Denes	22/02/1982	5,95	1,20	0,60	7,75	7º
114	Alexandre Seger	30/10/1988	5,25	1,60	0,80	7,65	8º
10	Sandy Beatriz Konrad	21/07/1999	5,25	1,60	0,80	7,65	9º
101	Luísa Lima Bertoletti	02/02/1992	5,25	1,40	0,60	7,25	10º
64	Flavio Follmann	15/04/1980	5,60	1,00	0,60	7,20	11º
155	Luis Fabiano Sobrosa Ribeiro	02/08/1977	4,55	1,40	1,00	6,95	12º
132	Dalvana Schaefer	21/07/1997	4,90	1,40	0,60	6,90	13º
40	Uilliam Roger Jungbluth	17/01/1991	5,25	1,00	0,60	6,85	14º
61	Ediane Ripplinger Melz	18/09/1989	4,55	1,40	0,80	6,75	15º
128	Jadir Borges Do Canto Junior	18/02/1997	4,55	1,40	0,80	6,75	16º
58	Juliana Matusalem	09/06/1988	4,90	1,20	0,60	6,70	17º
46	Tailan Adriel Giehl	29/08/1995	4,90	1,00	0,80	6,70	18º
75	Roland Weigsding Júnior	15/08/1967	4,90	0,80	1,00	6,70	19º
55	Fernando Defaveri	16/02/1992	4,90	0,80	1,00	6,70	20º

160	Alexandre Wiest	01/01/1995	4,55	1,20	0,80	6,55	21º
110	Valdir Vier	15/09/1988	4,55	1,00	1,00	6,55	22º
152	Vantuir Carneiro	12/08/1978	4,20	1,20	1,00	6,40	23º
28	Raquel Paulus	04/01/1985	4,55	1,00	0,80	6,35	24º
162	Roger Vinicius Heinen	30/09/1995	3,85	1,40	1,00	6,25	25º
50	Nilton Mayer	21/12/1970	4,20	1,20	0,80	6,20	26º
41	Dalva Preis Meurer	27/09/1988	4,55	1,00	0,60	6,15	27º
139	Charles Roden	22/11/1993	4,55	1,00	0,60	6,15	28º
148	Eduarda Zilles	07/08/1994	4,55	1,00	0,60	6,15	29º
89	Ademir Kipper	03/10/1978	4,55	0,60	1,00	6,15	30º
25	Alex Teloecken	16/07/1994	3,85	1,20	1,00	6,05	31º
84	Sirio Gabriel Welter Moesch	23/10/1994	4,20	1,20	0,60	6,00	32º
68	Lucas Souza Theobald	14/08/1999	3,50	1,60	0,80	5,90	33º
69	Jaime Rother	29/06/1976	3,85	1,00	1,00	5,85	34º
147	Cleber Krein	03/01/1992	4,20	1,00	0,60	5,80	35º
107	Thiago Schmitzhaus	23/05/1992	4,20	1,00	0,60	5,80	36º
42	Carmen Meurer Schmidt	23/04/1982	4,20	0,80	0,80	5,80	37º
54	André Gelatti	15/09/1981	3,50	1,40	0,80	5,70	38º
157	Mauricio Pauli	06/08/1982	3,85	1,00	0,80	5,65	39º
102	Ofrásio Vicente Tavares	20/05/1976	4,20	0,80	0,60	5,60	40º
26	Fernando De Souza	13/01/1990	4,20	0,80	0,60	5,60	41º
137	Veridiana Dos Santos	17/08/1989	3,50	1,20	0,80	5,50	42º
113	Auri Andres	31/05/1982	4,20	0,80	0,40	5,40	43º
48	Edemar José Epping	19/05/1986	3,15	1,20	1,00	5,35	44º
13	Nilson Eliezer Fibres	24/03/1994	3,50	1,00	0,80	5,30	45º
131	Ederson Eidt	23/02/1987	3,50	0,80	1,00	5,30	46º
63	Valdinei Roger Kunz	27/04/1987	3,85	0,60	0,80	5,25	47º
29	Jean Marcelo Muller Weis	09/02/1977	3,15	1,00	1,00	5,15	48º
36	Cleocir Lottermann	19/10/1989	3,50	1,00	0,60	5,10	49º
121	Ana Paula Zilles	14/10/1997	3,50	1,00	0,60	5,10	50º
144	Narciso Luiz Sturm	08/06/1968	3,50	0,80	0,80	5,10	51º
60	Gilvane Luis Luft	29/05/1983	3,85	0,60	0,60	5,05	52º
91	Tiago Roden	26/02/1992	2,80	1,40	0,80	5,00	53º

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 12 de junho de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schilickmann
Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 98, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651593

DECRETO 98 DE 12 DE JUNHO DE 2018
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 02/2018

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. JORGE WELTER, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei

Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 02/2018, o resultado final, conforme segue:

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
35	Fernanda Jungbluth	15/07/1992	4,90	1,80	0,80	7,50	1º
23	Francieli Alves Dos Santos	30/03/1996	5,25	1,60	0,60	7,45	2º
134	Cleiton Jean Flach	20/01/1995	4,55	1,60	0,80	6,95	3º
13	Giovani Casaroli	28/01/1986	4,90	1,20	0,60	6,70	4º
103	Cristian Friedrich Staub	18/01/1998	4,90	1,00	0,80	6,70	5º
68	Maria Rosemeri Da Silva Barbosa	22/03/1973	4,55	1,40	0,60	6,55	6º
59	Diéle Barth Ebert	24/12/1996	4,55	1,40	0,60	6,55	7º
123	Paulo Cesar Negri	18/06/1998	4,55	1,20	0,80	6,55	8º
109	Sonia Rempel	12/07/1971	4,90	1,00	0,60	6,50	9º
51	Lucas Zembruzki	15/11/1991	4,90	0,80	0,80	6,50	10º
145	Taina Menuncin	28/05/1997	5,25	0,60	0,60	6,45	11º
132	Caroline Schlickmann	24/07/1998	4,20	1,40	0,80	6,40	12º
105	Wander Lucas Klein Grings	30/09/1999	4,20	1,40	0,80	6,40	13º
50	Patrícia Sehn	03/07/1992	4,90	1,00	0,40	6,30	14º
70	Altair Da Silva	07/02/1981	5,25	0,40	0,60	6,25	15º
102	Dionatã Haas	03/05/1991	4,20	1,40	0,60	6,20	16º
63	Lenice Lurdes Walker Klein	04/04/1990	4,55	0,60	1,00	6,15	17º
96	Luciana Guedes Fragoso Vogt	01/06/1978	3,85	1,20	1,00	6,05	18º
69	Mauro Cezar Gervasoni	02/11/1969	4,55	0,80	0,60	5,95	19º
24	Cecilia Grings Sehn	27/03/1965	3,50	1,60	0,80	5,90	20º
42	Luciane Cantilhano Heck	24/04/1978	3,85	1,40	0,60	5,85	21º
88	Ilisa Maldaner Flesch	05/09/1982	4,20	1,20	0,40	5,80	22º
33	Josane Rita Antunes Do Nascimento	29/12/1983	4,20	1,00	0,60	5,80	23º
80	Franciele Manchini	30/06/1989	4,20	1,00	0,60	5,80	24º
146	Briana Theisen	06/11/1999	3,50	1,60	0,60	5,70	25º
129	Rosanete De Souza	30/03/1985	3,50	1,40	0,80	5,70	26º
150	Mariana Klein	02/01/2994	3,85	1,20	0,60	5,65	27º
104	Elaine Paula Luft	14/08/1998	3,85	0,80	1,00	5,65	28º
46	Christhofer Korbes	29/01/1994	4,20	0,80	0,60	5,60	29º
25	Sonia Grutzmann	05/08/1990	3,50	1,40	0,60	5,50	30º
124	Guilherme Andre Paier	16/01/1995	3,85	1,00	0,60	5,45	31º
11	Marines Endler	22/09/1984	3,85	0,80	0,80	5,45	32º
45	Marileide Liliane Kunrath Ripplinger	05/04/1992	3,50	1,40	0,40	5,30	33º
139	Marli Batista Dos Santos	08/10/1982	3,85	0,80	0,60	5,25	34º
71	Marcelo Sgarabotto	06/01/1995	3,85	0,80	0,60	5,25	35º
149	Djonathan Zilles Wagner	04/02/1999	3,85	0,80	0,60	5,25	36º
127	Daniela Inês Melz Grings	27/12/1988	3,85	0,60	0,80	5,25	37º
85	Simone Maria Cebuliski Schaefer	04/07/1979	3,85	0,80	0,40	5,05	38º
49	Vanessa Dos Santos Weschenfelder	17/03/1998	3,85	0,80	0,40	5,05	39º
116	Cleane Estela Feyh Diedrich	26/03/1993	3,85	0,60	0,60	5,05	40º
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL							

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
3	Leila Pauli Sehn	09/01/1976	4,90	1,00	0,60	6,50	1º
52	Loni Tersinha Reichert De Lima	30/03/1963	3,85	1,40	0,60	5,85	2º
1	Vanusa Pivatto	08/05/1981	4,20	0,80	0,60	5,60	3º
154	Daiana Silvana Welter	13/04/1989	4,20	0,80	0,60	5,60	4º
8	Simone Henrich Gonçalves	08/01/1979	3,85	1,00	0,60	5,45	5º

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 12 de junho de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schilickmann
Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2018 - FMS

Publicação N° 1651350

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 003/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada.: COMUNIDADE TERAPEUTICA MONTE MORIA CTMM
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 29/05/2018 Término: 01/03/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação N°.: 8/2018
Recursos : Dotação: 2.124.3.3.90.00.00.00.00 (27)
Objeto : CONTRATAÇÃO DA "COMUNIDADE TERAPÊUTICA MONTE MORIÁ" PARA INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE PACIENTE.
Itapiranga, 12 de Junho de 2018

EXTRATO DOS CONTRATOS N° 052 A 056/2018

Publicação N° 1651269

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 052/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada.: L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA
Valor : 57.643,12 (cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta e três reais e doze centavos)
Vigência : Início: 25/05/2018 Término: 25/08/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 96/2018
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (54), 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (256)
Objeto : EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E DESLOCAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.
Itapiranga, 12 de Junho de 2018

Contrato N°.: 053/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada.: VIZUN SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Valor : 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 29/05/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 108/2018
Recursos : Dotação: 2.051.3.3.90.00.00.00.00 (241)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR O CONCERTO E MANUTENÇÃO DO REBOQUE COM SISTEMA DE CASCATA PARA RECARGA DE CILINDROS DE AR RESPIRAVEL, PLACA MII-9284, DE PROPRIEDADE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPIRANGA.

Itapiranga, 12 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 054/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPIRANGA

Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2018

Recursos : Dotação: 2.036.3.3.90.00.00.00.00 (156)

Objeto : LOCAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SETE, QUADRA DE TÊNIS DE SAIBRO E CANCHA DE BOCHA COM CARPETE, PARA TREINAMENTO DAS EQUIPES DE COMPETIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E PARA A REALIZAÇÃO EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS PELA FEDERAÇÃO CATARINENSE, FESPORTE E QUALQUER OUTRA COMPETIÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 12 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 055/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL DE ITAPIRANGA

Valor : 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2018

Recursos : Dotação: 2.036.3.3.90.00.00.00.00 (156)

Objeto : LOCAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SETE, QUADRA DE TÊNIS DE SAIBRO E CANCHA DE BOCHA COM CARPETE, PARA TREINAMENTO DAS EQUIPES DE COMPETIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E PARA A REALIZAÇÃO EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS PELA FEDERAÇÃO CATARINENSE, FESPORTE E QUALQUER OUTRA COMPETIÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 12 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 056/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS PORTAO DO OESTE

Valor : 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2018

Recursos : Dotação: 2.036.3.3.90.00.00.00.00 (156)

Objeto : LOCAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SETE, QUADRA DE TÊNIS DE SAIBRO E CANCHA DE BOCHA COM CARPETE, PARA TREINAMENTO DAS EQUIPES DE COMPETIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E PARA A REALIZAÇÃO EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS PELA FEDERAÇÃO CATARINENSE, FESPORTE E QUALQUER OUTRA COMPETIÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 12 de Junho de 2018

PORTARIA Nº 116/2018

Publicação Nº 1651182

Portaria nº 116 de 1º de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o saldo de férias correspondente a vinte e um dias, no período de 20/5/2018 até 9/6/2018 para a servidora Rosemeri Bourscheidt matrícula nº 14438/01, devido a interrupção das mesmas por motivo de licença maternidade.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20/5/2018.

Itapiranga SC, 1º de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 117/2018

Publicação Nº 1651184

Portaria nº 117 de 11 de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Rosemeri Bourscheidt, matrícula nº 14438/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 11/6/2018 até 10/9/2018, referente ao período aquisitivo de 7/4/2013 até 6/4/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 11 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial do Estado – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 118/2018

Publicação Nº 1651187

Portaria nº 118 de 12 de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o saldo de férias correspondente a dois dias, no período de 12/6/2018 até 13/6/2018 para o servidor Joniel Pandolfo da Silva matrícula nº 15335/01, por ter sido convocado por motivo de superior interesse público, através da Portaria nº 105 de 21/5/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 12 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO N° 47/2018

Publicação N° 1651243

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2018, PROCESSO LICITATÓRIO N° 70/2018 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo segundo dia do mês de junho de 2018, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, DAIANE BATISTA e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo(a) Decreto n° 3307/2017, para conduzir a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 47/2018, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO JORNALÍSTICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, ORIUNDOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão identificando que o Sr. Flávio Vailati se fez presente tão somente para assistir a sessão, não tendo poderes de representação da empresa licitante. Após rubricado o envelope de credenciamento, Proposta de Preço e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
NC COMUNICACOES SA	SANDRO STEUERNAGEL (ausente)

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela prestação de serviço que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, não havendo representante presente foi utilizado tão somente o valor da Proposta de Preços. Encerrado esta fase, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
NC COMUNICACOES SA	1	R\$ 20.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Não houve representante presente, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos da prestação dos serviços conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 12 de junho de 2018.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
DAIANE BATISTA Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro

Licitantes:

NC COMUNICACOES AS SANDRO STEUERNAGEL	
--	--

ATA: 006/2018 - CMAS.

Publicação Nº 1651068

Ata: 006/2018,
Reunião: ORDINÁRIA,
Data: 05/06/2018,
Horário: 09h00
Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Aos cinco dias do mês de junho de 2018, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Avenida das Nações Unidas, 340, Centro, Itapoá, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h10, houve quórum, estando presentes os conselheiros: Irene Demarchi (usuários), Francisco de Assis Silva (Usuários), Alexandre Ribeiro da Silva (SMAS), Maria Bernadete M. P. Rodrigo (Entidades – Rosamar), Lana Rosélia Quadros Bevilaqua (Entidades – APAE), Marciane Rech (SMS), Roseli Itner (SMA) e Caroline Michely da Silva (Trabalhadores). Justificativas de ausência: Maristela Franz Perrony Fontana (SME), Vania Cleusa Pinto da Silva (SME), Dilva Maria Laurindo (OAB), Ana Luiza Valente de Oliveira (trabalhadores). Ausentes os conselheiros: Maristela Franz Perrony Fontana (SME), Vania Cleusa Pinto da Silva (SME), Célia Maria Konell (SMAS), James Adriano M. Schmitz (Entidades – Rosamar), Edgar Utarã Dória (Entidades – APAE), Carlos Roberto Fogagnolo (OAB), Rochele Antoni (SMS), Daiane Batista (SMA), Claudio Roberson Lemonie (SMTC), Nelsa Lopes (SMTC). Em função da ausência da presidente e vice-presidente, a reunião será conduzida, pelo secretário, conforme Regimento Interno, Art. 3º, §10º. A conselheira Lana expôs que a falta da presidente e vice-pre é um absurdo, que há falta de respeito com os demais conselheiros, mesmo por que as reuniões são agendadas anualmente e que portanto os conselheiros podem e devem se programar. O secretário do CMAS iniciou a reunião informando que a mesma será gravada e que a pauta foi anteriormente encaminhada, sendo: Item 01. OF. 4830/2018/MDS/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC-RFF datado de 25/04/2018, tratando a avaliação da prestação de contas, exercício 2016, apresentando orientações a serem observadas nos exercícios seguintes, em específico a adequação das equipes de referência dos serviços e programas ofertados de modo a respeitar o disposto na NOBSUAS-RH e demais normas que tratam do tema. DE-LIBEROU o conselho por encaminhar o referido ofício para a SMAS. Em novo ponto a conselheira Lana questionou a situação do Decreto de nomeação desta gestão do CMAS. Apresentado em tela o DM 3630, com as incorreções presentes. REQUEIRA-SE da presidência a correção imediata do decreto de nomeação do conselho nesta gestão. Antes da próxima reunião ordinária. A seguir, na Pauta Deliberativa: Item 01. Minuta do Regimento Interno encaminhada em 18/05/2018, segunda discussão. A conselheira Lana pontuou a necessidade de aperfeiçoamento no quesito “diárias” para governamentais e não governamentais. Devem os membros encaminhar as alterações e sugestões para a Secretaria Executiva até a data limite de 15/06/2018. Outros Assuntos: a) Situação da Prestação de Contas. A conselheira Lana relatou que está com dificuldade para a complementação do trabalho pois dispõe de tempo, principalmente, aos sábados, mas que não se sente segura em realizar os trabalhos sozinha, por conta dos andarilhos. Apresento a conselheira o levantamento realizado pelo conselheiro James. Continuou que solicitou a disponibilidade das caixas para o gestor, que não disponibilizou o material para a conselheira retirar da sede da SMAS. Se compromete a Secretaria Executiva a estabelecer plano em conjunto com a mesa diretora para atender a demanda aos sábados, por exemplo. A conselheira Bernadete sugere uma outra comissão para análise das contas já para o exercício 2018. A conselheira Lana expôs que antes é necessário formar a comissão de Atos de Pessoal e, respondendo a conselheira Bernadete, a conselheira Lana acredita que mais dois sábados serão necessários para a finalização das análises. As caixas deverão ser mantidas na SMAS. A comissão de Atos de Pessoal restou formada: Caroline Michely, Bernadete e Roseli Itner. b) Discussão sobre as próximas etapas do CNEAS. Relatou a secretaria que as técnicas Margarida e Ana Valente participaram de capacitação sobre a vigilância socioassistencial que, após a capacitação, foi consultado o CEAS para realização de reunião para esclarecimento das ações a serem tomadas. c) Reunião de Presidentes com MP em 10/05/2018. O secretário esclareceu o resultado das consultas apresentadas ao Ministério Público e que diante dos resultados/respostas apresentados, tem se mostrado extremamente positivo. Que o objetivo foi o fortalecimento das políticas públicas e controle social. d) Plano de Ação. Necessidade de estabelecer comissão em conjunto com a presidência (definido na última ordinária). Em função da ausência da presidente este assunto segue para a próxima ordinária. e) Ata da Reunião Ordinária de Abril. A conselheira Lana solicita relatar o início da reunião. DEVE o conselho, até 20/06/2018, realizar a revisão final da ata. f) Prestação de contas do PMAS para o primeiro trimestre de 2018; O conselheiro Alexandre relata que recebeu alguns indicadores dos serviços e que deverá compilar as informações, que deverão ser apresentadas ao conselho na próxima ordinária. g) Comissão de fiscalização do Programa Bolsa Família. Houve aceite por parte da conselheira Maristela Perrony Fontana. Após as explicações da conselheira Caroline, a conselheira Marciane aceitou compor a comissão. h) Plano Municipal de capacitação da gestão CMAS, A secretaria executiva consultará o CEAS sobre os esclarecimentos necessários para a elaboração, caso necessário ou, ajustes ao PMAS. i) O conselho deverá analisar e deliberar quanto ao cumprimento das obrigações das entidades fornecerem anualmente, até 31/04 (definido na ata 005.2018 de 08/05/2018) o Relatório de Atividades do ano anterior bem como o Plano de Atividades/Ações para ao ano vigente. Houve entrega integral pela APAE, parcial pela Rosamar e não houve entrega pela ACOPOF. Itens necessários para continuidade do registro no CMAS (registro vitalício). O conselho deverá obedecer ao previsto na Resolução CMAS 008.2014 fornecendo comprovante de Registro. A conselheira Lana sugeriu estabelecer novo prazo para apresentação dos documentos, sendo, 29/06/2018. A conselheira Bernadete se encarrega de solicitar a adequação das entidades. j) Projeto CRAS na Escola. Projeto retirado pela equipe do CRAS. A conselheira Carol esclareceu as divergências ocorridas e que geraram a retirada do projeto. Até o presente momento o projeto não pode ser implantado e que aguarda-se posicionamento futuro. O conselheiro Alexandre relatou que as informações deverão estar registradas/por escrito para evitar discussões infundadas. Relatou a conselheira Lana que discorda, pois participou de reunião, por iniciativa da gestora, Elisiane, como a participação da secretária de educação, Elaine Alves, a técnica Maristela Perrony em que a secretária apresentou uma série de objeções ao projeto. Ponderou a conselheira Bernadete que o projeto precisa ser aperfeiçoado e resolvido entre as conselheiras Ana e a gestora, Elisiane. Relatou ainda a conselheira que no passado atendia, com resultados positivos, a população da periferia. A conselheira Carol relatou que as palestras da conselheira Ana Valente eram realizadas de forma independente do projeto, segundo convite recebido pelas escolas. Que muitas das famílias do projeto são atendidas pela SMAS. l) Ofício para SMAS solicitando status da criação do cargo de coordenador do abrigo face ao prazo de dezembro de 2018. O conselho concorda em oficiar o gestor solicitando atualização de informações. m) PPP - Plano Político Pedagógico e Regimento Interno do Abrigo Institucional Recanto Feliz. Na última reunião foi estabelecida a comissão formada por Maristela Franz Perrony Fontana e estabeleça-se o convite às conselheiras Sras. Ana Valente e Maria Bernadete. A conselheira Lana, dentro do possível, prestará apoio à comissão. O material será disponibilizado para a conselheira Bernadete através da Secretaria Executiva. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 10h51. Assinam esta ata os presentes:

Maria Bernadete M. P. Rodrigo (Entidades - Rosamar)

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua (Entidades - APAE)
Caroline Michely da Silva (Trabalhadores)
Irene Demarchi (usuários)
Francisco de Assis Silva (Usuários)
Alexandre Ribeiro da Silva (SMAS)
Marciane Rech (SMS)
Roseli Itner (SMA)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INSTRUTOR MUSICAL Nº. 024/2018.

Publicação Nº 1651805

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INSTRUTOR MUSICAL Nº. 024/2018

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo para contratação temporária de Instrutores musicais, para atuarem na Secretaria de Cultura.

CLAUDIO ROBERSON LEMONIE, Secretário de Turismo e Cultura, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007 de 03 de dezembro de 2007, torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo para contratação de 04 (quatro) Instrutores Musicais com carga horária de 40 horas semanais, em Caráter Temporário.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 04(quatro) candidatos, para serem contratados em caráter temporário, por um período de 01(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, ou até que se realize o Concurso público para o cargo de INSTRUTOR MUSICAL, para atuação no projeto da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Itapoá – MUSICA CULTURA E ARTE, integrante do presente edital.

1.2. As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Cultura;

1.3. Salário Mensal para habilitado: R\$ 1.491,52 (Hum mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos), para 40 horas semanais;

1.4. O contratado fará jus:

a) Ao vale transporte municipal para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio;

b) Ao auxílio alimentação no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

c) À férias e 13º salários proporcionais;

1.5. A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 155/2003 e 044/2014;

1.6. Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

1.7 Requisitos para o Cargo: Ensino médio completo, acrescido de curso específico de musica e inscrição da ordem dos músicos.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 13 à 20 de junho de 2018.

Local: Setor de Protocolo da Prefeitura de Itapoá, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 13h00 às 18h00.

3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1. Para realização da inscrição serão necessários cópia dos documentos abaixo especificados:

a. Cédula de identidade;

b. CPF;

- c. Comprovante de residência
- d. Curso específico de música
- e. Inscrição na Ordem dos músicos.
- f. Preencher a ficha constante do anexo II deste edital.

3.2 - Documentos Opcionais:

- a. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento na área;
- b. Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação, através de Carteira de Trabalho, ou declarações.

3.3. A falta de qualquer das informações citadas no item 3.1, implicará na nulidade da inscrição;

3.4. Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2014 e nem com carga horária inferior a 20 horas;

3.5. O atestado de tempo de serviço deverá constar obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato exceto o que tem registro na Carteira de Trabalho (CTPS);

3.5.1 - A falta de qualquer informação relacionada no item 3.1 implicará na desconsideração do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;

4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1. A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados conforme item 3.3;

4.2. A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- b) Para cada mês de tempo de serviço computar-se-á 02(dois) pontos;
- c) Para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área computar-se-á 01 (um) ponto;

4.3 O candidato será avaliado, por equipe especializada, demonstrando sua aptidão com instrumentos musicais, no mínimo dois instrumentos, por candidato, em dia, horário e local que será publicado no site da prefeitura.

INSTRUMENTOS MÚSICAIS A SEREM AVALIADOS:

1. TROMPETE
2. TROMBONE
3. SAXOFONE
4. FLAUTA DOCE
5. CLARINETE
6. VIOLÃO
7. PERCUSSÃO
8. TECLADO
9. LEITURA DE PARTITURA (CANTO E CORAL)

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para os classificados:

- a) Maior tempo de experiência;
- b) Maior número de horas de curso;
- c) Maior número de dependentes;
- e) Maior idade.

6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A listagem dos classificados para avaliação de aptidão constante do Item 4.3, será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br até dia 25 de junho de 2018.

6.2. A classificação final será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br após a avaliação de aptidão, constante no item 4.3.

7. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

7.1. A contar da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil, para solicitar reconsideração, junto a Secretaria Municipal de Cultura, a contar da data de publicação da classificação;

7.2. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação;

8. DAS VAGAS EM GERAL

8.1. Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- 8.1.1- Não responderem à Convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de cinco dias úteis;
- 8.1.2- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria de Cultura;
- 8.1.3- Não aceitarem a vaga oferecida;
- 8.1.4- Desistirem da vaga;
- 8.1.5- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

9 . DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Cultura.

9.2. O candidato deverá revisar a documentação e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após o envio, responsável pela mesma;

9.3. O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes;

9.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, portaria nº. 3.264/2018.

9.5. No ato da contratação o candidato deverá apresentar a documentação constante no edital de convocação.

9.5. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 02 (dois) anos ou até a homologação de novo concurso para provimento dos cargos.

Itapoá, 12 de junho de 2018

CLAUDIO ROBERSON LEMONIE
Secretário de Turismo e Cultura

CÉLIA MARIA REINERT
Presidente

CRISTIANE REGINA DE BITTENCOURT COSTA
Secretária

NEUSA MARIA GOMES LOPES
Membro

GILMAR SANTIN
Membro

HELOIZA HELENA MOREIRA
Membro

ANEXO I – DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INSTRUTOR MUSICAL Nº.024/2018

MÚSICA CULTURA E ARTE

01- OBJETO/FINALIDADE

Promover a socialização e democratização executiva e pedagógica, através da contratação de instrutores musicais, para oportunizar aos jovens itapoenses aulas, implantando oficinas de música e/ou ação de aperfeiçoamento musical, estimulando a Cultura e disseminando-a em todo município, vitalizando a Cultura local.

Contratar quatro novos instrutores musicais, um (01) instrutor (a) para canto coral, três instrutores ministrarão aulas de música nas escolas municipais, como ampliação da jornada escolar, visando a formação de fanfarra e banda de música municipal. Somando ao instrutor musical que atua no quadro efetivo, a equipe será formada por cinco (05) instrutores musicais, dois (02) atuarão de forma permanente na Casa da Cultura e 03 (três) de forma itinerante, nas escolas municipais.

02- OBJETO/RESULTADO

Desenvolver a percepção auditiva e a memória musical; Estimular a pesquisa, exploração, composição e interpretação de sons; Conhecer, apreciar e adotar atitudes de respeito diante da variedade de manifestações musicais.

Trazer para aulas de música as interpretações de musicais já existentes, para que os alunos possam vivenciar o processo de expressão individual e em grupo, não esquecendo de fazer conexões com a localidade e sua identidade cultural, permitindo-lhes também improvisar, compor, observar e analisar suas estratégias e de seus colegas nas atividades de produção musical.

Apreciar a música que se dá pela escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical. Promover uma discussão e um levantamento de critérios sobre a possibilidade de determinadas produções sonoras serem ou não músicas, para que a partir daí se possa entender as

linguagens musicais, cada vez mais disseminar entre os jovens o gosto pela arte musical, dando a eles a chance de aprender e participar de atividades culturais. Instruir musicalmente jovens, na aptidão do canto e do uso de instrumentos musicais. As aulas de música visam atender crianças, jovens e adultos de Itapoá na aptidão musical.

03- PÚBLICO-ALVO

As ações pretendem atingir a comunidade na sua totalidade, proporcionando aulas de música às crianças e adolescentes em idade escolar, além dos munícipes de outras faixas etárias interessados na prática musical.

04- DESCRIÇÃO DA REALIDADE

O Município de Itapoá conta com uma expressiva classe artística, entre eles, cantores, músicos e pequenas bandas para uma população estimada de 19.355 habitantes,(dados do IBGE) e 4.000 mil crianças e adolescentes em idade escolar, que este projeto pretende preencher através da cultura.

05- APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MUSICA

Módulo I	Eixo	Disciplinas	Nº alunos estimados por aula	Nº de turmas	Total de alunos estimados
Iniciante	Prática instrumental	Instrutor trompete e trombone	30	2	60
Iniciante	Prática instrumental	Instrutor saxofone e clarinete	30	2	60
Iniciante	Prática instrumental	Instrutor percussão (Fanfarra)	60	2	120
Iniciante	Música de conjunto	Instrutor: Canto Coral	30	2	60
Iniciante	Prática instrumental	Flauta e violão	30	2	60

06- PLANO DE ATUAÇÃO DOS INSTRUTORES:

CARGA HORÁRIA: 40 HS SEMANAIS

6.1-TROMPETE E TROMBONE: Técnica do instrumento, digitação das escalas, exercícios, repertório didático.

6.2-SAXOFONE E CLARINETE: Técnica do instrumento, digitação das escalas, exercícios, repertório didático.

6.3-PERCUSSÃO: Técnica do instrumento, exercícios rítmicos, células rítmicas, aplicação das células rítmicas a um repertório.

6.4-INSTRUTOR DE CANTO, CORAL E TECLADO: Figuras rítmicas, claves, leitura rítmica, leitura melódica, método a passo, aplicação de leituras rítmicas e percussão corporal, solfejos didáticos, escalas maiores e menores, fórmula de compasso, tríades e domínio no teclado.

6.5- Flauta: Melodia, Harmonia, Ritmo, teoria musical.

6.6- Violão: Ritmos básicos; Pulso; Compassos Simples; Compassos Compostos; Escalas pentatônica e maiores; Estudos Mecânicos, Técnicos e Rítmicos; História do Instrumento; Notação Musical, Cifras, Tríades; Funções Harmônicas Primárias; Digitação; Articulação.

07-DO ESPAÇO : Casa da Cultura e escolas

Itapoá, 11 de junho de 2018.

Claudio Roberson Lemonie
Secretário de Turismo e Cultura

ANEXO II - DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INSTRUTOR MUSICAL Nº.024/2018

Eu, _____
 Estado Civil: _____
 RG Nº. _____
 CPF: _____
 PIS: _____
 Endereço: _____
 Telefone Celular: _____
 Telefone fixo: _____
 E-mail: _____
 Instrumento musical:
 1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____

5. _____
6. _____
7. _____
8. _____

Venho por meio deste,

REQUERER,

A Inscrição para participar da seleção para o CARGO DE INSTRUTOR MUSICAL.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

NOTIFICAÇÃO - PREGÃO Nº43-18 - APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES - UNIFORME ESCOLAR

Publicação Nº 1651028

NOTIFICAÇÃO
À

Participantes	
Empresa	Representante
3 S SEQUINEL CONFECÇÕES E DISTRIBUIDORA LTDA EPP	ANGELO VERSI SEQUINEL NETO

O Município de Itapoá, através da Secretaria de Administração e Finanças, Setor de licitações e contratos (SLC) e Pregoeiro Oficial e Comissão de apoio ao pregão, nomeadas através Decreto Municipal nº 3140/2017, vem NOTIFICAR quanto à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº43/2018 –PROCESSO Nº66/2018, que tem como objeto a Aquisição de 4.600 (quatro mil e seiscentas) camisetas para composição do uniforme escolar da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, para apresentação de CONTRARRAZÕES ao PARECER RELATÓRIO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE AMOSTRAS E RELATÓRIO DE ENSAIO, emanado pela Secretária de Educação, Sra. Luiza Montalvão de Oliveira. Passando na presente data a contar o prazo recursal previsto em edital, a partir da publicação em imprensa oficial do Município na data de 13/06/2018 com término em 18/06/2018, conforme abaixo descrito:

9. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

Acaso a empresa resolva declinar do direito de recurso favor enviar manifestação pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br, ou pelo fax: (47) 3443-8828.

Anexo Parecer.

Itapoá, 12 de junho de 2018.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 023/2018 - VAGA TEMPORÁRIA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE DO PONTAL DO NORTE.

Publicação Nº 1651869

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 023/2018

VAGA TEMPORÁRIA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE DO PONTAL DO NORTE

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado 023/2018, destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de Agente Comunitário de Saúde, da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde do Pontal do Norte, em conformidade com a Lei Municipal Nº 018/2007, Lei Complementar Nº 34/2012 e 66/2018 e em consonância com as normas aplicáveis para o procedimento e pelo que dispõe o presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 (um) candidato, mais cadastro reserva, para serem contratados em caráter temporário, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, vinculado aos afastamentos para Licença Saúde.

1.2 - As atribuições da função são: I - Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea; II - Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; III - Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; V - Acompanhar, por meio de visitas domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de 1 (uma) visita/família/mês; VI - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade ; VII – Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas, individuais e coletivas nos

domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à Dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e VIII - Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças, e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal de acordo com o planejamento da equipe. É permitido ao ACS desenvolver outras atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho, custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura Municipal de Itapoa.

1.4 - O contratado terá direito a remuneração inicial bruta mensal: R\$ 1.320,62 (Hum mil trezentos e vinte reais e sessenta e dois centavos), e cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais. O contratado fará jus ao pagamento de férias e 13º salário proporcionais, auxílio alimentação no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

1.5 - O prazo do contrato com o profissional selecionado será vinculado a necessidade de cada substituição. Ocorrendo o retorno do Servidor licenciado, se dará a rescisão automática do contrato.

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal, Leis Municipais nº155/2003, 044/2014 e Lei Municipal 018/2007, 034/2012 e 066/2018.

2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos: a) estar quite com as obrigações eleitorais; b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; d) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; e) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função; g) ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado; h) Ter concluído o ensino médio i) residir na área de abrangência da Unidade de Saúde em que irá atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, nos dias 05 e 06 de julho de 2018, exclusivamente na forma descrita deste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, no horário das 13:00 às 18:00 horas.

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 023/2018

NOME:

CPF:

TELEFONE: a) Carteira de identidade;

b) CPF;

c) Certificado de conclusão do ensino médio;

d) Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC www.tre-sc.gov.br/;

e) Quitação com as obrigações militares (masculino);

f) Comprovante nominal de residência de que o candidato reside na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde do Pontal do Norte, desde a data da publicação do edital do processo seletivo, podendo ser: conta de água, luz, telefone, boleto bancário ou contrato de aluguel.

g) Não possuindo comprovante nominal, deverá o candidato apresentar uma Declaração firmada em cartório, de que reside na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde do Pontal do Norte, desde a data da publicação do edital do processo seletivo, conforme modelo do anexo I.

3.4 – A confirmação da área de abrangência que o endereço pertence, poderá ser verificada na Unidade Básica de Saúde.

3.5 - A entrega da cópia dos documentos para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação solicitada terá sua inscrição indeferida.

3.6 - A falha, omissão ou incorreção nas informações constantes no Requerimento de Inscrição, será considerada falta grave e tornará nula

a inscrição em qualquer fase do processo seletivo.

4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 023/2018, consistirá na realização de prova objetiva.

4.2 - A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que o candidato será classificado no presente processo seletivo simplificado se obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova objetiva.

4.3 - Caso ocorra empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

PRIMEIRO	Maior nota na prova de Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos
SEGUNDO	Maior idade.

5 - DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha.

5.2 - Serão 30 (trinta) questões. Sendo 20 (vinte) questões em Conhecimentos Específicos, com valor de cada questão 4,0 (quatro pontos), 10 (dez) questões em Língua Portuguesa com valor de cada questão de 2,0 (dois pontos).

5.2.1 - Cada questão apresentará quatro alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta.

5.3 - O conteúdo programático para a prova objetiva será:

5.3.1 - AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – a) Sistema Único de Saúde (Leis): 1. Definição. 2. Princípios. 3. Participação e Controle social. 5. Responsabilidades. 6. Direção e articulação do SUS. b) Política Nacional de Atenção Básica (Portarias): 1. Fundamentos. 2. Das responsabilidades. 3. Do processo de trabalho das equipes de atenção básica e da ESF. 4. Das especificidades da Estratégia da Saúde da Família. c) Política Nacional de Promoção da Saúde: 1. Objetivos. 2. Diretrizes. 3. Estratégias de implementação. 4. Ações específicas; d) Fatores influentes no crescimento e desenvolvimento do corpo humano; e) Atribuições e o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde; f) A sexualidade e as doenças sexualmente transmissíveis; g) Educação Sexual; h) Educação Alimentar: os alimentos e a saúde, aleitamento materno; i) Educação para a Saúde: o conceito de saúde, história natural das doenças, inter-relação homem-ambiente-agente patogênico (parasitos, vírus e outros causadores de doenças humanas). j) Doenças transmissíveis e infecciosas mais comuns, higiene e profilaxia de doenças e promoção da saúde, orientações e combate a doenças contemporâneas; k) Vigilância Epidemiológica - Vacinas; l) O trabalho em equipe.

5.3.2 - LÍNGUA PORTUGUESA: a) Compreensão e interpretação de texto; b) significação das palavras; c) Pontuação; d) Ortografia oficial. Acentuação gráfica; e) Classes das palavras; f) Concordância nominal e verbal; g) Regência nominal e verbal.

6 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1 - A prova objetiva será realizada na data inicialmente prevista de 29 de julho de 2018, no horário das 08:30 às 12:00 horas, nas dependências da Escola Municipal Ayrton Senna, sito a Rua Madalena Hau Nº 137; Bairro: Itapema do Norte, acesso pela entrada principal da Escola.

6.2 - Ao candidato só será permitida a participação na prova objetiva, na data, horário e local constante no item 6.1.

6.3 - Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado.

6.4 - Não será permitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma.

6.5 - O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social com fotografia; Certificado de Reservista; Passaporte Brasileiro (ainda válido); Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei, valem como documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia (na forma da Lei nº 9.503/97).

6.5.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.5.2 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio.

6.5.3 - Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

6.6 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada da prova. O não comparecimento acarretará a eliminação automática do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6.7 - São vedados: o porte e/ou uso de armas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, telefones celulares, "pagers", microcomputadores portáteis ou similares.

6.8 - Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que: a) chegar ao local de prova após o horário estipulado para início da mesma; b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada; c) for

surpreendido na sala de prova portando armas ou aparelhos eletrônicos; d) não realizar a prova.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - A interposição de recursos em relação as questões da prova objetiva poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 31 de julho de 2018 das 13:00 às 18:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.2 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.3 - A divulgação da classificação parcial será dia 09 de agosto de 2018, a partir das 14:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br.

7.4 - A interposição de recursos da Classificação parcial poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 10 de agosto de 2018, das 13:00 às 18:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.5 - A divulgação da classificação final será dia 15 de agosto de 2018, a partir das 14:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Somente será considerado classificado na prova objetiva o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.2 - Os candidatos serão listados segundo a ordem decrescente da nota final da Prova Objetiva.

8.3 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obter maior pontuação em Conhecimentos Específicos; b) Tiver maior idade.

8.4 - O candidato após convocação deverá comparecer para contratação na data e local informado, munido da documentação solicitada no ato da convocação. As demais convocações se houver necessidade, serão realizadas através de Convocação que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e publicado no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br.

8.5 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data divulgada no edital, ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no ato da convocação, não terá o direito de assumir o cargo, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação.

8.6 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Saúde.

09 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Simplificado.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 02 (dois) anos.
Itapoá, 12 de junho de 2018.

Sandra regina Medeiros da Silva Marciane Rech Secretária Municipal de Saúde Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II Agente Administrativo II

ANEXO I

MODELO DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu _____, brasileiro (a), Identidade nº _____ e CPF nº _____
, declaro para os devidos fins que resido na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde do Pontal do Norte, no endereço sito a Rua _____, nº _____, desde a data de abertura do Edital 023/2018 de 12 de junho de 2018.
Sem mais para o momento por ser verdade, firmo o presente.

Itapoá/SC, _____, _____ 2018.

Assinatura reconhecida em cartório

TERMO ADITIVO Nº 52/2018 - ATA RP Nº 20/2018 (4º ADITIVO)

Publicação Nº 1651137

TERMO ADITIVO Nº 52/2018 QUE VISA ADITIVAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E A MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA. (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado Secretária de Administração, Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, neste Município, de outro lado a Empresa MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA, com sede à Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 1155, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.777/0001-60 e Inscrição Estadual nº 254058558, representada neste ato pela sócia, Sra. ANDRESA MIRANDA BUDAZ, portadora do CNPF/MF nº 014.432.209-90 e do CI.RG nº 3.318.252-3-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, CONTÍNUO E FRACIONADO POR DEMANDA, (GASOLINA E DIESEL), PARA USO EXCLUSIVO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, A SEREM FORNECIDOS MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e em conformidade com o processo de licitação tipo Pregão nº 17/2018 – Registro de Preço nº 07/2018 - Processo nº 21/2018, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula primeira, aditando a respectiva Ata de Registro de Preço em um percentual de 0,02542115185793%, totalizando o valor de R\$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais), com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 20/2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	GASOLINA COMUM	LITRO	2.000	R\$ 4,18	R\$ 8.360,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO:

Acresce-se ao Anexo VI-quantitativos de veículo da frota e equipamentos na Secretaria Municipal de Administração o seguinte veículo:

VEICULO	PLACA	RENAVAN	MARCA	ANO	COMBUSTÍVEL
MIS/CAMIONETA	QIW6075	1154549973	I/CHEV TRACKER LT	2017/2018	GASOLINA/ALCO

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 20/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Ata de Registro de Preço nº 20/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de junho de 2018.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA ANDRESA MIRANDA BUDAZ
Fiscal do Contrato: GERSON DOS SANTOS CHAVES CHEFE DO SETOR DE COMPRAS	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 53/2018 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2018

Publicação Nº 1651802

TERMO ADITIVO Nº 53/2018 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E MAGNUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI EPP. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Lazer, o Sr. LEONIR JORGE KAUFMANN, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 034.662.939-01 e CI.RG nº 4.659.807-3 SSP/SC residente e domiciliado à Rua Joaquim Peres, nº 132, Itapema do Norte, neste Município, e, de outro

lado a Empresa MAGNUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI EPP, com sede à Rua Perimetral Baltazar Antonio de Oliveira, nº 820, Bairro: Jardim Progresso I, na cidade de Presidente Castelo Branco/PR, CEP: 87.180-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.358.329/0001-45 e Inscrição Estadual nº 9057345982, representada neste ato por procurador, Sr. LEANDRO RODRIGUES PADOVANI, portador do CNPF/MF nº 024.323.949-17 e do CI.RG nº 7.665.680-0-SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Aquisição de redes de proteção para os campos de futebol do município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e em conformidade com o processo de licitação tipo Pregão nº 14/2018 – Processo nº 16/2018, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO PREÇO

Altera cláusula primeira, aditando o respectivo contrato administrativo em um percentual de 25%, totalizando o valor de R\$ 5.237,50 (cinco mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), com vigência condicionada à 31/12/2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	MARCA/ MODELO	QTD	VALOR UNITÁ- RIO	VALOR TOTAL
1	Rede de proteção para quadra esportiva, poliéster, fio 3mm, malha 15X15.	M²	Magnum	1.250	R\$ 4,19	R\$ 5.237,50

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 45/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Contrato Administrativo nº 45/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de junho de 2018.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ LEONIR JORGE KAUFMANN DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LAZER	CONTRATADA MAGNUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI EPP LEANDRO RODRIGUES PADOVANI
Fiscal do Contrato: LIAMAR RODRIGUES PEREIRA SERVIDORA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Testemunhas: NOME : CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Jacinto Machado

PREFEITURA

RESULTADO JULGAMENTO HABILITAÇÃO E PROPOSTA - LIC 47/2018

Publicação N° 1650835

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO LICITAÇÃO N° 47/2018 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica e sinalização da Rodovia Berílio Marques (trecho I - Ponte sobre o Rio da Pedra/ Rua Moises Gabriel; trecho II – Rua Abedeno Francisco Gomes (trevo) a Ponte sobre o Rio da Pedra), no município de Jacinto Machado/SC. A Comissão de Licitação do Município de Jacinto Machado torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 47/2018 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA, com o valor global de R\$ 395.928,45 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Jacinto Machado, 12 de junho de 2018.

Jaison Pinheiro da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2018

Publicação Nº 1651953

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2018

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.112/2018, formada pelos membros Marcelo Gumboski, Harysson Andrey Passig e Thiago de Oliveira Braga, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2018, que tem como objeto a contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de muro de contenção com base em sapata contínua corrida com área de 520m², muro de blocos de concreto com área de 70m² e calçada com área de 440m², destinado para o cemitério municipal de Nereu Ramos, localizado na Rua 708 – Calixto Domingos Borges em Jaraguá do Sul/SC. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	Talita Pompeu Cláudio dos Santos	347.843.438-65
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Rogério Silvano André	781.463.309-59
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
INFRASUL INFR. E EMPR. LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
OMVS CONSTRUTORA LTDA ME	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	Alessandro Truppel Machado	890.558.459-49
VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	Sem Representante	x-x-x-x-x-x

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	43	Sem numeração
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	37	Numeradas de 01 a 36 e 01 sem numeração
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	23	Sem numeração
INFRASUL INFR. E EMPR. LTDA	74	Numeradas de 01 a 71 e 03 sem numeração
OMVS CONSTRUTORA LTDA ME	30	Sem numeração
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	43	Sem numeração
VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	33	Numeradas de 01 a 33

Após análise criteriosa das Habilitações a Comissão declara INABILITADA a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA ME por não atender 100% a metragem exigida no item 6.1 alínea "j", sendo a metragem apresentada é de 253,06m² e o Edital exige 260m²; e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos concordou com o julgamento das Habilitações e renunciaram ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	Talita Pompeu Cláudio dos Santos	
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Rogério Silvano André	
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	Alessandro Truppel Machado	

Prosseguindo a Comissão Especial entrou em contato com as empresas sem Representante presente na sessão, conforme descritos acima, informando suas Habilitações e solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que as mesmas concordaram e renunciaram, conforme documentos anexos a esta Ata. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Propostas Comerciais das proponentes habilitadas. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valores globais:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	312.292,56
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	319.515,55
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	361.806,93
INFRASUL INFR. E EMPR. LTDA	349.270,05
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	322.222,22
VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	312.448,00

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa das propostas comerciais apresentadas e após a análise foram CLASSIFICADAS por estarem de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois a empresa vencedora deste processo licitatório se enquadra em ME/EPP, conforme comprovação apresentada junto a sua habilitação. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP, com o valor Global de R\$ 312.292,56 (trezentos e doze mil duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos). A seguir foi colocada a palavra livre aos senhores representantes presentes que não se manifestaram. Consultados, os mesmos renunciaram ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito. "RENUNCIAMOS AO DIREITO E AO PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018. Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Marcelo Gumboski	
Harysson Andrey Passig	
Thiago de Oliveira Braga	
Talita Pompeu Cláudio dos Santos	
Alessandro Truppel Machado	
Rogério Silvano André	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 92/2018

Publicação Nº 1651954

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 92/2018

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.114/2018, formada pelos membros Marcelo Gumboski, Harysson Andrey Passig e Thiago de Oliveira Braga, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS Nº 92/2018, que tem como objeto a contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de muro de contenção com base em sapata contínua invertida (servindo de calçada para a área nova) com área total de 144m², destinado para o cemitério municipal do Chico de Paulo, localizado na Rua 60 – Joaquim Francisco de Paulo em Jaraguá do Sul/SC. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	Talita Pompeu Cláudio dos Santos	347.843.438-65
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
INFRASUL INFR. E EMPR. LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
OMVS CONSTRUTORA LTDA ME	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	Alessandro Truppel Machado	890.558.459-49
VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	Sem Representante	x-x-x-x-x-x

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	43	Sem numeração
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	37	Numeradas de 01 a 36 e 01 sem numeração
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	23	Sem numeração
INFRASUL INFR. E EMPR. LTDA	74	Numeradas de 01 a 71 e 03 sem numeração
OMVS CONSTRUTORA LTDA ME	30	Sem numeração
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	43	Sem numeração
VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	33	Numeradas de 01 a 33

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara INABILITADA a empresa CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP por apresentar a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial vencida em 11/06/2018, não sendo possível a regularização do documento na sua condição de EPP, por se tratar de documento de qualificação econômica e financeira e declara as demais proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos concordou com o julgamento das Habilitações e renunciaram ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP	Talita Pompeu Cláudio dos Santos	
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	Alessandro Truppel Machado	

Prosseguindo a Comissão Especial entrou em contato com as empresas sem Representante presente na sessão, conforme descritos acima, informando suas Habilitações e solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que as mesmas concordaram e renunciaram, conforme documentos anexos a esta Ata. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Propostas Comerciais das proponentes habilitadas. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valores globais:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	112.381,72
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	116.546,02
INFRASUL INFR. E EMPR. LTDA	112.550,57
OMVS CONSTRUTORA LTDA ME	99.543,81
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME	104.404,44
VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	119.754,41

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa das propostas comerciais apresentadas e após a análise foram CLASSIFICADAS por estarem de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois a empresa vencedora deste processo licitatório se enquadram em ME/EPP, conforme comprovação apresentada junto a sua habilitação. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA ME, com o valor Global de R\$ 99.543,81 (noventa e nove mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos). A seguir foi colocada a palavra livre aos senhores representantes presentes que não se manifestaram. Consultados, os mesmos renunciaram ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito. "RENUNCIAMOS AO DIREITO E AO PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018. Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Marcelo Gumboski	
Harysson Andrey Passig	
Thiago de Oliveira Braga	
Talita Pompeu Cláudio dos Santos	
Alessandro Truppel Machado	

DECRETO Nº 12.122/2018

Publicação Nº 1651911

D E C R E T O Nº 12.122/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.03.092.03002.030 - Manutenção das Atividades da

Procuradoria-Geral

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.01.820 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.123/2018

Publicação Nº 1651912

D E C R E T O Nº 12.123/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS); e do Fundo Municipal de Assistência e Saúde (FMASA), a saber:

22 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

22.01 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

22.01.09.272.13014.303 - Pagamento dos Aposentados

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

22.01.24 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

24 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE-
ISSEM/FMASA

24.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE-
ISSEM/FMASA

24.01.08.302.13504.353 - Prestação de Serviços de Assistência e
Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

24.01.9 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

TOTAL R\$ 1.100.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), proveniente dos recursos vinculados Plano Previdenciário, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais); e do Fundo Municipal de Assistência e Saúde (FMASA), proveniente dos recursos vinculados arrecadados pelo FMASA, no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.124/2018

Publicação Nº 1651913

D E C R E T O Nº 12.124/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e FABIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 082/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua Ambrósio Pinter, no Centro, e das Ruas Olímpio Junkes, José de Paula Bueno e Frederico Balsanelli, no bairro Ilha da Figueira, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 653,66m (Seiscentos e cinquenta e três vírgula sessenta e seis metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.125/2018

Publicação Nº 1651914

D E C R E T O Nº 12.125/2018

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de

Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 082/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua Ambrósio Pinter, no Centro, e das Ruas Olímpio Junkes, José de Paula Bueno e Frederico Balsanelli, no bairro Ilha da Figueira, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 653,66m (Seiscentos e cinquenta e três vírgula sessenta e seis metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal ARIANO JOSÉ TOASSI, Engenheiro, matrícula 9591, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 082/2018, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e enviar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

- i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;
- j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;
- k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;
- n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.126/2018

Publicação Nº 1651915

D E C R E T O Nº 12.126/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e FABIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 097/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçada e sinalização da Rua 1220 - Alberto Maiochi, no bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 316,87m (Trezentos e dezesseis vírgula oitenta e sete metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.127/2018

Publicação Nº 1651916

D E C R E T O Nº 12.127/2018

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 097/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçada e sinalização da Rua 1220 - Alberto Maiochi, no bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 316,87m (Trezentos e

dezesseis vírgula oitenta e sete metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal FELIPE EMMENDORFER SCHEUER, Engenheiro, matrícula 10967, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 097/2018, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

- k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;
- n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.128/2018

Publicação Nº 1651917

D E C R E T O Nº 12.128/2018

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 16/2018/CMDCA/JS, de 08/06/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

DECRETA :

Art.1º Fica designada MARCIA SIMONE TWARDOWSKI, como conselheira suplente, em substituição a Edli Eschner, para representar o Hospital e Maternidade Jaraguá, na qualidade de Representante Não Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.082/2018, de 24/05/2018, no que se refere a designação de Edli Eschner.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2020.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.129/2018

Publicação Nº 1651918

D E C R E T O Nº 12.129/2018

Designa Gestora de Convênios.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14/07/2010, que "Disciplina a Celebração de Convênios, Acordos ou Ajustes de Natureza Financeira, que Tenham por Objeto a Execução de Projetos, Atividades ou Realização de Eventos";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 51 e seus parágrafos, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06 de outubro de 2010;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 294/2018/Semash, de 06/06/2018, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 02/07/2018, a servidora pública municipal ANGELA RISSO, matrícula 8888, para acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução dos Convênios firmados para atendimento das necessidades e do interesse público da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Parágrafo único. A gestão de que trata o caput deste artigo é o serviço geral de gerenciamento de todos os convênios, que não se confunde com a fiscalização pontual dos contratos.

Art.2º Cabe à gestora dos convênios verificar a necessidade de alteração dos convênios e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

Art.3º Cabe à gestora orientar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos convênios, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), observado o disposto no Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14/07/2010, que "Disciplina a Celebração de Convênios, Acordos ou Ajustes de Natureza Financeira, que Tenham por Objeto a Execução de Projetos, Atividades ou Realização de Eventos".

Parágrafo único. Por ocasião da prestação de contas, a gestora emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

Art.4º A servidora designada pelo presente ato administrativo perceberá a gratificação na forma do artigo 51, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, vedada a percepção de forma cumulativa, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2018.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.130/2018

Publicação Nº 1651919

D E C R E T O Nº 12.130/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.680/2018, de 12 de junho de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.128.03002.825 - Capacitação de Servidores - FMAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.90 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

16.01.91 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.122.08502.804 - Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.64 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das Atividades dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.72 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 12.131/2018

Publicação Nº 1651920

D E C R E T O Nº 12.131/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 75.579,00 (Setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD), a saber:

21 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS
21.01 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS
21.01.14.422.02002.032 - Manutenção das Atividades do FMDD
4.4.00 - INVESTIMENTOS
21.01.730 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 75.579,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD), proveniente dos recursos vinculados arrecadados pelo FMDD, no valor de R\$ 75.579,00 (Setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 12.132/2018

Publicação Nº 1651922

D E C R E T O Nº 12.132/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais LUIS FERNANDO MARCOLLA, matrícula 81877; AURÉLIO LUIZ JUNCKES, matrícula 7127; e FABIÉLI PILATTI MENDES, matrícula 10791, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 057/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para ampliação e reforma da 15ª Delegacia Regional de Polícia Civil, com área total de 1.413,97m² (hum mil, quatrocentos e treze vírgula noventa e sete metros quadrados), localizada na Rua Emmerich Ruysam, Nº 85, no bairro Vila Nova, no Município de Jaraguá do Sul - SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 12.133/2018

Publicação Nº 1651923

D E C R E T O Nº 12.133/2018
Designa Fiscal e Gestor de Contrato de
Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 057/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para ampliação e reforma da 15ª Delegacia Regional de Polícia Civil, com área total de 1.413,97m² (hum mil, quatrocentos e treze vírgula noventa e sete metros quadrados), localizada na Rua Emmerich Ruysam, Nº 85, no bairro Vila Nova, no Município de Jaraguá do Sul - SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, Engenheiro, matrícula 11269, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 057/2018, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

- f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;
- g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;
- i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;
- j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;
- k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;
- n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1650793

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Antídio Aleixo Lunelli e do Sr. Secretário Municipal da Fazenda Márcio Erdmann, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 – Código Tributário Municipal, da Lei Municipal 7.622 de 26 de abril de 2018 e da Lei 7.673 de 08 de junho de 2018; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de obras de pavimentação na via pública da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DO LOCAL DA OBRA:

TRECHO 1: Extensão de 219,88 (duzentos e dezenove vírgula oitenta e oito) metros lineares da Rua 59 – Irmão Leandro, no Bairro Tifa Martins;

TRECHO 2: Extensão de 644,64 (seiscentos e quarenta e quatro vírgula sessenta e quatro) metros lineares da Rua 462 – Pedro Arcino Dias, no Bairro Tifa Martins;

TRECHO 3: Extensão de 459,40 (quatrocentos e cinquenta e nove vírgula quarenta) metros lineares da Rua 1128 – Bertholdo Juncks, no Bairro Tifa Martins;

TRECHO 4: Extensão de 252,36 (duzentos e cinquenta e dois vírgula trinta e seis) metros lineares da Rua 933 – Ewald Zellmer, no Bairro Rau.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do projeto do anexo I.

4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo integra o presente edital na forma de Anexo II e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

5. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente Edital (Anexo III), está orçado em R\$ 1.915.535,40 (um milhão, novecentos e quinze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), tendo como fonte de recursos o programa BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido.

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos seus laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e se encontra a disposição dos interessados junto à municipalidade e o segundo ao seu término.

A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, constituída pelos Decretos Municipais nº 11.529, de 18/12/2017 e 11.989, de 20/04/2018, fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no art. 255, da LC 001/93, alterado pela LC 179/2016 - Código Tributário Municipal.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação, anterior à avaliação da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado deverá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

9. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do movimento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO GEOMÉTRICO, DE DRENAGEM PLUVIAL E DE ÁREAS DA PAVIMENTAÇÃO;

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO III - ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS;

ANEXO IV- RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA.

Os anexos podem ser obtidos na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Márcio Erdmann
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 017/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação N° 1650814

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 017/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CPF	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Desafio Jovem Monte Sião	00.701.716/0001-16	2519/2018	Comércio ambulante de Quebra Cabeças sem licença da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul	R\$ 533,34	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 84/2018 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Publicação N° 1651171

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 84/2018
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 e LC 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 27 de junho de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 5.886.000,00 (cinco milhões oitocentos e oitenta e seis mil reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 27 de abril de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2018 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 1651176

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2018
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para transporte especial de atletas da Diretoria de Esportes e passageiros para eventos organizados pela Diretoria de Cultura, da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, destinado a viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 27 de junho de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 377.280,00 (trezentos e setenta e sete mil e duzentos e oitenta reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 21 de maio de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2018 - SECRETARIA DE OBRAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS - COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1650633

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2018
SECRETARIA DE OBRAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: Menor Preço Global

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações designado pelo Decreto nº 11.910/2018, dá ciência aos participantes da licitação acima, da Decisão Administrativa, exarada pelo Secretário de Administração Sr. Argos José Burgardt ao Recurso interposto pela empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA sob o protocolo nº 12225/2018 (anexa) que decidiu pelo indeferimento do Recurso interposto, mantendo a classificação da Proposta da empresa CONSTRUTORA AJM EIRELLI ME. Desta forma, o Presidente informa aos participantes do certame, que está encaminhando o processo licitatório para a Autoridade Competente

para a devida Adjudicação e Homologação do objeto a vencedora do certame, empresa CONSTRUTORA AJM EIRELLI ME, com o valor Global de R\$ 489.828,26 (quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 11 de junho de 2018.
Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 11.929/2018

EXTRATO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018/CMDI DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Publicação Nº 1651389

EXTRATO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº 01/2018/CMDI DE JARAGUÁ DO SUL – SC
PARA TERMO DE FOMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.842/1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências; Lei Federal nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; Lei Federal nº 12.203, de 20 de janeiro de 2010, que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999"; Decreto Municipal nº 11.528, de 15 de setembro de 2017, que "Regulamenta a Aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, Alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015, para o fim de normatizar, em âmbito local, as Parcerias e os Acordos de Cooperação a Serem Firmados entre a Administração Pública do Município de Jaraguá do Sul, suas Autarquias e Fundações e as Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a Consecução de Finalidades de Interesse Público e Recíproco", no que couber e for aplicável ao FMDI; Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) e dá outras providências"; Resolução nº 021/2017, que Dispõe sobre o Plano de Aplicação Financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul FMDI/JS, para elaboração da Lei Orçamentaria Anual – LOA/2018; Resolução nº 05/2018, que dispõe sobre a alteração dos valores do Plano de Aplicação Financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idosos de Jaraguá do Sul FMDI/JS dispostos no art.1º da Resolução nº 21/2017/CMDI; normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina que dispõe sobre prestação de contas pelas Organizações Sociais (Instrução Normativa N.TC-14/2012 que "Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento e Instrução Normativa N.TC-0016/2013 – DOTC-e de 05.06.2013), torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização(ões) da sociedade civil interessada(s) em formalizar Parceria para a execução de projetos de atendimento, promoção, proteção e defesa de direitos dos idosos do município de Jaraguá do Sul.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. O propósito da formalização de parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSC), será para execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas dos idosos, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI, inscrito no CNPJ nº 22.276.882/0001-55, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI - tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento ao idoso para ações cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

1.3. O FMDI é vinculado diretamente ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI de Jaraguá do Sul, conforme Lei Municipal nº 7.292/2016.

2. DO OBJETO

2.1. O Termo de Fomento terá por objeto financiamento por intermédio do FMDI de Jaraguá do Sul para a execução de projeto(s) de atendimento, promoção, proteção e defesa de direitos de idosos, em conformidade com as Políticas Públicas voltadas aos idosos no Município de Jaraguá do Sul e que sejam inovadores ou complementares a essas políticas públicas.

2.1.1. O termo de fomento será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

2.1.2. O Termo de Fomento não poderá ser adotado para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da administração pública, com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas pela administração pública.

Tabela 2

Etapa	Descrição da Etapa	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	13/06/2018
2	Envio das propostas de projeto pelas OSCs	Até o dia 16/07/2018

4	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção e Julgamento	17/07/2018 a 29/07/2018
5	Divulgação do resultado preliminar no DOM	04/08/2018
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	05/08/2018 a 11/08/2018 (05 dias úteis a contar do resultado)
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção e Julgamento.	12/08/2018 a 18/08/2018 (05 dias úteis para reconsiderar a decisão ou encaminhar para a plenária).
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	03/09/2018(15 dias corridos a contar do recebimento do recurso).

Este Edital e seus Anexos estão disponíveis para consulta e impressão no sítio oficial da Administração Pública Municipal, no seguinte endereço eletrônico: www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2018.

Argos José Burgardt Secretário Municipal de Administração	Maria Santin Camello Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
--	--

Antonio Marcos da Silva
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos do idoso – CMDI.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2018

Publicação Nº 1651054

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/218

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: NOSTRADOMUS PRÉ FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de GALERIAS DE CONCRETO ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial e substituição de pontilhões de madeira, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer da seguinte forma:

Para os itens 01 a 12 com prazo máximo de 07 (sete) dias após recebimento da Autorização de fornecimento e para os itens 13 a 46 com prazo máximo de 15 (quinze) dias após recebimento da Autorização de fornecimento;

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas diretamente nos locais definidos pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, dentro do perímetro urbano do município.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

DATA DA ASSINATURA: 17/05/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e João Augusto Santos Lima

Argos José Burgardt
Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2018

Publicação Nº 1651056

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SÃO BENTO ALIMENTOS E EVENTOS EIRELI ME.

OBJETO: Este contrato tem por objeto o fornecimento de refeições (café, almoço, lanche e janta), a serem servidas, diariamente, para os atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, durante competições microrregionais, regionais e estaduais, em conformidade com as

descrições e valores, como segue:

Item	Quant. Estimada	Descrição dos serviços	Valor unitário do item R\$	Valor total do item R\$
01	3.100	Café	8,00	24.800,00
02	3.100	Almoço	18,08	56.048,00
03	2.300	Lanche	7,54	17.342,00
04	3.100	Janta	18,00	55.800,00
Valor total dos itens R\$			153.990,00	

DO PRAZO: O prazo de execução para a realização dos serviços será até dezembro de 2018, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acima, acrescido de 60(sessenta) dias.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a finalização de cada evento esportivo e fornecimento do buffet, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, e do respectivo relatório de refeições servidas no evento, bem como cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº 209, de 20/05/99.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Os recursos orçamentários correrão por conta do orçamento de 2018, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.04.27.811.1002.4.006	Suporte às modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicações diretas	686	80 Próprios

DATA DA ASSINATURA: 21/05/2018.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Ademir Dalmolin.

Argos Jose Burgardt

Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 205/2018 AO CONTRATO Nº 053/2014

Publicação Nº 1651059

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 205/2018 AO CONTRATO Nº 053/2014

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 049/2013

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 12.232/2010 e Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: SQUEEZE COMUNICAÇÃO LTDA EPP

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato a prestação, por parte da CONTRATADA, dos serviços de publicidade e propaganda para a CONTRATANTE, de acordo com o art. 2º, da Lei Federal nº 12.232/2010, assim definidos: a) o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral; b) o planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, tendo como finalidade específica a aferição do desenvolvimento estratégico, da criação e da veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato, sendo vedada a inclusão nas pesquisas e avaliações de matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com a ação publicitária ou com o objeto do contrato de prestação de serviços de publicidade; c) a produção e a execução técnica das peças e projetos publicitários criados; d) a criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 10.2 da cláusula décima do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 021/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 039/2016, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 241/2016, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 106/2017, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Oitavo Termo Aditivo nº 282/2017, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Nono Termo Aditivo nº 110/2018, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, compreendendo o período de 11/05/2018 e com término em 10/11/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR ESTIMATIVO DO CONTRATO: Em concordância com a contratada e com fundamento no artigo 65, §1º e §8º, da Lei Federal 8.666/93, o valor limite estimativo da presente contratação, originariamente estipulado em R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) para 12 (doze) meses, acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) através do Segundo Termo Aditivo, cujo limite estimativo alcançou o valor anual de R\$2.625.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), reajustado no Terceiro Termo Aditivo em 3,78% (três inteiros e setenta e oito centésimos percentuais), relativo à correção inflacionária apurada pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) entre os meses de janeiro a dezembro de 2014, corrigindo o limite estimativo contratual para o valor de R\$2.724.225,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais), suprimido no item 3.1 da cláusula terceira do Nono Termo Aditivo nº 110/2018 em 25% (vinte e cinco por cento) passando o valor anual do contrato para R\$ 2.080.795,78 (dois milhões, oitenta mil setecentos e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), o valor do contrato não sofrerá reajuste, sendo o valor de R\$ 1.040.397,89 (um milhão, quarenta mil trezentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) para o período de 06 (seis) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2018, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
Gabinete do Prefeito				
Diretoria de Comunicação				
02.01.04.131.0300.2.021	Publicidade de caráter educativo, informativo e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	006	0080
02.01.04.131.0300.2.021	Publicidade de caráter educativo, informativo e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	711	1080
Secretaria Municipal de Educação				
08.01.12.131.0300.2.132	Publicação legal educativa informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	736	1066
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo				
Diretoria de Trânsito e Transportes				
33.02.15.131.0410.2.256	Realização de campanhas educativas para humanizar o trânsito	3.3.90. - Aplicações Diretas	471	0071
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash)				
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA				
17.01.08.131.0300.2.902	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social – CMDCA	3.3.90 – Aplicações Diretas	626	1080
17.01.08.131.0300.2.902	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social – CMDCA	3.3.90 – Aplicações Diretas	627	1405
Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI				
10.02.08.131.0300.2.812	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social – CMDI/JS	3.3.90 – Aplicações Diretas	275	0419
Fundo Mun. da Assistência Social – FMAS				
16.01.08.131.0300.2.826	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90 – Aplicações Diretas	026	0069
16.01.08.131.0300.2.826	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90 – Aplicações Diretas	028	0259
16.01.08.131.0300.2.826	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90 – Aplicações Diretas	029	0325
16.01.08.131.0300.2.826	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90 – Aplicações Diretas	030	0345
Secretaria Municipal de Saúde				
Fundo Municipal de Saúde				
15.02.10.131.0300.2.689	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	040	0090
15.04.10.131.0300.2.689	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	101	0175
15.04.10.131.0300.2.689	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	102	0366
15.02.10.131.0300.2.689	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	146	1090
15.04.10.131.0300.2.689	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	156	1175
15.04.10.131.0300.2.698	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	158	1366
Procuradoria Geral do Município				
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (Procon)				
21.01.14.131.0200.2.033	Educação para o consumo	3.3.90. - Aplicações Diretas	413	0435
Secretaria Mun. de Desenv. Econ., Indústria, Comércio, Serviços e Turismo				
11.01.11.333.1260.4.221	Apoio as atividades de Trabalho e Renda	3.3.90. - Aplicações Diretas	291	0080
11.01.18.541.1260.5.259	Implantação do Parque Ambiental no Distrito de Inovação	3.3.90. - Aplicações Diretas	292	0080
11.01.22.122.0300.4.200	Manutenção das atividades administrativas	3.3.90. - Aplicações Diretas	299	0080
11.01.22.131.0300.4.222	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	310	0080
11.02.23.131.0300.4.071	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	321	0080
11.02.23.695.1060.4.062	Comercialização do produto turístico	3.3.90. - Aplicações Diretas	324	0080
11.02.23.695.1060.4.070	Manutenção e apoio as atividades de promoção do Turismo	3.3.90. - Aplicações Diretas	326	0080
Secretaria Mun. de Cultura, Esporte e Lazer				

39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades administrativas – Cultura	3.3.90. - Aplicações Diretas	500	0080
39.04.27.122.0300.4.000	Manutenção das atividades administrativas –Desporto e lazer	3.3.90. - Aplicações Diretas	549	0080
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento				
12.01.20.131.0300.2.416	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social	3.3.90. - Aplicações Diretas	700	1080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Alexandre Geiger

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 052/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017

Publicação Nº 1651051

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 052/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: KARITUR TRANSPORTE TURISMO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para a prestação de serviços de transporte especial de atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, destinado a viagens rodoviárias intramunicipais até os locais de competição pelo período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada do item um do item nº 03, ficando da seguinte forma:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do serviço	Valor unitário por Km (R\$)
03	20.000	KM	Contratação de serviços de transporte com veículo com capacidade mínima para transportar 16 (dezesesseis) passageiros sentados (incluindo o motorista), com ar-condicionado, destinados a viagens intramunicipais (com franquia de 90 (noventa) quilômetros) e intermunicipais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Poderá ser requisitado no mínimo 01 veículo e no máximo até 03 (três) veículos com capacidade para no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, incluindo o motorista.	3,09

Com o acréscimo promovido conforme acima disposto, a quantidade registrada no item nº 03 passa de 16.000 (dezesesseis mil) para 20.000 (vinte mil) quilômetros.

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Oldemar Ilson Englert.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 053/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

Publicação Nº 1651053

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 053/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 067/2017.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: TURISMO RODOCIDE LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para a prestação de serviços de transporte especial de atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, destinado a viagens rodoviárias intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição pelo período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido ao item nº 02 a quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Ata de Registro de Preços nº 057/2017, ficando da seguinte forma:

Item	Quantidade estimada	Unid.	Especificação dos serviços	Valor unitário do item R\$
02	12.500	KM	Contratação de serviços de transporte com micro-ônibus, com capacidade mínima para transportar 22 (vinte e dois) passageiros sentados (incluindo o motorista), com ar-condicionado, água e calefação, destinados a viagens intramunicipais (com franquia de 90 (noventa) quilômetros), intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Além dos requisitos solicitados o micro-ônibus deve obedecer as características que estabelece a ANTT. Poderá ser requisitado no mínimo 03 (três) veículos com capacidade para no mínimo 22 (vinte e dois) lugares, incluindo o motorista.	4,50

Com o acréscimo promovido conforme acima disposto, a quantidade registrada no item nº 02 passa de 10.000 (dez mil) para 12.500 (doze mil e quinhentos) quilômetros.

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Heron Jader Trierveiler.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 062/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

Publicação Nº 1651055

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 062/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SAVIMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS ME.

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido ao item nº 32 a quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Ata de Registro de Preços nº 053/2017, ficando da seguinte forma:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
32	500	Kg	FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2º SEMESTRE - CÓDIGO 35077 Fórmula infantil de seguimento com DHA e ARA e nucleotídeos, com prebióticos para aumento do número de evacuações e efeito bifidogênico.	24,00

Com o acréscimo promovido conforme acima disposto, a quantidade registrada no item nº 32 passa de 400 (quatrocentos) para 500 (quinhentos) quilos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2018 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.02.10.301.0751.2.661	Prestar assistência à saúde da família	3.3.90 – Aplicações Diretas	45	94

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 24/05/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Dalton Fernando Fischer e Fábio Paino Paim.

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

Dalton Fernando Fischer

Gestor do FMS

ISSEM - CONTRATO Nº 145/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2015

Publicação Nº 1650623

CONTRATO Nº 145/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 144/2015, para a prestação de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 22/06/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Rita de Cássia Guandalini Grubba Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
--	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 146/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2015

Publicação Nº 1650625

CONTRATO Nº 146/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 135/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CARDIOCLÍNICA S/S, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 06/06/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Cassio Fontoura Sócio Administrador CONTRATADA
--	--

Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
--	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO Nº 147/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2015

Publicação Nº 1650626

CONTRATO Nº 147/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 92/2015, para o fornecimento de medicamentos, que mantém entre si, a credenciada FARMÁCIA ATIVA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 07/06/18.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	José Carlos Miranda Filho Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 13/2018

Publicação Nº 1650629

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 13/2018

Termo de Descredenciamento que fazem entre si o INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM e ODONTO CLÍNICA HARMONY LTDA, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 033/2003, regulado pelo Decreto nº 5.313/2004, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 623, Centro Comercial Vassel, sala 06, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. ADEMAR POSSAMAI, doravante denominado simplesmente “ISSEM”, e a empresa ODONTO CLÍNICA HARMONY LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.640.183/0001-51, devidamente qualificado no Termo de Credenciamento, doravante designado simplesmente como “CREDENCIADO”, têm certo e ajustado o presente Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Descredenciamento é a rescisão do Contrato para FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo ISSEM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data da assinatura do descredenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo o mesmo ser publicado, em resumo, no órgão oficial de divulgação dos atos municipais. Este Termo de Descredenciamento entra em vigor na data de assinatura.

Jaraguá do Sul, 25 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Débora Cristina S. C. Molon Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

LEI Nº 7.679/2018

Publicação Nº 1651924

LEI Nº 7.679/2018
Denomina Estrada.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Estrada JGS Nº 576, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Rural, passa a denominar-se EURICO LEMKE.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 7.680/2018

Publicação Nº 1651925

LEI Nº 7.680/2018

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.128.03002.825 - Capacitação de Servidores - FMAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.90 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

16.01.91 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.122.08502.804 - Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.64 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

16.01.08.244.08512.810 - Manutenção das Atividades dos Centros

de Referência de Assistência Social - CRAS
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
16.01.72 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7.681/2018

Publicação Nº 1651926

LEI Nº 7.681/2018

Altera, Acresce e Revoga Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13 de Agosto de 2015, Alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11 de Abril de 2017, que Dispõem Sobre o Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 1º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), instituído pela Lei Municipal Nº 4.372/2006, de 08 de agosto de 2006, é órgão colegiado consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder, tendo como objetivos básicos estabelecer, acompanhar, controlar e avaliar a Política Municipal de Habitação e gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).”

Art.2º O artigo 2º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos incisos I, II, III, IV e V:

“Art.2º O Conselho tem por finalidade participar da formulação de Políticas Públicas de Habitação, no estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação, bem como gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), objetivando sua administração, seu controle e supervisão, mediante os seguintes objetivos específicos:

I - assegurar a eficiência nas operações;

II - salvaguardar os recursos contra desperdícios ou perdas indevidas;

III - reduzir passivos e custos, cumprindo efetivamente os seus propósitos;

IV - assegurar a precisão e confiabilidade das informações; e

V - atingir o cumprimento das metas e objetivos previstos pelas diretrizes da Política Habitacional de Jaraguá do Sul e o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).”

Art.3º O artigo 3º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação, revogados os incisos III e X do mesmo artigo:

“Art.3º Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) quanto à Política Habitacional:

I - participar da elaboração e fiscalizar a implementação dos planos e programas da Política Habitacional de Interesse Social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades, bem como promover a sua implementação e a sua atualização, quando necessário;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos, bem como o desempenho dos programas e projetos habitacionais;

III - constituir Comissão Especial para participação em Conselhos Regionais de Habitação, quando necessário;

IV - estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das Políticas Públicas Habitacionais e de Desenvolvimento Urbano;

V - possibilitar ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões atinentes à Política Habitacional;

VI - participar, apoiar e promover as Conferências Regionais de Habitação, seminários, simpósios, fóruns e demais eventos ligados à Política Habitacional do Município;

VII - articular-se com as demais instâncias de participação popular do Município;

VIII - definir os critérios de atendimento e seleção dos inscritos em programas habitacionais cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder, com base nas diferentes realidades e problemas que envolvam a questão habitacional no Município;

IX - acompanhar as diretrizes da Política Nacional de Habitação;

X - elaborar ou alterar seu Regimento Interno, com a aprovação da maioria absoluta dos seus membros;

XI - pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à Política Habitacional;

XII - reunir-se, ordinária e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno;

XIII - regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus membros.”

Art.4º Fica acrescido ao Capítulo I - Da Competência, do Título II - Da Competência, Composição e Organização, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, o seguinte artigo 3º-A:

“Art.3º-A Ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) compete:

I - estabelecer diretrizes e critérios para a priorização de linhas de ação, alocação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e dos programas habitacionais, visando o atendimento dos beneficiários, observado o disposto nesta Lei, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

II - acompanhar a aplicação dos recursos oriundos dos Governos Federal, Estadual e Municipal ou repassados por meio de convênios;

III - fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

IV - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

V - gerir a aplicação dos recursos destinados à habitação de interesse social;

VI - deliberar sobre as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

VII - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares aplicáveis ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) nas matérias de sua competência;

VIII - supervisionar a gestão financeira e contábil do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

IX - avaliar a prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

X - prestar contas mediante Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

§1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I, do caput, deste artigo, deverão observar, ainda, as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal Nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) vier a receber recursos federais.

§2º Para fins de prestação de contas, considera-se Relatório de Gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos, metas propostas e alcançadas, indicadores ou parâmetros de gestão e análise do resultado alcançado em instrumento específico.

§3º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas e projetos habitacionais, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§4º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), poderá promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.”

Art.5º Os incisos I e II, do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) será composto por representantes do Poder Público Municipal e de Entidades Não Governamentais, sendo:

I - 08 (oito) representantes do Poder Público:

a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Habitação ou Diretor(a) de Habitação, ou outros que os sucederem, como membro nato, na qualidade de Presidente;

b) 02 (dois) representantes da Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outros órgãos ou unidades que as substituírem;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ou outro órgão ou unidade que a suceder;

d) 01 (um) representante da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outros órgãos ou unidades que as substituírem;

e) 01 (um) representante da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), ou outro órgão ou unidade que a substituir;

- f) 01 (um) representante da Diretoria de Proteção e Defesa Civil, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, ou outros órgãos ou unidades que as substituam;
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir.

II - 08 (oito) representantes dos Movimentos Populares e Sociedade Civil Organizada:

- a) 01 (um) representante de instituições de Ensino Superior, com cursos afetos à área de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo ou Serviço Social;
- b) 01 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Jaraguá do Sul (AEAJS);
- c) 01 (um) representante do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul;
- d) 03 (três) representantes da União Jaraguense das Associações de Moradores (UJAM);
- e) 01 (um) representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul - "Bombeiros Voluntários";
- f) 01 (um) representante de Entidades Religiosas.

..."

Art.6º O §3º, do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º ...

...

§3º O representante de Entidades Religiosas, constante da alínea "f", do inciso II - Representantes Dos Movimentos Populares e Sociedade Civil Organizada, será eleito através de fórum próprio, organizado pela Secretaria Executiva do Conselho, na forma do Regimento Interno. Os demais representantes serão indicados pelas próprias entidades.

..."

Art.7º O §1º, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º ...

§1º Os Conselheiros Governamentais e dos Movimentos Populares e Sociedade Civil Organizada poderão ser substituídos a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

..."

Art.8º A Seção II, do Capítulo II - Da Composição, do Título II - Da Competência, Composição e Organização, passa a ser identificada como "Seção II - DOS MOVIMENTOS POPULARES E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA".

Art.9º O artigo 6º, caput, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º Implicará na perda da representação dos Movimentos Populares e Sociedade Civil Organizada:

..."

Art.10. O inciso I, do artigo 12, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.358/2017, de 11/04/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.12. ...

I - discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados nos artigos 3º e 3º-A;

..."

Art.11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7.682/2018

Publicação Nº 1651928

LEI Nº 7.682/2018

Reestrutura, dá nova denominação ao Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab), que passa a denominar-se Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), e institui a Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADE**Seção I**
DA DENOMINAÇÃO

Art.1º O Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab), criado pela Lei Municipal Nº 1.824/1994, de 04/05/1994, alterada pelas Leis Municipais Nº 2.071/1995, de 18/12/1995, 4.616/2007, de 13/04/2007, e 6.146/2011, de 28/09/2011, passa a denominar-se FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS).

Seção II
DA FINALIDADE

Art.2º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), de natureza orçamentária, financeira e contábil, tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários e proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, os serviços, os programas e projetos destinados a implementar Políticas Habitacionais de Interesse Social.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) deve ser inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), na condição de Matriz.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS)

Art.3º Constituem recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS):

I - recursos provenientes das receitas do Município, através de dotações orçamentárias da transferência intragovernamental voluntária designada pelo Poder Executivo Municipal ao objeto do Fundo, cujo montante fica definido no orçamento de cada ano, repassados em até 12 (doze) parcelas, conforme as disponibilidades financeiras do Município;

II - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

III - recursos provenientes de empréstimos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperações nacionais e internacionais para Programas de Habitação;

IV - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferência de legados de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais;

V - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

VI - receitas oriundas de concessão de direito real de uso sobre áreas públicas, da transferência do direito de construir e outorga onerosa podendo ser destinada a Programas de Regularização Fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

VII - contribuições, subvenções ou auxílios específicos de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

VIII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos ou instrumentos congêneres realizados entre o Município e Entidades Governamentais e Não-Governamentais;

IX - receitas provenientes de alienação de imóveis, aforamento, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de Programas Habitacionais ou de Regularização Fundiária de Interesse Social;

X - receitas provenientes da amortização da dívida dos beneficiários de Programas Habitacionais de Interesse Social;

XI - recursos provenientes do Fundo Nacional e Estadual de Habitação de Interesse Social;

XII - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei.

Parágrafo único. Havendo recursos orçamentários ou financeiros provenientes das receitas próprias do Município, através de dotações orçamentárias da transferência intragovernamental previstas nos incisos I e XII, deste artigo, junto ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), após o transcurso do exercício financeiro sem a efetiva destinação e não havendo projeto em tramitação, deverão os mesmos retornarem à fonte de origem.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art.4º Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial.

Art.5º As aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) serão destinadas às ações vinculadas aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social que contemplem:

I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma de unidades habitacionais de áreas caracterizadas de interesse social em áreas urbanas e rurais;

II - financiamento total ou parcial para execução de ações relativas à gestão da Política Habitacional de Interesse Social, podendo ser diretamente aos beneficiários de unidades habitacionais, da regularização fundiária e Programas Habitacionais de Interesse Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Municipal competente ou com ela conveniados ou contratados;

III - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

IV - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social em áreas urbanas e rurais;

V - implantação de infraestrutura, equipamentos urbanos, complementares aos Programas Habitacionais de Interesse Social;

VI - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias de interesse social em áreas urbanas e rurais;

VII - ações em projetos de construção em regime de autogestão, inclusive capacitação popular para execução das obras;

VIII - elaboração de projetos urbanísticos, habitacionais, infraestrutura, entre outros estudos e levantamentos necessários à elaboração destes projetos, de áreas caracterizadas de interesse social em áreas urbanas e rurais;

IX - aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais de interesse social;

X - ações de desenvolvimento social vinculadas à implantação de projetos habitacionais;

XI - produção e divulgação das ações relativas à Política Habitacional de Interesse Social no Município de Jaraguá do Sul;

XII - aquisição de itens permanentes ou de consumo para programas, projetos e serviços desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política Habitacional ou por órgãos conveniados;

XIII - capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da Política Habitacional de Interesse Social e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos de habitação de interesse social;

XIV - manutenção do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS);

XV - outros programas, projetos, ações, intervenções e despesas de operacionalização que visem implementar ações na área de habitação de interesse social na forma deliberada pelo Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

Art.6º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por intermédio da Diretoria de Habitação, ou outros órgãos ou unidades que as substituírem, é o órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS)

Art.7º O Chefe do Poder Executivo Municipal, como ordenador primário das despesas, designará 01 (um) servidor para exercer as funções de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), sendo, preferencialmente, o(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Habitação ou o(a) Diretor(a) de Habitação, ou outros que os substituírem, disponibilizando a estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da lei.

Parágrafo único. Acompanhará a assinatura do responsável ordenador de despesas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a título de controle de despesas, a assinatura de mais 01 (um) responsável indicado pelo Prefeito de Jaraguá do Sul, devendo ser preferencialmente 01 (um) servidor lotado na Diretoria de Habitação, ou outro órgão ou unidade que a suceder, que é o órgão responsável pela operacionalização das contas do FMHIS.

Art.8º São atribuições do ordenador de despesas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS):

I - preparar as demonstrações mensais das receitas e despesas a serem encaminhadas à Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder;

- II - registrar os recursos orçamentários vinculados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- III - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidações e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
- IV - comunicar ao Setor de Patrimônio do Município sobre os bens patrimoniais adquiridos pelo Fundo para a realização do controle necessário;
- V - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, contribuições, doações, alienações de imóveis ou outras fontes realizadas na forma da lei;
- VI - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo, em nenhuma hipótese excedendo os limites de dotações orçamentárias;
- VII - prestar contas na forma da lei;
- VIII - preparar e encaminhar, ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), as demonstrações de receitas e despesas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) para serem submetidas à apreciação e aprovação;
- IX - manter os controles necessários sobre convênios, contratos e instrumentos congêneres vinculados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

CAPÍTULO VI **DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO** **DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS)**

Art.9º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) será gerido pelo Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, objetivando sua administração, seu controle e supervisão, mediante os seguintes objetivos específicos:

- I - assegurar a eficiência nas operações;
- II - salvaguardar os recursos contra desperdícios ou perdas indevidas;
- III - reduzir passivos e custos, cumprindo efetivamente os seus propósitos;
- IV - assegurar a precisão e confiabilidade das informações; e
- V - atingir o cumprimento das metas e objetivos previstos pelas diretrizes da Política Habitacional de Jaraguá do Sul e o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Parágrafo único. A composição do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) deverá ter como garantia o princípio democrático da escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de Movimentos Populares, bem como representantes do Poder Público Municipal e Sociedade Civil Organizada.

CAPÍTULO VII **DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL (CMHJS) - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE** **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS)**

Art.10. Ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), compete:

- I - estabelecer diretrizes e critérios para a priorização de linhas de ação, alocação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e dos Programas Habitacionais, visando o atendimento dos beneficiários, observado o disposto nesta Lei, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- III - gerir a aplicação dos recursos destinados à habitação de interesse social;
- IV - deliberar sobre as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- V - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), nas matérias de sua competência;
- VI - supervisionar a gestão financeira e contábil do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- VII - avaliar a prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- VIII - prestar contas mediante Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

§1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I, do caput, deste artigo deverão observar, ainda, as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal Nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) vier a receber recursos federais.

§2º Para fins de prestação de contas, considera-se Relatório de Gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos, metas propostas e alcançadas, indicadores ou parâmetros de gestão e análise do resultado alcançado em instrumento específico.

§3º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas e projetos habitacionais, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§4º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), poderá promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e Programas Habitacionais existentes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art.11. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art.12. Ficam revogadas as Leis Municipais Nºs 1.824/1994, de 04/05/1994, alterada pelas Leis Municipais Nº 2.071/1995, de 18/12/1995, 4.616/2007, de 13/04/2007, e 6.146/2011, de 28/09/2011, ficando os saldos orçamentários, financeiros e contábeis transferidos do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab) para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

Art.13. Os atos necessários à regulamentação serão expedidos em até 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art.14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 7.683/2018

Publicação Nº 1651929

LEI Nº 7.683/2018

Denomina o Portal Turístico Germânico.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Portal Turístico Germânico da cidade de Jaraguá do Sul, localizado na Rodovia Wolfgang Weege - SC 110 - Km 25, passa a denominar-se HEINZ BARTEL.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revoga-se a Lei Municipal Nº 7.409/2017, de 22 de junho de 2017.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 086/2018/COGEM

Publicação Nº 1651213

PORTARIANº 086/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 063/2018/2ªCPPAD, de 07/06/2018, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 07/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 017/2017, instaurado pela Portaria nº 775/2017, de 31/07/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 087/2018/COGEM

Publicação Nº 1651215

PORTARIANº 087/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 104/2018/1ª CPAD, de 05/06/2018, da 1ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/05/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2018, instaurado pela Portaria Nº 060/2018, de 26/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/05/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 088/2018/COGEM

Publicação Nº 1651216

PORTARIANº 088/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 100/2018/1ª CPAD, de 29/05/2018, da 1ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/04/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2017, instaurado pela Portaria Nº 1013/2017, de 09/10/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 089/2018/COGEM

Publicação Nº 1651217

PORTARIANº 089/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 101/2018/1ª CPAD, de 29/05/2018, da 1ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/04/2018, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2017, instaurado pela Portaria Nº 1093/2017, de 06/11/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/04/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 090/2018/COGEM

Publicação Nº 1651218

PORTARIANº 090/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 103/2018/1ª CPAD, de 05/06/2018, da 1ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/04/2018, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 034/2017, instaurado pela Portaria Nº 1179/2017, de 30/11/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/04/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 091/2018/COGEM

Publicação Nº 1651220

PORTARIANº 091/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 109/2018/1ª CPAD, de 05/06/2018, da 1ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/05/2018, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 039/2017, instaurado pela Portaria Nº 1217/2017, de 08/12/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/05/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 092/2018/COGEM

Publicação Nº 1651222

PORTARIANº 092/2018/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 004/2018, de 08/06/2018, da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 001/2018, instaurado pela Portaria Nº 141/2018, de 12/03/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 428/2018

Publicação Nº 1651930

PORTARIANº 428/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, e 211/2017, de 20/12/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 113/2018/Semad/DGP/GAS, de 06/06/2018, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25/05/2018 a 21/06/2018, à servidora pública municipal ARACI PIEPPER, matrícula 8135, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/05/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 429/2018

Publicação Nº 1651931

PORTARIANº 429/2018

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 009/2018/CAEDSEP, de 07/06/2018, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Daiana Marcele Borges Fortes	10635	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	05/02/14	05/08/17
Marcos Elias Nunes	10798	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal de Educação	11/04/14	11/04/17
Sebastião Ricardo Borba	10993	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal de Educação	12/08/14	12/08/17
Stella Maris Tavares Macedo	10736	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	10/03/14	23/06/17
Emanoele Isabela Matias	10994	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	25/08/14	25/08/17
Liliane Aparecida Dellagiustina Oesterreich	10966	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	16/07/14	16/07/17
Mara Karyna da Silva Siewerdt	10439	Orientadora Educacional	Secretaria Municipal de Educação	14/05/13	01/07/17
Lidiane Silveira	10755	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal de Educação	17/03/14	17/09/17
Damaris Afflen	11012	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	08/09/14	08/09/17
Janaina Fatima Anacleto Duwe	10637	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	05/02/14	18/09/17
Roberta Bertoli	11015	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	16/09/14	16/09/17
Luciani Cristina Siewerdt Stein	10757	Pedagoga	Secretaria Municipal de Educação	19/03/14	19/09/17

Fabiane Gomes dos Santos	10641	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	06/02/14	16/09/17
Ademir Martins dos Santos	10996	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	25/08/14	25/08/17
Michele Pinheiro do Nascimento	11010	Auxiliar em Saúde Bucal	Secretaria Municipal de Saúde	01/09/14	01/09/17
Patricia da Silva Rigon	10480	Fiscal de Vigilância em Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	10/06/14	10/06/17
Lucimar Esser	11000	Cuidadora Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	22/08/14	22/08/17
Mariane Sauer	11008	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	01/09/14	01/09/17
Viviane Domingos	10215	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	02/05/12	01/09/17
Ana Paula Campos Barbosa Carvalho Chagas	10750	Pedagoga	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	14/03/14	14/09/17
Ana Kris Faccin Furtado	11016	Cuidadora Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	17/09/14	17/09/17
Gislaine Paula da Silva	10339	Pedagoga	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	19/08/14	19/08/17
Adilson José Tlusz	9744	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	07/08/14	07/08/17
Zeni do Belem Brugge	9670	Pedagoga	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	02/04/14	14/12/17
Rosana Regina Kluge Bortolotto	10767	Agente Administrativo	Secretaria Municipal da Administração	24/03/14	24/09/17
Helder Natalicio Vareiro	11014	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	11/09/14	11/09/17
Claudemir Wulf	10981	Agente Operacional	Secretaria Municipal da Administração	07/08/14	07/08/17
Mariana Araújo Marcório Castro	11006	Procuradora Municipal	Procuradoria-Geral do Município	01/09/14	01/09/17
Cristiane Margaret Kohls Stammerjohann	7778	Fiscal Tributaria	Secretaria Municipal da Fazenda	03/06/14	02/08/17
Deise Iara de Souza Silva Barbosa Fernandes	10997	Ouvidora	Secretaria Municipal da Administração	19/08/14	19/08/17

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 430/2018

Publicação Nº 1651932

PORTARIANº 430/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a necessidade de formulação e implementação das políticas relacionadas à seleção, aquisição, prescrição e dispensação de produtos farmacêuticos do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município;

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 8.080/1990, de 19/09/1990, e suas Portarias reguladoras;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 3.916/1998, de 30/10/1998 - Política Nacional de Medicamentos, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 338/2004, de 06/05/2004, do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 971/2006, de 03/05/2006, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 204/GM, de 29/01/2007, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 2.583/2007, de 10/10/2007, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 2.982/2009, de 26/11/2009, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o Decreto Federal Nº 7.508/2011, de 28/06/2011;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 533/2012, de 28/03/2012, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 1.555/GM, de 30/07/2013, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas dos SUS;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0458/2018/Semsa, de 25/05/2018, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º Instituir a COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (CFT), composta por equipe multidisciplinar para nortear as rotinas existentes nas Unidades de Saúde, considerando as pactuações e legislação vigente.

Art.2º A CFT é uma instância colegiada, de caráter consultivo e deliberativo, que tem por finalidade assessorar ao gestor e equipe de saúde na formulação e implementação das políticas relacionadas com a seleção, programação, prescrição e uso racional de medicamentos, bem como participar da elaboração e implementação de programas afins com o conhecimento e o uso racional de medicamentos e correlatos.

Art.3º À CFT compete:

I - elaborar normas, estabelecer padrões, conceitos e definições para garantia da qualidade no tratamento medicamentoso à população, a baixo custo e com segurança;

II - atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (Remume) com base na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) vigente;

III - examinar e emitir parecer com referência a medicamentos no que diz respeito à proposta de substituição ou eliminação da Remume, e correlatos padronizados e novas aquisições;

IV - acompanhar o Formulário Terapêutico Nacional, assim como instruções e normas de sua aplicação;

V - divulgar o Protocolo de Assistência Farmacêutica;

VI - deliberar sobre a obtenção de medicamentos que não tenham sido relacionados para uso regular (que não integram a Remume);

VII - validar protocolos de tratamento medicamentoso elaborados pelo Ministério da Saúde;

VIII - fomentar e participar de atividades educacionais dirigidas à equipe de saúde;

IX - assessorar todas as atividades relacionadas ao uso racional de medicamentos;

X - fornecer subsídios técnicos para o enfrentamento de processos judiciais relacionados a medicamentos e correlatos, de forma a minimizar custos e ações judiciais e melhorar com agilidade o atendimento à população, sem prejuízo da qualidade da medicação prescrita;

XI - analisar os pedidos de dispensação de medicamentos excepcionais, devendo emitir parecer favorável ou não, podendo indicar medicamento similar constante na relação do SUS, em substituição àquele prescrito;

XII - prestar informações a magistrados e promotores e avaliar casos excepcionais em que o tratamento deva ser proporcionado por falta de alternativa viável no SUS.

Art.4º A CFT será constituída pelos seguintes servidores públicos municipais:

- MARIA LÚCIA RODRIGUES - Farmacêutica Bioquímica - Vice-Presidente
- PAULO ROBERTO MIRANDA - Farmacêutico - Presidente e Organizador
- TANIA MARA FODI - Judicialização
- LUIZ FERNANDO SABÓIA PITTA GONÇALVES - Médico Auditor
- JOSÉ JORGE MAGRIS FERNANDES - Médico do ESF
- TATIANA HELENA BRAUN JOAQUIM - Farmacêutica - 1ª Secretária
- JOYCE RIBEIRO BUENO - Gerente de Programas de Saúde
- LUCIMARA GABARDO TARACHUCKY – Encarregada-Líder da Gestão Social de Distribuição de Medicamentos
- ROBSON SCHORR - Enfermeiro
- ANDREA MARIA DE ALBUQUERQUE BUCHMANN – Enfermeira
- KATRIN GRÜTZMACHER - Farmacêutica

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias Nºs 1021/2014, de 03/06/2014, e 706/2016, de 12/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 431/2018

Publicação Nº 1651933

PORTARIANº 431/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR para 07/06/2018 a data de exoneração, a pedido, de DALMO LUÍS WITKOWSKI, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE RECEITA FISCAL, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município, constante do artigo 1º, da Portaria Nº 421/2018, de 06/06/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 432/2018

Publicação Nº 1651934

PORTARIANº 432/2018

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que

considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 010/2018/CAEDSEP, de 08/06/2018, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Suzane Venturin	11264	Geógrafa	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	21/07/14	21/07/17
Marcelo Gumboski	11269	Engenheiro	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	01/09/14	01/09/17
Ricardo Amadio	11271	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio Serviços e Turismo	01/09/14	01/09/17
Luciana Hartmann	11268	Engenheira	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	05/11/14	05/11/17
Lizziane Mylena Volkmann	11267	Arquiteta e Urbanista	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	10/09/14	10/09/17

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 433/2018

Publicação Nº 1651936

PORTARIANº 433/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do §2º, do artigo 17, da Lei Municipal Nº 7.301/2016, de 09/12/2016, alterada pela Lei Municipal Nº 7.492/2017, de 10/11/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 293/2018/Semash, de 06/06/2018, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 29/05/2018, a Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, MARIA SANTIN CAMELLO, ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), para movimentar e aplicar os recursos do mesmo, em conjunto com o representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), EDSON WILLIAN PIOTTO.

Art.2º As contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/05/2018, revogada a Portaria Nº 061/2017, de 25/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 434/2018

Publicação Nº 1651937

PORTARIANº 434/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, SIDNEI CORREA DE ALMEIDA da função gratificada de SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 939/2017, de 20/09/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 435/2018

Publicação Nº 1651938

PORTARIANº 435/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, FLAVIO MANFREDO HORNBURG da função gratificada de SUPERVISOR DE RECURSOS FÍSICOS, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 835/2017, de 16/08/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 436/2018

Publicação Nº 1651939

PORTARIANº 436/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, MÁRCIO BYLAARDT da função gratificada de SUPERVISOR DE RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 708/2017, de 12/07/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 437/2018

Publicação Nº 1651940

PORTARIANº 437/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, MARIA SANDRA FORLIN KLEIN da função gratificada de SUPERVISORA DE CADASTRO TÉCNICO, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1184/2017, de 23/11/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 438/2018

Publicação Nº 1651941

PORTARIANº 438/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a pedido, a partir de 13/06/2018, JACKCIANE EYNG CANDIDO da função gratificada de SUPERVISORA DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DA MULHER E SAÚDE DO HOMEM, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 084/2018, de 28/02/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 439/2018

Publicação Nº 1651942

PORTARIANº 439/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos

Nº 0005677/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, MARIAN UBER ALEXANDRE da função gratificada de SUPERVISORA DE CONTABILIDADE, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 190/2018, de 16/03/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 440/2018

Publicação Nº 1651943

PORTARIANº 440/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, MICHELLI GRASIELA PINHEIRO da função gratificada de SUPERVISORA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSSES, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 719/2017, de 13/07/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 441/2018

Publicação Nº 1651944

PORTARIANº 441/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, MARLENE ALFLEN BORDIN da função gratificada de SUPERVISORA DE REGULAÇÃO DE PROCESSOS DA PRODUÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 012/2018, de 02/02/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 442/2018

Publicação Nº 1651945

PORTARIANº 442/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, MIRIAN MIRANDA FEDER da função gratificada de SUPERVISORA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.
Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 717/2017, de 13/07/2017.
Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 443/2018

Publicação Nº 1651946

PORTARIANº 443/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, RAUL HENRIQUE DOS SANTOS da função gratificada de SUPERVISOR DE RECURSOS NATURAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, do Poder Executivo do Município.
Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 934/2017, de 19/09/2017.
Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 444/2018

Publicação Nº 1651947

PORTARIANº 444/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, ROBERSON RICARDO RANCH da função gratificada de SUPERVISOR DE TOPOGRAFIA, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.
Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 049/2018, de 15/02/2018.
Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 445/2018

Publicação Nº 1651949

PORTARIANº 445/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, SONIA MARIA DE MIRANDA SAGANSKI da função gratificada de SUPERVISORA DAS EQUIPES TÉCNICAS DOS POSTOS DE SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1107/2017, de 09/11/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 446/2018

Publicação Nº 1651950

PORTARIANº 446/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o disposto na Decisão Administrativa Nº 061/2018/Gabpref, de 04/06/2018, do Gabinete do Prefeito, constante dos Autos Nº 0005677/2018;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 111/2018/ChefiaGabpref-DDA, de 12/06/2018, da Diretoria de Decisões Administrativas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 13/06/2018, ROBERTO BASSI da função gratificada de SUPERVISOR DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 718/2017, de 13/07/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018/FMDCA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A SOCIEDADE CORINTIAS ESPORTE CLUBE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Publicação Nº 1651394

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018/FMDCA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A SOCIEDADE CORINTIAS ESPORTE CLUBE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município, por intermédio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, doravante denominado FMDCA, com sede em Jaraguá do Sul, situado a rua Walter Marquardt, nº 1.111, inscrito no CNPJ/MF nº 19.017.911/0001-50, neste ato representado pela Secretária de Administração Municipal Sr. Argos José Burgardt e pela Ordenadora a Srª Maria Santin Camello, e do outro lado, SOCIEDADE CORINTIAS ESPORTE CLUBE, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à Rua da Expedicionário Oswaldo Kanzler, nº 25 – Bairro Jaraguá Esquerdo, Cidade Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.253-290, inscrita no CNPJ sob o nº 83.784.926/0001-42, neste ato representado por sua Presidente, a Srª Herta Heinert Priebe, portador (a) da Carteira de Identidade nº 646406, e CPF nº 029.884.349-80, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2017/CMDCA, tendo em vista o que consta do Processo nº 001/2017/CMDCA e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Municipal nº 11.528/2017 e das Leis Orçamentárias vigentes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto e finalidade do repasse

1.1. Este Termo de Fomento, tem por objeto a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA à OSC para execução de projeto(s) de atendimento, promoção, proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes, destinado à satisfação de interesses compartilhados pela Administração Pública e pela Organização da Sociedade Civil, consoante Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho estabelecidas no edital e no processo administrativo de seleção, para o

Nome do Projeto: PROJETO BICICROSS 2018

Objeto: Suprir a carência de recursos para oportunizar o acesso de crianças e adolescentes hipossuficientes, ou não, a participarem em treinamentos e competições estaduais e nacionais

Eixo temático: Projeto de Esporte e Lazer

Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros, se for o caso: R\$ 77.150,00 (setenta e sete mil e cento e cinquenta reais) a serem depositados em parcela única

Equipe técnica mínima: 01 profissional de Educação Física

Número mínimo de atendimentos mensais: 27

Carga horária semanal mínima da equipe:

Meta: Atender 27(vinte e sete) crianças entre 05(cinco) e 17 (dezesete anos)

Prazo máximo de execução: 11(onze) meses

Finalidade: Proporcionar condições aos atletas de Bicicross, com melhores condições de treinamento e garantir a participação dos mesmos em competições estaduais e/ou nacionais.

Motivo: Fomentar crianças a praticarem Bicicross.

Forma: Aquisição de materiais permanentes, de consumo e serviços

Gestor da Parceria indicado pelo Município: Comissão de Legislação e Normas/CMDCA

Legislação Municipal específica: Decreto Municipal 11.528/2017

1.2. O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Poder Executivo.

1.3. Os recursos financeiros relativos ao repasse da CMDCA serão depositados na conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

1.3.1. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

1.3.2. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

1.3.3. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia do CMDCA, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

1.3.4. A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

1.4. A organização da sociedade civil indicará ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, devendo essa indicação constar do instrumento da parceria, agentes os quais naturalmente devem assinar o termo de parceria a ser celebrado, a fim de que manifestar ciência expressa e decorrente concordância com as atribuições e obrigações assumidas desde o momento da celebração do ajuste, viabilizando inclusive sua regular execução, monitoramento, acompanhamento, avaliação e fiscalização, desde o nascedouro da parceria, sem solução de descontinuidade.

1.4.1. A OSC indica como dirigente, a Srª Herta Heinert Priebe, portador (a) da Carteira de Identidade nº 646406, e CPF nº 029.884.349-80.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO CMDCA.

2.1. Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

2.2. Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

2.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.4. Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.5. Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.6. Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.7. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

2.8. Exigir a prestação de contas na forma do Anexo I deste Termo de Fomento.

2.9. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

2.10. A alteração unilateral do prazo de execução e do prazo de vigência deste Termo de Fomento quando houver modificação na data de liberação dos recursos financeiros;

2.11. Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1. Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

3.1.2. data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

3.1.3. nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

3.1.4. descrição do objeto da parceria;

3.1.5. valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

3.1.6. situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

3.1.7. quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

3.2. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

3.3. responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos,

qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

3.4. manter atualizado seu cadastro junto ao concedente;

3.5. identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

3.6. movimentar os recursos na conta bancária específica;

3.7. proibição do beneficiário de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do concedente;

3.8. observar as normas para Prestação de Contas visando prestar orientação acerca da forma da prestação de contas, dos prazos, indicação expressa da documentação que deve integrar a prestação de contas e outros elementos que facilitem ao responsável cumprir adequadamente a obrigação de prestação das contas;

3.9. devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação financeira, nos casos previstos.

3.10. divulgar, na rede mundial de computadores e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o FMDCA e a Administração Pública Municipal.

3.11. solicitar ao CMDCA a prorrogação do Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho, mediante requerimento devidamente formalizado e justificado, no prazo mínimo de (sessenta dias) dias antes do término da vigência.

3.12. Constar referência do Conselho e do Fundo como fonte pública de financiamento, na publicidade e divulgação do projeto financiado com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.13. garantir o livre acesso dos conselheiros do CMDCA e servidores do Município de Jaraguá do Sul – SC do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

3.14. informar todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

4.1. O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2. Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o CMDCA deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3. São Atribuições Gerais do Gestor da parceria responsável pelos seguintes procedimentos:

4.3.1. fiscalizar a execução do Plano de Trabalho com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, consoante Edital elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

4.3.2. executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de recomendar eventual alteração no prazo de execução e de vigência do Termo de Fomento;

4.3.3. emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento em conjunto com o Presidente do Conselho relacionados aos Termos de Fomento com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, se necessário;

4.3.4. fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

4.3.5. encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

4.3.6. apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira dos projetos financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

4.3.7. manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas, para fins de acompanhamento e fiscalização;

4.3.8. determinar a correção de inadequações na execução do projeto, entrando em contato com as entidades para imediata correção do ato, sob pena de rejeição da prestação de contas.

4.3.9. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

- 4.3.10. emitir parecer técnico de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
- 4.3.11. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação
- 4.3.12. comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- 4.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- 4.4.1. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- 4.4.2. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- 4.4.3. valores efetivamente transferidos pelo FMDCA.
- 4.4.4. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;
- 4.4.5. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
- 4.5. - Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades não governamentais sujeitam-se à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 - Este Termo de Fomento terá por prazo de execução de 11 (onze) meses de 08 de junho de 2018 a 07 de junho de 2019, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto no Plano de Trabalho, acrescidos de 2 (dois) meses de prazo de vigência, para prestação de contas final.

5.2 - Os prazos de execução e de vigência podem ser prorrogados mediante Termo Aditivo, firmado pelo FMDCA e OSC.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Plano de Aplicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – para o exercício de 2018 e 2019, conforme Plano de Trabalho selecionado.

6.2 - Os recursos orçamentários para o exercício de 2018 e seguintes, conforme Plano de Trabalho selecionado(s), será (ão):

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2018	Dotação Orçamentária 2019	Recurso
08.243.0900.0.900	3.3.5.0 - Transferência à entidades privadas sem fins lucrativos	Transferência de recursos financeiros a entidades conforme deliberação do CMDCA	366	366	Próprios - Doações

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados no valor de R\$ 77.150,00 (setenta e sete mil e cento e cinquenta reais) a serem depositados em parcela única, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

7.2. Os recursos financeiros serão transferidos em parcela única.

7.3. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à OSC:

7.3.1. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho; e

7.3.2. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

7.3.3. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final pelo CMDCA e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.4. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo CMDCA, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

7.5. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

7.6. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas, conforme art. 68 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso e com as normas que regem o presente Termo de Fomento.

8.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

8.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.4. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.6. Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastrada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.1.1. Para fins de prestação de contas, a OSC deverá apresentar relatório de execução do objeto, ao FMDCA, que conterà, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

1. a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
 2. a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
 3. os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
 4. os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
 5. informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
 6. informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
 7. informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto; e
 8. justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.
9. datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado conforme proposta.

9.1.2. Quando a OSC não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o CMDCA exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

1. a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
2. o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
3. o extrato da conta bancária específica;
4. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
5. a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
6. notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

9.1.3. A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pelo CMDCA e contemplará:

1. o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
2. a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

9.1.4. A OSC deverá manter a guarda dos documentos relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

9.1.5. A OSC deverá apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias quando for o caso.

9.1.6. A análise da prestação de contas final pelo CMDCA será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido nos relatórios do CMDCA, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

1. o relatório final de execução do objeto;
2. os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
3. relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
4. relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver

9.1.7. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

9.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme proposta, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, conforme avaliação do(s) Gestor(es) da Parceria.

9.3. O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- 9.3.1. extrato da conta bancária específica;
- 9.3.2. notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;
- 9.3.3. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 9.3.4. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
- 9.3.5. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

9.4. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.5. A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- 9.5.1. relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- 9.5.2. relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

9.6. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

- 9.6.1. os resultados já alcançados e seus benefícios;

9.6.2. os impactos econômicos ou sociais;

9.6.3. o grau de satisfação do público alvo;

9.6.4. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.7. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos na forma da Lei Federal nº 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na Lei nº Federal nº 13.019/14 Marco Regulatório das OSC, no Decreto Municipal nº 11528/2017 no que couber ao FMDCA, na Lei Municipal nº 7.301/2016 que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências, na resolução nº32/2017/CMDCA, que dispõe sobre o Plano de Aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do ano de 2018, na resolução nº 41/2017/CMDCA/JS que dispõe sobre a Retificação da Resolução nº 35/2016/CMDCA que dispõe sobre o Plano de Aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do ano de 2017 e pela resolução 194/2017/Conanda, pelas normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina que dispõe sobre prestação de contas pelas Organizações Sociais (Instrução Normativa N.TC-14/2012 que "Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento e Instrução Normativa N.TC-0016/2013 – DOTC-e de 05.06.2013); bem como e pelas condições previstas neste Edital.

9.8. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

9.8.1. aprovação da prestação de contas;

9.8.2. aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

9.9. As prestações de contas serão avaliadas:

9.9.1. regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.9.2. regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

9.9.3. irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.9.3.1. omissão no dever de prestar contas;

9.9.3.2. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.9.3.3. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.9.3.4. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.10. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.10.1. O prazo referido no item 9.10 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.10.2. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9.12. A periodicidade para a apresentação dos processos de Prestação de Contas obedecerá as disposições constantes dos artigos 74, 80 e 82 do Decreto Municipal nº 11.528, de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONCLUSÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

10.1. O instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do inciso XVI, do artigo 42, da Lei Federal Nº 13.019/2014 e alterações.

10.2. Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes

10.3. Nas hipóteses de inexecução por dolo ou culpa exclusiva da Organização da Sociedade Civil, a Administração Pública Municipal poderá, exclusivamente, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

I - retomar os bens;

II – tomar medidas administrativas e judiciais cabíveis para evitar prejuízos ao Projeto.

10.4. No caso da transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal deverá convocar Organização da Sociedade Civil participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

10.5. Na impossibilidade justificada da convocação de que trata esta cláusula, ou na ausência de interesse das Organizações da Sociedade Civil convocadas, a Administração Pública Municipal, poderá assumir diretamente a execução do objeto ou realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

11.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes, bem como os bens materiais permanentes adquiridos por ela com os recursos provenientes da parceria.

11.2. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

11.2.1. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

11.2.2. os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

11.2.3. o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

11.2.4. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

11.5. O CMDCA determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

11.5.1. caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

11.5.2. no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019/2014.

11.6. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

11.6.1. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de cento e cinquenta dias de análise da prestação de contas final pela mesma; e

11.6.2. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste item, com subtração de eventual período de inércia do CMDCA quanto ao prazo de cento e cinquenta dias de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal.

11.7. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Sanções Administrativas às Organizações da Sociedade Civil

12.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, com as normas do Decreto Municipal nº 11.528/2017 e com as normas da Lei Federal Nº 13.019/2014 e alterações, e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá aplicar, à Organização da Sociedade Civil, as seguintes sanções:

I – advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebração de parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos; ou

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contratos previstos na Lei Federal Nº 9.637/1998 com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

12.2. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

12.3. A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que for verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos.

12.4. A sanção de advertência é de competência do Gestor da Parceria.

12.5. As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do (à) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), ouvido previamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Gestor dos recursos do FMDCA – Jaraguá do Sul.

12.6. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.

12.7. A responsabilidade da Organização da Sociedade Civil será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

12.8. Compete ao (à) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), ouvido o órgão Plenário do CMDCA, decidir sobre recurso administrativo interposto em face de decisão de aplicação das penalidades, salvo nos casos de aplicação de advertência, quando o recurso deverá ser endereçado ao Gestor do FMDCA - Jaraguá do Sul.

12.9. A autoridade competente notificará a Organização da Sociedade Civil e seus representantes para, caso assim o desejarem, apresentarem defesa quando verificada conduta irregular que lhes for atribuída e expor os motivos da possibilidade de aplicação da sanção.

12.10. A ciência da notificação assegurará vista imediata dos autos.

12.11. A notificação da Organização da Sociedade Civil deverá ser efetuada por correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou mediante protocolo na sede ou filial da Organização da Sociedade Civil.

12.12. O prazo para apresentação de defesa, contado da data de juntada do Aviso de Recebimento (AR) ou do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo correspondente será de:

I - 05 (cinco) dias, quando as sanções propostas for advertência;

II - 10 (dez) dias, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso II, do item 12.1. deste Termo de Fomento;

III - 15 (quinze) dias, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso III, do item 12.1. deste Termo de Fomento.

12.13. Com a apresentação de defesa, em qualquer caso, os órgãos técnicos deverão se manifestar e, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III, do item 12.1. deste Termo de Fomento, deverá ocorrer também manifestação da área jurídica.

12.14. Decorrido o prazo para defesa e após a manifestação dos órgãos técnicos e jurídicos, se for o caso, o Gestor da Parceria, no prazo de 10 (dez) dias, relatará o processo e encaminhará ao Gestor do FMDCA que decidirá, fundamentadamente, pela aplicação ou não da sanção, determinando, conforme o caso, o período de sua duração.

12.15. A decisão de aplicação das penalidades será publicada através dos meios oficiais de comunicação, assegurada à Organização da Sociedade Civil vista dos autos e oportunidade para apresentação de recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias.

12.16. Interposto recurso pela Organização da Sociedade Civil, a autoridade recorrida o apreciará no prazo de 10 (dez) dias e, decidindo pela manutenção da penalidade aplicada, remeterá os autos à apreciação da autoridade superior para análise e julgamento do recurso, no

prazo máximo de 10 (dez) dias.

12.17. A ciência das decisões de primeira e segunda instância, quanto à aplicação da penalidade, será mediante publicação através dos meios oficiais de comunicação.

12.18. A reabilitação da sanção, poderá ser requerida após 02 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir o FMDCA de Jaraguá do Sul e a Administração Pública Municipal, se for o caso, pelos prejuízos resultantes de sua conduta e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

12.19. A declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a comissão do CMDCA, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 12.18.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

13.1. Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.2. No caso de aquisição de bens móveis, na eventualidade da OSC encerrar suas atividades, ou mudar os seus objetivos sociais, os bens adquiridos com recursos repassados pelo FMDCA terão a sua destinação submetida à análise e deliberação do CMDCA, observada a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO

14.1. Em razão do presente Termo de Fomento, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do CMDCA.

14.2. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

15.1. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Fomento, será obrigatoriamente destacada a participação do CMDCA, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição Federal.

15.2. A OSC deverá disponibilizar para o CMDCA a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

15.3. O CMDCA fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

Para garantir acessibilidade ao conteúdo das publicações, todo material produzido deverá apresentar os seguintes dispositivos:

15.3.1. toda obra impressa dever ser acompanhada de mídia digital acessível contendo, ao menos, um formato de texto com descrição das imagens;

15.3.2. a impressão em Braille poderá ser exigida a depender da tiragem, plano de distribuição previsto no projeto aprovado e análise do CMDCA;

15.3.3. no caso de obra audiovisual, serão exigidos, no mínimo, legenda, janela com intérprete de libras, áudio descrição e menu com áudio; e

15.3.4. no caso de obra de áudio, deverá ser disponibilizada a transcrição em texto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pelo CMDCA no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul - SC como competente para dirimir conflitos decorrentes da execução do presente Termo de Fomento.

17.2. Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

Jaraguá do Sul - SC, 08 de junho de 2018

Argos José Burgardt Secretário Municipal de Administração	Maria Santin Camello Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Jeferson P. Ferrari Presidente do Conselho Municipal dos dos Direitos da Criança e do Adolescente	Herta Heinert Priebe Representante Legal Sociedade Corintias Esporte Clube

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 - ANEXO IV

Publicação Nº 1650795

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Área (m²)	Complemento	Testada para a Rua 59	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m²	Valor Total R\$
21297	LINDOMAR C BORGES ZANAQUI/OUTR	784,49	Lote 04 - Luiz Manfrini	25,60	10 TIFA MARTINS	37	909	300,00	235.347,00
21298	ADEMAR ANGST	350,00	Lote 03 - Luiz Manfrini	14,00	10 TIFA MARTINS	37	923	300,00	105.000,00
17763	IONEIDE ARAUJO DA COSTA	650,00	Ana Paula II - Lote 234	26,00	10 TIFA MARTINS	38	628	300,00	195.000,00
20943	INCORP E ADMINISTRADORA DE BENS SME LTDA	642,27	Ana Paula III - Lote 09	28,43	10 TIFA MARTINS	38	603	300,00	192.681,00
20891	ERNESTO HENING	468,00	Ana Paula III - Lote 63 Esq. c/Rua 770	18,00	10 TIFA MARTINS	52	593	300,00	140.400,00
20890	LUIZ CARLOS BARABAS	364,00	Ana Paula III - Lote 64	14,00	10 TIFA MARTINS	52	575	300,00	109.200,00
20889	JOSIAS EVANGELISTA DIAS	468,00	Ana Paula III - Lote 65 Esq. c/Rua 771	18,00	10 TIFA MARTINS	52	561	300,00	140.400,00
19016	ADOLFO ENGELMANN E OUTRA	650,00	Ana Paula II - Lote 233 Esq. c/Rua 59	26,00	10 TIFA MARTINS	54	422	300,00	195.000,00
20944	IGREJA EVANGELICA CONGREGACIONAL DO BRASIL	650,00	Ana Paula III - Lote 08 Esq. c/Rua 59	25,00	10 TIFA MARTINS	54	473	300,00	195.000,00
20892	EDISON CESAR MORSCH	662,00	Ana Paula III - Lote 62	22,10	10 TIFA MARTINS	54	724	300,00	198.600,00
19433	ALCIDES MANFRINI	37965,35	Remanescente Tberm R:59	111,20	10 TIFA MARTINS	75	6100	300,00	11.389.605,00
20951	HELIO ANTONIO LINS	303,18	Lote 01 - Luiz Manfrini Esq. c/Rua 771	17,25	10 TIFA MARTINS	37	955	300,00	90.954,00
21299	JOSIANE G SCHIOCHET/DIONEI	473,20	Lote 02 - Luiz Manfrini	14,00	10 TIFA MARTINS	37	937	300,00	141.960,00
20893	ALTAIR LEMOS DA CRUZ	350,00	Ana Paula III - Lote 61 Esq. c/Rua 770	25,00	10 TIFA MARTINS	54	702	300,00	105.000,00

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Área (m²)	Complemento	Testada para a Rua 462	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m²	Valor Total R\$
15987	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	454,84	Esq. c/ Rua 462	34,30	14 CHICO DE PAULO	50	1091	250,00	113.710,00
11357	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	459,00		17,00	14 CHICO DE PAULO	50	1043	250,00	114.750,00
13731	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	405,00	Lote 04	15,00	14 CHICO DE PAULO	50	1026	250,00	101.250,00
21419	LUCELIA PACHECO MEDEIROS	510,12	Lote 01 - Lot. Corupa	26,00	14 CHICO DE PAULO	50	947	250,00	127.530,00
21420	DAIANE REGINA ZIMMERMANN	630,00	Lote 02 - Lot. Corupa	30,00	14 CHICO DE PAULO	50	921	250,00	157.500,00
21421	OZIEL DA ROSA E OUTA	658,12	Lote 03 - Lot. Corupa	41,00	14 CHICO DE PAULO	50	891	250,00	164.530,00
21425	BELONI LUIZ STEMPCKOSKI	360,00	Lote 07 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	110	250,00	90.000,00
21426	ADELINO BELARMINO	360,00	Lote 08 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	100	250,00	90.000,00
21427	JOAO MARIA DE JESUS	360,00	Lote 09 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	90	250,00	90.000,00
21428	ADELITA A G HENKEMAIER OUTRO	360,00	Lote 10 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	80	250,00	90.000,00
21429	JOSE ARILDO T DE CAMARGO	360,00	Lote 11 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	70	250,00	90.000,00
21430	MARCOS ANTONIO BAUNGROTZ	360,00	Lote 12 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	60	250,00	90.000,00
21431	RICARDO LUIS VOZNIAK	360,00	Lote 13 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	50	250,00	90.000,00
21432	LAURI ALVARO ERDMANN	360,00	Lote 14 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	40	250,00	90.000,00
21433	SONIA V. BECKAUSER	360,00	Lote 15 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	30	250,00	90.000,00
21435	MARIA SALTE BARVIERA/ROMILDO	360,00	Lote 17 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	10	250,00	90.000,00
21434	ODETE FERNANDES FABIANO	360,00	Lote 16 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	20	250,00	90.000,00
21436	FABIO ULLER	480,00	Lote 18 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	94	260	250,00	120.000,00
21459	HAMILTON RABELLO	480,00	Lote 41 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	93	482	250,00	120.000,00
20346	JOSE LEIER NETO	360,00	Lote 38 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	408	250,00	90.000,00
21455	JOSE ZAVAGLIA	360,00	Lote 37 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	393	250,00	90.000,00
21454	ANTONIO DE ARAUJO SIMAO	360,00	Lote 36 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	378	250,00	90.000,00
21453	IVANIR BUZZI	360,00	Lote 35 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	363	250,00	90.000,00
21452	GARCIA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,	360,00	Lote 34 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	348	250,00	90.000,00
21450	SERGIO PETRY	360,00	Lote 32 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	318	250,00	90.000,00
21449	PEDRO ARCINO DIAS	360,00	Lote 31 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	303	250,00	90.000,00
21448	JOSE DIEGO DA SILVA	360,00	Lote 30 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	288	250,00	90.000,00
21447	JUANER TOMAZ	480,00	Lote 29 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	93	273	250,00	120.000,00
20351	CARMELA ROSALIA RONGHI	360,00	Lote 40 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	438	250,00	90.000,00
20347	VANESSA PETRY	360,00	Lote 39 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	423	250,00	90.000,00
21438	EZIO AMADO DE SOUZA E OUTRO	480,00	Lote 19 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	22	560	250,00	120.000,00
21440	EVERTON KRAMER	360,00	Lote 21 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	22	520	250,00	90.000,00
21439	RICARDO REGERT	360,00	Lote 20 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	22	540	250,00	90.000,00
21441	OSMAR ROQUE VERZA	360,00	Lote 22 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	22	500	250,00	90.000,00
11261	ADILSON BORBA	420,00		15,00	14 CHICO DE PAULO	60	2378	250,00	105.000,00
25630	ILETE BUDENDORF VIEIRA	378,00	Lote 07	13,50	14 CHICO DE PAULO	60	2363	250,00	94.500,00
21417	WALDECIR LEMKE	4957,82	Remanescente	15,72	14 CHICO DE PAULO	60	2838	250,00	1.239.455,00
21446	DIREI CORREIA	480,00	Lote 28 - Lot. Corupa	20,00	14 CHICO DE PAULO	60	2690	250,00	120.000,00
21445	NILTON ZANELLA	349,50	Lote 27 - Lot. Corupa	16,00	14 CHICO DE PAULO	60	2646	250,00	87.375,00
21444	SALETE TERESINHA ENGEL	438,00	Lote 26 - Lot. Corupa	16,00	14 CHICO DE PAULO	60	2630	250,00	109.500,00
21442	GARCIA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,	662,50	Lote 23 - Lot. Corupa	15,50	14 CHICO DE PAULO	60	2583	250,00	165.625,00
11262	AIRTON PEREIRA DA COSTA/GISELE	420,00	Lote 09	15,00	14 CHICO DE PAULO	60	2393	250,00	105.000,00
21463	HERCILIO DA SILVA MAFRA	360,00	Lote 45 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	92	178	250,00	90.000,00
21462	ACACIO VARGAS	360,00	Lote 44 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	92	163	250,00	90.000,00
21461	JOAO MARINO TIBURSKI	360,00	Lote 43 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	92	148	250,00	90.000,00
21460	ELIETE MARIA JANSTCH DE CAMARGO	472,23	Lote 42 - Lot. Corupa	23,42	10 TIFA MARTINS	92	133	250,00	118.057,50
49050	JURANDIR MARCELO GRIMES	335,33	D-02	13,06	14 CHICO DE PAULO	60	2473	250,00	83.832,50
49051	ADILSON M VIEIRA	325,08	D-03	13,01	14 CHICO DE PAULO	60	2460	250,00	81.270,00
11356	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	1118,50	Lote 05	52,50	14 CHICO DE PAULO	50	1009	250,00	235.712,50
21423	JAMES MARCELO NIEMANN	360,00	Lote 33 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	333	250,00	90.000,00
21451	SERGIO PETRY	3725,32	D-01	14,00	14 CHICO DE PAULO	60	2420	250,00	931.330,00

27533	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	3135,00	A.U.P.E.	56,50	14	CHICO DE PAULO	60	2824	250,00	783.750,00
25632	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	915,00	Lote 10 - A.U.P.E.	27,00	14	CHICO DE PAULO	60	2434	250,00	228.750,00
21418	CARLOS EDUARDO GOETZ	22950,00	Remanescente II - Lot. Corupa	14,00	10	TIFA MARTINS	92	740	250,00	5.737.500,00
49052	NAYARA CRISTINA GARCIA	325,00	D-04	13,01	14	CHICO DE PAULO	60	2447	250,00	81.250,00
49049	IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL O BRASIL P CRISTO	702,23	D-01	17,08	14	CHICO DE PAULO	60	2490	250,00	175.557,50
25631	GILBERTO LEISMANN	474,07	Lote 06 Esq. c/Rua 60	20,82	14	CHICO DE PAULO	60	2350	250,00	118.517,50
21422	JAMES MARCELO NIEMANN	411,40	Lote 04 - Lot. Corupa	45,30	14	CHICO DE PAULO	50	850	250,00	102.850,00
21424	EVANDRO GUSTZAKY	480,00	Lote 06 - Lot. Corupa Esq c/R:810	20,00	10	TIFA MARTINS	94	120	250,00	120.000,00
21443	ADILSON LEWIN	528,00	Lote 25 - Lot. Corupa	16,00	14	CHICO DE PAULO	60	2614	250,00	132.000,00
21437	VENICIUS KOBUS	592,50	Lote 24 - Lot. Corupa	15,50	14	CHICO DE PAULO	60	2598	250,00	148.125,00

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Complemento	Testada para a Rua 1128	Área	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m2	Valor Total R\$
37971	JEFFERSON NICOLUZZI	lote 01 Firenze II	22,63	564,75	14 CHICO DE PAULO	35	3970	340,00	192.015,00
37975	WILSON DE SOUZA	lote 05 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	4026	340,00	119.000,00
37977	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 07 - Res Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	4054	340,00	119.000,00
37972	DIRCEU SCHONS	lote 02 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3984	340,00	119.000,00
37989	CLEMALDA VIEIRA ROSELEI BORGES	lote 29 Firenze II	22,72	649,71	14 CHICO DE PAULO	35	3940	340,00	220.907,40
38003	CAMILLO MARQUES DA SILVA	lote 33 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3882	340,00	119.000,00
38002	ILTO DE AZEVEDO VALDECIR	Lote 32 - Res Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3896	340,00	119.000,00
38001	GENIVAL FURMAN DA SILVA	lote 31 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3910	340,00	119.000,00
38000	ROSELEI SCHAPPO	lote 30 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3924	340,00	119.000,00
37979	EDUARDO C CASTALDO/LEILA C S	Lote 09 - Res Firenze II Esq. c/Rua 1024 N 496	25,71	565,21	10 TIFA MARTINS	63	173	340,00	192.171,40
37980	IRENO JONER	Lote 10 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	163	340,00	119.000,00
37981	EDSON SERGIO MAGGIONI	Lote 11 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	153	340,00	119.000,00
37982	GILDETE MISFELD AVANÇO MILNITZ	Lote 12 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	143	340,00	119.000,00
37983	EDVALDO MARTINS ALMEIDA		14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	133	340,00	119.000,00
37984	IRIA PEREIRA E SILVIO LUIZ PEREIRA	Lote 14 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	123	340,00	119.000,00
37985	MARILENE LIDIA HEIMANN	Lote 15 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	113	340,00	119.000,00
38013	ORLANDO LUIZ VAZ	lote 43 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	446	340,00	119.000,00
38012	SEBASTIAO ANTUNES	lote 42 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	432	340,00	119.000,00
38011	ADEMIR DE LIMA MARTINS	Lote 41 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	418	340,00	119.000,00
38010	FABIO LUIS HAERTEL VALDERENE APARECIDA CASAS	lote 40 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	404	340,00	119.000,00
38008	JOSIANE BIANDARO MANOEL	lote 38 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	376	340,00	119.000,00
38007	JOSE BARBOSA KRAINSKI	lote 37 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	362	340,00	119.000,00
38006	EDILSON AMARO DE MELO	lote 36 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	348	340,00	119.000,00
38005	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	lote 35 Esq. c/Rua 1024 Firenze II	12,68	505,67	10 TIFA MARTINS	23	320	340,00	171.927,60
37986	MARCELO TEIXEIRA DA COSTA		14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	103	340,00	119.000,00
37987	VALDEMIR PEREIRA DE LIMA	Lote 17 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	93	340,00	119.000,00
37988	JAIR DE CARVALHO	Lote 18 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	83	340,00	119.000,00
37989	ELIANE TEIXEIRA	Lote 19 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	73	340,00	119.000,00
37990	EDSON GARCIA	Lote 20 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	63	340,00	119.000,00
37991	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 21 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	53	340,00	119.000,00
38019	JOSE CARDOSO DE OLIVEIRA	Lote 49 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	530	340,00	119.000,00
38018	MARIA APARECIDA MORAES DA SILVA	lote 48 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	516	340,00	119.000,00
38017	VALMOR PALUDO	Lote 47 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	502	340,00	119.000,00
38016	ALVINA POFFO	Lote 46 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	488	340,00	119.000,00
38015	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 45 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	474	340,00	119.000,00
38014	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 44 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	460	340,00	119.000,00
37995	MAICON TECILLA	Lote 25 - Res Firenze II Esq. c/Rua 1125	14,92	393,52	10 TIFA MARTINS	63	343	340,00	133.796,80
37992	MARCOS DE OLIVEIRA	Lote 22 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	43	340,00	119.000,00
37994	ANTONIO KOLASSA FRANCISCO KVET	Lote 24 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	23	340,00	119.000,00
37997	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 27 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	2	830	340,00	119.000,00
37996	ADIL ALVES DE LIMA E OUTROS	lote 26 Esq. c/Rua 1025 Firenze II	14,82	393,52	10 TIFA MARTINS	2	860	340,00	133.796,80
37998	VAGNER GONZAGA LIMA	lote 28 Firenze II	18,25	446,38	10 TIFA MARTINS	2	815	340,00	157.769,20
38024	OSMAR ALVES PAES	Lote 54 - Res Firenze II Esq. c/Rua 1025	14,82	393,52	10 TIFA MARTINS	2	702	340,00	133.796,80
38025	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 55 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	2	716	340,00	119.000,00
58389	CRISTIANO ALVES	D-02	7,00	175,00	10 TIFA MARTINS	2	720	340,00	59.500,00
38027	EBERSON A DE PAULA E OUTROS	Lote 57 - Res Firenze II	19,41	921,09	10 TIFA MARTINS	2	750	340,00	313.170,60
38023	SALEZIO BORGES DA SILVA	Lote 53 - Res Firenze II Esq. c/R: 1025 (N,291)	14,82	393,52	10 TIFA MARTINS	23	586	340,00	133.796,80
38022	MARCOS IRINEU TOPOROSKY	Lote 52 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	572	340,00	119.000,00
38021	SIDINEI ALVES DE LIMA	Lote 51 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	558	340,00	119.000,00
38020	JOSE ARLTON FERNANDES	Lote 50 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	544	340,00	119.000,00
37973	VIVIANE PETRY SCHAPPO	Lote 03 - Res Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3898	340,00	119.000,00
37978	ALEXANDRE PAHOSKI	lote 08 Esq. c/R: 1024 n.319 Firenze II	11,95	487,45	14 CHICO DE PAULO	35	4070	340,00	166.733,00
37974	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	lote 04 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	4012	340,00	119.000,00

19955	MARIA MAIOCHI ULLER E FILHOS	Lote R-02 Servidao S-112	10,00	8446,17	14	CHICO DE PAULO	35	2198	340,00	2.871.897,80
58390	LUCIANE LEICH GROBE E JONAS GROBE	D-01	7,00	175,00	10	TIFA MARTINS	2	740	340,00	59.500,00
37976	RAIMUNDO DO AMARAL SOARES	Lote 06 - Res Firenze II	14,00	350,00	14	CHICO DE PAULO	35	4040	340,00	119.000,00
38004	EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS MARCATTO LTDA	lote 34 Esq.c/Rua 1024 Firenze II	24,99	546,99	14	CHICO DE PAULO	35	3868	340,00	185.976,60
37993	EDILSON AMARO DE MELO	Lote 23 Firenze II	14,00	350,00	10	TIFA MARTINS	63	33	340,00	119.000,00
38063	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	A.U.P.E. Firenze II e Areas Verdes 1 e 2 Firenze	14,60	11648,15	10	TIFA MARTINS	2	800	340,00	3.960.371,00
38009	ADILSON DUCHOWNYJ	lote 39 Firenze II	14,00	350,00	10	TIFA MARTINS	23	390	340,00	119.000,00

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Área (m²)	Complemento	Testada para a Rua 933	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m²	Valor Total R\$
26882	DALMORA ADM DE BENS E PART LTDA	375,00	Lote 27 - Fidelis C. Hruscka	15,00	16/RAU	71	124	400,00	150.000,00
RES. Bruna Mariana edificado em terreno com testada de 47,17m. TESTADA/número de unidades do residencial = Testada parcial									
46423	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 01 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46424	LUCIANO PICCOLI	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 02 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46425	CLAUDIO ADÃO DA CRUZ	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 03 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46426	MARCELO FERREIRA DE CORDOVA	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 04 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46427	ELITE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 101 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46428	MARCO AURELIO SCIEPIET	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 102 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46429	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 103 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46430	CARLA REGINA OSS-EMER	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 104 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46431	WALDIR RIEDTMANN	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 201 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46432	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 202 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46433	NILTO DE ARAUJO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 203 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46434	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 204 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46435	ELITE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 301 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46436	FABIO ROSA RODRIGUES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 302 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46437	JONAS MELINTZ/CLAUDIA CARVALHO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 303 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46438	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 304 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46439	BERTILO GIRELLI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 401 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46440	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 402 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46441	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 403 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46442	ANDERSON JOSE TECILLA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 404 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46443	JADER PAULO MARIN	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 501 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46444	JOSE MAES FILHO E ZENAIDE MUEHLBAUER MAES 311,378,309,72	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 502 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46445	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 503 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46446	ALZENI DOS SANTOS	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 504 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46447	SANDRA DE SOUZA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 601 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46448	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 602 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46449	HUMBERTO BENNEMANN GONCALVES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 603 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46450	HUMBERTO BENNEMANN GONCALVES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 604 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46451	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 701 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46452	MARLI KRAUSE DE CAMARGO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 702 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46453	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 703 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46454	NORLI MARTINI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 704 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46455	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 801 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46456	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 802 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46457	CASSIO EUGENIO TRAPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 803 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46458	PAULA ROBERTA MELLO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 804 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46459	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 901 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46460	LEONARDO EMANUEL GONCALVES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 902 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46461	JONATHAN MARTINS	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 903 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46462	NEUSA MARIA MABA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 904 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46463	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1001 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46464	LEONÉSIO VOLPI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1002 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46465	KLAIRUS ADRIEL DA SILVA SIQUEIRA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1003 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46466	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1004 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46467	THIERRY CARLOS CAMBRUZZI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1101 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46468	AIRTON DE ALMEIDA RODRIGUES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1102 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46469	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1103 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46470	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1104 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
RES. Veneto edificado em terreno com testada de 42,00m. TESTADA/número de unidades do residencial = Testada parcial									
58038	MOTETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549,10	Apto 101/ Bloco A Res Veneto	1,31	16/RAU	72	368	400,00	19.363,75

58039	ERICO MULLER PSCHIEDT E LIDIANE COLOMBY PIEPER PSCHIEDT	1549, 10/Apto 102/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58040	FATIANE GONCALVES BAPTISTA	1549, 10/Apto 103/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58041	ELISEU SILVA DA SILVEIRA	1549, 10/Apto 104/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58042	JOAO SILVERIO GIRARDI	1549, 10/Apto 201/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58043	ROBSON JAGELSKY	1549, 10/Apto 202/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58044	ALISON CERON KEMER FAGUNDES E BRUNA BETTE FAGUNDES	1549, 10/Apto 203/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58045	FRANIN GARCIA DA SILVA	1549, 10/Apto 204/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58046	ADEMIR DA SILVA ROBADEL	1549, 10/Apto 301/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58047	EDILSON TONON	1549, 10/Apto 302/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58048	VALDIR BERTOLDI	1549, 10/Apto 303/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58049	ERNANDA FRANZNER	1549, 10/Apto 304/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58050	PAMELA CRISTINA PRESTES	1549, 10/Apto 401/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58051	FRANCINE ROBERTA EBERHARDT	1549, 10/Apto 402/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58052	GISELE DAGNONI NOTARI	1549, 10/Apto 403/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58053	PEDRO ANIR GUIMARAES	1549, 10/Apto 404/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58054	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 101/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58055	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 102/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58056	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 103/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58057	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 104/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58058	INACIO PERROUT ZANAQUI	1549, 10/Apto 201/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58059	VANESSA OLINGER	1549, 10/Apto 202/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58060	ADEMIR NOVASKI	1549, 10/Apto 203/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58061	NATALIA FRANCISCA EWALD	1549, 10/Apto 204/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58062	DANIEL MENDONÇA	1549, 10/Apto 301/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58063	NORMA GADOTTI	1549, 10/Apto 302/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58064	JURANDI JOSE CRISTOFOLINI	1549, 10/Apto 303/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58065	THYAGO XAVIER	1549, 10/Apto 304/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58066	VIANEI BOURSCHIED	1549, 10/Apto 401/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58067	MARCOS CAMILO POPOLEK	1549, 10/Apto 402/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58068	ANDRE LUIS OESHLER	1549, 10/Apto 403/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58069	DAINE RABOCH BUTZKE	1549, 10/Apto 404/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
27005	CLARA REGINA GRIM	531,09/Lote 50 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	233	400,00	212.436,00
26983	CRISTIANE UMETSU PEREIRA	375,00/Lote 28 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	139	400,00	150.000,00
26984	ZILIO DALMORA	375,00/Lote 29 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	154	400,00	150.000,00
26985	JOAO DALMORA	375,00/Lote 30 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	169	400,00	150.000,00
26987	CLAUDIA MARIA DALMORA	375,00/Lote 32 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	199	400,00	150.000,00
26986	DALMORA ADM DE BENS E PART LTDA	375,00/Lote 31 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	184	400,00	150.000,00
26988	DAGMAR ROSANGELA JANSSEN	375,00/Lote 33 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	214	400,00	150.000,00
26991	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 36 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	259	400,00	150.000,00
26990	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 35 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	244	400,00	150.000,00
26993	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 38 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	289	400,00	150.000,00
27000	JOANES BOSCO RICARDO	521,85/Lote 45 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	308	400,00	208.740,00
27001	JOANES BOSCO RICARDO	523,67/Lote 46 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	293	400,00	209.468,00
27002	PAULO JOSE TORRI	525,49/Lote 47 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	278	400,00	210.196,00
27006	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	933,70/Lote 51 - Fidelis C, Hruscka AFETADO PARA USO DO S	35,00	16RAU	72	218	400,00	373.480,00
26980	DALMORA ADM DE BENS E PART LTDA	889,50/Lote 25 - Fidelis C, Hruscka Esq.c/Rua 933	37,50	16RAU	71	94	400,00	355.800,00
26981	PATRICIA NASCIMENTO DA SILVA	375,00/Lote 26 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	109	400,00	150.000,00
26989	DAGMAR ROSANGELA JANSSEN	375,00/Lote 34 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	229	400,00	150.000,00
26992	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 37 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	274	400,00	150.000,00
26994	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	578,75/Lote 39 - Fidelis C, Hruscka	16,00	16RAU	71	332	400,00	231.500,00
26995	OSNI DE SOUZA	695,21/Lote 40 - Fidelis C, Hruscka	19,00	16RAU	72	386	400,00	278.084,00
26999	ROBERTO DE SOUZA CRAES	520,03/Lote 44 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	323	400,00	208.012,00
27004	STEFFENS CONSULTORIA DE MODA E TEXTIL LTDA	529,27/Lote 49 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	248	400,00	211.708,00
27003	STEFFENS CONSULTORIA DE MODA E TEXTIL LTDA	527,38/Lote 48 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	263	400,00	210.952,00

Joaçaba

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 03/2018/FMS

Publicação Nº 1651845

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2018/FMS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Resolução nº 07/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Joaçaba, SC e, em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS EM FONOAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL.

Poderão participar deste Credenciamento todas as Pessoas Jurídicas habilitadas à prestação dos serviços, objeto deste Edital, desde que:

- a. Não estejam impedidas de exercer a atividade.
- b. Não tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de contratar com o Município de Joaçaba.
- c. Atendam a todos os pressupostos da Legislação Municipal pertinente e as regras editalícias.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

A Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

1. OBJETO

1.1. Este procedimento tem por objeto o CREDENCIAMENTO de clínicas especializadas para a realização de consultas em Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços, objeto deste credenciamento, compreendem:

- Consultas em Fonoaudiologia.
- Consultas em Terapia Ocupacional.

2.2. As consultas deverão ser realizadas no estabelecimento da credenciada, mediante agendamento prévio.

2.2.1. Os agendamentos serão realizados mediante solicitação médica de profissional no exercício de suas funções na rede SUS, respeitando a classificação de risco da médica reguladora do Departamento de Controle e Avaliação.

2.2.2. A consulta deverá ser realizada no prazo máximo de 07 (sete) dias da solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.3. A credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados no Anexo I para os serviços prestados.

2.4. Fica assegurado à Secretaria Municipal de Saúde, o direito de, a qualquer tempo, proceder à avaliação do andamento dos trabalhos objeto deste credenciamento, bem como, solicitar relatórios e demais documentos pertinentes aos mesmos.

3. HABILITAÇÃO

3.1. Para o efetivo credenciamento, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado.

3.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

3.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada.

3.1.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada.

3.1.6. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

3.1.8. Registro ou inscrição da empresa nos órgãos de controle e fiscalização do exercício da atividade profissional.

3.1.9. Diploma e registro do responsável técnico da empresa no conselho profissional da categoria.

3.1.10. Registro ou inscrição da empresa e dos profissionais a ela vinculados, no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES.

3.1.11. Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.1.12. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

3.1.13. Declaração expressa, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público de Joaçaba, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

3.1.14. Declaração de que conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas.

3.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

3.3. A Comissão de Licitações poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet.

3.4. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

3.5. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

4. PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser apresentada datada e assinada, em papel timbrado ou carimbado que a identifique, contendo o CNPJ/MF, a razão ou denominação social, endereço, telefone, fax e/ou e-mail, preferencialmente impressa ou datilografada, sem ressalvas, rasuras ou entrelinhas.

4.2. A proponente deverá discriminar em sua proposta o serviço que se propõe a prestar, dentre os descritos no Anexo I, em conformidade com o valor fixado para os mesmos, juntamente com o Pedido de Credenciamento (Anexo II).

4.3. É expressamente vedada à credenciada a cobrança de valores adicionais aos especificados no Anexo I, sob pena de descredenciamento e demais penalidades previstas na Lei 8.666/93.

4.4. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega da documentação.

5. JULGAMENTO

5.1. A Comissão de Licitações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

5.2. Após a análise da documentação, a Comissão de Licitações emitirá parecer quanto à Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

5.3. Ocorrendo a aceitação será firmado com a proponente o Termo de Credenciamento, em conformidade com a minuta do Anexo III.

5.4. A recusa do Credenciamento será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos neste Edital.

6. TERMO DE CREDENCIAMENTO

6.1. O Termo de Credenciamento (Anexo III) terá vigência por 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. A assinatura do Termo de Credenciamento deverá ocorrer junto à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira do Município, à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, após a convocação regular, conforme art. 64, da Lei 8.666/93.

7. OBRIGAÇÕES

7.1. Da Credenciada:

7.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente as especificações deste Edital e seus anexos, em especial ao descrito no item 2 – da forma de execução.

7.1.2. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.1.3. Manter sempre atualizados o prontuário e o arquivo médico dos pacientes.

7.1.4. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente.

- 7.1.5. Assegurar ao responsável legal pelo paciente o acesso ao seu prontuário médico e prestar esclarecimentos sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- 7.1.6. Respeitar a decisão do responsável legal pelo paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviço, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- 7.1.7. Não utilizar e não permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.
- 7.1.8. Destinar espaço físico para fixação de logomarca do Município.
- 7.1.9. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, bem como, ao responsável legal pelo paciente, quando for o caso, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.
- 7.1.10. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.
- 7.1.11. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.
- 7.1.12. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica e materiais necessários a execução dos serviços.
- 7.1.13. Utilizar somente mão-de-obra especializada e habilitada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.
- 7.1.14. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado.
- 7.1.15. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. A Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação / qualificação para o credenciamento.
- 7.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.
- 7.1.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

7.2. Da Secretaria Municipal de Saúde:

- 7.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à credenciada de acordo com o estipulado no item 8 deste Edital.
- 7.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.
- 7.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

8.1. A remuneração a que fará jus a credenciada, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo I.

8.2. O Fundo Municipal de Saúde efetuará os pagamentos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

8.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

8.3.1. Deverá ser anexada à Nota Fiscal a relação dos pacientes atendidos.

8.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

9. REAJUSTE

9.1. O preço contratual poderá ser reajustado pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas no presente credenciamento, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

9.2. O valor poderá ser revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

10. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento a Secretaria Municipal de Saúde poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à credenciada as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- Advertência.
- Multa na forma prevista no subitem 10.2.
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a credenciada:

- a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços.
- b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.
- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas.
- d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.
- e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.
- f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.
- g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.
- h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos a Secretaria Municipal de Saúde e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

10.3. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

10.3.1. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à credenciada, a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

11. INSTRUÇÕES PARA RECURSOS

11.1. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida a Comissão de Licitações, devendo ser apresentada na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, na Avenida XV de Novembro, 378, centro..

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 – BLMAC – BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

12.2. O valor total estimado para os primeiros 12 (doze) meses deste credenciamento é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que serão distribuídos de acordo com os procedimentos credenciados.

12.3. O Fundo Municipal de Saúde consignará no próximo exercício os recursos necessários para o custeio das despesas durante a vigência do contrato.

13. GENERALIDADES

13.1. As alterações de endereço, telefone, fax ou e-mail, deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Saúde, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 horas às 17 horas.

13.2. Constituem parte integrante deste Edital:

§ Anexo I – Tabela de Procedimentos, Quantidade Estimada e Valores Fixados.

§ Anexo II - Minuta de Pedido de Credenciamento.

§ Anexo III - Minuta do Termo de Credenciamento.

13.3. Os direitos oriundos do presente credenciamento não poderão ser transferidos a terceiros.

13.4. Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 0XX 49 3521-1555 – ramal 236, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas.

Joaçaba, SC, xx de junho de 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CELSON VILMAR BRANCHER – Secretário

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2018/FMS

ANEXO I

TABELA DE PROCEDIMENTOS / QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES) / VALORES FIXADOS

ITEM	QTDE	UN	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	456	SV	CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA	50,00

2	144	SV	CONSULTA EM TERAPIA OCUPACIONAL	50,00
---	-----	----	---------------------------------	-------

OBSERVAÇÕES:

1. Os quantitativos descritos para cada item correspondem à estimativa da demanda anual e serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

1.1. Caso haja fracionamento nos quantitativos em função do rateio, o arredondamento será sempre a menor.

2. O credenciamento poderá ocorrer em um ou nos dois itens, a critério da proponente.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2018/FMS

ANEXO II**MINUTA DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC.

Para fins de CREDENCIAMENTO, anexamos os documentos de habilitação exigidos no Edital nº 3/2018 do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a grade de serviços que nos comprometemos a prestar, em conformidade com as características, quantidades e valores estabelecidos no Anexo I, declarando, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no referido Edital e seus anexos.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da conta-corrente: _____

Atenciosamente

Identificação e assinatura do responsável pela empresa proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2018/FMS

ANEXO III**MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

CONTRATO Nº ____/2018/FMS

CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a Empresa

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Secretário, Sr. CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nºestabelecida na, Bairro, no Município deneste ato representada pelo Sr., portador da Carteira de Identidade nºe CPF nº, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, o Edital de Credenciamento nº 3/2018/FMS e Anexos, lançado no dia de de 2018, e o Processo de Licitação nº /2018/FMS – Inexigibilidade nº /2018/FMS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento a realização pela CREDENCIADA de consultas em Fonoaudiologia / Terapia Ocupacional, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital e nos termos da proposta apresentada pela mesma, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA	50,00

2	CONSULTA EM TERAPIA OCUPACIONAL	50,00
---	---------------------------------	-------

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. As consultas deverão ser realizadas no estabelecimento da CREDENCIADA, mediante agendamento prévio.

2.1.1. Os agendamentos serão realizados mediante solicitação médica de profissional no exercício de suas funções na rede SUS, respeitando a classificação de risco da médica reguladora do Departamento de Controle e Avaliação.

2.1.2. A consulta deverá ser realizada no prazo máximo de 07 (sete) dias da solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.2. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

2.3. Fica assegurado à Secretaria Municipal de Saúde, o direito de, a qualquer tempo, proceder à avaliação do andamento dos trabalhos objeto deste credenciamento, bem como, solicitar relatórios e demais documentos pertinentes aos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Da CREDENCIADA:

3.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, em especial ao descrito na cláusula segunda – DA FORMA DE EXECUÇÃO – deste instrumento.

3.1.2. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.1.3. Manter sempre atualizados o prontuário e o arquivo médico dos pacientes.

3.1.4. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente.

3.1.5. Assegurar ao responsável legal pelo paciente o acesso ao seu prontuário médico e prestar esclarecimentos sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

3.1.6. Justificar ao responsável legal pelo paciente, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

3.1.7. Respeitar a decisão do responsável legal pelo paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviço, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.

3.1.8. Não utilizar e não permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

3.1.9. Destinar espaço físico para fixação de logomarca do Município.

3.1.10. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

3.1.11. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

3.1.12. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.13. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários as consultas.

3.1.14. Utilizar somente mão-de-obra especializada e habilitada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

3.1.15. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado.

3.1.16. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

3.1.17. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

3.1.18. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

3.2. Do CREDENCIANTE:

3.2.1. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento.

4.2. O Fundo Municipal de Saúde efetuará os pagamentos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Deverá ser anexada à Nota Fiscal a relação dos pacientes atendidos.

4.4. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E REVISÃO

5.1. O valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas no credenciamento, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.2. O valor poderá ser revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente instrumento terá a vigência por 12 meses, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o CREDENCIANTE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

a. Advertência.

b. Multa na forma prevista no subitem 7.2.

c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;

b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.

c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas.

d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.

e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.

f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.

g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.2.1. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

7.2.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO FUNDAMENTO LEGAL

9.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 3/2018-FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 – BLMAC – BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

10.2. O Fundo Municipal de Saúde consignará, inclusive nos próximos exercícios, em seu orçamento, os recursos necessários para o custeio das despesas durante a vigência do credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

11.2. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo.

11.3. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, ____ de _____ de 2018.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

CREDENCIADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

ERRATA AO PARECER Nº 14 / 2018

Publicação Nº 1651574

ERRATA AO PARECER Nº 14 / 2018

No Parecer nº 14/2018, expedido pela Coordenadoria de Transparência e Controladoria-Geral, publicado no DOM em 05/06/2018, pg. 555, cujo objeto é: "Trata-se de Processo Administrativo instituído pela portaria nº 2.682 de 16 de abril de 2018 a fim de que se apure a responsabilidade dos fatos, referentes ao acidente de trânsito envolvendo os veículos FIAT Ducato Sitnei MIX, placa IRZ-9966 de propriedade do município e o veículo FIAT Palia placa JWM-9411 de propriedade da senhora Vanusa Massarolo."

ONDE SE LÊ: "Trata-se de Processo Administrativo instituído pela portaria nº 2.682";

LEIA-SE: "Trata-se de Processo Administrativo instituído pela portaria nº 2.662".

Ainda, ONDE SE LÊ: "2.1 Quanto a Portaria nº 2.682";

LEIA-SE: "2.1 Quanto a Portaria nº 2.662".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 07 de junho de 2018

Augusto Zagonel
Coordenador de Transparência e Controladoria-Geral

EXTRATO NOVA PROPOSTA TP 10/2018/PMJ

Publicação Nº 1651881

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2018/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 10/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 53/2018/PMJ – Tomada de Preço nº 10/2018/PMJ, cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para recapeamento asfáltico em CAUQ de parte da Rua Minas Gerais, no Município de Joaçaba, SC." diante da apresentação de nova proposta, fica designado o dia 18 de junho de 2018 as 17h, no setor de compras e licitações, para abertura do envelope da nova proposta e continuação do certame.

Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 12 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

EXTRATO PL 70/2018/PMJ - CC 02/2018/PMJ

Publicação Nº 1651675

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 02/2018/PMJ

Objeto: A concessão para a exploração do serviço público de remoção e guarda de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infrações de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades. Tipo: Maior Oferta. Forma de Julgamento: Melhor Oferta. Data da abertura: Dia 16/07/2018, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 16/07/2018 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
VILSON SARTORI
Secretário de Infraestrutura

EXTRATO PP 49/2018/PMJ

Publicação Nº 1651742

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2018/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2018/PMJ

Objeto: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 25/06/2018. Processamento do Pregão: às 14h do dia 25/06/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO

NOTIFICAÇÃO Nº 155/2018

Publicação Nº 1651603

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Setor de Fiscalização de Obras e Posturas

Prezado (a) Senhor (a): MOZARTE RODRIGUES DE MATTOS

Pelo presente, solicitamos a limpeza do terreno de sua propriedade, localizado na Rua Lindolfo Schneider, Bairro Frei Bruno, neste Município, conforme especificam os Art.os 61, 65, 66, 67 e 69 da Lei Complementar nº135 – CÓDIGO DE POSTURAS - dentro do prazo de 15 (QUINZE) DIAS, a contar da data do ciente.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.04.005.0499

SEÇÃO ÚNICA
Dos Terrenos Baldios

Art.61. As edificações e respectivos lotes serão conservados em perfeito estado de asseio e usados de forma a não causar qualquer prejuízo ao sossego, à salubridade ou à segurança dos seus habitantes ou vizinhos.

Art.65. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios de prédios situados em área urbana.

Parágrafo único. As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem aos respectivos proprietários, que as executarão dentro do prazo que lhe for marcado na intimação.

Art.66. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

OBS: Solicitamos ainda providências quanto à remoção do material oriundo do serviço de roçada no imóvel visando coibir a proliferação de animais peçonhentos no local.

SALIENTAMOS QUE O NÃO ATENDIMENTO AO PRESENTE ACARRETERÁ NAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE.

Joaçaba, 06 de junho de 2018.

OBS: Alertamos que o presente não autoriza o corte de árvores no imóvel supracitado, dependendo o mesmo de análise e liberação expedida pelos órgãos ambientais competentes. Áreas de ZCA e APP deverão ser preservadas em sua totalidade.

Ciente: AR

Graciela Glasenapp
Fiscal Obras e Posturas
Matrícula 9488
Prefeitura de Joaçaba

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 04/2018 DE CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES

Publicação Nº 1651883

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 04/2018 DE CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Dioclésio Ragnini torna público:

Art. 1º - Consta no ANEXO I a classificação Preliminar do Edital de Chamada Pública de Segundo Professor.

Art. 2º - Em consonância com o Edital de Chamada Pública 04/2018, o prazo para recurso contra a Classificação Preliminar será de 01 (um) dia útil.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será publicado no site www.joacaba.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Joaçaba, 13 de Junho de 2018.

Dioclesio Ragnini
Prefeito

ANEXO I

SEGUNDO PROFESSOR		
CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS
01	DENYSE CARLETTI	958,5
02	JUREMA CARICIMI	590
03	NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO	582,5
04	SILVANA DE OLIVEIRA	578
05	IVETE TEREZINHA FERRONATO	550
06	LEONILCE BASOTTI	530
07	SONIA STOFFEL DE SOUZA	497,5
08	MARILUCI FERREIRA DA SILVA ESPIT	421
09	ELAINE RODRIGUES	386
10	BEATRIZ RODRIGUES CHINATO HEBERLE	385
11	ARLETE GELATI	360
12	CRISTIANE FAZIONI FERREIRA	330
13	LUCIANA SCHULER ROSEGHINI	320
14	SIMONE APARECIDA FRANÇA	290
15	IVANIRA ANTUNES DA SILVA	275
16	MIRIAN SEVERINA SOUZA MARQUES	250

17	JULIANA CRISTINA CHIESA	240
18	LUCIANA SALETE DA CAS	235
19	IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR	200
20	LUANA APARECIDA FILIPINI	200
21	CARLA FIORESE KRUG	193
22	SUELLEN APARECIDA BECKER	190
23	MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ	180
24	ALESSANDRA COLUSSO	165
25	FABIOLA TEIXEIRA GOETZE	162
26	MARIA ELIZABETH ALVES	160
27	DANIELI FAVARO	160
28	JULIANA PAULA PREZZOTTO	160
29	NEIDE SANTANA	150
30	LUCILENE APARECIDA FERNANDES	150
31	KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN	150
32	MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES	150
33	ROBERTA GABRIELA BUCCO	150
34	ALINE PRONER	150
35	LILIAN CRISTINE MOREIRA	140
36	CLASI ZANIVAN DA SILVA	140
37	VALI CAROLINA SPIER	140
38	FATIMA ZARTH	122,5
39	WEDNA FELIZ PAIVA	120
40	CHARLENE ALMEIDA	120
41	ELIANE APARECIDA CARDOSO	120
42	FERNANDO LUIZ MARTINS	108
43	VANESSA ALBERTI WILLMSSEN	100
44	ANDREIA APARECIDA HILDEBRANDO DE CORDOVA	80
45	JULIE SOARES ANTUNES	65
46	JANE SOLANGE SCHUMACHER CAVICHIOLI	60
47	LUCIELE HENGERS	60
48	LETICIA DE FATIMA GONÇALVES TIEPPO	0
DECLASSIFICADO	SARAH CARDOSO FEYH	Não atendimento ao item 5.1, b, do Edital.
DECLASSIFICADO	LUCIANA DA SILVA	Não atendimento ao item 5.1, b, do Edital.
DECLASSIFICADO	SANDRA VACCARI	Não atendimento ao item 5.1, b, do Edital.

PLASS

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 23/2018/PLASS

Publicação Nº 1651892

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 23/2018/PLASS
 PROVENIENTE DO PL Nº 09/2018/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2018/PLASS
 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLINICA ODONTOLOGICA PILATI LTDA.

Data: 12/06/2018

Objeto: Prestação de serviços de Odontologia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2018 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JHL 0080/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1651797

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0080/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2018

PROCESSO Nº 0039/2018

PROTOCOLO Nº 1302/2018

Data assinatura: 12/06/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAIXA DE PROTEÇÃO DE HIDRÔMETROS PADRÃO SIMAE E CONEXÕES PARA A PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EXECUTADAS PELO SIMAE NAS UNIDADES CONSUMIDORAS DE ÁGUA

Contratado: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Valor Contratado: R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.99.00.00.02

Prazo de vigência: 13/06/2018 a 12/10/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

RESUMO CONTRATO JHL 0081/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1651799

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0081/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2018

PROCESSO Nº 0039/2018

PROTOCOLO Nº 1302/2018

Data assinatura: 12/06/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES PARA A PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EXECUTADAS PELO SIMAE NAS UNIDADES CONSUMIDORAS DE ÁGUA

Contratado: MARGEM – COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI

Valor Contratado: R\$ 8.020,00 (Oito mil e vinte reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.99.00.00.02

Prazo de vigência: 13/06/2018 a 12/10/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

HOMOLOGAÇÃO PR-34/18 - SIMAE

Publicação Nº 1651119

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2018 - PR Processo Administrativo: 39/2018 Processo de Licitação: 39/2018 Data do Processo: 08/05/2018
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2018
b) Licitação Nr.: 34/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/06/2018
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE CAIXA DE PROTEÇÃO DE HIDRÔMETROS PADRÃO SIMAE E CONEXÕES PARA A PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EXECUTADAS PELO SIMAE NAS UNIDADES CONSUMIDORAS DE ÁGUA.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**TAF INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA (7621)**

1	FUNDO DE CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: TAF	UN	500,00	0,0000	15,00	7.500,00
Total do Fornecedor:						7.500,00

LOTE: 2**TAF INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA (7621)**

2	TAMPA DE CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: TAF	UN	1.500,00	0,0000	18,00	27.000,00
3	MOLDURA DE CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: TAF	UN	500,00	0,0000	7,00	3.500,00
Total do Fornecedor:						30.500,00

Joaçaba, 12 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2018 - PR Processo Administrativo: 39/2018 Processo de Licitação: 39/2018 Data do Processo: 08/05/2018
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (7189)

5	CONJUNTO FORMADO POR DOIS TUBETES COM ROSCA 1/2" E PORCA SEXTAVADA, DEVERÁ POSSUIR BUCHA DE LIGA DE LATÃO E COM FURO PARA PASSAGEM DE FIO METÁLICO. OS TUBETES DEVERÃO SER FORNECIDOS EM FORMATO CURTO E TODO CONJUNTO FABRICADO EM POLIPROPILENO E DEVERAO SER FORNECIDOS COM ARRUELA DE VEDAÇÃO DE BORRACHA NITRILICA, COM ESPESSURA DE 3 MM. DEVERÁ VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL PARA CADA CONJUNTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: POLIERG	CJ	500,00	0,0000	6,00	3.000,00
---	---	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 3.000,00

LOTE: 5

MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (7189)

6	CURVA RAO LONGO 90° PARA SISTEMA DE ESGOTO PREDIAL, LINHA SERIE NORMAL, FABRICADA A PARTIR DE PVC RIGIDO BRANCO, COM PONTA E BOLSA PARA JUNTA ELASTICA, COM ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO, CONFORME COM A NORMA ABNT NBR 5688 E COM CERTIFICAÇÃO ASFAMAS PGQ 1 - IP. DN 50 MM. - Marca: PLASTILIT	PÇ	300,00	0,0000	5,90	1.770,00
---	---	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 1.770,00

LOTE: 6

MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (7189)

7	CONJUNTO FORMADO POR ADAPTADOR ROSCAVEL, COM ANEL DE VEDAÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCAS INTERNAS NAS DUAS EXTREMIDADES, FABRICADO A PARTIR DE PVC RIGIDO BRANCO, COM ANEL DE VEDAÇÃO, FABRICADO CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR NM-ISO R 7-1 (ROSCA INTERNA DE CONEXAO) E COM A NORMA PeCP 34 E RESPECTIVAS REFERENCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS, DNR1/2" E ADAPTADOR CURTO PARA JUNTA SOLDABEL, FABRICADO A PARTIR DE PVC RIGIDO 6,3, POR PROCESSO DE INJEÇÃO, PN 750 KPA, COM BOLSA PARA JUNTA SOLDABEL E ROSCA, CONFORME COM AS NORMAS DA ABNT 5648:2010 E NBR NM ISO 7-1 E RESPECTIVAS REFERENCIAS NORMATIVAS DAS MESMAS, DE 20 X DNR 1/2". - Marca: PLASTILIT	CJ	500,00	0,0000	6,50	3.250,00
---	---	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 3.250,00

Total Geral: 46.020,00

Joaçaba, 12 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 667/2018

Publicação Nº 1651779

PORTARIA RH Nº 667/2018

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS a Servidora IVANETE PINHEIRO SANTANA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 28.05.2018 a 26.06.2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Junho de 2018.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 678/2018

Publicação Nº 1651781

PORTARIA RH Nº 678/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, CAROLINA RODRIGUES VILLA Assistente de Administração, do dia 05.06.2018 a 04.07.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Junho de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 681/2018

Publicação Nº 1651782

PORTARIA RH Nº 681/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor GUSTAVO MENEGAZ IZIDORO DA SILVA, Motorista, gratificação especial mensal do SAMU, no valor equivalente a quinhentos reais, em conformidade a Lei Complementar nº 154/2006, alterada pela Lei Complementar nº 352/2017, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 682/2018

Publicação Nº 1651820

PORTARIA RH Nº 682/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, KATIE DORIS BENEDET SOUZA, Enfermeiro, de provimento efetivo, para exercer a função especial de confiança de Auditor de Saúde, em conformidade com a Lei Complementar nº 330/2015, art. 22, anexo IX, alterado pela Lei Complementar Nº 346/2017, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 03/2018-PML

Publicação Nº 1651100

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 03/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para realizar o estudo ambiental simplificado EAS, para sanar as exigências da FATMA/IMA, para a obtenção do licenciamento ambiental da dragagem do rio Parobé, no dia 29 de junho de 2018, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 12 de junho de 2018.

Waldomiro Souza Netto / Presidente da COPELI

Lajeado Grande

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 006/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 006/2018 AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS E GERIÁTRICAS E LEITE PARA LACTENTES, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, MEDIANTE REQUISIÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

Publicação Nº 1651086

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. FMS Nº. 006/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2018

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: a presente licitação tem por objeto aquisição de fraldas descartáveis e geriátricas e leite para lactentes, com entrega de forma parcelada, mediante requisição, durante o exercício de 2018.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 02 de julho de 2018

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 02 de julho de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na página eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande/SC, 12 de junho de 2018. NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 011/2018, DE 12/06/2018 "DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SC PELO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR ALCIDES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1651780

Decreto Legislativo n. 011/2018

De 12/06/2018

"DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SC PELO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR ALCIDES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOCER ZMIJEVSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, e em conformidade com a Legislação em vigor, e

Considerando o trágico falecimento do Ex-Vereador do Município Alcides dos Santos ocorrido nesta data;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecido LUTO OFICIAL de 03 (três) dias no âmbito do Poder Legislativo de Lajeado Grande-SC, em decorrência do trágico falecimento do Ex-Vereador do Município ALCIDES DOS SANTOS, ocorrido na data de hoje, o qual foi Vereador nas Legislaturas 2005-2008 e 2009-2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 12 de junho de 2018.

LEOCER ZMIJEVSKI

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Margarete da Silva Costa Flores

Primeira Secretária

Lauro Muller

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO Nº102/PMLM/2018

Publicação Nº 1651075

TOMADA DE PREÇO Nº102/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 29/06/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para construção remanescente de abrigos de passageiros dentro dos limites do município, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos em Anexo, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projetos em Anexo, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 12 de junho de 2018

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 12/2018

Publicação Nº 1651150

Edital de Convocação n. 12/2018

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo n. 001/2018, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, até o dia 22/06/2018, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Manuela da Costa Manzke	Farmacêutico	1º
Caroline Stanguerlin	Odontólogo	1º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 12 de junho de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/18 DE 04 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651151

PORTARIA Nº 289/18 DE 04 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS, Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, FUNÇÃO GRATIFICADA 2 (FG2), por exercer a função de Responsável pelo Cadastro de Imóvel Rural e Sala da Cidanania, a partir de 04/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 290/18 DE 04 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651152

PORTARIA Nº 290/18 DE 04 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLEY APARECIDA DIAS SAMPAIO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 04/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2018.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 291/18 DE 07 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651155

PORTARIA Nº 291/18 DE 07 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDENIR FURTADO DE MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (90 DIAS), a partir de 07/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 07 de junho de 2018.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 292/18 DE 08 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651158

PORTARIA Nº 292/18 DE 08 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ODINEI MARTINS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 08/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 08 de junho de 2018.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 293/18 DE 08 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651161

PORTARIA Nº 293/18 DE 08 DE JUNHO DE 2018

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ANA ROSA RODRIGUES DA SILVA, do cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 08 de junho de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 294/18 DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651163

PORTARIA Nº 294/18 DE 11 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) OTAVIO RAFAELI JUNIOR, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de PINTOR, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, FÉRIAS (30 DIAS), a partir de 11/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de junho de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 295/18 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651164

PORTARIA Nº 295/18 DE 12 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZILA DA SILVA CAVALHEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (90 DIAS), a partir de 12/06/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de junho de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2017

Publicação Nº 1651148

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2017 – Processo Licitatório nº 26/2017 – Pregão Presencial nº 08/2017

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS – SC

Contratada: THIAGO WALTER VERA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários para a execução do objeto. Fica alterada a Cláusula Sexta do contrato em epígrafe para renová-lo por doze meses, alterando seu vencimento para 29/05/2019, com base legal no artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Fica alterada conforme Cláusula Quinta, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE e, 1,69% (um virgula, sessenta e nove por cento).

Lebon Régis, 29 de maio de 2018.

Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2018

Publicação Nº 1650901

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) e R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), que tem por objeto o Apoio a Manutenção de Unidades de Saúde através de Incremento do Piso da Atenção Básica.

Lindóia do Sul SC, 07 de Junho de 2018

Flavio Luiz Benini
Secretário de Saúde e Ação Social

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 64/2018

Publicação N° 1650906

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 64/2018
PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO CAFÉ PARA OS PARTICIPANTES DO DESFILE DA 48ª FESTA DO COLONO. Entrega dos Envelopes: Até as 14:30h do dia 26/06/2018. Abertura dos Envelopes: às 14:45h do dia 26/06/2018. Maiores Informações junto a Prefeitura Municipal sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 1, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 12 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

RETIFICAÇÃO EDITAL 45/2018

Publicação N° 1650919

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO N.º 45/2018

EDITAL: AQUISIÇÃO DE DOIS CARROS NOVOS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Alteração da descrição do Anexo I. Entrega dos Envelopes: até dia 27/06/2018 às 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 27/06/2018 às 09:00 horas. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 12 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

Luiz Alves

PREFEITURA

ATA DA TOMADA DE PREÇOS 05/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1650898

TABELA DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

PRIMEIRA PARTE – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUE-SITO	PONTUAÇÃO FINAL
EMPRESA A	Raciocínio Básico	9,0	7,83	7,0	23,83	1,0	23,83
	Estratégia de Comunicação Publicitária	8,0	8,0	8,0	24,0	1,5	36,00
	Ideia Criativa	9,5	7,8	9,0	26,30	1,5	39,45
	Estratégia de Mídia	9,0	7,5	9,0	25,50	0,5	12,75
AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUE-SITO	PONTUAÇÃO FINAL
EMPRESA B	Raciocínio Básico	9,0	7,33	9,0	25,33	1,0	25,33
	Estratégia de Comunicação Publicitária	9,0	6,0	8,0	23,0	1,5	34,50
	Ideia Criativa	9,5	6,9	8,0	24,4	1,5	36,60
	Estratégia de Mídia	9,0	6,25	5,0	20,25	0,5	10,125

SEGUNDA PARTE – REPERTÓRIO E CASES HISTORIES

AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUE-SITO	PONTUAÇÃO FINAL
VAROS	Repertório	9,0	7,33	8,0	24,33	0,25	6,0825
	Relatos de solução de problemas de Comunicação	10,0	8,0	8,0	26,0	0,25	6,5
AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUE-SITO	PONTUAÇÃO FINAL
PENSO	Repertório	9,0	8,0	9,0	26,0	0,25	6,5
	Relatos de solução de problemas de Comunicação	10,0	8,0	10,0	28,0	0,25	7,0

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE Nº 03 DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

Aos doze dias do mês de junho de 2018, às nove horas, na sala de Licitações da Prefeitura de Luiz Alves, reuniram-se os Mebros da Comissão de Licitações, juntamente com a representante legal da empresa Penso Comunicação Ltda, para procederem à abertura dos envelopes de nº 03 (plano de comunicação publicitária) do processo licitatório Tomada de Preços nº 05/2018, cujo objeto consiste na seleção de propostas visando a contratação de agência de publicidade e propaganda. Inicialmente o Presidente da Comissão passou à leitura das notas de classificação encaminhadas pela Subcomissão Técnica, repassando aos presentes para vistas. Em seguida, verificou-se a inviolabilidade dos lacres dos envelopes de nº 03, repassando aos presentes para vistas. Ao retorno, com a concordância de todos, a Comissão de Licitação passou à abertura dos mesmos. Abertos os envelopes, a Comissão de Licitação passou ao cotejo do conteúdos dos envelopes identificados com o conteúdo dos envelopes de nº 01, restando a pontuação conforme descrito abaixo:

PRIMEIRA PARTE – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUE-SITO	PONTUAÇÃO FINAL
VAROS	Raciocínio Básico	9,0	7,83	7,0	23,83	1,0	23,83
	Estratégia de Comunicação Publicitária	8,0	8,0	8,0	24,0	1,5	36,00
	Ideia Criativa	9,5	7,8	9,0	26,30	1,5	39,45
	Estratégia de Mídia	9,0	7,5	9,0	25,50	0,5	12,75

AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUESITO	PONTUAÇÃO FINAL
PENSO	Raciocínio Básico	9,0	7,33	9,0	25,33	1,0	25,33
	Estratégia de Comunicação Publicitária	9,0	6,0	8,0	23,0	1,5	34,50
	Ideia Criativa	9,5	6,9	8,0	24,4	1,5	36,60
	Estratégia de Mídia	9,0	6,25	5,0	20,25	0,5	10,125

SEGUNDA PARTE – REPERTÓRIO E CASES HISTORIES

AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUESITO	PONTUAÇÃO FINAL
VAROS	Repertório	9,0	7,33	8,0	24,33	0,25	6,0825
	Relatos de solução de problemas de Comunicação	10,0	8,0	8,0	26,0	0,25	6,5
AGENCIA - PRO-POSTA	QUESITO AVALIADO	AVALIADOR A	AVALIADOR B	AVALIADOR C	TOTAL PARCIAL	PESO DO QUESITO	PONTUAÇÃO FINAL
PENSO	Repertório	9,0	8,0	9,0	26,0	0,25	6,5
	Relatos de solução de problemas de Comunicação	10,0	8,0	10,0	28,0	0,25	7,0

PONTUAÇÃO FINAL

AGENCIA - PROPOSTA	NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA DO REPERTÓRIO E CASES HISTORIES	PONTUAÇÃO FINAL
VAROS	111,98	12,5825	124,5625
PENSO	106,555	13,5	120,055

A Comissão de Licitação entende que independente da Pontuação Técnica atribuída pela Subcomissão Técnica, a empresa Daniele Vargas (Agência Varos) está desclassificada neste certame em função de que na Proposta Técnica foram apresentadas linhas em branco, em desacordo com o edital; foi apresentada capa plástica, sem previsão editalícia, bem como foram apresentadas tabelas no decorrer da produção técnica em desacordo com edital que prevê a possibilidade de tabelas no final da proposta como anexo. A empresa Penso Comunicação Ltda foi considerada classificada. Finalizando, o Presidente da Comissão de Licitação encerrou a sessão, abrindo prazo legal para recurso administrativo. Dê-se ciência. Publique-se. Nada mais.

Luiz Alves, 12 de junho de 2018.
CÍCERO GRAF RAFAEL VIEIRA
PRESIDENTE MEMBRO

EDNA KULKAMP DA SILVA JULIA AKEMI SUGIUCHI
MEMBRO MEMBRO

PRISCILA MORAES ANDRE
REPRESENTANTE EMPRESA PENSO

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

Publicação Nº 1651070

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

- 1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.
- 1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.
- 1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
- 1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 11 de junho de 2018.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Operário Braçal (Secretaria Municipal de Obras e Planejamento)

N.º Inscrição	Candidato
0000207	Gilmar Pering

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
 - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
 - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere

impedimento legal (modelo em anexo);

7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);

8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);

10. Documentação para abertura de conta no banco:

10.1. 02 (duas) cópias do CPF;

10.2. 02 (duas) cópia do RG;

10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital nº 01/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2018.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável. E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO

Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	

Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmacutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	
Assessor Desenvolvimento Municipal	Sim	**	
Assessor de Imprensa	Sim	**	
Assessor Jurídico	Sim	**	
Chefe de Gabinete	Sim	**	
Prefeito Municipal	Sim	**	
Vice Prefeito Municipal	Sim	**	
Procurador Geral do Municipio	Sim	**	
Procurador Adjunto do Municipio	Sim	**	
Assessor de Tecnologia Informação TI	Sim	**	

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 05/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

Publicação Nº 1651071

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 05/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 12 de junho de 2018.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 05/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Operário Braçal (Secretaria Municipal de Obras e Planejamento)

N.º Inscrição	Candidato
0000503	Fernando Teiji Uemura Júnior
0000290	Jeferson Pilantir
0000319	João Batista de Lima
0000452	Roni Carlos Ritter Pereira
0000213	Gabriel Machado Antônio
0000278	Isolene Elizabete Roders
0000227	Osmar Ramos

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 05/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP

4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

4.1. CPF;

4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);

4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;

4.3. Título de eleitor;

4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);

4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;

4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;

4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;

4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;

4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.10. Comprovante de residência atualizado;

4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;

4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);

4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site:

< <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: < <https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);

5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;

6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);

7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);

8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);

10. Documentação para abertura de conta no banco:

10.1. 02 (duas) cópias do CPF;

10.2. 02 (duas) cópia do RG;

10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato
ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital nº 01/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2018.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofreu penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato
ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 05/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Médico PCMSO

Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicólogo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretário	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	

Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	

Tecnico Agrícola	Sim	**	
Assessor Desenvolvimento Municipal	Sim	**	
Assessor de Imprensa	Sim	**	
Assessor Jurídico	Sim	**	
Chefe de Gabinete	Sim	**	
Prefeito Municipal	Sim	**	
Vice Prefeito Municipal	Sim	**	
Procurador Geral do Município	Sim	**	
Procurador Adjunto do Município	Sim	**	
Assessor de Tecnologia Informação TI	Sim	**	

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 07/2018 (PREFEITURA)

Publicação N° 1651020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

TOMADA DE PREÇOS N° 07/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIO, PRAÇA E ILUMINAÇÃO NA RUA ERICH GIELOW COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO PROJETO ANEXO.

Tipo: Menor Preço por Item.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação e Proposta: Até as 08h45min horas do dia 28/06/2018.

Abertura: às 09h00min horas do dia 28/06/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 12 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO N° 06/2018 (FMS)

Publicação N° 1651022

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FORNECIMENTO GRATUITO AOS PACIENTES PELA FARMÁCIA BÁSICA, ATRAVÉS DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME) DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 26/06/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 26/06/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 12 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 45/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1650977

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA DE 180 KVA E 260 KVA PARA A REALIZAÇÃO DA XXIX FESTA NACIONAL DA CACHAÇA E XXVII FESTA DA BANANA NOS DIAS 20 21 E 22 DE JULHO DE 2018.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h45min horas do dia 25/06/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 25/06/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 12 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 47/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1651021

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ABRIGOS DE ÔNIBUS COM LIXEIRAS E LIXEIRAS INDIVIDUAIS, ASSIM COMO SUAS INSTALAÇÕES, CONFORME DESCRIÇÕES E QUANTITATIVOS DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço Por Item (Registro de Preços).

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h15min horas do dia 27/06/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 08h30min horas do dia 27/06/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 12 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA 288/2018

Publicação Nº 1650971

PORTARIA N.º 288/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª GISLAINE VANESSA DA LUZ SIGNORELLI, para desempenhar a função de professora de inglês, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 23 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 292/2018

Publicação Nº 1650972

PORTARIA N.º 292/2018

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato da servidora Sr.^a GÉSSICA HERMES BACHMANN, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 090.17

Publicação Nº 1650915

1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 090/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 051/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 032/2017

Aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, denominado CONTRATANTE, e a empresa TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Beira Rio, nº 539, sala 02, Centro, na cidade de Herval D'Oeste/SC, CEP 89610-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.439.166/0001-83, neste ato representado por seu Administrador, IRAI ZARPELON, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.155.995 e inscrito no CPF/MF sob o nº 949.434.519-34, denominado FORNECEDOR 01, ajustam entre si o presente termo aditivo ao REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS EM ESTRADAS COM OU SEM PAVIMENTAÇÃO, INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL, A FIM DE REALIZAR VIAGENS ESPECIAIS, DE NATUREZA DESCONTINUADA, PARA A UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, na forma convencionada na Cláusula Segunda da Ata original, decidem prorrogar o prazo de vigência por igual período, ou seja, 12 (doze) meses, de 14 de junho de 2018 até 14 de junho de 2019, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

IRAI ZARPELON
TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA - ME
FORNECEDOR 1
TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 014.15 - CANCELAMENTO

Publicação Nº 1650913

6º TERMO DE ADITIVO

CONTRATO PML Nº 014/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PML129/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº PML 078/2014

Ao 1º (primeiro) dia do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Sr. MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão

Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, no Município de Joinville/SC CEP 89.201-095, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, neste ato representado por seu representante legal Sr. RONALDO BENKENDORF, brasileiro, maior, capaz, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.768.759-7 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 751.256.849-53, residente e domiciliado a Rua Senador Felipe Schmidt, nº 363, apt. 601, Centro, na cidade de Joinville/SC denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Termo Aditivo para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONISTAS PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO CANCELAMENTO

O presente Termo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, cancelar o Contrato PML Nº 014/2015, com base no disposto na Cláusula 7.1, item "7.1.2", do mencionado Contrato, o CONTRATADO exerceu suas atividades até 31 de maio de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Cancelamento com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 01 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO CONTRATANTE	RONALDO BENKENDORF ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA FORNECEDOR
---	--

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - EMPREENDIMENTO SERENATA

Publicação Nº 1650635

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Empreendimento Serenata

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Bairro Centro, Cidade de Luzerna (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07, faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que:

Art.1º: O Município de Luzerna/SC CONVOCA os nomes listados no Anexo I deste Edital, que realizaram cadastro no Setor de Habitacional e que não compareceram nas datas de 18/05; 23/05 e 08/06, que se apresentem ao Setor Habitacional do Município de Luzerna para dar andamento no processo destinado à futura contratação das unidades habitacionais do empreendimento Serenata.

§1º. Os nomes listados no Anexo I, terão o prazo máximo de 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contado da publicação deste edital, para manifestar seu interesse no presente programa habitacional.

Art.2º: O NÃO COMPARECIMENTO no prazo fixado será considerado como DESISTÊNCIA DO PROCESSO HABITACIONAL para o empreendimento Serenata.

Art.3º: Para conhecimento de todos, especialmente dos interessados, publica-se o presente no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público, conforme Lei Orgânica do Município.

Luzerna (SC), 12 de junho de 2018.

Moisés Diersmann
Prefeito Municipal

ANEXO I

Nome	CPF	Nome	CPF
Jaires Schüller	460***679-68	Dirlei Terencio Schüller	892***679-00
Jussara Peccin	063***489-02		
Rubens Holdorf	029***169-95	Tais Cristina Macan	048***519-13
Lucas José Wagner	075***229-33	Noemi Siqueira	065***449-93
Marcos Dezanet	095***189-50	Suzana de Lima	058***489-02
Tatiana Krug Patuzzi	006***729-63	Jorge Patuzzi	025***649-85
Jussele Peccin	065***919-07	Clemir Jose Dias	065***529-29
Luciano Rodrigues Paz	075***469-03	Sabrina Rover	039***609-92

Vanildo Ceron	103***729-91		
Tiago Junges	078***939-05		
Ivan Rodrigues	021***919-66	Silvana Eunice Carreira Correia	169***468-65
Sheila Fernanda de Jesus	046***609-51		
Genuíno Bonotto	304***299-34	Valderes Maria Carletti Bonotto	046***489-17
Vinicius Mott	073***129-40	Glaysen Ellen da Silva dos Santos	092***489-73
Elton de Souza	040***659-64		
Altamiro Bentaqui Antunes	844***029-15	Zenilde Ferreira da Silva Antunes	037***179-93
Ivanir Lusani	732***299-00		
Priscila Pieritz Griggio	010***729-43	Ricardo Griggio	0052***699-01
Honório Borromeu Jacoby	148***699-15		
Jayr Oldenburg	754***529-91	Neides Schmitz Oldenburg	026***659-30
Marli Renner	052***959-17	Jean Paulo Moraes	008***329-37
Irineu Hermes Bonatto	182***999-49	Odiles Maria Bonatto	058***479-51
Rosimar Ceron Lamb	799***749-72	Artur Lamb	550***059-68
Leiza Regina Razera	642***739-00	Aldecir da Silva Razera	579***429-87
Lourdes Luiza Karloh	703***059-20	Greyce Julia Karloh Müller	088***539-28
Francieli Nunes do Amaral	085***259-70	Renato Soares dos Santos	057***249-96
Clovis Ribeiro de Jesus	074***899-73	Bruna Cassel de Andrade	088***689-65
Pedro Paulo Pereira	485***659-15	Lisabete Hofstatter	722***109-59
Sergio Rodrigo Stoffel	040***959-86	Marina Zambiasi	039***669-89
José Milton Feitoza	006***829-32	Jonathan Junior Feitoza	110***939-40
Gisele dos Santos	035***479-18	Vitória Leal dos Santos	824***799-53
Cristian Jonathan Mott	080***479-41	Ellen Cristina Heberle	088***549-60
Daniel Lacerda	062***969-30	Eli de Andrade	036***659-42
Marlon Roberto Griggio	790***419-00	Maria Solange Soares Griggio	074***319-03
Alécio Beninca	043***989-08	Cristiane Oechsler Beninca	067***119-65
Vanessa Heckler da Silva	048***219-90	Amiuto Antunes da Silva	083***199-85
Gilberto Vicente Luiz	933***109-82	Natália Izabel Helfenstein	112***129-00
Leandro Antonio Turra	045***719-99		
André Decker	004***959-05		
Adriana Cristina Ebert	947***919-00	Terezinha Ebert	028***669-28
Cesar Augusto dos Santos	021***649-18	Gilvana Ceron Pegoraro	045***939-84
Jorge Hericks	065***299-46	Mariele Amaral Hericks	060***739-32
Francieli Aparecida Moreira	082***139-54		
Tania Patzlaff	064***549-07	Felippe Thiago Petry da Silva	010***129-33
Fernanda Maria Issler	011***259-57	Leandro Francisco Cavalheiro	079***469-43
Tiago Schneider	042***809-32	Talita Scalabrin	008***789-10
Regina Ceron	590***089-04		
Cassiano Bortolini	064***559-90		
Renato Gaucho Moratelli	109***409-92	Debora Seimetz	1018***319-20
Paulo Cezar Pereira	005***029-57	Lenir dos Santos	915***629-91
Leandro Martins Antunes	044***169-28		
Fabio Stella	075***519-93	Paula Buttner	080***029-45
João Paulo Daros	734***149-92		
Antonio Jucelino Hirt	339***459-81	Regina Maria Loat Hirt	568***559-44
Eberton Ribeiro da Silva	647***579-03	Emeliéli Gonçalves Braga	875***299-65
Ricardo Pereira dos Santos	649***969-92	Daiane de Brito	547***299-08
Ivair Luis Katschor	892***539-91		
Leonardo Luis Beal	891***049-88		
Eduardo Teleginski	713***549-94	Melissa Aparecida Veiga Miguel	900***799-43
Lucas Schneider	788***949-07	Franciani Klann	947***949-22
Sebastião Alves de Jesus	560***349-15	Rosení Souza Ribeiro de Jesus	753***629-04
Pedro Pelentir	806***069-53	Deise Quaiatto Pelentir	533***339-59
Jaison Ferreira	676***959-30	Noeli Ferreira Albuquerque	101***589-73
Ronildo Pinheiro	736***959-00		007***029-84
Adriana Bettoni	278***229-30	Natalia Bettoni Zaccaron	101***429-93
Davi Luis Wagner	094***049-51		
Arlã César da Silva Sartori	054***489-66	Gabriela de Deus e Silva	104***209-60
Daniela Dengo B. dos Santos	057***739-54		
Gigliola Raquel Bizinela	020***209-40		
Letícia Lamb	060***129-38	Renato Ribeiro Araujo	073***509-99
Francielli Ferencz Szernak	009***839-89		
Luiz Gustavo Hofstatter	068***419-30		

Micheli Alves Dias	052***399-56		
Dirlane da Silva	893***609-00		
Alessandra Colusso	044***709-20		
Ademir Turra	006***309-86		
Nelson Ferreira Machado	247***670-68	Lurdes Medeiros Selinske	564***700-06
Rosemari Amaral	081***019-60	Solidê Mattos Amaral	833***329-68
Maria Luiza Piaia	064***319-82	Michel Lucas Zamoner	080***459-06
Rafael Marcon e Oliveira	810***809-65		
Leocir Antonio Nunes da Silva	019***789-45		
Lilian Maria Stiehl	732***609-72		
Guilherme Concatto Selzlein	898***569-21	Águida Cristina Fuhr	088***949-31
Angelica Baú dos Santos	088***089-02		
Leila Maria de Matos Maziero	509***589-53		
Sandra Aparecida de Oliveira	011***449-30		
Ademar Gotardo	768***110-49	Dilva Zamoner Gotardo	691***029-34
Daniel Rodrigo Nitz	*****	Adriane Krug	093***429-08
Diego João Thibes de Campos	080***409-32		
Amanda Peliciolli	088***059-17		
Marcos Decker	060***179-04	Francieli Alves de Moura Gemelli	068***079-92
Paulo Augusto Schaedler	050***179-57		

PL 069/2018 - DL 011/2018 - CONTRATAÇÃO CIASC - PML

Publicação Nº 1650917

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 069/2018

Dispensa de Licitação nº 011/2018

O Município de Luzerna/SC torna público a Dispensa de Licitação referente à contratação com a empresa CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – CIASC, com sede na rua Murilo Andriani, n. 327, Itacorubi, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.043.745/0001-65, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. Ivan Cesar Ranzolin, inscrito no CPF nº 133.933.839-49, por seu Vice-presidente Administrativo e Financeiro, o Sr. Duílio Gehrke, inscrito no CPF nº 486.265.979-91 e por seu Vice-presidente Comercial, o Sr. Lindolfo Pyskiewicz, inscrito no CPF nº 381.326.729-68, destinado à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Percentual homologado: 16% (dezesesseis por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário.

Fundamento legal: artigo 24, inciso XVI, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 12 de junho de 2018.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 150/2017 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 1651116

PORTARIA Nº 150/17 de 20 de dezembro de 2017.

“NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO; ORGÃO TÉCNICO E GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, as servidoras abaixo relacionadas para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria prevista no TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 011/2017, do MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), em cumprimento do disposto na alínea “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014:

ANA MARIA COZZA

LEILA RAQUEL KLOTZ

SILVIA MIAZZI PEREIRA

Art.2º- Fica responsável pelo ORGÃO TÉCNICO da parceria firmada no TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 011/2017, a servidora MICHELE LUCIANE TOMAZ DA SILVA TEDESCO.

Art.3º- Ainda, atendendo ao dispositivo legal previsto na alínea “g”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de



2014 fica nomeado como gestor da parceria firmada no TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 011/2017, o servidor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI.

Art.4º- Os serviços realizados por esta Comissão, Órgão Técnico e Gestor serão gratuitos.

Art.5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de dezembro de 2017.

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

lei 917

Publicação Nº 1650923

LEI Nº 917/ 2018

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, QUE MENCIONA e dá outras providências.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de MACIEIRA/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 AUTOMÓVEL VW GOL 1.0 GIV, ano 2011, modelo 2012, Placas MIJ 3448, RENAVAL 367521741, cor branca, álcool-gasolina. LANCE INICIAL R\$ 14.000,00. PATRIMÔNIO 2415.

LOTE 02: 01 AUTOMÓVEL VW GOL 1.0 GIV, ano 2011, modelo 2012, Placas MIJ 3488, RENAVAL 367522624, cor branca, álcool-gasolina. LANCE INICIAL R\$ 14.000,00. PATRIMÔNIO 2414.

LOTE 03: 01 CAMINHONETE VW NOVA SAVEIRO CS, ano 2013, modelo 2014, Placas MLX 4182, RENAVAL 995501246, cor branca, álcool-gasolina. LANCE INICIAL R\$ 23.000,00. PATRIMÔNIO 2790.

LOTE 04: 01 ÔNIBUS VW COMIL PIA O, ano/modelo 2002, Placas MDC 0851, RENAVAL 799256650, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. Obs.: PROBLEMA NA CAIXA, COM ASSOALHO INTERNO DANIFICADO E ALTA QUILOMETRAGEM. PATRIMÔNIO 2350.

LOTE 05: 01 TRATOR FORD 5030 4X2, ano 1997. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. PATRIMÔNIO 2015.

LOTE 06: 04 DISTRIBUIDORES DE ADUBO ÔRGANICO. LANCE INICIAL R\$ 300,00. Obs.: NENHUM FUNCIONANDO. PATRIMÔNIO 2013, 3001, 2678 E 2679.

LOTE 07: 01 ENSILIADEIRA, JM 60 PLENA. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. PATRIMÔNIO 2801.

LOTE 08: 01 ENSILIADEIRA, JM 60 PLENA. LANCE INICIAL R\$ 500,00. Obs: Com defeito. PATRIMÔNIO 2805.

LOTE 09: 01 ENSILIADEIRA MAX-5. LANCE INICIAL R\$ 500,00. Obs.: Com defeito. PATRIMÔNIO 2019.

LOTE 10: 01 CARRETINHA TRUCADA, 02 EIXOS. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. PATRIMÔNIO 2427.

LOTE 11: 01 CARRETINHA SIMPLES, 01 EIXO. LANCE INICIAL R\$ 200,00. PATRIMÔNIO 2349.

LOTE 12: 01 ROLO COMPACTADOR. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. PATRIMÔNIO 2024.

LOTE 13: SUCATA DE FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 200,00. PATRIMÔNIO: saboneteira 1268, suporte de papel toalha 1266, seladora 1923, cadeira 2139, cadeira 0388, cadeira 0391, bebedouro de água 1310, balança 1949, ar condicionado 24982, ar condicionado 2480, aquecedor 2477, mesa 1922, bebedouro de água 1614, receptor 2267, cadeira 1768, bebedouro de água 2339.

LOTE 14: SUCATA DE ELETRÔNICOS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. PATRIMÔNIO: Aparelho de fax 1905, Bistori eletrônico 1756, Aparelho dentário 1767, Computador 1529, Computador 1940, Computador 2328, Impressora 2326, Computador 2243, Computador 2308, Computador 1115, Impressora 2274.

Artigo 2º - Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º serão fixados pela Comissão de Avaliação, designada pelo Prefeito Municipal, conforme cópia da Ata, que será anexada a Licitação e que fará parte integrante da presente Lei. Caso não haja licitante interessado, o leiloeiro poderá colher as melhores ofertas e a Comissão de Avaliação analisará se aceitará ou não.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Macieira, 12 de junho de 2.018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 918

Publicação Nº 1650929

LEI Nº918, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Abre credito suplementar alterando a Lei 893 de 12/12/2017.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

20.37 Manut. das Atividades da Saúde

33.72 Execução Orçamentária Del. a Consórcios R\$ 8.000,00

Art. 2º Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

20.37 Manut. das Atividades da Saúde

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 919

Publicação Nº 1650945

LEI Nº919, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Abre credito suplementar por conta do excesso de arrecadação, conforme resolução

FNDE/MEC nº 19 de 29/12/2015.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2018, dos recursos oriundos do FNDE/MEC

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

20.12 Manutenção da Educação Infantil

33.90.37 Aplicações Diretas

R\$ 5.676,58

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2018

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 920

Publicação Nº 1651003

LEI Nº 920, DE 12 DE JUNHO DE 2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO GSUAS.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o chefe do poder executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo do GSUAS - FNAS.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência social
20.35 Manutenção do Bloco - GSUAS -FNAS
44.90.1035 Aplicações Diretas
R\$ 5.995,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito , 12 de junho de 2018
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

lei 921

Publicação Nº 1651012

LEI Nº921, DE 12 DE JUNHO DE 2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR ESPECIOAL POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS AFM.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o chefe do poder executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo dos recursos do Auxilio Financeiros aos Municípios - AFM

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência social
20.35 Manutenção do Bloco - GSUAS -FNAS
33.90.1031 Aplicações Diretas
R\$ 2,353,54

20.33 Manutenção Bloco PSB _ FNAS

33.90.1031 Aplicações Diretas.

R\$ 26.850,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito , 12 de junho de 2018
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

lei 922

Publicação Nº 1651057

LEI Nº922, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Abre credito suplementar por conta do excesso de arrecadação, DO APOIO
FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2018, dos recursos oriundos da União através do AFM.

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

20.06 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

33.90.32 Aplicações Diretas

R\$ 43.805,32

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2018
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

lei 923

Publicação Nº 1651063

LEI Nº923, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Abre Crédito Suplementar por conta do excesso de arrecadação oriunda do AFM.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do excesso de arrecadação, oriunda do Auxílio Financeiro aos Municípios - AFM.

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

20.39 Manut. Bloco Atenção Básica Variável

33.90.1033 Aplicações diretas

R\$ 73.008,87

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2018.

ZELIR CITADAN

Prefeito Municipal

portaria 3899

Publicação Nº 1650856

PORTARIA Nº3899, DE 04 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA MEMBROS PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACIEIRA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 8º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros e suas respectivas representatividades para fazerem parte do Fórum Municipal de Educação do município de Macieira, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, tendo a seguinte composição:

a) Representatividade da Secretaria Municipal de Educação

Salete C. Liszkievich

Cristiane Trumina

Marylucy Bonassa Setti

Evani D. Cardoso

Paulo Sérgio Pedrozo

b) Representatividade da Câmara Municipal de Vereadores

Ailton Lazzarotti

Neiva Perego Ancitutti

Robson Karpinski

c) Representatividade do Conselho Municipal de Educação

• (Câmara da Educação Básica)

Salete C. Liszkievich

Cristina Lazzarotti

Alexa Di Domenico

Carla Locatelli

Marylucy B. Setti

Keneli Bassani

Janete Bento Pereira

Franciele Manenti Colaço

Deize Possato

Lourdes Setti Locatelli

• (Câmara do FUNDEB)

Rosane Bertotto

Cassiane Farinon

Severino de Oliveira

Esther B. Tasca

Giovana Betinelli

Bruna Dalmina
Evani D. Cardoso
Cristiane Turmina
Ellen Betinelli
Rosemari S. de oliveira
Juliana Sonda
Luciane Locatelli
Rosangela de Oliveira
Edina de O. Pinto
Jossemara Camuzzato
Pablo C. Pedrozo
Joice S. Antunes
Daniel J. Panata
Tiago Bertotto

d)Representatividade do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Alexa Di Domenico
Nadir Z. Telegen
Cristina Lazzarotti
Ivan C Carneiro
Cleide Serguelli
Loreni Civiero
Janete Camuzzato
Revelis Marques de Oliveira
Leidimara Recalcatti
Jossemara Camuzzato
Rosemari G. da Silva
Ana Weiszmann
Evelize Z. de Sousa
Giovana Betineli

e) Representante de Pais e Mestres – APPF

- Representatividade da Escola Cândida Bertotto Zucatti
Janete B. Pereira
Cristina Lazzarotti
Franciele Manenti
- Representatividade da Escola Municipal Pequenos Brilhantes
Ana Claudia Cerry
Luciane Eloy de Andrade
Dizanira Cruz de Oliveira dos Santos
- Representante da Escola Básica Albina Mosconi
Maristela Tasca
Rejiane Abraão

f) Representante dos Profissionais da Educação

- Representatividade da Escola Cândida Bertotto Zucatti
Claudia Tonello
Viviana Lamonato
Jenifer Begnini
Juliana Bertotto
Nadir Zimmer Telegem
Leticia Verona
- Representatividade da Escola Municipal Pequenos Brilhantes
Carla Locatelli
Cristiane Turmina
Alexa R. Di Domenico
Marylucy B. Setti
- Representante da Escola Básica Albina Mosconi
Deize Possato
Patrícia Di Domenico

g)Representatividade da Escola de Educação Especial

Nilza Francisca Suldovski
Isabel Mafioleti

h)Representatividade do Conselho Tutelar

Andreia Aparecida Santos Zimmer
Leidimara Recalcatti
Sueli de Oliveira

i)Representatividade do Ensino Superior
Karoline Santos de Oliveira
Cidnei Antônio Seriguelli

j)Representatividade dos Cursos/ Ensino Técnico Profissionalizante
Lucimar Moares
Maria Luisa Pessoa

k)Representatividade da Secretaria Municipal de Saúde
Natani Zamboni Czerniak
Daiane Locatelli
Marília Civiero

l)Representatividade da Secretaria Municipal de Assistência Social
Leida Castanheiro
Pablo Cristhian Pedrozo

m)Representatividade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Edemar Nicolau Kuhn

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Macieira, 04 de junho de 2018
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3900

Publicação Nº 1650863

PORTARIA N.º 3900/2018

"Designa servidor que especifica para acompanhar, fiscalizar e receber o objeto do processo licitatório nº0033/2018, pregão presencial nº 0010/2018."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, a Servidora Cristina Lazzarotti, lotada na secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para fiscalizar contrato administrativo, proveniente do processo licitatório nº0033/2018, pregão presencial nº 0010/2018.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 04 de junho de 2018.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 3901

Publicação Nº 1650870

PORTARIA Nº 3901, DE 04 DE JUNHO DE 2018.

‘Nomeia Conselho Municipal de Educação’

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 65, de 27/05/2014,

RESOLVE:

Art.1º- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Educação:

I - Câmara da Educação Básica:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;
SALETE CATARINA LISZKIEVICH (titular)
CRISTINA LAZZAROTTI (Suplente)

b) 1 (um) representante do Magistério Público Municipal;

ALEXA RAQUEL DI DOMENICO (titular)
CARLA LOCATELLI (suplente)

c) 1 (um) representante dos Diretores de Unidades de Educação e Ensino da Rede Pública Municipal;
MARYLUCY BONASSA SETTI (titular)
KENILI BASSANI (suplente)

d) 1 (um) representante dos Conselhos Escolares Municipais ou equivalentes;
JANETE BENTO PEREIRA (titular)
FRANCIELE MANENTI COLAÇO (suplente)

e) 1 (um) representante da Escola Estadual no município, se houver;
DEIZE POSSATO (titular)
LOURDES SETTI LOCATELLI (suplente)

II - Câmara do FUNDEB, nos termos da Lei nº. 11.494, de 2007:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;
ROSANE BERTOTTO (titular)
CASSIANE FARINON (titular)
SEVERINO DE OLIVEIRA (suplente)
ESTHER BARICHELLO TASCA (suplente)

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;
GIOVANA BEINELLI (titular)
Bruna dalmina (suplente)

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;
EVANI DOMINGUES CARDOSO (titular)
CRISTIANE TURMINA (suplente)

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;
ELLEN BETINELLI (titular)
VALÉRIA VUELMA (suplente)

e) 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
ROSEMARI SANTOS DE OLIVEIRA (titular)
JULIANA SONDA (suplente)

f) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal, que não sejam servidores públicos municipais;
LUCIANE LOCATELLI (titular)
ROSANGELA DE OLIVEIRA (suplente)
EDINA DE OLIVEIRA PINTO (titular)
JOSSEMARA CAMUZZATO (suplente)

g) 2 (dois) representantes dos estudantes universitários que não sejam servidores públicos municipais.
PABLO CRISTHIAN PEDROZO (titular)
JOICE SERAFIN ANTUNES (suplente)
DANIEL JESÉ PANATTA (titular)
TIAGO BERTOTTO (suplente)

Parágrafo único: integram a Câmara do CACS Fundeb, como membros do Conselho Municipal de Educação (Câmara de Educação Básica) os seguintes representantes:

- SALETE CATARINA LISZKIEVICH (titular)
- CRISTINA LAZZAROTTI (Suplente)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº3846/2018.
Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 04 de junho de 2018.
ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

portaria 3902

Publicação N° 1650874

PORTARIA N. ° 3902/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Odete Guarnieri Pinto, ocupante do cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 27/05/2018, por 30 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 04 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3903

Publicação N° 1650879

PORTARIA N. ° 3903/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Josiane Aparecida Serighelli, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 06/06/2018, por 90 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 06 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3904

Publicação N° 1650883

PORTARIA N.º 3904/2018

"Designa servidor que especifica para acompanhar, fiscalizar e receber o objeto do processo licitatório nº0006/2018, pregão presencial nº 0004/2018."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, os Servidores Jose de Jesus Antunes e Adelir Antonio da Silva, ocupantes do cargo efetivo de Motorista I, lotados na secretaria de Saúde, para acompanhar, fiscalizar e receber o contrato administrativo, proveniente do processo licitatório nº0006/2018, pregão presencial nº 0004/2018, do F.M.S.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018**

Publicação Nº 1651645

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de veículo automotor novo 0km para uso do CRAS, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/06/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 12 de junho de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 001 REFERENTE AO 1º TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2018

Publicação Nº 1651656

Mafra, 12 de junho de 2018.

ERRATA Nº 001 REFERENTE AO 1º TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2018

1 - O Prefeito Municipal amparado na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vem através deste informar alterações no 1º Termo Aditivo.

CLÁUSULA Primeira

Em decorrência do fato que é público e notório, no que diz respeito ao óleo diesel, o fornecedor deverá mantê-lo no valor acertado entre o Governo Federal e os "caminhoneiros", pelo período do acordo. Sendo assim:

Onde se lê:

Item	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Econômico Financeiro R\$
1	74860 - Óleo Diesel S-10	R\$ 3,31	R\$ 3,764

Leia-se:

Item	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Econômico Financeiro e desconto acertado com o Governo Federal R\$
1	74860 - Óleo Diesel S-10	R\$ 3,31	R\$ 3,354

2- Por fim, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do 1º Termo Aditivo, firmado entre as partes em 06 de junho de 2018.

Atenciosamente

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4332

Publicação Nº 1651090

Lei nº. 4.332

DE 08 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, visando o aproveitamento dos apenados do Presídio Regional de Mafra, em serviços de mão-de-obra da municipalidade.

Parágrafo único – O termo de cooperação seguirá a redação do Anexo I desta lei, que dela faz parte integrante.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 08 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4333

Publicação Nº 1651095

Lei nº. 4.333

DE 08 DE JUNHO DE 2018

denomina BENEMÉRITO ADOLFO HILLEBRANDT O CENTRO DE CULTURA DO BAIRRO VILA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina Benemérito Adolfo Hillebrandt o Centro de Cultura do Bairro Vila Nova, localizado na Rua Pioneiro Reinaldo Wilibaldo Geisler, nº 511, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 08 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4334

Publicação Nº 1651098

LEI Nº. 4.334

DE 08 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO LINK "ANTICORRUPÇÃO" NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a criação de um link específico no site da Câmara de Vereadores de Mafra para denúncias de corrupção no Município de Mafra, chamado "Anticorrupção".

Art. 2º O canal será direcionado ao Controle Interno da Câmara de Vereadores de Mafra, o qual encaminhará a Mesa Diretora para análise e apuração das denúncias recebidas.

Parágrafo Único. A Câmara analisará as denúncias utilizando-se de suas competências e atribuições e não responderá aos denunciantes.

Art. 3º A Câmara de Vereadores deverá divulgar este canal em suas redes sociais.

Art. 4º A Câmara de Vereadores deverá garantir a preservação do sigilo do denunciante caso assim o queira.

Art. 5º A Câmara de Vereadores regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 08 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4335

Publicação Nº 1651104

LEI Nº. 4.335

DE 08 DE JUNHO DE 2018.

INSTITUI O "PROJETO CALÇADA LIMPA" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAFRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei institui o "Projeto Calçada Limpa" no âmbito do Município de Mafra, que consiste no estímulo à adoção, pelos estabelecimentos comerciais, de coletores de lixo com espaços separados para resíduos recicláveis.

Art. 2º O coletor de resíduos disposto na porta dos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço de qualquer natureza deverá conter espaços próprios para o descarte de lixo eletrônico, bitucas de cigarro, fezes de animais, e outros para os demais itens.

Parágrafo Único. O Município poderá firmar convênios ou contratos de parcerias, com o objetivo de instalação dos coletores de lixo por particulares, estabelecendo a forma de exploração de espaço visual.

Art. 3º A localização dos coletores de resíduos e suas dimensões não poderão ocupar a faixa livre reservada a circulação de pedestres, respeitando a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 4º A manutenção do coletor de lixo, em especial a retirada dos resíduos recicláveis será efetuada por cooperativas permissionárias de serviço público, nos termos da legislação aplicável à espécie.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a utilizar orçamento próprio para execução desta Lei por conta de dotações orçamentárias próprias ou suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 08 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

Major Vieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 033.2018

Publicação Nº 1650891

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2018 - SRP

Objeto "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELAS DE ARAME GALVANIZADO PARA UTILIZAÇÃO EM REFORMA E CONSTRUÇÕES DE ALAMBRADOS EM QUADRAS E CANCHAS POLIESPORTIVAS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I A ESTE EDITAL. " Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 22/06/2018 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC. Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 12/06/2018.

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 050/2018

Publicação Nº 1650810

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2018

OBJETIVO: contratação de empresa especializada para execução dos serviços de preparação e distribuição de refeições para os participantes do encontro de Casais Rurais a ser realizada no dia 20 de julho de 2018, e encontro Regional de Agricultores no dia 21 de julho de 2018, durante os eventos da XXVII FESTA DO COLONO do Município de Maracajá, de acordo com as especificações, quantitativos e determinações previstas no termo de referência e demais anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 26 de junho de 2018 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de junho de 2018 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 12 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 63/2018

Publicação Nº 1651686

DECRETO Nº 63, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de Novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	07	Depto. Obras Habit. e Serviços Urbanos
UNIDADE	01	Depto. Obras Habit. e Serviços Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	1.017	Pavimentação de Vias Públicas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	141	R\$ 250.000,00
VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)		
TOTAL		R\$ 250.000,00

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação a verificar de recursos vinculados, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e de acordo com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Os recursos necessários a execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I – Da Proposta de Transferência 0000021177 e Programa de Transferência 2018007525, no valor Limite do Repasse Proposta de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

SIGEF/SC – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de Junho de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 11 de Junho de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DECRETO 64/2018

Publicação Nº 1651716

DECRETO Nº 64, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de Novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	07	Depto. Obras Habit. e Serviços Urbanos
UNIDADE	01	Depto. Obras Habit. e Serviços Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	1.017	Pavimentação de Vias Públicas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	142	R\$ 80.000,00
VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)		
TOTAL		R\$ 80.000,00

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação a verificar de recursos ordinários, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e de acordo com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de Junho de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 11 de Junho de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

PORTARIA 079/2018

Publicação Nº 1651421

Portaria Nº 079 de 1º de junho de 2018.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA LUCIANE LEMOS MONDARDO, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE PROFESSOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 61 da Lei Complementar nº 02 de 7 de outubro de 1997 e o Artigo 33 da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014,



RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora LUCIANE LEMOS MONDARDO, CPF 005.826.679-84, nascida em 19 de setembro de 1981, nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Recursos Humanos, retornando ao seu cargo efetivo de Professor com as devidas vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 132 de 31 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

PORTARIA 080/2018

Publicação Nº 1651427

Portaria nº 080 de 7 de junho de 2018.

NOMEIA ALCIR DALMOLIM DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1039 de 15 de outubro de 2015, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, resolve:

Nomear

Art. 1º Alcir Dalmolim da Silva, brasileiro, maior, nascido em 7 de junho de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 725.994.309-25, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Recursos Humanos, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 7 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 7 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

PORTARIA 081/2018

Publicação Nº 1651431

PORTARIA Nº. 081 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97 e os artigos 142 e 144 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

Luciane Lemos Mondardo, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos, referente ao período aquisitivo de 10/4/2014 a 9/4/2015, com gozo em 18/6/2018 e término em 2/7/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 11 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de junho de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT
Secretária de Administração

TOMADA DE PREÇOS Nº 051/2018

Publicação Nº 1651661

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 051/2018.

OBJETIVO: Contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização na Rua Virgílio Camargo no Bairro São Cristóvão e Rua Rita Tereza Rocha no Bairro Vila Beatriz, Município de Maracajá/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 29 de junho de 2018 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de junho de 2018 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getúlio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 12 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 314/2018

Publicação Nº 1651041

Decreto n.º 314 de 16 de Março de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.047 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 7.420.945,00 (Sete milhões, quatrocentos e vinte mil, novecentos e quarenta e cinco reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

06 – Segurança Pública

06.451 – Infra-Estrutura Urbana

06.451.0011 – Serviços Urbanos

06.451.0011.1.130 – REGULARIZAÇÃO DO RIO IRACEMA

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 7.420.945,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da emissão da Nota de Empenho nº 476/2017 Órgão: 530012/00001 – Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, Credor: Prefeitura Municipal de Maravilha/SC, visando a execução de obras de infra-estrutura de Canalização do Rio Iracema no perímetro urbano do Município de Maravilha-SC, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital

2400.00.00 – Transferência de Capital

2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais

2421.00.00 – Transferências da União

2421.99.00 – Outras Transferências da União

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios – Outros R\$: 7.420.945,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 16 de Março de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 320/2018

Publicação Nº 1650997

Decreto n.º 320 de 22 de Março de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.047/2017 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 299.747,10 (Duzentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e dez centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

10.00 – SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE E LAZER

10.01 – Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer
27.812.0008.1.026 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER
Destinação de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Superávit
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 299.747,10

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2017, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$: 299.747,10 (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 22 de Março de 2018.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 326/2018

Publicação Nº 1651043

DECRETO Nº 326, DE 26 DE MARÇO DE 2018
Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 4.047, de 10 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 86.919,87 (oitenta e seis mil, novecentos e dezanove reais e oitenta e sete centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO
05.01 – Fundo Municipal de Saúde
10 – Saúde
10.301 – Atenção Básica
10.301.0010 – Saúde para Todos
10.301.0010.1.035 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE SAÚDE
Destinação de Recursos: 0.1.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 86.919,87

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de edição da Portaria nº 1160 de 17/05/2014, onde habilita propostas a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básica de Saúde (UBS) e Contrato de Repasse celebrado com a União Federal nº 831218/2016 para construção de um Centro Especializado em Saúde, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital
2400.00.00 – Transferência de Capital
2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais
2421.00.00 – Transferências da União
2421.99.00 – Outras Transferências da União
Destinação de Recursos: 0.1.33 - Transferências de Convênios – União/Saúde R\$: 86.919,87

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de Março de 2018.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 329/2018

Publicação Nº 1650996

Decreto n.º 329 de 02 de Abril de 2018
Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.047/2017 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 492.805,51 (quatrocentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e um centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.1.034 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.3.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde - Superávit

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 32.271,09

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 – Fundo Rotativo de Habitação

16 – Habitação

16.482 – Habitação Urbana

16.482.0019 – Morar Melhor

16.482.0019.1.110 – URBANIZAÇÃO DE LOTES/INFRAESTRUTURA

Destinação de Recursos: 0.3.05 – Rec. Fundo Rotativo de Habitação - Superávit

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 460.534,42

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2017, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$: 492.805,51 (quatrocentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 02 de Abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 338/2018

Publicação Nº 1651047

DECRETO Nº 338, DE 04 DE ABRIL DE 2018
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 4.047, de 10 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) para reforçar dotações

do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento da Cultura

13 - Cultura

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 – Apoio e desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 65.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento da Cultura

13 - Cultura

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 – Apoio e desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. A Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos R\$: 65.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de Abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 363/2018

Publicação Nº 1651000

Decreto n.º 363 de 11 de Abril de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.047/2017 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 84.288,31 (oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.1.035 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Destinação de Recursos: 0.3.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde - Superávit

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 84.288,31

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2017, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$: 84.288,31 (oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos).

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 11 de Abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 370/2018

Publicação Nº 1651004

Decreto n.º 370 de 19 de Abril de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.047/2017 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 – Fundo Rotativo de Habitação

16 – Habitação

16.122 – Administração Geral

16.122.0019 – Morar Melhor

16.122.0019.2.069 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO F.R.H.

Destinação de Recursos: 0.1.05 – Rec. Fundo Rotativo de Habitação

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2017, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 19 de Abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 380/2018

Publicação Nº 1651040

Decreto n.º 380 de 27 de Abril de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.047/2017 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 110.000,00 (cento e dez mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 – Diretoria Geral da Administração

04 - Administração

04.122 – Administração Geral

04.122.0004 – Administração Geral

04.122.0004.1.016 – MANUTENÇÃO E REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Rec. Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 – Urbanismo

15.451 – Infra-estrutura Urbana

15.451.0011 – Serviços Urbanos

15.451.0011.1.105 – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Rec. Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 60.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2017, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$: 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 27 de Abril de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 476/2018

Publicação Nº 1650651

DECRETO Nº 476, DE 7 DE JUNHO DE 2018

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Concurso Público Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 171, de 23 de dezembro de 2014,

A decisão nos Autos nº 0300615-15.2018.8.24.0042 proferida pela 2ª Vara da Comarca de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada SINILDA DA SILVA RODRIGUES DREYER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 848.616.579-20, para assumir o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 484/2018

Publicação Nº 1650654

DECRETO Nº 484, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 196/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

A licença maternidade da servidora Adriane Barp,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 11 de junho a 3 de dezembro de 2018, FRANCIELI MAYER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 081.593.309-60, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I Cinderela, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 485/2018

Publicação Nº 1650663

DECRETO Nº 485, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 195/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

A licença maternidade da servidora Adriane Barp,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 11 de junho a 3 de dezembro de 2018, ELIANE BEVILÁQUA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 781.836.349-15, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I Cinderela, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de junho de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 486/2018

Publicação Nº 1650669

DECRETO Nº 486, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Confere estabilidade decorrente de gravidez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A estabilidade decorrente da gravidez em até 5 (cinco) meses após o parto, conforme o Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição da República e o Art. 10, Inciso II, Alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, em até 5 (cinco) meses após o parto da servidora municipal JOSAINÉ SCHNEIDER, ocupante do cargo de Enfermeira Saúde da Família, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de junho de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 487/2018

Publicação Nº 1650718

DECRETO Nº 487, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 12 de junho a 11 de junho de 2019, RAFAELA TUMELERO, brasileira, portadora da C.I. nº 5598445, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 12 de junho de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 108/2018

Publicação Nº 1651746

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 108/2018 - Modalidade Pregão Presencial n. 039/2018 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Senhor Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC, LUIZ ROBERT, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição e instalação de abrigo de passageiros, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 27 de junho de 2018 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 12 de junho de 2018. LUIZ ROBERT – Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

ERRATA 02 - PROCESSO LICITATÓRIO 102.2018 PP 102.2018 (PMM)

Publicação Nº 1651195

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018

ERRATA 02

ONDE SE LÊ:		LEIA-SE:	
SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO
2.8	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO MULTI HD 16 CANAIS, COMPATÍVEL COM AS TECNOLOGIAS HCVI, HDTV 2.0, AHD M/H ANALÓGICO E IP.COMPRESSÃO DUAL-STRAM H.264, VISUALIZAÇÃO EM 1080P, GRAVAÇÃO DE TODOS OS CANAIS 720P(1~12/15FPS), SAÍDA DE VÍDEO VGA E HDMI SIMULTÂNEAS, REPRODUÇÃO EM TEMPO REAL E DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SUPORTE A 1HD SATA, 2 INTERFACES USB2.0, MONITORAMENTO MULTI-PLATAFORMA (WEB, APLICATIVO PROPRIETÁRIO), EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO, ENTRADA DE 8 CANAIS BNC HDCVI, MOSAICO 1/4/8/9/16, MÁSCARA DE PRIVACIDADE 4 ZONAS POR CÂMERA, OSD(HORA, PERDA VÍDEO, BLOQUEIO CÂMERA, DETECÇÃO MOVIMENTO, GRAVAÇÃO), MODO DE GRAVAÇÃO MANUAL, AGENDA COM DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTERVALO DE GRAVAÇÃO 1A60MIN, PRÉ-GRAVAÇÃO 1A30S, PÓS-GRAVAÇÃO 10-300S, NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS (MOVIMENTO ZONAS, PERDA VÍDEO) POR GRAVAÇÃO, E-MAIL, BUZZER, POP-UP EM TELA; REPRODUÇÃO SINCRONA 1/4/8/16, BUSCA POR DATA/HORA, BUSCA INTELIGENTE (DETECÇÃO DE MOVIMENTO), REPRODUÇÃO COM FUNÇÕES PARA REPRODUZIR, PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, LENTA, PRÓXIMO ARQUIVO, ANTERIOR, PRÓXIMA CÂMERA, ANTERIOR, TELA CHEIA, ZOOM; BACKUP EM DISPOSITIVO USB/HD/REDE; CONEXÃO REDE RJ45, COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS MÓVEIS ANDROID, IPHONE, IPAD, WINDOWS PHONE.	2.8	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO MULTI HD 16 CANAIS, COMPATÍVEL COM AS TECNOLOGIAS HCVI, HDTV 2.0, AHD M/H ANALÓGICO E IP.COMPRESSÃO DUAL-STRAM H.264, VISUALIZAÇÃO EM 1080P, GRAVAÇÃO DE TODOS OS CANAIS 720P(1~12/15FPS), SAÍDA DE VÍDEO VGA E HDMI SIMULTÂNEAS, REPRODUÇÃO EM TEMPO REAL E DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SUPORTE A 1HD SATA, 2 INTERFACES USB2.0, MONITORAMENTO MULTI-PLATAFORMA (WEB, APLICATIVO PROPRIETÁRIO), EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO, ENTRADA DE 16 CANAIS BNC HDCVI, MOSAICO 1/4/8/9/16, MÁSCARA DE PRIVACIDADE 4 ZONAS POR CÂMERA, OSD(HORA, PERDA VÍDEO, BLOQUEIO CÂMERA, DETECÇÃO MOVIMENTO, GRAVAÇÃO), MODO DE GRAVAÇÃO MANUAL, AGENDA COM DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTERVALO DE GRAVAÇÃO 1A60MIN, PRÉ-GRAVAÇÃO 1A30S, PÓS-GRAVAÇÃO 10-300S, NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS (MOVIMENTO ZONAS, PERDA VÍDEO) POR GRAVAÇÃO, E-MAIL, BUZZER, POP-UP EM TELA; REPRODUÇÃO SINCRONA 1/4/8/16, BUSCA POR DATA/HORA, BUSCA INTELIGENTE (DETECÇÃO DE MOVIMENTO), REPRODUÇÃO COM FUNÇÕES PARA REPRODUZIR, PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, LENTA, PRÓXIMO ARQUIVO, ANTERIOR, PRÓXIMA CÂMERA, ANTERIOR, TELA CHEIA, ZOOM; BACKUP EM DISPOSITIVO USB/HD/REDE; CONEXÃO REDE RJ45, COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS MÓVEIS ANDROID, IPHONE, IPAD, WINDOWS PHONE.
ONDE SE LÊ:		LEIA-SE:	
SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO

2.9	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO MULTI HD 08 CANAIS, COMPATÍVEL COM AS TECNOLOGIAS HCVI, HDTV 2.0, AHD M/H ANALÓGICO E IP.COMPRESSÃO DUAL-STRAM H.264, VISUALIZAÇÃO EM 1080P, GRAVAÇÃO DE TODOS OS CANAIS 720P(1~12/15FPS), SAÍDA DE VÍDEO VGA E HDMI SIMULTÂNEAS, REPRODUÇÃO EM TEMPO REAL E DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SUPORTE A 1HD SATA, 2 INTERFACES USB2.0, MONITORAMENTO MULTI-PLATAFORMA (WEB, APLICATIVO PROPRIETÁRIO), EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO, ENTRADA DE 16 CANAIS BNC HDCVI, MOSAICO 1/4/8/9, MÁSCARA DE PRIVACIDADE 4 ZONAS POR CÂMERA, OSD(HORA, PERDA VÍDEO, BLOQUEIO CÂMERA, DETECÇÃO MOVIMENTO, GRAVAÇÃO), MODO DE GRAVAÇÃO MANUAL, AGENDA COM DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTERVALO DE GRAVAÇÃO 1A60MIN, PRÉ-GRAVAÇÃO 1A30S, PÓS-GRAVAÇÃO 10-300S, NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS (MOVIMENTO ZONAS, PERDA VÍDEO) POR GRAVAÇÃO, E-MAIL, BUZZER, POP-UP EM TELA; REPRODUÇÃO SINCRONA 1/4/8, BUSCA POR DATA/HORA, BUSCA INTELIGENTE (DETECÇÃO DE MOVIMENTO), REPRODUÇÃO COM FUNÇÕES PARA REPRODUZIR, PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, LENTA, PRÓXIMO ARQUIVO, ANTERIOR, PRÓXIMA CÂMERA, ANTERIOR, TELA CHEIA, ZOOM; BACKUP EM DISPOSITIVO USB/HD/REDE; CONEXÃO REDE RJ45, COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS MÓVEIS ANDROID, IPHONE, IPAD, WINDOWS PHONE.	2.9	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO MULTI HD 08 CANAIS, COMPATÍVEL COM AS TECNOLOGIAS HCVI, HDTV 2.0, AHD M/H ANALÓGICO E IP.COMPRESSÃO DUAL-STRAM H.264, VISUALIZAÇÃO EM 1080P, GRAVAÇÃO DE TODOS OS CANAIS 720P(1~12/15FPS), SAÍDA DE VÍDEO VGA E HDMI SIMULTÂNEAS, REPRODUÇÃO EM TEMPO REAL E DETECÇÃO DE MOVIMENTO, SUPORTE A 1HD SATA, 2 INTERFACES USB2.0, MONITORAMENTO MULTI-PLATAFORMA (WEB, APLICATIVO PROPRIETÁRIO), EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO, ENTRADA DE 8 CANAIS BNC HDCVI, MOSAICO 1/4/8/9, MÁSCARA DE PRIVACIDADE 4 ZONAS POR CÂMERA, OSD(HORA, PERDA VÍDEO, BLOQUEIO CÂMERA, DETECÇÃO MOVIMENTO, GRAVAÇÃO), MODO DE GRAVAÇÃO MANUAL, AGENDA COM DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTERVALO DE GRAVAÇÃO 1A60MIN, PRÉ-GRAVAÇÃO 1A30S, PÓS-GRAVAÇÃO 10-300S, NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS (MOVIMENTO ZONAS, PERDA VÍDEO) POR GRAVAÇÃO, E-MAIL, BUZZER, POP-UP EM TELA; REPRODUÇÃO SINCRONA 1/4/8, BUSCA POR DATA/HORA, BUSCA INTELIGENTE (DETECÇÃO DE MOVIMENTO), REPRODUÇÃO COM FUNÇÕES PARA REPRODUZIR, PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, LENTA, PRÓXIMO ARQUIVO, ANTERIOR, PRÓXIMA CÂMERA, ANTERIOR, TELA CHEIA, ZOOM; BACKUP EM DISPOSITIVO USB/HD/REDE; CONEXÃO REDE RJ45, COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS MÓVEIS ANDROID, IPHONE, IPAD, WINDOWS PHONE.
-----	---	-----	--

PÁGINAS 21 e 22

Massaranduba (SC), 12 de junho de 2018.

CIRIO MARTINI
PREGOEIRO**DECRETO Nº 3608 DE 08 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1650637

DECRETO Nº 3608 DE 08 DE JUNHO DE 2018
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no programa abaixo discriminado:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0602 – GERÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação
0602 – 333900000 – Aplicações diretas
0602 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme Artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0602 – GERÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação
0602 – 331900000 – Aplicações diretas
0602 – 010000 – Recursos ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de junho de 2018.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 048/2018**

Publicação Nº 1650991

DECRETO N.º 048/2018 – de 8 de junho de 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2188/17, de 25 de outubro 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	2.015	MANUT SECRET VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ \$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	2.015	MANUT SECRET VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 08 de junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Amélia Aparecida da Silva Auxiliar Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

DECRETO 049/2018

Publicação Nº 1650993

DECRETO N.º 049/2018 – de 8 de junho de 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2.208/18, de 16 de maio de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 243.750,00 (duzentos quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ÓRGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
ATIVIDADE	2.017	MANUTUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1134	Aplicações Diretas	243.750,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo Excesso de Arrecadação do

contrato de repasse 826628/2016-operação 1028535-36, assinado com o Ministério do Turismo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 08 de junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Amélia Aparecida da Silva Auxiliar Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

DECRETO 050/2018

Publicação Nº 1651006

DECRETO N.º 050/2018 – de 8 de junho de 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2.208/2018 de 16 de maio de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 7.203,67 (sete mil, duzentos e três reais e sessenta e sete centavos) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ÓRGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
ATIVIDADE	2.017	MANUTUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	7.203,67

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 7.203,67 (sete mil, duzentos e três reais e sessenta e sete centavos), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ÓRGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
ATIVIDADE	2.017	MANUTUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	7.203,67

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 08 de junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Amélia Aparecida da Silva Auxiliar Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

ERRATA TP 01/2018

Publicação Nº 1651818

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

ERRATA TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018

A Pregoeira nomeada pelo Decreto n. 009/2018, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR o que segue: Onde se lê "do Edital" Qualificação Técnica: Item: 8.2.9. Certificado emitido pelo INMETRO para os veículos transportadores de resíduos perigosos, acompanhado de documento de propriedade expedido pelo DETRAN, observadas a legislação vigente no país para o Serviço de Resíduos Sólido-Líquido Hospitalares, quanto às características do veículo. Leia-se: Qualificação Técnica: 8.2.9. Certificado emitido pelo INMETRO para os veículos transportadores de resíduos perigosos, acompanhado de documento de propriedade expedido pelo DETRAN, (o veículo pode ser subcontratado) observadas à legislação vigente no país para o Serviço de Resíduos Sólido-Líquido Hospitalares, quanto às características do veículo. A empresa poderá apresentar declaração de que cumpre esta exigência, apresentando documento no momento da contratação. E onde se

lê: "do Termo de Referência" Item: 3.2.1.1. Os resíduos dos Grupos A1, A2, A4 e E, deverão ser tratados através de sistemas ou processos eficientes e eficazes que atendam as exigências estabelecidas pela RDC nº. 306 de 07/12/2004 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução nº. 358/2005 do CONAMA, e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde serão executadas pelo sistema de aterro sanitário em local de propriedade/responsabilidade da Contratada e os do Grupo B deverá ser destinada em Aterro Sanitário Classe I – Industrial, o qual poderá ser sub-contratado; Leia-se: 3.2.1.1. Os resíduos dos Grupos A1, A2, A4 e E, deverão ser tratados através de sistemas ou processos eficientes e eficazes que atendam as exigências estabelecidas pela RDC nº. 306 de 07/12/2004 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução nº. 358/2005 do CONAMA, e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde serão executadas pelo sistema de aterro sanitário em local de propriedade/responsabilidade da Contratada, e os do Grupo B deverá ser destinada em Aterro Sanitário Classe I – Industrial. Os aterros poderão ser sub-contratados. Demais informações permanecem inalteradas. Matos Costa, 12 de junho de 2018 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

PORTARIA 362/2018

Publicação N° 1650985

PORTARIA N° 362/2018 – De 30 de Maio de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 10 (dez) dias da Licença Prêmio em pecúnia em favor do servidor GILSON DE OLIVEIRA, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL designado para o cargo em comissão COORDENADOR DA DIV DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS, referente ao período aquisitivo de 26.06.20012 a 27.06.2017, de conformidade com o insculpido no art. 134, § 2º, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Maio de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

<p>A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.</p> <p>AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I</p>	<p>A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.</p> <p>MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F- Decreto n.º 01/09</p>
---	--

PORTARIA 363/2018

Publicação N° 1650988

PORTARIA N° 363/2018 – De 30 de Maio de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR a servidora JANETE APARECIDA CORDEIRO, investida no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012 e com a Lei do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Maio de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 364/2018

Publicação Nº 1651076

PORTARIA Nº 364/2018 – De 02 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 09 (nove) dias de afastamento remunerado a servidora RENATA MAGALY TOMACHEUSKI, investida no cargo de provimento em Comissão de ASSESSORA DE RECURSOS HUMANOS, por motivo de matrimônio, conforme estabelecido no art. 157, inciso IV, alínea “B”, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012, de 26 de junho de 2012

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 365/2018

Publicação Nº 1651077

PORTARIA Nº 365/2018 – De 03 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor VALDO DE MOURA SOUZA, investido no cargo de provimento em Carreira, do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL, 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 03 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 366/2018

Publicação N° 1651079

PORTARIA N° 366/2018 – De 04 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARCIA JUCARA CORDEIRO, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - AMUS, 30 (dez) dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozados em 60 (sessenta) dias de meio dia no período vespertino, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 04 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 367/2018

Publicação N° 1651085

PORTARIA N° 367/2018 – De 05 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER ao conselheiro CARLOS MONTEIRO DA SILVA FILHO, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 05.06.18 a 25.06.18, de conformidade com o insculpido no inciso 1º do art. 26, da Lei nº. 1536/2007, de 31 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 368/2018

Publicação N° 1651087

PORTARIA N° 368/2018 – De 05 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o suplente do Conselho Tutelar eleito em 20 de maio de 2018 (eleição para suplentes), com a finalidade de substituição de conselheiros em férias a contar desta data, sendo ela:

JEANES FLAVIA RIBEIRO

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
---	---

PORTARIA 369/2018

Publicação Nº 1651101

PORTARIA Nº 369/2018 – De 06 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA MARLI MARTINS PEREIRA, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de GARI, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
---	---

PORTARIA 370/2018

Publicação Nº 1651106

PORTARIA Nº 370/2018 – De 06 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SIANE APARECIDA FAGUNDES DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 18 (dezoito) dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozados em 36 (trinta e seis) dias de meio dia no período vespertino, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
---	---

PORTARIA 371/2018

Publicação Nº 1651108

PORTARIA Nº 371/2018 – De 06 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora FLAVIA GREGORIO, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de ORIENTADOR EDUCACIONAL, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
---	---

PORTARIA 372/2018

Publicação Nº 1651141

PORTARIA Nº 372/2018 – De 07 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCIO DE PAULA FLEIT, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de CARPINTEIRO, 10 (dez) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 24.09.2012 a 23.09.2017 a serem gozados entre os dias 07.06.18 á 16.06.18, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 373/2018

Publicação Nº 1651142

PORTARIA Nº 373/2018 – De 07 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor DARI DE CASTRO, investido no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, Designado para exercer a função de COORDENADOR DO CRAS, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, relativas ao período aquisitivo de 02.03.1998 à 02.03.2003, a serem gozadas entre os dias 07.06.18 a 06.07.18, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 374/2018

Publicação Nº 1651144

PORTARIA Nº 374/2018 – De 08 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REINTEGRAR o servidor SEBASTIÃO EDILSON MARSCHALK investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de INSEMINADOR ARTIFICIAL, o qual estava afastado para tratamento de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 08 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 045-2018

Publicação Nº 1651538

DECRETO Nº 045/2018 DE 30 DE MAIO DE 2018

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 038/2018 DE 20 DE ABRIL DE 2018.

EDER MATTOS, Prefeito do Município de Meleiro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 9º da lei federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º- Fica incluído no artigo 1º do decreto nº 038/2018 a seguinte redação:

"Representantes da Secretaria de Ação Social:

Agda Fermina Schneider Scarsanella – Assistente Social

Fernanda Ferreira – Assistente Social"

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Meleiro, 30 de maio de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito de Meleiro

ERRATA PREGÃO N.º 037-2018

Publicação Nº 1651546

ERRATA DA ATA DO

PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO comunica a todos os interessados a retificação da DATA DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL n.º 037/2018, onde se lê "O presente Pregão Presencial foi aberto em 19/03/2018 as 14:00 horas e encerrado as 15:05 hs, LEIA-SE "O presente Pregão Presencial foi aberto em 16/04/2018 as 14:00 horas e encerrado as 15:30 hs." E onde se lê: Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 15:05 hs do dia 19 de março de 2018, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio e participantes presentes, LEIA-SE: "Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 15:30 Hs do dia 16 de abril de 2018, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio e participantes presentes".

Meleiro/SC, 12 de junho de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2018 AO CONTRATO 011-2018 PRESA

Publicação Nº 1651561

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo 001/2018 (acréscimo de valor)

Contrato nº 011/2018

Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO.

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Data da assinatura: 30 de maio de 2018.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N.º 020-2018

Publicação N° 1651557

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Pelo presente termo, em razão do descumprimento contratual, especificamente da cláusula terceira, quanto à entrega do produto contratado, bem como pelo parecer jurídico favorável quanto à anulação do ato em razão do descumprimento do contrato pela empresa ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP, especificamente na cláusula terceira, e com fulcro no art. 78, I e IV da lei n.º 8.666/93, fica rescindido unilateralmente o contrato n.º 020/2018.

A presente rescisão se dá exclusivamente em virtude do não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa vencedora, que comprovadamente foi notificada em razão da abstenção no fornecimento dos produtos contratados.

Meleiro, 12 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EDER MATTOS – Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 050/2018

Publicação Nº 1651750

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1201/2018
Modalidade: Pregão Nº 050/2018
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADORA DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICA COM POTÊNCIA DE 112,5 KVA
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 27 de junho de 2018
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 27 de junho de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 11 de junho de 2018.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2018

Publicação Nº 1650981

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1199/2018
Modalidade: Pregão Nº 049/2018
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27 de junho de 2018
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 27 de junho de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 11 de junho 2018.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2018 - PMM

Publicação N° 1651455

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 074/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial n° 043/2018. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios destinados para manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, com entrega parcelada, pelo período de 06 (seis) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 26 de Junho de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 26 de Junho de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 12 de Junho de 2018

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 324/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651847

PORTARIA Nº 324/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR QUE INDICA, NOMEIA COMISSÃO PRO-CESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Excelentíssima Senhora SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições, em especial as contidas no inciso VIII do art. 104, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 197, da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, de 6 de março de 2006. RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor DELCIR BARZOTTO, matrícula nº 1549, técnico em controle interno, para apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 31/2018, em razão da transgressão, em tese, das disposições contidas no art. 164, II, V, VI e XIII, no art 166, III, XIX e XXIII, da Lei Complementar nº 17, de 6 de março de 2006, bem como no art. 266, § 1º, art. 313-B, e art. 317, todos do Código Penal, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Designar os (as) Servidores (as) Rita de Cássia Vicente Flesch, Professora IV, matrícula funcional nº 158; Patricia Luciana Proêncio, Professora III, matrícula nº 207; e Maristela Aparecida Viater, Professora III, matrícula funcional nº 482, todas de cargo efetivo do quadro de pessoal deste Município, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de que trata o art. 1º.

Art. 3º Afastar DELCIR BARZOTTO, matrícula nº 1549, técnico em controle interno, de seu cargo, pelo prazo de 60 dias, devendo o Servidor deixar imediatamente seu posto de trabalho.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 8 de junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 325/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651850

PORTARIA Nº 325/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR QUE INDICA, NOMEIA COMISSÃO PRO-CESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Excelentíssima Senhora SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições, em especial as contidas no inciso VIII do art. 104, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 197, da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, de 6 de março de 2006. RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor RAFAEL ADRIANI BARZOTTO, matrícula nº 1844, operador administrativo, para apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 32/2018, em razão da transgressão, em tese, das disposições contidas no art. 164, II, V, VI e XIII, no art 166, III, XIX e XXIII, ambos da Lei Complementar nº 17, de 6 de março de 2006, bem como no art. 266, § 1º, art. 313-B, e art. 317, todos do Código Penal, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Designar os (as) Servidores (as) Maristela Aparecida Viater, Professora III, matrícula funcional nº 482; Jussara Piechontcoski Ossoski Kunen, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional nº 24; e Maria Ivone Scuzziato da Silva, Professora IV, matrícula funcional nº 1591, todas de cargo efetivo do quadro de pessoal deste Município, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 8 de junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 326/2018

Publicação Nº 1651862

PORTARIA Nº 326/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o(a) servidor(a) SAMARA LINS NATT RG 5 270 587/SSP/SC, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017, para exercer o cargo de ENFERMEIRA do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, nos termos da Lei Complementar Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e da Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; Lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia " 368- ENFERMEIRO" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 07 de Junho de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal de Saúde.

LILIANE MARIA LAEUFER

Responsável pelo Expediente

PORTARIA Nº 326/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651848

PORTARIA Nº 326/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR QUE INDICA, NOMEIA COMISSÃO PRO-CESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Excelentíssima Senhora SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições, em especial as contidas no inciso VIII do art. 104, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 197, da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, de 6 de março de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor DELCIR BARZOTTO, matrícula nº 1549, técnico em controle interno, para apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 33/2018, em que se aponta a transgressão, em tese, das disposições contidas no art. 164, II, V e VIII, no art 166, XIV a XX, ambos da Lei Complementar nº 17, de 6 de março de 2006, o art. 9º, III, art. 90 e art. 91, todos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), o art. 9º, caput e XI, e art. 10, caput, I e VIII, da Lei nº 8.429/92, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Designar os (as) Servidores (as) Patricia Luciana Proêncio, Professora III, matrícula funcional nº 207; Jussara Piechontcoski Ossoski Kunen, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional nº 24; e Maristela Aparecida Viater, Professora III, matrícula funcional nº 482, todas de cargo efetivo do quadro de pessoal deste Município, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 8 de junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 327/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651853

PORTARIA Nº 327/2018, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR QUE INDICA, NOMEIA COMISSÃO PRO-CESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Excelentíssima Senhora SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições, em especial as contidas no inciso VIII do art. 104, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 197, da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, de 6 de março de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor RAFAEL ADRIANI BARZOTTO, matrícula nº

1844, operador administrativo, para apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 34/2018, em que se aponta a transgressão, em tese, das disposições contidas no art. 164, II, V e VIII, no art 166, XIV a XX, ambos da Lei Complementar nº 17, de 6 de março de 2006, o art. 9º, III, art. 90 e art. 91, todos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), o art. 9º, caput e XI, e art. 10, caput, I e VIII, da Lei nº 8.429/92, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Designar os (as) Servidores (as) Rita de Cássia Vicente Flesch, Professora IV, matrícula funcional nº 158; Jussara Piechontcoski Ossoski Kunen, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional nº 24; e Patricia Luciana Proêncio, Professora III, matrícula funcional nº 207, todas de cargo efetivo do quadro de pessoal deste Município, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 8 de junho de 2018.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 034/2018/PM

Publicação Nº 1651857

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 034/2018/PM

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018/PM

A comissão Permanente de Licitação do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, torna público e comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição do objeto abaixo indicado para o Município de Monte Carlo. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues na sala de Licitações da Prefeitura, localizado Rod. SC 452, Km 15, das 8:00 horas do dia 25/06/2018 até as 09:45 horas do dia 25/06/2018 para abertura no mesmo dia às 10:00 horas, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEN, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

1 - DO OBJETO

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, conforme especificações físicas e técnicas constantes do ANEXO V.

2 - DO CREDENCIAMENTO

OBS.: Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso a proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital conforme item 2.3.

2.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, contendo, obrigatoriamente, cópia do respectivo RG - Registro Geral e/ou CPF/MF -

Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

PARAGRAFO ÚNICO – Quando se tratar de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, que, quiserem beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar a declaração solicitada no item 2.3. acima, acrescida da informação "EM SUSPENSO".

2.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente, conforme o art. 8º da Instrução Normativa 123 do Departamento Nacional do Comércio.

2.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2 e 2.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.6 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

3 - DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018 ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação dos serviços cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao Edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n.º do CNPJ, inscrição na entidade de classe competente e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e/ou rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) conter declaração que entregará o veículo no prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, sob as penas e sanções da lei e deste edital, Com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório;
- g) conter declaração de que a empresa licitante esta plenamente de acordo com a forma de pagamento estipulada no item 12.1 do presente edital, Com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018 ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com fazenda Municipal da sede do proponente;
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia (FGTS);
- f) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93,

Regularidade Trabalhista:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Habilitação Jurídica:

- a) Cartão do CNPJ.

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Ficam dispensados de autenticação os documentos emitidos via Internet.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(DEZ) dias da assinatura do contrato;
- b) Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;
- b) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

6 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

- 6.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.
- 6.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.
- 6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.
- 6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.
- 6.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, pelo valor unitário do LOTE, discriminando o valor de cada item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 6.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.
- 6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 6.11 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.12 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.
- 6.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, para que seja obtido preço ainda melhor.
- 6.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 6.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.
- 6.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.
- 6.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.
- 6.18 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada ITEN.
- 6.19 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 6.20 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.
- 6.21 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEN, desde que atendidas as exigências deste Edital.

7.2 -SERÃO DESCLASSIFICADAS PROPOSTAS COM VALOR SUPERIOR A R\$ 11.00,00 REAIS pelo Item Nº 01; R\$ 17.000,00 REAIS pelo Item

Nº 02; R\$ 25.000,00 REAIS pelo Item Nº 03; E, R\$ 7.580,00 REAIS pelo Item Nº 04; E 38.800,00 pelo Item Nº 05.

08 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à

Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

7.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

7.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo-SC

8.2.1 – A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá a Autoridade Competente, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

8.2.2 – No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

7.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

7.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

8 – DO CONTRATO

8.1 - Será firmado Contrato com o proponente vendedor para entrega do objeto no exercício de 2018, com prazo máximo de 10 (dez) DIAS a contar da ordem de compra, findando dia 31 de dezembro de 2018 ou até a entrega do objeto, o qual não sofrerá nenhum reajuste.

8.2 - O prazo para assinatura do Contrato é de 10 (dez) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

9 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item, sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

9.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, por ITEM, do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

9.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.6 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

9.7 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.8 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

9.9 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou

a penalidade.

10 - DA DOTAÇÃO

10.1 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018 e terá a seguinte classificação orçamentária:

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034.000000

EQUIPAMENTOS PARA A AGRICULTURA

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito até o 15º(décimo quinto) dia do mês posterior a entrega do Objeto solicitado, em favor da licitante vencedora, mediante emissão de cheque, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

11.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

11.3 - O pagamento será efetuado com prazo ESPECIFICADO NO ITEM 12.1, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma.

11.4 - dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

:

11.5 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12 - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - O contrato oriundo deste Processo Licitatório, será administrado e fiscalizado pela Diretoria de Compras e Licitações, seguindo as disposições da Legislação vigente, bem como, as condições previstas neste instrumento, nos termos do Decreto 52/2004.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

13.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Licitações, logo após sua homologação.

13.3 - Detalhes não citados, referentes a execução, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

13.4 - O Prefeito Municipal poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

13.5 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00, através dos telefones (49) 3546 0194, ou Home Page www.montecarlo.sc.gov.br.

13.6 - São parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos requisitos de habilitação;
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato;
- e) ANEXO V – Especificações do Veículo.

Monte Carlo, (SC), 12 de junho de 2018.
Sonia Salete Vedovatto
Prefeita Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> , por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> , constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF> , outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO> , outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> , <DATA>

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018.
PROPOSTA

Item Material/produto Marca Valor por item

01 R\$

DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

1.1
Local e data

1.2 Carimbo e assinatura Representante da empresa

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

< RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA> CNPJ nº

<xxxxxxxxxxxx> , sediada em < ENDEREÇO COMERCIAL> , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Local/Data: , / /

.....
Assinatura e Carimbo Representante da Empresa

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018.

(MINUTA CONTRATO Nº /2018)

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 452, Km 15, 1551 – Centro, neste ato representado pela Prefeita, Sra. Sonia Salete Vedovatto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ nº representada neste ato pelo Sr., brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº , CPF nº , residente e domiciliado em , doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 21/2018, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1 - DO OBJETO

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, conforme especificações físicas e técnicas constantes do ANEXO V, Conforme SEGUE:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor do(s) Itens (S) é de R\$,

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2º. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF

- Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito até o 15º(décimo quinto) dia do mês posterior a entrega do

Objeto solicitado, em favor da licitante vencedora, mediante emissão de cheque, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 4º. dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento:

§ 5º. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2018 e terá a seguinte classificação orçamentária:

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034.000000

EQUIPAMENTOS PARA A AGRICULTURA

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente Contrato terá vigência do dia da assinatura do presente contrato até 30/09/2018, ou a entrega efetiva do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será fiscalizada, medida e acompanhada pelo DPTO DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

a) A entrega do Objeto lícitado no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da ordem de fornecimento;

b) Entregar o objeto lícitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;

d) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;

e) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, de de 2018.

CONTRATANTE CONTRATADA

SONIA SALETTE VEDOVATO
PREFEITA MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente certame tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa a esta administração, visando aquisição de equipamentos agrícolas sendo:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Total Máximo R\$
01	Grade niveladora arrasto em v nova, no mínimo 32 discos, discos com 20 de diâmetro e com espessura de 3,5mm de arrasto, mancal a graxa, disco duplo.	Und.	01	11.000,00
02	Carreta agrícola nova, metálica, mínimo de capacidade de carga 6000 kg, rodado também, busculante hidráulico, 4 pneus novos.	Und.	01	17.000,00
03	Grade aradora nova, com controle remoto mancal a graxa, espaçamento 270mm, especificações 18x26x6mm largura de corte 2.300mm, peso 2.063 kg.	Und.	01	25.000,00
04	Distribuidor de sementes e fertilizantes novo, com no mínimo de 1300 litros de capacidade, largura de distribuição de 18 a 34m.	Und.	01	7.580,00
05	Plantadeira nova mínimo 5 linhas, capacidade de adubo 480 kg, capacidade de milho por linha 43 litros, capacidade de soja por linha 43 litros.	Und.	01	38.800,00

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 34/2018/PM

Publicação Nº 1651864

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 34/2018/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 09:45 horas do dia 25/junho/2018. Abertura da sessão no dia 25/junho/2018 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1651900

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 01/2018

A Comissão Processante, por seus integrantes abaixo assinados, através deste Edital de Intimação, intimam a Senhora Sonia Salete Vedovatto, Prefeita Municipal de Monte Carlo, para que no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, indique defensor advogado para acompanhar a instrução Processual do Processo de Cassação de Mandato de Eletivo Nº 02/2018, que tramita na Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carlo.

Outrossim em caso da intimada, não indicar defensor – Advogado fica ciente e advertida de que não poderá alegar cerceamento de defesa.

Monte Carlo, 12 de Junho de 2018
Valcemir Antônio Cordeiro
Relator da Comissão Processante

Joel de Oliveira
Membro da Comissão Processante

Monte Castelo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2018

Publicação Nº 1650812

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 008-2018

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: O Município de Monte Castelo torna público que em conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei n.º 8.666/93, de 08 de junho de 1994, e do Prejulgado de n.º 0263 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina fica DISPENSADA de licitação a contratação do seguinte serviço/objeto:

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de aproximadamente 236,6 horas de escavadeira hidráulica para auxiliar a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRESTADOR: Emília Jientara ME, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.791.394/0001-58, com sede na Rua Presidente Getúlio Vargas – Monte Castelo - SC.

VALOR TOTAL: R\$ 34.070,40 (Trinta e Quatro Mil e Setenta Reais e Quarenta Centavos)

FORMA DE PAGAMENTO: Pagamento em 06 (seis) parcelas.

PRAZO: Prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.00.00.00.00.00204 Projeto de Atividade 2024 –Despesa orçamentária: 96.

MOTIVAÇÃO: Em razão de chuvas, desmoronamentos, uso excessivo e desgaste natural e etc., várias ruas e estradas deste Município, dentre elas: Localidades de Colônia Maidel e KM 98 encontram-se intransitáveis e provocando risco a vidas dos que por elas trafegam, conforme pedido da Secretaria de Obras e Serviços Públicos em anexo.

Monte Castelo (SC), 12 de Junho de 2018..

Artur Mario da Silveira
Secretario de Obras e Serviços Públicos

João Rafael Fianco
Secretário Municipal de Administração

ATO DO PREFEITO

R.H.
Ratifico a Dispensa de Licitação, por seus próprios fundamentos nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93.
Execute-se.
Publique-se.

Monte Castelo (SC), 12 de Junho de 2018.
Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito

Aprovo nos termos do parágrafo único, do art. 38.da Lei 8.666/93.
Parecer anexo.

Monte Castelo (SC), 12 de Junho de 2018.

Marcelo Feliz Artilheiro
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.493

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI Nº 1.837/2018

Publicação Nº 1651257

LEI Nº 1.837/2018, de 11 de Abril de 2018

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INACABADAS OU QUE NÃO ESTEJAM EM CONDIÇÕES DE ATENDER A POPULAÇÃO.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Ficam proibidas as inaugurações e as entregas de obras públicas inacabadas ou que não estejam em condições de atender os fins a que se destinam.

Parágrafo único - Consideram-se como obras públicas todas as construções, reformas, recuperações ou ampliações custeadas pelo poder público que servem ao uso direto ou indireto da população, tais como:

I – Hospitais, unidades de pronto atendimento, centros de saúde municipais;

II – Escolas municipais, unidades municipais de educação infantil, creches e estabelecimentos similares,

III – Logradouros e equipamentos públicos;

IV – Unidades e prédios públicos.

Art. 2º- Consideram-se obras públicas inacabadas, aquelas que não estão aptas a entrar em funcionamento por não preencherem as exigências do Código de Obras e Edificações do Município de Morro da Fumaça (Lei Complementar 018, 019, 020, 021, 022 e 023, de 09 de Maio de 2014).

Parágrafo único- Enquanto a obra pública não for inaugurada e/ou entregue, considerar-se-á interditada no tocante à sua utilização. (Incluído pela Emenda nº 01/2017)

Art. 3º- Obras públicas cujas estruturas estejam finalizadas, só estarão aptas a inauguração caso apresentem as seguintes condições mínimas de funcionamento:

I – Número mínimo de profissionais que possam prestar o serviço;

II – Materiais de uso rotineiro necessários à finalidade do estabelecimento;

III – Equipamentos imprescindíveis ao funcionamento da unidade.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Abril de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Secretário do Sistema Econômico

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO Nº 6-2018 - PMMG

Publicação Nº 1651293

Aditivo nº:	6/2018
Contrato Principal nº:	2/2018
Natureza:	Aditivo de Valor
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratado:	AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Valor:	R\$ 0,00
Data da Assinatura:	12/06/2018
Vigência Inicial:	12/06/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(06) 0201.2002.33903001, (22) 0302.2003. 33903001, (112) 0902.2014.33903001 (68) 0702.2018.3333903001, (92) 0702.2025.33903001, (39) 0403.2005.33903001 (53) 0403.2007.33903001, (132) 1202.2050.33903001
Licitação:	Pregão Presencial nº 36/2017
Objeto Resumido:	Reajustar o valor unitário do "ITEM 1 – GASOLINA COMUM" em 4,239%.
Espécie:	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação:	A íntegra do termo está disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br

AVISO - PREGAO PRESENCIAL Nº 2/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1650701

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO
SAMAE DE MORRO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018

O SAMAE DE MORRO GRANDE, com sede à Rua Santa Cruz, nº 46, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 2/2018, cujo objetivo é a AQUISIÇÃO DE UM 01 (UM) VEÍCULO NOVO TIPO CAMINHONETE PARA USO DO SAMAE DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 09h00min do dia 28/06/2018, com abertura no mesmo dia às 09h30min, junto ao Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Irmãos Biff, nº 50, bairro Centro, Morro Grande/SC. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supra citado, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estará disponível o telefone (48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Jackson Luís da Silva - Diretor do Samae.

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO Nº 5-2018 - FMS

Publicação Nº 1651297

Aditivo nº:	5/2018
Contrato Principal nº:	5/2018
Natureza:	Aditivo de Valor
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE
Contratado:	AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Valor:	R\$ 0,00
Data da Assinatura:	12/06/2018
Vigência Inicial:	12/06/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(8) 1101.2033.33903001
Licitação:	Pregão Presencial nº 36/2017
Objeto Resumido:	Reajustar o valor unitário do "ITEM 1 – GASOLINA COMUM" em 4,239%
Espécie:	Fornecimento de Bens de Consumo
Observação:	A íntegra do termo está disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 18/2018 PMN

Publicação Nº 1651827

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2018 PMN

AOS 7 DE JUNHO DE 2018, ÀS QUATORZE HORAS, PREGÃO PRESENCIAL, SE REUNIU A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO, ACOMPANHADO DOS DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, CONFORME PORTARIA Nº 1117 DE 23 DE MARÇO DE 2017, PARA O ATO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018 PMN, CUJO OBJETO "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM ALOJAMENTO TEMPORÁRIO (HOTEL) COM ALIMENTAÇÃO, PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE MOMENTÂNEA E MEDIDA PROTETIVA, ATRAVÉS DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. INICIADA A SESSÃO, NENHUMA EMPRESA SE FEZ PRESENTE, NÃO HAVENDO INTERESSADOS. A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO SEGUNDO A LEI DE LICITAÇÕES DECIDE DECLARAR A LICITAÇÃO DESERTA, SUGERINDO REABRIR O CERTAME COM NOVA PUBLICAÇÃO; SENDO POSSÍVEL, MANTIDAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL, A APROPRIAÇÃO DA REGRA DA DISPENSA LICITATÓRIA DO INCISO V DO ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DESDE QUE NÃO SE POSSA REPETIR O PROCEDIMENTO SEM PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO. ENCAMINHAM-SE OS AUTOS À APRECIACÃO PARA DELIBERAÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A RELATAR, PREGOEIRO ENCERROU A SESSÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA.

ATA DA SESSÃO 74/2018 PMN

Publicação Nº 1651842

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 74/2018 PMN

AS QUATORZE HORAS DO DIA DOZE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO SETENTA E QUATRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA 4X4 COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS), COM OPERADOR/MOTORISTA PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. PARTICIPANTES: MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS, REPRESENTADA POR ELA MESMA. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODOS OS DOCUMENTAÇÕES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE DA PROPOSTA DA LICITANTE, ONDE TODOS OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A LICITANTE: MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM1. ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A LICITANTE ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA NÃO MENCIONOU INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 14H 30 MIN EU VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 75/2018 PMN

Publicação Nº 1651838

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 75/2018 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA DOZE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO SETENTA E CINCO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR LOTE, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE MATERIAL E ANÁLISES LABORATORIAIS DE ÁGUA, SOLO E BIOTA (INCLUINDO MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA), NO LOCAL ONDE SERÁ CONSTRUÍDO O MOLHE NORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2018. EMPRESAS PARTICIPANTES: LABB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, REPRESENTADA POR LUIZ ADEMIR THIBES DE BARROS. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODOS OS DOCUMENTAÇÕES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS, ONDE TODOS OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE

MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA: LABB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE ÚNICO, PELO VALOR DE R\$ 49.519,36 (QUARENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS). ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A EMPRESA ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA NÃO MENCIONOU INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10H. EU VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA II DA SESSÃO 17/2017 FMV

Publicação Nº 1651833

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017 FMV

AS NOVE HORAS DO DIA ONZE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA RETORNO E CONTINUAÇÃO, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO DEZESSETE DO ANO DE DOIS MIL E SETE, TIPO MENOS PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, LICENÇA DO SOFTWARE E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC. NÃO HOUVE EMPRESAS PARTICIPANTES. CONFORME PRAZO ESTABELECIDO NO DIA 04 DE JUNHO DE 2018 A EMPRESA INFORSEG-COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP, APRESENTOU O ENVELOPE COM NOVA PROPOSTA. ABERTO O ENVELOPE DA PROPOSTA ONDE SUA NOVA PROPOSTA A PORCENTAGEM FOI APRESENTADA EM VALOR DO MATERIAL E SERVIÇO, FICANDO ASSIM CLASSIFICADA SUA PROPOSTA DE PREÇO. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO PROPOSTA DE PREÇO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A EMPRESA ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 09H E 40 MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 68/2018 PMN -- RETIFICADO E REPUBLICADO

Publicação Nº 1651844

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 68/2018 PMN – RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada na confecção de placas de aço inox, devidamente personalizadas para inauguração de espaços públicos através da Secretaria de Comunicação Social do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 25/06/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 25/06/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

PORTARIA 006/2018 - PUBLICA O RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO DE PROJETOS DO EDITAL VILMA MAFRA DE APOIO À CULTURA 2018.

Publicação Nº 1651256

Portaria 006/2018

Publica o resultado final da seleção de projetos do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2018.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura – 2018 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado final dos projetos classificados no processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2018 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo segue a lista classificatória:

	Protocolo	Projeto	Proponente	Área
Cotas de R\$ 25.000,00				
Aprovados				
1º	3360-8115	6º Musicando na Escola	Soraia Magali Jocham Coimbra	Música
2º	3360-8105	Contar para Encantar 2	Andrea Cristina da Costa Dias	Artes Cênicas
3º	3360-8159	Popularização Teatral em	Cidval Francisco Batista Junior	Artes Cênicas
4º	3360-8148	Roda de Oleiro 2	Angela Goerke	Artes Visuais

5º	3360-8136	Orquestra de Navegantes	José Carlos Pereira Júnior	Música
6º	3360-8079	Oficina Borasinká	Caueh Emilio Rebello	Música
Suplentes				
1º	3360-8071	Projeto Entrelinhas	Dalva Costa	Humanidades
2º	3360-8182	Machine Chronicles	Tadeu Brasil Flock de Britto	Audiovisual
3º	3360-8175	App Navegantes Cultural	Leonardo Alves de Souza	Audiovisual
4º	3360-8140	Cobertura Casa Escalvados	Alcides Frutuoso da Silva	Patrimônio
5º	3360-8178	Desenho Rob e Fifi	Luciana Morera Royo	Audiovisual
6º	3360-8143	Vida de Pescador	Fábio Inácio Oenning	Audiovisual
Cotas de R\$ 20.000,00				
Aprovados				
1º	3360-8154	Notícias de Navegantes	Vera Lucia de Nobrega Pecego Estork	Humanidades
2º	3360-8153	Intervalo Musical	Rafael Cândido Santos Vieira	Música
3º	3360-8166	Oficina – Vivência Teatral	Arthur Henrique Olschowsky Christovão	Artes Cênicas
4º	3360-8161	Veloso – Memórias	Vilma Marli Rebello Mafra	Humanidades
5º	3360-8095	Luz, Câmera, Educação	Willian Henrique Tavares Lieders	Audiovisual
Suplentes				
1º	3360-8186	Navegantes Fotofônica	Wanderson de Oliveira Andrade	Humanidades
2º	3360-8188	Raízes do Mar 2	Eduardo Alberto Werner	Artes Visuais
3º	3360-8187	Curso de Fotografia	Solange Boimer Bastos Martins	Artes Visuais
4º	3360-8169	Banda do Mar	Jose Henrique Raue	Audiovisual
Cota da Fundação Cultural de Navegantes				
Aprovados				
	3360-8114	2º Navegação	Fundação Cultural de Navegantes	Artes Cênicas
	3360-8177	VI FLIN	Fundação Cultural de Navegantes	Humanidades
	3360-8181	5ª Virada Cultural	Fundação Cultural de Navegantes	Artes Integradas

Art. 2º - Os contemplados deverão comparecer à sede da Fundação Cultural de Navegantes, em no máximo 15 dias após a divulgação do resultado final no Diário Oficial dos Municípios, para entrega dos documentos e assinatura do contrato, conforme item 5.1 do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura.

Art. 3º - Ficam convocados os proponentes dos projetos aprovados para uma reunião de orientação a ser realizada no dia 20 de junho de 2018, às 09h, na sede da Fundação Cultural de Navegantes, localizada à Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro, Navegantes, SC.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Navegantes, 11 de junho de 2018.

Luciane Chagas Bittencourt Pereira
Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

PORTARIA 2161/2018 EXONERA A PEDIDO

Publicação Nº 1651261

PORTARIA N º 2161 DE 05 DE JUNHO DE 2018
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o servidor LUIZ CARLOS PEREIRA DE LIMA, do cargo de VIGIA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 05/06/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JUNHO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2178/2018 EXONERA A PEDIDO

Publicação N° 1651260

PORTARIA N ° 2178 DE 07 DE JUNHO DE 2018
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora CLAUDIA CRISTINA ADAMI, do cargo de PSICÓLOGA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 07/06/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JUNHO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 101/2018 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO HINO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM.

Publicação Nº 1650831

DECRETO Nº 108, de 11 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO HINO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM.

Nélio Antônio Cassol - Prefeito Municipal de Nova Erechim, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conformidade com o disposto nas leis nº 759/94, de 01 de março de 1994, e nº 907/98, de 10 de setembro de 1998, ambas alteradas pela lei nº 1.430/07, de 31 de outubro de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os organizadores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Organizadora e Avaliadora do Hino do Município de Nova Erechim.

Representante dos professores da Educação Básica – Ensino Fundamental anos iniciais

Titular: Salete Girardi Schuck

Representante dos professores da Educação Básica – Ensino Fundamental anos iniciais

Titular: Eliane Cassol Pagliarini

Representante dos professores da Educação Básica – Ensino Fundamental anos iniciais

Titular: Fernanda Carla Dias Vicenzi

Representante dos professores da Educação Básica – Ensino Fundamental anos finais – História

Titular: Ivana Lúcia Deufel Nardi

Representante da Secretaria de Educação Cultura e Esporte

Titular: Sandra Solivo

Representante do Setor de Música do Município

Titular: Leticia Bertoldi

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando o Decreto número 99 de 28 de maio de 2018. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 28 de maio de 2018.

Nélio Antônio Cassol

Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 96-2018 PREGÃO 38-2018

Publicação Nº 1651749

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 96/2018
Edital: Pregão Nº.: 38/2018
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE LIXEIRAS, COM SUPORTE METÁLICO E CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO VAZADO, PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25 de junho de 2018.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25 de junho de 2018.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 11 de junho de 2018
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 97-2018 PREGÃO 39-2018

Publicação Nº 1651752

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 97/2018
Edital: Pregão Nº.: 39/2018
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 25 de junho de 2018.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 25 de junho de 2018.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 11 de junho de 2018
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 99-2018 TOMADA DE PREÇOS 3-2018

Publicação Nº 1651761

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 99/2018

Edital: Tomada de Preços Nº.: 3/2018
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Contratação de empresa para realização de estudo sócio ambiental para o perímetro urbano de Nova Itaberaba/SC, conforme Termo de Referência.
Entrega dos Envelopes: 830 horas do dia 29/06/18.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29/06/18.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 1.525, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
NOVA ITABERABA, 12/06/18
ANTONIO DOMINGOS FERRARINI
PREFEITO MUNICIPAL

DC 207-2018 CREDITO SUP.SUPERAVID SANEAAMENTO BASICO

Publicação Nº 1651763

DECRETO Nº. 207/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2018, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), no Projeto Atividade 2.024 – Manutenção do Sistema de Saneamento Básico, na modalidade de aplicação 3.3.90 Aplicação Direta – na Fonte 03.00 - Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 17 Saneamento

Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.024 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 28.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.171/2017 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2017, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 11 DE JUNHO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 348/2018 "B"

Publicação Nº 1651959

PORTARIA Nº 348/2018 "B"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de MAIO do corrente ano ao Servidor Público Municipal DIEGO DE CAMARGO SILVESTRE, matrícula nº 7474, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 01/05/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de maio 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 359/2018

Publicação Nº 1651962

PORTARIA Nº 359/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2018, de 21/03/2018, homologado em 14/05/2018, convocada conforme Decreto nº 100/2018 de 22/05/2018, LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, matrícula nº 7815, para exercer o cargo de Professor, Nível III, Referência "A", de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização/Instituto Ayrton Senna, 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 04 de junho de 2018 a 19 de dezembro de 2018 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO N º 132/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.671.469-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor, Nível III, Referência "A", de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização/Instituto Airton Senna, 20 (vinte) horas semanais – Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de junho de 2018 a 19 de dezembro de 2018 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 132/2018)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Lucia Marlene Muraro Wisintainer
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de junho de 2018.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 377/2018 "A"

Publicação Nº 1651961

PORTARIA Nº 377/2018 "A"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de JUNHO do corrente ano à Servidora Pública Municipal GENI APARECIDA ORLANDI, matrícula nº 6752, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2016 a 02/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 380/2018

Publicação Nº 1651935

PORTARIA Nº 380/2018

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de com o Artigo 102 da Le 1.668/99 de 22/12/1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 718/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal FABRICIO LEONEL DA SILVA, matrícula nº 7606, no cargo de Professor de Português Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba, a contar de 16 de junho de 2018 até 08 de dezembro de 2018, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datado de 08/06/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 380/2018 "A"

Publicação Nº 1651948

PORTARIA Nº 380/2018 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 338/2018 que Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal NALZIR DO PRADO HOFFMANN, matrícula nº 7711, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais,- ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola de Educação Básica Francisco João Valle, Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 16/06/2018 a 11/12/2018, conforme resultado pericial do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, datado de 11 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 384/2018

Publicação Nº 1651927

PORTARIA Nº 384/2018
Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal ANA LUIZA GÊSSELE, matrícula nº 7250 no cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 12 de junho de 2018 a 02 de agosto de 2018, conforme resultado pericial, datado de 11 de junho.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 386/2018

Publicação Nº 1651910

PORTARIA Nº 386/2018
Dispõe Sobre Credenciamento

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e parágrafos, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

RESOLVE:

CREDENCIAR o Servidor Público Municipal SILVIO CONHAQUI, concursado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 7797, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Servidores da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a partir de 12 de junho 2018 até 20 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 387/2018

Publicação Nº 1651951

PORTARIA Nº 387/2018
Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal TATIANA GROTT, matrícula nº 7789, no cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 04 de junho de 2018 a 08 de junho de 2018, conforme resultado pericial, datado de 08 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 388/2018

Publicação Nº 1651956

PORTARIA Nº 388/2018
Progressão Funcional Vertical

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de Janeiro de 2013, e de conformidade com o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, nos termos dos artigos 45, 56 e 57, da Lei nº 1.668/99 (Estatuto do Magistério Público Municipal), alterado pela Lei Complementar nº 21/2003 (Altera Artigos do Estatuto do Magistério – Artigos 6º e 11º),

RESOLVE:

CONCEDER Progressão Funcional Vertical ao Servidor Público Municipal CARLOS ROBERTO ORSI, matrícula nº 6565, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C – Disciplina Arte, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, passando para Professor Nível IV, Referência A, a partir de 08 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 004/2018

Publicação N° 1650976

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2018 - TP
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 55/2018 Processo de Licitação: 55/2018 Data do Processo: 18/04/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2018
b) Licitação Nr.: 4/2018-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 12/06/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA RETIRADA DE PROTEÇÃO DAS CANCHAS DE BOCHA EM ALVENARIA E INSTALAÇÃO DE GRADES EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO REMOVÍVEIS, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO), PLANILHAS E MINUTA CONTRATUAL.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME (10841)**

1	SERVIÇOS INICIAIS - DEMOLIÇÃO CANCHA DE BOCHA	³CEN	100,00	0,0000	11,7185	1.171,85
2	ESQUADRIAS - DEMOLIÇÃO CANCHA DE BOCHA	³CEN	100,00	0,0000	361,3441	36.134,41
3	PINTURA - DEMOLIÇÃO CANCHA DE BOCHA	³CEN	100,00	0,0000	61,101	6.110,10
Total do Fornecedor:						43.416,36
Total Geral:						43.416,36



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

CNPJ: 82.925.025/0001-60
RUA SANTO INACIO 126
C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 4/2018 - TP**

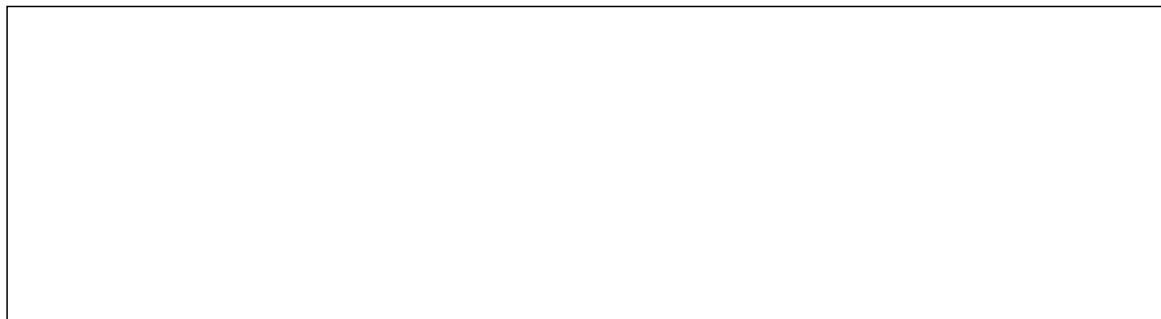
Processo Administrativo: 55/2018
Processo de Licitação: 55/2018
Data do Processo: 18/04/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 (196) Saldo: 150.788,49



Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO 225 DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1650632

DECRETO N.º 225, DE 30 DE MAIO DE 2018.

“ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 30.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) – recursos próprios –, por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ.: 2.040 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0744 (154) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL: R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior (2017), creditados na conta corrente n.º 20986-4, agência 2357-4 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 30 de maio de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 30 de maio de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 239 DE 06 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1650639

DECRETO N.º 239, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

“REVOGA O DECRETO N.º 221, DE 22 DE MAIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada o Decreto n.º 221, de 22 de maio de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 06 de junho de 2018.

ROGERIO JOSE FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 06 de junho de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 240 DE 06 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1650927

DECRETO N.º 240, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 40.000,00, POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017, e art. 1º, caput, da Lei Municipal n.º 2.616, de 25 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta da anulação de saldos de dotações orçamentárias (transposição), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0700 (108) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0700 (113) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 06 de junho de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 06 de junho de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 241 DE 06 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1650640

DECRETO N.º 241, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 210.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: Secretaria de Saúde

Proj./Ativ.: 2.024 Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0737 (42) Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

TOTAL: R\$ 210.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior (2017), creditados na conta corrente n.º 15.816-X, agência n.º 2357-4, da Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 06 de junho de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 06 de junho de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 242, DE 06 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651319

DECRETO N.º 242, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 487.500,00, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, crédito suplementar no valor de 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade: 01 Depto. De Cultura/Esportes e Turismo

Proj./Ativ.: 1.064 Obras e Acervos para Cultura e o Turismo

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0706 (73) Aplicações Diretas R\$ 487.500,00

TOTAL: R\$ 487.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, durante o exercício de 2018, decorrente do Convênio n.º 846952/2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 06 de junho de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 06 de junho de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2018

Publicação Nº 1650722

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2018.

Objetivo: Aquisição de combustível destinado à frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 9:00 horas do dia 27/06/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 12 de junho de 2018.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

TOMADA DE PREÇOS N. 100/2018

Publicação Nº 1650962

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS N.º 100/2018.

Objetivo: Contratação de empresa especializada para a realização de reforma de um trapiche em estrutura de madeira e aço, que dá acesso a Gôndola localizada na Praça Humberto Bortoluzzi, Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 9:00 horas do dia 16/07/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 12 de junho de 2018.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL PM N° 033/18-TP N° 004/18

Publicação N° 1648008

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 033/2018

TOMADA DE PREÇOS N° 004/2018

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) PONTE EM ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA COM CABEÇEIRAS DE CONCRETO ARMADO A SER EXECUTADA NA LINHA SÃO MARCOS E RESTAURAÇÃO DE 01 (UMA) PONTE A SER EXECUTADA NA LINHA RIO BONITO, AMBAS NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindo do projeto nº 59053.001623/2016-64 da Secretária Nacional de Defesa Civil, conforme condições descritas no edital.

Entrega dos envelopes até as 08h50min, no dia 29/06/2018

A abertura dos envelopes da habilitação ocorrerá a partir das 09h

Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:30h às 17:00 horas) e no site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei N° 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 13 de JUNHO de 2018 – LUIZ DARCI ZAFFARI - Prefeito Municipal em exercício.

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO Nº 65/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1651840

Contrato Nº.: 65/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ESTRUTURAR CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME

Valor : 308.492,48 (trezentos e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos)

Vigência : Início: 12/06/2018 Término: 12/03/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2018

Recursos : Dotação: 1.013.4.4.90.00.00.00.00 (137), 1.013.4.4.90.00.00.00.00 (138)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO PARA USO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, CONFORME ANEXOS. (CONTRATO 841789/2016 - PROCESSO 1037258-55/2016).

Orleans, 12 de Junho de 2018

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 104/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1651403

PROCESSO Nº 104/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 58/2018

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO FIXO DE BRITAGEM PRIMARIA COM CLASSIFICAÇÃO POR PENEIRA DE 2 DECKS (3 PRODUTOS) INCLINADA PARA A PRODUÇÃO DE RACHÃO, BRITA PÓ E PEDRISCO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE PRODUÇÃO DE 20 À 60M³ COM ABERTURA MÍNIMA DE 1" E MÁXIMA DE 5". CONJUNTO ACIONADO POR REDE COMERCIAL DE ENERGIA, INSTALADA SOB BASE DE ALVENARIA FORNECIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 25/06/2018 às 10h:00min.

Abertura das Propostas: dia 25/06/2018, às 10h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 12 de Junho de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 105/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1651831

PROCESSO Nº 105/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 30/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE PESQUISA PARA IDENTIFICAR O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE OBRAS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS.

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II. da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA: INSTITUTO CATARINENSE DE PESQUISAS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Orleans - SC, 12 de junho de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 520/2018.

Publicação Nº 1651295

ATO Nº. 520/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDER CRISTIANO RODRIGUES, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Coordenador Regional do Aririú da Formiga e Adjacências Nível CR III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/06/2018.

Palhoça, SC, em 04 de junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.360, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651858

decreto Nº 2.360, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

SUPLEMENTA E ANULADOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA NA ORDEM DE R\$ 7.770.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.565, de 28 de dezembro de 2017, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 7.770.000,00 (sete milhões e setecentos e setenta mil reais), as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, na dotação orçamentária abaixo:

13:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade :2021 – Func. E Manutenção Do Ensino Fundamental

Elemento-31.90.00.00.00.00.01.010143– Aplicações Diretas R\$ 7.058.200,00

Projeto/Atividade :2043 – Func. E Manutenção do Transporte Escolar

Elemento-33.90.00.00.00.00.01.010143– Aplicações Diretas R\$ 711.800,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO															
Unidade: 1 - Secretaria Municipal de Educação															
Ação: 3019 - Ampliação do CEI -Inês Marta da Silva- Bela Vista															
415	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	200.000,00												
Ação: 3044 - Finalização da reforma e ampliação do Centro Educação Infantil - Antiga Unidade Básica de Saúde - Aririú.															
441	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	110.000,00												
Ação: 3081 - Subvenção p/ Ampliação da Creche São Tomé - Barra Aririú															

Ação: 3057 - Drenagem e Pavimentação Rua Egeberto Rosa - São Sebastião																			
454	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	100.000,00																
Ação: 3058 - Drenagem e Pavimentação Rua Irmãos Silva - São Sebastião																			
455	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	100.000,00																
Ação: 3059 - Drenagem e Pavimentação Rua João Martins de Souza - Pachecos																			
456	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	300.000,00																
Ação: 3060 - Drenagem e Pavimentação Rua João de Barro - Praia de Fora																			
457	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	165.000,00																
Ação: 3062 - Pavimentação do Conselho Comunitário - Pachecos																			
459	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	10.000,00																
Ação: 3064 - Pavimentação da Rua Joaquim Caetano da Silva - Caminho Novo																			
461	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	150.000,00																
Ação: 3065 - Pavimentação da Rua Norte (Loteamento Braga e Lima) - Caminho Novo																			
462	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	100.000,00																
Ação: 3067 - Construção e Reforma - Área de Lazer Avenida Santos Girard - Caminho Novo																			
464	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	50.000,00																
Ação: 3068 - Construção de Área de Lazer em frente ao Ginásio de Esporte ao lado do CRAS adequação da Quadra de Areia com Instalação de Parque e Academia - Caminho Novo																			
466	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	55.000,00																
Ação: 3069 - Construção de Área de Lazer ao lado do Campo Grecea com Construção de Quadra de Areia e Instalação de Parquinho - Caminho Novo																			
467	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	30.000,00																
Ação: 3071 - Drenagem e Pavimentação Rua Olibio Silveira - Centro																			
469	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	200.000,00																
Ação: 3072 - Drenagem e Pavimentação Rua Roque Duarte - Alto Aririu																			
470	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	50.000,00																
Ação: 3073 - Drenagem e Pavimentação Rua 518 - Leonardo Hipólito Martins-Pinheira																			
471	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	80.000,00																
Ação: 3074 - Drenagem e Pavimentação Rua Marina Emília dos Santos - Caminho Novo																			
472	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	80.000,00																
Ação: 3075 - Drenagem e Pavimentação Rua Dorvalina Maria da Silva - Pachecos																			
473	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	50.000,00																
Ação: 3076 - Drenagem e Pavimentação Conclusão da Rua Rodolfo Vaz - Aririu																			
474	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	60.000,00																
Ação: 3088 - Implantação de Parque Infantil - Campo da COHAB - Caminho Novo																			
486	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	15.000,00																
Ação: 3089 - Implantação Parque Infantil - Campo Noroeste - Passa Vinte																			
487	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	15.000,00																
Ação: 3090 - Pavimentação e Drenagem Rua Ubirajará - Ponte do Maruim																			
488	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	140.000,00																
Ação: 3091 - Pavimentação e Drenagem Rua Antônio Benjamim Batista - Pachecos																			
489	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	84.000,00																
Ação: 3092 - Pavimentação e Drenagem Rua Sebastião DepclécioBruchado - Barra do Aririu																			
490	3449000000000000 - Aplicações diretas	1000142	146.000,00																
TOTAL			7.770.000,00																

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 06 de junho de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.361, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651859

decreto Nº 2.361, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.565, de 28 de dezembro de 2017, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, na dotação orçamentária abaixo:

28:00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA MUNICIPAL

28:00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA MUNICIPAL

Projeto/Atividade : 2147 – Segurança e Operacionalização do Trânsito

Red . 517 - Elemento-33.90.00.00.00.00.0.3120187– Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

28:00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA MUNICIPAL

28:00 – SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA MUNICIPAL

Projeto/Atividade : 2147 – Segurança e Operacionalização do Trânsito

Red . 518 - Elemento-44.90.00.00.00.00.0.3120187– Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 06 de junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.364, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651860

decreto Nº 2.364, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.565, de 28 de dezembro de 2017, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais), as Dotações Orçamentárias da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, na dotação orçamentária abaixo:

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Projeto/Atividade : 2082 – Func. E Manut. Do Esporte Lazer e Cultura

Red . 226 - Elemento -44.90.00.00.00.00.0.1000143– Aplicações Diretas 40.000,00

Projeto/Atividade : 2107 – Palhoça Ativa

Red . 220 - Elemento -33.90.00.00.00.00.0.1000143 – Aplicações Diretas 72.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

34:01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Projeto/Atividade : 2156 – Aniversário do Município de Palhoça

Red . 230 - Elemento -33.90.00.00.00.00.0.1000143 – Aplicações Diretas 84.000,00

Projeto/Atividade : 1117 – Carnaval nas Praias e Bairros

Red . 231 - Elemento -33.90.00.00.00.00.0.1000143 – Aplicações Diretas 28.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 11 de junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.366, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651863

DECRETO Nº 2.366, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e com base no art. 113 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e na Lei Complementar nº 252, de 30 de janeiro de 2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Um cargo de Assessor I, Código DAS IV, da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, previsto no inciso VII do art. 48 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 alterado pela Lei Complementar nº 252, de 30 de janeiro de 2018, fica transferido para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Palhoça, 11 de junho de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.351, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1651875

DECRETO Nº 2.351, DE 14 DE MAIO DE 2018.

REGULAMENTA O SORTEIO DO PROGRAMA "NOTA FISCAL PALHOCENSE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

I - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º O presente Decreto regulamenta o sistema de sorteio de prêmios para o tomador de serviços identificado na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, e estabelece as normas para realização do sorteio previsto no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011.

Art. 2º Fica aprovado o Regulamento da distribuição gratuita de prêmios, conforme consta nos Anexos deste Decreto.

II - DATAS DOS SORTEIOS

Art. 3º A forma, as datas de realização dos sorteios, os períodos de validade, os prazos, o cronograma e outras informações complementares, a este Decreto, serão divulgados pela Secretaria Municipal da Fazenda por meio de ato próprio.

III - PRÊMIOS

Art. 4º A definição dos prêmios, os respectivos quantitativos e outras informações complementares, a este Decreto, serão divulgados pela Secretaria Municipal da Fazenda por meio de ato próprio.

Art. 5º Em caso de alterações nos valores e nas quantidades dos prêmios a serem distribuídos em determinado sorteio, relativamente àqueles previstos em ato específico, deverão ser divulgados em até 10 (dez) dias antes da data de cada sorteio.

IV - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO SORTEIO

Art. 6º Poderão participar do sorteio:

I - o contribuinte/consumidor, pessoa física, que:

- a) esteja cadastrado no Programa Nota Fiscal Palhocense, através do portal de atendimento da Prefeitura Municipal de Palhoça;
- b) tenha manifestado concordância com os termos deste Decreto e o Regulamento, inclusive autorizando a utilização de seu nome, imagem e voz, bem como a indicação do bairro para a divulgação da premiação, sem quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Palhoça;
- c) faça jus a bilhete(s) eletrônico(s), conforme disposto art. 7º deste Decreto.

II - o contribuinte/consumidor, pessoa jurídica, que:

- a) esteja cadastrado no Programa Nota Fiscal Palhocense, através do portal de atendimento da Prefeitura Municipal de Palhoça;
- b) tenha manifestado concordância com os termos deste Decreto e o Regulamento, inclusive autorizando, para fins de divulgação da premiação, sem quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Palhoça, das seguintes informações:
 - 1. a indicação da Razão Social, Nome Fantasia, CNPJ, endereço, nome do representante legal;
 - 2. a utilização de imagem e voz; e
 - 3. o valor dos créditos e dos prêmios disponibilizados por período.
- c) faça jus a bilhete(s) eletrônico(s), conforme disposto no art. 7º deste Decreto.

§ 1º Não farão jus ao crédito/benefício:

I - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, Distrito Federal ou pelo Município;

II - as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas fora do território do Município de Palhoça;

III - os tomadores de serviços prestados pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º A manifestação de concordância de que tratam as alíneas "b" dos incisos I e II deste artigo será efetuada no portal "Nota Fiscal Palhocense" no endereço eletrônico <https://palhoca.atende.net> e será válida para todos os sorteios que seguirem à data da sua realização, observado o prazo estabelecido em ato da Secretaria Municipal da Fazenda.

V - FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO SORTEIO

Art. 7º A cada 01 (uma) nota fiscal gerada pela contratação de serviço, pelo consumidor, no período de validade de cada sorteio determinado no ato expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda, independentemente de seu valor, gerará um bilhete eletrônico numerado.

Art. 8º Somente serão considerados, para efeitos de geração de bilhetes, os documentos fiscais eletrônicos que atendam as condições previstas na Lei complementar nº110 de 31 de agosto de 2011, e na sua regulamentação.

Art. 9º Cada bilhete gerado terá validade apenas no sorteio do seu respectivo período, conforme no estabelecido no ato da Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 10. Os tomadores de serviço cadastrados no programa poderão, previamente à realização do sorteio, mediante utilização de senha de acesso, consultar a quantidade de bilhetes e os respectivos números com os quais participarão do sorteio, no portal "Nota Fiscal Palhocense" no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Palhoça.

VI - APURAÇÃO DOS CONTEMPLADOS

Art. 11. A apuração dos contemplados será realizada de forma eletrônica e, para garantir a segurança do processo, será aplicado, sobre o conjunto de bilhetes concorrentes, algoritmo matemático, que terá por base números sorteados em extração da Loteria Federal.

Art. 12. Para coordenar e acompanhar os trabalhos relativos ao sorteio e respectiva premiação, será designada uma Comissão composta por 05 (cinco) servidores municipais, nomeados através do ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. O resultado do sorteio será divulgado no portal "Nota Fiscal Palhocense" no endereço eletrônico <https://palhoca.atende.net>.

Art. 14. Os ganhadores dos prêmios serão notificados a comparecer pessoalmente, com o devido documento de identidade, comprovante de residência e sua entrega será efetuada, exclusivamente, em data e local a serem estabelecidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 15. O ganhador terá o prazo de 20 (vinte) dias para reclamar seu prêmio, caso o ganhador não compareça no prazo estabelecido, o prêmio será utilizado no sorteio subsequente.

Art. 16. Após a concordância, o consumidor e a entidade, se não mais desejarem participar do sorteio, deverão se manifestar formalmente na Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo estabelecido por ato específico.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O crédito relativo ao valor do prêmio:

I - será disponibilizado para consulta ao contemplado no portal "Nota Fiscal Palhocense", no endereço: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/inicial>;

II - terá sua utilização bloqueada no caso de ganhador que esteja inadimplente, de natureza tributária ou não tributária, enquanto perdurar a pendência.

Art. 18. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 19. Acrescenta o § 18º ao art. 4º do Decreto nº 2.243, de 31 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

(...)

§ 18º Não haverá geração do crédito quando a nota fiscal eletrônica for "avulsa" ou quando o prestador de serviços estiver inserido na seguinte condição:

I - for profissional liberal, autônomo ou sociedade constituída, enquadrado no "ISS Fixo", nos termos da legislação vigente." (N.R.)

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 14 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO I

REGULAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE SORTEIO, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 110 DE 31 AGOSTO DE 2011.

A distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, para incentivo da emissão do Imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISSQN, instituída pela Lei nº 110 de 31 de agosto de 2011, fica assim regulamentada:

I - DA PROMOÇÃO

Constitui objeto da presente promoção, criada com a finalidade de incentivar emissão do Imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISSQN, referente ao exercício de 2018, o sorteio de 14 (Quatorze) prêmios ao todo, sendo:

- a) 03 (três) motos 125 CC 0 Km;
- b) 03 (três) Tablet's;
- c) 3 (três) Smartphones;
- d) 05 (cinco) Aparelhos Televisores de 50" LED a Cores

Que serão destinado aos contribuintes que preencherem os requisitos previstos neste regulamento.

II - DA DIVULGAÇÃO DA PROMOÇÃO

A divulgação da promoção será efetuada através de publicidade em jornal, rádio, outdoors etc.

III - DOS PARTICIPANTES DA PROMOÇÃO

Concorrerão ao sorteio, o tomador de serviço, pessoa física e pessoa jurídica que atenderem os requisitos apresentados neste Decreto.

O sorteio será efetuado através do número devidamente cadastrado, gerado através do sistema (<https://www.palhoca.atende.net>) e será considerado contemplado o portador do número do bilhete sorteado.

IV - DOS IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DA PROMOÇÃO

Estão impedidos de participar do sorteio, além do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Secretários Executivos, dos Secretários Adjuntos, do Contador Geral, do Procurador Geral, dos Subprocuradores, dos Diretores Executivos, dos Presidentes e Vice-Presidentes de Autarquias e Fundações, os seguintes contribuintes:

- a) cujo o titular esteja inadimplente em relação a obrigações pecuniárias, de natureza tributária ou não tributária, perante o Município de Palhoça.
- b) os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios;
- c) as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas fora do território do Município de Palhoça.
- d) os tomadores de serviços prestados pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

V - DO DIA, HORA E LOCAL DO SORTEIO

O sorteio será realizado a cada três meses, iniciando no mês de junho de 2018, em hora e local a ser definido por ato próprio.

VI - DA FORMA DO SORTEIO

A Secretaria de Fazenda expedirá relatório contendo todos os nomes/CPF/CNPJ dos tomadores de serviços habilitados a participar do sorteio, indicando o quantitativo de bilhetes eletrônicos dos mesmos.

O relatório será disponibilizado no portal de atendimento da Prefeitura Municipal de Palhoça, conforme cronograma apresentado no Anexo II deste Decreto.

O sorteio será supervisionado pela Comissão a que se refere o artigo 12 deste Decreto, para verificação da autenticidade dos documentos e regularidade de todos os procedimentos adotados. O mesmo número de bilhete não poderá participar dos sorteios seguintes ao que foi contemplado.

VII - DOS PRÊMIOS

Os prêmios a serem sorteados são os discriminados no Anexo II deste Decreto.

Os prêmios serão sorteados em ordem decrescente.

Em hipótese alguma o prêmio será convertido em dinheiro.

VIII - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Efetuada o sorteio, o número do bilhete contemplado será publicado na página da Prefeitura Municipal de Palhoça, dentro do prazo de 10 (dez) dias após sua realização.

IX - DO PRAZO PARA RECLAMAÇÃO E RETIRADA DO PRÊMIO

O prazo para reclamação e retirada dos prêmios sorteados é de 20 (vinte) dias contados a partir do primeiro dia útil após a data do sorteio.

Os prêmios serão entregues às pessoas em cujos participantes tenham seu domicílio no município de Palhoça.

O contribuinte contemplado deverá reclamar o prêmio junto à Secretaria de Fazenda, munido do respectivo Comprovante de Residência, Carteira de Identidade e CPF, a partir do primeiro dia útil após o sorteio.

No caso da reclamação ser efetuada por meio de representante legal, além dos documentos supra mencionados, deverá apresentar documento que o habilite para a retirada do prêmio.

Os prêmios não reclamados no prazo fixado neste Regulamento serão novamente sorteados na premiação subsequente.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Os ganhadores dos prêmios cedem gratuitamente seus direitos de imagem ao Município de Palhoça que, se reserva ao direito de utilizar o nome, a voz e a imagem dos contribuintes contemplados na divulgação do resultado da promoção.

ANEXO II**DESCRIÇÃO DOS PRÊMIOS E DATAS**

Sorteio: 10 de agosto	
1° Prêmio	01 Aparelho televisor de 42" LED, a Cores
2° Prêmio	01 Aparelho televisor de 42" LED, a Cores
3° Prêmio	01 Aparelho televisor de 42" LED, a Cores
4° Prêmio	01 Tablet
5° Prêmio	01 Aparelho telefônico, smartphone
Sorteio: 11 de outubro	
1° Prêmio	01 Tablet
2° Prêmio	01 Tablet
3° Prêmio	01 Aparelho televisor de 42" LED, a Cores
4° Prêmio	01 Aparelho televisor de 42" LED, a Cores
5° Prêmio	01 Aparelho telefônico, smartphone

6º Prêmio	01 Aparelho telefônico, smartphone
Sorteio: 14 de dezembro	
1º Prêmio	01 Motocicleta 125 CC 0 KM
2º Prêmio	01 Motocicleta 125 CC 0 KM
3º Prêmio	01 Motocicleta 125 CC 0 KM

DECRETO Nº 2.365, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651870

DECRETO Nº 2.365, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

COPA DO MUNDO DE FUTEBOL. Estabelece horário de expediente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Em decorrência da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2018 na Rússia, entre o período de 14 de junho até 15 de julho de 2018, fica alterado o horário de expediente nos órgãos da administração pública direta e indireta do Município de Palhoça, nos dias dos jogos da seleção brasileira de futebol, conforme abaixo:

I - dia 22/06/2018, sexta-feira, expediente das 13:00h às 19:00h, inclusive para os servidores que cumprem expediente no período matutino;

II - dia 27/06/2018, quarta-feira, expediente das 07:00h às 13:00h, inclusive para os servidores que cumprem expediente no período vespertino;

Art. 2º Na hipótese da seleção brasileira se classificar para as etapas seguintes da competição o horário de expediente será:

I - das 07:00h às 13:00h, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com horário de início para as 15:00 horas, inclusive para servidores que cumprem expediente no período vespertino;

II - das 14h:30min às 19:00h, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com horário de início para as 11:00h, inclusive para servidores que cumprem expediente no período matutino;

III - das 13:00h às 19:00h, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com horário de início para as 09:00h, inclusive para servidores que cumprem expediente no período matutino.

Parágrafo Único. As regras previstas no artigo 2º deste Decreto ficarão sem efeitos caso a seleção brasileira de futebol não se classifique para as fases seguintes da copa do mundo.

Art. 2º Os atendimentos dos serviços públicos essenciais e educacionais nas datas mencionada nos artigos anteriores deverão ser garantidos pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços e calendários previamente estabelecidos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de junho de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18-A

Publicação Nº 1650839

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 002/2018 do PREGÃO Nº 122/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAYCON WILL EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigos para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 241.057,00 (duzentos e quarenta e um mil e cinquenta e sete reais). DATA: 01/02/2018 A 01/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/18-A

Publicação Nº 1650843

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 003/2018 do PREGÃO Nº 122/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ROBLO COM. DE ALIMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigos para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 67.238,00 (sessenta e sete mil e duzentos e trinta e oito reais). DATA: 02/02/2018 A 02/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/18-A

Publicação Nº 1650845

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 004/2018 do PREGÃO Nº 122/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa R&G REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA –EPP. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigos para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 205.364,30 (duzentos e cinco mil trezentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos). DATA: 05/02/2018 A 05/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/18-A

Publicação Nº 1650855

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 005/2018 do PREGÃO Nº 122/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigos para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 69.900,00 (sessenta e nove mil e novecentos reais). DATA: 05/02/2018 A 05/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/18-A

Publicação Nº 1650868

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 006/2018 do PREGÃO Nº 122/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigos para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 169.560,70 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais e setenta centavos). DATA: 07/02/2018 A 07/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/18-A

Publicação Nº 1650871

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 007/2018 do PREGÃO Nº 122/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigos para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais). DATA: 08/02/2018 A 08/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/18-SESP

Publicação Nº 1650880

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 034/2018 do PREGÃO Nº 157/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE – EPP. OBJETO: Fornecimento de vasos para manutenção das praças, canteiros - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 72.090,00 (setenta e dois mil e noventa reais). DATA: 16/02/2018 A 16/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/18-E

Publicação Nº 1650889

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 035/2018 do PREGÃO Nº 002/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL – ME. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinha para as Unidades de Ensino Infantil e Fundamental, deste Município. - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 191.334,73 (cento e noventa e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos). DATA: 27/02/2018 A 27/02/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/18-INFRA

Publicação Nº 1650892

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 036/2018 do PREGÃO Nº 005/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS EIRELI – ME. OBJETO: Aquisição de materiais, Artefatos de Cimento, Lajota, Paver e Meio Fio, para utilização em obras de pavimentação e manutenção de ruas pavimentadas com o material - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 627.768,50 (seiscentos e vinte e sete mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos). DATA: 01/03/2018 A 01/03/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

PORTARIA Nº. 1991/2018.

Publicação Nº 1651307

PORTARIA Nº. 1991/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1239 de 05 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CRISTIANE SOTERO, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/06/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Miriam Josiane de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1992/2018.

Publicação Nº 1651308

PORTARIA Nº. 1992/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o Senhor CÁCIO ABRAMO GASPERIM, Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça CAU/SC A29329-6 e Senhor VINÍCIUS CARDOSO CORRÊA Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça CAU/SC A71498-7, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 131/2017. Objeto: Revitalizando e Urbanização de Área Verde no bairro Madri.

Esta Portaria entre em vigor em 02 de abril de 2018.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1993/2018.

Publicação Nº 1651311

PORTARIA Nº. 1993/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRO DO NASCIMENTO, matrícula nº. 401965-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/01/2013 a 14/01/2018, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1994/2018.

Publicação Nº 1651313

PORTARIA Nº. 1994/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Silvana Muzeka Gallotti	20	40	16/04/2018 a 14/12/2018
Ranieri Ventura Binhoti	30	35	19/04/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1995/2018.

Publicação Nº 1651315

PORTARIA Nº. 1995/2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCELO EYNG, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Projeto para Infraestrutura e Adequação Espaço. Implementação Sistema Acadêmico, Informática para Maturidade, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 02/04/2018 à 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1996/2018.

Publicação Nº 1651316

PORTARIA Nº. 1996/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
401323-4	Adriana Antonia da Silva	R\$ 600,00	Coordenador USB Pinheira

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1997/2018.

Publicação Nº 1651317

PORTARIA Nº. 1997/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1185 de 01 de março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado o servidor PAULO DE LIMA NEDEL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/02/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1998/2018.

Publicação Nº 1651318

PORTARIA Nº. 1998/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1603 de 19 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ELIANE AMANCIO MARANHÃO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/04/2018 a 25/04/2018, face ao impedimento da titular Iraci Luz Fernandes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1999/2018.

Publicação Nº 1651320

PORTARIA Nº. 1999/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PUBLICO DA PREFEITURA DE PALHOÇA:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a Comissão de Processo Seletivo e Concurso Publico de todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Palhoça, do Quadro de Pessoal da Administração Geral, de acordo com a Lei nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor em 10 abril de 2018.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Camile Cardoso Fabre	Secretaria de Saúde	Membro
Daniela Rodrigues Franceschete	Secretaria de Administração	Presidente
Denis Paulo Ferrari	Secretaria de Educação	Membro
Josielly Pinheiro Westphal	Secretaria de Assistência Social	Membro
Jucelia Oliveira Schneider	Secretaria de Assistência Social	Membro
Kelly Cristina Garcia dos Santos	Secretaria de Saúde	Membro
Lucas Daniel de Souza	Secretaria de Administração	Secretário
Natan Pamplona Goulart	Secretaria de Educação	Membro
Silvia Regina Citadim	Secretaria de Educação	Vice Presidente

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2000/2018.

Publicação Nº 1651323

PORTARIA Nº. 2000/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KAROLYNE HORSTMANN, Matrícula nº. 3762035-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/04/2018.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2001/2018.

Publicação Nº 1651325

PORTARIA Nº. 2001/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO toda e qualquer Comissão, Comitê e ou Conselho, que o senhor NAZARENO SETEMBRINO MARTINS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2002/2018.

Publicação Nº 1651328

PORTARIA Nº. 2002/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO LEANDRO RIMOLO OSORIO, de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/04/2018 a 13/04/2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2003/2018.

Publicação Nº 1651329

PORTARIA Nº. 2003/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCILEIA REGINA ROSA, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3761876-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/04/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2004/2018.

Publicação Nº 1651330

PORTARIA Nº. 2004/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THAIS DA SILVA RICHTER, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2005/2018.

Publicação Nº 1651331

PORTARIA Nº. 2005/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor BRUNO CARLOS GOLINI, Matrícula nº. 3746083-1, ocupante da categoria funcional de Técnico em Contabilidade, removido para Secretaria da Fazenda, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2006/2018.

Publicação Nº 1651332

PORTARIA Nº. 2006/2018.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ROSANA GAIDOS, Matrícula nº. 210025-9, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Procuradoria Geral do Município do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2007/2018.

Publicação Nº 1651333

PORTARIA Nº. 2007/2018.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de abril de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
800942-1	Patrícia Liberato da Silva	R\$ 200,00	R\$ 500,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3760892-1	Gustavo Dias Machado	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2008/2018.

Publicação Nº 1651334

PORTARIA Nº. 2008/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3762333-1	Juliana de Macedo	10%	01/05/2018
3761291-4	Laura Di Nalo	90%	09/03/2018
211742-5	Leandro Rimolo Osorio	90%	13/04/2018
370184-4	Mariana Ignácio Leme	90%	01/04/2018
3762335-1	Patrícia Homem	80%	01/04/2018

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2009/2018.

Publicação Nº 1651335

PORTARIA Nº. 2009/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMPOR A SUBCOMISSÃO DE PATRIMÔNIO:

Artigo 1º - Fica instituída Subcomissão de Patrimônio, com os seguintes membros designados:

NOME	SECRETARIA
Amanda de Farias Gehres	Presidente
Emerson Vicente	Vice-Presidente
Kelly Cristina Garcia dos Santos	Membro
Rafael Cesar Calazans	Secretária

Artigo 2º. O prazo de conclusão de 12 meses para realizar levantamento, cadastro, etiquetação e alimentação no sistema de patrimônio.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de abril de 2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2010/2018.

Publicação Nº 1651336

PORTARIA Nº. 2010/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 1867 de 10 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CLAUDIANE DE JESUS LISCHKA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/04/2018 a 17/06/2018, face ao impedimento da titular Samir Manoel Medeiros, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2011/2018.

Publicação Nº 1651339

PORTARIA Nº. 2011/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1272 de 05 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARCELI CONRADO SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/04/2018 a 23/07/2018, face ao impedimento da titular Daniela de Jesus, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2012/2018.

Publicação Nº 1651343

PORTARIA Nº. 2012/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1182 de 01 de março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado à servidora IONI SUSSEL DANIEL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à habilitação que deveria ser Habilitado com Graduação, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2014/2018.

Publicação Nº 1651344

PORTARIA Nº. 2014/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de abril de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
3762197-1	Anatalia Carmelita Correa da Silva	R\$ 147,00
3760923-2	Janaina da Silva Vasco	R\$ 215,00
3762392-1	Juliana Maciel Motta	R\$ 219,00
402156-5	Neomar Narciso Borges Cezar Junior	R\$ 215,00

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2015/2018.

Publicação Nº 1651345

PORTARIA Nº. 2015/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1240 de 05 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GABRIELA MOREIRA DE ARAUJO, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Elis Regina H. Garcia, que se encontra exercendo suas funções junto SME.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2016/2018.

Publicação Nº 1651346

PORTARIA Nº. 2016/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DANIELA DE JESUS, matrícula nº. 801852-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 14/02/2011 a 14/02/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 23/04/2018 à 23/07/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2017/2018.

Publicação Nº 1651348

PORTARIA Nº. 2017/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1522 de 12 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA JULIA DE SOUZA MACHADO, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/04/2018 a 23/04/2018, face ao impedimento da titular Eliane dos Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2018/2018.

Publicação Nº 1651351

PORTARIA Nº. 2018/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1767 de 02 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MAIULI RODRIGUES, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/04/2018 a 02/05/2018, face ao impedimento da titular Maria Cristina da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2019/2018.

Publicação Nº 1651352

PORTARIA Nº. 2019/2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Mauricio Maciel de Souza	1554072291

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2020/2018.

Publicação Nº 1651356

PORTARIA Nº. 2020/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR COMO SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal de Saúde o servidor VITOR SODRE DIAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 02/04/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2021/2018.

Publicação Nº 1651358

PORTARIA Nº. 2001/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO toda e qualquer Comissão, Comitê e ou Conselho, que o senhor NAZARENO SETEMBRINO MARTINS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2022/2018.

Publicação Nº 1651360

PORTARIA Nº. 2022/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1554 de 26 de outubro de 2005, que Averbou Tempo de Serviço da servidora DENISE MOREIRA BONELLI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS totalizando 07 (sete) anos, 08 (oito) meses e 08 (oito) dias.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2023/2018.

Publicação Nº 1651364

PORTARIA Nº. 2023/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1989 de 01 de julho de 2011, que Averbou Tempo de Serviço da servidora JANE TADEA ANDRADE WIGGERS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS totalizando 17 (dezesete) anos e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2024/2018.

Publicação Nº 1651366

PORTARIA Nº. 2024/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3407 de 01 de setembro de 2015, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ELIETE SCHEIDT GOULART, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS totalizando 08 (oito) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2025/2018.

Publicação Nº 1651368

PORTARIA Nº. 2025/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOSIANE DE SOUZA VIEIRA SCHUTZ, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2026/2018.

Publicação Nº 1651369

PORTARIA Nº. 2026/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Roberto Eller Salvador	1161004745

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2027/2018.

Publicação Nº 1651371

PORTARIA Nº. 2027/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LISMARI ROSA PERES TORRES, matrícula nº. 100276-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/04/2010 a 13/04/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/05/2018 à 03/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2028/2018.

Publicação Nº 1651374

PORTARIA Nº. 2028/2018.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA REGINA SIEGEL, matrícula nº. 300407-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/05/2010 a 03/05/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2029/2018.

Publicação Nº 1651376

PORTARIA Nº. 2029/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DEYSE OLIVEIRA, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3762340-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2030/2018.

Publicação Nº 1651381

PORTARIA Nº. 2030/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADECIO SATILIO GOMES, matrícula nº. 401560-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/04/2018 à 20/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2031/2018.

Publicação Nº 1651384

PORTARIA Nº. 2031/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 401967-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/12/2012 a 28/12/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2032/2018.

Publicação Nº 1651385

PORTARIA Nº. 2032/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGENITA DE FATIMA MELO KRAUTZ, matrícula nº. 401519-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/11/2011 a 07/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/05/2018 à 07/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2033/2018.

Publicação Nº 1651386

PORTARIA Nº. 2033/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DORIEL SOARES DE SOUZA, matrícula nº. 300156-1, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/01/2011 a 08/01/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2034/2018.

Publicação Nº 1651387

PORTARIA Nº. 2034/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDUARDO JOÃO DA SILVA, matrícula nº. 401561-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2035/2018.

Publicação Nº 1651388

PORTARIA Nº. 2035/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ERONETE GILDA GOMES OLIVEIRA, matrícula nº. 400030-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/1994 a 02/01/1999, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/05/2018 à 21/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2036/2018.

Publicação Nº 1651391

PORTARIA Nº. 2036/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RAQUEL MARIA RODRIGUES, Matrícula nº. 3762245-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2037/2018.

Publicação Nº 1651392

PORTARIA Nº. 2037/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ERONITA MAGALHÃES SARAIVA DOS SANTOS, matrícula nº. 300485-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2038/2018.

Publicação Nº 1651395

PORTARIA Nº. 2038/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA LUCIA DA ROSA SILVA, matrícula nº. 700126-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/12/2012 a 08/04/2018, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/05/2018 à 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2039/2018.

Publicação Nº 1651396

PORTARIA Nº. 2039/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MIQUELI DOS SANTOS NUNES, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2040/2018.

Publicação Nº 1651398

PORTARIA Nº. 2040/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CLAUDIA BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2041/2018.

Publicação Nº 1651399

PORTARIA Nº. 2041/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LORE ROEDEL WESTPHAL, matrícula nº. 128764-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/02/2008 a 03/02/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 25/04/2018 à 25/06/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2042/2018.

Publicação Nº 1651401

PORTARIA Nº. 2042/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Edna de Fátima Arantes	20	40	26/04/2018 a 14/12/2018
Rosenildo Julio Nascimento Paz	40	20	25/04/2018 a 14/12/2018
Silvane Bernardi Serpa	20	40	26/04/2018 a 14/12/2018
Viviane Flores de Freitas	20	40	26/04/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2043/2018.

Publicação Nº 1651402

PORTARIA Nº. 2043/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL da servidora EDIANE DA SILVA, matrícula nº. 801609-4, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 190 e 191 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, até fevereiro de 2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2044/2018.

Publicação Nº 1651404

PORTARIA Nº. 2044/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para KARINI ZULEIDE PEREIRA ABROMOVICZ, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2045/2018.

Publicação Nº 1651406

PORTARIA Nº. 2045/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1998 de 10 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ELIANE AMANCIO MARANHÃO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/04/2018 a 10/05/2018, face ao impedimento da titular Iraci da Luz Fernandes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2046/2018.

Publicação Nº 1651407

PORTARIA Nº. 2046/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANGELA MARIA COELHO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/04/2018 a 25/04/2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2047/2018.

Publicação Nº 1651409

PORTARIA Nº. 2047/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NEDINA TEREZINHA FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/04/2018 a 25/04/2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2048/2018.

Publicação Nº 1651411

PORTARIA Nº. 2048/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AMANDA DIEL RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Médio Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/04/2018 a 25/04/2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2049/2018.

Publicação Nº 1651412

PORTARIA Nº. 2049/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCELO MARQUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS AD da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/04/2018 a 23/04/2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2050/2018.

Publicação Nº 1651414

PORTARIA Nº. 2050/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA PAULA MORAES SOARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Jardim Eldorado da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2018 a 30/04/2019.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2051/2018.

Publicação Nº 1651415

PORTARIA Nº. 2051/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELISETTE MOREIRA DOS SANTOS PITTA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2052/2018.

Publicação Nº 1651418

PORTARIA Nº. 2052/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0574 de 14 fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SUELLEN KAROLINE HEINZ, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 27/05/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Evangelina Bettgen, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2053/2018.

Publicação Nº 1651419

PORTARIA Nº. 2053/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Gustavo da Silva Nienkoetter	861853365

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2054/2018.

Publicação Nº 1651420

PORTARIA Nº. 2054/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para REJANE DUARTE COMELLI, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de março de 2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2055/2018.

Publicação Nº 1651422

PORTARIA Nº. 2055/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) TIAGO EMIDIO RAMOS DA SSILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Antonieta Silveira de Souza, a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2056/2018.

Publicação Nº 1651423

PORTARIA Nº. 2056/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAERTE NOEMIA DOS SANTOS, matrícula nº. 800183-2, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 22/02/2004 a 22/02/2009, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 22/02/2009 a 22/02/2014, por 01 (um) mês, a contar de 02/05/2018 à 02/07/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2057/2018.

Publicação Nº 1651426

PORTARIA Nº. 2057/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 0660 de 14 de fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora APARECIDA MARIA MARCELINO JORGE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao Edital que deveria ser 006/SME/2017, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2058/2018.

Publicação Nº 1651428

PORTARIA Nº. 2058/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) BRENA RAFAELA FREITAS PINHEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para o GE Terezinha Maria Espindola, a contar de 04/04/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2059/2018.

Publicação Nº 1651430

PORTARIA Nº. 2059/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Santa Marta, da Secretaria de Educação a servidora MIRIAM MEURER DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2060/2018.

Publicação Nº 1651432

PORTARIA Nº. 2060/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Nome	Pelo período de
Vandeir Jose Lemes	26/02/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2061/2018.

Publicação Nº 1651433

PORTARIA Nº. 2061/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portarias nº. 1914 de 24 de março de 2017, que Prorrogou o Contrato de MURILO CANDIDO NAZARE DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao término que deveria ser 01/05/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2062/2018.

Publicação Nº 1651434

PORTARIA Nº. 2062/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portarias nº. 3961 de 11 de setembro de 2017, que Prorrogou o Contrato de RONALDO OLIVEIRA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao término que deveria ser 01/05/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2063/2018.

Publicação Nº 1651437

PORTARIA Nº. 2063/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, HELENA DE LOURDES PINTO, Matrícula nº. 3762049-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2064/2018.

Publicação Nº 1651439

PORTARIA Nº. 2064/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GABRIELA BORTOLI, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 401854-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2065/2018.

Publicação Nº 1651440

PORTARIA Nº. 2065/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0357 de 09 fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOSIANE WEBER LUCRECIO FACCHI, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 27/04/2018 a 27/10/2018, face ao impedimento da titular Rosemeri da Silva Mateus, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2066/2018.

Publicação Nº 1651442

PORTARIA Nº. 2066/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora LEA ROSA PERES SILVA, matricula nº. 122243-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 26/04/2018, de acordo com às folhas 51.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2067/2018.

Publicação Nº 1651443

PORTARIA Nº. 2067/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora DORIS CRISTINA DA SILVA matrícula nº. 801572-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 20/04/2018, de acordo com às folhas 15.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2068/2018.

Publicação Nº 1651444

PORTARIA Nº. 2068/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora EVANIR PEDROSO DA SILVA PEREIRA matrícula nº. 801610-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 20/04/2018, de acordo com às folhas 25.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2069/2018.

Publicação Nº 1651447

PORTARIA Nº. 2069/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANA FELICIANA CAMILO DE MOURA, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de março de 2018.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2070/2018.

Publicação Nº 1651448

PORTARIA Nº. 2070/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Samara Silva	40	20	04/04/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2071/2018.

Publicação Nº 1651449

PORTARIA Nº. 2071/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2041 de 14 de agosto de 2009, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ELIETE SCHEIDT GOULART, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2072/2018.

Publicação Nº 1651450

PORTARIA Nº. 2072/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Andreson Giovani de Paulo Melo	05481384335

Palhoça, SC, em 13 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2073/2018.

Publicação Nº 1651451

PORTARIA Nº. 2073/2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JEACIR SILVA DO REGO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Extensão – Canto e Música/Faculdade da Maturidade: Coral FMP, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 04/04/2018 à 04/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.
FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2074/2018.

Publicação Nº 1651452

PORTARIA Nº. 2074/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALDECIR AVILA DIAS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2017, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Frei Damião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2075/2018.

Publicação Nº 1651453

PORTARIA Nº. 2075/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RODRIGO LUIS BRASIL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2076/2018.

Publicação Nº 1651454

PORTARIA Nº. 2076/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2018 a 30/04/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2077/2018.

Publicação Nº 1651456

PORTARIA Nº. 2077/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FABIANA COSTA MEDEIROS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/05/2018 a 03/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2078/2018.

Publicação Nº 1651457

PORTARIA Nº. 2078/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELAINE MAFRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2018 a 30/04/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2079/2018.

Publicação Nº 1651459

PORTARIA Nº. 2079/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DAYANA KARLA ROCHA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2017, para ocupar o cargo de Cirurgião Dentista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Médio Aririu da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2081/2018.

Publicação Nº 1651460

PORTARIA Nº. 2081/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora JANE DOS SANTOS, matrícula nº. 801199-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2082/2018.

Publicação Nº 1651462

PORTARIA Nº. 2082/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAMELLA PRISCILLA DA SILVA RANGEL MULLER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PA Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/05/2018 a 14/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2083/2018.

Publicação Nº 1651463

PORTARIA Nº. 2083/2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSENEI DE LOURDES PEIXER, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Projeto de Documentação Suporte sobre as normas da ABNT, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 16/04/2018 à 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2084/2018.

Publicação Nº 1651464

PORTARIA Nº. 2084/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA MUNICIPAL:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a Junta Médica Municipal de acordo com as Leis nº 157, de 27 de fevereiro de 2014:

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 20/04/2018.

MATRICULA	SERVIDOR
3761870-1	Karoliny Schmitz Nunes
3761323-1	Manoela Carreirão de Menezes
3761315-1	Oscar Felipe Gorayeb Arriaza
401719-4	Sebastian Gabriel Perazolo Pera

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2085/2018.

Publicação Nº 1651467

PORTARIA Nº. 2085/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO NELSON DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS da Barra do Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2086/2018.

Publicação Nº 1651468

PORTARIA Nº. 2086/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GILSON JEAN AMARAL DE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS da Vila Nova da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2087/2018.

Publicação Nº 1651469

PORTARIA Nº. 2087/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORAH CRISTINA DA SILVA MENEZES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2088/2018.

Publicação Nº 1651470

PORTARIA Nº. 2088/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE ELI SILVEIRA PIERRI, matrícula nº. 802119-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/05/2018 à 07/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2089/2018.

Publicação Nº 1651471

PORTARIA Nº. 2089/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) JULIANA GRACIELE BELKE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para UBS Ponte do Imaruim, a contar de 03/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2090/2018.

Publicação Nº 1651473

PORTARIA Nº. 2090/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria, da Secretaria de Educação a servidora GEOVANIA DE ABREU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2091/2018.

Publicação Nº 1651476

PORTARIA Nº. 2091/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ELIZABETE TEREZINHA METZ, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Voo Livre, a contar de 03/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2092/2018.

Publicação Nº 1651479

PORTARIA Nº. 2092/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0752 de 14 fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LUZIA OLIVEIRA DE MIRANDA, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/05/2018 a 16/10/2018, face ao impedimento da titular Evanir Pedrosa da Silva Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2093/2018.

Publicação Nº 1651481

PORTARIA Nº. 2093/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CLEUSA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 124851-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 30/04/2018, de acordo com às folhas 09.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2094/2018.

Publicação Nº 1651486

PORTARIA Nº. 2094/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora JANAIANA DAMIANI RICARDO ROGERIO, matrícula nº. 127639-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30/04/2018, de acordo com às folhas 60.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2095/2018.

Publicação Nº 1651489

PORTARIA Nº. 2095/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANA REGINA CHAVES DE QUADROS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de março de 2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2096/2018.

Publicação Nº 1651492

PORTARIA Nº. 2096/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 40, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
801811-1	Tânia Martins silva	R\$ 659,08	Auxiliar de Direção CEI Criança Esperança

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2097/2018.

Publicação Nº 1651493

PORTARIA Nº. 2097/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ARZELI APARECIDA VELHO, Matricula nº. 127975-6, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2098/2018.

Publicação Nº 1651496

PORTARIA Nº. 2098/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUCIANA MARIA MAY, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 14/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2099/2018.

Publicação Nº 1651498

PORTARIA Nº. 2099/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Dolores, da Secretaria de Educação a servidora SUSY APARECIDA CARVALHO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2100/2018.

Publicação Nº 1651506

PORTARIA Nº. 2100/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na ER Daniel Carlos Weingartner, da Secretaria de Educação a servidora CLEUSA DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 27/08/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2101/2018.

Publicação Nº 1651510

PORTARIA Nº. 2101/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para TANIA BATISTA MARTINS, matrícula nº. 801811-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2102/2018.

Publicação Nº 1651512

PORTARIA Nº. 2102/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1790 de 02 de abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JUCIELI MARTINS SCHAFER THIESEN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período de contratação que deveria ser 02/04/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2103/2018.

Publicação Nº 1651514

PORTARIA Nº. 2103/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Nome	Pelo período de
Thais Margarete Azevedo	27/04/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2104/2018.

Publicação Nº 1651518

PORTARIA Nº. 2104/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Fabício Rodrigues	977655416

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2105/2018.

Publicação Nº 1651520

PORTARIA Nº. 2105/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no GE Professora Maria Luzia de Souza, da Secretaria de Educação a servidora MARLENE MARIA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2106/2018.

Publicação Nº 1651544

PORTARIA Nº. 2106/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Nossa Senhora de Fátima, da Secretaria de Educação a servidora ANDREIA BROERING TURNES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2107/2018.

Publicação Nº 1651545

PORTARIA Nº. 2107/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no GE Evanda Sueli Juttel Machado, da Secretaria de Educação a servidora ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2108/2018.

Publicação Nº 1651550

PORTARIA Nº. 2108/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Snoopy, da Secretaria de Educação a servidora ANISIA TRUPPEL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2109/2018.

Publicação Nº 1651551

PORTARIA Nº. 2109/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Realizar, da Secretaria de Educação a servidora DEISE CRISTINA LEAL CORREA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2110/2018.

Publicação Nº 1651553

PORTARIA Nº. 2110/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Mara Luiza Vieira Liberato, da Secretaria de Educação o servidor DYAN CARLO PAMPLONA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2111/2018.

Publicação Nº 1651554

PORTARIA Nº. 2111/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vó Laura, da Secretaria de Educação a servidora ELAINE PRADO DOS SANTOS DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2112/2018.

Publicação Nº 1651555

PORTARIA Nº. 2112/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria, da Secretaria de Educação a servidora ELISA WEISS LUCHI PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2112/2018.

Publicação Nº 1651558

PORTARIA Nº. 2112/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria, da Secretaria de Educação a servidora ELISA WEISS LUCHI PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2113/2018.

Publicação Nº 1651556

PORTARIA Nº. 2113/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CAIC, da Secretaria de Educação a servidora GISELLI DE OLIVEIRA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2113/2018.

Publicação Nº 1651559

PORTARIA Nº. 2113/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CAIC, da Secretaria de Educação a servidora GISELLI DE OLIVEIRA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2114/2018.

Publicação Nº 1651560

PORTARIA Nº. 2114/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Padre Réus, da Secretaria de Educação a servidora JANICE DOS SANTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2115/2018.

Publicação Nº 1651562

PORTARIA Nº. 2115/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vida Melhor, da Secretaria de Educação a servidora LIZIANI LARISSA DOS SANTOS LOHN LISBOA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2116/2018.

Publicação Nº 1651563

PORTARIA Nº. 2116/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Professora Antonieta Silveira de Souza, da Secretaria de Educação a servidora MARCIA HELENA DUARTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2117/2018.

Publicação Nº 1651565

PORTARIA Nº. 2117/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Professora Inês Marta da Silva, da Secretaria de Educação a servidora NAYARA VIEIRA CIPRIANO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2118/2018.

Publicação Nº 1651566

PORTARIA Nº. 2118/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vida Melhor, da Secretaria de Educação a servidora RITA DE CASSIA BITENCOURT FORNARI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2119/2018.

Publicação Nº 1651567

PORTARIA Nº. 2119/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Padre Réus, da Secretaria de Educação a servidora RONIZE DE LIMA MELCHIADES DA CRUZ DO PRADO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2120/2018.

Publicação Nº 1651569

PORTARIA Nº. 2120/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no GE Professora Terezinha Maria Espindola Martins, da Secretaria de Educação a servidora ROSILDA MARIA GOULART SCHUTZ, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2121/2018.

Publicação Nº 1651570

PORTARIA Nº. 2121/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria, da Secretaria de Educação a servidora VANESSA ALVES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2122/2018.

Publicação Nº 1651571

PORTARIA Nº. 2122/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Maria José de Medeiros, da Secretaria de Educação a servidora ZURILDA VENTURA THIESEN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2123/2018.

Publicação Nº 1651573

PORTARIA Nº. 2123/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ESTALEMIR DA SILVA CORTINAZ, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2124/2018.

Publicação Nº 1651575

PORTARIA Nº. 2124/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE ZENIR BERNARDES, matrícula nº. 127063-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 12/09/2005 a 12/09/2010, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 12/09/2010 a 12/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/05/2018 à 07/07/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2125/2018.

Publicação Nº 1651578

PORTARIA Nº. 2125/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02/04/2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
250650-2	Dalva Isabel de Araujo Pacheco	30%

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2126/2018.

Publicação Nº 1651580

PORTARIA Nº. 2126/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2018.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	DE	PARA	Unidade
3745380-1	Jenifer Rita Voos Gonçalves	R\$ 1.390,00	R\$ 1.450,00	Coordenador CEI Nova Esperança
121688-3	Lindaura Rosa Espindola	R\$ 1.220,00	R\$ 1.390,00	Coordenador CEI Aprender Brincando
800834-3	Luciane Márcia da Silveira	R\$ 1.390,00	R\$ 1.450,00	Coordenador CEI Argemira Farias da Silveira
801856-1	Raquel Regina Roeder Schmitz	R\$ 1.220,00	R\$ 1.390,00	Coordenador CEI Ulisses Guimarães

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2127/2018.

Publicação Nº 1651581

PORTARIA Nº. 2127/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MIRIAN PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula nº. 800874-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2128/2018.

Publicação Nº 1651583

PORTARIA Nº. 2128/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GABRIEL CORREA, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3762341-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2129/2018.

Publicação Nº 1651584

PORTARIA Nº. 2129/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MICHELLE LUISA TEIXEIRA, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3761064-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2130/2018.

Publicação Nº 1651585

PORTARIA Nº. 2130/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ADEMILDE BENTA RAMOS FERREIRA, Matrícula nº. 125544-8, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2131/2018.

Publicação Nº 1651587

PORTARIA Nº. 2131/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02/05/2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
400012-2	Angela Maria Coelho	20%
3760918-2	Ariadne Muller Furquim	20%
3762397-1	Vanessa Estacio Andrade	20%

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2132/2018.

Publicação Nº 1651597

PORTARIA Nº. 2132/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) IONARA OLIVIA ALVES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a ER Bento Jose do Nascimento, a contar de 07/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2133/2018.

Publicação Nº 1651599

PORTARIA Nº. 2133/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02/05/2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761962-2	Viviane Souza Jimenez Lavil	20%

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2134/2018.

Publicação Nº 1651602

PORTARIA Nº. 2134/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Nome	Pelo período de
Ionara Olivia Alves	07/05/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2135/2018.

Publicação Nº 1651600

PORTARIA Nº. 2135/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Adeli Nicolau dos Santos	ACE	08	19/04/18
Adeli Nicolau dos Santos	ACE	02	17/04/18
Ademar Aldo de Quadros	Operador de Máquinas	60	23/04/18
Adriana Aparecida da Luz	ASG	03	11/04/18
Adriana Aparecida da Luz	ASG	02	19/04/18
Adriana da Silva E. Rodrigues	Professor	10	23/04/18
Adriana do Nascimento Santana	Assistente Administrativo	05	16/04/18
Adriana do Nascimento Santana	Assistente Administrativo	03	25/04/18
Adriana Gonçalves Cipriano	Professor	10	27/04/18
Adriano Campos	ASO	08	02/05/18
Ailton Martins	Assessor	08	01/05/18
Alessandra Andrea Ghizoni	ASG	15	03/05/18
Alexandre Ise Firmino da Silva	Administrador	01	11/05/18
Alexandre Ise Firmino da Silva	Administrador	05	30/04/18
Alexandre Ise Firmino da Silva	Administrador	01	07/05/18
Amanda Andrade	ASO	03	09/04/18
Amanda Andrade	ASO	02	19/04/18
Ana Carolina Bossle	Diretor	12	18/04/18
Ana Carolina Maioli	Enfermeiro	30	02/05/18
Ana Paula da Rosa Zacchi	ACE	180	23/04/18
Ana Paula da Rosa Zacchi	ACE	06	18/04/18
Andrea da Costa Rankel	Fonoaudiólogo	02	02/05/18
Andrea da Costa Rankel	Fonoaudiólogo	14	04/05/18
Andrea Maria Coelho Weingartner	Professor	07	24/04/18
Andreia Coelho Hinkel	Professor	50	20/04/18
Andreia Terezinha Schmitt Assunção	Professor	60	03/05/18
Andressa Diana Loch Farias	ACS	02	09/04/18
Andressa Diana Loch Farias	ACS	01	16/04/18
Andressa Diana Loch Farias	ACS	01	05/04/18
Ângela Leni da Silva de Farias	Merendeira	10	23/04/18
Ângela Maria Hamann	ASO	30	25/04/18
Arlene Aurea de Quadros Piccolli	Professor	05	25/04/18
Arlene Aurea de Quadros Piccolli	Professor	01	20/04/18
Arlete Apolonia da Silva Padoim	ASO	45	25/04/18
Barbara de Souza Machado	Assistente Social	05	29/04/18
Bianca do Nascimento	ASO	40	02/05/18
Bianca Luchi Bartucheski	Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária	45	02/05/18
Cesar da Silva Xavier	Socorrista	11	19/04/18
Clarice oliveira Ritt	TE	20	25/04/18
Clarissa da Cunha	Professor	45	03/05/18

Claudia B. Toledo dos Santos Santana	Cirurgiã Dentista	16	23/04/18
Cleomar Aparecida Gonçalves	ASO	33	30/04/18
Cristiane de Cordova	Professor	30	30/04/18
Cristiane de Souza Assunção	Enfermeiro	15	03/05/18
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	30	27/04/18
Daiana Steinmetz	Assessor II	07	24/04/18
Dalila Celina da Silveira Hoog	Assistente de Educação	02	09/04/18
Dalila Celina da Silveira Hoog	Assistente de Educação	03	23/04/18
Dalila Celina da Silveira Hoog	Assistente de Educação	02	05/04/18
Daniela Viviani	Professor	180	02/05/18
Danielle da Silva Costa	ASG	02	12/04/18
Danielle da Silva Costa	ASG	02	18/04/18
Débora Isaura Fagundes	Técnico em Enfermagem	30	02/05/18
Débora Nunes Barbosa	Assistente Social	15	27/04/18
Dolores Mulberstedt Rodrigues	Farmacêutico	180	21/04/18
Elaine Mafra	Enfermeiro	10	18/04/18
Elaine Mafra	ACE	10	18/04/18
Eliane dos Santos	ASG	90	27/04/18
Elisangela Cardoso	Técnico em Enfermagem	03	16/04/18
Elisangela Cardoso	Técnico em Enfermagem	01	06/04/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	01	11/04/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	03	17/04/18
Fabiana da Silva Costa	Professor	08	20/04/18
Fabiana da Silva do Rosário	Técnico em Enfermagem	20	24/04/18
Gabriela de Souza	Professor	03	23/04/18
Gabriela de Souza	Professor	02	17/04/18
Gabriela de Souza	Professor	01	13/04/18
Gabriella Toggweiler	Técnico em Enfermagem	05	30/04/18
Gabriella Toggweiler	Técnico em Enfermagem	01	13/04/18
Gabriella Toggweiler	Técnico em Enfermagem	01	23/04/18
Gidele Gomes Cardoso Dirksen	Professor	60	03/05/18
Gladet Maria Parisoto	Agente Administrativo Auxiliar	60	26/03/18
Graziela Goulart Pereira	Professor	180	27/04/18
Hariane Pagani	Odontologo	30	30/04/18
Helena Maria de Espindola	Professor	30	17/04/18
Heluise Marion de Abreu	Professor	01	13/04/18
Heluise Marion de Abreu	Professor	03	16/04/18
Heluise Marion de Abreu	Professor	20	29/04/18
Huaina Schmitz	Assistente Administrativo	30	25/04/18
Iraci da Luz Fernandes	ASG	15	26/04/18
Ivanilda Paula Lisboa	ASO	43	18/04/18
Ivone Izabel Gonçalves	Professor	01	23/04/18
Ivone Izabel Gonçalves	Professor	05	24/04/18
Ivone Izabel Gonçalves	Professor	01	12/04/18
Ivonesia Adelia Silva	Auxiliar de Enfermagem	12	16/04/18
Janaina Aparecida da Silva	ASO	45	18/04/18
Janaina Vitorino	Fisioterapeuta	180	03/05/18
Jaqueline de Medeiros	Professor	05	03/05/18
Joselino Agostinho Farias	Assistente Administrativo	09	27/04/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	01	18/04/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	01	18/04/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	05	26/04/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	05	06/05/18
Juliana Bastos Ferreira	Professor	03	23/04/18
Juliana Bastos Ferreira	Professor	02	19/04/18

Juliana Bastos Ferreira	Professor	10	26/04/18
Juliana Bastos Ferreira	Professor	02	19/04/18
Juliana Menegaro de Vargas	Merendeira	180	02/05/18
Juliana Ulmer Dias	Professor	02	10/04/18
Juliana Ulmer Dias	Professor	02	12/04/18
Julie Toniolo Coutinho	Monitor	10	25/04/18
Karla da Silva Dutra de Souza	Assistente Administrativo	180	17/04/18
Karolina Linhares Araujo	ACS	06	22/04/18
Karoline Pereira Correa de Oliveira	ASO	02	25/04/18
Karoline Pereira Correa de Oliveira	ASO	02	17/04/18
Kátia Simone de Souza Barcelos	Professor	15	20/04/18
Katiana Pereira	Assessor	10	25/04/18
Lucia Helena Truppel	ASG	05	23/04/18
Luciana Maria da Silva	Assistência Social	03	25/04/18
Luciana Maria da Silva	Assistência Social	01	23/04/18
Luciana Maria da Silva	Assistência Social	01	09/04/18
Márcia Osvalda da Silva	ASO	05	23/04/18
Maria Aparecida De Souza Machado	Assistente Administrativo	90	02/05/18
Maria Bernadete Pereira	Vigia	01	17/04/18
Maria Bernadete Pereira	Vigia	02	02/04/18
Maria Cristina da Silva	ASG	20	30/04/18
Maria de Fátima Ebert	Médico	365	16/04/18
Maria Fernanda Nascimento de Almeida	ASO	20	25/04/18
Mariane Gomes	ASO	21	11/05/18
Mariane Gomes	ASO	01	11/04/18
Mariane Gomes	ASO	02	18/04/18
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	60	02/05/18
Mirian Meurer de Oliveira	Professor	10	03/05/18
Mirian Meurer de Oliveira	Professor	30	27/04/18
Nilton Cesar da Silva	ASO	30	20/04/18
Patrícia Gerci dos Santos Pinheiro	ACS	20	26/04/18
Paula Caroline Paulão Aliardi	Merendeira	01	02/04/18
Paula Caroline Paulão Aliardi	Merendeira	03	17/04/18
Priscilla Mellilo Senna	Auditor Fiscal de Defesa do Consumidor	180	28/04/18
Renata Batista Silva	Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária	07	04/05/18
Rita de Cassia Alves Manchein	ATP	30	29/04/18
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	03	25/04/18
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	01	12/04/18
Rosângela Marta Gonçalves Espindola	ASO	90	03/05/18
Rosemeri da Silva Mateus	Professor	180	28/04/18
Samir Manoel Medeiros	Professor	40	03/04/18
Sandra de Moraes Duarte Raimundo	Professor	04	24/04/18
Silvana Diva Damazio de Mello	ACS	30	26/04/18
Simone Teresinha Chini Espindola	Merendeira	05	24/04/18
Sinara Regina Rachadel	ACE	45	20/04/18
Sueli Lucia da Silveira	ASG	05	30/04/18
Sulamita de Aguiar	ACS	62	27/04/18
Tânia Regina Bento Pessoa	Merendeira	31	30/04/18
Tatiane Mariano	ASG	01	30/04/18
Tatiane Mariano	ASG	01	23/04/18
Tatiane Mariano	ASG	02	05/04/18
Vanessa de Souza Nunes	Fonoaudiólogo	90	02/05/18
Vanize Melo da Costa	Telefonista	60	02/05/18

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2136/2018.

Publicação Nº 1651601

PORTARIA Nº. 2136/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEOVANNA KRUGER NUNES, matrícula nº. 802241-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/04/2012 a 17/07/2017, por 01 (um) mês, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/05/2018 à 07/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2137/2018.

Publicação Nº 1651604

PORTARIA Nº. 2137/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DANIEL FERMINO GONÇALVES, matrícula nº. 800946-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 23/04/2013 a 23/04/2018, por 03 (três) meses, a contar de 07/05/2018 à 07/08/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2138/2018.

Publicação Nº 1651606

PORTARIA Nº. 2138/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA CRISTINA NUNES GOMES MULLER, Matrícula nº. 3762187-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2139/2018.

Publicação Nº 1651607

PORTARIA Nº. 2139/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ITALOS DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 007/2016, para ocupar o cargo de Médico Radiologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/05/2018 a 03/05/2019.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2140/2018.

Publicação Nº 1651608

PORTARIA Nº. 2140/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JACKSON FILIPE DE ABREU, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Setor de Controle e avaliação da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2018 a 04/05/2019.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2141/2018.

Publicação Nº 1651609

PORTARIA Nº. 2141/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2018 de 13 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MAIULI RODRIGUES, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/04/2018 a 18/05/2018, face ao impedimento da titular Maria Cristina da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2142/2018.

Publicação Nº 1651610

PORTARIA Nº. 2142/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0328 de 09 fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA CLAUDIA DA CRUZ, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/05/2018 a 12/06/2018, face ao impedimento da titular Ana Paula Vicente Garcia, que se encontra em férias.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2143/2018.

Publicação Nº 1651611

PORTARIA Nº. 2143/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para SABRINA FORTKAMP, matrícula nº. 129038-7, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 08/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2144/2018.

Publicação Nº 1651613

PORTARIA Nº. 2144/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Voo Livre, da Secretaria de Educação a servidora FABIANI DIOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/05/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2145/2018.

Publicação Nº 1651614

PORTARIA Nº. 2145/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DJEOVANA DA SILVA RAULINO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de abril de 2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2146/2018.

Publicação Nº 1651615

PORTARIA Nº. 2146/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEXANDRA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2016.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2147/2018.

Publicação Nº 1651616

PORTARIA Nº. 2147/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DOUGLAS HENRIQUE RODRIGUES DE PAIVA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3761312-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2148/2018.

Publicação Nº 1651617

PORTARIA Nº. 2148/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 09 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
129038-7	Sabrina Fortkamp	R\$ 1.110,00	Diretor da ER Rincão

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2149/2018.

Publicação Nº 1651618

PORTARIA Nº. 2149/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIANA APARECIDA BACK FUCK, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 401048-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/05/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2150/2018.

Publicação Nº 1651619

PORTARIA Nº. 2150/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HELUISE MARION DE ABREU, matrícula nº. 211074-6, titular do cargo de Professor, do Quadro de

Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/05/2018 à 21/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2151/2018.

Publicação Nº 1651620

PORTARIA Nº. 2151/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora ROSANA ISAUINA BATISTA DA SILVA, matrícula nº. 401453, titular do cargo de Socorrista, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 06 (seis) meses, com efeitos a contar de 24/04/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2152/2018.

Publicação Nº 1651622

PORTARIA Nº. 2152/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CINTIA GOUVEIA MESQUITA, matrícula nº. 100381-1, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/09/2011 a 07/03/2017, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 14/05/2018 à 14/07/2018.

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2153/2018.

Publicação Nº 1651623

PORTARIA Nº. 2153/2018.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Ana Claudia Tau	20	32	02/05/2018 a 14/12/2018
Ana Paula Nobre Montoro	20	32	02/05/2018 a 14/12/2018
Lucia Correa Marques Miranda Moreira	10	16	02/05/2018 a 14/12/2018
Mariah T. Nascimento Pereira	40	20	02/04/2018 a 14/12/2018
Marina Marton Dantas Hoffmann	10	16	02/05/2018 a 14/12/2018
Tatiana Lee Marques	24	32	02/05/2018 a 14/12/2018
Vinicius Pierri	24	32	02/05/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 25 de abril de 2018.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2154/2018.

Publicação Nº 1651624

PORTARIA Nº. 2154/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/05/2018 a 28/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2155/2018.

Publicação Nº 1651625

PORTARIA Nº. 2155/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA REGINA MOREIRA, matrícula nº. 190037-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 25/06/2005 a 25/06/2010, por 02 (dois) meses, a contar de 16/05/2018 à 16/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2156/2018.

Publicação Nº 1651627

PORTARIA Nº. 2156/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3760952-2	Claudine Capistrano Pereira de Lima	30%	01/05/2018
3745911-3	Nemer Joandre Marques Fino	80%	01/04/2018
251749-3	Rochele Farioli Bertoni	80%	01/05/2018

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2157/2018.

Publicação Nº 1651628

PORTARIA Nº. 2157/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 40, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 09 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
3745903-1	Jenifer S. de Souza Cardoso	R\$ 529,03	Auxiliar de Direção CEI Primeiros Passos

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2158/2018.

Publicação Nº 1651629

PORTARIA Nº. 2158/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUIZ ANDRE DE ANDRADE, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2159/2018.

Publicação Nº 1651632

PORTARIA Nº. 2159/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Liane Macedo Machado	20	40	03/05/2018 a 14/12/2018
Maria Aparecida de Jesus	40	20	09/04/2018 a 14/12/2018
Priscila Elias da Costa	40	20	03/05/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2160/2018.

Publicação Nº 1651635

PORTARIA Nº. 2160/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1138 de 01 de março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado à servidora NAYARA MARA BATISTI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à habilitação que deveria ser Habilitado com Magistério, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2161/2018.

Publicação Nº 1651640

PORTARIA Nº. 2161/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ADELIA SILVA DE SOUZA SANTANA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2015.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2162/2018.

Publicação Nº 1651641

PORTARIA Nº. 2162/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSANIA TURMINA, Matrícula nº. 3762186-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2163/2018.

Publicação Nº 1651642

PORTARIA Nº. 2163/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o Senhor MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 025866-8 e Senhor VINÍCIUS CARDOSO CORRÊA Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça CAU/SC A71498-7, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 15/2018. Objeto: Fornecimento material e mão de obra para construção do muro do Quartel do Corpo de Bombeiros de Palhoça/SC.

Esta Portaria entre em vigor em 10 de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2164/2018.

Publicação Nº 1651643

PORTARIA Nº. 2164/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PRSCILLA PIERRI, matrícula nº. 100454-7, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/06/2012 a 18/06/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/05/2018 à 07/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2165/2018.

Publicação Nº 1651646

PORTARIA Nº. 2165/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para JENIFER SOTERO DE SOUZA CARDOSO, matrícula nº. 3745903-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 10/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2166/2018.

Publicação Nº 1651649

PORTARIA Nº. 2166/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1134 de 01 de março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado à servidora NAYARA MARA BATISTI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à habilitação que deveria ser Habilitado com Magistério, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2167/2018.

Publicação Nº 1651650

PORTARIA Nº. 2167/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLI PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula nº. 190018-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 30/10/2007 a 30/10/2012, por 03 (três) meses, a contar de 14/05/2018 à 14/08/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2168/2018.

Publicação Nº 1651652

PORTARIA Nº. 2168/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora ELIS REGINA HEINZEN GARCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/04/2018 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2169/2018.

Publicação Nº 1651655

PORTARIA Nº. 2169/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2478 de 14 de julho de 2014, que Averbou Tempo de Serviço do servidor ALBERTO PRIM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2170/2018.

Publicação Nº 1651660

PORTARIA Nº. 2170/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 0943 de 19 de fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado o servidor DILTON PEREIRA JUNIOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 07/02/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2170/2018.

Publicação Nº 1651657

PORTARIA Nº. 2170/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 0943 de 19 de fevereiro de 2018, que Contratou por Tempo Determinado o servidor DILTON PEREIRA JUNIOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 07/02/2018 a 14/12/2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2171/2018.

Publicação Nº 1651663

PORTARIA Nº. 2171/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDIANE PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/05/2018 a 14/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2172/2018.

Publicação Nº 1651678

PORTARIA Nº. 2172/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA DALLA LANA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Atenção Básica da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/05/2018 a 08/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2173/2018.

Publicação Nº 1651680

PORTARIA Nº. 2173/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HILDA MARIA DA SILVA LEMOS, matrícula nº. 100090-7, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/12/2012 a 05/03/2018, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/06/2018 à 03/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2174/2018.

Publicação Nº 1651685

PORTARIA Nº. 2174/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANINE APARECIDA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/04/2018 a 14/12/2018. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2175/2018.

Publicação Nº 1651692

PORTARIA Nº. 2175/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DEMETRIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2175/2018.

Publicação Nº 1651687

PORTARIA Nº. 2175/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DEMETRIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2176/2018.

Publicação Nº 1651694

PORTARIA Nº. 2176/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA FRANK, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2176/2018.

Publicação Nº 1651689

PORTARIA Nº. 2176/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA FRANK, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2177/2018.

Publicação Nº 1651695

PORTARIA Nº. 2177/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DAS GRAÇAS DE MATOS FREITAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Jose Miguel Ferreira, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2177/2018.

Publicação Nº 1651690

PORTARIA Nº. 2177/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DAS GRAÇAS DE MATOS FREITAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Jose Miguel Ferreira, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2178/2018.

Publicação Nº 1651698

PORTARIA Nº. 2178/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MILENA APARECIDA PETROSKI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/05/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2179/2018.

Publicação Nº 1651700

PORTARIA Nº. 2179/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NAIARA BASSO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2018 a 29/05/2018, face ao impedimento da titular Rosa Amélia Soares Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2180/2018.

Publicação Nº 1651702

PORTARIA Nº. 2180/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DENISE PIUCCO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Nossa Senhora de Fátima, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/04/2018 a 05/05/2018, face ao impedimento da titular Tatiane Maria da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2181/2018.

Publicação Nº 1651704

PORTARIA Nº. 2181/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IZETE TEREZINHA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/05/2018 a 30/05/2018, face ao impedimento da titular Tânia Regina Bento Pessoa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2182/2018.

Publicação Nº 1651706

PORTARIA Nº. 2182/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RITA DE CASSIA SILVA CORREA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Santa Marta, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/04/2018 a 07/05/2018, face ao impedimento da titular Lenir Hilda da Silva, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2183/2018.

Publicação Nº 1651708

PORTARIA Nº. 2183/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAROLINE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Caminho do Saber, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/04/2018 a 15/05/2018, face ao impedimento da titular Ninon Rose Aparecida Vanini Boker, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2184/2018.

Publicação Nº 1651710

PORTARIA Nº. 2184/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALA REGINA BUENO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/05/2018 a 03/06/2018, face ao impedimento da titular Vandressa Machado de Abreu, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2185/2018.

Publicação Nº 1651711

PORTARIA Nº. 2185/2018.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TELMO DA ROCHA, matrícula nº. 500534-3, titular do cargo de Técnico em Edificações, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/02/2007 a 28/02/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2187/2018.

Publicação Nº 1651712

PORTARIA Nº. 2187/2018.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ELZI PEREIRA, matrícula nº. 300052-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/10/2008 a 01/10/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 14/05/2018 à 14/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente Designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2188/2018.

Publicação Nº 1651715

PORTARIA Nº. 2188/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLARETE KREUCH, matrícula nº. 121828-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/07/2006 a 03/07/2011, por 01 (um) mês, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2189/2018.

Publicação Nº 1651717

PORTARIA Nº. 2189/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL DE CARVALHO GOMES, matrícula nº. 800707-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 08/02/2012 a 08/02/2017, por 01 (um) mês, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/06/2018 à 14/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2190/2018.

Publicação Nº 1651721

PORTARIA Nº. 2190/2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria que Contratou por Tempo Determinado os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura.

NOME	Cargo	PRORROGAR
Jeasir Silva do Rego	Colaborador	05/05/2018 a 08/06/2018

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

FABIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2191/2018.

Publicação Nº 1651725

PORTARIA Nº. 2191/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1970 de 10 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CINARA KRATZ DE OLIVEIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2018 a 18/05/2018, face ao impedimento da titular Ângela Maria da Silva Sell, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2192/2018.

Publicação Nº 1651726

PORTARIA Nº. 2192/2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014, e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando a edição do Decreto Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017, que dispõe sobre o regulamento dos procedimentos nos processos administrativos do PROCON Municipal;

Considerando que o artigo 31 do Decreto Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017, que determina o cabimento de recurso administrativo, à instância superior, dá aplicação de quaisquer sanção, pela autoridade competente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos, compor Comissão Permanente de Julgamento de Recurso em Processo Administrativo do PROCON, que trata o Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017.

SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
Osvaldo Bossolan Neto	Diretor Controle Interno	Secretário
Michelle Gastão da Rosa Perdigão	Procurador do Município	Presidente
Antonio Nunes Silva	Assistente Administrativo	Membro
Andreia Lourdes Machado	Assistente Administrativo	Membro suplente

Art. 2º A Comissão irá analisar os recursos interpostos à autoridade superior, determinado pelo artigo 31 do Decreto Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 003/2018/SMDC.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2193/2018.

Publicação Nº 1651728

PORTARIA Nº. 2193/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão para Organização e Acompanhamento de Leilão de Bens Móveis inservíveis e sucatas da Prefeitura Municipal de Palhoça:

- Deyvid Albino da Silva – Secretária de Administração
- Albertina Boeing – Secretária de Administração
- João Antônio Bernardes – Secretária de Administração
- Maria Gorete Machado – Secretária de Administração
- Jorge Luiz Bruchado – Secretária de Administração

Parágrafo único. A comissão de que trata o “caput” deste artigo será presidida por Deyvid Albino da Silva e terá como secretária Albertina Boeing.

Art. 2º - Fica esta comissão denominada “Comissão de Avaliação e Leilão de Bens Patrimoniais do Município de Palhoça” e autorizada a promover a realização de leilões.

Art. 3º - Fica a referida Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos trabalhos com a realização do leilão, bem como, pela avaliação dos bens, considerando, se este for o entendimento de todos os membros que a compõe, a avaliação procedida pelo Leiloeiro contratado, se esta for a que melhor traduzir os preços de mercado.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2194/2018.

Publicação Nº 1651732

PORTARIA Nº. 2194/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NILTON JOÃO ESPINDOLA, matrícula nº. 500458-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/05/2018 à 14/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2195/2018.

Publicação Nº 1651734

PORTARIA Nº. 2195/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1677 de 28 março de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA CARLA DE JESUS BRITO, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/05/2018 a 31/05/2018, face ao impedimento da titular Suzana Passos Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2196/2018.

Publicação Nº 1651735

PORTARIA Nº. 2196/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALDANEI BOEING, matrícula nº. 401015-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2197/2018.

Publicação Nº 1651738

PORTARIA Nº. 2197/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DOS SANTOS, matrícula nº. 401635-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/05/2018 à 15/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2198/2018.

Publicação Nº 1651743

PORTARIA Nº. 2198/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZAURI ANTONIO DA SILVA, matrícula nº. 401509-2, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/10/2011 a 10/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/05/2018 à 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2199/2018.

Publicação Nº 1651744

PORTARIA Nº. 2199/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RUBIA MARA DE ANDRADE, matrícula nº. 400061-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/05/2018 à 14/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2601/2018.

Publicação Nº 1651503

PORTARIA Nº. 2601/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

ADVETIR de acordo com processo Administrativo nº. 8628/2016, e de acordo com o Artigo 209 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, a servidora ANDREIA VOGT MELO DE LIMA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta deste Município.

Palhoça, SC, em 04 de junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 058/2018 - RESULTADO

Publicação Nº 1651810

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 058/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de construção e elétricos para serem utilizados em pequenos reparos nas Unidades Escolares, deste Município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME venceu o item 14, registrando o valor total de R\$1.840,00 (mil oitocentos e quarenta reais);

ELTON LUIZ MADEIRA ME venceu os itens 27 e 28, registrando o valor total de R\$35.228,40 (trinta e cinco mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta centavos);

J.M.C. JUNCKES MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP venceu os itens 2, 16, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, registrando o valor total de R\$162.570,00 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta reais);

PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME venceu os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 20 e 32, registrando o valor total de R\$118.445,40 (cento e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos);

VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP venceu os itens 15, 29, 30 e 31, registrando o valor total de R\$35.978,00 (trinta e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais);

VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA - EPP venceu os itens 1 e 3, registrando o valor total de R\$36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais).

Palhoça, 12 de junho de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 142/2018**

Publicação Nº 1650838

PORTARIA Nº 142, DE 02 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

INSTITUIR:

Art. 1º Fica instituída Comissão Permanente de Sustentabilidade e Acessibilidade para Câmara Municipal de Palhoça/SC, dando ciência deste à Presidência.

Servidor	
DELEON DE SOUSA	Presidente
JANE DOS SANTOS FOLSTER	Membro
JOÃO NESTOR DE MATTOS	Membro
ALEXANDRE PERAÇA REIS	Membro
DOUGLAS MOREIRA	Membro
RAFAEL MARTINS	Membro
ALINE HILLESHEIM	Membro
GABRIELA CARDOSO BASCHIROTO	Membro

Art. 3º A Comissão se reunirá todas as quintas-feiras, a fim de discutir sobre o tema, relatando, periodicamente, ao Presidente, dos andamentos dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 143/2018

Publicação Nº 1650842

PORTARIA Nº 143, DE 02 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

INSTITUIR:

Art. 1º Fica instituída Comissão Câmara Mirim para Câmara Municipal de Palhoça/SC, dando ciência deste à Presidência.

Servidor	
MARCIANE LOHN	Presidente
DELAMAR BORGES	Membro
MARKUS VINICIUS SCHUTZ	Membro
JOELMA ELIANE SCHIMIDT	Membro
ALECIO DA SILVA	Membro

Art. 2º A Comissão se reunirá todas as quintas-feiras, a fim de discutir sobre o tema, relatando, periodicamente, ao Presidente, dos andamento dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA N° 144/2018

Publicação N° 1650847

PORTARIA N° 144, DE 02 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Produtividade e Função Gratificada aos servidores abaixo relacionados.

Servidor	Produtividade	Função
ROGERIO JORGE DO NASCIMENTO	80%	-
MARIA JOSE DA SILVA SCHUTZ	-	100%
MARIA INÁCIA DE MELLO PIAZZA	61,16%	-
CLEONICE PAVAN	80%	-

Servidor	Produtividade	Função
Katiane Vulczak Golin	-	100%
BARBARA MULHER DOS SANTOS	80%	-
Ivanete Clarice Martins	-	100%
Cristiane Aparecida da Silv	-	-

Servidor	Produtividade	Função
MARCIANE LOHN	-	100%
DELAMAR BORGES	80%	-
MARKUS VINICIUS SCHUTZ	80%	-
JOELMA ELIANE SCHIMIDT	80%	-
ALECIO DA SILVA	-	-

Servidor	Produtividade	Função
DELEON DE SOUSA	100%	-
JANE DOS SANTOS FOLSTER	80%	-
JOÃO NESTOR DE MATTOS	-	100%
ALEXANDRE PERAÇA REIS	80%	-
DOUGLAS MOREIRA	80%	-
RAFAEL MARTINS	-	100%
ALINE HILLESHEIM	80%	-
GABRIELA CARDOSO BASCHIROTO	-	100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 145/2018

Publicação Nº 1650849

PORTARIA Nº 145, DE 21 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

EXONERAR:

Art. 1º - Fica exonerado do Gabinete do Vereador Luciano Pereira, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 234 de 22 de dezembro de 2016.

Nº	Servidor	Cargo	Vencimentos
1073	Renato Beirão	Assessor Parlamentar	R\$ 4.082,80
1118	Rodrigo Padilha	Assessor Especial	R\$ 6.124,20

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 147/2018

Publicação Nº 1650859

PORTARIA Nº 147, DE 21 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

EXONERAR:

Art. 1º - Fica exonerado do Gabinete do Vereador Luciano Pereira, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 247 de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Valerio Valmir Scheidt	Chefe de Gabinete	R\$ 8.165,60

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 149/2018

Publicação Nº 1650867

PORTARIA Nº 149, DE 22 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

NOMEAR:

Art. 1º - Para compor o Gabinete do Vereador Luciano Pereira, a servidora ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 247 de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Luana Martins Areão	Assessor Parlamentar	R\$ 4.082,80

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO

Presidente

Eu, _____, Diretor de Controle Interno e Eu, _____, Coordenadora de Recursos Humanos, conferimos a documentação apresentada, e por estarmos de acordo, subscrevemos o presente ato.

PORTARIA Nº 151/2018

Publicação Nº 1650894

PORTARIA Nº 151, DE 04 DE JUNHO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

EXONERAR:

Art. 1º - Fica exonerado do Gabinete do Vereador titular Rodrigo Alves Quintino atualmente afastado e, portanto ocupado pela suplente Laurita Maria da Silva dos Santos, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 247 de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Robson Luiz de Oliveira	Assessor Parlamentar	R\$ 4.082,80

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 152/2018

Publicação Nº 1650896

PORTARIA Nº 152, DE 04 DE JUNHO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

NOMEAR:

Art. 1º - Para compor o Gabinete do Vereador titular Rodrigo Alves Quintino atualmente afastado e, portanto ocupado pela suplente Laurita Maria da Silva dos Santos, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 247 de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Jackson Camilo Peres da Silveira	Assessor Parlamentar	R\$ 4.082,80

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

Eu, _____, Diretor de Controle Interno e Eu, _____, Coordenadora de Recursos Humanos, conferimos a documentação apresentada, e por estarmos de acordo, subscrevemos o presente ato.

PORTARIA Nº146/2018

Publicação Nº 1650854

PORTARIA Nº 146, DE 21 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

EXONERAR:

Art. 1º - Fica exonerado do Gabinete do Vereador João Carlos Amândio, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 234 de 22 de dezembro de 2016.

Nº	Servidor	Cargo	Vencimentos
1119	Abner Padilha Cardoso	Assessor Parlamentar	R\$ 4.082,80

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº148/2018

Publicação Nº 1650862

PORTARIA Nº 148, DE 22 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

NOMEAR:

Art. 1º - Para compor o Gabinete do Vereador João Carlos Amândio, o servidor ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 247 de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Marcos Antônio Cardoso	Assessor Parlamentar	R\$ 4.082,80

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

Eu, _____, Diretor de Controle Interno e Eu, _____, Coordenadora de Recursos Humanos, conferimos a documentação apresentada, e por estarmos de acordo, subscrevemos o presente ato.

PORTARIA Nº150/2018

Publicação Nº 1650890

PORTARIA Nº 150, DE 22 DE MAIO DE 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve.

NOMEAR:

Art. 1º - Para compor o Gabinete do Vereador Luciano Pereira, a servidora ocupante de cargo em comissão abaixo relacionado, conforme Lei Complementar nº 247 de 28 de setembro de 2017.

Servidor	Cargo	Vencimentos
Renato Beirão	Assessor Especial	R\$ 6.124,20
Rodrigo Padilha	Chefe de Gabinete	R\$ 8.165,60

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

Eu, _____, Diretor de Controle Interno e Eu, _____, Coordenadora de Recursos Humanos, conferimos a documentação apresentada, e por estarmos de acordo, subscrevemos o presente ato.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

Publicação Nº 1650978

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

REUNIÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DOS INVÓLUCROS CONTENDO AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, BEM COMO ABERTURA DAS PROPOSTAS, EFETUAÇÃO DE LANCES VERBAIS E ABERTURA DAS DOCUMENTAÇÕES:

DIA: 27/06/2018 - HORA: 09h00min

LOCAL: Câmara Municipal de Palhoça, Rua: Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, Sala da Comissão Permanente de Licitação e Compras.

A Câmara Municipal de Palhoça, torna público para conhecimento dos interessados, que através da sua pregoeira e equipe de apoio, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste edital, onde farão realizar certame licitatório, na modalidade de Pregão na forma Presencial, do tipo Menor Preço Global, o qual observará os preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei 10.520/2002, da Lei Complementar 123/2006, e subsidiariamente as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, subordinado as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal na Câmara Municipal de Palhoça subsequente aos ora fixados.

O crédito necessário ao atendimento da despesa da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelo elemento:

3.3.90.39.69.00.00.00 (Seguros em Geral).

1 – DO OBJETO

1.1 - A licitação tem como objeto contratação de serviços de seguro dos seguintes veículos: 01 (um) TOYOTA – HILUX, SW4, SRV 4X4, 3.0 AT, ANO MODELO 2014; 02 (dois) TOYOTA COROLLA SEDAN, XEI, 2.0, FLEX, AUT, 4 PORTAS, ANO MODELO 2016; 01 (um) HYUNDAI – TUCSON, GLS, 2.0, 16 V, ANO MODELO 2012; todos pertencentes a frota da Câmara Municipal de Palhoça, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, contra terceiros e assistência 24 horas, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

1.2 - Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

1.3. Integram este processo os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Declaração de fatos impeditivos;

Anexo IV – Declaração de que não emprega menor nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;

Anexo V - Modelo de Procuração para Credenciamento.

Anexo VI – Minuta do Contrato

Anexo VII - Declaração de Microempresa e EPP.

Anexo VIII – Declaração de pleno conhecimento dos serviços.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.69.00.00.00 – Seguros em Geral. A proposta vencedora da licitação não poderá ser superior ao orçamento autorizado de R\$ 20.352,87 (vinte mil trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste pregão presencial as empresas que atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Palhoça.

3.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1 - No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1 - Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato

Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3 - Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2 - Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3 – No momento do credenciamento fora dos envelopes as Micro Empresas ou de Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar declaração de que a empresa preenche os requisitos contidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para os efeitos de aplicação das regras contidas nos artigos 42 a 46 de referida lei, juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, com validade não superior a 90 (noventa) dias.

4.4. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, conforme modelo no Anexo III.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o Anexo I em uma única via, elaborada em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa devidamente identificado, na qual deverá conter:

5.1.1. Fazer menção ao número deste Pregão Presencial e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número (s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail e o respectivo endereço com CEP;

5.1.2. Conter a indicação da seguradora;

5.1.3. Indicação do valor unitário e total dos itens, em real, expresso em algarismo, sendo que o valor global também constar por extenso;

5.1.4. Conter o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da referida proposta. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação;

5.1.5. Conter prazo para emissão das apólices que deve ser de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da autorização de Fornecimento. Caso tal prazo seja omitido, ou for superior ao máximo estipulado a pregoeira o entenderá como sendo igual ao máximo permitido.

5.2. Local de entrega das apólices: Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua: Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC;

5.3. Devem estar inclusos nos preços ofertados todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o serviço. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado;

5.4. Apresentada a proposta, o Licitante estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital;

5.5. Os licitantes que não atenderem às exigências legais previstas neste item serão desclassificados.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

5.7. Não serão aceitas propostas alternativas de preços oferecidas pelo mesmo licitante, para o mesmo item.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1. Os preços deverão ser cotados em reais e serão irrevogáveis.

6.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

7. DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação do proponente melhor classificado, será pública, dirigida por uma pregoeira e realizada de acordo com a legislação vigente na Modalidade Pregão Presencial e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicado na capa deste edital.

7.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do Regulamento acima referido, e para a prática dos demais atos do certame, conforme anteriormente disposto neste edital.

7.3. Declarada a abertura da sessão pela pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, as propostas de preço e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Palhoça

Razão Social da Empresa

Número do CNPJ 75.813.675/0001-59

Número da Licitação nº ____/2018

Data e Hora: ____/____/2018 as ____h ____min.

Envelope Nº 01 - Proposta de Preço

Câmara Municipal de Palhoça

Razão Social da Empresa

Número do CNPJ 75.813.675/0001-59

Número da licitação nº ____/2018

Data e Hora: ____/____/2018 às ____h ____min.

Envelope Nº 02 – Documentação

7.4. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, que serão conferidas e rubricadas.

7.5. Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

7.6. As impugnações dos licitantes contra dos seus concorrentes somente poderão ser formuladas no final da reunião, marcada para efetuação dos lances.

7.7. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A sessão pública para realização dos lances verbais será realizada na data, horário e local indicados neste edital, onde a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, adotará os seguintes procedimentos:

8.1.1. Conferirá o credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

8.1.2.- Divulgará aos presentes o resultado da análise das amostras;

8.1.3. Classificará a proposta de menor preço, dentre as devidamente regularizadas, e aquelas também regularizadas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

8.1.4. Solicitará que os representantes presentes efetuem lances verbais, que serão formulados individualmente e sequencialmente, sobre o valor global, a partir do autor da proposta classificada de menor preço. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes. No caso de empate no preço das propostas escritas, será efetuado sorteio para definição da ordem de formulação dos lances verbais;

8.1.5. Ordenará as propostas em ordem crescente de preços e verificará a conformidade da proposta de menor preço global, com as demais exigências constantes deste Edital, após encerrada a etapa competitiva;

8.1.6. Se for o caso, serão aplicadas as disposições da LC 123/2006.

8.1.7. Acessará o programa de Cadastro da Câmara Municipal de Palhoça e procederá a abertura do envelope de habilitação do licitante, cuja proposta foi classificada com menor preço global, para confirmação de suas condições habilitatórias;

8.1.8. Declarará o vencedor da licitação com menor preço global, se constatadas as condições exigidas neste edital. Se a proposta de menor preço global não atender as condições fixadas neste edital, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste edital;

8.2. Caso não se realize lances verbais ou a empresa não credencie representante para participar da sessão, serão considerados os preços constantes das propostas escritas;

8.3. No caso de empate no preço global das propostas escritas, será considerada vencedora a proposta ordenada como menor preço global na formulação dos lances verbais;

8.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes neste Edital;

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.6 - No caso de propostas com valores iguais apresentados pelas, ME ou EPP será realizado sorteio entre as mesmas para que se identifique aquela que 1º (primeiro) poderá apresentar melhor oferta.

8.7. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a pregoeira poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimadas as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

8.8. A pregoeira manterá em seu poder os envelopes n. 2 – Habilitação apresentados pelos demais proponentes, até a homologação do processo licitatório. Após inutilizá-los-á.

8.9. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pela pregoeira e por todos os licitantes presentes.

9. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

9.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação econômica e financeira;

d) Qualificação técnica;

e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; e

9.2.5. Em caso a habilitação jurídica for apresentada no credenciamento, não necessita a apresentação na habilitação.

9.3. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

9.3.2.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

9.3.2.2. Certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal.

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;

9.3.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

9.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011.

9.4. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação do seguinte documento:

9.5.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços ou fornecimento que tenham características semelhantes ao objeto desta licitação;

9.5.2. A proponente deverá apresentar declaração conforme anexo VIII que conhece todos os aspectos peculiares à execução dos serviços de que trata o presente Edital, nada podendo futuramente alegar alguma peculiaridade para justificar ou alterar os preços propostos.

9.6 - Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos") em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93, conforme anexo IV.

9.7. Disposições gerais sobre habilitação:

9.7.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que apresente o Certificado de Registro Cadastral "CRC" em situação regular no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça. Exceto o documento solicitado no subitem 9.3.6 (Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011).

9.7.1.1. A regulamentação a que se refere o subitem 9.6.2, poderá ser feita junto as Comissões de Licitações.

9.7.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

9.7.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.7.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

9.7.5. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

9.7.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.7.7. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme estabelecida no artigo 43 caput e parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204/07, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, poderão apresentar os documentos com restrição.

9.8.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.2 A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DA HOMOLOGAÇÃO, VIGÊNCIA E FORNECIMENTO DO SERVIÇO.

10.1. Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, o processo será remetido à autoridade superior para a homologação do resultado;

10.2. As apólices serão entregues na Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua: Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

10.3. O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será a partir da sua assinatura e publicação até 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93 e alterações posteriores;

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

11.1.1. Provisoriamente, imediatamente após, efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

11.1.2. Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis.

11.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento da Câmara Municipal de Palhoça fica designado o Setor de Transporte, por meio de um servidor, com autoridade para exercer, como representante da CMP, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

12. DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.

12.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

12.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente a pregoeira, na Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça.

12.1.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12.3. Dos atos da pregoeira neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões, devendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.4. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. O recurso contra decisão da Pregoeira será submetido à apreciação da autoridade superior (Presidente da CMP), que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12.7. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada na Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça.

12.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em cota única, por meio de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias após a data da assinatura do contrato, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

13.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

13.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

14.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Câmara Municipal de Palhoça, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multa;

14.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Palhoça;

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2. O atraso injustificado no prazo de entrega implicará na aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

14.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 18.1.3 e 18.1.4, desse edital, como também a inexecução total do contrato.

14.3. As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Município de Palhoça ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

14.4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

14.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

14.6. Sempre que não houver prejuízo para a Câmara Municipal de Palhoça, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da Câmara Municipal de Palhoça.

14.7. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.8. A licitante vencedora que se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato/receber a Autorização de Fornecimento, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento da obrigação assumida, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo a Administração convidar as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - O CNPJ da Câmara Municipal de Palhoça é 75.813.675/0001-59.

15.2 - Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

15.3- Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.

15.4 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

15.5 - Não será permitido o uso do telefone celular durante a sessão de lances, exceto para assuntos relacionados ao certame.

15.6 - Os documentos exigidos no presente Edital poderão ser apresentados em original ou em cópia – desde que autenticada por tabelião de notas ou pela Pregoeira e equipe de apoio da Câmara Municipal de Palhoça, ou por publicação na imprensa oficial, com exceção dos documentos retirados por meio eletrônico, que serão validados mediante a verificação on line, quando da abertura dos invólucros.

15.7 - Não será aceita e nem recebida pela Câmara Municipal de Palhoça em hipótese alguma, proposta após a data e hora aprazada para a abertura desta licitação, devendo os envelopes serem entregues somente na Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal

de Palhoça;

15.8. Todos os atos oriundos desta licitação, serão publicados no site www.cmp.sc.gov.br; Diário oficial da Câmara e Diário Oficial dos Municípios ou informações através do e-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br

15.9 - Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto a Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça, pessoalmente ou pelo telefone (48) 3288-2512, entre 13h00min e 19h00min.

Palhoça, 12 de junho de 2018.

FÁBIO COELHO

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

O presente pregão tem por objeto a contratação de serviços de seguro por 12 meses dos seguintes veículos: 02 (dois) TOYOTA COROLLA SEDAN, XEI, 2.0, FLEX, AUT, 4 PORTAS, ANO MODELO 2016; 01 (um) HYUNDAI – TUCSON, GLS, 2.0, 16 V, ANO MODELO 2012; 01 (um) TOYOTA – HILUX, SW4, SRV 4X4, 3.0 AT, ANO MODELO 2014, todos pertencentes a frota da Câmara Municipal de Palhoça. Os veículos estão sujeitos a acidentes que podem causar danos ao patrimônio da Câmara Municipal de Palhoça e a terceiros, a contratação do seguro proporciona segurança no caso de envolvimento dos veículos em sinistros, possibilitando maior facilidade na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer. A vigência do contrato de cada veículo vai contar a partir da data de sua assinatura.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1 A licitação tem como objeto contratação dos serviços de seguro dos seguintes veículos: 02 (dois) TOYOTA COROLLA SEDAN, XEI, 2.0, FLEX, AUT, 4 PORTAS, ANO MODELO 2016; 01 (um) HYUNDAI – TUCSON, GLS, 2.0, 16 V, ANO MODELO 2012; 01 (um) TOYOTA – HILUX, SW4, SRV 4X4, 3.0 AT, ANO MODELO 2014, todos pertencentes a frota da Câmara Municipal de Palhoça, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, contra terceiros e assistência 24 horas, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório, pelo período de 12 (doze) meses, conforme relação abaixo.

3. DADOS DOS VEÍCULOS

	VEÍCULO	ANO	MODELO	PLACA	RENAVAM	BONUS
1	HILUX SW 4 SRV D4 4X4 3.0 TDI	2013	2014	MLI 0942	993038905	0
2	COROLLA XEI 2.0 FLEX 16 V AUT	2015	2016	QHD 3016	1059694660	0
3	COROLLA XEI 2.0 FLEX 16 V AUT	2015	2016	QHD 2986	1059693213	0
4	TUCSON 2.0 16V AUT (GAS)	2011	2012	MIJ 2092	309959381	0

4. DA COBERTURA E ASSISTÊNCIA

4.1 O seguro deve ser realizado de acordo com o valor determinado, na modalidade "Frota".

4.2 O tipo de cobertura será Total e/ou abrangente.

4.3 A importância segurada para cada veículo será determinada pelo valor de mercado constante da tabela FIPE, observado o tipo de franquia.

4.4 Carro reserva por até 30(trinta) dias.

4.5 Assistência completa 24h.

4.6 Cobertura dos vidros completa.

4.7 As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

a) RCF/DMT(Danos Materiais a terceiros) - R\$ 200.000,00 (Por Veículo);

b) RCF/DPT (Danos Pessoais a Terceiros) - R\$ 400.000,00 (Por Veículo);

c) APP/MORTE (acidentes Pessoais Passageiros) - R\$ 10.000,00 (por Ocupante);

d) APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros) - R\$ 10.000,00(por Ocupante);

e) Danos Morais – R\$ 60.000,00

f) Cobertura de Casco – 100% do valor de mercado – Tabela FIPE.

g) Limite máximo por franquia: Item 1 (veículo Hilux) até o valor de R\$ 6.424,71 (seis mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos); Veículos itens 2 e 3 (Corolla) até o valor de R\$ 4.312,68 (quatro mil trezentos e doze reais e sessenta e oito centavos) por veículo e item 4 (Tucson) até o valor de R\$ 2.768,74 (dois mil setecentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

g.1) Os limites estipulados para franquia na alínea "g" serão requisitos exigidos pela Comissão de Licitação para aceitação das propostas. Caso a proposta não respeite os limites estipulados para franquia deverá ser DESCLASSIFICADA do presente certame.

4. PARÂMETROS MÍNIMOS DA COBERTURA, o seguro deverá cobrir também os itens abaixo relacionados:

a) colisão, incêndio, furto e roubo;

b) abaloamento;

c) capotagem;

- d) queda de precipícios e de pontes;
- e) queda accidental sobre o veículo de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado;
- f) granizo;
- g) furacão;
- h) terremoto;
- i) submersão total ou parcial;
- j) prestação de serviços de socorro ou salvamento decorrente de um dos riscos cobertos;
- l) cobertura de vidros e retrovisores;
- m) prestar assistência completa em 24 horas para veículos, passageiros e motoristas.

5. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO.

A presente contratação deverá atender aos requisitos especificados neste Termo de Referência, objetivando dar cobertura a eventuais prejuízos causados por eventos estabelecidos como parâmetro da cobertura, bem como, garantir ao Contratante Segurado 100% (cem por cento) de indenização ou reembolso de indenizações que for obrigado a pagar, por danos involuntários pessoais e/ou materiais, causados em seu próprio veículo, a terceiros transportados, terceiros não transportados, bem como demais situações causadas pelos veículos segurados, decorrentes de risco aberto.

6. ESPECIFICAÇÃO DAS COBERTURAS

Colisão, Incêndio e Roubo – Danos causados no próprio veículo.

Casco e demais superfícies;

Vidros e retrovisores.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V.

Danos Pessoais/Corporais (DC);

a) Morte;

b) Invalidez Permanente e Parcial;

c) Demais coberturas oferecidas aos usuários de seguros;

Danos Materiais (DM)

Acidentes Pessoais Passageiros – APP.

a) Morte;

b) Invalidez Permanente e Parcial;

c) Demais coberturas oferecidas aos usuários de seguros.

7. OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DA CONTRATADA

7.1 Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

7.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

7.3 Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;

7.4 Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

7.5 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

7.6 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

Palhoça, 12 de junho de 2018.

FÁBIO COELHO

Presidente

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preços

A

Câmara Municipal de Palhoça.

Ref.: Pregão Presencial Nº ___/2018.

Dados Cadastrais da Empresa:

Razão social: CNPJ:

Endereço: CEP:

Fone: Fax: e-mail:

Nome do Banco: Agência nº:

Nome da Agência: Conta Corrente Nº:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	DANOS MATE- RIAS R\$	DANOS PES- SOAIS R\$	MORTE Por Pessoa R\$	INVAL. Por pes- soa R\$	FRANQUIA Máxima R\$	Valor Unitário R\$
------	--------	-------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	-------------------------------	---------------------------	--------------------

01	01	Serviço de seguro cobertura por 12 meses para veículo da marca HILUX SW 4 SRV D4 4X4 3.0 TDI, ano 2013/modelo 2014.	200.000	400.000	10.000	10.000	6.424,71	R\$
02	01	Serviço de seguro cobertura por 12 meses para veículo da marca Toyota Corolla, sedan XEI 2.0, Flex, Aut, 4P; ano 2015/modelo 2016.	200.000	400.000	10.000	10.000	4.312,68	R\$
03	01	Serviço de seguro cobertura por 12 meses para o veículo da marca Toyota Corolla, sedan XEI 2.0, Flex, Aut, 4P; ano 2015/modelo 2016.	200.000	400.000	10.000	10.000	4.312,68	R\$
04	01	Serviço de seguro cobertura por 12 meses para o veículo da marca TUCSON 2.0 16V AUT (GAS), ano 2011/modelo 2012.	200.000	400.000	10.000	10.000	2.768,74	R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (item 1+ item 2 + item 3 + item 4)

R\$ _____, _____ (.....).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega:

Garantia total:

Prazo de entrega dos seguros

Declaramos para os devidos fins, que consideramos, na formulação dos custos da proposta de preços as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto.

Dados do Representante Legal para fins de apresentação da proposta e assinatura dos atos.

Nome:,

CPF:; RG:,

Estado civil:, Cargo/Função:,

Telefone:, e-mail

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2018.

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Nome do licitante), CNPJ-MF ou CIC nº, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2018.

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2018
MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Proponente) (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante a Câmara Municipal de Palhoça/SC, no que se referir ao PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (1) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (2) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

....., de de 2018.

(Assinatura(s) do(s) outorgante(s), com poderes para este fim, conforme Contrato Social da proponente)

(A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para comprovação da validade da mesma).

Obs:

Os termos acima são meramente ilustrativos, podendo ocorrer acréscimos ou supressões de poderes à critério da pessoa jurídica.

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2018.

MINUTA DO CONTRATO N.º ____/2018 – REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SEGURO COMPLETO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua: Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Pagani - Palhoça, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Senhor Fábio Coelho, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa, com sede na Rua, CEP 0000-000, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por sua representante legal senhor, Diretor Administrativo Financeiro, RG.SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº ____/2018, Pregão Presencial nº ____/2018, homologado em 00/00/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 9.032/95, 9.648/98, 9.854/99 e 10.520/02, ao edital antes citado, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A licitação tem como objeto contratação de serviços de seguro dos seguintes veículos: 02 (dois) TOYOTA COROLLA SEDAN, XEI, 2.0, FLEX, AUT, 4 PORTAS, ANO MODELO 2016; 01 (um) HYUNDAI – TUCSON, GLS, 2.0, 16 V, ANO MODELO 2012; 01 (um) TOYOTA – HILUX, SW4, SRV 4X4, 3.0 AT, ANO MODELO 2014, todos pertencentes a frota da Câmara Municipal de Palhoça, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, contra terceiros e assistência 24 horas, conforme discriminado no anexo I, parte integrante deste edital convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado em cota única, por meio de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 10 (trinta) dias após o aceite na nota fiscal, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Responsável do departamento de Informática, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

2.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

2.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

2.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carreada aos autos, sem necessidade de comunicar à contratada;

2.5. As notas fiscais serão emitidas à razão de uma para cada Autorização de Fornecimento;

2.6. A vigência do contrato de cada veículo vai contar a partir da data de sua assinatura.

2.7. A fatura/nota fiscal deverá ser emitida no início de cada mês, em nome da Câmara Municipal de Palhoça, inscrito no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante negociação prévia entre as partes, observados os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 01 (um) ano, considerando-se como índice inicial o da data da apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação da Tabela FIPE.

3.2 - Incumbirá a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reajustamento a ser aprovado pela Contratante, juntando-se memorial de cálculo do reajustamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este contrato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Emissão da Apólice que será em ____/____/2018, para o veículo Toyota Hilux, SW4. SRV, 4X4, 3.0 AT, ano 2013/modelo 2014; Placa: _____; chassi _____; combustível diesel; Renavam _____; podendo ser prorrogado, mediante a emissão de termo aditivo, conforme estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2 – Este contrato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Emissão da Apólice que será em ____/____/2018, para o veículo Toyota Corolla Sedan, XEI 2.0, ano 2015/modelo 2016; Placa: _____; chassi _____; combustível flex; Renavam _____; podendo ser prorrogado, mediante a emissão de termo aditivo, conforme estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.3 - Este contrato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Emissão da Apólice que será em ____/____/2018, para o veículo Toyota Corolla Sedan; XEI 2.0, ano 2015/modelo 2016; Placa: _____; chassi _____; combustível flex; Renavam _____; podendo ser prorrogado, mediante a emissão de termo aditivo, conforme estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.4 - Este contrato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Emissão da Apólice que será em ____/____/2018, para o veículo Tucson, 2.0, 16V, automático, ano 2011/modelo 2012; Placa: _____; chassi _____; combustível gasolina; Renavam _____; podendo ser prorrogado, mediante a emissão de termo aditivo, conforme estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.5 – Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente;

4.6 – Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

5.1.1. Provisoriamente, imediatamente após, efetuada a instalação, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

5.1.2. Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis.

5.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.3. O serviço executado em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório seus anexos e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de execução.

CLÁUSULA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

6.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelo elemento:

3.3.90.39.69.00.00.00 (Seguros em Geral).

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Iniciar, após o recebimento de autorização da Contratante através de Ordem de Serviço, a prestação dos serviços no respectivo local relacionado, com fornecimento de todos os serviços, no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço conforme o estabelecido;

7.2 - Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações e prazos estabelecidos, constantes da proposta e instruções do instrumento convocatório e seus anexos;

7.3 - Selecionar e treinar rigorosamente seus empregados, utilizando profissionais com idade não inferior a 18 anos, ficando a Contratada, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante à Contratante e terceiros pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções;

7.4 - Realizar às suas expensas, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e/ou reciclagem dos empregados disponibilizados à Contratante, visando manter o nível dos serviços contratados;

7.5 - Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

7.6 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

7.7 - Arcar exclusivamente com todos os custos relativos à realização completa do serviço contratado, encarregando-se do respectivo custo de todos os equipamentos, da mão-de-obra e dos demais insumos necessários ao cumprimento do contrato;

7.8 - Comunicar, na evidência de evento que implique possível risco ao patrimônio dos locais onde os serviços são prestados, o Órgão de Segurança Pública competente, o responsável pela Câmara Municipal, além de outros telefones que venham a ser informados pela Fiscalização do Contrato;

7.9 - Prestar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga prontamente atender, designando um representante ou preposto com poderes para tratar com a Contratante;

7.10 - Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a Contratante por qualquer dano ou prejuízo decorrente desses defeitos, erros, falhas, omissões ou irregularidades. Na hipótese de verificação de furtos ou roubos, a Contratada ficará obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da conclusão da apuração de sua responsabilidade, que se fará em processo específico. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Administração reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês ou promover a rescisão do contrato com base no art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do débito;

7.11 - O valor do dano causado guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem;

7.12 - Indicar preposto e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização do Contrato;

7.13 - Assumir todas as responsabilidades legais, danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da Contratada, seja por atos de seus funcionários ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito da Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim;

7.14 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da Contratante em seu acompanhamento;

7.15 - Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos servidores e usuários;

7.16 - Sugerir à Fiscalização do Contrato eventuais alterações nos pontos de instalação dos sensores e, caso aceitas, proceder à alteração;

7.17 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.18 - Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade da Contratante, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito;

7.19 - Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração;

7.20 - Fornecer número telefônico fixo e móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;

7.21 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Indicar o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

8.2 - Exercer a fiscalização dos serviços pelo servidor designado pelo autoridade competente como responsável pelo Setor de Frotas da CMP, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

8.3 - Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

8.4 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

8.5 - Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;

8.6 - Efetuar os pagamentos devidos;

8.7 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;

8.8 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

8.9 - Determinar o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;

CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO

9.1 - O valor total (global) deste contrato é de R\$ _____, ____ (..... reais), para 12 meses, havendo prorrogação contratual, no termo aditivo deve constar os valores referentes ao ano correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;

c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único – Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vincendas.

- c) Advertência por escrito;
- d) Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA

13.1 - Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº10/2018, termo de referência e proposta da contratada, bem como as demais disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações. Os casos omissos serão resolvidos por ato da atual Comissão de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Palhoça, de de 2018.

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça Diretor Administrativo Financeiro
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS: 01 - _____ CPF:
02 - _____ CPF:

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Fora do envelope

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº _____ a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)
....., CNPJ, sediada na Rua
....., nº, declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº123, de 14.12.2006.

Local e Data

Nome e identificação do declarante

Obs: A presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2018

(MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS)

Declaramos, para o fim especial de participação de licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 12/2018, sob as penas da lei, que a empresa _____, CNPJ nº _____, tem pleno conhecimento do objeto vinculado ao PREGÃO nº 12/2018, tomando conhecimento das dificuldades que o objeto da referida licitação oferece para a perfeita execução dos serviços licitados, passando a reunir todos os elementos e informações necessárias a perfeita e completa apresentação de propostas de preços de conformidade como o Termo de Referência constante do Anexo I do mencionado Edital de Licitação.

Palhoça, ____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 033/2018 CONVOCA CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2016 - OPERADOR DE MÁQUINAS ANDRE DA SILVA

Publicação Nº 1651774

Decreto 033/2018 de 08 de Junho de 2018.

Convoca classificados no Concurso Público nº 001/2016, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta,

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado classificado no Concurso Público 001/2016, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária de 40 horas semanais.

1- André da Silva – Operador de Máquinas CAT. C

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 08 de Junho de 2018.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

DECRETO 034/2018 INSTITUI TURNO ÚNICO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE PALMA SOLA NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018

Publicação Nº 1651776

Decreto 034/2018, de 12 de Junho de 2018

Instituí Turno Único no Serviço Público Municipal e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos VI, XXV e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso XIV, do art. 7º, mais o § 3º, do art. 39, da Constituição Federal.

Decreta:

Art. 1º. O Expediente das unidades administrativas e o atendimento ao público externo do Poder Executivo de Palma Sola, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2018, serão os seguintes:

- I. Das 12h às 18 h, quando a partida tiver início às 9h;
- II. Das 08 h às 10h e das 14h às 18 h, quando a partida tiver início as 11h;
- III. Das 7h às 13 h, quando a partida tiver início às 15 h

Parágrafo único. O turno único instituído no artigo 1º deste Decreto se dá por ocasião de realização de Competição Esportiva da Seleção Brasileira, na Copa do Mundo.

Art. 2º - O turno único se aplica exclusivamente às atividades administrativas, não se aplicando às atividades de Educação e Ensino e do Conselho Tutelar, que manterão seu funcionamento nos moldes atuais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo do disposto no Art.1º.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de junho de 2018
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0118 NOMEAÇÃO ELLEN MARA PAIVA MACEDO

Publicação Nº 1651667

PORTARIA Nº 0118/2018

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 11/06/2018 a Sra. HELLEN MARA PAIVA MACEDO, brasileira, inscrita no CPF de nº 023.969.851-75, no Cargo de FARMACEUTICA, ACT de acordo com o processo seletivo de nº 001/2018, lotada na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 hrs semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 11 de junho de 2018.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 12 de Junho de 2018.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 17/2018 SAÚDE

Publicação N° 1650703

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2018

PROCESSO N.º 17/2018

OBJETO: prestação de serviços especializados para conserto do mecanismo do limpador de para-brisa e do sistema de climatização (ar condicionado) do veículo Citroën/Jumper Mini ônibus, placa MMA3886.

CONTRATADO: LUCINEI FAITA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.475.591/0001-89.

VALOR TOTAL: R\$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/06/2018.

Palmitos, 12 de Junho de 2018 Adriane Terezinha Erkmann Augustin– Gestora do Fundo.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 029/2018 FRANCIELE CRISTINE LAMIN

Publicação Nº 1651429

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ata Nº 029 /2018

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de aparelhos de ar condicionado, eletroeletrônicos, materiais permanentes, equipamentos de informática e seus componentes, para atender as necessidades dos departamentos das Secretarias Municipais. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: FRANCIELE CRISTINE LAMIN. Valor de R\$ 10.005,00 (dez mil e cinco reais). Papanduva, 15 de Maio de 2018. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA 24/2018 KLEBER MACHADO

Publicação Nº 1650673

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ata Nº 024/2018

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de aparelhos de ar condicionado, eletroeletrônicos, materiais permanentes, equipamentos de informática e seus componentes, para atender as necessidades dos departamentos das Secretarias Municipais. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: KLEBER MACHADO & CIA LTDA – ME. Valor de R\$ 32.260,00 (trinta e dois mil e duzentos e sessenta reais). Papanduva, 15 de Maio de 2018. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE PREGÃO 048/2018 LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

Publicação Nº 1650796

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018

Objeto: Locação de impressoras a laser com fornecimento de suprimentos e manutenção, exceto papel, para as diversas secretarias. Entrega dos envelopes: 04 de Julho de 2018 às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 12 de Junho de 2018. JOÃO JAIME IANSKOSKI-PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

Paraíso

CÂMARA MUNICIPAL

034/2018

Publicação Nº 1651718

PORTARIA Nº 034/2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Repouso à Gestante (Licença-Maternidade) à servidora e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONINHO LEÃO, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e ainda de acordo com o artigo 149 da Lei Municipal Nº 255/97, de 03 de fevereiro de 1997 e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal do poder legislativo DIANA KUNRATH, matrícula nº 52, inscrita no CPF sob nº 065.559.819-70, a qual ocupa o cargo DE SECRETÁRIA EXECUTIVA da Câmara de Vereadores, Licença Maternidade, por 180 (cento e oitenta) dias, para atender as exigências do artigo 149 da Lei nº 255/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paraíso e Lei 1189/2010, que dispõe sobre a prorrogação da licença maternidade, a contar a partir do dia 11/06/2018 a 07/12/2018, em razão do nascimento do seu filho Enzo Kunrath do Prado, conforme certidão de nascimento anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Paraíso-SC, 11 de junho de 2018.

ANTONINHO LEÃO

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO – SC

035/2018

Publicação Nº 1651723

PORTARIA Nº 035/2018

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, DURANTE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA, PELA COPA DO MUNDO DE 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Leão, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente da Câmara Municipal de Paraíso, nos dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2018, como segue:

- 22 de junho (sexta-feira) - das 13h30min às 17h00

- 27 de junho (quarta-feira) - das 8h00 às 12h00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Salão Nobre Vereador Pedro Lermem Paraíso (SC), 11 de junho de 2018.

Antoninho Leão

Presidente da Câmara de Vereadores de Paraíso – SC

036/2018

Publicação Nº 1651727

PORTARIA Nº 036/2018

Concede Licença prêmio ao servidor público Volnei Paulo Bortoncello.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paraíso - SC, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Câmara, Art. 43, XXXVI, alínea a.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, ao servidor Volnei Paulo Bortoncello, CPF 034.304.009-37, matricula 031/2013, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2013 à 01/01/2018, a partir do dia 14 de junho de 2018, conforme requerimento protocolado no dia 07 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Paraíso - SC, em 11 de junho de 2018

Antoninho Leão

Presidente da Câmara de Vereadores de Paraíso -SC

037/2018

Publicação Nº 1651729

Portaria nº 037/2018

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e da outras providencias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, estado de Santa Catarina, S.r. ANTONINHO LEÃO, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Parlamentar nº 008/2008 de 30 de dezembro de 2008, art. 43, inciso XXXVI do regimento Interno da Câmara Municipal, e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art.1º NOMEAR a Sr.ª GABRIELLA THAINÁ KONZEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 070.724.839-69, em conformidade com a Lei Complementar nº 008/2008, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA GERAL DO PODER LEGISLATIVO, com lotação na Câmara Municipal, com carga horária, atribuições e vantagens definidas em Lei, pelo período de 12 de junho de 2018 a 07 de dezembro de 2018, conforme portaria de licença-maternidade nº 034/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão à conta do orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art. 3º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO-SC, EM 12 DE JUNHO DE 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara de Vereadores de Paraíso –SC

Passos Maia**PREFEITURA****046-2018 RECURSO FEDERAL DE 12-06-2018**

Publicação Nº 1651705

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 28.652,75 (Vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais de setenta e cinco centavos)

Destinação: IGD Bolsa Família

Data de liberação: 12/06/2018

Passos Maia – SC, 12 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 807/2018**

Publicação Nº 1650699

LEI Nº 807/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI Nº 002, DE 18 DE MAIO DE 2018.)

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL N.º 555/2007, DE 27/12/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GENI MANTOVANI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 12, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 5º da Lei Municipal n. 555/2007, de 27 de dezembro de 2007, que cria o Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social – FHIS, passa a vigorar com a seguinte a redação:

“Art. 5º. O Conselho-Gestor é órgão de caráter consultivo e deliberativo, e será composto por representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades sociais:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;

II – Um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

III – Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

IV – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – Um representante dos Servidores Públicos Municipais;

VI – Um representante da ACIP/CDL;

VII – Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passos Maia;

VIII – Um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n. 562, de 30 de abril de 2008.

Passos Maia – SC, 11 de junho de 2018.

GENI MANTOVANI

PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

LEI Nº 808/2018

Publicação Nº 1650700

LEI Nº 808/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI Nº 003, DE 24 DE MAIO DE 2018.)

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GENI MANTOVANI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c Art. 12, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o município de Passos Maia – SC, a efetuar transferência financeira no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, até o mês de julho do ano do ano de 2018.

Art. 2º O valor acima nominado servirá como auxílio para que a AMAI adquira um veículo zero quilometro.
Parágrafo único. A AMAI deverá lançar procedimento licitatório para a aquisição do veículo.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Passos Maia – SC, 11 de junho de 2018.

GENI MANTOVANI
PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

Paulo Lopes**PREFEITURA****LEI Nº 1762/2018**

Publicação Nº 1651905

LEI Nº 1762/2018

Institui denominação de Travessa Manoel Flor, no Bairro Penha.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 12/2018 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Travessa Manoel Flor, trecho compreendido com início na marginal da BR-101, lado direito da via, sentido norte/sul, paralelo a Rua Geracimo de Assis, no Bairro Penha. Trata-se de uma Travessa sem saída.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária de Administração

LEI Nº 1763/2018

Publicação Nº 1651906

LEI Nº 1763/2018

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL CONDES/PL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de PAULO LOPES, Estado de Santa Catarina, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável atuando como órgão consultivo e deliberativo, tendo como objetivo, no âmbito de sua competência, deliberar sobre ações e programas de âmbito geral, relativos ao Desenvolvimento Econômico Sustentável do Município de Paulo Lopes.

Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável – CONDES/PL compor-se-á de membros da sociedade organizada e do Poder público municipal, com vínculo e interesse no Desenvolvimento Econômico Sustentável do Município, especialmente da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços.

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável – CONDES/PL será composto por representante e suplente de cada um dos seguintes órgãos ou entidades, empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de Portaria, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

IV - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores, não ocupante de mandato;

V - 01 (um) representante da ACIAPLO - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PAULO LOPES;

VI - 01 (um) representante da CERPALO - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES, exigindo-se como condição básica para ocupar tal encargo, que o indicado pela cooperativa tenha residência fixa e domicílio eleitoral neste Município;

VII - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Lopes;

VIII - 01 (um) representante da Associação Comunitária EBENEZER;

§1º A entidade de sociedade civil será indicada pelo Chefe do Poder Executivo e aprovada por maioria de votos entre os Vereadores, levando em consideração trabalho social efetivo abrangendo o território municipal;

§2º O membro representante da Câmara de Vereadores no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável será eleito pela maioria absoluta dos votos do plenário desta Casa.

Art. 4º É de competência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - CONDES/PL

I – Acompanhar os projetos municipais de desenvolvimento econômico, sempre visando o fomento do Município;

II – Sugerir práticas de Políticas Públicas, sempre almejando o Desenvolvimento Econômico Sustentável Municipal;
III – Opinar, mediante parecer, sobre a concessão de incentivos fiscais e/ou econômicos previstos em Lei;

Art. 5º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável – CONDES/PL será presidido por um representante eleito entre os seus membros.

Art. 6º As decisões sobre as matérias de competência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes na sessão, desde que presente no mínimo a maioria simples.

Art. 7º Serão definidos pelo Regime Interno, que deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho no prazo de até 180 dias da publicação desta Lei e aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo:

I – a forma de funcionamento do Conselho;
II – O horário e a periodicidade das Sessões;
III – O local de funcionamento.

Art. 8º A função de Conselheiro Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável não receberá qualquer tipo de remuneração ou verba indenizatória.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária de Administração

161/2018

Publicação Nº 1650992

PORTARIA Nº 161/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011, e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando Comunicado Interno 37/2018 de 08 de junho de 2018 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO para ocupar o Cargo de Provimento Temporário de Motorista junto a Secretaria Municipal de Educação, Thiago dos Passos Pereira, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 051.509.689-00, matrícula nº 11499, classificado em sétimo lugar no Processo Seletivo nº 01/2018, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12/06/2018 com término previsto para o último dia letivo em 2018.

Art. 2º - O servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 12 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 13 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1761/2018

Publicação Nº 1651904

LEI Nº 1761/2018

AUTORIZA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS PARA COM O FGTS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de PAULO LOPES, Estado de Santa Catarina, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a parcelar junto à Caixa Econômica Federal a importância de R\$ 298.764,34 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), acrescida de atualização monetária, juros e multa, conforme cópia anexa e inseparável desta Lei da NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DO FUNDO E GARANTIA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, NÚMERO 201.072.785, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de 22 de janeiro de 2018, relativa ao período de 01/2013 a 11/2017.

Art. 2º O parcelamento será em 60 (sessenta) meses, no mínimo.

Art. 3º Fica ainda, o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder como garantia as quotas de FPM, bem como a autorização do débito em Conta Corrente do valor das parcelas, obrigando o Município a cumprir as cláusulas contratuais de parcelamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária de Administração

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR 9º

Publicação Nº 1651800

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

EDITAL Nº 003/2015 – COMCAD PENHA
CONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos está convocando o candidato eleito para o Conselho Tutelar de Penha – GESTÃO 2016-2019 – para entrega dos documentos para posse até o dia 15/06/2018.

MARI NEUSA DA SILVA STEINHOFF

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

Penha/SC, 12 de junho de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da AdministraçãoANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2018.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Assinatura

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018 - PMP

Publicação Nº 1651854

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futuro fornecimento de materiais e equipamentos para a implantação de ponto eletrônico nas Secretarias, Fundos e Fundação do Município de Penha, conforme solicitações anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 26/06/2018 às 09:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 12 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1066/2018

Publicação Nº 1650704

PORTARIA N.º 1066/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CHEILA CATIANE GONÇALVES SEVERINO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 04/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 531/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de maio de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1067/2018

Publicação N° 1650705

PORTARIA N.º 1067/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 174/2018 PMP, onde era contratado o Sr. CARLOS HENRIQUE FUHR, na função de Professor Habilitado de Educação Física, a contar de 28/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 338/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1068/2018

Publicação N° 1650706

PORTARIA N.º 1068/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 175/2018 PMP, onde era contratado o Sr. CARLOS HENRIQUE FUHR, na função de Professor Habilitado de Educação Física, a contar de 28/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 339/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1069/2018

Publicação N° 1650707

PORTARIA N.º 1069/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 506/2018 PMP, onde era contratada a Sra. DANIELE FERANDA WRUBLESKI, na função de Servente/Merendeira, a contar de 04/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 983/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1070/2018

Publicação N° 1650708

PORTARIA N.º 1070/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, o Contrato nº 50/2018 FMS, onde era contratada a Sra. GIZELI DE SOUZA, na função de Agente Comunitário de Saúde, a contar de 04/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 602/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1071/2018

Publicação N° 1650709

PORTARIA N.º 1071/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LILIAN REGINA DIAS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 04/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 532/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1072/2018

Publicação Nº 1650710

PORTARIA N.º 1072/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. RENATO PEREIRA LIMA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 04/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 533/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 1073/2018

Publicação Nº 1650711

PORTARIA N.º 1073/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. MAIKON RODRIGUES DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 04/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 534/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 1074/2018

Publicação Nº 1650712

PORTARIA N.º 1074/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1275/2017, que designava a funcionária efetiva ELIZA MAURINA COELHO, matrícula 9303, ocupante do cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, para responder por atribuição específica – Responsável Técnico pelo laboratório de radiologia da Rede de Saúde Pública Municipal, recebendo um adicional de função no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1075/2018

Publicação N° 1650713

PORTARIA N.º 1075/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 236/2018 PMP, onde era contratada a Sra. SABRINA DEITOS DA SILVA, na função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, a contar de 04/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 453/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1076/2018

Publicação N° 1650714

PORTARIA N.º 1076/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 237/2018 PMP, onde era contratada a Sra. SABRINA DEITOS DA SILVA, na função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, a contar de 04/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 454/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1077/2018

Publicação N° 1650715

PORTARIA N.º 1077/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 494/2018 PMP, onde era contratado o Sr. ALDO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR, na função de Professor Não Habilitado de Matemática, a contar de 04/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 952/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1078/2018

Publicação N° 1650717

PORTARIA N.º 1078/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. ALYSSON VINICIUS VEIGA BECKERT, com efeito a partir de 06/06/2018 a 05/06/2019, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 85/2018 ao Contrato nº 112/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1079/2018

Publicação N° 1650719

PORTARIA N.º 1079/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. VERONICA CHRISTINE DE PAIVA SILVA, com efeito a partir de 15/06/2018 a 14/06/2019, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 85/2018 ao Contrato nº 45/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1080/2018

Publicação N° 1650720

PORTARIA N.º 1080/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. MATEUS DE MARCO, com efeito a partir de 15/06/2018 a 14/06/2019, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 87/2018 ao Contrato nº 58/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1081/2018

Publicação N° 1650721

PORTARIA N.º 1081/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JOSIANE MARTINS DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 06/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 535/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 05 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1082/2018

Publicação N° 1650723

PORTARIA N.º 1082/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, os servidores abaixo nominados, para dirigir os veículos oficiais pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Turismo,

do Município de Penha:

- ARNALDO DIAS – Matrícula 9483 - CNH nº 02910565565 – Validade 13/08/2018;
- EDUARDO JOÃO DE SOUZA – Matrícula 9560 - CNH nº 04764925025 – Validade 17/12/2018;
- LAERCIO JOAQUIM FLORIANO JUNIOR – Matrícula 9488 - CNH nº 03559557510 – Validade 11/06/2022;
- MAX RIESEMBERG BASTOS – Matrícula 9539 - CNH nº 02328625410 – Validade 09/07/2022.

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguardo de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 05 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1083/2018

Publicação N° 1650726

PORTARIA N.º 1083/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. VANESSA ANDREA DA SILVA para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 06 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1084/2018

Publicação N° 1650727

PORTARIA N.º 1084/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o Sr. EDUARDO MAURO VICENTE, como membro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 06 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1085/2018

Publicação Nº 1650728

PORTARIA N.º 1085/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELIANE DOS SANTOS CELESTINO, para exercer a função de Professor Não Habilitado de Educação Especial, no período de 07/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 536/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1086/2018

Publicação Nº 1650730

PORTARIA N.º 1086/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a funcionária ANNA KAROLINE FOSSA do cargo efetivo de Enfermeira, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 184/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1087/2018

Publicação Nº 1650731

PORTARIA N.º 1087/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, o Termo de Compromisso de Estágio nº 07/2017 PMP, onde era contratado o Sr. LEONARDO COUSO SANTOS, na função de Estagiário, a contar 01/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 731/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1088/2018

Publicação Nº 1650732

PORTARIA N.º 1088/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. BRENDA MACHADO, para exercer a função de Técnica em Enfermagem, no período de 07/06/2018 a 06/06/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 88/2018 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1089/2018

Publicação Nº 1650736

PORTARIA N.º 1089/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JANE AYARDES MAYRINK, para exercer a função de Enfermeira, no período de 08/06/2018 a 07/06/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 89/2018 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1090/2018

Publicação Nº 1650740

PORTARIA N.º 1090/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. FLAVIA CRISTINA DOS SANTOS AQUINO ALVES, para exercer a função de Servente/Merendeira, no período de 08/06/2018 a 08/11/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 537/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1091/2018

Publicação Nº 1650742

PORTARIA N.º 1091/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, a servidora abaixo nominada, para dirigir o veículo Gol 2017, Placa QIP 7615:

- REGIANE STUPP- CNH nº 01138331100 – VALIDADE 01/05/2021.

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguarda de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1092/2018

Publicação Nº 1650745

PORTARIA N.º 1092/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. BARBARA JUMA LUGOGO do cargo em comissão COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 625/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1093/2018

Publicação Nº 1650746

PORTARIA N.º 1093/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. BARBARA JUMA LUGOGO para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA ADMINISTRATIVA, da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1094/2018

Publicação Nº 1650747

PORTARIA N.º 1094/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 272/2018 PMP, onde era contratada a Sra. DANIELA COELHO FERREIRA DA ROSA, na função de Professor Habilitado de Anos iniciais, a contar de 11/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 512/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1095/2018

Publicação N° 1650750

PORTARIA N.º 1095/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. ANDRIELI SEVERINO CORDEIRO do cargo em comissão de COORDENADORA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 18/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1096/2018

Publicação N° 1650751

PORTARIA N.º 1096/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. ANDRIELI SEVERINO CORDEIRO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA N° 1097/2018

Publicação N° 1650753

PORTARIA N.º 1097/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 385/2018 PMP, onde era contratada a Sra. DANIELA ISABEL MARCOS, na função de Monitor de educação Infantil, a contar de 11/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 512/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1098/2018

Publicação Nº 1650755

PORTARIA N.º 1098/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. EMYLLY EWYLLYN CORREA DE SOUZA, para exercer a função de Agente Endêmica, no período de 12/06/2018 a 11/06/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 90/2018 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1099/2018

Publicação Nº 1650757

PORTARIA N.º 1099/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o funcionário efetivo ELEANDRO GRANDI, matrícula 10219, ocupante do cargo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, para responder por atribuição específica – responsável pelo Ponto Eletrônico de todas as Secretarias, recebendo um adicional de função no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1100/2018

Publicação Nº 1650759

PORTARIA N.º 1100/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CAMILA CIPRIANA DE BORBA, para exercer a função de Técnica em Enfermagem, no período de 11/06/2018 a 10/06/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 91/2018 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 1101/2018

Publicação Nº 1650761

PORTARIA N.º 1101/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JENIFFER PEREIRA DA SILVA, para exercer a função de Professor Não Habilitado de Educação Especial, no período de 12/06/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 538/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

--	--

RESOLUÇÃO Nº 004/2018 DE 04 DE MAIO 2018. DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA- FIA DE PENHA

Publicação Nº 1651030

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
PENHA/SC

Resolução Nº 004/2018 de 04 de maio 2018.

Dispõe sobre aprovação da aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA de Penha

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012, e considerando a deliberação datada de 04 de maio de 2018, em que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a deliberou em Ata 004 /2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a aplicação do valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA no pagamento de alimentação para peça de teatro que aborda o tema do dia "18 de maio" sobre o "Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças

e Adolescentes”, nos dias 25 e 28/05/2018, Tal ação se refere a alcançar os alunos que frequentam as Escolas da Rede Municipal, de 5º ao 7º ano. Esta ação tem como objetivo precípua, o Combate a violência Sexual e Infantil, orientando e prevenindo esse tipo de violação dos Direitos da Crianças e Adolescentes e também o valor de R\$ 1.000,00 para aquisição de materiais gráficos que vão ser distribuídos e utilizados neste Evento.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 04 de maio de 2018.

Claudio de Souza Limeira

Presidente CMDCA/Penha

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 86/2018

Publicação Nº 1651654

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 49/2018, Chamada Pública nº 02/2018

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 2º quadrimestre de 2018.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2018.

Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE IPIRA – CPAMI

CNPJ nº 07.224.044/0001-44

Valor: R\$ 18.202,60 (Dezoito mil, duzentos e dois reais e sessenta centavos)

Data de Vigência: 05/06/2018 à 31/08/2018.

Município de Peritiba – SC em 05 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 87/2018

Publicação Nº 1651659

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 59/2018, Dispensa de Licitação nº 15/2018

Objeto: Contratação da empresa AUTO PEÇAS MATIOLLO LTDA EPP para fornecimento de peças para manutenção do caminhão Agrale 14000 placas QHD 5744 pertencente a Secretaria Municipal de Agricultura de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2018.

Contratado: AUTO PEÇAS MATIOLLO LTDA EPP

CNPJ nº 10.482.364/0001-09

Valor: R\$ 2.344,60 (Dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)

Data de Vigência: 08/06/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 08 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 88/2018

Publicação Nº 1651662

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 29/2018, Tomada de Preços nº 06/2018

Objeto: Registrar a compensação e aumento de valor para Execução da obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para abertura e fechamento de valas para rede de água no Loteamento Sol Nascente e Elizabeth Hermes II no Bairro Jardim Boa Vista, de acordo com o memorial descritivo, orçamento e projeto básico.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2018.

Contratado: MK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA

CNPJ nº 29.542.122/0001-91

Valor: R\$ 642,30 (Seiscentos e quarenta e dois reais e trinta centavos)

Data de Vigência: 11/06/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 11 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO 371/2018

Publicação Nº 1651035

DECRETO Nº 371, de 12 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE SALDO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 235, de 28 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Departamento de Ensino Fundamental
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Educação Fundamental
RECURSO	5037	Outros Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.011	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	44	

Valor R\$: 100.000,00 (Cem mil reais)

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior por remanejamento serão utilizados os recursos provenientes da redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Departamento de Ensino Fundamental
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5001	Receitas e Transferências de Impostos – Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.011	Manutenção das Atividades da Transporte Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	42	

Valor R\$: 100.000,00 (Cem mil reais)

Art. 3º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o remanejamento de recursos no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 235, de 28 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 12 de Junho de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 023-2018 - PMP EPIS

Publicação Nº 1651895

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2018 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, para atender as necessidades das Secretarias Municipais
(Exclusiva para ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 25/06/2018

Abertura: dia 25/06/2018, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.sc.gov.br ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras02@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras01@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 13 de Junho de 2018.

Wanderlei Borba

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 024-2018 - PMP - MOTONIVELADORA KOMATSU GD555-3

Publicação Nº 1651899

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018 - PMP

Objeto: Contratação de empresa Especializada para Fornecimento de Serviços e Peças (originais ou similares) para manutenção à Máquina Motoniveladora Komatsu GD555-3. (Exclusiva para ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 27/06/2018

Abertura: dia 27/06/2018, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 13 de junho de 2018.

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 033/2018

Publicação Nº 1650675

PREGÃO Nº 063/2018 REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

Aos 18 dias do mês de maio do ano de 2018, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Manoel Marechal Costa e Silva, 111 nesta cidade de Pinheiro Preto, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.954.555/0001-01, com sede na Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº01, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Maurício Anselmo Coelho, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 063/2018 – Registro de Preços, datado de 26/03/2018 e homologado em data de 11 de junho 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme descrição e estimativa de consumo a seguir:

1.1.2– Os itens não poderão ser refinados ou de origem recuperados.

1.1.3- Os itens deverão ser de 1ª linha, novos e fabricados por companhia de petróleo.

1.2– Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos produtos correrão por conta do FORNECEDOR.

1.3– Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma que não sejam danificados durante as operações de transportes e descarga nos locais de entrega.

1.4– Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.5– O FORNECEDOR não poderá subcontratar terceiro para que este execute, em nome da licitante, as obrigações assumidas por essa, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste edital.

1.6– Os produtos deverão obedecer necessariamente às normas de qualidade, estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores competentes.

1.7– O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.8– O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros.

1.9– Os itens cotados deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera.

1.10– Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.11– Os itens a serem entregues deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.12 – Os itens deverão ser homologados por montadora de veículos.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1– Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preço de:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário
01	60 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTORES A DIESEL SAE 15W40 CI-4	R\$ 210,00
05	20 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL5	R\$ 215,00
06	30 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO ISSO 68 EXTREMA PRESSÃO	R\$ 199,00

07	140 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO, SEMISSINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA E FLEX SAE 15W40 API SN	R\$ 15,60
08	30 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO SINTÉTICO SAE 5W30 API-SN PARA MOTORES A GASOLINA E FLEX	R\$ 18,10
10	10 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MTORES A DIESEL SINTÉTICO 85W140 GS 5	R\$ 217,00
11	10 baldes com 20 litros	ÓLEO AXE VERMELHO GL-5	R\$ 270,00
12	08 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MTORES A DIESEL SINTÉTICO 10W40 CI4	R\$ 350,00
14	Embalagem 170 kg	GRAXA A BASE DE SABÃO DELITIO NLGI2	R\$ 2.600,00
15	10 – Embalagem 500ml	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS	R\$ 6,50

2.2- Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.2- A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3- Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6- Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado o FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.10.1- As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69

3.10.2- As Notas Fiscais para o órgão participante deverão ser emitidas conforme constar na Autorização de Fornecimento, em nome do Fundo Municipal de Saúde - FMS, com indicação do CNPJ específico do Fundo sob o nº 10.642.703/0001-77.

3.10.3- As Notas Fiscais para o órgão participante deverão ser emitidas conforme constar na Autorização de Fornecimento, em nome do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com indicação do CNPJ específico do Fundo sob o nº 15.635.811/0001-36

3.11- De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.12- O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nota@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.13- Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária do FORNECEDOR, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1- O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta ata, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais,

prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da ata.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DAS ENTREGAS

5.1- Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2- O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3- Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4- A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5- A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6- O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.6.1 – O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8- Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.9- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela ata.

5.10- O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª - DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018 e a ser consignado no exercício de 2019.

CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I- Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

III- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.7- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente

comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.10- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 9ª – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1– A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 10ª – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto/SC

CLÁUSULA 11ª – DAS PENALIDADES

11.1– Se o FORNECEDOR descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4– Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5– Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6– Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7– As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das

demais cominações legais.

11.8– As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9– Nenhum pagamento será processado à fornecedora penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 12ª – DA RESCISÃO

12.1– O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2– De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3– Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1– A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 111/2018, modalidade Pregão Presencial 063/2018 obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2– O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3– O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14– DA FISCALIZAÇÃO

14.1– A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura: MAURICIO CHELEST, telefone (49) 3562 2000, e-mail: agricultura@pinheiropreto.sc.gov.br

Secretaria de Transportes e Obras: VALDIR ANTONIO NEIS, telefone (49) 3562 2000: email: garagem@pinheiropreto.sc.gov.br

14.2– Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 8.208, de 21 de janeiro de 2005 e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 2.266/09, de 18 de dezembro de 2009 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1– A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2– Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3– O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 17ª – DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das

testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 11 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Testemunhas:

1- _____
Nome: _____ CPF: _____

2- _____
Nome: _____ CPF _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 034/2018

Publicação Nº 1650676

PREGÃO Nº 063/2018 REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018

Aos 18 dias do mês de maio do ano de 2018, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Manoel Marechal Costa e Silva, 111 nesta cidade de Pinheiro Preto, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.259.826/0001-02, com sede na Rua Prefeito Cesar Augusto Filho, nº 603, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Edson Scuciato, doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 063/2018 – Registro de Preços, datado de 26/03/2018 e homologado em data de 11 de junho 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme descrição e estimativa de consumo a seguir:

1.1.2– Os itens não poderão ser refinados ou de origem recuperados.

1.1.3- Os itens deverão ser de 1ª linha, novos e fabricados por companhia de petróleo.

1.2– Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos produtos correrão por conta do FORNECEDOR.

1.3– Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma que não sejam danificados durante as operações de transportes e descarga nos locais de entrega.

1.4– Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.5– O FORNECEDOR não poderá subcontratar terceiro para que este execute, em nome da licitante, as obrigações assumidas por essa, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste edital.

1.6– Os produtos deverão obedecer necessariamente às normas de qualidade, estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores competentes.

1.7– O FORNECEDOR deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.8– O FORNECEDOR deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros.

1.9– Os itens cotados deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera.

1.10– Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.11– Os itens a serem entregues deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.12 – Os itens deverão ser homologados por montadora de veículos.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1– Os produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preço de:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário
02	15 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO 10W30 API GL5 MULTIFUNCIONAL	R\$ 265,00
03	10 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO 10W MINERAL EXTREMA PRESSÃO	R\$ 238,00
04	20 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO HD 46	R\$ 232,00
09	24 frascos com 50 ml	ÓLEO PARA FREIO DOT 4	R\$ 13,40
13	08 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE 80W90 APIGL5	R\$ 256,00
16	40 Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTORES A DIESEL 5W30ELF 100% SINTETICO	R\$ 25,40

2.2– Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1– O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, “a”, da Lei 8.666/93.

3.2– A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3– Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.4– O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.5– Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.6– Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.7– Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.8– Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado o FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

3.9– Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

3.10– A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.10.1– As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69

3.10.2– As Notas Fiscais para o órgão participante deverão ser emitidas conforme constar na Autorização de Fornecimento, em nome do Fundo Municipal de Saúde - FMS, com indicação do CNPJ específico do Fundo sob o nº 10.642.703/0001-77.

3.10.3– As Notas Fiscais para o órgão participante deverão ser emitidas conforme constar na Autorização de Fornecimento, em nome do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com indicação do CNPJ específico do Fundo sob o nº 15.635.811/0001-36

3.11– De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.12– O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nota@pinheiropreto.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.13- Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária do FORNECEDOR, a partir da data final do período de adimplimento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1- O FORNECEDOR ficará obrigado a entregar os itens, objeto desta ata, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2- Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da ata.

4.3- O FORNECEDOR deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DAS ENTREGAS

5.1- Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante, em local a ser definido no momento da solicitação.

5.2- O FORNECEDOR deverá entregar os itens em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras/Licitações do Município.

5.3- Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta do FORNECEDOR, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.4- A não entrega dos itens dentro do prazo dos itens 5.1 e 5.2, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.5- A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.6- O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.6.1 – O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.7- O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8- Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.9- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela ata.

5.10- O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto da ata.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª - DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e o FORNECEDOR terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018 e a ser consignado no exercício de 2019.

CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.2- O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I- Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

III- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.7- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

II- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.10- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 9ª – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 10ª – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto/SC

CLÁUSULA 11ª – DAS PENALIDADES

11.1- Se o FORNECEDOR descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5- Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6- Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude

fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8- As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.9- Nenhum pagamento será processado à fornecedora penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 12ª – DA RESCISÃO

12.1- O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2- De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3- Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1- A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 111/2018, modalidade Pregão Presencial 063/2018 obrigando-se o FORNECEDOR de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2- O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3- O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14- DA FISCALIZAÇÃO

14.1- A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Produtos:

Secretaria de Agricultura: MAURICIO CHELEST, telefone (49) 3562 2000, e-mail: agricultura@pinheiropreto.sc.gov.br

Secretaria de Transportes e Obras: VALDIR ANTONIO NEIS, telefone (49) 3562 2000: email: garagem@pinheiropreto.sc.gov.br

14.2- Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 8.208, de 21 de janeiro de 2005 e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 2.266/09, de 18 de dezembro de 2009 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2- Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3- O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 17ª – DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto, 11 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	FORNECEDORA
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES

Testemunhas:

1- _____
Nome: _____ CPF: _____

2- _____
Nome: _____ CPF: _____

CONTRATO 192

Publicação Nº 1651837

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 192/2018.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 004/2017 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADO: IVAN BONDICZ

CPF n.º 542.796.409-63

Endereço: Rua Octavio Mattana – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado IVAN BONDICZ, denominado contratado, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Desenvolvimento urbano função de "Operário Braçal", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2017, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATADO obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.286,63 (Hum mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratado serão prestados no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

3.2. O contrato vigorará da data de 08 de junho de 2018, até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

O contratado executará as seguintes funções:

Prestar serviços auxiliares, relacionados a obras; efetuar limpeza das dependências internas e externas do órgão, bem como em jardins, garagens e veículos; Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do órgão; Efetuar a limpeza, irrigação e adubação do solo, plantio e colheita de frutas, legumes verduras e flores; Realizar pequenos reparos, compatíveis com seu conhecimento; Auxiliar em todas as atividades para as quais se exige trabalho braçal lotadas na secretaria de transportes e obras, como consertos de calçamentos, abertura de bueiros, etc.; Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares as suas atribuições.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se o CONTRATADO ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades ao CONTRATADO, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 08 de junho de 2018, até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 8 de junho de 2018.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO
IVAN BONDICZ
TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF

CONTRATO ADMINISTRATIVO 193/2018

Publicação Nº 1650926

PREGÃO PRESENCIAL 072/2018
CONTRATO DE FORNECIMENTO 193/2018

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MÓVEIS" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VW COMERCIO ATACADISTA LTDA, autorizado através do Processo n. 124/2018, Licitação n. 072/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA
CNPJ-MF n.º. 10.573.408/0001-06
Endereço: Linha Rio Preto L24, Bairro Interior, Rio Das Antas/SC – CEP: 89550-000
Representada por: Vanderlei Blaskowski

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 072/2018, datado de 21 de maio de 2018, e homologado em data de 11 de junho de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 072/2018, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Aquisição dos seguintes bens na forma que segue:

ITEM	QTDADE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
02	02	Armário em material mdf 15mm, contendo 7 armários individuais com 42cm de largura, dobradiças de pressão 35mm, correições telescópicas, cabideiro metálico, puxador externo de alumínio, pés de alumínio 10cm, todas as portas com chaves e 2 respiros. Tamanho 2,94x2,30x55.	R\$ 3.410,00	R\$ 6.820,00
05	01	Balcão de recepção em mdf 15mm branco em (L), com bancada mais alta e mesa com gavetas, portas de abrir, dobradiças de pressão 35mm, puxador externo de alumínio, nicho aberto, pés de alumínio 10cm.	R\$ 2.050,00	R\$ 2.050,00
07	06	Poltronas do papai reclináveis, tecido em couro.	R\$ 590,00	R\$ 3.540,00
08	10	Colchão solteiro D-33 88x188x17	R\$ 395,00	R\$ 3.950,00
09	01	Mesa para refeitório 240x80 com tampo branco em MDF, 8 bancos flexíveis em ferro e acentos em MDF.	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
VALOR TOTAL:				R\$ 19.460,00

1.2 O prazo de entrega dos móveis deverá ser de no máximo 30 dias contados da ordem de entrega.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo dos móveis, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sexto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2018:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 182 - Defesa Civil
Programa: 4 - Segurança Municipal
Ação: 2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
Despesa 224 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta.

3.2 O contrato terá início da sua assinatura e término em 11/06/2018 até a entrega total da mercadoria.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 072/2018 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 Atuará como gestor dos contratos, o Secretário de Administração. Como fiscal do contrato, atuará o Sargento BM do 3º Grupo de Bombeiros Militar André Petters Zieman.

10.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

10.4- Garantia mínima de 02 anos por defeito de fabricação.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de junho de 2018.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

VW COMERCIO ATACADISTA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 194/2018

Publicação Nº 1650928

PREGÃO PRESENCIAL 072/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO 194/2018

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MÓVEIS" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MOVEIS LUZ LTDA - EPP, autorizado através do Processo n. 124/2018, Licitação n. 072/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MOVEIS LUZ LTDA - EPP
 CNPJ-MF n.º. 18.651.178/0001-68
 Endereço: Avenida Flores da Cunha, nº 4096, Bairro Borghetti, Carazinho/RS – 99.500-000
 Representada por: Patricia de Souza Luz Rohde

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 072/2018, datado de 21 de maio de 2018, e homologado em data de 11 de junho de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 072/2018, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Aquisição dos seguintes bens na forma que segue:

ITEM	QTDADE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Cozinha em material mdf 15mm branco tamponamento das torres de 30 mm, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, puxador externo de alumínio 10cm. Dimensões e referencias conforme figura 1. Nas repartições A, C, F, I, e J deve conter uma prateleira removível, com ajuste de altura. Na repartição D deve conter 2 prateleiras removíveis com ajuste de altura. A repartição E deve conter 1 prateleira removível com ajuste de altura em cada porta, portas basculantes e abertura por pistão a gás. Na repartição G conter suporte para panos. Tampo em granito cinza ocre 4cm roda pia 10cm com 1 cuba em inox e espaço para instalação de fogão a gás 5 bocas sobre a repartição K.	R\$ 5.220,00	R\$ 5.220,00
03	01	Armário em material mdf 15mm, contendo 6 armários individuais com 42cm de largura, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, cabideiro metálico, puxador externo de alumínio, pés de alumínio 10cm, todas as portas com chaves e 2 respiros. Tamanho 2,52x2,30x55.	R\$ 3.030,00	R\$ 3.030,00
04	01	Armário em material mdf 15mm, contendo 2 armários individuais com 42cm de largura, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, cabideiro metálico, puxador externo de alumínio, pés de alumínio 10cm, todas as portas com chaves e 2 respiros. Tamanho 84x2,30x55	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
06	01	Armário em material mdf 15mm branco, armário para pastas e arquivos, dobradiças de pressão 35mm, gavetas para arquivos corrediças telescópicas, puxador externo de alumínio. Nas repartições com medidas de 63 cm devem conter 2 prateleiras removíveis com ajuste de altura.	R\$ 2.225,00	R\$ 2.225,00
VALOR TOTAL:				R\$ 11.500,00

1.2 O prazo de entrega dos móveis deverá ser de no máximo 30 dias contados da ordem de entrega.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo dos móveis, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sexto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2018:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
 Função: 6 - Segurança Pública
 Subfunção: 182 - Defesa Civil
 Programa: 4 - Segurança Municipal
 Ação: 2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
 Despesa 224 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta.

3.2 O contrato terá início da sua assinatura e término em 11/06/2018 até a entrega total da mercadoria.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

5.1.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 072/2018 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;
9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;
9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;
9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.
9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:
9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 Atuará como gestor dos contratos, o Secretário de Administração. Como fiscal do contrato, atuará o Sargento BM do 3º Grupo de Bombeiros Militar André Petters Zieman.

10.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

10.4- Garantia mínima de 02 anos por defeito de fabricação.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de junho de 2018.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MOVEIS LUZ LTDA - EPP

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 195/2018

Publicação Nº 1651223

PREGÃO PRESENCIAL 071/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO 195/2018

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MÓVEIS" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP, autorizado através do Processo n. 122/2018, Licitação n. 071/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

CONTRATADA:

Empresa: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP

CNPJ-MF n.º. 85.248.680/0001-10

Endereço: Avenida XV de Novembro, nº 818, sala 06, centro, Joaçaba/SC – CEP: 89600-000

Representada por: Roberto Tessaro

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 071/2018, datado de 29 de maio de 2018, e homologado em data de 11 de junho de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 071/2018, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Aquisição dos seguintes bens na forma que segue:

ITEM	QTADE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Mesa oval - Mesa de reunião em MDF branco com 04 pés, com medidas de 2,0X1,0X0,745, perfil 180°, 15mm	R\$ 392,35	R\$ 392,35
02	01	Balcão em MDF branco, com medidas de 3,10x0,85 com 6 portas e 4 gavetas	R\$ 1.890,00	R\$ 1.890,00
03	01	Espelho com moldura em MDF 1,70x2,20	R\$ 899,00	R\$ 899,00
04	01	Cantoneira em MDF branco 0,90x0,30x0,30cm com 3 prateleiras para guardar toalhas e materiais	R\$ 95,00	R\$ 95,00
05	03	Prateleiras em MDF branco 0,45x0,25 com ganchos	R\$ 56,00	R\$ 168,00
06	01	Balcão auxiliar em MDF branco 0,50x0,85x0,50	R\$ 330,00	R\$ 330,00
VALOR TOTAL:				R\$ 3.774,35

1.2 O prazo de entrega dos móveis deverá ser de no máximo 15 dias contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo dos móveis, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sexto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2018:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
Despesa 35 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta.

3.2 O contrato terá início da sua assinatura e término da garantia.

PARÁGRAFO ÚNICO: OS BENS DEVERÃO TER GARANTIA MINIMA POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO DE 3 ANOS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 071/2018 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 Atuará como gestor dos contratos, o Secretário de Saúde e Bem Estar Social. Como fiscal do contrato, atuará a servidora Zildete Maria Denardi.

10.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 11 de junho de 2018.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PORTARIA 287

Publicação Nº 1651835

PORTARIA Nº 287, DE 08 DE JUNHO DE 2018.
EXONERA, IVAN BONDICZ DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Operário Braçal.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e no disposto na Lei Complementar Municipal nº 194/2013, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 08 de junho de 2018, IVAN BONDICZ, brasileiro, inscrito no CPF sob nº. 542.796.409-63, da função temporária de Operário Braçal, Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nomeado pela Portaria 249/2017, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de junho de 2018.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de junho de 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 288

Publicação Nº 1651834

PORTARIA Nº 288, DE 08 DE JUNHO DE 2018.
NOMEIA IVAN BONDICZ PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Operário Braçal.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 08 de junho de 2018, IVAN BONDICZ, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 542.796.409-63, para exercer a função em caráter temporário de Operário Braçal, Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de junho de 2018.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de junho de 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA APROVA PROJETO BÁSICO 284/2018

Publicação Nº 1650827

PORTARIA Nº 284, DE 05 DE JUNHO DE 2018

APROVA PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE LOTEAMENTO INDUSTRIAL

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados projeto básico para execução de projeto para instalação de loteamento industrial, na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Planilha de orçamento;

II – ANEXO II: Cronograma Físico Financeiro;

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 291/2018

Publicação Nº 1650672

PORTARIA Nº 291, DE 11 DE JUNHO DE 2018
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 063/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 063/2018, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.954.555/0001-01, para os seguintes itens e respectivos preços

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário
01	60 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTORES A DIESEL SAE 15W40 CI-4	R\$ 210,00
05	20 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL5	R\$ 215,00
06	30 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO ISSO 68 EXTREMA PRESSÃO	R\$ 199,00
07	140 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO, SEMISSINTÉTICO PARA MOTORES A GASOLINA E FLEX SAE 15W40 API SN	R\$ 15,60
08	30 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SINTÉTICO SAE 5W30 API-SN PARA MOTORES A GASOLINA E FLEX	R\$ 18,10
10	10 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W140 GS 5	R\$ 217,00
11	10 baldes com 20 litros	ÓLEO AXE VERMELHO GL-5	R\$ 270,00
12	08 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTORES A DIESEL SINTÉTICO 10W40 CI4	R\$ 350,00
14	Embalagem 170 kg	GRAXA A BASE DE SABÃO DELITIO NLGI2	R\$ 2.600,00
15	10 – Embalagem 500ml	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS	R\$ 6,50

II – Empresa LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES, inscrita no CNPJ sob nº 22.259.826/0001-02, para os seguintes itens e respectivos preços

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário
02	15 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO 10W30 API GL5 MULTIFUNCIONAL	R\$ 265,00
03	10 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO 10W MINERAL EXTREMA PRESSÃO	R\$ 238,00
04	20 baldes com 20 litros	ÓLEO HIDRÁULICO HD 46	R\$ 232,00
09	24 frascos com 50 ml	ÓLEO PARA FREIO DOT 4	R\$ 13,40
13	08 baldes com 20 litros	ÓLEO LUBRIFICANTE 80W90 APIGL5	R\$ 256,00
16	40 Litros	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTORES A DIESEL 5W30ELF 100% SINTETICO	R\$ 25,40

Art. 2º Revoga-se o item 17, pois o valor ficou muito acima do praticado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 de junho

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 292/2018

Publicação Nº 1650924

PORTARIA Nº 292, DE 11 DE JUNHO DE 2018

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 072/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 072/2018, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa VW COMERCIO ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.573.408/0001-06, para os seguintes itens e respectivos preços

ITEM	QTDADE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
02	02	Armário em material mdf 15mm, contendo 7 armários individuais com 42cm de largura, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, cabideiro metálico, puxador externo de alumínio, pés de alumínio 10cm, todas as portas com chaves e 2 respiros. Tamanho 2,94x2,30x55.	R\$ 3.410,00
05	01	Balcão de recepção em mdf 15mm branco em (L), com bancada mais alta e mesa com gavetas, portas de abrir, dobradiças de pressão 35mm, puxador externo de alumínio, nicho aberto, pés de alumínio 10cm.	R\$ 2.050,00
07	06	Poltronas do papai reclináveis, tecido em courano.	R\$ 590,00
08	10	Colchão solteiro D-33 88x188x17	R\$ 395,00
09	01	Mesa para refeitório 240x80 com tampo branco em MDF, 8 bancos flexíveis em ferro e acentos em MDF.	R\$ 3.100,00

II – Empresa MOVEIS LUZ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 18.651.178/0001-68, para os seguintes itens e respectivos preços

ITEM	QTDADE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
01	01	Cozinha em material mdf 15mm branco tamponamento das torres de 30 mm, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, puxador externo de alumínio 10cm. Dimensões e referências conforme figura 1. Nas repartições A, C, F, I, e J deve conter uma prateleira removível, com ajuste de altura. Na repartição D deve conter 2 prateleiras removíveis com ajuste de altura. A repartição E deve conter 1 prateleira removível com ajuste de altura em cada porta, portas basculantes e abertura por pistão a gás. Na repartição G conter suporte para panos. Tampo em granito cinza ocre 4cm roda pia 10cm com 1 cuba em inox e espaço para instalação de fogão a gás 5 bocas sobre a repartição K.	R\$ 5.220,00
03	01	Armário em material mdf 15mm, contendo 6 armários individuais com 42cm de largura, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, cabideiro metálico, puxador externo de alumínio, pés de alumínio 10cm, todas as portas com chaves e 2 respiros. Tamanho 2,52x2,30x55.	R\$ 3.030,00
04	01	Armário em material mdf 15mm, contendo 2 armários individuais com 42cm de largura, dobradiças de pressão 35mm, corrediças telescópicas, cabideiro metálico, puxador externo de alumínio, pés de alumínio 10cm, todas as portas com chaves e 2 respiros. Tamanho 84x2,30x55	R\$ 1.000,00
06	01	Armário em material mdf 15mm branco, armário para pastas e arquivos, dobradiças de pressão 35mm, gavetas para arquivos corrediças telescópicas, puxador externo de alumínio. Nas repartições com medidas de 63 cm devem conter 2 prateleiras removíveis com ajuste de altura.	R\$ 2.225,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 de junho

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 293/2018

Publicação Nº 1651219

PORTARIA Nº 293, DE 11 DE JUNHO DE 2018

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 071/2018 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 071/2018, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP , inscrita no CNPJ sob nº 85.248.680/0001-10, para os seguintes itens e respectivos preços

ITEM	QTADE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
01	01	Mesa oval - Mesa de reunião em MDF branco com 04 pés, com medidas de 2,0X1,0X0,745, perfil 180°, 15mm	R\$ 392,35
02	01	Balcão em MDF branco, com medidas de 3,10x0,85 com 6 portas e 4 gavetas	R\$ 1.890,00
03	01	Espelho com moldura em MDF 1,70x2,20	R\$ 899,00
04	01	Cantoneira em MDF branco 0,90x0,30x0,30cm com 3 prateleiras para guardar toalhas e materiais	R\$ 95,00
05	03	Prateleiras em MDF branco 0,45x0,25 com ganchos	R\$ 56,00
06	01	Balcão auxiliar em MDF branco 0,50x0,85x0,50	R\$ 330,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 de junho de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDRP035_2018

Publicação Nº 1651588

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL REABERTURA DE PRAZO
Processo Adm. Nº. 035/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL 035/2018 – Registro de Preços
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E LIMPEZA.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Junho de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Junho de 2018.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 12 de Junho de 2018.
JUARES BET
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 316/18 DE 07 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1650941

LEI COMPLEMENTAR Nº 316/18
DE 07 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE POMERODE CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 184/09 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pomerode - CMDR, criado pela Lei Complementar Municipal nº 184/09, passa a vigorar nos termos definidos pela presente Lei.

Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pomerode - CMDR terá caráter deliberativo, consultivo, normativo e de funcionamento permanente, objetivando estabelecer, acompanhar e avaliar as políticas municipal, estadual e federal de desenvolvimento rural e efetivar a participação da comunidade na gestão do desenvolvimento agropecuário municipal.

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será paritário entre representantes do poder público e da sociedade civil, e será composto por:

I - 10 (dez) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes indicados pelo Poder Executivo, representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural;
- b) 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;
- c) 1 (um) representante da Secretaria de Saúde;
- d) 1 (um) representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;
- e) 1 (um) representante da Secretaria de Obras;
- f) 1 (um) representante da Secretaria de Turismo;
- g) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;
- h) 01 (um) representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pomerode - SAMAE;
- i) 01 (um) representante da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC; e
- j) 1 (um) representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;

II - 10 (dez) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes, representando a sociedade civil:

- a) 01 (um) representante da Associação dos Aquicultores de Pomerode - AAMUP; e
- b) 09 (nove) representantes dos agricultores das comunidades rurais.

Art. 4º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pomerode - CMDR será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, sendo seu exercício sem ônus para os cofres públicos.

Parágrafo único. Os representantes descritos no art. 3º serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pomerode - CMDR elegerá, em reunião específica para esse fim, sua Diretoria e aprovará seu Regimento Interno.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pomerode - CMDR cumprir com suas atribuições.

Art. 7º Fica mantido o Fundo Municipal de Incentivo à Produção e Desenvolvimento da Agropecuária - FUMIAGRO, que objetiva receber recursos de origem pública ou privada, destinados a fomentar programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pomerode - CMDR, destinados a apoiar e promover programas e políticas de desenvolvimento rural municipal.

Art. 8º Constituem recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Produção e Desenvolvimento da Agropecuária - FUMIAGRO:

- I - dotações orçamentárias anuais consignadas no orçamento municipal e as verbas adicionais que forem estabelecidas no decurso de cada exercício;
- II - recursos provenientes da prestação de serviços da patrulha mecanizada e inseminação artificial; e
- III - recursos oriundos da União, do Estado, do Município ou de outras instituições públicas ou privados.

Parágrafo único. Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Incentivo à Produção e Desenvolvimento da Agropecuária - FUMIAGRO existentes no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, somando-se às demais receitas integrantes do Fundo para compor a nova dotação.

Art. 9º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Produção e Desenvolvimento da Agropecuária será composto por 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural, 1 (um) representante da Secretaria da Gestão Administrativa e Fazendária e pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 10 O Fundo Municipal de Incentivo à Produção e Desenvolvimento da Agropecuária - FUMIAGRO atenderá prioritariamente projetos, propostas e programas que visem a inclusão social, a capacitação, o aumento da produção e produtividade, a melhoria na comercialização, a agregação de valor e a organização dos agricultores familiares e produtores rurais oportunizando o desenvolvimento rural sustentável.

Art. 11 O Conselho do Fundo Municipal de Incentivo à Produção e Desenvolvimento da Agropecuária se submeterá a fiscalização da Controladoria-Geral do Município de Pomerode.

Art. 12 A presente lei deverá ser regulamentada, através de Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13 As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta do orçamento em vigor, suplementados na forma da legislação em vigor.

Art. 14 A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 07 de junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA N.º 2.995/18 DE 07 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1650809

LEI ORDINÁRIA N.º 2.995/18

DE 07 DE JUNHO DE 2018

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE POMERODE AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de 1 (um) veículo ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis (SC).

§ Único. O termo de cessão faz parte integrante da presente lei, na forma de seu Anexo I.

Art. 2º O veículo objeto da presente lei é destinado exclusivamente à manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Pomerode, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário para a execução desse serviço.

Art. 3º As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização, serão de responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, bem como, à conta das receitas provenientes de convênios celebrados entre Município, Estado de Santa Catarina e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

§ Único. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina ficará responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução do serviço e pelo bom uso do equipamento.

Art. 4º A cessão de uso de que trata a presente lei terá vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser rescindida ou renovada desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

Art. 6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 07 de junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

ANEXO I TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2018

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

O MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525 nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CEDENTE e do outro ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, neste ato representada pelo seu titular, Coronel BM ONIR MOCELLIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 525.770.589-34, doravante denominada simplesmente CESSIONÁRIO, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo

de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina ou da conta convênio:

I - 01 (um) veículo marca FIAT, modelo Palio Attractiv, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, cor vermelha, ano de fabricação/modelo 2012/2013, chassi 9BD196272D2076812, código de RENAVAL 483886718, placa MJV - 2006, com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem se destina exclusivamente à manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Pomerode, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário para a execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) O Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos de outros termos de parcerias firmado entre as partes e recursos próprios;
- f) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, com recursos próprios ou por meio de outros termos de parcerias firmados entre as partes, e a partir do próximo exercício financeiro.

II – DO CEDENTE

- a) Arcar com os custos elencados nas letras “e” e “f”, item I, da Cláusula Terceira, em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina ou da Conta Convênio entre o município e o CBMSC.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros – FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço a que se destina, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período quantas vezes se reputar necessário em razão de interesse público e mediante autorização legislativa para cada prorrogação, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Pomerode, 07 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE POMERODE
ÉRCIO KRIEK

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
ONIR MOCELLIN

Testemunha 1	Testemunha 2
Nome	Nome
Dados	Dados
Endereço	Endereço

LEI ORDINÁRIA Nº 2.993/2018

Publicação Nº 1650804

LEI ORDINÁRIA Nº 2.993/2018

DE 05 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 - LDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, com fulcro no art. 42, inciso IV da Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 93, parágrafo único e art. 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária deste Município;
- V - as disposições relativas às políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal; e,
- VI - as disposições finais.

Parágrafo único: Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão discriminadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal desta Lei, em consonância com a Proposta de Plano Plurianual para o período 2018-2021.

Parágrafo único: As metas e prioridades da Administração Pública Municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, respeitadas as vinculações constitucionais e legais das receitas e despesas orçamentárias.

Art. 3º - Os projetos em andamento e as despesas de conservação do Patrimônio Público Municipal serão programados na lei orçamentária anual de 2019.

CAPÍTULO III

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 4º - A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II - o orçamento da seguridade social referente aos Poderes do Município, seu fundo, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que se destinam a atender as ações de saúde, previdência e assistência social; e,
- III - o orçamento de investimentos do SAMAE.

Art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - consolidação dos quadros orçamentários;
- III - anexo dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e,

IV - discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.

Parágrafo único: A consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreenderá os seguintes demonstrativos:

- I - evolução da receita;
- II - sumário geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
- IV - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas - orçamento fiscal;
- V - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas - orçamento da seguridade social;
- VI - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - recursos de todas as fontes;
- VII - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - orçamento fiscal;
- VIII - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - orçamento da seguridade social;
- IX - desdobramento da receita - recursos de todas as fontes;
- X - desdobramento da receita - orçamento fiscal;
- XI - desdobramento da receita - orçamento da seguridade social;
- XII - demonstrativo das receitas diretamente arrecadadas por órgão/ unidade orçamentária;
- XIII - demonstrativo da receita corrente líquida;
- XIV - demonstrativo da receita líquida disponível;
- XV - legislação da receita;
- XVI - evolução da despesa;
- XVII - sumário geral da despesa por sua natureza;
- XVIII - demonstrativo das destinações de recursos por grupo de despesa;
- XIX - demonstrativo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão;
- XX - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por função;
- XXI - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por subfunção;
- XXII - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo a função detalhada por subfunção; e,
- XXIII - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por programa.

Art. 6º - O detalhamento da despesa será apresentado na lei orçamentária e nos atos de alteração orçamentária por órgão/unidade orçamentária, discriminado por função, subfunção e programa, especificado, no mínimo em projeto, atividade ou operação especial, identificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, a destinação de recursos e os respectivos valores.

Parágrafo único. As destinações de recursos, identificadas por códigos individualizados na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, estão correlacionadas às receitas orçamentárias que ingressam no orçamento do Município e desdobradas em:

- I - identificador de uso - código utilizado para indicar se os recursos se destinam a contrapartida;
- II - recursos do erário Municipal - para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, indica os recursos geridos de forma centralizada pela Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras;
- III - recursos de Outras Fontes - para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, indica os recursos arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundo de transferências voluntárias de outros entes; e,
- IV - especificação das Destinações de Recursos - código que individualiza e indica cada destinação.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - A programação e execução orçamentária para 2019, o Plano de Governo e a Proposta de Plano Plurianual para o período de 2018-2021, deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

- I - ação planejada e transparente, mediante incentivo à participação da Comunidade por meio dos Conselhos Municipais, Entidades Organizadas e Audiências Públicas, planejando e estabelecendo normas sobre as políticas públicas; e,
- II - gestão por projetos, baseada em resultados.

Art. 8º - Na elaboração do projeto de lei do orçamento, as despesas finalísticas, respeitada a legislação em vigor, serão programadas a fim de atender as determinações legais.

Art. 9º - Na elaboração e execução do orçamento de 2019 as ações deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único: O Poder Executivo, por intermédio das Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente e Gestão Administrativa e Fazendária divulgarão via internet:

- I - a Lei do Plano Plurianual e seus anexos;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos; e,
III - a Lei Orçamentária e seus anexos.

Seção II

Do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 10. - Os orçamentos fiscais e da seguridade social abrangerão os Poderes Legislativo e Executivo Municipais, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 11. - As receitas diretamente arrecadadas por autarquias, fundações e fundos, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida, à contrapartida de operações de crédito, de convênios e de outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único:Atendidas as disposições contidas no caput deste artigo, as unidades orçamentárias poderão programar as demais despesas, a fim de atender as ações inerentes a sua finalidade.

Art. 12. - As despesas básicas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, das unidades orçamentárias pertencentes ao Poder Executivo, serão fixadas pela Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária.

Parágrafo único:Entendem-se como despesas básicas àquelas classificadas como pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, impostos, aluguéis, infra-estrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação, PASEP, dívida pública municipal, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que pela sua natureza poderão se enquadrar nesta categoria.

Art. 13. - O Poder Executivo deverá estabelecer por Decreto, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2019, para cada unidade orçamentária, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando com relação às despesas a abrangência necessária para a obtenção das metas fiscais.

§1º - Visando à obtenção das metas fiscais, de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo poderá efetuar revisões no cronograma anual de desembolso mensal.

§2º- A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e suas revisões deverão ser elaborados conjuntamente pelas Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente e Gestão Administrativa e Fazendária, responsáveis pela programação e execução do orçamento e pelo desembolso financeiro do Município.

Art. 14. - A limitação de empenho e a movimentação financeira de que trata a alínea b, inciso I, art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, deverá ser compatível com os ajustes na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único:Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Art. 15. - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas conforme os preços vigentes em junho de 2018.

Art. 16. - A proposta orçamentária conterà reserva de contingência vinculada aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente, no máximo, a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida.

Seção III

Dos Precatórios Judiciais

Art. 17. - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 18. -Os precatórios judiciais inscritos pelo Poder Judiciário, até 1º de julho de 2018, para serem incluídos na proposta orçamentária de 2019, conforme determina o art. 100, § 5º, da Constituição Federal, discriminando-os por órgãos da administração direta, autarquias e fundações, especificando:

- I - número do processo;
- II - número do precatório;
- III - data da expedição do precatório;
- IV - nome do beneficiário;
- V - valor a ser pago; e,
- VI - unidade ou órgão responsável pelo débito.

§1º- A inclusão de recursos na lei orçamentária de 2019 para pagamento de precatórios, obedecerão os critérios definidos no caput do art. 100 da Constituição Federal.

§2º - A atualização monetária dos precatórios obedecerá ao estatuído no § 12, do art. 100 da Constituição Federal até a data de 25 de março de 2015. A partir desta data a avaliação se será pelo IPCA-E, consoante decisão do STF na ADI 4425, em 25 de março de 2015.

Seção IV Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 19. -As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal, Constituição Estadual e na Lei Federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descrito no Plano Plurianual e nesta Lei.

§1º - Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

- I - contrariarem o estabelecido no caput deste artigo;
- II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;
- III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;
- IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:
 - a) despesas básicas;
 - b) receitas vinculadas, criadas por leis específicas;
 - c) receitas próprias de entidades da administração indireta e fundos;
 - d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e,
- V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§2º- A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 20. - Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 21. - As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 22. -As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

- I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e
- II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2018, especialmente sobre:

- a) reavaliação das alíquotas dos tributos;
- b) critérios de atualização monetária;
- c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
- d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;
- e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;
- f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;
- g) revisão da legislação sobre taxas; e,
- h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 23. - A Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitado as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública MUNICIPAL

Art. 24. -As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

- I - o planejamento, a coordenação, a regulação, o controle, a fiscalização e a desconcentração das atividades;
- II - a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados à Gestão de Recursos Humanos, garantindo a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;
- III - a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização da gestão pública;
- IV - o aprimoramento, a adequação e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;
- V - a implantação do sistema de avaliação de desempenho, individual e por equipes, baseado na definição de objetivos e indicadores, visando verificar os níveis de eficiência e eficácia dos serviços;
- VI - o acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

- VII - adequação da estrutura de cargos, competências e funções de acordo com o modelo organizacional;
VIII - a realização de concursos públicos para atender às necessidades de pessoal nos diversos órgãos;
IX - isonomia de tratamento com relação ao Plano de Cargos e Salários entre servidores públicos municipais;
X - valorização e estímulo aos servidores com cursos de formação continuada, especialização, mestrado e doutorado; e,
XI - aprimoramento das técnicas e instrumentos de controle e da qualidade da mão-de-obra locada e dos estagiários.

Art. 25. - Desde que atendido ao disposto no art. 169 e seus parágrafos, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

Art. 26. - No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 27. -No exercício de 2019, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento considerado de relevante interesse público nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária.

Art. 28. - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência do órgão ou entidade; e,
II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria, extinto totalmente ou parcialmente.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 29. - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo de efeito de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas.

Art. 30. -Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, o que deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. É necessária a edição de lei específica definindo a área de atuação e a finalidade das entidades no que tange o repasse de recursos financeiros pelo Município para as entidades privadas, observando o que determina a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 31. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estejam programadas no Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 32. - A Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária poderá modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, através do sistema informatizado de execução orçamentária, as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesas dentro do mesmo projeto ou atividade, bem como a modalidade de aplicação e o identificador de uso –id.uso das destinações de recursos.

Art. 33. - Na hipótese do projeto de lei orçamentária não ser sancionado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2018, a programação relativa à Pessoal e Encargos Sociais, a Juros e Encargos da Dívida, à Amortização da Dívida e a Outras Despesas Correntes poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação.

Parágrafo único. Será considerada antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados no caput deste artigo.

Art. 34. - Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações dadas pela Lei federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art.35. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 05 de junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.994/18 DE 07 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1650806

LEI ORDINÁRIA Nº 2.994/18

DE 07 DE junho DE 2018

CONCEDE REPASSE FINANCEIRO PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar no exercício financeiro de 2018, a título de repasse financeiro, o valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) para o Centro de Convivência Pommern Heim, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede na Rua Progresso, 578, Bairro Testo Alto, na cidade de Pomerode.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a projeto de custeio da entidade, devidamente apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa e com recursos oriundos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 2º - Para receber o repasse financeiro que trata o art. 1º, o Centro de Convivência Pommern Heim, deverá se submeter à Lei Federal 4.320/64, especialmente no que concerne à prévia celebração de Termo de Convênio.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 07 de junho 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 004/2018

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE POMERODE, E O CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede na Rua Progresso, 578, Bairro Testo Alto, na cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. ADEMIR HENSCHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 419.344.749-91, portador da Cédula de Identidade nº 526371, residente e domiciliado na Rua Alfredo Hoge, 345, Bairro Centro, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, resolvem celebrar o TERMO DE CONVÊNIO, com fundamento na Lei Federal nº 4.320/64, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e FINALIDADE PÚBLICA

1.1) O presente termo de Convênio tem como objeto o repasse de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) ao CONVENIENTE, destinados a atender o seguinte projeto: “Manutenção do Centro de Convivência Pommern Heim”.

1.2 - Tem por finalidade auxiliar a entidade na manutenção da estrutura antiga, muita atingida pelas enchentes, especialmente para instalar novas janelas e portas, colocação de telas de proteção contra insetos nas portas e janelas, pintura da parte externa da edificação, reparos na caixa d'água, adequação de espaço para atendimento ao público, aquisição e colocação de piso cerâmico em área aberta e de acesso, deslocamento e recolocação de esteios de um muro contendo 18 metros de comprimento e mão de obra correspondente aos serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1) O prazo do presente Convênio é de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1) Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente convênio, de que trata a cláusula primeira, a Concedente repassará ao Conveniente, o valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), subdividido em parcelas, obedecendo o cronograma de pagamento previsto no plano de trabalho.

3.2) O depósito será feito na conta bancária nº 1796-8, Agência 1880, Banco Caixa Econômica Federal a qual será movimentada exclusivamente para atender o objeto do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1) O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
02	Fundo Municipal da Pessoa Idosa
0008.0241.0140.2086	Repasse Financeiro para OSC – Secretaria Desenv. Social e Habitação
335000000000000000	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
03060200	FUNDO DO IDOSO - DEMAIS RECEITAS R\$ 60.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

5.1) Disponibilizar o valor estipulado, nos termos da cláusula terceira deste convênio até o último dia útil de cada mês.

5.2) Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente termo, conforme plano de trabalho.

5.3) Acompanhar a execução física do objeto, por responsável da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, com conhecimento necessário para a verificação do cumprimento do objeto estipulado no Plano de Trabalho.

- 5.4) Publicar o extrato deste convênio no Diário Oficial dos Municípios – DOM após assinatura.
5.5) Examinar a regularidade da prestação de contas conforme IN14/2012 TCE-SC.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- 6.1) Prestar contas na forma legal e contábil, em até 60 (sessenta) dias da quantia recebida, na forma do convênio, de acordo com a IN14/2012 do TCE-SC, e ANEXO VII da mesma, cumprindo o plano de trabalho deferido no processo de concessão executando no período de até 30 (trinta) dias ou conforme plano de trabalho aprovado.
6.2) A não observância do item 6.1 sem justificativa implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.
6.3) A prestação de Contas deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Pomerode, setor de Protocolo, bem como cópias para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e para o Conselho Municipal de Assistência Social.
6.4) A entidade e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato.
6.5) A entidade deverá aplicar os recursos quando a execução for superior a trinta dias, sendo que dessa forma os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação podendo ser utilizados no objeto ou devolvidos para a Concedente, assim como os recursos não utilizados.
6.6) Executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto referido na cláusula primeira deste Termo de CONVÊNIO.
6.7) Eximir a CONCEDENTE de qualquer responsabilidade concernente a previdência social e encargos trabalhistas, referentes ao pessoal destinado à execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

- 7.1 A rescisão do presente termo de ajuste poderá ser:
7.1.1) Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer de suas cláusulas, condições ou prazos;
7.1.2) Pela paralisação, seja total ou parcial, das atividades.
7.1.3) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne execução deste convênio formal ou materialmente impraticável.
7.1.4) Por qualquer das partes, a qualquer tempo, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem que haja qualquer tipo de indenização a ser paga.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1) O Conveniente está proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria da concedente, sob pena de devolução dos recursos.
8.2) A ausência da prestação de contas ou no caso de irregularidade por parte do CONVENIENTE, implicará na devolução de valores atualizados mencionados na cláusula terceira deste termo e tem por base os capítulos VI E VII da IN14/2012 do TCE-SC.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Pomerode – Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente CONVÊNIO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Convênio 004/2018 em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.
Pomerode/SC, 07 de junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK
MUNICÍPIO DE POMERODE

ADEMIR HENSCHER
CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 025 / 2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1651794

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 025 / 2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 044 / 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL (AREIA, BRITA, TELHAS, TIJOLOS, TINTAS, VERNIZES, LIXAS, CALHAS, ENTRE OUTROS) PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 26/06/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 26/06/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 12 de Junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO- 1769/2018 - RESULTADO PRELIMINAR

Publicação Nº 1650946

DECRETO Nº 1769/2018

FICA PUBLICADO O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - O Prefeito Municipal torna público e homologado o resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2018, para o cargo de Professor.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 13 de Junho de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de Junho de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA 112/2018

Publicação Nº 1650895

PORTARIA Nº 112/2018

FICA CONCEDIDO FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.

RESOLVE

Art.1º- Fica concedido férias ao servidor municipal, JOÃO MAURICIO DE SOUZA, matrícula nº 319, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Obras, referente ao período aquisitivo de 03 de Junho de 2017 a 03 de Junho de 2018, gozada as férias, no período de 04 de Junho de 2018 a 18 de Junho de 2018, equivalente a 15 (Quinze) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 13 de Junho de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos treze dias do mês de Junho do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T.W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2018 ANDERSON

Publicação Nº 1651812

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ANDERSON JOSÉ PALUDO ME

CNPJ: 24.390.846/0001-43

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS COM ESTRUTURA DE FERRO E MADEIRA, LIXEIRAS MONOBLOCO DE PLÁSTICO VAZADO E SUPORTE, ESPECIFICAÇÕES CONFORME ANEXO I. Valor: R\$ 38.475,00 (Trinta e Oito Mil Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais) VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 11 de Junho de 2018 até 11 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 12 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1841, DE 8 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651590

DECRETO Nº 1841, DE 8 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I, da Lei Municipal nº 2595/2017.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil reais) destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Funcional Programática: 06.182.0007

Atividade: 2.033 – Manutenção das atividades de Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 245.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos oriundos do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2018, por conta dos Recursos Ordinários, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 8 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 009/2018

Publicação Nº 1651110

EXTRATO DE CONTRATO - EXERCÍCIO 2018

CONTRATO Nº 009/2018 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: Prestação de serviço para publicação de atos institucionais do Poder Legislativo, conforme especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: ANDRE LUIS TRAMONTINA - ME.

PRAZO: 1º de junho de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

VALOR: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)

Porto Belo, 01 de junho de 2018.

Joel Orlando Lucinda

Presidente

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 471/2018

Publicação Nº 1651194

DECRETO Nº 471, de 07 de junho de 2018.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.472, de 05 de julho de 2017 (LDO) e 4.506, de 14 de dezembro de 2017 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade – Saúde		
MODALIDADE	3190 – 196 – Aplicações Diretas	158	100.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI MUNICIPAL Nº 4.534/2018

Publicação Nº 1651186

LEI Nº 4.534, de 07 de junho de 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – 2019, expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º O Orçamento do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo as Metas Fiscais, as Prioridades da Administração Municipal, a Estrutura dos Orçamentos, as Diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município, as disposições sobre a Dívida Pública Municipal, Despesas com Pessoal, alterações na Legislação Tributária e demais disposições gerais.

Art. 2º Terão preferência sobre novos projetos, os que se encontrarem em fase de execução, desde que reavaliados nos termos das prioridades estabelecidas nesta lei e em especial aqueles que exijam contrapartida de recursos ordinários.

§ 1º Além dos projetos elencados nos anexos da presente Lei, poderão ser incluídos outros no Orçamento Fiscal, desde que financiados com recursos de outros entes da Federação através de convênios.

§ 2º A especificação de prioridades, para os diversos setores, constantes no Anexo I, não excluem aquelas não relacionadas.

Art. 3º Consideram-se prioritárias as ações que visem à conservação, manutenção e recuperação de Bens Públicos, sobre novos investimentos.



Art. 4º Tendo em vista o resultado econômico das atividades geradoras de tributo desenvolvidas no município, as estimativas de receita provenientes dessas atividades serão revistas e atualizadas, considerando os fatores que possam influenciar no aumento das receitas próprias e equilíbrio orçamentário.

Art. 5º Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das mudanças ocorridas na legislação tributária.

Art. 6º As despesas de capital, terão os recursos assegurados, de acordo com a previsão orçamentária, objetivando a consecução de metas e prioridades da Administração Municipal.

Art. 7º A despesa fixada não será superior à receita estimada.

§ 1º Não poderão ser fixadas e realizadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

§ 2º Nenhum compromisso poderá ser assumido sem a existência de crédito orçamentário que comporte a previsão, na programação financeira de desembolso.

§ 3º O disposto neste artigo e parágrafos incide sobre as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º As receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes no mês de fevereiro de 2018, valores estes que poderão ser corrigidos em qualquer mês do ano, pela variação prevista no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, quando a variação do referido índice superar a 5% (cinco por cento), acumulado em 12 (doze) meses.

Art. 9º O Poder Executivo poderá promover estudos visando introduzir e consolidar as seguintes modificações na Legislação Tributária Municipal:

I- adequação dos valores das taxas, aos custos dos respectivos fatos geradores;

II- alíquotas, bases de cálculo, período de apuração, prazos de recolhimento, isenções, incentivos e benefícios fiscais, objetivando a adequação da capacidade financeira do Município às suas necessidades de investimento e ao cumprimento de suas obrigações contratuais e à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Art. 10. As receitas do Município, Fundos, Autarquias e Fundações, legalmente instituídos e controlados, direta ou indiretamente pelo Município, serão programadas para atender prioritariamente: os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, contrapartida de financiamentos, convênios, amortização de empréstimos e da Dívida Fundada Interna, sentenças judiciais e outros relativos à sua manutenção.

Art. 11. A manutenção de atividades terá prioridade sobre as ações de expansão e de investimentos.

Art. 12. As despesas com pessoal e encargos sociais, não poderão exceder aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, artigo 19.

Art. 13. O Município aplicará anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos e das transferências recebidas da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal.

Art. 14. O Município assegurará que, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB sejam destinados para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício.

Art. 15. Integrará a despesa municipal, os recursos destinados ao cumprimento de precatórios, conforme disposto no Art. 100 e parágrafos da Constituição Federal.

Art. 16. O orçamento fiscal do Município alocará, obrigatoriamente, a previsão de recursos para transferência ao Poder Legislativo, a título de transferências financeiras, assegurando o pleno atendimento de suas finalidades, conforme Artigo 29-A, Inciso I da Constituição Federal.

Art. 17. O Município poderá firmar parcerias com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, até o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida.

Art. 18. O Município contribuirá com a Associação dos Municípios do Planalto Norte – AMPLANORTE e a Federação dos Municípios Catarinenses – FECAM, conforme lei específica, sem que os valores sejam computados no índice previsto no artigo anterior.

Art. 19. O Poder Legislativo Municipal elaborará e encaminhará ao Executivo, no prazo estabelecido, sua proposta orçamentária que irá integrar o orçamento geral do Município.

Art. 20. O orçamento anual alocará recursos para assegurar a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos e dos subsídios de que tratam o § 4º do Art.39 e Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 21. Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", nos termos do que dispõe o § 1º do Artigo 18 da LRF.

Art. 22. O Poder Executivo poderá alterar e ou adequar a estrutura de cargos e empregos, funções, concessão de vantagens e admissão de pessoal a qualquer título, respeitados os índices previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na data de revisão do salário mínimo, fica autorizado concessão de abono até o valor necessário para atingir o mesmo, para aqueles servidores que tiverem vencimentos inferiores ao salário mínimo e na data de revisão do piso dos professores (FUNDEB), fica autorizado abono no valor necessário para os professores que perceberem vencimentos inferiores ao piso.

Art. 24. O cronograma de desembolso financeiro mensal será elaborado até 30 (trinta) dias após a aprovação da lei orçamentária anual, conforme estimativa da receita, devendo ser revisto periodicamente, a fim de ser ajustado ao fluxo da receita.

Art. 25. Será considerada irrelevante, para fins de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, a despesa proveniente da ação governamental, que anualmente não ultrapassar o limite para dispensa de licitação, conforme fixado no inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 26. O limite para renúncia de receita será de até 10% (dez por cento) do total da receita própria arrecadada no exercício imediatamente anterior.

Art. 27. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo em renúncia de receita.

Art. 28. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação.

Art. 29. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, programadas para 2019, poderão ser expandidas desde que acompanhadas de impacto financeiro e orçamentário, ressalvado o disposto no Artigo 25 desta Lei.

Art. 30. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018.

Parágrafo único. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 31. O Orçamento para o exercício 2019 compreenderá os orçamentos anuais:

I- do Poder Legislativo;

II- do Poder Executivo;

III- do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

IV- do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União – IMPRESS;

V- da Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União – AMASPU;

VI- do Fundo Municipal de Educação – FME.

Art. 32. As dotações destinadas ao serviço da dívida deverão considerar apenas as operações contratadas, autorizadas ou confessadas até a data de encaminhamento da proposta orçamentária anual ao Poder Legislativo.

Art. 33. Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 34. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar atividades educacionais e sociais, mediante convênios, desde que seja da conveniência da Administração Municipal, e as Entidades tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados e cumprido os pré-requisitos necessários para firmar instrumento.

Parágrafo único. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para firmar convênios, ajustes, acordos ou congêneres com outros entes da Federação.

Art. 35. A Lei Orçamentária conterá:

I- previsão para Reserva de Contingência em montante de até 1% (um por cento) da receita prevista, destinada à obtenção de resultado primário positivo e a cobrir riscos fiscais;

II- autorização para abertura de créditos suplementares de até 10% (dez por cento) da despesa fixada, amparados em recursos previstos no artigo 43 da Lei 4.320/64;

III- autorização para contratação de Operação de Crédito no valor de até 10% (dez por cento) das receitas previstas, observado o limite de capacidade de endividamento;

IV- autorização para remanejamento de recursos entre dotações orçamentárias, desde que dentro da mesma categoria de programação, não se incluindo no índice previsto no inciso II;

V- autorização para abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições, auxílios e convênios, para aplicação em despesas vinculadas, tendo como limite o valor dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Somente serão considerados créditos especiais aqueles não constantes da programação na Lei Orçamentária Anual em

nível de projeto/atividade/modalidade, sendo os demais considerados suplementares e extraordinários.

CAPÍTULO III

DOS FUNDOS ESPECIAIS

Art. 36. Será elaborado para cada Fundo Especial Municipal, um plano de aplicação de seus recursos, cujo conteúdo será o seguinte:

I- fonte de recursos financeiros, no qual será indicada a Lei de criação, classificadas nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital;

II- aplicações, onde serão determinadas:

a) as ações desenvolvidas através do fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas e das ações, classificadas sob as categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Parágrafo único. Os planos de aplicação serão parte integrante dos respectivos orçamentos.

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Art. 37. Na elaboração dos orçamentos das Autarquias e Fundações Municipais, serão observadas as normas contidas na Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e legislação pertinente, quanto às classificações a serem adotadas para as suas receitas e despesas.

Art. 38. As receitas e despesas das Autarquias e Fundações serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no orçamento geral do Município.

Art. 39. Nas estimativas das receitas e despesas, além dos fatores conjunturais que possam influenciar a produtividade das respectivas fontes, será considerado o custo dos serviços.

Art. 40. Na programação dos seus gastos, as Autarquias e Fundações observarão as prioridades e metas constantes na presente Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade a coordenação da elaboração dos orçamentos de que trata a presente Lei.

Art. 42. Caso seja necessária a limitação de empenho e da movimentação financeira, serão suspensas as despesas decorrentes do previsto no artigo 17 desta lei e as previstas para atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, podendo ser paralisadas temporariamente as atividades caracterizadas como não essenciais, ressalvando-se aquelas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as despesas com pessoal, exceto hora extra.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 43. Ficam dispensadas da pesquisa prévia de preços, as despesas cujo valor não ultrapasse R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 44. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com outras esferas de governo para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 45. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal destinar emenda de iniciativa Parlamentar à Lei Orçamentária.

Art. 46. Ficam alteradas as Metas constantes do Plano Plurianual – PPA, para o Exercício de 2019, de acordo com esta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União, 07 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

ANEXO I

I- CHEFIA DE GABINETE DO PODER EXECUTIVO

Objetivos:

Coordenação político-administrativa, com a maioria das ações voltadas para o atendimento ao público. Manter o serviço de divulgação e publicação das ações administrativas, manter o Cerimonial. Estabelecer relacionamento com as demais esferas de governo com vistas à obtenção de apoio para a implementação de projetos no Município.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Atendimento ao público	Pessoas	1000
Participação em reuniões e outros eventos	Evento	120
Manter relação política com outras esferas de governo	Contato	50
Manter setor de serviços de comunicação e divulgação	Setor	01
Manter os serviços de cerimonial	Serviço	50

I.I- CONSULTORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**Objetivos:**

Viabilizar o atendimento ao público externo, coordenar as ações de assistência às vítimas de catástrofes, controlar os objetivos e metas programados pela Defesa Civil no âmbito Municipal, Estadual e Federal; assessorar ao Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos no âmbito da Defesa Civil e as ações de caráter preventivo a fim de minimizar os danos decorrentes de eventos diversos de qualquer natureza.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Manutenção de Instalações	Instalações	01
Cursos de formação e capacitação de agentes da Defesa Civil	Curso	03
Aquisição equipamentos informática	Equipamentos	01
Aquisição de equipamentos diversos	Equipamento	10
Aquisição EPIs identificação padrão para Defesa Civil tamanho P, M e G	EPI	05
Bote de alumínio tamanho 07 metros, com 06 remos em alumínio, para uso em ações da Defesa Civil.	Bote	01
Aq. ferramentas: Escadas, moto serra, facões, lanternas	Ferramentas	10
Aquisição de 20 (vinte) rolos de lona preta 100 micras para assistência às vítimas de catástrofes em ações da Defesa Civil	Lona Preta	01

II- SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA E TURISMO**Objetivos:**

Promover e apoiar eventos artísticos e culturais e do segmento turístico, bem como desencadear ações para manutenção, implantação de bens móveis e imóveis para benefício da população de Porto União.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Implantação de espaço para arquivo público municipal	Espaço	01
Equipamentos para informatização do trabalho de arquivos e museologia e produção de espetáculos (iluminação, recursos cênicos e cenários)	Equipamentos e recursos	10
Material e recursos para viabilizar exposições e eventos culturais	Equipamentos e recursos	02
Aquisição de mobiliário e equipamentos para montagem e adequação do Arquivo Municipal	Mobiliário e equipamento	05
Produção de vídeos, CD's, DVD's sobre a cultura e história do município	Produção	20
Implantação de projetos que valorizem a qualidade do artesanato regional através de pesquisas e treinamentos	Implantação Projetos	01
Apoiar e realizar festivais de música, de bandas e dança no município	Apoio	04
Manutenção e criação de projetos de música	Implantação e manutenção	06
Exposição de obras de Artistas Locais	Apoio Realização	04
Apoiar a edição de obras literárias de todos os segmentos de escritores locais	Apoio	05
Realização de Pesquisas de Demanda Turística	Plano	01
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal	Plano	01
Ações de resgate da história da aviação em Porto União	Ação	01

Ações de apoio ao Turismo Náutico	Ação	01
Ações de apoio ao Turismo Ferroviário e Histórico, passeios da Maria Fumaça 310	Ferrovia	01
Implantação de programa de apoio ao Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural; "Trilha Caminhos do Centenário"	Programas	01
Inclusão de programas de incentivo à cultura e turismo nos projetos político-pedagógico das escolas	Programas	01
Projeto de implantação do complexo turístico com acessibilidade envolvendo o Morro da Cruz, Paleotocas, Pocinho do Parque Monge João Maria e áreas de preservação do bairro Santa Rosa	Projeto	01
Melhoria nos acessos atrativos turísticos	Ação	03
Ações para consolidar o município como referência dentro da história do Contestado	Implantação	01
Consolidar programas de visitas aos roteiros turísticos já implantados e outros a serem formados	Programas	01
Implantação de novos roteiros turísticos	Roteiros	01
Apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas	Apoio	01
Implantação de sinalização turística indicativa e interpretativa	Sinalização	01
Implantação de programa de atração de investimentos no setor de turismo	Implantação	01
Criação de parcerias para a melhoria dos atrativos turísticos	Parcerias	01
Implantação de Programa de Artesanato	Implantação	01
Implantação de Projeto de Gastronomia	Implantação	01
Promoção e realização de seminários, oficinas, mesas redondas, congressos, Workshops na área de turismo.	Eventos	02
Realização de oficinas de capacitação gerencial para empreendedores	Oficinas	02
Realização de curso para monitores de turismo	Oficinas	01
Realização de oficinas de qualificação para hotéis, bares e restaurantes e agências de viagens e turismo.	Seminário	01
Promoção de Seminário para resgatar regionalmente a história e o Caminho das Tropas (Caminho das Missões) e Guerra do Contestado	Apoio	01
Apoio as festas realizadas no Município, voltadas ao turismo étnico, cultural, histórico, religioso e gastronômico	Ação	05
Promoção e divulgação em veículos de comunicação, feiras e eventos	Promoção	03
Aquisição de Equipamentos de Informática	Equipamentos	02
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis e Utensílios	04

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Reforma/Ampliação de Centro Comunitário	Ação	01
Aquisição de Equipamentos de Informática	Equipamentos	06
Aquisição de Equipamentos em geral	Equipamentos	08
Aquisição de Mobiliário em geral	Móveis	08
CRAS BELA VISTA E EQUIPE VOLANTE DO CRAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
-Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF -Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.	Família/indivíduo	350
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Indivíduo	115
CRAS VICE-KING – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		

-Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF -Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.	Família/indivíduo	350
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Indivíduo	115
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS		
-Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) -Serviço Especializado em Abordagem Social -Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias -Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Família/indivíduo	50
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescente	40
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
Serviço de acolhimento institucional Modalidade: Abrigo para Crianças e Adolescentes	Criança/adolescente	20
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias Modalidade: Casa de Passagem	Adultos/família	10
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
Atender gestantes com auxílio natalidade (kit enxoval);	Pessoa/família	12
Atender pessoas com auxílio funeral	Pessoa/família	12
Atender pessoas com fotos	Pessoa/família	150
Atender pessoas com auxílio passagem	Pessoa/família	150
Atender pessoas com 2ª via de certidões de nascimento, casamento e óbito	Pessoa/família	150
Atender pessoas com cestas básicas (150 cestas por mês)	Pessoa/família	1.800
Capacitar profissionais da área de assistência social e conselheiros	Capacitação	15
Contratar instrutores para operacionalização de cursos de geração de renda municipal	Contratação	03
Adquirir veículo para atendimento CRAS/CREAS/GESTÃO	Veículo	01
Manter o prédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Construção/reforma	01
Garantir a manutenção dos equipamentos sociais CRAS Bela Vista e Vice-King	Reforma	02
Garantir a manutenção do Sistema de Informações Sociais	Sistema	01
Contratar profissionais de nível superior para compor as equipe de Referencia CRAS / CREAS / GESTÃO	Pessoa	07
Garantir a manutenção do Banco de Dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal	Família/indivíduos	3000
Atualizar e Incluir beneficiários para os programas de tarifa social, energia elétrica e água, cursos profissionalizantes, benefícios de prestação continuada, habitação de Interesse Social, contribuição previdenciária para donas(o) de casa, isenção de taxas de inscrição para concursos públicos e vestibular, telefone social, carteira do idoso, Bolsa Família, entre outros.	Família/indivíduos	3500
Contratar instrutores para desenvolver Projetos de atividades de contra turno para os usuários da Assistência Social, sendo:, Taekwondo, Dança, Informática, Grafiteagem, Xadrez, Capoeira, Teatro, entre outros	Criança / adolescente	50
Manutenção do Projeto de Música (Violão)	Criança / adolescente	150
Projeto Inclusão Digital : manutenção da parceria com a UNIUV	Criança/adolescente/adulto	60
MOBILIZAÇÃO PARA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO		
Implementar O Programa ACESSUAS TRABALHO	Jovens/adultos	200
MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
-Conselho Municipal da Assistência Social -Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -Conselho Municipal do Idoso -Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	Conselho	4
HABITAÇÃO		
Regularizar a documentação de imóveis	Famílias/indivíduos	50

Comprar terreno para Conjunto Habitacional de Interesse Social	Famílias/indivíduos	100
Reformar habitações Precárias	Famílias e indivíduos	20
Construir Unidades Habitacionais em terrenos da municipalidade	Famílias/indivíduos	05
Construir Unidades Habitacionais em terrenos dos beneficiários da assistência social	Famílias/indivíduos	05
Reforma/Ampliação de Centro Comunitário	Reforma	01
Conclusão das Casas São Bernardo do Campo	Casa	24

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

Objetivos:

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programados pelo Prefeito; assessorar o Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos da sociedade e na sua representatividade diante dos setores e autoridades municipais, estaduais e federais; manter a Assessoria Jurídica; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da Administração indireta; modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar atividades de natureza administrativa, jurídica e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face às metas estabelecidas neste plano; readequar plano de carreira para os servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição, armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa; proceder desapropriação de imóveis declarados de interesse social; modernizar e operacionalizar o sistema de tributação e fiscalização; garantir a execução e qualidade dos serviços prestados à sociedade. Coordenar as ações ligadas ao Esporte.

Principais metas:

Especificação	Unidade	2019
Conclusão nova sede (parte)	Construção	01
Cursos de formação e capacitação	Curso	15
Aquisição equipamentos informática	Equipamentos	02
Aquisição outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis	20
Manutenção da Assessoria Jurídica	Setor	01
Participação em congressos, fóruns e seminários	Capacitação	05

IV. I- ESPORTE

Objetivos:

Apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de desporto e lazer comunitário. Desenvolver ações que oportunizem crianças e adolescentes a praticarem esportes e participarem de competições. Apoiar o esporte amador. Desenvolver programas esportivos que integrem a comunidade com atividades próprias aos grupos da terceira idade.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Aquisição equipamentos informática	Equipamentos	02
Aquisição outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis	20
Aquisição materiais esportivos	Materiais	100
Realizar Festivais de Férias	Festivais	02
Realizar torneios diversos	Torneios	01
Manutenção de praças esportivas	Praças	10
Participar dos Jogos Escolares SC – JESC	Evento	01
Participar dos Jogos Abertos de SC – JASQUINHOS	Evento	01
Participar dos Jogos Abertos de SC – JASC	Evento	01
Participar das Olimpíadas Escolares de SC – OLESC	Evento	01

IV.II- CPD

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Aquisição Licenças	Licença	02
Infraestrutura de Rede	Rede	01
Aquisição de Equipamentos informática	Equipamentos	20

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Objetivos:

A Secretaria de Planejamento no município de Porto União está envolvida na área de engenharia, urbanismo, aprovação de projetos de

construções, elaboração de projetos de obras públicas, acompanhamento e execução das mesmas. Participação na elaboração do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Execução de serviços topográficos, avaliação de imóveis, elaboração de processos para solicitação de recursos Federais e Estaduais. Aprovação de conclusão de obras, implantação e acompanhamento da base cartográfica digital.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Aquisição equipamentos informática e software de engenharia	Equipamentos e software	10
Aquisição de Veículo para a secretaria	Veiculo	01
Aquisição outros equipamentos	Equipamentos	10
Cursos de capacitação profissional nas áreas de engenharia; orçamento; topografia; pavimentação asfáltica; esgoteiro-obra; licitações; planejamento urbano; arquitetura e demais cursos relacionados a gestão pública	Curso	06
Aquisição de livros técnicos nas diversas áreas de engenharia (pavimentação, orçamentos, elétrica, hidráulica, etc.)	Livro	10
Aquisição de normas técnicas – ABNT	Normas Técnicas	10
Aquisição móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10

VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

Objetivos:

Coordenar as ações ligadas à programação e execução orçamentária e financeira, exercer o controle do patrimônio, administrar a tesouraria, controlar os pagamentos, a dívida do município, observar a ordem dos precatórios, exercer o controle interno e outras atividades pertinentes.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos	10
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Objetivos:

Dotar a rede municipal de educação dos meios necessários à manutenção e melhoria da Educação Básica; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização do magistério; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar; incentivar a implantação de hortas em escolas; implantar e/ou apoiar cursos profissionalizantes para jovens e adultos; construir, ampliar e reformar escolas; promover o desporto educacional escolar; construir canchas poliesportivas em escolas; apoiar eventos culturais, comemorativos e de lazer popular, administrar juntamente com a Secretaria Municipal de Finanças os recursos do FUNDEB.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Adequação ou aquisição de novos espaços escolares com vistas à municipalização do ensino fundamental	Escolas	01
Aquisição de terreno em área urbana para construção de escola, de acordo com padrões do FNDE	Terreno	01
Aquisição de veículos	Veículo	01
Aquisição de equipamentos informática	Equipamentos	10
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Melhoria e adequação no Transporte Escolar	Programa	01
Destinar recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas e estratégias descritas no Plano Municipal de Educação – PME.	Ação	01
Melhoria do Programa Merenda Escolar	Programa	01
Melhoria do sistema de segurança nas Unidades Educacionais	Sistema segurança	01
Manter programa de aquisição/distribuição de material didático-pedagógico para alunos rede municipal de ensino	Programa	01
Concurso Público para ingresso no Magistério Municipal	Concurso	01
Instalação de rede elétrica nas quadras cobertas para uso da comunidade	Rede elétrica	03

Instalação de água e construção de banheiros nas quadras cobertas	Banheiro	03
Implantação de ações que visem a melhoria da acessibilidade: rampas, banheiros e corrimões, etc.	Ações	10
Promover reforma de Escolas e creches	Ações	05
Estipular recursos financeiros para a formação continuada	Ações	02
Instituir/Implantar sede própria para o EJA (aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, capacitações e equipamentos em geral)	Ações	01
Núcleo Educacional João Fernando Sobral		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	100
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Instalação de Parque Infantil	Parque	01
Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	100
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Revitalização da Escola sendo: reforma do refeitório, melhoria nas instalações elétricas e reforma do telhado creche	Reforma e melhoria	01
Reforma da Quadra	Reforma	01
Núcleo Educacional Frei Deodato		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	100
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Construção e/ou instalação de Creche	Creche	01
Núcleo Educacional do Legru		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20

Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Reforma da Quadra	Reforma	01
Núcleo Educacional São Bernardo do Campo		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Construção e/ou reforma da quadra e construção de muro	Reforma	01
Núcleo Educacional São Pedro do Timbó		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Reforma da Quadra	Reforma	01
Núcleo Educacional Jangada do Sul		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Berçário Maria Luiza Waldruff		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03

Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil Arco-Íris		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado		
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
NUCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL Comecinho da Vida		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil Moranguinho		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20

Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
NUCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL Lina Sander		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Núcleo de Educação Infantil do Bairro São Francisco		
Adequação das instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma de instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos informática	03
Aquisição de outros equipamentos	Equipamentos	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
NÚCLEO EDUCACIONAL DA LANÇA		
Adequação nas instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros Equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Reforma da Quadra	Reforma	01
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FAVO DE MEL		
Adequação nas instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros Equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20

Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGO DE GENTE		
Adequação nas instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros Equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTINA BRAUCHNER		
Adequação nas instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Ampliação, manutenção e reforma instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros Equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Ampliação do Berçário	Instalações	01
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TREM DA ALEGRIA		
Adequação nas instalações em sistemas de: segurança, acessibilidade e preventivo de incêndio	Sistemas	03
Manutenção e reforma instalações em geral	Instalações	10
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento informática	03
Aquisição de outros Equipamentos	Equipamento	10
Aquisição de cadeiras escolares	Cadeiras	20
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utens	10

PRÉ-ESCOLAS MUNICIPAIS QUE FUNCIONAM JUNTO AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL:

N.E FREI DEODATO = 01 TURMA

N.E DA LANÇA = 01 TURMA

N.E SÃO PEDRO DO TIMBÓ = 01 TURMA

N.E DO LEGRU = 01 TURMA

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Formação contínua para professores	Curso	01
Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	04
Aquisição de material didático para os alunos	Material	80

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivos:

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; promover transportes em ambulância e outros veículos, quando necessário atendimento em outras cidades; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; distribuir medicamentos da cesta básica aos usuários do SUS, fornecer medicamentos que não fazem parte da cesta básica para pessoas carentes; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças diarreicas, de infecções respiratórias e de doenças previsíveis por imunização; e implementar ações de vigilância sanitária, ambiental e

epidemiológica.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Gerenciar e manter em funcionamento as Unidades Básicas de Saúde – UBS, existentes	Unidade Básica de Saúde	14
Promover reforma e ampliação das Unidades de Saúde	Ações	02
Gerenciar e manter em funcionamento a Policlínica e o Pronto Atendimento Municipal	Unidade de Saúde	02
Promover o atendimento ambulatorial das especialidades médicas relativas à atenção básica	Consulta	60.500
Promover o atendimento ambulatorial de especialidades médicas de ortopedia, cardiologia, dermatologia, infectologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, urologia, neurologia e endocrinologia. (Consultas)	Consulta	26.500
Fornecer medicamentos que não fazem parte da Farmácia Básica, para pessoas carentes, prescritos por profissionais da rede pública, mediante avaliação socioeconômica.	Pessoa	500
Promover a dispensação de medicamentos da Farmácia Básica em todas as Unidades de Saúde do Município	Pessoa	30.400
Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (ultrassonografia)	Exame	600
Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (tomografias)	Exame	350
Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (diagnoses)	Exame	1.000
Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (fisioterapias)	Exame	1.000
Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (terapias em ginecologia)	Exame	250
Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (laboratoriais)	Exames	62.000
Garantir o transporte de pacientes para o tratamento de saúde em outras localidades	Pessoa	4.600
Promover a vacinação de crianças e adultos de acordo com orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde (crianças SISVAN)	Pessoa	1.200
Promover a vacinação de crianças e adultos de acordo com orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde (adultos geral)	Pessoa	500
Realizar as campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - para crianças	Pessoa	8 700
Realizar as campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - para adultos	Pessoa	2.500
Fiscalizar e apoiar na orientação sanitária de bares, restaurantes, mercados e outros estabelecimentos, por meio da Vigilância Sanitária Municipal	Estabelecimento	300
Realizar atendimento por equipe técnica multidisciplinar de usuários de substâncias psicoativas (álcool e drogas) e transtornos mentais, através do Programa de Saúde Mental do Município e de conformidade com a metodologia preconizada pelo Ministério da Saúde	Programa de Saúde Mental	170
Manter e aperfeiçoar o funcionamento dos programas institucionais de saúde implantados: Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Hipertensão; Saúde Mental; Saúde Bucal; Agentes Comunitários de Saúde; Estratégia Saúde da Família; Saúde do Homem; Saúde do Idoso; Tabagismo	Programas	10
Promover a implantação de novos programas institucionais de saúde: Saúde do Trabalhador, Saúde Sistema Penitenciário, Saúde Adolescentes e Jovens, Saúde da Pessoa com Deficiência	Programas	06
Implantar e estruturar a fiscalização da média complexidade na Vigilância Sanitária do Município (farmacêutico, engenheiro civil, técnico em segurança, agente administrativo)	Pessoa	04
Manter em funcionamento os consultórios médicos e de enfermagem	Consultório	28
Manter o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	CEO	01
Manter convênios com Hospitais	Convênio	01
Promover e/ou contratar cursos de capacitação, desenvolvimento e reciclagem para servidores da saúde	Cursos	25
Adquirir veículos	Veículos	01
Implantar o Programa ESF na Unidade Central/Cidade Nova	Equipe ESF	01
Adquirir mobiliários e equipamentos para a UBS do Bairro Jardim Bela Vista	Equipamento e Mobiliário	10
Estruturar com móveis e equipamentos a nova Unidade de Saúde do Bairro Jardim Bela Vista	Unidade	12

VIII.I- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Implantar/adequar e manter sede própria dentro das normas previstas	Sede	01

Apoiar os projetos de geração de renda da Associação dos Usuários do CAPS I	Apoio	12
Criação e Manutenção de Unidade do CAPS AD	Unidade	01

IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivos:

Planejar e apoiar a construção de conjuntos habitacionais; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano, construção de pontes e pavimentação de ruas e arborizar parques, praças e ruas; conservar e ampliar estradas vicinais; construir, ampliar e/ou reformar prédios públicos, executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; executar a manutenção e ampliação da rede de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais, construir e conservar pontes, proceder dragagem de rios e córregos; apoiar a ampliação da rede de distribuição de água e iniciar a implantação da rede de coleta e tratamento de esgoto; apoiar a regulamentação do consórcio intermunicipal de transporte coletivo, saneamento, operacionalização de coleta e destinação de resíduos sólidos

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Construção de pontes de concreto	Construção	10
Pavimentação com asfalto ou calçamento em ruas do centro, bairros e distritos	KM	15
Manutenção das estradas do interior com alargamento, limpeza dos bueiros e colocação de bica corrida	Ações	4
Remodelação da ciclovias e pistas de pedestres com iluminação urbana, tubulação e drenagem (saneamento básico), bem como acessibilidade	Remodelação	5 km
Implantação tubulação saneamento básico	Tubos	3000
Instalação de parques, praças, mirantes, academias ao ar livre, áreas de lazer, portais.	Instalação	07
Construção de canchas poliesportivas, campos e ginásios de esportes	Construção	02
Aquisição de veículos, máquinas, caminhões e equipamentos	Veículos e Equipamentos rodoviários	10
Implantação de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município	Implantação e Tratamento	01
Implantação poços artesianos	Poços	01
Implantação de galerias de águas pluviais	Implantação	10
Construção e manutenção de abrigos de passageiros	Construção	10
Implantação de Parque Ambiental	Parque	01
Implantação de semáforos para pedestres	Semáforos	03
Construção de Capela Mortuária	Construção	01

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

Objetivos:

Apoiar e incentivar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, visando a ampliação da oferta de empregos e a geração de rendas no município, promover ações de divulgação das potencialidades e recursos do município; participar das atividades e ações da Incubadora Industrial de Porto União e prover os incentivos estabelecidos na Legislação Municipal.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Estudo de terrenos apropriados para a instalação de nova Área Industrial	Instalação	01
Inclusão de programas de educação ambiental em escolas e entidades	Programa	01
Aquisição de móveis de escritório e veículos para execução das atividades da Secretaria	Móveis	02
Execução do Plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos	Resíduos	01
Convênios para promover cursos e treinamentos	Convênio	01
Realização de fiscalização em parceria com a Defesa Civil nas áreas de preservação permanente e áreas de risco	Fiscalização	01
Acompanhar o funcionamento do Aterro Sanitário Municipal e procurar novas alternativas para a destinação final do lixo	Aterro	01

Campanhas de divulgação do Município e sua produção industrial e agropecuária	Campanha	01
Estudo para instalação de usina de reciclagem de resíduos da construção civil e resíduos de podas	Usina de reciclagem	01
Confeção de materiais de divulgação relacionadas a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	Material	01
Concessão de incentivos à Indústria e Comércio	Concessão	01
Instalação de Espaços para destinação de resíduos sólidos (valas)	Espaço	01

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Objetivos:

Apoiar e incentivar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, visando a ampliação da oferta de empregos e a geração de renda no município; promover e fiscalizar ações de acordo com a legislação ambiental em vigor e que visem o desenvolvimento sustentável do Município.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos	04
Aquisição equipamentos em geral	Equipamentos	10
Aquisição de móveis e utensílios	Móveis/utensílios	10
Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para concessão em comodato às Associações de Produtores Rurais	Máquinas e Equipamentos	10
Serviços nas Propriedades – horas máquina	Serviços	01
Acesso às propriedades (Programa Porteira à Dentro)	Programa	01
Instalação de poços artesianos	Construção	01
Melhora na qualidade do sêmen bovino	Sêmen Bovino	01
Cursos diversificados para a comunidade	Cursos	01
Alargamento das estradas	Estrada	01

XII- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Objetivos:

Pagamento de aposentados e pensionistas remanescentes a conta do município, pagamento de precatórios, amortização da dívida fundada e pagamento de encargos sociais.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Pagamento de aposentados e pensionistas	Aposentados	10
Pagamento de precatórios	Precatório	05
Amortização de Dívida	Contratos	04
Pagamento de Encargos Sociais	Competências	13
Efetivar Convênios	Convênios	15

XIII- FUNREBOM – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Objetivos:

Prevenção de sinistros, fiscalização de condições de edificações quanto a segurança, socorro a sinistrados e ocorrências relacionadas a sinistros, bem como atendimento pré-hospitalar e transporte de doentes.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Aquisição de veículos	Veículo	01
Aquisição de equipamento de informática	Equipamento	01

Aquisição de equipamentos de proteção	Equipamento	10
Aquisição de equipamentos de combate a incêndio	Equipamento	01
Aquisição de material de expediente	Material	100
Aquisição de equipamentos e materiais para atendimento pré-hospitalar	Equipamento	20
Aquisição de equipamentos para resgate e salvamento aquático	Equipamento	01
Aquisição de mobiliário para alojamento	Mobiliário	10
Aquisição de mobiliários diversos	Mobiliário	10

XIV – LEGISLATIVO

Objetivos:

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na Lei Orgânica do Município. Manter a Câmara de Vereadores, com equipamentos e materiais suficientes ao seu pleno funcionamento. Adquirir móveis, veículos e equipamentos, bem como conservar e ampliar as suas instalações. Desenvolver projeto para construção da sede própria do Poder Legislativo e ainda realizar investimentos na área de pessoal.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Realizar Sessões	Ordinárias Extraordinárias Solenes	50 30 04
Apresentar Projetos de Lei	Lei	60
Apresentar Projetos de Decreto	Decreto	50
Editar Resoluções Legislativas	Resolução	40
Apreciar Projetos de Lei: Plano Plurianual	Projetos	250
Lei de Diretrizes Orçamentárias		01
Orçamento – Programa Anual		01
Julgar as Contas do Prefeito Municipal	Ação	05
Aquisição de Veículo	Veículo	01
Aquisição de Microcomputadores	Microcomputador	10
Impressora a laser	Impressora	04
Impressora jato de tinta	Impressora	03
Estabilizador	Estabilizador	10
No-break	No-break	10
Mesa para computador e impressora	Mesa	05
Aparelhos de som – mesa de som	Aparelho de som/mesa	02
Microfones	Microfone	11
Máquina de calcular	Máquina de calcular	05
Linhas telefônicas	Linhas telefônicas	11
Telefone celular	Telefone celular	14
Escritórios	Mesa	05
Cadeiras	Cadeiras	50
Armários	Armários	20
Sofás	Sofás	03
Bebedouro	Bebedouro	04
Máquina fotográfica profissional	Máquina fotográfica	02
Filmadora	Filmadora	02
Ventilador	Ventilador	05
Cortinas	Cortinas	15
Terreno e construção da sede própria	Construção	01
Reforma nas instalações da câmara municipal	Reforma	02
Cursos de aperfeiçoamento e capacitação de pessoal	Cursos	100
Participação dos vereadores em congressos e seminários	Congressos	100
Realização de concurso público	Concurso	01
Mobiliário em geral	Mobiliário	100
Ar condicionado	Ar Condicionado	15
Notebook	Computador	10

XV- PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**Objetivos:**

Atender os custos com aposentadorias dos servidores municipais e pensões de seus dependentes através do Fundo de Previdência Municipal, bem como, prestar atendimento médico e social através da AMASPU.

Principais Metas:

Especificação	Unidade	2019
Concessão de benefícios (aposentadorias e pensões)	Aposentadorias	100
Pagamento de salário-família e salário-maternidade	Salário	50
Pagamento de Auxílio Doença após 15 dias de atestado, conforme laudo médico	Auxílio doença	30
Assistência médica hospitalar e exames, conforme tabela médica CBHPM e Lei Municipal nº 3.233/06, abrangendo segurados, filho e cônjuges (50%)	Assistência	8000
Assistência odontológica efetuada no instituto, através de profissionais licitados	Assistência	1000
Assistência psicológica efetuada no instituto, através de profissionais licitados	Assistência	100
Manutenção e conservação do prédio do instituto através de pintura, telhado, pisos, reparos nas paredes.	Ação	01

PORTARIA 535/2018 - RH

Publicação Nº 1651232

PORTARIA Nº 535, de 25 de maio de 2018.

Dispõe sobre Contratação Temporária, através de Processo Seletivo 001/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de maio a 14 de junho de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ALTAIR RIBEIRO, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), classificado em "12º" lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora contratada Raline Cristiane da Silveira Gomes que encontra-se afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de maio de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

PORTARIA 558/2018 - RH

Publicação Nº 1651239

PORTARIA Nº 558, de 1º de junho de 2018.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho nº 124/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 124/2017, no período 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, ou até a realização de concurso público municipal, de RAPHAEL WALENDOWSKY, que exerce as funções do cargo de Médico - Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 1º de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 559/2018 - RH

Publicação Nº 1651258

PORTARIA Nº 559, de 1º de junho de 2018.
Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho nº 126/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 126/2017, no período 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, ou até a realização de concurso público municipal, de SINEI DA ROCHA RODRIGUES, que exerce as funções do cargo de Médico - Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC) em 1º de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 560/2018 - RH

Publicação Nº 1651264

PORTARIA Nº 560, de 1º de junho de 2018.
Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho nº 121/2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 121/2017, no período de 01 de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, ou até a realização de concurso público municipal, de EDER RODRIGUES DOS SANTOS, que exerce as funções do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 1º de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 562/2018 - RH

Publicação Nº 1651265

PORTARIA Nº 562, de 04 de junho de 2018.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de julho/2003 a julho/2008, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARLENE DZIURKOWSKI HARBATINK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 563/2018 - RH

Publicação N° 1651267

PORTARIA N° 563, de 04 de junho de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de julho/2004 a julho/2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora SIANARA CHEILI SAADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 564/2018 - RH

Publicação N° 1651271

PORTARIA N° 564, de 04 de junho de 2018.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 04 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de maio/2013 a maio/2018, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora RUTE DOS SANTOS RENNERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 565/2018 - RH

Publicação N° 1651280

PORTARIA N° 565, de 05 de junho de 2018.

Dispõe sobre conceder Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Operacional de Serviços Administrativos, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva ANA PAULA KONKOL, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, alterada pela Lei 4.445 de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 566/2018 - RH

Publicação Nº 1651282

PORTARIA Nº 566, de 05 de junho de 2018.
Dispõe sobre conceder Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Operacional de Serviços Administrativos, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva DALILA TANIA VOGEL, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, alterada pela Lei 4.445 de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 568/2018 - RH

Publicação Nº 1651288

PORTARIA Nº 568, de 05 de junho de 2018.
Dispõe sobre Exoneração a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ANDRESSA CRISTINA WEILLER, matrícula 2072201, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de junho de 2018.

Porto União, (SC), em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 569/2018 - RH

Publicação Nº 1651291

PORTARIA Nº 569, de 05 de junho de 2018.
Dispõe sobre Alteração Contratual.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 05 de junho a 14 de dezembro de 2018, ou até a realização de concurso público municipal, a carga horária da servidora efetiva MARILI TRAVINSKI BRUSKE, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em razão do pedido de exoneração da servidora Andressa Cristina Weiller e por não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 570/2018 - RH

Publicação Nº 1651299

PORTARIA Nº 570, de 05 de junho de 2018.

Revogar Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 619, de 28 de abril de 2017, que concede Função Gratificada como Responsável Técnico pela Emissão de ART e pela elaboração de Projetos, Execução e ou Fiscalização de Obras de Engenharia, ao servidor efetivo João Vilson Alves.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 571/2018 - RH

Publicação Nº 1651306

PORTARIA Nº 571, de 05 de junho de 2018.

Revogar Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 521, de 5 de agosto de 2016, que concede Função Gratificada como Responsável pela Controladoria Do Município De Porto União, à servidora efetiva Laureci Freisleben.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA 572/2018 - RH

Publicação Nº 1651309

PORTARIA Nº 572, de 05 de junho de 2018.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 1º de junho a 15 de junho de 2018, a carga horária do servidor RAPHAEL WALENDOWSKY, ocupante do cargo de do cargo de Médico (Clínico Geral), de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde, e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Porto União, SC em 05 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte Interino

PORTARIA 573/2018 - RH

Publicação N° 1651314

PORTARIA N° 573, de 06 de junho de 2018.

Designa responsável pela Controladoria do Município de Porto União e concede função gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR COMO RESPONSÁVEL PELA CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, o servidor efetivo ROBERTO CONSENTINS TORMA, nos termos do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, com redação dada pela Lei nº 4.408, de 19 de julho de 2016.

Art. 2º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Controladoria Do Município De Porto União de 30% (trinta por cento), ao referido servidor conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 041/2018

Publicação N° 1651709

PORTARIA N° 041, de 04 de junho de 2018.

Revoga a Portaria nº 035, de 14 de maio de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 035, de 14 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 042/2018

Publicação N° 1651724

PORTARIA N° 042, de 08 de junho de 2018.

Altera a composição da Comissão Especial constituída através da Portaria nº 004, de 27 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 2º da Portaria nº 004, de 27 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Designar como membros da Comissão:

I- Silvio Luciano Moraes – Presidente;

II- José Zito Alves – Membro;

III- Edison Paulino da Costa – Membro."

Art. 2º O novo membro que ora integra a Comissão Especial, somente completará o prazo estabelecido no Artigo 1º da Portaria nº 004, de 27 de janeiro de 2017.

Art. 3º Os demais dispositivos constantes da Portaria nº 004, de 27 de janeiro de 2017, permanecem inalterados.

Art. 4º Revogam-se as Portarias nºs 042, de 17 de agosto de 2017 e 023, de 11 de abril de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 077/2018

Publicação Nº 1651128

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 112/2018.

Retificação do Edital de Pregão Presencial 077/2018 – Exclusivo ME – MEI – EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data limite para recebimento das propostas passa a ser dia 28 de junho de 2018 às 13h30min, com início da sessão pública às 13h45min. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de junho de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

ADITIVOS 2018

Publicação Nº 1651235

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-8700

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

11º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº 016/2015

CONCORRÊNCIA Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo seu Prefeito municipal Sr. Oscar Gutz.

CONTRATADA: Muller Construtora Ltda Me, estabelecida na Rua 29 de Dezembro, inscrita no CNPJ sob nº 11.456.823/0001-42.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO

Fica o valor total suprimido de R\$156.011,02 (Cento e Cinquenta e seis mil, onze reais e dois centavos), referente a muro de contenção, devido a alteração de projeto inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de Fevereiro de 2018.

OSCAR GUTZ

MULLER CONSTRUTORA LTDA ME

Prefeitura Municipal de

Contratada – REPRESENTANTE LEGAL

Pouso Redondo – Contratante

Ariel Fernando G. Muller

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

12º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 016/2015

CONCORRÊNCIA Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo seu Prefeito municipal Sr. Oscar Gutz.

CONTRATADA: Muller Construtora Ltda Me, estabelecida na Rua 29 de Dezembro, inscrita no CNPJ sob nº 11.456.823/0001-42.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRESCIMO DE QUANTIDADE E VALOR

Fica aditada o valor deste contrato em R\$320.510,29 (Trezentos e vinte mil, quinhentos e dez reais e vinte e nove centavos), referente a execução de muro de contenção,. Devido a alteração de projeto inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de Fevereiro de 2018.

OSCAR GUTZ

MULLER CONSTRUTORA LTDA ME

Prefeitura Municipal de

Contratada – REPRESENTANTE LEGAL

Pouso Redondo – Contratante

Ariel Fernando G. Muller

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

13º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 016/2015

CONCORRÊNCIA Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo seu Prefeito municipal em exercício Sr. Ruy Marcos Fritsche.

CONTRATADA: Muller Construtora Ltda Me, estabelecida na Rua 29 de Dezembro, inscrita no CNPJ sob nº 11.456.823/0001-42.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo até 30 de Abril de 2018, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato, Conforme requerimento e parecer setor de planejamento anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 27 de Fevereiro de 2018.

RUY MARCOS FRITSCH MULLER CONSTRUTORA LTDA ME
Prefeitura Municipal de Contratada – REPRESENTANTE LEGAL
Pouso Redondo – Contratante Ariel Fernando G. Muller

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

1º TERMO ADITIVO**CONTRATO Nº 021/2018**

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa Marcia Honorato da Silva , Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Geral Rio Novo, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.838.974/0001-41, já qualificadas no contrato Nº 021/2018, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a quilometragem da linha Ribeirão Rio Novo – divisa com Serril, Faxinal, Tifa Campos, Sobe e Desce, estimada inicialmente em 75km para 84km diários, em razão do aumento de alunos em outros pontos de embarque.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de Março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL EMPRESA

OSCAR GUTZ Marcia Honorato da Silva
Município de Pouso Redondo CNPJ nº: 17.838.974/0001-41

1º TERMO ADITIVO**CONTRATO Nº 020/2018**

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa Osnildo José Paterno, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Geral Lageado Grande, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.799.821/0001-32, já qualificadas no contrato Nº 020/2018, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a quilometragem da linha Lageado/ Tifa dos Crentes, estimada inicialmente em 32 para 40km diários, em razão do aumento de alunos em outros pontos de embarque.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de Março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL EMPRESA

OSCAR GUTZ Osair Coelho Gomes
Município de Pouso Redondo CNPJ nº: 17.799.821/0001-32
Contratante Contratado

1º TERMO ADITIVO**CONTRATO Nº 018/2018**

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa Osnildo José Paterno, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Geral Corruchel, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.835.529/0001-28, já qualificadas no contrato Nº 018/2018, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do

Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a quilometragem da linha Ribeirão Vitória/Corruchel/Santa Isabel, estimada inicialmente em 33 para 40km diários, em razão do aumento de alunos em outros pontos de embarque.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de Março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL EMPRESA

OSCAR GUTZ Osnildo José Paterno
Município de Pouso Redondo CNPJ nº: 17.835.529/0001-28

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 007/2017

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Augusto Maas, nº4.600, Arapongas, Cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 09.465.889/0001-57, já qualificadas no contrato Nº 007/2017, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada cláusula terceira do contrato supra citado, acrescentando a quantidade de 3,98150 m3 de serviços de perfuração e desmonte de rochas, equivalente a R\$ 57.724,50 (cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 20 de Março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL EMPRESA

OSCAR GUTZ Extrabrit Mineração Ltda
Município de Pouso Redondo CNPJ nº: 09.465.889/0001-57
Contratante Contratado

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2017, PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SEEMANN E ANDERLE LTDA

Aos 12 dias do mês de Abril de 2018, Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, com registro no CNPJ n. .83.102.681/0001-26, sede na rua Antonio Carlos Thiesen, nº74, Pouso Redondo-SC, neste ato representada pelo seu prefeito, OSCAR GUTZ, doravante designada simplesmente CONTRATADA, e SEEMANN E ANDERLE LTDA, CNPJ n. 05.629.066/0001-69, com sede na Av. Ari Verdi, 10, Centro, Pouso Redondo/SC representada por seu Representante Legal, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM) PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, observado as disposições contidas na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", § 1º, Processo Administrativo nº. 19/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, e mediante as seguintes condições:

1 – OBJETO. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM) PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2 – FINALIDADE. A finalidade deste instrumento é o reajuste no valor dos produtos contratados, sob alegação de quebra do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, observando também que a alíquota de aumento que o produto sofreu neste período de compra na companhia de petróleo foi para gasolina comum, ficando o valor para venda reajustado em 5,17%, onde para o item 01 – GASOLINA COMUM FROTA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE o valor que anteriormente era de R\$ 3.74, passa a ser de R\$3,926, e para o item nº02 – GASOLINA COMUM FROTA PREFEITURA MUNICIPAL, o valor que anteriormente era de R\$ 3,693 passa a ser de R\$3,876.

3 – DA VIGÊNCIA. Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

4 – DA RATIFICAÇÃO. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato.

5 – DO FORO: As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Trombudo Central - SC, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente Termo, assinam este instrumento a Prefeitura de Pouso Redondo - SC e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 12 de abril de 2017.

14º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 016/2015

CONCORRÊNCIA Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo seu Prefeito municipal em exercício Sr. Oscar Gutz.

CONTRATADA: Muller Construtora Ltda Me, estabelecida na Rua 29 de Dezembro, inscrita no CNPJ sob nº 11.456.823/0001-42.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo até 30 de junho de 2018, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato, Conforme requerimento e parecer setor de planejamento anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 30 de Abril de 2018.

OSCAR GUTZ MULLER CONSTRUTORA LTDA ME

Prefeitura Municipal de Contratada – REPRESENTANTE LEGAL

Pouso Redondo – Contratante Ariel Fernando G. Muller

10º TERMO ADITIVO

CT Nº018/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa WILSON EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP, estabelecida na Rua Presidente Juscelino, 225, sala, Centro, Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob nº77.894.863/0001-84., Processo licitatório realizado de modalidade Concorrência Pública nº04/2015, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do contrato até 30 de Novembro de 2018, justificando-se pela necessidade de liberação dos valores (20% do total do contrato) ainda não creditados em conta do Município, tendo em vista que a obra encontra-se com 99% do cronograma executado, além do que a importação do material para acabamento da obra, pois o mesmo encontra-se em processo de liberação de importação o que gerou atraso por parte dos fornecedores dos materiais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 14 de Maio de 2018.

OSCAR GUTZ WILSON EMP. IMOBIL. LTDA - EPP

Prefeitura Municipal de Contratada – REPRESENTANTE LEGAL

Pouso Redondo – Contratante

1º TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº23/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 12.321353/0001-72 e a empresa GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ 90.180.605/0001-02 localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Boa Vista, Porto Alegre/RS, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 65, nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Fica o valor de Renovação das apólices R\$81.190,67 (Oitenta e um mil, cento e noventa reais e sessenta e sete centavos), o mesmo valor pago em 2017, com as exclusões e inclusões de veículos devido a alienações e aquisições realizadas pelo município.

Clausula Segunda: DO PRAZO

Fica alterado o prazo deste contrato, estabelecendo o prazo ate 25 de maio de 2019, para o cumprimento dos termos consignados no objeto do presente termo.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Pouso Redondo (SC), 24 de Maio de 2018.

OSCAR GUTZ GENTE SEGURADORA S.A

Município de CNPJ 90.180.605/0001-02 – Contratado

Pouso Redondo – Contratante Representante Legal

7º TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 56/2012
CONCORRÊNCIA Nº 002/2012
CONTRATO Nº 075/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 13.624.323/0001-06, já qualificadas no processo licitatório Nº 56/2012, de comum acordo resolvem aditar o Contrato Nº 075/2012, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Fica aditada a cláusula sexta deste contrato, reajustado o valor em R\$47.433,05 (Quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinco centavos), de acordo com o CUB (Custo Unitário Básico) do período de Novembro/2013 a Abril/2017, conforme parecer jurídico, contábil e do setor de planejamento anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 24 de Maio de 2018.
OSCAR GUTZ Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda
Prefeito Municipal CNPJ: 13.624.323/0001-06

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº61/2017, PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (DIESEL) PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SEEMANN E ANDERLE LTDA

Aos 25 dias do mês de Maio de 2018, Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, com registro no CNPJ n. .83.102.681/0001-26, sede na rua Antonio Carlos Thiesen, nº74, Pouso Redondo-SC, neste ato representada pelo seu prefeito, OSCAR GUTZ, doravante designada simplesmente CONTRATADA, e SEEMANN E ANDERLE LTDA, CNPJ n. 05.629.066/0001-69, com sede na Av. Ari Verdi, 10, Centro, Pouso Redondo/SC representada por seu Representante Legal, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL) PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, observado as disposições contidas na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", § 1º, Processo Administrativo nº. 75/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, e mediante as seguintes condições:

1 – OBJETO. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL) PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2 – FINALIDADE. A finalidade deste instrumento é o reajuste no valor dos produtos contratados, sob alegação de quebra do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, observando também que a alíquota de aumento que o produto sofreu neste período de compra na companhia de petróleo foi para gasolina comum, ficando o valor para venda reajustado, onde para o item 01 – DIESEL S10 o valor que anteriormente era de R\$ 3.26, passa a ser de R\$3,575.

3 – DA VIGÊNCIA. Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

4 – DA RATIFICAÇÃO. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato.

5 – DO FORO: As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Trombudo Central - SC, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente Termo, assinam este instrumento a Prefeitura de Pouso Redondo - SC e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pouso Redondo, 25 de Maio de 2018.
OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo - Contratante

SEEMANN E ANDERLE LTDA.
CNPJ: 05.629.066/0001-69
Representante Legal

5º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 027/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 83.102.681/0001-26, situada a Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Centro neste ato representado pelo seu Prefeito municipal Sr. Oscar Gutz.

CONTRATADA: CONSTRUTORA F & F LTDA, estabelecida na Rua 15 de Novembro, 453, Centro, Ibirama - SC, inscrita no CNPJ sob nº 12.595.052/0001-37, representada neste ato pelo Sr. DEIVID SCHLICHTING, CPF 042.385.889-08.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

Fica aditada a cláusula sexta deste contrato, o valor em R\$5.641,32 (Cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), devido a divergência na medida da largura da rua que seria de apenas 10 (Dez) metros, enquanto a medida correta seria de 12 (Doze) metros, conforme parecer jurídico, e do setor de planejamento anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 07 de junho de 2018.

OSCAR GUTZ CONSTRUTORA F & F LTDA

Prefeitura Municipal de Contratada – REPRESENTANTE LEGAL

Pouso Redondo – Contratante

LEI Nº 2.706/2018 DE 05/06/2018 DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1650643

LEI Nº 2.706/2018 de 05/06/2018

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Funcional: 04.122.0009.2.003 - Manutenção Da Secretaria de Administração

(4) 4.4.90.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

(50) 4.4.90.00.00.00.00.00131 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO RODOVIARIA

Funcional: 26.782.0039.1.007 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

(100) 4.0.90.00.00.00.00.00089 - Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

Órgão: 13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional: 08.244.0028.2.038- Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social

(159) 3.1.90.00.00.00.00.00052 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

TOTALR\$ 283.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 05 de junho de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1651027

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE-AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2018

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO (ZERO KM) PARA USO DO SAMAE AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 25/06/2018.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 09:15 HORAS DO DIA 25/06/2018.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, PRAIA GRANDE/SC, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:30H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 12 DE JUNHO DE 2018.

JOÃO LUIZ CUSTODIO

DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO JESSICA BETHANIA MACHADO (ODONTOLOGO)

Publicação Nº 1650833

CONVOCAÇÃO

ILMO (A) SENHOR (A)
JESSICA BETHANIA MACHADO

Em conformidade com a lei Complementar Nº 001/2002 e Decreto Municipal Nº 51/2016 que homologou o resultado do Concurso Público Nº 01/2016, CONVOCAMOS Vossa Senhoria para que no prazo máximo de 30 dias a contar do recebimento desta, compareça, ao Setor de pessoal, munido da documentação em anexo para tomar posse do cargo de ODONTÓLOGO no qual foi aprovado (a).

Presidente Nereu, 12 de junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 286/2018

Publicação Nº 1650644

PORTARIA Nº. 286 DE 06 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a CLAUDIA APARECIDA DA SILVA, Agente Administrativo, pelo período de 06 de Junho de 2018 a 20 de Junho de 2018 (fruição 05 dias), relativo ao período aquisitivo de 01/06/2017 a 31/05/2018.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) Primeiros dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 287/2018

Publicação Nº 1650647

PORTARIA Nº. 287 DE 06 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a JAQUELINE CONHAQUE, Agente Administrativo, pelo período de 06 de Junho de 2018 a 20 de Junho de 2018 (fruição 05 dias), relativo ao período aquisitivo de 01/06/2017 à 31/05/2018.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) Primeiros dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 288/2018

Publicação Nº 1650648

PORTARIA Nº 288 DE 07 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda, considerando-se a necessidade de atendimento ao C.E.I. Vó Paulina e EJA na E.M.Vereador Jaime Gili

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal CRISTIANE PETRY, ocupante do cargo de ASSESSOR ESPECIAL, como segue:

SEGUNDA-FEIRA	Das 08h00min às 11h30min
TERÇA-FEIRA	Das 13h30min às 17h00min
	18h30min às 22h00min
QUARTA-FEIRA	Das 08h00min às 11h30min
QUINTA-FEIRA	Das 13h30min às 17h00min
	18h30min às 22h00min
SEXTA-FEIRA	Das 13h00min às 17h00min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, revogando a Portaria nº 261/2018.

Presidente Nereu, 07 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 289/2018

Publicação Nº 1650649

PORTARIA Nº. 289 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a VALDEMIRO VOLTOLINI, Motorista, pelo período de 11 de Junho de 2018 a 25 de Junho de 2018, relativo ao período aquisitivo de 04/03/2017 à 03/03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 11 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 290/2018

Publicação Nº 1650650

PORTARIA Nº.290 DE 11 DE JUNHO DE 2018.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) JULIANA RIBEIRO DA SILVA, contratada em caráter temporário para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, em conformidade com o inciso II, Art. 10º, da Lei Complementar nº 1284/2010.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 11 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 291/2018

Publicação Nº 1650828

PORTARIA Nº. 291, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

TORNA SEM EFEITOS ATO DE NOMEAÇÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte.
PORTARIA

Art. 1.º - Torna sem efeitos a partir desta data o Ato de Nomeação constituído pela Portaria Nº. 283 de 05 de Junho de 2018, em decorrência de Desistência de Prazo e de Renúncia de Direito à Posse em Cargo Público, conforme § 1º do art. 11 da Lei complementar nº 001/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 11 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 292/2018

Publicação Nº 1650829

PORTARIA Nº. 292, DE 12 DE JUNHO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, obedecendo aos resultados do Concurso Público nº 001/2016, e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar nº. 11, de 01 de Setembro de 2011, que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional e, ainda em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por Concurso Público, JESSICA BETHANIA MACHADO, para o cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, Faixa I, Nível de Vencimentos XIV, constante do Anexo I, da Lei Complementar nº. 11/2011.

Parágrafo Único - A carga horária será de 40 horas semanais.

Art. 2.º- Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 12 de Junho de 2018.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2018 PARA CONTRATAÇÃO/COMPRA DE KIT PONTE DE TRANPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE EM CONCRETO ARMADO, NAS LOCALIDADES DE THIEMEN I E THIEMEN II, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 06

Publicação Nº 1650966



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 29/2018**

DATA DE EMISSÃO: 11 de junho de 2018

JULGAMENTO: Menor Preço

COMPARAÇÃO: Por Item

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório nº 31/2018, na modalidade de Tomada de Preços, sob o regime de , sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, cujo recebimento dos envelopes contendo a documentação e propostas será realizado pelo Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado na PRAÇA LEAO DEHON, , CENTRO - Presidente Nereu - SC, CEP 89194.000, até às 09:00:00 do dia 28/06/2018, no mesmo local, iniciando-se, em seguida, os procedimentos de abertura dos envelopes e julgamento das propostas às 09:15:00 do dia 28/06/2018 no mesmo local.

**A) PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
ENVELOPE DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2018
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE)**

**B) PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
ENVELOPE DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2018
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE)**

1.3 – Cadastramento obrigatório até dia 25 de junho de 2018 – terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, os documentos necessário para efetuar CRC são mesmo do item 5.2.1.

1.4 - Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

- I - TERMO DE REFERENCIA,
- II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA,
- III – PROCURAÇÃO,
- IV – MINUTA DE CONTRATO,
- V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAL DAS OBRAS,
- VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
- VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL;

1.5 – Os projetos de execução estão disponível no site do município de Presidente Nereu endereço www.presidentenereu.sc.gov.br no link licitações no portal da transparência e no diário oficial dos municípios.

2 – DO OBJETO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

A presente licitação tem como objeto a TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO/COMPRA DE KIT PONTE DE TRANPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE EM CONCRETO ARMADO, NAS LOCALIDADES DE THIEMEN I E THIEMEN II, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 06/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME PROCEDIMENTOS PARA REPASSE DE RECURSOS PELA PORTARIA Nº 624/2017-ART.7 E ART 11.DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL.

3 – DO PREÇO

3.1 - Estima-se o valor desta licitação em R\$ 208.890,55 (duzentos e oito mil oitocentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos), baseado nas estimativas das cotações prévias aprovadas pela DEINFRA.

3.2 – Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeita.

3.3 - Os quantitativos e valores indicados correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores técnicos e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
	0801.1019.3449 05198 - 01640100

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 – Poderão participar do certame, pessoas jurídicas cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação, inscritas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Presidente Nereu, cujo certificado esteja em vigor, assim como os documentos ali elencados, e cujo objeto social abranja o desta licitação.

5.2 – As empresas não cadastradas poderão participar da licitação, desde que apresentem documentação que comprove o atendimento ao disposto no art. 27 da Lei federal n. 8.666/93, até o terceiro dia anterior à data da abertura de envelopes, junto ao Setor de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Presidente Nereu.

5.3 – Na fase de habilitação, todas as licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1 - Certificado de Registro Cadastral – CRC, dentro do prazo de validade e emitido pela Prefeitura de Presidente Nereu.

5.1.2 - Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

Pessoa Jurídica:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

- c) Comprovante de regularidade fiscal das Fazendas Federal (Receita Federal e da Procuradoria Geral da República com relação à Dívida Ativa), Estadual e Municipal (ISS) da sua sede, emitidas pelos órgãos arrecadadores e atinentes a atividade da licitante; e
- d) Comprovante de regularidade fiscal relativo à Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Licença ambiental da Obra, a qual deverá ser apresentada na assinatura do contrato.

5.1.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição**; (LC nº 123, art. 43, caput).

5.1.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a **regularização da documentação**; (LC nº 123, art. 43, § 1º).

5.1.2.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.1.2.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

5.1.3 - Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93).

5.1.3.1 – Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos.

5.1.3.2 - Comprovação de capacidade técnico-operacional que se dará pela apresentação de atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a licitante executou com satisfação, serviços equivalentes ou similares em características aos constantes do objeto desta licitação, equivalentes a no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estabelecidos no memorial descritivo;

5.1.3.3 – Comprovação de capacidade técnico-profissional que se dará através da comprovação de que o licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, um profissional graduado, nos termos da Resolução 218/73 do CONFEA que será o responsável técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, detentor de, no mínimo, um atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao do objeto desta licitação, independente do seu quantitativo.

5.1.3.4 - A comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos, desde que vinculado o profissional acima indicado com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta;

5.1.3.5 - A comprovação da detenção de atestado de responsabilidade técnica deverá ser efetuada através da apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, acompanhada de atestado de empresas de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA, através de anotação expressa que vincule o Atestado ao Acervo; (artigo 30, parágrafo 1º, inciso I, Lei Federal nº 8.666/93);

5.1.3.6 - Declaração de visita técnica realizada pelo **representante técnico** da empresa ao local das obras, conforme modelo do ANEXO V;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

5.1.3.6.1 - A visita técnica ao local da execução dos serviços será realizada até um dia antes a data da licitação, mediante prévio agendamento no Setor de Licitações, e as licitantes deverão ser representadas por engenheiro responsável, que deverá comparecer na sede da Prefeitura, e serão acompanhados por funcionário autorizado pelo Secretário de Obras.

5.1.4 – Qualificação Econômico-financeira (art. 31 da Lei 8.666/93)

Para Pessoa Jurídica:

- a) Balanço patrimonial, assinado pelo Contador responsável e pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, registrado na Junta Comercial e demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Demonstrativo de índices mínimos de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Endividamento, elaborado em papel timbrado da empresa, subscrito por seu(s) representante(s) legal(is) e pelo Contador responsável, devidamente identificados, calculados com base no Balanço Patrimonial do último exercício social, da seguinte forma:

AC LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = índice mínimo: 1,00 PC AC + ARLP LIQUIDEZ GERAL: ----- = índice mínimo: 1,00 PC + PELP PL GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: ----- = índice mínimo: 1,00 PC + PELP PC + PELP GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = índice máximo: 0,51 AT

Onde: **AC** = Ativo Circulante; **ARLP** = Ativo Realizável em Longo Prazo; **AP** = Ativo Permanente; **AT** = Ativo Total; **PC** = Passivo Circulante; **PELP** = Passivo Exigível e Longo Prazo; **PL** = Patrimônio Líquido.

Observação1: É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observação2: A empresa constituída a menos de um ano poderá apresentar balanço de abertura.

c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor de sua sede da pessoa jurídica. No caso de não indicação da vigência na respectiva certidão, será considerada aquela expedida no máximo de 90 (noventa) dias da data da abertura da licitação.

d) Prova de capital social mínimo registrado e integralizado no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente licitação, ou seja, R\$ (.....) comprovado mediante certidão expedida ou contrato social registrado na Junta Comercial, do qual conste o capital social vigente;

5.2 – Os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em envelope fechado que deverá enunciar externamente os dizeres estipulados neste edital.

5.3 – Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, que ficará retido nos autos, ou em cópia autenticada por cartório competente ou conferida por membro da Comissão de Licitação, que fará a autenticação no ato, excetos as certidões obtidas através da internet, as quais, no entanto só terão validades após a verificação de sua emissão junto ao site do órgão emissor.

5.4 – A licitante fica obrigada a declarar sua concordância com os termos do Edital, bem como quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação ou punições sofridas que a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

impeçam de participar de licitações promovidas por órgão ou entidade pública, na forma do ANEXO VII – Declaração – Concordância com os Termos do Edital e da não ocorrência de fatos impeditivos à participação.

5.5 – A concorrente poderá ser representada no procedimento licitatório por seu(s) representante(s) legal(is), ou por procurador munido de procuração, com poderes especiais para tal mister, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

6 – DA PROPOSTA

6.1 – O Anexo II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.

6.2 – Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação obrigatória do preço em reais e por extenso;
- d) indicação dos números do CNPJ, através da oposição do respectivo carimbo;
- e) indicação da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato.

6.3 – O formulário padronizado de proposta indicado acima, deverá vir acompanhado de Planilha Orçamentária com Preços Unitários e Global, contendo todos os preços por itens a preços unitários, em algarismos, sendo os valores numéricos calculados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se o remanescente, devendo estar carimbada e rubricada, em todas as suas folhas, pelo responsável legal da Licitante, apurados até a data de apresentação da proposta, para pagamento à vista, já computado o BDI.

7 – DO JULGAMENTO

7.1 - A Comissão abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste ato convocatório. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

7.1.1 – No caso das **microempresas e empresas de pequeno porte** proceder-se-á conforme descrito no item 5.1.2.2, dando sequência a abertura dos envelopes mesmo que estas apresentem alguma irregularidade na documentação de regularidade fiscal.

7.2 - Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes do direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

7.3 - A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

7.4 - Será considerada vencedora a proposta que atenda às especificações e oferte o MENOR PREÇO.

7.4.1 - Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.

7.4.2 - Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, de valor zero ou que sejam manifestamente inexequíveis (arts. 40, X e 48, II e parágrafos, com a redação da Lei Federal nº 8.666/93).

7.5 - As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis.

7.6 - Se houver **empate**, será assegurado o exercício do direito de preferência às **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos seguintes termos (LC nº 123, art. 44, caput):

7.6.1 - Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada; (LC nº 123, art. 44, § 1º).

7.6.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela melhor classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; (LC nº 123, art. 45, inc. I).

7.6.3 - Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória.

7.6.4 - A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 6.1 deste edital, inserida em envelope fechado, com a indicação dos seguintes dados:

PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU**ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA RENOVADA - LC 123/2006****TOMADA DE PREÇOS Nº/2018****RAZÃO SOCIAL da Micro ou Pequena Empresa**

7.6.5 - Se houver equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar melhor oferta; (LC nº 123, art. 45, inc. III)

7.6.6 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exerça seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (LC nº 123, art. 45, inc II)

7.6.6.1 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.6.7 - Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (LC nº 123, art. 45, § 1º).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica**8 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1 – A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo IV;

8.1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, os documentos relativos à regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

8.1.1.1 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de dois dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 8.1.1, mediante a apresentação de documentos comprobatórios com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

8.1.2 - O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato no prazo de dois dias corridos contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

8.1.3 - Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 8.1.1, ou se recusar a prestar a garantia ou celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação;

8.1.4 - Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de dois dias úteis a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

8.1.4.1 - Não ocorrendo à regularização prevista no subitem anterior, facultar-se-á à Administração:

a) a retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.6.1;

b) a revogação da licitação (LC nº 123. art. 43, § 2º).

8.2 - A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

8.3 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

8.4 - O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5 - A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
8.6 - O foro do contrato será o da Comarca de Rio do Sul/SC.

9 - GARANTIA DA OBRA

9.1 - Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 1.245 do Código Civil Brasileiro.

(Art. 1.245. Nos contratos de empreitadas de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como o solo, exceto, quando a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra).

10 – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.1. A Aceitação de qualquer serviço pela Fiscalização está vinculada ao rigor da boa técnica construtiva e aos elementos especificados, projeto executivo e memorial descritivo. A Aceitação de serviços básicos fica diretamente ligada à conferência da Equipe Técnica da Prefeitura.

10.2 – Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

10.2.1 – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15(quinze) dias da comunicação estrita do contrato;

10.2.2 – Decorridos noventa dias da Aceitação Provisória das Obras e Serviços e desde que estejam atendidas pela licitante contratada as solicitações de reparos referentes a defeitos e imperfeições, que tenham sido verificados por ocasião do recebimento provisório ou no decorrer desse prazo, será emitido pela Comissão de Recebimento, o Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva das Obras e Serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

10.3 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

11 – DAS SANÇÕES

11.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

c) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.2 – A rescisão contratual, de acordo com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial, nos termos da legislação.

11.3 - O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e

b) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

11.4 - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

a) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou

b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.5 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

11.6 - Pela não-regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 5.1.2.2 deste edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93; (LC nº 123, art. 43, § 2º).

11.7 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

11.8 - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

12 – DO PAGAMENTO

12.1 - A remuneração pelas obras e serviços será efetuada em parcelas de acordo com as quantidades efetivamente executadas e aferidas em consonância com as etapas e as medições constantes no **CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO** aplicado aos preços unitários e ou global constantes da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** apresentada pela Contratada em sua Proposta Comercial.

12.2. **Do pagamento:** O pagamento será efetuado através de medição programada, devendo os documentos fiscais ou outros equivalentes estarem devidamente assinados pelo Técnico responsável, comprovando a efetiva prestação dos serviços.

12.3 - A Prefeitura entregará à Contratada cópia da aferição aprovada.

12.4 - Todas as Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas em à Prefeitura, sendo o pagamento efetuado através de transferência bancária à Contratada em conta corrente.

12.4.1 - Quando for constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a Contratada, uma nova Nota Fiscal, não sendo aceito carta de correção, a qual deverá ser enviada para o local de sua entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja a mesma liberada para pagamento.

12.5 - A liberação dos pagamentos estará condicionada à apresentação pela Contratada dos seguintes documentos, de sua única e inteira responsabilidade:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

12.5.1 - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

12.6 - Os pagamentos das parcelas ficam condicionados à liberação através de fiscalização do engenheiro civil do município, e os recursos serão provenientes da Defesa Civil.

12.7 - A Prefeitura no ato do pagamento efetuará o desconto referente a tributos porventura devidos, inclusive o ISS.

12.8 - Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva das obras e serviços executados parcialmente.

12.9 - A licitante contratada responderá pelo bom funcionamento de todos os equipamentos, por ela instalados até a expedição do Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva das Obras e Serviços, independentemente dos prazos de garantia oferecidos pelos fabricantes.

13 – DAS INFORMAÇÕES

13.1 – A Prefeitura de Presidente Nereu prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8:00 horas às 13:00 horas, no Paço Municipal, pelo endereço eletrônico compras@presidentenereu.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3362-1108.

13.2 – Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis da data indicada no subitem 1.2 deste ato convocatório.

13.3 - Informações do Projeto deverá ser solicitado pelo e-mail eletrônico compras@presidentenereu.sc.gov.br.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A Prefeitura de Presidente Nereu poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2 – Não serão admitidas a esta licitação empresas:

- a) em consórcio;
- b) suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações;
- c) as declaradas inidôneas, vigente a penalidade imposta pela autoridade federal, estadual ou municipal, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei de Licitações e
- d) sob regime de falência ou concordata.

14.3 – As impugnações a este ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitações e protocolizadas no Paço Municipal;

14.4 – Os recursos administrativos serão dirigidos ao Exmo. Sr. Prefeito de Presidente Nereu, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, devendo ser protocolizados no Paço Municipal, sendo processados e julgados na conformidade do art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

14.4.1 – A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º Lei Federal nº 8.666/93.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

14.5 - Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão retirá-los, na Prefeitura de Presidente Nereu, no horário de expediente, até 24 horas (vinte e quatro) que antecedem o recebimento dos envelopes, mediante o pagamento da quantia de R\$ **50,00 (cinquenta reais)**, equivalente aos custos de reprodução do edital, bem como dos CDs que compõem o presente.

14.6 - Ao retirarem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Comissão de Licitações, o endereço para qualquer correspondência, e o número do telefone para uma eventual verificação.

14.7 - A simples apresentação da documentação destinada à habilitação e a proposta implica na aceitação incondicional do presente Edital e seus Anexos.

14.8 – Devera a licitante vencedora seguir e cumprir as normas regulamentadoras pertinentes à Segurança do Trabalho.

14.9 – Todas as comunicações referentes a este certame serão afixadas no Diário Oficial dos Municípios, no site oficial da Prefeitura – www.presidentenereu.sc.gov.br – além de efetuadas diretamente aos interessados e no que couber publicada no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação estadual.

14.10. Caberá à licitante contratada fornecer e conservar os equipamentos mecânicos e o ferramental necessário, contratar mão de obra idônea de modo a reunir permanentemente um serviço e uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestre e encarregados, que assegurem um desenvolvimento satisfatório da obra.

14.11. A mão de obra a empregar será sempre de inteira responsabilidade da licitante contratada, devendo ser de primeira qualidade, capaz de executar acabamentos esmerados e de pleno acordo com as especificações e projetos.

14.12. Deverá a licitante contratada apresentar a relação de pessoal, diariamente e, mensalmente todos os recolhimentos referentes à mão de obra – INSS, ISS e FGTS.

14.13. A licitante contratada obriga-se a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da notificação correspondente, qualquer empregado seu que a critério da Prefeitura de Presidente Nereu, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

14.14. A licitante contratada adotará, na obra, no que se refere à higiene e segurança do trabalho, as disposições da Legislação vigente expedida pelo Ministério do Trabalho, fazendo seus empregados utilizarem-se de equipamentos de proteção individual (EPI)/coletiva (EPC) e atendimento a NR-18.

14.15. Correrá por conta exclusiva da licitante contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes do trabalho em função da obra contratada, ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela Prefeitura de Presidente Nereu, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros oriundos da execução da obra e/ou de ações ou omissões da licitante contratada, ainda que ocorram em via pública.

14.16. A Prefeitura de Presidente Nereu realizará fiscalização semanal, para acompanhar e verificar a perfeita execução dos serviços, bem como o cumprimento dos projetos, das especificações, das Normas Brasileiras, das posturas municipais. A fiscalização poderá embargar ou rejeitar serviços e mão de obra que estejam em desacordo com o previsto nos documentos supracitados e nas exigências contratuais e deste edital.

14.17. A ação da fiscalização será preventiva, sem interferência na metodologia de trabalho da licitante contratada, e, em absoluto gerará responsabilidade para a Prefeitura de Presidente Nereu pela execução das obras e serviços, como também não excluirá e nem reduzirá as responsabilidades da licitante contratada pela má

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

execução das mesmas.

14.18. A licitante contratada obriga-se a exercer meticulosa coordenação e controle dos materiais e dos serviços contratados, facultando à fiscalização da Prefeitura o acesso a todas as partes da obra. Obriga-se também a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à obra contratada.

14.19. A Prefeitura se reserva no direito de impugnar e mandar refazer os trabalhos que, a seu critério forem executados em desacordo com as especificações, projetos e normas técnicas, bem como, pelo mau emprego dos materiais, caso em que a licitante contratada deverá repor todo o material eventualmente gasto.

14.20. A licitante contratada obriga-se a iniciar qualquer correção exigida pela fiscalização da Prefeitura, dentro de 48 horas a contar do recebimento da exigência, correndo por exclusiva conta da licitante as despesas dali decorrentes.

14.21. À fiscalização da Prefeitura é assegurado o direito de ordenar a suspensão da obra no caso de não ser atendida dentro de 48 horas a contar da entrega da notificação correspondente, qualquer reclamação sobre direito essencial em serviço executado ou material posto na obra, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a licitante contratada, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

PRESIDENTE NEREU, 11 de junho de 2018.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO

TOMADA DE PREÇO Nº 29/2018
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

.....

Endereço:

.....

Telefone:

.....

RELAÇÃO DOS ITENS.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	KIT PONTE DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS- 04 VIGAS TIPO T (1,25M X 80M) VÃO DE 8,00 X 5,00 M DE LARGURA COM TRANSPORTE E MONTAGEM NO LOCAL.	R\$57.911,52	R\$ 57.911,52
2	1	UNIDADE	KIT PONTE DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS- 04 VIGAS TIPO T (1,25M X 80M) VÃO DE 8,00 X 5,00 M DE LARGURA COM TRANSPORTE E MONTAGEM NO LOCAL.	R\$57.911,52	R\$ 57.911,52
3	1	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE SOBRE O RIO THIEMANN I, COM ÁREA TOTAL DE 33,06 M².	R\$48.648,78	R\$ 48.648,78
4	1	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE SOBRE O RIO THIEMANN II, COM ÁREA TOTAL DE 33,06 M².	R\$44.418,73	R\$ 44.418,73

TOMADA DE PREÇO Nº 29/2018
ANEXO II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

.....

Endereço:

.....

Telefone:

.....

RELAÇÃO DOS ITENS.					
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	KIT PONTE DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS- 04 VIGAS TIPO T (1,25M X 80M)VÃO DE 8,00 X 5,00 M DE LARGURA COM TRANSPORTE E MONTAGEM NO LOCAL.		
2	1	UNIDADE	KIT PONTE DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS- 04 VIGAS TIPO T (1,25M X 80M)VÃO DE 8,00 X 5,00 M DE LARGURA COM TRANSPORTE E MONTAGEM NO LOCAL.		
3	1	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE SOBRE O RIO THIEMANN I, COM ÁREA TOTAL DE 33,06 M².		
4	1	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE SOBRE O RIO THIEMANN II, COM ÁREA TOTAL DE 33,06 M².		

Valor global por extenso:

OBS: A proposta deverá acompanhar Planilha Orçamentária com Preços Unitários e Globais

Dados do representante da empresa que assinará o termo de contrato.

Nome:

Identidade nº / Órgão

CPF nº

DECLARAÇÃO

1 – Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

2 - Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital.

3 - Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Local e Data:

Assinatura do(s) representante(s) legal(is):

Carimbo do CNPJ

TOMADA DE PREÇO Nº 29/2018
ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:, (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ou (pessoa física, inscrita no CPF sob o nº), com sede na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de, (neste ato representado) pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr.(a), (nacionalidade)..... (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, na cidade de, Estado de

OUTORGADO: Sr. (a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de

----- **PODERES:** ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 29/2018, da Prefeitura de Presidente Nereu, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

..... de de 2018

.....
Outorgante

**TOMADA DE PREÇO Nº/2018.
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU E**

Por este instrumento público de contrato, de um lado a **PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. , doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, e Inscrição Estadual sob o n.º, com sede à, n.º, na cidade de, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da cédula de identidade n.º e do C.P.F. n.º, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** e, firmam o presente termo de contrato, concernente à **Tomada de Preços nº 29/2018**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) – A Contratada se obriga a realizar as obras de Construção de Creche Pró Infância Tipo “C”, no Município de Presidente Nereu, conforme descrição e detalhamento do FNDE previsto no anexo I (memorial descritivo e projeto), no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da solicitação do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA (DA FORMA DE EXECUÇÃO) – A Contratada se compromete a executar os serviços em conformidade com as determinações contidas no memorial descritivo e projeto em anexo da Tomada de Preços nº 36/2018.

Parágrafo Primeiro - Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, que se incumbirá pelo fornecimento do efetivo pessoal e equipamentos necessários e compatíveis com o desenvolvimento dos serviços mencionados no objeto, respondendo pelos gastos e encargos decorrentes.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser executados em fiel cumprimento ao projeto básico/executivo, memorial descritivo e orientações da fiscalização da CONTRATANTE, através do Setor Competente.

Parágrafo Terceiro - Os serviços serão desenvolvidos, observado o prazo, mencionado na cláusula sexta.

CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR) – O valor global deste contrato é de R\$ (.....), conforme o preço proposto pela Contratada.

CLÁUSULA QUARTA (DA DESPESA) – A despesa do contrato neste exercício correrá à conta do Código de Despesa do orçamento da Prefeitura de PRESIDENTE NEREU, abaixo descrito:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLÁUSULA QUINTA (DO PAGAMENTO) – A remuneração pelas obras e serviços será efetuada em parcelas de acordo com as quantidades efetivamente executadas e auferidas em consonância com as etapas e as medições programadas constantes do **CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO** aplicado aos preços unitários e ou global constantes da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** apresentada pela Contratada em sua Proposta Comercial, Os pagamentos serão realizados após medições aprovadas e recursos liberado pela Caixa Econômica Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura..

Parágrafo Primeira - Quando for constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a Contratada, substituí lá e deverá ser enviada para o local de sua entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja a mesma liberada para pagamento.

Parágrafo Segunda - A liberação dos pagamentos estará condicionada à apresentação pela Contratada dos seguintes documentos, de sua única e inteira responsabilidade:

a) Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

b) Os pagamentos das parcelas ficam condicionados à liberação através da fiscalização da Defesa Civil.

c) A Prefeitura no ato do pagamento efetuará o desconto referente a tributos porventura devidos, inclusive o ISS.

d) Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva das obras e serviços executados parcialmente.

e) A licitante contratada responderá pelo bom funcionamento de todos os equipamentos, por ela instalados até a expedição do Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva das Obras e Serviços, independentemente dos prazos de garantia oferecidos pelos fabricantes.

CLÁUSULA SEXTA (DO REAJUSTE) – No caso de eventual necessidade de reajuste dos preços ora licitados após o prazo mínimo de 12 meses, cuja verificação está condicionada às disposições legais, fica, desde logo, fixado que o mesmo deverá ocorrer com base no índice IPCA – IBGE.

CLÁUSULA SETIMA (DO PRAZO) – O prazo de execução do presente objeto será de 120 dias contados a partir da data prevista na Ordem de Início dos Serviços, prorrogável na forma do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e por igual período.

CLÁUSULA OITAVA (DAS OBRIGAÇÕES) – São obrigações da CONTRATADA, além das constantes do ANEXO I do edital da Tomada de Preços nº 29/2018, conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas Técnicas aplicáveis, com estrita observância da Legislação em vigor; Apresentar à Contratante, caso esta venha a solicitar, a programação geral dos seus serviços com base em indicações pela mesma fornecida; Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais técnico-

especializados e habilitados, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avença.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Ficará sobre a responsabilidade e obrigatoriedade da CONTRATADA os cumprimentos das normas regulamentadoras pertinentes à Segurança do Trabalho.

CLÁUSULA NONA (DAS PENALIDADES) – Ao Contratado, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

a) Atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

I) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e

II) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

b) Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou

II) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do Contratado por danos causados à Contratante.

CLÁUSULA DECIMA (DA RESCISÃO) – O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DAS RESPONSABILIDADES) – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que

sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução deste contrato, principalmente pela reposição do material utilizado na obra, na eventualidade da mesma ter que ser desfeita.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS) – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DA OBRA

Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 1.245 do Código Civil Brasileiro.

(Art.1.245) Nos contratos de empreitadas de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como o solo, exceto, quando a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DO RECEBIMENTO DAS OBRAS)

O objeto deste contrato será recebido:

Provisoriamente, após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo CONTRATANTE (PREFEITURA), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada.

A comunicação da conclusão total do objeto deverá estar acompanhada, quando for o caso, do Certificado de Garantia, do Manual de Operação e Manutenção de equipamentos e da proposta de programa de treinamento de operação e manutenção de equipamentos e facilidades instaladas na obra, treinamento esse que deverá ocorrer durante o período de observação.

O Recebimento Provisório será caracterizado com a emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a lavratura da ata circunstanciada, contendo a Vistoria realizada pelos membros da Comissão, a qual deverá expressar a concordância em receber o objeto provisoriamente, com o conhecimento e assinatura do representante da CONTRATADA. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pelo CONTRATANTE, mediante termo

circunstanciado, assinado pelas partes, decorridos seis meses da Aceitação Provisória das Obras e Serviços e desde que estejam atendidas pela licitante contratada as solicitações de reparos referentes a defeitos e imperfeições, que tenham sido verificados por ocasião do recebimento provisório ou no decorrer desse prazo, observado o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DO FORO) – O Foro do contrato será o da Comarca de Rio do Sul – SC, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

PRESIDENTE NEREU, de de 2018.

CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____
Nome: _____
RG: _____

CONTRATADA

2) _____
Nome: _____
RG: _____

TOMADA DE PREÇO Nº/2018
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DA
OBRA

À
Prefeitura do Município de PRESIDENTE NEREU

Tomada de Preços nº/2018.

A empresa, com sede à, na cidade de, Estado de, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº, por intermédio de seu responsável técnico o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº-SSP-....., devidamente inscrito no CREA sob o nº DECLARA, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação da licitação em referência, que visitou o local onde será executada a obra, objeto da licitação em epígrafe. Declara ainda que tem plenos conhecimentos de todas as condições da área, estando familiarizado com a natureza e vulto dos serviços, bem como informados a respeito de todas as condições locais e regionais que possam incidir no valor da proposta.

..... de de 2018

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____. inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG n. _____ - SSP- _____ e do CPF n. _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

..... de de 2018

.....
Representante Legal

TOMADA DE PREÇO Nº/2018**ANEXO VII – DECLARAÇÃO – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E OUTROS À PARTICIPAÇÃO**

À

Comissão Permanente de Licitações

TOMADA DE PREÇOS nº/2018

Declaramos, para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, o quanto segue:

- 1) Que até a presente data, não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação na Tomada de Preços em epígrafe;
- 2) Que examinamos criteriosamente os documentos deste Edital e julgamos suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhes.
- 3) Que cumprimos com o disposto no artigo 117, da Constituição Estadual, que trata da higiene e segurança do trabalho;
- 4) E, por fim, que, nos termos do artigo 1º, da Lei n.º 10.218, de 12 de fevereiro de 1999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção, em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade, ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego.

PRESIDENTE NEREU, ____ de _____ de 2018.

.....
(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 176, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651541

DECRETO Nº. 176, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0014.1.014 – Aquisição de Máquinas e Veículos

MODALIDADE:	(194) 4.4.90.00.0.1.0095.0000-	Aplicações Diretas	R\$	300.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0095 – Recurso Convênio Estado Aquisição Retroescavadeira				
TOTAL			R\$	300.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação, nas fontes de recursos acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 11 de junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 28/2018

Publicação Nº 1651405

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2018

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 13 de Junho de 2018, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado do interessado ou de seu procurador, o candidato aprovado no Processo Seletivo, Edital nº 003/2017, de 22 de Agosto de 2017, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 39 de 06 de Fevereiro de 2018, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

DARCI JOSÉ WAGNER

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 12 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 13.2018-FMS, PREGÃO PRESENCIAL 11-2018-FMS

Publicação Nº 1651480

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 13/2018-FMS

Pregão Presencial 11/2018-FMS

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada à "Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço especializado de CONSULTORIA e ASSESSORIA em gestão e planejamento na área da SAÚDE para o Fundo Municipal de Saúde de Princesa/SC." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro

– Princesa/SC no dia 26 de junho de 2018, às 14h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 12 de junho de 2018. Edilson Miguel Volkweis– Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 50.2018-PM, PREGÃO PRESENCIAL 29-2018-PM

Publicação Nº 1651792

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 50/2018-PM
Pregão Presencial 29/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada à “aquisição de RETROESCAVADEIRA/PÁ NOVA para o município de Princesa/SC”. A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 26 de junho de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 12 de junho de 2018. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 51.2018-PM, PREGÃO PRESENCIAL 30-2018-PM

Publicação Nº 1651796

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 51/2018-PM
Pregão Presencial 30/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada à “REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PNEUS NOVOS, RECAPES e CÂMARAS DE AR para uso nos veículos e equipamentos que compõem a Frota Municipal.” A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 27 de junho de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 12 de junho de 2018. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 1651305

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2018

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, leva ao conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO do Edital de Pregão Presencial nº 9/2018, baseado na recomendação contida no ofício n. 0004/2018/PJ/QUI emitido pelo Ministério Público, o qual recomenda revogação do Processo Licitatório nº 58/2018 do Município, cujo objeto também refere-se a contratação de profissionais técnicos, em consonância com o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município de Quilombo-SC, e de acordo com o Art. 49 da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de anulação ou revogação dos atos administrativos por motivo de ilegalidade (anulação), ou conveniência e oportunidade (revogação).

Quilombo, 11 de junho de 2018.

ADRIANO JOÃO BOARETTO
Gestor do Fundo Municipal da Saúde

AVISO TP 69/2018

Publicação Nº 1651097

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.:69/2018
Edital: TOMADA DE PREÇOS Nº 69/2018
Tipo : Menor Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL P/ EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA EMQ 015, C/ ÀREA TOTAL DE 1.619,36 M², CONFORME PROJETO DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO 2018TR000551 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.
Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 28/06/2018.
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 28/06/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 12 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 162/2018 - DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651770

DECRETO Nº 162/2018 - DE 12 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2018, no valor de R\$ 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante do anexo da Lei Municipal nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
---------------	---------------	--------

Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		11.00
Unidade	DEPARTAMENTO DE OBRAS		11.01
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS		0025
Ação	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS/SOSU		1.061
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(260)	Aplicação Direta – 4.4.90	03.00 - Recursos Ordinários	29.100,00
Valor Total R\$:			29.100,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, decorrerá do superávit apurado no exercício de 2017 do recurso ordinário 03.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em 13/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº 714/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650689

PORTARIA Nº 714/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando comunicado do Secretário Municipal de Administração e Planejamento sob protocolo nº 3006, de 11 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 676/2018 - de 29 de maio de 2018, à Servidora Pública Municipal Suelen Bigolin Barboza, do dia 11 ao dia 30 de junho de 2018, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 20 (vinte) dias, de férias referentes a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº 710/2018 - DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650684

PORTARIA Nº 710/2018 - DE 08 DE JUNHO DE 2018.

TRANSFERE VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da

Lei Orgânica do Município de Quilombo;
CONSIDERANDO O Termo de Cessão de Uso nº 027/2017, firmado entre esta municipalidade e o Governo do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º Transferir o veículo tipo Troller/T4 TDI 3.0, placa MHV 5883, pertencente ao Patrimônio do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA/SC, cedido ao Município de Quilombo por meio do Termo de Cessão de Uso nº 027/2017, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 08 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 708/2018 - DE 07 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650681

PORTARIA Nº. 708/2018 - DE 07 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Lizandra Luci Marsaro, ocupante do cargo de Professora de Educação Física (1º ao 5º ano), no dia 08 de junho de 2018, das 19h às 21h, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2997, de 07 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 23h22min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 709/2018 - DE 07 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650682

PORTARIA Nº. 709/2018 - DE 07 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Maria Elena Lima Prior, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 08 de junho de 2018, das 7h30min às 12h30min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2991, de 06 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 00h59min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 711/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650686

PORTARIA Nº. 711/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Vânia Maria Dala Riva Dallssaço, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestados, por 03 (três) dias, de 11 a 13 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 712/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650687

PORTARIA Nº. 712/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Elizandro Marcos Marmentini, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, por determinação médica e conforme atestado, no dia 11 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 713/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650688

PORTARIA Nº. 713/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Valmir da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, no dia 11 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 715/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1650691

PORTARIA Nº. 715/2018 - DE 11 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Alsevedo Schmitt, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 13 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3001, de 11 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2018- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017 – DISPENSA NO 01/2018.

Publicação Nº 1650763

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017 – DISPENSA no 01/2018. Contratante: Município de Rancho Queimado. Contratado: Agemed saúde S/A. Objeto: Contratação de Operadora de Plano de Assistência à Saúde, por intermédio de Plano de Assistência Médica ou de Seguro Saúde Coletivo, para a operação de serviços de assistência à saúde, destinados aos servidores ativos, inativos e pensionistas, e seus respectivos dependentes, em regime de contratação coletivo empresarial, em conformidade com a legislação vigente no país. Para um período estimado de 12 (doze) meses. Valor Total R\$ 323.804,88 (Trezentos e vinte e três mil e oitocentos e quatro reais e oitenta e oito centavos). Dotações Orçamentárias: 162 3.3.90.00.00.00.00.000.100 e 66 3.3.90.00.00.00.00.00.0002. Data da assinatura: 25 de maio de 2018. MECLÉT KAYSER, Secretária de Administração e Finanças. CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2018

Publicação Nº 1651290

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2018

Contratado: FURO & SOLO PERFURAÇÕES LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Objeto: Prestação de serviços de sondagem a percussão (SPT) para verificar a viabilidade de construção do Centro de Eventos do Município.

Valor: R\$ 2.097,60,00 (dois mil e noventa e sete reais e sessenta centavos).

Vigência: 60 (sessenta) dias.

Rancho Queimado, 09/06/2018.

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0034/2018 - PMRA

Publicação Nº 1651636

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2018 – PMRA Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0047/2018 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0034/2018 – PMRA, tendo como Objeto: Registro de preço para aquisições futuras, com entregas parceladas de materiais de limpeza/higiene; destinados à manutenção da entidade Município de Rio das Antas nas diversas Secretarias e Fundos do Município de Rio das Antas e demais órgãos vinculados. Conforme Edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 29/06/2018, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horario de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 12 de junho de 2018. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Campo

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA ONZE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018).

Publicação Nº 1651254

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA ONZE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018).

Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária, da décima quarta legislatura, da segunda sessão legislativa, realizada no dia 11 (onze) do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018). Às 19h00min (dezenove horas), na sala das sessões, compareceram os Senhores Vereadores: Antonio Carlos Contezini, Cirlene Maria Candido, Diomar Sadlowski, Gilmar Florentino da Silva, Jair Back, Jonny Mary Machado, Sidnei Florêncio, Valmir Saqueti e Veroni Alves. No uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, prosseguindo então, com a seguinte ordem do dia: 1º - Leitura da Ata da 16ª (Décima Sexta) Sessão Ordinária do exercício de 2018. O Senhor Presidente colocou a mesma em discussão única, que, sem observação, foi aprovada por unanimidade. 2º - ORDEM DO DIA: JULGAMENTO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO-SC, PROCESSO: PCP-13/00313134. O presidente desta casa declarou aberta a sessão de julgamento do processo nº PCP-13/00313134. O presidente solicitou se o gestor das contas de 2012 ou seu procurador estavam presentes. O Dr Gilberto Betti se pronunciou conforme consta no áudio da presente sessão, houve questionamentos que foram respondidos pelo assessor jurídico desta Casa Legislativa senhor Pedro Kloch, após as argumentações o senhor Gilberto Betti solicitou assumir como representante do gestor Ad hoc, porém o assessor jurídico declarou ilegal o referido ato. Após o Dr Gilberto solicitou ao presidente que fizesse seu pronunciamento que negou-lhe a continuidade da palavra. As referidas falas podem ser conferidas na íntegra no site da Câmara Municipal. Verificou-se no momento de abertura a ausência do senhor Antonio Pereira, mesmo que devidamente notificado para tal ato, bem como não mandou representante de acordo com o inciso XIII do artigo 275 do Regimento Interno desta Casa Legislativa que o responsável das contas será notificado previamente, o que foi devidamente cumprido. Compareceu o senhor Dr Gilberto Betti anteriormente ao início da sessão, afirmando que não possui mais procuração nos autos e que seu filho André Luiz Nardelli Betti permanece como procurador e que não foi devidamente intimado. Entretanto trazer testemunhas e representante para o julgamento é de responsabilidade do gestor das contas em julgamento que foi devidamente notificado, inclusive tendo notificado as testemunhas Hermogenes Balena, Carlos Sandro Reinert, Vania Fabiane Kohut Baldo e Darci Weber, bem como seu procurador tomou conhecimento vez que a sessão de julgamento foi remarçada, bem como a sessão que determinou a nova data foi tornada pública através da transmissão da sessão via internet. 3º - Apresentação do relatório relativo as contas do exercício de 2012. 4º - Apresentação do parecer do Tribunal de Contas, sobre as Contas do exercício de 2012. 5º - O gestor das contas ora em julgamento apresentou defesa escrita, que já foi devidamente lida em sessões anteriores, bem como repassado cópias a todos os vereadores, arrolando testemunhas para o presente ato. Encontrando-se presente as testemunhas arroladas o plenário desta casa passa a inquiri-las. 6º - Testemunhas: - Darci Weber, brasileiro, solteiro, contador, residente na Rua Rui Barbosa, nº 85, Rio do Campo-SC, portador do RG nº 6261963, foi questionado seus dados, o presidente também questionou se é parente, amigo, ou inimigo do Senhor Antônio Pereira? Se amigo, tal fato impede de dizer a verdade perante o Plenário desta Casa Legislativa? A testemunha Darci Weber afirmou que não é parente, inimigo e sim amigo não tão íntimo mas que não tem impedimento para testemunhar. O presidente declarou que a testemunha ficou então compromissado na qualidade de testemunha, se comprometendo a dizer a verdade, sob pena de falso testemunho. Após foram feitas algumas indagações a seguir citadas que foram respondidas pela testemunha Darci Weber: "- O que você sabe relatar sobre as contas do exercício de 2012?; - Sabe se as contas do exercício de 2012 tiveram seu devido fechamento ou se as mesmas foram rejeitadas pelo tribunal de contas do estado?; - Sabe informar qual o motivo das contas do exercício de 2012 terem sido recomendada a rejeição pelo tribunal de contas do estado?; - Sabe informar se o gestor agiu com dolo ou má fé?; - Se foi devidamente intimado e por quem?; - Se tem mais algo a declarar em defesa ao senhor Antonio Pereira, gestor das contas do exercício de 2012?" Após respondidas as referidas perguntas da qual constam seus áudios completos no site da Câmara Municipal, o presidente deixou a palavra aos vereadores para que façam as perguntas que achar conveniente em relação as contas do exercício de 2012 a testemunha Darci Weber. Fizeram questionamentos os vereadores: - Jonny Mary Machado, questionou sobre verbas que o Estado de Santa Catarina não repassou ao município, e demais questionamentos sobre a saúde e a educação, e sobre a questão da rejeição do TCE, o senhor Darci Weber emitiu sua opinião explicando os motivos pelo qual o gestor das contas de 2012 tinha uma previsão de receita a qual os repasses do Estado não retornaram para o município, sendo que a gestão do prefeito não foi analisada como um todo e sim alguns pontos; o vereador Diomar Sadlowski que questionou sobre a profissão na época da testemunha, sendo afirmado que era contador da prefeitura municipal no ano de 2012, ainda fez algum questionamento sobre a explicação sobre a análise das contas; o vereador Veroni Alves perguntou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, questionou sobre os desvios que podem ocorrer no município, também questionou sobre o piso salarial do magistério, sendo respondido pela testemunha Darci Weber; o vereador Gilmar Florentino da Silva questionou a questão do salário dos servidores; vereador Jonny Mary Machado. Após foram ouvidas as testemunhas: - Hermogenes Balena, brasileiro, casado, portador do RG nº 306 801, profissão auditor independente, residente na Rua Mafra 247, Papanduva-SC, o presidente também questionou se é parente, amigo, ou inimigo do Senhor Antônio Pereira? Se amigo, tal fato impede de dizer a verdade perante o Plenário desta Casa Legislativa? Sendo que respondeu não ter impedimento só relacionamento profissional. Após respondeu os questionamentos: "- O que você sabe relatar sobre as contas do exercício de 2012?; - Sabe se as contas do exercício de 2012 tiveram seu devido fechamento ou se as mesmas foram rejeitadas pelo tribunal de contas do estado?; - Sabe informar qual o motivo das contas do exercício de 2012 terem sido recomendada a rejeição pelo tribunal de contas do estado?; - Sabe informar se o gestor agiu com dolo ou má fé?; - Se foi devidamente intimado e por quem?; - Se tem mais algo a declarar em defesa ao senhor Antonio Pereira, gestor das contas do exercício de 2012?" Após respondidas as referidas perguntas da qual constam seus áudios completos no site da Câmara Municipal, o presidente deixou a palavra aos vereadores para que façam as perguntas que achar conveniente em relação as contas do exercício de 2012 a testemunha Hermogenes Balena. A testemunha Hermogenes Balena citou o Dr Pedro Kloch como sendo o assessor jurídico na época sendo que não era ele o assessor da prefeitura municipal no ano de 2012, sendo que o Dr Pedro Kloch solicitou que se retificasse essa informação em ata, sendo o pedido repassado pelo presidente. Fizeram questionamentos os vereadores: - Veroni Alves, questionou sobre a questão da obrigatoriedade do percentual da saúde e educação, a questão da redução da receita, e diversos outros questionamentos que foram respondidos pela

testemunha conforme consta na íntegra no áudio da sessão; - Gilmar Florentino da Silva, fez questionamento sobre os gastos da saúde sendo respondido pela testemunha, conforme consta na íntegra no áudio da sessão; - Vereador Jonny Mary Machado, fez suas colocações sobre a dificuldade do gestor em administrar o município, concordando com o testemunho conforme consta na íntegra no áudio da sessão, - Vereador Veroni Alves questionou sobre o combustível sendo que a testemunha se pronunciou; - Vereador Antonio Carlos Contezini, fez suas colocações encerrando o testemunho do senhor Hermogenes Balena. Após foi ouvida a testemunha Vânia Fabiane Kohut Baldo, brasileira, casada, atendente comercial da Celesc, residente na Rua 29 de Dezembro nº 442 apto 204, Centro, Rio do Campo-SC, portadora do RG nº. 4485879, o presidente também questionou se é parente, amiga, ou inimiga do Senhor Antônio Pereira? Se amigo, tal fato impede de dizer a verdade perante o Plenário desta Casa Legislativa? Sendo que respondeu ser amiga e não ter impedimento. Após respondeu os questionamentos: "- O que você sabe relatar sobre as contas do exercício de 2012?; - Sabe se as contas do exercício de 2012 tiveram seu devido fechamento ou se as mesmas foram rejeitadas pelo tribunal de contas do estado?; - Sabe informar qual o motivo das contas do exercício de 2012 terem sido recomendada a rejeição pelo tribunal de contas do estado?; - Sabe informar se o gestor agiu com dolo ou má fé?; - Se foi devidamente intimado e por quem?; - Se tem mais algo a declarar em defesa ao senhor Antonio Pereira, gestor das contas do exercício de 2012?" Após respondidas as referidas perguntas da qual constam seus áudios completos no site da Câmara Municipal, o presidente deixou a palavra aos vereadores para que façam as perguntas que achar conveniente em relação as contas do exercício de 2012 não havendo mais questionamentos encerrou-se o testemunho. A testemunha Carlos Sandro Reinert, não se encontrou presente para seu pronunciamento. 7º - Manifestação dos Vereadores - Após encerrada a ouvida das testemunhas o presidente deixou a palavra aos senhores Vereadores, para o vereador que quisesse se manifestar sobre as contas em julgamento. Fizeram uso da palavra para sua manifestação sobre as contas em julgamento os vereadores: Antonio Carlos Contezini, Jonny Mary Machado que solicitou o pedido de vistas sendo que foi colocado em discussão única sendo o pedido rejeitado por 05 votos contrários a vista dos vereadores (Diomar Sadlowski, Gilmar Florentino da Silva, Jair Back, Veroni Alves e Antonio Carlos Contezini) e 04 votos favoráveis ao pedido de vista (Jonny Mary Machado, Sidnei Florêncio, Cirlene Maria Cândido e Valmir Saqueti). 8º - Votação. O presidente solicitou que o senhor secretário Jair Back, fizesse a leitura do rito de votação instituído nos incisos XIX, XX, XXI do artigo 275 do regimento interno desta casa legislativa, que segue na sequência: "Art. 275 [...] XIX – Após a ouvida do Gestor, das testemunhas, manifestações dos vereadores e considerações finais, o Presidente da Câmara passará a votação, que será nominal e secreta. XX– A votação será num lugar reservado, por determinação da mesa diretora, com cédulas de votação confeccionadas com as expressões, aprovo as contas/reprovo as contas, que será rubricada pelos membros da Mesa Diretora da Casa (Presidente e Secretário) e as cédulas ficarão na mesa diretora, que procederá a chamada nominal de todos os Vereadores, que se dirigirão à mesa, apanharão a cédula de votação, se dirigirão ao local reservado, votarão e colocarão o voto na urna que permanecerá o tempo todo sobre a mesa diretora da Câmara. XXI – Concluída a votação, o Presidente da Câmara convidará o Promotor de Justiça, se presente, ou dois Vereadores, um de cada bancada, para apreciarem a apuração. Feita a apuração, o Presidente declarará o resultado, aprovação ou rejeição das contas, mandará expedir Decreto Legislativo que será assinado pela Mesa e incluído na Ata da Sessão que deverá ser assinada pelos Vereadores e interessados que estiverem presentes. Após a apresentação da cédula iniciou-se o rito da votação secreta. O presidente convidou os Senhores Vereadores para realizar votação nominal de ordem secreta iniciando pela Vereadora Cirlene Maria Cândido; após o Vereador Diomar Sadlowski; posterior o Vereador Gilmar Florentino da Silva; em seguida o Vereador Jair Back; depois o Vereador Jonny Mary Machado; em sequência o vereador Sidnei Florêncio; após o Vereador Valmir Saqueti; e o Vereador Veroni Alves; após o presidente repassou a presidência para o vice presidente Veroni Alves para que possa votar. O Vice presidente senhor Veroni Alves convidou o Senhor Vereador Antonio Carlos Contezini para realizar votação nominal de ordem secreta. Após concluída a votação o vice presidente devolveu a presidência ao vereador Antonio Carlos Contezini. Com o término da votação secreta o presidente convidou os Líderes das Bancadas e o Promotor de Justiça (que não se encontrou presente) para fazer o escrutínio dos votos obtidos. Após o escrutínio dos votos obteve-se o seguinte resultado, votos a favor da aprovação das contas do exercício de 2012: 04 votos e 05 votos contrário as contas do exercício 2012. Ficando portanto, as contas do Município de Rio do Campo, referentes ao ano de 2012, REJEITADAS. Determino que seja expedido Decreto Legislativo que será assinado pela Mesa e incluído na Ata da Sessão que deverá ser assinada pelos Vereadores e interessados que estiverem presentes. 9º - Recesso: Fica instaurado recesso de 10 minutos para lavratura do Decreto Legislativo e da Ata da presente Sessão, para que todos os vereadores e interessados assinem os documentos. Solicitando que o senhor secretário colha as assinaturas dos vereadores no decreto e na presente ata. O presidente determinou que o presente decreto seja publicado do Diário Oficial dos Municípios e remetido para as autoridades competentes. Nada mais tendo a tratar o senhor presidente declarou encerrada a sessão. O teor desta sessão de julgamento com todos os depoimentos se encontra gravados em CD na Secretaria desta Casa Legislativa e estão disponibilizados no site da Câmara Municipal. A presente ata foi assinada por todos os vereadores desta Casa Legislativa e demais interessados presentes. Em tempo: foram corrigidos erros materiais de escrita na presente ata, sendo que a mesma já segue aqui retificada.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 1651145

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Rua 29 de Dezembro, nº 70, centro.
89198-000 – RIO DO CAMPO – SANTA CATARINA
CNPJ:07.776.936/0001-58
www.cmriodocampo.sc.gov.br

DECRETO LEGISLATIVO nº 01/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, relativas ao Exercício de 2.012.

O Vereador ANTONIO CARLOS CONTEZINI, Presidente da Câmara Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e a Mesa da Câmara Municipal de Rio do Campo aprovaram o seguinte:

Decreto Legislativo de nº. 01/2018.

Artigo 1º. - Ficam rejeitadas as contas da Prefeitura Municipal de Rio do Campo, estado de Santa Catarina, relativas ao exercício de 2.012, acatando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo nº @PCP 13/00313134, de acordo com a votação

em plenário onde a maioria votou pela não aprovação das contas do referido exercício, conforme cópia anexa.

Artigo 2º. – Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2018.

ANTONIO CARLOS CONTEZINI

Presidente

VERONI ALVES

Vice-Presidente

JAIR BACK

1º Secretário

DIOMARSADLOWSKI

2º Secretário

Rio do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO Nº 047/2018

Publicação Nº 1651009

PREFEITURA DE RIO DO OESTE / SC – AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2018, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018. TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR LANCE POR ITEM. OBJETO: Alienação de bens Imóveis. Entrega dos envelopes: Até às 15:00 horas do dia 30/07/2018 no setor de protocolos da Prefeitura Municipal. Abertura dos Envelopes: a partir das 15 h 15 min do dia 30/07/2018. A íntegra do Edital está no site: riodoeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 12 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 7242, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651795

DECRETO Nº 7242, de 12 de junho de 2018.

"ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, José Eduardo Rothbarth Thomé, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto nos arts. 1º e 9º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, e o Art. 13 da Lei n. 5.872 de 01 de novembro de 2017 e, considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º – Para fins de limitação de empenhos, de acordo com o Art. 13, da Lei Municipal n. 5.872/2017 – LDO, a emissão de empenhos, fica vinculada à arrecadação da receita orçamentária, observando ainda, o que determinam os parágrafos do artigo em questão.

Parágrafo único – A limitação está pautada na análise por fonte de recursos, que indica o contingenciamento de R\$ 11.971.178,57 (onze milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 2º – São responsáveis pelas implementações das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, os secretários municipais.

Parágrafo único – As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes, adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º - As Unidades Orçamentárias e Administrativas Municipais terão dotações orçamentárias bloqueadas como segue.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Órgão: 80 – SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO

Unidade: 03 – Diretoria Técnica de Gestão de Governo

Projeto/Atividade: 1.048 – PMAT

Elemento de Despesa: 22 – 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000.000,00

Elemento de Despesa: 94 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000.000,00

Órgão: 86 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade: 02 – Diretoria Executiva de Planejamento

Projeto/Atividade: 1.032 – Pavimentação de Ruas, Execução de Galerias e Aquisição de Equipamentos

Elemento de Despesa: 141 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.971.178,57

TOTAL DA ENTIDADE E CONSOLIDADO: 11.971.178,57 (onze milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 4º – No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujo empenho foi limitado, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

12 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

DECRETO Nº 7243, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651777

DECRETO Nº 7243, de 12 de junho de 2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
86.03	DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS		
2.046	Manutenção da Diretoria Executiva de Obras		
3.3.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	300.000,00
	TOTAL	R\$	300.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

12 de junho de 2018

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

DECRETO Nº 7244, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651798

DECRETO Nº 7244, de 11 de junho de 2018.

"ALTERA O DECRETO N. 7016 DE 20 DE MARÇO DE 2018 QUE NOMEIA MEMBROS PARA EXERCEREM O CONTROLE DE FROTA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DEFINE ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º – Ficam alterados os incisos X e XIII, do artigo 1º do Decreto n. 7016 de 20 de março de 2018, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)**X – Jean Cláudio de Oliveira – gestor da Diretoria Executiva de Obras/Secretaria Municipal de Infraestrutura;****(...)****XIII – Elton Probst – gestor da Secretaria Municipal de Educação."**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 7016, de 20 de Março de 2018.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em exercício

EDITAL DE ELEIÇÃO

Publicação N° 1651017

ASSEMBLÉIA GERAL

EDITAL DE ELEIÇÃO

O FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul, suas Fundações e Poder legislativo convoca os assegurados e beneficiários do FAP (servidores ativos e inativos), para participarem das eleições para a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a realizar-se no dia 13 de Julho de 2018, das 08h00min às 17h00min.

A presente eleição será realizada eletronicamente, via internet, por meio do site eletrônico <http://eleicoes.fap.sc.gov.br>

Os poderes e órgãos disponibilizarão acesso a computador conectado à internet, em condições de recepcionar os votos dos segurados e os dos beneficiários do RPPS/SC, para os eleitores que ao local se dirigirem para votar.

A apuração será realizada na sede do FAP, a Rua Oscar Kirsten, 97, Centro, imediatamente após o encerramento da votação, pela Comissão responsável pela eleição.

Ramiro de Liz e Souza
Presidente do FAP

Rio do Sul, 11 de Junho de 2018.

Banners
Folders de divulgação
Informativo na folha de pagamento

PORTARIA N° 003.2018.SEGOV, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação N° 1651803

Portaria nº 003.2018/SEGOV, de 11 de junho de 2018.

O Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício, James Rides da Silva, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de vigência da Comissão de Contas Especial, por mais 30 (trinta dias), do artigo 2º da Portaria nº 002/2017/SEGOV, de 07 de novembro de 2017.

“Art. 2º - Constituir Comissão formada pelos servidores Daniel Gorges, matrícula nº 235245, Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula nº 74578, e Patrícia Raquel Mayr, matrícula 493/6-02, para a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação desta Portaria e no prazo de 60 dias, a tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TC 013/2012, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.”

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

TOMADA DE PREÇO N° 085/2018

Publicação N° 1651547

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

TOMADA DE PREÇOS N° 085/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE FECHAMENTO DE OITÕES DA QUADRA COBERTA DO CEI WILLY SCHLEUMER, BAIRRO TABOÃO, EM RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 02/07/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h30min do dia 02/07/2018, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8.914/2018

Publicação Nº 1650902

PORTARIA Nº 8914//2018

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS REMANESCENTES ao Servidor Público Municipal Sr. ROQUE FERNANDES GIOTTO, cargo de carreira de OPERADOR DE MAQUINAS, no período de 12 de junho de 2018 à 28 de junho de 2018, as quais foram suspensas por conveniência do Município conforme portaria nº 8721/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de junho de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

TOMADA DE PREÇOS - 06/2018

Publicação Nº 1650912

MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 892/2018

TOMADA DE PREÇOS - 06/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA POTÁVEL NO INTERIOR DE ROMELÂNDIA/SC. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Maiores Informações pelo fone (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14h00min do dia 28 de Junho de 2018. Romelândia (SC), 12 de Junho de 2018. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 009/2018

Publicação Nº 1651739

PORTARIA N.009 , de 11 de junho de 2018.

NOMEIA O CONTADOR DO MUNICÍPIO PARA EXERCER OS SERVIÇOS CONTÁBEIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO MEDIANTE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO VUELMA, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 1.635 de 05 de junho de 2018:

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomeia o servidor ÁLVARO BISCARO para exercer a função de responsável pelos serviços contábeis da Câmara de Vereadores de Salto Veloso mediante o pagamento de função gratificada FG2, nos termos do artigo 25 e anexo III da Lei Complementar n. 036/2016.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 11 de junho de 2018.

ROGÉRIO VUELMA

Presidente

PORTARIA N. 008/2018

Publicação Nº 1651730

PORTARIA N.008, de 11 de junho de 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO VUELMA, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder 120 dias de Licença Maternidade, no período compreendido de 23 de maio de 2018 a 20 de setembro de 2018, a servidora JUSSARA GETASSI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 11 de junho de 2018.

ROGÉRIO VUELMA

Presidente

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 04/2018 - FMS

Publicação Nº 1651612

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2018 – CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Helena, por intermédio do Gestor Municipal Sr. Sergio Inácio Buche, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 12/2018, na Modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº 04/2018, destinado para credenciamento de empresas para realizar exames de ressonância magnética e contraste para exame de ressonância magnética para atender a população do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes a partir das 08h00min do dia 14 de junho de 2018 até dia 14 de agosto de 2018. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 12 de junho de 2018.

Sergio Inácio Buche

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2018 TP

Publicação Nº 1651901

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 060/2018 – Tomada de Preços nº 060/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica das Rua Octavio Pedro Teixeira, com extensão de 484,84Mt. Com recebimento da documentação e proposta até às 16h00min do dia 26 de Junho de 2018, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do dia 27 de Junho de 2018. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 11 de Junho de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ERRATA DE PUBLICAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES 057/2018 TP

Publicação Nº 1651058

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO E ALTERAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

Edital nº 057/2018-TP

PUBLICADO NO DOM EM 30/05/2018 - EDIÇÃO Nº 2539 PG 1604

Onde lê-se:

"1 - DO OBJETO:

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos serviços de pavimentação com lajota sextavada, drenagem e obras de arte correntes das Rua Ivo Martimiliano de Souza, com extensão de 820,00Mt e da Rua Luiz Carboni, com extensão de 1.074,81mt e com extensão de 484,84mt e da Estrada Geral Peroba, com extensão de 700,00mt no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, em anexo".

Leia-se:

"1 - DO OBJETO:

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos serviços de pavimentação com lajota sextavada, drenagem e obras de arte correntes da Rua Ivo Martimiliano de Souza, com extensão de 820,00Mt e da Rua Luiz Carboni, com extensão de 1.074,81mt e com extensão de 484,84mt e da Estrada Geral Peroba, com extensão de 700,00mt no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, em anexo".

Fica alterado o credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 16h00min do dia 18 de Junho de 2018, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do dia 19 de Junho de 2018. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113,

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 22/2018 PL 38/2018 PP 26/2018

Publicação Nº 1651175

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2018 PP 26/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 22/2018

Ata de registro de preços 22/2018, de 17 de maio de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de rede de proteção, fio em nylon para o ginásio municipal de esportes de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Telecopy equipamentos LTDA EPP.

Valor: R\$: 6.116,00 (seis mil, cento e dezesseis reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 38/2018, PP 26/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 17 de maio de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 28/2018 PL 34/2018 PP 22/2018

Publicação Nº 1651153

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2018 PP 22/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 28/2018

Ata de registro de preços 28/2018, de 17 de maio de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de material esportivo para vários setores do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Telecopy equipamentos LTDA EPP.

Valor: R\$: 11.215,00 (onze mil duzentos e quinze reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 34/2018, PP 22/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 17 de maio de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 29/2018 PL 34/2018 PP 22/2018

Publicação Nº 1651156

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2018 PP 22/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 29/2018

Ata de registro de preços 29/2018, de 17 de maio de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de material esportivo para vários setores do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Iraci Bertollo & Filho LTDA-ME.

Valor: R\$: 7.589,05 (Sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinco centavos).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 34/2018, PP 22/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 17 de maio de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 30/2018 PL 34/2018 PP 22/2018

Publicação Nº 1651160

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2018 PP 22/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 30/2018

Ata de registro de preços 30/2018, de 17 de maio de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de material esportivo para vários setores do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Djalmo Davi EPP.

Valor: R\$: 9.662,80 (Nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 34/2018, PP 22/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 17 de maio de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 32/2018 PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651289

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 PP 31/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 32/2018

Ata de registro de preços 32/2018, de 04 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e manutenção de equipamentos de informática para diversas secretarias do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Infopoint Comercio de Equipamentos LTDA EPP.

Valor: R\$: 6.314,00 (seis mil, trezentos e quatorze reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 45/2018, PP 31/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 04 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 33/2018 PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651294

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 PP 31/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33/2018

Ata de registro de preços 33/2018, de 04 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e manutenção de equipamentos de informática para diversas secretarias do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: MB Catarinense LTDA ME.

Valor: R\$: 8.205,00 (Oito mil, duzentos e cinco reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 45/2018, PP 31/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 04 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 34/2018 PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651296

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 PP 31/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 34/2018

Ata de registro de preços 34/2018, de 04 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisicao de equipamentos de informática e manutenção de equipamentos de informática para diversas secretarias do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Marciane Tibola Haack.

Valor: R\$: 9.118,75 (Nove mil, cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 45/2018, PP 31/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 04 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 35/2018 PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651300

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 PP 31/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 35/2018

Ata de registro de preços 35/2018, de 04 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e manutenção de equipamentos de informática para diversas secretarias do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Tainan Piccinin Piran MEI.

Valor: R\$: 16.050,00 (Dezesseis mil e cinquenta reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 45/2018, PP 31/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 04 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 36/2018 PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651303

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 PP 31/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 36/2018

Ata de registro de preços 36/2018, de 04 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e manutenção de equipamentos de informática para diversas secretarias do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Jackson Ubiratan Vargas ME.

Valor: R\$: 11.722,00 (Onze mil, setecentos e vinte e dois reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 45/2018, PP 31/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 04 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 37/2018 PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651304

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 PP 31/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 37/2018

Ata de registro de preços 37/2018, de 04 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e manutenção de equipamentos de informática para diversas secretarias do município de Santa Terezinha do Progresso.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Franciele Cristine Lamin ME.

Valor: R\$: 2.363,00 (Dois mil, trezentos e sessenta e três reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 45/2018, PP 31/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 04 de junho de 2018.
DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 38/2018 PL 48/2018 PP 34/2018

Publicação Nº 1651008

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2018 PP 34/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2018

Ata de registro de preços 38/2018, de 06 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de forma fracionada de baterias de diversas amperagens para todas as secretarias da administração municipal.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Ls baterias Ltda.

Valor: R\$: 24.120,00 (vinte e quatro mil, cento e vinte reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 48/2018, PP 34/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 06 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇO 39/2018 PL 48/2018 PP 34/2018

Publicação Nº 1651011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2018 PP 34/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 39/2018

Ata de registro de preços 39/2018, de 06 de junho de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: Aquisição de forma fracionada de baterias de diversas amperagens para todas as secretarias da administração municipal.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Vanessa Maria Vieira da Silva 09345858903.

Valor: R\$: 15.350,00 (quinze mil, trezentos e cinquenta reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº. 48/2018, PP 34/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 06 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO - 60/2018 PREGÃO PRESENCIAL 43/2018

Publicação Nº 1651227

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 60/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2018

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 25 de Junho de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial – tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, CONTEMPLANDO: PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, PRODUÇÃO DE EVENTOS, ATRAVÉS DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA, ARTIGOS DE EVENTOS E APOIO LOGÍSTICO PARA AS COMEMORAÇÕES DO 23º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, FESTIVIDADES NOS DIAS 19 E 24 DE JULHO DE 2018.

O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 11 de junho de 2018

Derli Furtado

Prefeito Municipal

TERMO ADJUDICACAO PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651249

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 AvenidaTancredoNeves,337 C.E.P.: 89983-000 -SantaTerezhadoProgresso-SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR Processo Administrativo: Processodelicitação: 45/2018 DatadoProcesso: 07/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Datada Adjudicação: f) Objeto da Licitação
45/2018
31/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 29/05/2018

Sequência: 0

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARADIVERSAS SECRETARIAS-
DOMUNICIPIÓDE SANTATEREZINHADO PROGRESSO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 001153 - FRANCIELE CRISTINE LAMIN	6	0,0000	2.363,00
- 000045 - INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	6	0,0000	6.314,00
- 001151 - JACKSON UBIRATAN VARGAS	11	0,0000	11.722,00
- 001149 - MARCIANE TIBOLA HAACK	3	0,0000	9.118,75
- 000634 - MB CATARINENSE LTDA - ME	2	0,0000	8.205,00
- 001150 - TAINAN PICCININ PIRAN 46120567879	2	0,0000	16.050,00
	30		53.772,75

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 05/2018 PP 05/2018

Publicação Nº 1651445

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 RUA ERNESTO FRANCISCO CARDOSO, 56 C.E.P.: 89983-000 -SantaTerezhadoProgresso-SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2018 - PR Processo Administrativo: Processodelicitação: 5/2018 DatadoProcesso: 04/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Datada Adjudicação: f) Objeto da Licitação
5/2018

5/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 12/06/2018

Sequência: 0

AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE HIGIENE BUCAL, E UMA SELADORA A SER UTILIZADOS PELOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 001159 - A F DA SILVA COMERCIAL	2	0,0000	6.730,00
	2		6.730,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (21), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (45)

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 51/2018 PP 36/2018

Publicação Nº 1650744

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2018 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso-SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 51/2018 Datado Processo: 21/05/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Datada Adjudicação: f) Objeto da Licitação
51/2018

36/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 12/06/2018

Sequência: 0

CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE FANFARRA (INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO), INSTRUTOR DE OFICINAS PARA PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO (SCFV) DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 001148 - AQUILANEIOTTI 1 0,0000 6.000,00

1 6.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 05/2018 PP 05/2018

Publicação Nº 1651438

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2018 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 RUA ERNESTO FRANCISCO CARDOSO, 56 C.E.P.: 89983-000 -SantaTerezhadoProgresso-SC	Processo Administrativo: Processodelicitação: 5/2018 DatadoProcesso: 04/05/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

5/2018

5/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 12/06/2018

AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE HIGIENE BUCAL, E UMA SELADORA A SER UTILIZADOS PELOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

QtdedeItens Média Descto(%)

(em Reais R\$) Total dos Itens

- 001159 - A F DA SILVA COMERCIAL	2	0,0000	6.730,00
	2		6.730,00

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 45/2018 PP 31/2018

Publicação Nº 1651247

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 AvenidaTancredoNeves,337 C.E.P.: 89983-000 -SantaTerezhadoProgresso-SC	Processo Administrativo: Processodelicitação: 45/2018 DatadoProcesso: 07/05/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

45/2018

31/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 29/05/2018

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARADIVERSAS SECRETARIAS-
DOMUNICÍPIO DE SANTATEREZINHADO PROGRESSO.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens

MédiaDescto(%)

(em Reais R\$) Total dos Itens

- 001153 - FRANCIELE CRISTINE LAMIN	6	0,0000	2.363,00
- 000045 - INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	6	0,0000	6.314,00
- 001151 - JACKSON UBIRATAN VARGAS	11	0,0000	11.722,00
- 001149 - MARCIANE TIBOLA HAACK	3	0,0000	9.118,75
- 000634 - MB CATARINENSE LTDA - ME	2	0,0000	8.205,00
- 001150 - TAINAN PICCININ PIRAN 46120567879	2	0,0000	16.050,00
	30		53.772,75

Santa Terezinha do Progresso, 29 de Maio de 2018.

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 51/2018 PP 36/2018

Publicação Nº 1650725

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2018 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso-SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 51/2018 Data do Processo: 21/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

51/2018

36/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 12/06/2018

CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE FANFARRA (INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO), INSTRUTOR DE OFICINAS PARA PROJETO CULTURAIS E SOCIAIS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO (SCFV) DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens

MédiaDescto(%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 001148 - AQUILANEIOTTI 1 0,0000 6.000,00

1 6.000,00

Santa Terezinha do Progresso, 12 de Junho de 2018.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 57/2018

Publicação Nº 1651181

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 57/2018

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 57/2018, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AMANDUS JÜRGENSEN, BAIRRO CENTENÁRIO, ETAPA 1, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO DE REPASSE Nº 829847/2016/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº SR.2626.1.029.773-76/2016, para à empresa: CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, totalizando em R\$ 270.000,96 vencedora do item 01.
São Bento do Sul, 06 de junho de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 58/2018

Publicação Nº 1651174

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 58/2018

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 58/2018, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AMANDUS JÜRGENSEN, BAIRRO CENTENÁRIO, ETAPA 2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO DE REPASSE Nº 834538/2016/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº 2626.1.034.917-16/2016, para à empresa: CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, totalizando em R\$ 266.902,08 vencedora do item 01.
São Bento do Sul, 17 de maio de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018

Publicação Nº 1651189

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JOSÉ PRÜSS, NO BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 845494/2017/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº 2626.1.038.657-35/2017, para à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, totalizando em R\$ 471.646,81 vencedora do item 01.
São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE JULGAMENTO - EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 57/2018

Publicação Nº 1651183

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 57/2018

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 57/2018,

tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AMANDUS JÜRGENSEN, BAIRRO CENTENÁRIO, ETAPA 1, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO DE REPASSE Nº 829847/2016/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº SR.2626.1.029.773-76/2016, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE JULGAMENTO - EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 58/2018

Publicação Nº 1651179

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 58/2018

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 58/2018, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AMANDUS JÜRGENSEN, BAIRRO CENTENÁRIO, ETAPA 2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO DE REPASSE Nº 834538/2016/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº 2626.1.034.917-16/2016, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: CONPLA – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE JULGAMENTO - EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018

Publicação Nº 1651193

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 66/2018, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JOSÉ PRÜSS, NO BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 845494/2017/MCIDADES/CAIXA - PROCESSO Nº 2626.1.038.657-35/2017, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018 - FMS

Publicação Nº 1651016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018 FMS
MENOR PREÇO GLOBAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 26 de junho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de Instituição Hospitalar para realização de consultas médicas especializadas eletivas excedentes ao ofertado pelo gestor Estadual do Sistema Único de Saúde - SUS, o que ocorre através das respectivas centrais de regulação.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6170 ou retirar o Edital completo através do site: saoben-todosul.atende.net

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro Municipal

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2018

Publicação Nº 1651013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2018
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
MENOR PREÇO POR ITEM.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 26 de junho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTAINER PARA USO COMO ARQUIVO NA 21ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: saoben-todosul.atende.net

São Bento do Sul, 12 de junho de 2018.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2018

Publicação Nº 1651015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2018
MENOR PREÇO POR ITEM.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de junho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, TACHÃO BRANCO, TACHÃO AMARELO, TACHINHA AMARELA, TACHINHA BRANCA, COLA PARA FIXAÇÃO, CATALIZADOR E MICROESFERA PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: saoben-todosul.atende.net

São Bento do Sul, 12 de junho de 2018.

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2018

Publicação Nº 1650947

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2018

OBJETO: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, pelo período de junho de 2018 a 09 de novembro de 2018.

CONTRATADO: Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 13.833,00

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2018

Publicação Nº 1650951

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2018**

OBJETO: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, pelo período de junho de 2018 a 09 de novembro de 2018.

CONTRATADO: F S B Serviços Póstumos Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 13.833,00

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2018

Publicação Nº 1650685

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2018**

OBJETO: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, pelo período de junho de 2018 a 09 de novembro de 2018.

CONTRATADO: Serviço Funerário Bom Jesus Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 13.833,00

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2018

Publicação Nº 1650948

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, Parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, pelo período de junho de 2018 a 09 de novembro de 2018.

II – Contratado: PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade para a contratação do referido serviço funerário se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A cessão de benefícios eventuais às famílias carentes no município de São Bento do Sul está em conformidade com a legislação federal, especificamente a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, que diz: "A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Art. 22, parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435 de 2011". Entre os benefícios eventuais autorizados no município de São Bento do Sul está o auxílio funeral, também chamado de auxílio ataúde, que tem por objetivo "atender as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidade advindas da morte de seus provedores ou membros". A concessão do benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante Parecer Social, emitido por Assistente Social vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, por responsável pelo setor dos benefícios eventuais e Assistentes Sociais dos equipamentos sociais – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. O município tem credenciado para a execução dos serviços funerários as seguintes Funerárias: FSB Serviços Póstumos Ltda, Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda, por este motivo a Administração Pública esta contratando através de processo licitatório os serviços das três empresas. Após dirigem-se aos CRAS solicitar o auxílio funeral, que é concedido de acordo com o que preconiza o Decreto nº 0625, de 20/12/2017.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda é uma das três permissionárias de serviço Funerário da cidade.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 13.833,00 é compatível com os preços praticados no mercado, conforme Resolução do CMAS nº 13/2017, Art. 15º.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social.

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2018

Publicação Nº 1650954

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, Parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, pelo período de junho de 2018 a 09 de novembro de 2018.

II – Contratado: F S B SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade para a contratação do referido serviço funerário se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A cessão de benefícios eventuais às famílias carentes no município de São Bento do Sul está em conformidade com a legislação federal, especificamente a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, que diz: “A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Art. 22, parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435 de 2011”. Entre os benefícios eventuais autorizados no município de São Bento do Sul está o auxílio funeral, também chamado de auxílio ataúde, que tem por objetivo “atender as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidade advindas da morte de seus provedores ou membros”. A concessão do benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante Parecer Social, emitido por Assistente Social vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, por responsável pelo setor dos benefícios eventuais e Assistentes Sociais dos equipamentos sociais – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. O município tem credenciado para a execução dos serviços funerais as seguintes Funerárias: FSB Serviços Póstumos Ltda, Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda, por este motivo a Administração Pública esta contratando através de processo licitatório os serviços das três empresas. Após dirigem-se aos CRAS solicitar o auxílio funeral, que é concedido de acordo com o que preconiza o Decreto nº 0625, de 20/12/2017.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa F S B Serviços Póstumos Ltda é uma das três permissionárias de serviço Funerário da cidade.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 13.833,00 é compatível com os preços praticados no mercado, conforme Resolução do CMAS nº 13/2017, Art. 15º.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social.

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2018

Publicação Nº 1650944

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, Parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, pelo período de junho de 2018 a 09 de novembro de 2018.

II – Contratado: SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade para a contratação do referido serviço funerário se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A cessão de benefícios eventuais às famílias carentes no município de São Bento do Sul está em conformidade com a legislação federal, especificamente a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

e regulamentada no município através do Decreto nº 0625 de 20 de dezembro de 2017, que diz: "A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Art. 22, parágrafo 1º e 2º, consolidado pela Lei nº 12.435 de 2011". Entre os benefícios eventuais autorizados no município de São Bento do Sul está o auxílio funeral, também chamado de auxílio ataúde, que tem por objetivo "atender as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidade advindas da morte de seus provedores ou membros". A concessão do benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante Parecer Social, emitido por Assistente Social vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, por responsável pelo setor dos benefícios eventuais e Assistentes Sociais dos equipamentos sociais – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. O município tem credenciado para a execução dos serviços funerários as seguintes Funerárias: FSB Serviços Póstumos Ltda, Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda, por este motivo a Administração Pública esta contratando através de processo licitatório os serviços das três empresas. Após dirigem-se aos CRAS solicitar o auxílio funeral, que é concedido de acordo com o que preconiza o Decreto nº 0625, de 20/12/2017.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Serviço Funerário Bom Jesus Ltda é uma das três permissionárias de serviço Funerário da cidade.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 13.833,00 é compatível com os preços praticados no mercado, conforme Resolução do CMAS nº 13/2017, Art. 15º.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 40/2018

Publicação Nº 1651521

Pregão Presencial nº 40/2018
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 40/2018
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 27 de junho de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação asfáltica, do tipo operação tapa-buracos, com o fornecimento de material e mão de obra, sendo que o fornecimento da massa asfáltica será calculado por tonelada e carregada na usina por caminhão próprio da Contratada para o SAMAE de São Bento do Sul.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 12 de junho de 2018.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 41/2018

Publicação Nº 1651526

Pregão Presencial nº 41/2018
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 41/2018
MENOR PREÇO POR ITEM.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 28 de junho de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A aquisição de hidrômetros velocimétricos de água potável fria, tipo unijato, designação Y (qp), relojoaria inclinada a 45º, comprimento 165 mm, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e

Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 12 de junho de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 65/2018

Publicação Nº 1651114

CONTRATO Nº 65/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sito a AV PREFEITO GUIOMAR DE JESUS, 418, na Cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrita no sob nº 20590555000148 neste ato representado por seu Diretor Sr. ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrito no CPF sob nº 072.018.949-78, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
12	200,00	Und	AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 25/2,5MG	EMS	0,09	18,00
47	200,00	CP	CINARIZINA 75 MG	BRAINFARMA	0,103	20,60
62	800,00	CP	DIAZEPAM 10 MG CP	CRISTALIA	0,07	56,00
65	1.000,00	CP	DICLOFENACO DE POTASSIO 50 MG	CIMED	0,047	47,00
74	300,00	Und	ESCOPOLAMINA 10MG	UNIÃO QUIMICA	0,413	123,90
79	600,00	CP	FENITOINA 100 MG CP	TEUTO	0,14	84,00
89	500,00	Und	GLICOSAMINA 1,5 GRAMAS SACHÊS	EMS	1,20	600,00
101	300,00	Und	LAMOTRIGINA 100MG	UNICHEM	0,30	90,00
123	150,00	Und	NEOMICINA 5MG BACTRACINA ZINCICA 250 10G	SOBRAL	1,05	157,50
Total						1.197,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 1.197,00 (um mil cento e noventa e sete reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção

Programa Medicamento ao Cidadão**II – Da vigência:**

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI ADRIANO RIBEIRO LAZZARI

Coordenador FUNDO Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI

OAB/SC – 15.411

Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 66/2018

Publicação Nº 1651118

CONTRATO Nº 66/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa ALTERMED MATS. MEDICO-HOSPITALAR LTDA, sito a ESTRADA BOA ESPERANCA, 2545, na Cidade de Rio do Sul - SC, inscrita no sob nº 00802002000102 neste ato representado por seu Diretor Sr. ANACLETO FERRARI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Rio do Sul - SC, inscrito no CPF sob nº 523.140.819-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
3	1.200,00	CP	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 100 MG COMP	E.M.S	0,147	176,40
4	800,00	Und	ACIDO ACETILSALICÍLICO TAMPONADO 325MG	Sigma Farma	0,60	480,00
22	7.000,00	CP	ANLÓDIPÍNO 5 MG	Teuto	0,02	140,00
28	40,00	Und	AZITROMICINA 600 MG 15ML	NeoQuímica-Brainfarm	5,688	227,52
34	2.000,00	CP	CARBAMAZEPINA 200 MG	Teuto	0,075	150,00
42	50,00	Und	CEFALEXINA 250 MG/5ML	Teuto	4,58	229,00
49	1.200,00	Und	CITALOPRAM 20mg	Torrent	0,126	151,20
67	600,00	CP	DIPIRONA 500 MG	Green Pharma	0,073	43,80
81	80,00	Und	FENOTEROL 5MG/ML	Prati Donaduzzi	2,53	202,40
82	800,00	Und	FINASTERIDA 5 MG	Aurobindo	0,375	300,00
83	5.000,00	CP	FLUOXETINA 20 MG	Teuto	0,045	225,00
87	1.000,00	Und	GABAPENTINA 400 MG COMP	Prati Donaduzzi	0,476	476,00
96	50,00	Und	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP. FRASCO COM 150 ML	Natulab	2,562	128,10
97	5.000,00	CP	IBUPROFENO 600MG	Prati Donaduzzi	0,119	595,00
98	400,00	Und	INDAPAMIDA 1,5 mg	Torrent	0,168	67,20
102	210,00	CP	LAMOTRIGINA 25 MG	Torrent	0,264	55,44
103	400,00	CP	LAMOTRIGINA 50MG	Torrent	0,36	144,00
122	400,00	Und	NEBIVOLOL 5MG	Torrent	0,60	240,00
126	800,00	CP	NIMESULIDA 100MG	Cimed	0,063	50,40

140	500,00	CP	PREDMISONA 5 MG	Vitapan-Vitamedic	0,076	38,00
146	400,00	CP	QUETIAPINA 200MG	Geolab	0,83	332,00
157	30,00	Und	SULFATO FERROSO XP	Natulab	1,337	40,11
160	5.000,00	Und	TIRAS P/TESTE DE GLICOSE G-TECH	G-Tech	0,9459	4.729,50
166	800,00	CP	VENLAFAXINA 75 MG	Torrent	0,54	432,00
167	10,00	Und	XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA 50/250 MCG (DISKUS)	GSK	96,04	960,40
Total						10.613,47

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 10.613,47 (dez mil seiscentos e treze reais e quarenta e sete centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor

CONTRATO Nº 67/2018

Publicação Nº 1651120

CONTRATO Nº 67/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa ANGEOMED COM. DE PROD. HOSP. LTDA EPP, sito a RUA OTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1132, na Cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrita no sob nº 02607956000181 neste ato representado por seu Diretor Sr. ANGELO FOLLADOR SOBRINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrito no CPF sob nº 413.598.600-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
11	50,00	Und	AMBROXOL 15MG/5ML	FARMACE	1,553	77,65
14	1.800,00	CP	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	0,299	538,20
39	3.800,00	Und	CARVEDILOL 12,5MG	EMS	0,095	361,00
40	3.500,00	Und	CARVEDILOL 3,125MG	EMS	0,064	224,00
41	5.000,00	Und	CARVEDILOL 6,25MG	EMS	0,07	350,00
50	1.000,00	CP	CLONAZEPAN 2MG	GEOLAB	0,054	54,00
57	40,00	Und	DEXAMETASONA 4MG/ML	HYPOFARMA	0,64	25,60
59	1.000,00	CP	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	GEOLAB	0,068	68,00
63	10,00	Und	DIAZEPAN 10 MG /2 ML INJ.	SANTISA	0,81	8,10
64	100,00	AMP	DICLOFENACO 75MG/3 ML INJETAVEL	FARMACE	0,473	47,30
68	30,00	Und	DIPIRONA 500 MG / ML INJETAVEL	FARMACE	0,378	11,34
77	2.800,00	Und	ESPIRONOLACTONA 25 M G	ASPEN	0,149	417,20
80	2.500,00	CP	FENOBARBITAL 100 MG CP	CRISTALIA	0,081	202,50
85	20,00	Und	FUROSEMIDA 10 MG/ML INJ AMP 2 ML	FARMACE	0,413	8,26
90	3.500,00	CP	GLIMEPIRIDA 2 MG	CIMED	0,075	262,50
91	6.500,00	CP	GLIMEPIRIDA 4 MG	EMS	0,171	1.111,50
95	10,00	Und	HIDROCORTISONA 500 MG INJ.	BLAU	4,901	49,01
116	960,00	CP	METILDOPA 500 MG	BIOSINTETICA	0,55	528,00
125	450,00	CP	Nifedipina Retard	MEDQUIMICA	0,102	45,90
156	20,00	Und	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 200/40MG/5ML	TEUTO	1,183	23,66
Total						4.413,72

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 4.413,72 (quatro mil quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

ANGELO FOLLADOR SOBRINHO
Diretor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO N° 68/2018

Publicação Nº 1651122

CONTRATO N° 68/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa CENTERMEDI COM DE PROD HOSP LTDA, sito a RUA ADÃO WELKER 90, na Cidade de Barão de Cotegipe - RS, inscrita no sob nº 03652030000170 neste ato representado por seu Diretor Sr. EDIVAR SZYMANSKI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Barão de Cotegipe - RS, inscrito no CPF sob nº 670.481.290-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
7	500,00	CP	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG	BIOLAB	0,46	230,00
15	6.000,00	CP	AMITRIPTILINA 25 MG	BRAINFARMA	0,036	216,00
46	800,00	Und	CILOSTAZOL 100MG	EUROFARMA	0,47	376,00
48	1.500,00	CP	CIPROFLOXACINO 500 MG CP	GEOLAB	0,17	255,00
58	150,00	Und	DEXAMETAZONA 0,1% CREME 10 GR	PRATI D	0,78	117,00
60	50,00	Und	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/ML	NATULAB	0,85	42,50
100	30,00	Und	LACTULOSE 667MG/ML	PHARMASCIENCE	5,60	168,00
120	50,00	Und	METRONIDAZOL CREME VAGINAL	SANVAL	3,60	180,00
128	50,00	Und	NISTATINA CREME VAGINAL 60 gr	GREEN PHARMA	3,10	155,00
136	5.500,00	CP	PARACETAMOL 750 MG	ZYDUS	0,057	313,50

141	500,00	CP	PREDNISONA 20 MG	BRAINFARMA	0,16	80,00
154	200,00	PCT	SORO ORAL C/ 27,6 GR	PHARMASCIENCE	0,45	90,00
158	1.200,00	CP	SULFATO FERROSO 40MG	PHARMASCIENCE	0,033	39,60
Total						2.262,60

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 2.262,60 (dois mil duzentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- Advertência;

- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

EDIVAR SZYMANSKI
Diretor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO Nº 69/2018

Publicação Nº 1651123

CONTRATO Nº 69/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, sito a RUA PARANA, 299, na Cidade de Pato Branco - PR, inscrita no sob nº 95368320000105 neste ato representado por sua Diretora Sra. MARIA ROSANGELA RONSEN DAMBROS, brasileira, casada, residente e domiciliado na Cidade de Pato Branco - PR, inscrito no CPF sob nº 855.226.439-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018. Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
13	10,00	AMP	AMINOFILINA 24MG/ML	HYPOFARMA	0,765	7,65
30	15,00	Und	BETAMETASONA+ GENATAMICINA+ TOLNAFTATO+CLIO-QUINOL POMADA	GERMED	7,35	110,25
37	30,00	Und	CARBOCISTEINA 50MG/ML	NATULAB	2,726	81,78
44	10,00	Und	CETOPROFENO 100MG INJ. IM	CRISTALIA	2,838	28,38
45	30,00	AMP	CETOPROFENO 50MG/ML	CRISTALIA	1,478	44,34
51	2.500,00	Und	CLOPIDOGREL 75MG	NEO QUIMICA	0,249	622,50
56	30,00	Und	COMPLEXO B INJETAVEL 2ML	HYPOFARMA	0,75	22,50
76	30,00	AMP	ESCOPOLAMINA 20MG/ML INJ.	HIPOLABOR	0,999	29,97
109	1.500,00	CP	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	MERCK	0,125	187,50
115	800,00	Und	MELOXICAN 15 MG	PHARLAB	0,095	76,00
118	50,00	Und	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML	ISOFAMA	0,30	15,00
127	2.000,00	Und	NIMODIPINO 30MG	VITAMED	0,194	388,00
145	30,00	Und	PROTETOR SOLAR FPS 60SENSITIVE GEL-CREME 60GRAMAS	NUTRIEX	8,20	246,00
161	40,00	Und	TRAMADOL 50 MG 2 ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	0,858	34,32
162	20,00	AMP	TRAMADOL 100MG/ML	HIPOLABOR	0,99	19,80
164	250,00	Und	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG COMP	GERMED	0,89	222,50
165	980,00	Und	VALSARTANA 160MG	GERMED	0,302	295,96
Total						2.432,45

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 2.432,45 (dois mil quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS**I – Das Dotações Orçamentárias:**

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação

da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

MARIA ROSANGELA RONSSEN DAMBROS

Diretor

RUDIMAR BORCIONI

OAB/SC – 15.411

Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO Nº 70/2018

Publicação Nº 1651127

CONTRATO Nº 70/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa DIMASTER COM DE PROD HOSPITALAR LTDA, sito a RUA VASCO DA GAMA, na Cidade de Barão de Cotegipe - RS, inscrita no sob nº 02520829000140 neste ato representado pela Diretora Sra. SUEMA TUSSI BRUNELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Cidade de Barão de Cotegipe - RS, inscrita no CPF sob nº 448.443.280-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
16	150,00	Und	AMOXICILINA 250 MG/5ML	PRATI	3,89	583,50
31	1.000,00	Und	BIPERIDENO 2 mg	CRISTALIA	0,15	150,00
86	9.000,00	CP	FUROSEMIDA 40 MG	HIPOLABOR	0,025	225,00
88	1.000,00	Und	GABAPENTINA 300 MG COMP	PRATI	0,36	360,00
94	1.500,00	CP	HALOPERIDOL 5 MG CP	U.QUIMICA	0,10	150,00
107	2.000,00	CP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	MERCK	0,09	180,00
110	2.500,00	Und	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	MERCK	0,09	225,00
111	2.000,00	CP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	MERCK	0,09	180,00
132	680,00	Und	OXCARBAZEPINA 600 MG	RANBAXY	0,82	557,60
150	2.000,00	CP	RISPERIDONA 1 MG	CRISTALIA	0,13	260,00
151	3.000,00	CP	RISPERIDONA 2MG	CRISTALIA	0,13	390,00
153	5.000,00	Und	SERTRALINA 50MG	GEOLAB	0,105	525,00
Total						3.786,10

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.

b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.

c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização

ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 3.786,10 (três mil setecentos e oitenta e seis reais e dez centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

TESTEMUNHAS: -----

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
9	200,00	CP	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG COMP	ELOFAR	0,209	41,80
10	500,00	CP	AMANTADINO 100 MG	MOMENTA	0,64	320,00
55	800,00	CP	CLORTALIDONA 25 MG	EMS	0,16	128,00
61	500,00	CP	DIACEREÍNA 50MG	TRB PHARMA	3,70	1.850,00

66	2.000,00	CP	DICLOFENACO SODICO 50 MG CP	VITAMED	0,023	46,00
72	300,00	Und	DULOXETINA 60MG	NOVA QUIMICA	1,89	567,00
106	200,00	Und	LEVOTIROXINA 38 MCG COMP	ACHE	0,275	55,00
112	2.500,00	Und	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	MERCK	0,157	392,50
143	400,00	Und	PREGABALINA 75 MG COMP	MERCK	0,65	260,00
148	200,00	Und	RAMIPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA 5 MG + 12,5 MG	LIBBS	1,40	280,00
149	200,00	CP	RAMIPRIL 5 MG	MEDLEY	1,499	299,80
155	180,00	Und	SOTALOL 160MG	MERCK	0,58	104,40
Total						4.344,50

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 4.344,50 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- EFETUAR o pagamento ajustado,
- DAR à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- FORNECER informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- REALIZAR o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- ATENDER aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- APRESENTAR, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- É RESPONSÁVEL também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

MAURICIO MACIAG
Diretor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO Nº 72/2018

Publicação Nº 1651131

CONTRATO N° 72/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sito a RUA GENUINO PIACENTINI, 59, na Cidade de Pato Branco - PR, inscrita no sob nº 28093678000185 neste ato representado por seu Diretor Sr. FABIO EMANUEL REBONATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Pato Branco - PR, inscrito no CPF sob nº 046.973.639-90, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos

e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	30,00	AMP	ACETATO DE BETAMETASONA+FOSFATO DISSÓDIO DE BETAMETASONA 3+3 MG/ML	UNIÃO QUIMICA	3,58	107,40
18	1.500,00	CP	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 500 +125 MG	EMS	1,029	1.543,50
33	600,00	CP	BUPROPIONA 150MG	EMS	0,299	179,40
35	1.500,00	CP	CARBAMAZEPINA 400 MG CP	TEUTO	0,339	508,50
108	1.000,00	Und	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	MERCK	0,148	148,00
137	2.100,00	Und	PAROXETINA 20MG	EMS	0,252	529,20
142	500,00	Und	PREGABALINA 150 MG	MERCK	0,779	389,50
147	800,00	CP	QUETIAPINA 25MG	GERMED	0,155	124,00
168	500,00	Und	ZOLPIDEN 10 MG	EMS	0,355	177,50
Total						3.707,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.

b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.

c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 3.707,00 (três mil setecentos e sete reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA,

perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI FABIO EMANUEL REBONATTO
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde Diretor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO Nº 73/2018

Publicação Nº 1651135

CONTRATO Nº 73/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, sito a RUA SAMUEL KRUCHIM, na Cidade de Santa Maria - RS, inscrita no sob nº 94894169000186 neste ato representado por seu Diretor Sr. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Santa Maria - RS, inscrito no CPF sob nº 374.624.900-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
5	1.000,00	CP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	0,038	38,00
17	2.000,00	Und	AMOXICILINA 500 MG	TEUTO	0,149	298,00
73	600,00	CP	ESCITALOPRAM 10MG	EUROFARMA	0,20	120,00
75	800,00	CP	ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG COMP.	BRAINFARMA	0,319	255,20
117	400,00	CP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	BELFAR	0,10	40,00
133	1.500,00	CP	PARACETAMOL +CAFEÍNA+ CARISOPRODOL+ DICLOFENACO SÓDIO 300+30+125+50MG	BRAINFARMA	0,159	238,50
139	150,00	Und	PLANTAGO OVATA SACHÊS	NOVA QUÍMICA/E.M.S.	0,95	142,50
144	6.000,00	Und	PROPATILNITRATO 10 MG COMP	SANKYO	0,306	1.836,00
159	200,00	CP	TIORIDOZINA 200 MG	VALEANT	2,70	540,00
163	500,00	CP	TRAZODONA 50 MG	APSEN	0,349	174,50
Total						3.682,70

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 3.682,70 (três mil seiscentos e oitenta e dois reais e setenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título

presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Diretor

RUDIMAR BORCIONI

OAB/SC – 15.411

Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO Nº 74/2018

Publicação Nº 1651136

CONTRATO Nº 74/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa PROMEDIC A. G KIENEN & CIA LTDA, sito a AV. BRASIL 98, na Cidade de Pato Branco - PR, inscrita no sob nº 82225947000165 neste ato representado por seu Diretor Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Pato Branco - PR, inscrito no CPF sob nº 329.374.669-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
29	20,00	Und	BENZILPENICILINA 1200000 UI DÍLUIDO	EUROFARMA	10,95	219,00
32	400,00	Und	BISOPROLOL 5 MG COMP	EMS	0,257	102,80
38	1.500,00	CP	CARBONATO DE LÍCIO 300 MG	HIPOLABOR	0,199	298,50
52	600,00	CP	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG CP	EUROFARMA	0,305	183,00
53	500,00	CP	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50 MG	U. QUIMICA	0,416	208,00
54	600,00	CP	CLORPRIMAZINA 100 MG	U. QUIMICA	0,17	102,00
92	15,00	Und	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52MG OU 50MG/ML 1 ML IM	U. QUIMICA	6,66	99,90
93	600,00	CP	HALOPERIDOL 1MG	CRISTALIA	0,094	56,40
138	100,00	CP	PIOGLITAZONA 45MG	GERMED	1,466	146,60
Total						1.416,20

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na

Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.

b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.

c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 1.416,20 (um mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, aos 8 de Junho de 2018.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

ADEMIR GERALDO KIENEN
Diretor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS: -----

CONTRATO Nº 75/2018

Publicação Nº 1651138

CONTRATO Nº 75/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA, sítio a RUA REGENTEW DIOGO A FEIJO, na Cidade de Chapecó - SC, inscrita no sob nº 04889315000192 neste ato representado por seu Diretor Sr. SERGIO JACIR PORTELA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Chapecó - SC, inscrito no CPF sob nº 182.633.649-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
2	30.000,00	CP	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	IMEC	0,019	570,00
8	50,00	Und	ALBENDAZOL 40 MG SUSP 10 ML	PRATI	1,09	54,50
20	400,00	CP	AMPICILINA 500 MG	PRATI	0,20	80,00
21	1.500,00	CP	ANLODIPINO 10 MG	BRAINFARMA	0,06	90,00
23	1.000,00	Und	ANLODIPINO 2,5 MG	BIOLAB	0,611	611,00
24	150,00	CP	ANLODIPINO+BENAZEPRIL 5+10MG	BIOLAB	1,787	268,05
36	800,00	CP	CARBIDOPA+LEVODOPA 25/250MG	TEUTO	0,74	592,00
43	1.500,00	CP	CEFALEXINA 500 MG	TEUTO	0,28	420,00
69	120,00	Und	DIPIRONA GOTAS 200 MG	SOBRAL	0,78	93,60
70	2.000,00	CP	DOXAZOSINA 2 MG	EMS	0,12	240,00
71	2.000,00	CP	DOXAZOSINA 4 MG	SANDOZ	0,46	920,00
99	100,00	Und	IPRATROPIO 0,25 MG GTS 20 ML	TEUTO	0,70	70,00
104	200,00	CP	LEVANLODIPINO 2,5MG	BIOLAB	1,287	257,40
105	2.000,00	CP	LEVONOGESTREL+ETINILESTRADIOL 0,03/0,15MG	MABRA	0,029	58,00
113	1.800,00	CP	LISINOPRIL 10 MG	TEUTO	0,229	412,20
114	30,00	AMP	MELOXICAM 15MG INJETAVEL 15mg/ml	EUROFARMA	2,35	70,50
119	800,00	CP	METRONIDAZOL 250 MG	PRATI	0,10	80,00
124	2.000,00	CP	NIFEDIPINA 20 MG	BRAINFARMA	0,045	90,00
129	1.500,00	Und	OLMESARTANA MEDOXOMILA + HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5MG	EUROFARMA	0,649	973,50
130	600,00	Und	OLMESARTANA MEDOXOMILA+HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 25MG	EUROFARMA	0,687	412,20
131	5.000,00	CP	OMEPRAZOL 20 MG CP	PHARLAB	0,058	290,00
134	200,00	Und	PARACETAMOL 200MG/ML	SOBRAL	0,59	118,00
135	5.000,00	CP	PARACETAMOL 500 MG	PRATI	0,036	180,00
Total						6.950,95

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ 6.950,95 (seis mil novecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

I – Das Dotações Orçamentárias:

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.028.3390.00 - 3387 - 38/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1380 - 20/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1387 - 21/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1670 - 22/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 34/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1392 - 58/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1002 - 19/2018 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

II – Da vigência:

A vigência do presente Contrato é do período de 08/06/2018 até 31/12/2018. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo

65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada, se não cumprir com as obrigações assumidas, ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades isoladas, ou conjuntamente, a critério do Município de São Bernardino – SC através do Fundo Municipal de Saúde:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar, ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Fundo Municipal de Saúde pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual, sem que decorra do ato direito de qualquer natureza.
- f) Demais penalidades prevista no Processo Licitatório n.6/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do FUNDO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes, com relação a assuntos a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, ou por e-mail, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos neste Contrato, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do FUNDO, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.

IV - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do FUNDO, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos medicamentos e/ou materiais já entregues, não lhe sendo devido, qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada, pela Coordenadora do FUNDO, ficando portanto, desde já ciente e designado, o Sr. AGOSTINHO LUZZI, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma,

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
 10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
 10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – F. 1395 - Tansf. Rec. SUS Emenda Parlamentar Individuais R\$ 32.230,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.000.0000.0.000.000 – Saúde
 10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
 10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
 10.301.0012.2.018.000 – Manutenção do Programa PSF
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – F. 1395 - Tansf. Rec. SUS Emenda Parlamentar Individuais R\$ 67.770,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso arrecadação do Município de São Bernardino – SC, em razão de emenda parlamentar individual no orçamento geral da união.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 08 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
 Resp. Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 123/2018

Publicação Nº 1650760

DECRETO Nº 123/2018 DE 08/06/2018

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017 E NO ORÇAMENTO 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
 AÇÃO ==>>>>> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
 VALOR ==>>>>> R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação do Município de São Bernardino – SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
 AÇÃO ==>>>>> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
 VALOR ==>>>>> R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC,

aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação do Município de São Bernardino – SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – F. 1392 - Tansf. Rec. União - SUS Custeio R\$ 34.555,57

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de R\$ 34.555,57 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), serão utilizados recursos proveniente do excesso arrecadação do Município de São Bernardino – SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 08 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 397/2018

Publicação Nº 1651902

Portaria n º 397/2018

Exonera Auxiliar de Manutenção e Conservação II (a pedido).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4811/2018, deferido em 11/06/2018, RESOLVE:

EXONERAR (a pedido), MARCINEI PETRY, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II, nível 6.2-A, contados a partir do dia 11 de junho de 2018.

São Bonifácio, 11 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 398/2018

Publicação Nº 1651903

Portaria n º 398/2018

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4812/2018, deferido em 11/06/2018, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A EMA TERESINHA ROHLING BUSS, brasileira, casada, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, nível 4.25-A, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 15 de junho de 2018, referente ao exercício 2016/2017.

São Bonifácio, 11 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 067/2018 - ADM

Publicação N° 1651851

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 067/2018 - ADM
Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE CONFORME PROJETO TIPO 2 – PADRÃO FNDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA, TERMO DE COMPROMISSO TC/PAC N. 11718/2014, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E NOS PROJETOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:15 horas – dia 17 de julho de 2018.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas – dia 17 de julho de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 12 de junho de 2018.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 079/2018

Publicação Nº 1651169

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 079/2018

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 030/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 22 de junho de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados para AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 871315/2018/MAPA/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 224) e e-mail:licitacao@sao-domingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 11 de junho de 2018.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

TP 087/2018 ERRATA

Publicação Nº 1650677

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal da rua Professora Maria Stella Martins.

ERRATA

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados, o edital em epígrafe, sofreu alteração.

Portanto, onde se lê:

Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal da rua Professora Maria Stella Martins

Leia-se:

Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação em lajota sextava, drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal da rua Professora Maria Stella Martins

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 12 de junho de 2018.

Wilson Felício dos Reis

Secretário Municipal de Administração

São João Batista

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 3796/2018

Publicação Nº 1650739

LEI MUNICIPAL 3.796, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Autoriza o Município de São João Batista permutar imóvel com a empresa Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda - CNPJ n. 04.670.411/45, com sede em Florianópolis-sc.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de São João Batista autorizado a permutar o imóvel de seu domínio, situado no Condomínio Comercial São João Batista, Bairro Cardoso, neste Município, que tem a área de 13.617,18 m² (treze mil, seiscentos e dezessete metros e dezoito centímetros quadrados), matriculada sob o n. 20.306 do CRI de Imóveis desta Comarca, com a área de propriedade da empresa FIORI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, que tem a área de 76.749,12 m² (setenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove metros e doze centímetros quadrados), além da área verde e áreas de APP, situadas no Bairro Cardoso, neste Município, remanescente da matrícula n. 13.482 do CRI da Comarca, tudo conforme mapa que fica fazendo parte desta Lei.

Art. 2º. A área especificada no Artigo 1º, que pertence ao Município está avaliada em R\$ 1.361.718 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e dezoito reais), e a área que pertence a empresa FIORI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA está avaliada em R\$ 4.759.912,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e doze reais).

Art. 3º. Diante da significativa diferença à favor do Município, entre os valores das áreas objeto da permuta, o Município se compromete a cumprir as seguintes condições:

I - Que em razão de parte da área que receberá em permuta estar sendo ocupada por 26 (vinte e seis) casas residenciais já devidamente identificadas nos autos da Ação 0000457.32.2002.8.24.0062/03 e pela Secretaria de Assistência Social, o Município se compromete a reconhecer a ocupação e transferir a cada ente familiar o título de propriedade correspondente a um lote com a área de 200,00 m² (duzentos metros quadrados), com o fim específico de abrigar cada uma das 26 (vinte e seis) residências.

II - Das residências referidas no inciso I, aquelas que se encontram em Área de Preservação Permanente – APP, o Município se compromete a anuir com a transferência das mesmas para a área que receberá em permuta, disponibilizando a cada ente familiar um lote previamente selecionado e com a área de 200 m² (duzentos metros quadrados), devendo a posteriori transferir também a propriedade do lote.

III - As partes permutantes não terão, em nenhuma hipótese, a obrigação de arcar com as despesas necessárias para a transferência das famílias que ocupam a área de APP.

IV - O Município se compromete a apresentar até o dia 10/06/2018, à Empresa permutante, ao Representante do Ministério Público na Comarca e à Câmara de Vereadores do Município, mapa apontando a localização dos lotes referidos nos incisos I e II.

V - O Município poderá deixar de cumprir o compromisso assumido nos incisos I e II, em relação a quaisquer dos ocupantes já especificados, que de forma direta ou indireta contribuírem ou infringirem a presente Lei, adotando os procedimentos que se fizerem necessários para afastar o infrator da área recebida em permuta.

VI - A permutante FIORI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., fica isenta do pagamento do IPTU referente ao exercício 2018, em relação a área de sua propriedade e objeto da permuta – área remanescente da matrícula n. 13.482.

VII - A permutante FIORI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., restará isenta da obrigação do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI referente a transferência para si ou para outrem expressamente indicado, do título de propriedade da área objeto da matrícula n. 20.306.

VIII - O Município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação da presente Lei, para adotar as medidas que se fizerem necessárias à completa desocupação da área de Área de Preservação Permanente que integra a matrícula n. 13.482, promovendo a demolição das edificações que forem encontradas no imóvel.

IX - O Município se compromete a urbanizar a área recebida em permuta, respeitando as limitações ambientais e normas urbanísticas vigentes.

X - Em razão do compromisso assumido no inciso IX, fica o Município autorizado a efetuar despesas para implementar o fornecimento de água, luz elétrica, acessibilidade e demais melhorias que se fizerem necessárias na área recebida em permuta.

XI - Considerando que a área dada em permuta pelo ente público (matrícula n. 20.306) tratava-se de área institucional, o Município se compromete em afetar 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) da área recebida em permuta como "área institucional".

Art. 4º. Fica desafetada de sua primitiva condição de bem indisponível, passando à categoria de bem disponível o imóvel descrito no Art. 1º. desta Lei – matrícula n. 20.306 do CRI da Comarca.

Art. 5º. Fica fazendo parte integrante desta Lei o TERMO DE AUDIÊNCIA do Processo de Execução de Sentença n. 0000457.32.2002.8.24.0062/03 da Comarca de São João Batista, em que é Exequente a Refinadora Catarinense S/A e outro e Executado Hamilton Ercílio da Silva e outros. Parágrafo único. Fica o Município de São João Batista, através do representante legal, autorizado a assumir todas as responsabilidades constantes do "Termo de Audiência" especificado no "caput" deste artigo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 11 de junho de 2018.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 023/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/SISAM/2018

Publicação Nº 1651210

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 023/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/SISAM/2018

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 023/SISAM/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/SISAM/2018, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA MUNICIPAL - SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 05/07/2018. Abertura dos envelopes: 09h do dia 05/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 12 de junho de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 109/2018

Publicação Nº 1651778

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 109/2018

Partes: Município de São João do Oeste e A.D. Cardoso

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2018

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais para manutenção das atividades culturais no município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 11.988,35

PRAZO: 13.06.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 109/2018

Partes: Município de São João do Oeste e JV Itech Informática Tecnologia da Impressão Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2018

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais para manutenção das atividades culturais no município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.884,12

PRAZO: 13.06.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2018 FMS

Publicação Nº 1651766

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Amarildo Baseggio & Cia Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 7/2018

OBJETO: "Aquisição de material ambulatorial para a Secretaria da Saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 20.014,02

PRAZO: 13.06.2018 até 12.06.2019

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Casa Cirúrgica Chapecó Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 7/2018

OBJETO: "Aquisição de material ambulatorial para a Secretaria da Saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 24.363,90

PRAZO: 13.06.2018 até 12.06.2019

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Damedi Dambros Comércio de Medicamentos

ORIGEM: Pregão Presencial nº 7/2018

OBJETO: "Aquisição de material ambulatorial para a Secretaria da Saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 30,390,05

PRAZO: 13.06.2018 até 12.06.2019

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Henrique de Oliveira Prado ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 7/2018

OBJETO: "Aquisição de material ambulatorial para a Secretaria da Saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 56.645,00

PRAZO: 13.06.2018 até 12.06.2019

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 7/2018

OBJETO: "Aquisição de material ambulatorial para a Secretaria da Saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 15.707,75

PRAZO: 13.06.2018 até 12.06.2019

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Santa Lúcia Produtos para Saúde Eirelli ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 7/2018

OBJETO: "Aquisição de material ambulatorial para a Secretaria da Saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 17.685,00

PRAZO: 13.06.2018 até 12.06.2019

São João do Oeste – 12 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO TERMO DE PARCERIA 001-2017_PREF

Publicação Nº 1651025

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

OBJETO: Fica aditado em R\$ 4.645,57 (quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) o Termo de Parceria nº 01/2017, alterando-se o valor global de R\$ 58.680,00 (cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta reais) para R\$ 63.325,57 (sessenta e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

PROPONENTE: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J DO SUL

VIGÊNCIA: 12/06/2018 à 31/12/2018

VALOR: R\$ R\$ 4.645,57 (quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 13.019/2014, Instrução Normativa N. TC-014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e no que couber Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – 2.017 – 3.3.50.43.02.00.00.00.3052 (186)

São João do Sul – SC, 12 de junho de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_022-2018_PREF

Publicação Nº 1650957

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2018

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) especializada p/ confecção de camisetas para campanhas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 30/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: MAURÍCIO ALEXANDRE MACIEL – ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 5.940,00

Processo Licitatório nº 30/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 06 de junho de 2018

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_023-2018_PREF

Publicação Nº 1650961

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2018

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa especializada p/ confecção de uniformes para os servidores públicos desta municipalidade, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 30/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: ATÉRIA PRIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 38.489,02.

Processo Licitatório nº 30/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 06 de junho de 2018

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 051 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651751

DECRETO Nº 051 DE 12 DE JUNHO DE 2018

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
28.843.0000.0001 – SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA
3.2.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

TOTAL R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
28.843.0000.0001 – SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA
4.6.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

TOTAL R\$ 28.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
12 de junho de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 052 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651754

DECRETO Nº 052 DE 12 DE JUNHO DE 2018

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.514,16 (três mil, quinhentos e quatorze reais e dezesseis centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
28.846.0000.0002 – ENCARGOS GERAIS DA PREFEITURA
3.3.90.00.00.00.00.0024 – Aplicações Diretas R\$ 3.514,16

TOTAL R\$ 3.514,16

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação, verificado no exercício corrente, do contrato de repasse nº 822234/2015 – Ministério das Cidades, Processo nº 1024599/2015, objeto: pavimentação e drenagem de vias urbanas, no valor de R\$ 293,78 e do contrato de repasse nº 825553/2015 – Ministério do Turismo, objeto: Pavimentação da Rodovia SJS 345 – Acesso ao Memorial Frei Adercide – 2ª etapa, no valor de R\$ 3.220,38.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
12 de junho de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 053 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651756

DECRETO Nº 053 DE 12 DE JUNHO DE 2018

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.048,52 (seis mil, quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0601 – SEC. DE PLANEJ., CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	
13.392.0011.2036 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS, FESTAS E ATIVIDADES CULTURAIS	
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 6.048,52
TOTAL	R\$ 6.048,52

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recurso ordinário, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
12 de junho de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 104 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650848

PORTARIA Nº 104 DE 02 DE MAIO DE 2018.
“CONCEDE GRATIFICAÇÃO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº. 1609 de 29 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-5 para ao servidor DANIEL RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, para exercer Responsabilidade Técnica de Enfermagem, a contar da presente data.

Cessa os efeitos da Portaria nº 025 de 02/01/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 105 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650850

PORTARIA Nº 105 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“DAR VACÂNCIA AO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Dar Vacância ao cargo de Professora, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da servidora ZILDETE MAGNUS PIRES, conforme Carta de Concessão, Benefício nº. 182.685.599-5, do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 112 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650881

PORTARIA Nº 112 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora MARIA RÔSANE CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Compras e Licitações, da seguinte forma: de 02/05/2018 a 11/05/2018 abono pecuniário, e de 12/05/2018 a 31/05/2018 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 117 DE 12 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650888

PORTARIA Nº 117 DE 12 DE MAIO DE 2018.

“DAR VACÂNCIA AO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Dar vacância ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, por motivo de falecimento do servidor LUCIANO JAUSINA, ocorrido no dia 12/05/2018, conforme comprova certidão de óbito, matrícula 105155 01 55 2018 4 00016 213 0000470 55, Registro Civil das Pessoas Naturais do Ofício Escrivania de Paz de São João do Sul.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 12 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 102 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650844

PORTARIA Nº. 102 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para a servidora NILSILENE APARECIDA BORGES DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de Professora, por 60 (sessenta) dias, no período de 17/04/2018 a 16/06/2018, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 103 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650846

PORTARIA Nº. 103 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com a alínea “b” do artigo 42 e § 2º do mesmo artigo, da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Desempenho Profissional, aos membros do Magistério Público Municipal, como segue:

- 01 - Adriana dos Santos Lopes da Rosa – Auxiliar de Ensino, Nível MAG – 08/F, para 08/G;
- 02 - Adriana Raupp da Rosa – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/A, para 08/B;
- 03 - Avani Alexandre Pereira - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I- 08/D, para 08/E;
- 04 – Alexandra Cardoso da Silva – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG - 07/F, para 07/G
- 05 - Clamilla Bauer Borba Ramos – Auxiliar de Ensino da Educação, Nível MAG – 08/E, para 08/F;
- 06 - Claudia Maria E. Bauer - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/I, para 07/J;
- 07 - Claudio Junior L. da Rocha – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG - 07/J, para 08/A;
- 08 – Caroline Lumertz Francisco Trajano – Fonoaudióloga, Nível TSE I – 01/J, para 02/ A
- 09 – Cristiane Cardoso Machado de Borba - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/I para 07/J;
- 10 - Daniela Scandolara Mauricio Scariot – Professor, Nível MAG III – 08/B para MAG III –08/C;
- 11 - Elizandra Perdoná Donadel – Professor, Nível MAG III – 07/J para MAG III –08/A;
- 12 – Fabiana da Silva Oliveira - Professor, Nível MAG III – 08/E para MAG III –08/F;

13 - Fabricia de Jesus Rodrigues Alves – Professor, Nível MAG III – 08/E para MAG III – 08/F;
14- Grasiela Scheffer Bauer da Silva – Professor, Nível MAG III – 08/J para MAG III – 09/A;
15 – Ione Terezinha Raupp Roxo - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07H, para 07/I;
16 - Janice Coelho Padilha Terra – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/C, para 08/D;
17 - Janice Santos Alexandre – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/J para 08/A;
18 - João Batista Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
19 – Joelma Silveira Laureno da Silva - Professor, Nível MAG III – 08/A para MAG III – 08/B;
20 - Jucilane de Sena Cristiano – Professor, Nível MAG III – 09/A para MAG III – 09/B;
21 - Juciléia Camilo Moraes Scandolaro – Professor, Nível MAG III – 09/A para MAG III – 09/B;
22 - Luiz Citadim Marques – Professor, Nível MAG III – 08/C para MAG III – 08/D;
23 - Marcia Adriana L. Machado – Auxiliar de Ensino, Nível MAG– 05/J, para 06/A;
24 - Maria Elizete Eugênio da Silva – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 09/D, para– 09/E;
25 – Maria Bernadete da Rosa - Professor, Nível MAG III – 03/B para MAG III – 03/C;
26 - Maria Helena Scheffer Domingos – Professor, Nível MAG III – 09/C para MAG III – 09/D;
27 - Marilane de Souza Lopes Colares – Professor, Nível MAG III – 09/C para MAG III – 09/D;
28 – Marizete Moreto Pia – Professor, Nível MAG III – 08/I para MAG III – 08/J;
29 - Nelci da Silva Lummertz – Professor, Nível MAG III – 09/B para MAG III – 09/C;
30 – Nilsilene Aparecida Borges - Professor, Nível MAG III – 09/C para MAG III – 09/D;
31 – Patricia Rocha da Silva – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG II- 01/J, para– 02/A;
32 – Patricia Santana Dias - Professor, Nível MAG III – 07/I para MAG III – 07/J;
33 – Quetilane S. de Carvalho Cardoso – Professor, Nível MAG III – 07/J para MAG III – 08/A;
34 - Rosangela Santos Bauer Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
35 – Sandra Regina de S Kraemer - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/C, para 08/D;
36 - Silvana Lentz Genecco– Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/J, para 08/A;
37 - Simoni Pereira Lummertz Muller – Professor, Nível MAG III – 09/A para MAG III – 09/B;
38 - Susânia Scariot bendo Cechinel - Orientador Educacional, Nível MAG III- 08/H, para 08/I.
39 – Valdete Fraga Magnus — Professor, Nível MAG III – 09/A para MAG III – 09/B;
40 – Vanessa Scandolaro Magnus – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG- 07/J, para 08/A;
41 - Zaneide de Matos Clezar - - Professor, Nível MAG III – 07/G para MAG III – 07/H;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 106 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650852

PORTARIA Nº. 106 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora MARIA DE FATIMA ESPINDOLA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2016/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 107 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650853

PORTARIA Nº. 107 DE 02 DE MAIO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora AMANDA DE MORAES LIMA, ocupante do cargo de Enfermeira, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 108 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650857

PORTARIA Nº. 108 DE 02 DE MAIO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora ANELISE ESPINDOLA SCHEFFER, ocupante do cargo comissionado de Gerente Administrativo de Saúde, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 109 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650860

PORTARIA Nº. 109 DE 02 DE MAIO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora ELISANGELA PEREIRA PIGNATEL BIANCHINI, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Saúde, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 110 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650864

PORTARIA Nº. 110 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora FABIANA KRAUSE DE MATTOS, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 111 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650878

PORTARIA Nº. 111 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora GISLAINE MACHADO OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 113 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650882

PORTARIA Nº. 113 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora ROSILENE DE JESUS CONSTANTINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 114 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650885

PORTARIA Nº. 114 DE 02 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora SUSÂNIA SCARIOT BENDO CECHINEL, ocupante do cargo efetivo de Orientadora Educacional, no período de 02/05/2018 a 31/05/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 115 DE 09 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650886

PORTARIA Nº. 115 DE 09 DE MAIO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para a servidora CRISTIANI CARDOSO MACHADO DE BORBA, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, por 30 (trinta) dias, no período de 09/05/2018 a 07/06/2018, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 09 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 116 DE 12 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1650887

PORTARIA Nº. 116 DE 12 DE MAIO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora MARA ELENIR VEFAGO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 12 de maio de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2017/SEPAAE

Publicação Nº 1651807

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2017/SEPAAE

REFERÊNCIA: CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE MODELAGEM OPERACIONAL, ECONÔMICO-FINANCEIRO, JURÍDICO E DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A REQUALIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DO CENTRO MULTIUSO, ESTACIONAMENTO E ADJACÊNCIAS, LOCALIZADOS NA AVENIDA ACIONI SOUZA FILHO, S/N, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Especial de Avaliação ao Procedimento de Manifestação de Interesse, por meio do seu Presidente, informar que findou-se no último de 11 de junho de 2018, o prazo para entrega dos estudos objeto do presente chamamento. E tornar público que somente uma das empresas habilitadas, procedeu a entrega por completo dos estudos objeto do presente edital de chamamento 001/2017/SEPAAE, qual seja:

EMPRESA

· INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA.

CONCLUSÃO

Em vista do exposto acima e à luz do regramento contido no Edital, a Comissão Especial RESOLVE:

Receber e analisar os estudos objeto do presente edital de chamamento 001/2017/SEPAAE, recebidos da empresa INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA.

O presente despacho será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC).
São José/SC, 11 de junho de 2018.

RODRIGO DE ANDRADE

Presidente da Comissão

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP 002/2018

Publicação Nº 1651393

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1084/2018 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 080/2018 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL (EXECUÇÃO E FUNCIONAMENTO), EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO PARA ESTRUTURA METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURA E COBERTURA METÁLICA (86, 80 M²), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA SEPARADORA ÀGUA/ÓLEO, FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO POLIDO NA ÁREA DA COBERTURA (86, 80 M²), FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE QUADRO DE ENERGIA ELÉTRICA E MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DO KIT AÉREO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pela empresa abaixo, participante do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica, conforme Despacho.

EMPRESA LICITANTE

· RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou despacho as folhas 142 dos autos, manifestando que a empresa: RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME fica DESQUALIFICADA TÉCNICAMENTE, tendo em vista a especificidade do objeto a ser contratado que exige pleno e irrestrito conhecimento técnico, o que não se configura nos Acervos Técnicos apresentados pela mesma, face a complexidade do objeto envolvido.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não foram plenamente atendidas pela empresa RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR A EMPRESA

· RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso.

São José, 12 de junho de 2018.

Cláudia Schweitzer	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

TERMO ADITIVO/TA Nº 002/2018-01

Publicação Nº 1651373

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 002/2018-01 – DL 640/2017 – Proc. Adm. 3682/2018 – Contratado: FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA – FE-ESC, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO DE MICROSIMULAÇÃO DE TRÁFEGO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DO ACRÉSCIMO DE VALOR: Conforme solicitação da Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito, as fls. (03 e 04), firmados no Processo Administrativo nº 3682/2018 o Contrato nº 002/2018 será acrescido de número de pontos de contagem. O Contrato original sofrerá acréscimo de valor no percentual de 17,53% (dezessete inteiros e cinquenta e três décimos por cento), o que representa um montante de R\$ 9.980,000 (nove mil e novecentos e oitenta reais), passando o valor anual do contrato original de R\$ 56.945,00 (cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e cinco reais) para R\$ 66.925,00 (sessenta e seis mil e novecentos e vinte e cinco reais). Data da assinatura: 30 de maio de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**APRESENTAÇÃO DE QUESTIONAMENTO À LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2018**

Publicação Nº 1651885

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

APRESENTAÇÃO DE QUESTIONAMENTO À LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 034/2018

OBJETO: A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS, PERIFÉRICOS E LICENÇA DE SOFTWARE, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Aviso aos interessados que a empresa ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.425.676/0005-13 apresentou questionamento ao edital, protocolizado sob o nº 693, especificamente quanto a exigência de a Estação de Trabalho Básica atender a NBR 10.152. O documento impugnatório, que fundamenta as razões elencadas pela empresa, instrui o processo administrativo e está disponível para vistas aos interessados.

São José, Santa Catarina, 12 de junho de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N°: 10/2018

Publicação N° 1651893

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL N°: 10/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 041/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José no uso de suas atribuições legais, baseado na justificativa apresentada pela Diretora de Administração, considerando a necessidade de aperfeiçoamento e readequação da solução pretendida

RESOLVE:

REVOGAR em todo os seus termos, por razões de interesse público pautados nas prerrogativas de oportunidade e conveniência, o processo licitatório do Pregão Presencial n.º 10/2018 cujo objeto consiste na Contratação de Empresa para a Prestação dos Serviços de Filmagem das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Especiais, Comemorativas e Audiências Públicas, da Câmara Municipal de São José, compreendendo a captação, transmissão e gravação, com som, disponibilizando equipamentos e profissionais qualificados, conforme consta no Quadro de quantidades e Custos e nas especificações do Termo de Referência, Anexos I e II do Edital.

São José, Santa Catarina, 12 de junho de 2018.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Presidente da Câmara Municipal de São José

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.938, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651298

DECRETO Nº 5.938, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Decreta Luto Oficial no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Honorino Luiz Pastre, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano;

CONSIDERANDO a trajetória de grande homem público que foi, ao se destacar no cargo que ocupou como vereador, durante a 7ª legislatura 1983/1988, desta cidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, em homenagem ao ex-vereador Honorino Luiz Pastre, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meio mastro, na sede do Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1650653

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º ADT 28/2018 - Contrato Nº: 28/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor :
Vigência : Início: 29/05/2018 Término: 28/06/2018
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS A EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA DUQUE DE CAXIAS, BAIRRO SÃO JORGE, TRECHO ENTRE A RUA CAMPOS SALLES E RUA WALDEMAR RANGRAB DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS

São Miguel do Oeste, 28 de maio de 2018

EDITAL 002-ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS-EDITAL DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1651839

EDITAL Nº 02/2018 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

A Diretora de Receita Municipal e Fiscalização do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições que lhe conferem e conforme art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e art.128 da Lei 4.200/97 e os artigos 169 e 180 do Código de Postura Municipal (Lei Complementar nº005/2012) e suas alterações;

Considerando que o contribuinte abaixo relacionado se encontra em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação e Auto de Imposição de multa anterior.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR o contribuinte abaixo relacionado, do lançamento de Tributos referente ao Auto de Infração e Imposição de Multa nº004/2018, não cumprindo as exigências solicitadas na Notificação Preliminar nº 642/2018, foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa nº 004/2018.

Art. 2º Fica o contribuinte abaixo relacionado, para que, no prazo de até 20 de Junho de 2018, regularizem seus débitos junto a municipalidade, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DÍVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento. Ficando também, ciente, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA
Frederico Schefelbanis Zambarda CNPJ: 27.919.459/0001-40	004/2018

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, e no site da prefeitura, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 11 de Junho de 2018.

LUCIANE SCHMEIER MARION

Diretora de Receita Municipal e Fiscalização

LEI 7.525 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O ROTARY CLUB DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Publicação Nº 1651836

LEI N. 7.525/2018

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O ROTARY CLUB DE SÃO MIGUEL DO OESTE COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o "ROTARY CLUB DE SÃO MIGUEL DO OESTE" com sede na Rua Marcílio Dias, n. 644, centro, nesta Comarca e Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa Jurídica no Cartório de Registros Civil, Títulos e Documentos, no livro A-15, às fls. 83, sob o nº 4927, em 20/09/2016, na Comarca do Município de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ n. 83.068.075/0001-87.

Art. 2º Ficam os Setores competentes da Prefeitura Municipal, autorizados a procederem todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei, correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 12 de junho de 2018.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em exercício

RENATO ROMANCINI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

REVOGAR

Publicação Nº 1651301

EDITAL DE REVOGAÇÃO 33/2018 – REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 33/2018

Edital Pregão presencial nº 17/2018

O Secretário Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando nº 22/2018 do Departamento de Compras informando que não houve participantes, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste-SC, 12 de junho de 2018.

Leonir Caron

Secretário Municipal de Saúde de

São Miguel do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 7524/2018 - ISENÇÃO DE IPTU PARA PORTADORES DE NEOPLASIA MALIGNA (CÂNCER)**

Publicação Nº 1651172

LEI Nº 7524/2018

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), SOBRE IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DE PORTADORES DE NEOPLASIA MALIGNA (CÂNCER) OU SEUS DEPENDENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E RESOLUÇÃO Nº 04/92 (REGIMENTO INTERNO),

FAÇO saber a todos os habitantes do Município de São Miguel do Oeste, que o Plenário desta Corte aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a partir do ano de 2019, ao contribuinte, quando o mesmo, ou membro de sua família, seja comprovadamente portador de Neoplasia Maligna (Câncer).

§1º Para efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos, os filhos e enteados e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§2º A isenção de que trata o caput será concedida somente para um único imóvel do qual o portador da doença seja proprietário/dependente ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independentemente do tamanho do referido imóvel.

§3º A isenção somente será concedida relativamente ao imóvel que não possua débitos perante o Município de São Miguel do Oeste.

§4º A qualquer momento poderá o Município de São Miguel do Oeste, por seus órgãos, promover a verificação da veracidade dos fatos, documentos e informações prestadas pelo contribuinte e, verificando qualquer situação que considere irregular, promoverá a imediata suspensão do benefício, inscrevendo o contribuinte em débito com as correspondentes penalidades tributárias, resguardando o direito de defesa e contraditório.

§5º - A isenção de que trata o presente artigo será concedida também a imóvel alugado, quando comprovadamente restar demonstrado o requerente como principal locatário e responsável pelo pagamento do aludido imposto.

Art. 2º Para ter direito à isenção, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:

I – Laudo médico com menos de 30 (trinta dias) fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo diagnóstico expressivo da doença acometida a qualquer membro da família, contendo estágio clínico atual, classificação Internacional da Doença (CID) e carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM).

II – Declaração, sob as penas da Lei, que o membro da família acometido da doença reside no imóvel objeto do pedido do benefício/

III - Quando o imóvel for alugado, contrato de locação no qual conste o requerente como principal locatário e responsável pelo pagamento do aludido imposto;

IV- Documento de identificação do Requerente com foto;

Art. 3º A isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), não desobriga o contribuinte do pagamento das demais taxas incidentes sobre o imóvel.

Art. 4º Os benefícios de que trata a presente Lei, quando concedidos, serão válidos por 1 (um) ano, após deverá ser novamente requerido, nas mesmas condições já especificadas, para um novo período de 1 (um) ano e cessará quando deixar de ser requerido.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste, 12 de julho de 2018.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente

Vereador Gilberto Pedro Berté

1º Secretário da Mesa Diretora

Certifico que a presente Lei,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Claudete Maria de Oliveira Fabiani

Chefe de Gabinete

PORTARIA 052/2018

Publicação Nº 1651166

PORTARIA 052/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Servidor GENUIN ANTONIO PERIN, a percepção de 2 (duas) diárias à cidade de Florianópolis - SC, com o objetivo de transportar os Vereadores Cláudio José Barp e Cássio Augusto da Silva, tendo como dia de partida o dia 13 de junho de 2018, às 02h, com

retorno previsto no dia 15 de junho de 2018, às 02h, tendo como meio de transporte veículo do Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,

Em 11 de junho de 2018.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Claudete Maria de Oliveira Fabiani

Chefe de Gabinete

PORTARIA 053/2018

Publicação Nº 1651167

PORTARIA 053/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:

Art. 1º Fica concedido férias anuais ao Servidor da Câmara Municipal, Senhor DIOGO SALAMONI MOSER, brasileiro, ocupante do cargo de Agente de Recursos Humanos, a partir de 18 de junho de 2018 a 02 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,

Em 11 de junho de 2018.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Claudete Maria de Oliveira Fabiani

Chefe de Gabinete

PORTARIA 054/2018

Publicação Nº 1651209

PORTARIA 054/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador CÁSSIO AUGUSTO DA SILVA, a percepção de 02 (duas) diárias à cidade de Florianópolis - SC, com o objetivo de participar de audiência com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável, Senhor Adenilso Biasus, para tratar da pauta "CENTRO TECNOLÓGICO DE SÃO MIGUEL DO OESTE", bem como participar da reunião do colegiado de Secretários Municipais de Agricultura, tendo como dia de partida o dia 13 de junho de 2018, às 02h, com retorno previsto no dia 15 de junho de 2018, às 02h, tendo como meio de transporte veículo do Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,
Em 12 de junho de 2018.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Claudete Maria de Oliveira Fabiani
Chefe de Gabinete

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 062/2018

Publicação Nº 1651061

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 062/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, inscrita no CNPJ: 07.453.253/0001-60, com sede a Rua XV de Novembro, nº. 2.219 – Centro – Pomerode/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação da Banda Musical Master para apresentação no dia 12/06 no Congresso de Prefeitos, noite de 190 anos de Imigração Alemã em Santa Catarina no Centro Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 807,00 (oitocentos e sete reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 12/06/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS Prefeito Municipal DE POMERODE - AMUSPE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 063/2018

Publicação Nº 1651062

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 063/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. REGINALDO DE FREITAS CORRÊA 86367536949, inscrito no CNPJ sob nº. 15.605.795/0001-39, com sede na Rua Antonio Brasil Schroeder, 1843, Bela vista, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra para manutenção elétrica nas Unidades de Saúde do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12/06/2018 a 14/06/2018.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

REGINALDO DE FREITAS CORRÊA 86367536949 Contratado

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1651205

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2017

Aos doze dias do mês de junho do ano de 2018, MANOELLA KETLIN DA SILVA por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2017, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Técnico de Enfermagem, classificação 06, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de junho de 2018.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 20/2018 - FMS

Publicação Nº 1650989

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 20/2018 - FMS

Processo de licitação nº. 34/2018 - FMS

Dispensa de Licitação nº. 19/2018 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HEXIS CIENTÍFICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 53.276.010/0001-10, estabelecida na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, nº. 385, Distrito Industrial, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, CEP: 13208-090

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a manutenção preventiva e calibração de aparelho pocket colorímetro da Vigilância Sanitária, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Manutenção preventiva e calibração de aparelho pocket colorímetro com emissão de certificado com rastreabilidade RBC.	1	Unidade	424,04	424,04
TOTAL R\$					424,04

Valor do Contrato: R\$ 424,04 (quatrocentos e vinte e quatro reais e quatro centavos)

Data da Assinatura: 12/06/2018 - Vigência: 31/12/2018

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.496/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651957

PORTARIA Nº. 7.496/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Ademir Pfiffer, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Cultura, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 11 de junho de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.497/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1651958

PORTARIA Nº. 7.497/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Renata Lourenço da Silva, com efeitos retroativos a partir de 10 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 11 de junho de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**TERMO ADITIVO Nº. A1/2018–FAS**

Publicação Nº 1651244

TERMO ADITIVO Nº. A1/2018–FAS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2015 – FAS

CONTRATANTE/LOCATÁRIA: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder /SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADO/LOCADOR: WALDENIR HANG, CRECI/SC sob nº 20.207F, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3069, sala 02, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO/LOCADOR, neste ato representada legalmente pelo senhor WALDENIR HANG, inscrito no CPF sob o nº. 018.157.059-90, portador da carteira de identidade nº. 1.355.305-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 11/2015 - FAS, celebrado em 16 de junho de 2015, proveniente de contratação mediante Processo de Licitação nº. 10/2015-FAS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 06/2015-FAS, tendo por a locação de imóvel em alvenaria com 101,00m² para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social Município de Schroeder/SC.

Considerando o artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Assistência Social para o período de 1º. de julho de 2018 até 31 de dezembro de 2018, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATANTE/LOCATÁRIA e a CONTRATADO/LOCADOR, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 06 meses, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), e na Cláusula Segunda "do valor do contrato", item 2.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. ADITIVADA	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de imóvel em alvenaria com 101,00m², subdivido em 03 salas, 03 banheiros, 01 cozinha, localizado na Rua João Arnoldo Moritz, nº 65, centro, neste Município de Schroeder/SC	06	Meses	1.200,00	7.200,00
Valor total R\$					7.200,00

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Primeira “da vigência” no item 11.1, prorrogando-se para o período de 1º. de julho de 2018 até 31 de dezembro de 2018 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 11/2015-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de junho de 2018.

CONTRATADA:

WALDENIR HANG

Waldenir Hang

CPF nº. 018.157.059-90

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna

CPF nº. 085.168.389-43

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 155/2017 - PMS

Publicação Nº 1651178

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 155/2017 - PMS

Processo de licitação nº. 144/2017 - PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2017 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa SL CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.354.824/0001-58, estabelecida na Rua Eduardo Neidert nº. 644 sala 01, Cruzeiro, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.295-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Celso Fernando Lovenberger, inscrito no CPF sob o nº. 421.345.799-00, ficam ajustados à rescisão contratual AMIGÁVEL de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão Amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 155/2017-PMS, celebrado no dia 19 de dezembro de 2017, visando a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do pórtico de acesso ao centro de eventos do Município de Schroeder/SC compreendendo uma área a construir de 112,53m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, conforme Parecer da Procuradoria nº 048/2018-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 12 de junho de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna
CPF nº. 085.168.389-43

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 37/2018-PMS

Publicação Nº 1651019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 37/2018 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:****80/2018****Data do Processo:****25/05/2018**

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de colchonetes para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2018

Motivo: Conforme Ofício 091/2018-SECEL, visto que os valores orçados no lançamento do pedido do processo não conduz com os valores de mercado atualmente.

Schroeder, 12 de Junho de 2018

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 29/2018-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 1651132

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2018 Data do Processo: 03/05/2018
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de carneiras (caixas de concreto) montáveis para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 62/2018 (Sequência: 3)

Ao(s) 12 de Junho de 2018, às 13:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7480/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 64/2018, Licitação nº 29/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do envelope de habilitação da empresa POSTEFIBRA LTDA - EPP, o qual foi protocolado dentro do prazo estipulado em ata anteriormente. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa POSTEFIBRA LTDA - EPP, constatando que a empresa POSTEFIBRA LTDA - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata à empresa.

Participante: 13308 - POSTEFIBRA LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Carneiras (caixas de concreto para cemitério), medindo 90 centímetros de largura 2,25 metros de comprimento e 60 centímetros de altura. Com armação de tela 4,2 cm	UN	80,00		0,0000	240,00	19.200,00
Total do Participante ———>							19.200,00
Total Geral —————>							19.200,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 12 de Junho de 2018

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna - - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt - - Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL 31/2018-PMS (SEQUÊNCIA 04)

Publicação Nº 1651072

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2018 Data do Processo: 08/05/2018
Folha: 1/9	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 61/2018 (Sequência: 4)

Ao(s) 12 de Junho de 2018, às 13:15 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7480/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 70/2018, Licitação nº 31/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para recebimento da CND Federal da empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. - EPP, a qual foi protocolada dentro do prazo estipulado em ata anteriormente. Constatou-se que a CND Federal apresentada está de acordo com o edital, resultando a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. - EPP habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata às empresas participantes.

Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Água destilada ampola 10 ml.	UN	600,00	Samtec	0,0000	0,151	90,60
30	Cateter Intravenoso tipo abocath tamanho nº22 G. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Cateter periférico de uso único, descartável. Angiocath 22G, calibre 0,8mm, comprimento: 2,5cm, cor azul.	UN	1.000,00	Tkl	0,0000	0,62	620,00
37	Coletor de urina TRANSPARENTE em polipropileno, capacidade de 80 ml, com tampa de rosca, graduado, estéril, embalagem individual.	UN	300,00	Cral	0,0000	0,344	103,20
44	Digliconato de clorexidina a 2% solução com tensoativo. Antisséptico tópico e antisepsia da pele no pré-operatório. Frasco 100 ml	UN	500,00	Rioquímica	0,0000	2,914	1.457,00
50	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 9 x 16 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	40,00	Harbo	0,0000	7,828	313,12
67	Gelo reutilizável para transporte a baixa temperatura, rígido embalado em polietileno rígido tam. P ,medindo 17x9,7x2,5 cm. Capacidade do frasco 400 ml. Composição: Atóxica.	UN	30,00	Gelotech	0,0000	2,062	61,86
68	Gelo reutilizável para transporte a baixa temperatura, rígido embalado em polietileno rígido. Tamanho: 22 x 15 x 2 cm. Capacidade do frasco 550 ml. Composição: Atóxica.	UN	30,00	Gelotech	0,0000	3,128	93,84
70	Hipoclorito de Sódio 2,5% de cloro ativo estabilizado, desinfetante hospitalar. Frasco de 1 litro.	UN	200,00	Asfer	0,0000	7,216	1.443,20
74	Kit para nebulização contendo uma máscara para nebulização, na cor transparente, tamanho adulto, com 1,5 metros de mangueira e um copo reservatório com capacidade para 10ml.	KIT	5,00	MD	0,0000	5,19	25,95
75	Kit para nebulização contendo uma máscara para nebulização, na cor transparente, tamanho infantil, com 1,5 metros de mangueira e um copo reservatório com capacidade para 10ml.	KIT	5,00	MD	0,0000	5,223	26,12
79	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 6,5.	PAR	350,00	Maxitex	0,0000	0,97	339,50
102	Seringa Descartável 5 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	3.900,00	SR	0,0000	0,119	464,10
103	Seringa Descartável de 60 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	300,00	SR	0,0000	1,493	447,90
123	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 1 litro.	UN	1.300,00	Segmenta-Eur	0,0000	4,399	5.718,70
124	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 100 ml.	UN	3.000,00	EquiPLEX	0,0000	1,91	5.730,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2018
 Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 2/9

Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
126	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 500 ml.	UN	600,00	Segmenta-Eurr	0,0000	2,70	1.620,00
127	Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 100 ml.	UN	150,00	Fresenius Kabi Brasi Equiplex	0,0000	2,612	391,80
130	Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 500 ml.	UN	200,00		0,0000	3,299	659,80
131	Soro ringer com lactato. Composição: Cloreto de sódio - 0,60g, cloreto de potássio - 0,030g, cloreto de cálcio - 0,02g, lactato de sódio - 0,30g. Frasco de polietileno de 500 ml.	UN	100,00	Segmenta-Eurr	0,0000	3,024	302,40

Total do Participante —> 19.909,09
Participante: 6852 - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	Atadura de crepom 4 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	50,00	TEXCARE	0,0000	2,13	106,50
24	Avental descartável manga longa elástico no punho. Confeccionado em tecido não tecido (TNT), 100% de polipropileno do tipo agulhado com 20 gr/m². gr. Cor branca. Tamanho Grande. Pacote com 10 unidades.	PCT	80,00	ANADONA	0,0000	10,39	831,20
25	Avental descartável sem manga branco dimensões 1,00 x 1,30 m na gramatura de 20 g hipoalergenico 100%. Pacote com 10 unidades.	PCT	300,00	ANADONA	0,0000	7,74	2.322,00
27	Caixa de isopor com tampa 6 litros.	UN	10,00	MUOR	0,0000	45,00	450,00
32	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 20 (20 x 1,1 x33 mm) 61ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	800,00	SOLIDOR	0,0000	0,609	487,20
33	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 24 (24 x 0,7 x 19 mm) 20 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	1.500,00	SOLIDOR	0,0000	0,70	1.050,00
76	Lâmina de bisturi aço inoxidável esterilizado. Nº 11. Caixa com 100 unidades.	CX	10,00	ADVANTIVE	0,0000	21,99	219,90
97	Escalpe intravenoso Nº 23, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor Azul.	UN	4.000,00	SOLIDOR	0,0000	0,179	716,00

Total do Participante —> 6.182,80
Participante: 7110 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Abaixador de língua de madeira descartável. Pacote com 100 unidades.	PCT	200,00	ESTILO	0,0000	2,40	480,00
4	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 20 x 5,5. Caixa com 100 unidades.	CX	70,00	SOLIDOR	0,0000	5,95	416,50
7	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x6. Caixa com 100 unidades.	CX	50,00	SOLIDOR	0,0000	6,20	310,00
13	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno transparente, bico reto, capacidade 125 ml.	UN	40,00	HITO	0,0000	1,40	56,00
14	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno transparente, bico reto, capacidade 250 ml.	UN	40,00	HITO	0,0000	2,10	84,00
17	Atadura de crepom 10 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	470,00	PEROLA	0,0000	3,60	1.692,00
18	Atadura de crepom 12 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	950,00	PEROLA	0,0000	4,30	4.085,00
20	Atadura de crepom 20 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	340,00	PEROLA	0,0000	6,96	2.366,40
22	Atadura de crepom 6 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	100,00	PEROLA	0,0000	2,12	212,00
23	Atadura de crepom 8 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	100,00	PEROLA	0,0000	2,89	289,00
31	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 18 (18 x 1,3 45 mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	800,00	SOLIDOR	0,0000	0,61	488,00
34	Cateter para oxigênio tipo óculos, esterelizado adulto.	UN	400,00	MEDSONDA	0,0000	0,69	276,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2018
 Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 3/9

Participante: 7110 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
40	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 5 unidades.	PCT	2.000,00	MEDI HOUSE	0,0000	0,32	640,00
41	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 500 unidades.	PCT	820,00	MB/ANDREON	0,0000	13,59	11.143,80
43	Detergente enzimático com no mínimo 3 enzimas. Frasco 1 litro.	LT	60,00	KELLDRIN	0,0000	16,88	1.012,80
57	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 3-0 com agulha 30 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	288,00	PROCARE	0,0000	1,03	296,64
58	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 4-0 com agulha 24 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	192,00	PROCARE	0,0000	1,03	197,76
65	Fixador celular spray 100 ml.	UN	15,00	ADLIN	0,0000	5,15	77,25
77	Lâmina de bisturi aço inoxidável esterilizado. Nº 15. Caixa com 100 unidades.	CX	12,00	SOLIDOR	0,0000	21,00	252,00
78	Lençol descartável hospitalar. Tamanho 70 cm x 50 m. (Papel para maca).	UN	700,00	FLEXPEL	0,0000	7,25	5.075,00
96	Escalpe intravenoso Nº 21, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor verde.	UN	2.000,00	SOLIDOR	0,0000	0,17	340,00
98	Escalpe intravenoso Nº 25, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor laranja.	UN	2.000,00	SOLIDOR	0,0000	0,17	340,00
99	Seringa Descartável 10 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	3.500,00	SR	0,0000	0,18	630,00
101	Seringa Descartável 3 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	4.200,00	SR	0,0000	0,093	390,60
104	Sonda de foley Nº 10 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	20,00	SOLIDOR	0,0000	3,65	73,00
132	Termômetro clínico digital tipo axila/oral; aprovado pelo INMETRO; tipo de alimentação: uma bateria LR41.	UN	120,00	MEDEQCO	0,0000	9,13	1.095,60
133	Tira reagente para teste de gravidez, beta HCG específica para determinação da gonadotrofina corionica humana (HCG) em amostra de soro ou urina com uma sensibilidade de 25 MUI/ML, somente para diagnóstico "in vitro". Embaladas individualmente em caixa com 100 tiras constando dados de identificação, lote, validade controle interno do teste. Apresentar catálogo. Validade mínima de 12 meses. Caixa com 100 unidades.	UN	15,00	LABOR IMPORT	0,0000	80,00	1.200,00

Total do Participante —> 33.519,35
Participante: 7270 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
45	Dreno de penrose com gaze esterelizado Nº 1.	UN	12,00	MADEITEX	0,0000	1,30	15,60
46	Dreno de penrose com gaze esterelizado Nº 2.	UN	12,00	MADEITEX	0,0000	1,50	18,00
52	Equipo MACRO GOTAS embalado individualmente em papel grau cirúrgico com filme termoplástico e selado termicamente; Esterilizado a óxido de etileno; PVC flexível; Tubo de 1,50 m com ponta perfurante e tampa protetora; Pinça rolete e corta-fluxo; Injetor lateral resistente; Conector tipo luer universal; Câmara gotejadora macrogotas com respiro de ar com filtro hidrófobo e bacteriológico; Atóxico.	UN	3.000,00	GLOMED	0,0000	0,70	2.100,00
80	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,0.	PAR	100,00	MAXITEX	0,0000	0,96	96,00
81	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,5.	PAR	300,00	MAXITEX	0,0000	0,96	288,00
82	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 8,0.	PAR	300,00	MAXITEX	0,0000	0,96	288,00
83	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.	CX	180,00	NUGARD	0,0000	14,49	2.608,20
84	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	CX	320,00	NUGARD	0,0000	14,49	4.636,80
85	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	CX	340,00	NUGARD	0,0000	14,49	4.926,60
86	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho PP. Caixa	CX	320,00	NUGARD	0,0000	14,49	4.636,80
87	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.	CX	20,00	DESCARPAC	0,0000	11,54	230,80
88	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	CX	30,00	DESCARPAC	0,0000	11,54	346,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 70/2018
Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 4/9

Participante: 7270 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
89	Luva de procedimento de vinil não esteril, sem talco. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	CX	30,00	DESCARPACK	0,0000	11,54	346,20
95	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO, produto de alta performance para uso médico em exames ultra-sonografia; alta transparência. Permite maior nitidez na captação das imagens; Preservativos sem lubrificante embalados individualmente; Composição: Látex de borracha natural; Ponta com reservatório; Lados paralelos; Largura Nominal 52 mm; Comprimento Mínimo 160mm; Liso; Opaco;	UN	300,00	MADEITEX	0,0000	0,28	84,00
135	Tubo endotraqueal nº 3,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, esteril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 3.0 mm, diâmetro externo 4.7 mm, comprimento do tubo 140 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	2,63	26,30
136	Tubo endotraqueal nº 3,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, esteril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 3.5, diâmetro externo 5.3 mm, comprimento do tubo: 160 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	2,63	26,30
137	Tubo endotraqueal nº 4,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, esteril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.0, diâmetro externo: 6.0, comprimento do tubo 180 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	2,63	26,30
138	Tubo endotraqueal nº 4,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, descartável, esteril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.5 mm, diâmetro externo: 6.7 mm, comprimento do tubo 220 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	2,63	26,30
149	Iodo povidine tópico - Frasco com 1L.	L	10,00	RIOQUIMICA	0,0000	23,33	233,30
Total do Participante —>							20.959,70

Participante: 7417 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
55	Fio de sutura catagute simples 75 cm, esteril, absorvível, 2-0 com agulha 2 cm, 1/2 círculo triangular cortante.	UN	72,00	Covidien	0,0000	2,92	210,24
56	Fio de sutura catagute simples 75 cm, esteril, absorvível, 3-0 com agulha 2 cm, 1/2 círculo triangular cortante.	UN	72,00	Covidien	0,0000	2,92	210,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2018
 Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 5/9

Participante: 7417 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
147	Fio de sutura catagute cromado 75 cm, estéril, absorvível, 0 com agulha 3 cm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	120,00	Covidien	0,0000	2,21	265,20

Total do Participante —> 685,68

Participante: 10874 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Alcool gel para mãos. 5 litros.	GL	15,00	MULTIGEL	0,0000	28,90	433,50
26	Bolsa para coleta de drenagem urinária por sistema fechado (estéril), 2000ml.	UN	150,00	LABOR IMPORT	0,0000	2,49	373,50
35	Cateter para oxigênio tipo óculos, esterilizado infantil.	UN	50,00	BIOSANI	0,0000	0,91	45,50
38	Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 23 x 25 cm. Pacote com 50 unidades.	PCT	80,00	TEXCARE	0,0000	30,23	2.418,40
39	Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 45 x 50 cm. Pacote com 50 unidades.	PCT	200,00	ALPHFLEX	0,0000	42,80	8.560,00
42	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 10 unidades.	PCT	52.000,00	ALPHFLEX	0,0000	0,429	22.308,00
92	Máscara para administração de oxigênio com reservatório de alto débito, transparente para uma melhor visualização e com reservatório. Clip metálico ajustável que assegura uma fixação confortável para melhor adaptação ao nariz. Saco reservatório para um melhor controle da administração. Elástico para fixação da máscara à cabeça, com tubo de 2 m. Fluxo o quem for necessário para manter o reservatório infável de 6 a 15 L/ min. Tamanho Adulto.	UN	5,00	MD	0,0000	9,65	48,25
93	Máscara para administração de oxigênio com reservatório de alto débito, transparente para uma melhor visualização e com reservatório. Clip metálico ajustável que assegura uma fixação confortável para melhor adaptação ao nariz. Saco reservatório para um melhor controle da administração. Elástico para fixação da máscara à cabeça, com tubo de 2 m. Fluxo o quem for necessário para manter o reservatório infável de 6 a 15 L/ min. Tamanho Infantil.	UN	5,00	MD	0,0000	9,66	48,30
94	Óculos de segurança de plástico preto, lente com proteção lateral em policarbonato incolor com tratamento antirisco.	UN	20,00	SUPERMEDY	0,0000	2,99	59,80
105	Sonda de foley Nº 12 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	50,00	SOLIDOR	0,0000	2,37	118,50
106	Sonda de foley Nº 14 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	50,00	SOLIDOR	0,0000	2,39	119,50
107	Sonda de foley Nº 16 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	100,00	SOLIDOR	0,0000	2,39	239,00
108	Sonda de foley Nº 18 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	100,00	SOLIDOR	0,0000	2,44	244,00
109	Sonda de foley Nº 20 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	50,00	SOLIDOR	0,0000	2,44	122,00
110	Sonda para aspiração traqueal Nº 10.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,47	28,20
111	Sonda para aspiração traqueal Nº 12.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,48	28,80
112	Sonda para aspiração traqueal Nº 14.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,50	30,00
117	Sonda uretral Nº 12 descartável.	UN	7.260,00	BIOSANI	0,0000	0,43	3.121,80
125	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirogênica. Frasco com 250 ml.	UN	2.500,00	EQUIPLEX	0,0000	2,29	5.725,00
128	Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 250 ml.	UN	150,00	EQUIPLEX	0,0000	2,43	364,50
129	Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 250 ml.	UN	200,00	EQUIPLEX	0,0000	2,44	488,00
134	Tubos de EDTA para coleta de sangue à vácuo, 4,0 ml, 13x75mm, estéril. Tampa roxa.	UN	600,00	LABOR IMPORT	0,0000	0,43	258,00
146	Umidificador para oxigênio com tampa de nylon injetada, frasco plástico com copo translúcido com indicação de nível mínimo e máximo. Contendo tubo com borbulhador para permitir o arraste das partículas, porca adaptável em qualquer válvula reguladora ou fluxo metro de oxigênio.	UN	10,00	UNITEC	0,0000	13,40	134,00

Total do Participante —> 45.316,55

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2018
 Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 6/9

Participante: 12541 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 13 x 4,5. Caixa com 100 unidades.	CX	60,00	DESCARPACH	0,0000	5,58	334,80
5	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	50,00	DESCARPACH	0,0000	5,58	279,00
6	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x 8. Caixa com 100 unidades.	CX	20,00	DESCARPACH	0,0000	5,58	111,60
8	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 30 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	20,00	DESCARPACH	0,0000	5,58	111,60
9	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 30 x 8. Caixa com 100 unidades.	CX	70,00	DESCARPACH	0,0000	5,58	390,60
10	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 40 x 12. Caixa com 100 unidades.	CX	120,00	DESCARPACH	0,0000	5,58	669,60
12	Algodão hidrófilo com 500 g.	UN	45,00	FAROL	0,0000	8,88	399,60
15	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno marrom, bico reto, capacidade 125 ml.	UN	40,00	JPROLAB	0,0000	1,47	58,80
16	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno marrom, bico reto, capacidade 250 ml.	UN	10,00	JPROLAB	0,0000	2,13	21,30
19	Atadura de crepom 15 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	1.350,00	PEROLA	0,0000	5,39	7.276,50
28	Campo Cirúrgico fenestrado estéril, gramatura mínima de 40 g/m², medindo 40 cm x 40 cm, com janela de 10 cm de diâmetro. Fabricado em Não Tecido. Embalados individualmente.	UN	500,00	POLARFIX	0,0000	2,17	1.085,00
29	Campo Cirúrgico estéril, gramatura mínima de 40 g/m², medindo 50 cm x 50 cm. Fabricado em Não Tecido. Embalados individualmente.	UN	500,00	POLARFIX	0,0000	1,74	870,00
47	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 15 x 25 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	100,00	HOSPFLEX	0,0000	21,79	2.179,00
53	Equipo multi vias adulto 2 vias luer lock composição básica extremidades próximas com conectores luer lock fêmea, extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha), intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. Duas vias.	UN	1.150,00	DESCARPACH	0,0000	0,52	598,00
59	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 5-0 com agulha 26 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	192,00	PROCARE	0,0000	1,03	197,76
60	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 6-0 com agulha 24 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	168,00	PROCARE	0,0000	1,02	171,36
61	Fio para sutura agulhado de nylon monofilamento preto 2-0 45 cm agulha 20 mm 3/8 triangular.	UN	288,00	PROCARE	0,0000	1,03	296,64
63	Fita adesiva para autoclave a base de celulose, borracha natural, óxido de zinco e resina acrílica. Tamanho: 19mm x 30 m.	UN	100,00	MASTERFIX	0,0000	2,45	245,00
64	Fita cirúrgica microporosa hipoalergica a base de fibras de viscose com adesivo acrílico. Tamanho: 2,5 cm x 4,5 m.	UN	1.500,00	COPERTINA	0,0000	1,19	1.785,00
71	Kit papanicolau contendo espéculo vaginal descartável, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio. Tamanho G.	KIT	200,00	CRAL	0,0000	1,04	208,00
72	Kit papanicolau contendo espéculo vaginal descartável, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio. Tamanho M.	KIT	1.000,00	CRAL	0,0000	0,96	960,00
73	Kit papanicolau contendo espéculo vaginal descartável, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio. Tamanho P.	UN	800,00	CRAL	0,0000	0,93	744,00
91	Máscara de procedimento com elástico. Caixa com 50 unidades.	CX	80,00	TALGE	0,0000	3,35	268,00
100	Seringa Descartável 20 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	3.600,00	SR	0,0000	0,284	1.022,40
113	Sonda para aspiração traqueal Nº 16.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,54	32,40
114	Sonda para aspiração traqueal Nº 6.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,43	25,80
115	Sonda para aspiração traqueal Nº 8.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,45	27,00
116	Sonda uretral Nº 10 descartável.	UN	3.660,00	BIOSANI	0,0000	0,42	1.537,20
118	Sonda uretral Nº 14 descartável.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,43	25,80
119	Sonda uretral Nº 16 descartável.	UN	3.660,00	BIOSANI	0,0000	0,38	1.390,80
120	Sonda uretral Nº 18 descartável.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,38	22,80
121	Sonda uretral Nº 6 descartável.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,41	24,60
122	Sonda uretral Nº 8 descartável.	UN	60,00	BIOSANI	0,0000	0,42	25,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 70/2018
Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 7/9

Participante: 12541 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
139	Tubo endotraqueal n° 5,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 5.0mm, diâmetro externo: 7.3 mm, comprimento do tubo: 240 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20
140	Tubo endotraqueal n° 5,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curva de magill que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 5,5mm diâmetro externo 8.0mm, comprimento do tubo : 260mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20
141	Tubo endotraqueal n° 6,0 com cuff: - Tubo transparente, em PVC, descartável e estéril; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação oral e nasal durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 6.0 mm, diâmetro externo: 8.7mm, comprimento do tubo 280 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20
142	Tubo endotraqueal n° 6,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. diâmetro interno 6,5 mm, diâmetro externo 9.4 mm, comprimento do tubo 280mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20
143	Tubo endotraqueal n° 7,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. diâmetro interno 7.0mm, diâmetro externo 10.0 mm, comprimento do tubo 300mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2018 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2018
 Data do Processo: 08/05/2018

Folha: 8/9

Participante: 12541 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
144	Tubo endotraqueal nº 8,0 com cuff - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 8.0 mm, diâmetro externo 11.0 mm, comprimento do tubo 310 mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20
145	Tubo endotraqueal nº 9,0 com cuff - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.0 mm, diâmetro externo 12.3 mm, comprimento do tubo 310mm.	UN	10,00	VITALGOLD	0,0000	3,12	31,20
148	Fio de sutura nylon 45 cm, estéril, não absorvível, 0 com agulha 3 cm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	120,00	PROCARE	0,0000	1,06	127,20

Total do Participante —> 23.740,76

Participante: 13184 - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
90	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho PP. Caixa com 100 unidades.	CX	20,00	volk	0,0000	12,41	248,20

Total do Participante —> 248,20

Participante: 13816 - SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	Coletor de material perfurocortante papelão 7 litros. Com proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos contaminados.	UN	450,00	DESCARBOX	0,0000	2,52	1.134,00
48	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 19 x 33 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	60,00	VITALPACK	0,0000	37,29	2.237,40
49	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 23 x 36,5 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	60,00	VITALPACK	0,0000	48,35	2.901,00
54	Esparadrapo impermeável de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco a base de borracha e resina. Tamanho: 10 cm x 4,5 m.	UN	20,00	MISSNER	0,0000	5,15	103,00
62	Fita adesiva hospitalar crepe 16 mm x 50 m.	UN	350,00	CIEX	0,0000	2,18	763,00
66	Gel inodoro na cor transparente para uso externo com meio de contato para transmissão ultrassônica, hidrossolúvel, hipoalergênico, não abrasivo, umectante. Composição com água esterelizada, polímero carboxivinílico e espessante, 1 litro.	UN	70,00	MULTIGEL	0,0000	4,44	310,80
69	Haste flexível com algodão nas duas pontas. Caixa com 75 unidades.	CX	80,00	HIGIE-TOPP	0,0000	0,94	75,20

Total do Participante —> 7.524,40

Total Geral —> 158.086,53

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 70/2018 Processo de Licitação: Data do Processo: 08/05/2018
Folha: 9/9		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 12 de Junho de 2018

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Equipe de Apoio |
| Eloir José Wendt | - | - Equipe de Apoio |

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 122/2017-PMS REAJUSTE NO ITEM 02 - 12/06/2018

Publicação Nº 1651159

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 109/2017

Número do Registro de Preços: 109/2017 Data do Registro: 28/11/2017 Válido até: 28/11/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás - GLP 13 kg	UN	VC GAS LTDA - ME (12772)		0	62,7000	1
			CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME (12799)		0	63,0000	2
2	Recarga de gás - GLP 45 kg	UN	VC GAS LTDA - ME (12772)			288,0700	1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 109/2017

CJM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME (12799)	0	280,0000	2
---	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 109/2017

Número do Registro de Preços: 109/2017		Data do Registro: 28/11/2017		Válido até: 28/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2017

PROCESSO Nº 230/2017

(12772) - VC GAS LTDA - ME
(12799) - C JM COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME

Schroeder, 28 de Novembro de 2017.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 23/2017-FMS REAJUSTE ITEM 66 - 12/06/2018

Publicação Nº 1651211

Página: 1/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ACETILCISTEINA 200MG/ML XAROPE SEM AÇÚCAR FRASCO COM 100ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	4,6900	1
2	ACICLOVIR 200MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	6,8450	2
1		COMP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	QIMED	0	0,2920	1
2			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,2930	2
1	ACICLOVIR 50MG CREME BISNAGA COM 10G	BISN	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	2,6800	1
2			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,6900	2
3			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6969)		0	2,9300	3
4	ACIDO ACETIL SALICILICO 100MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	2,9500	4
1			COMF COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0170	1
1	ACIDO FOLICO 5MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0390	1
2			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0400	2
3			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12636)		0	0,0430	3

Página: 2/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDLAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	NUNESPARW	0	0,0430	4
6	ACIDO VALPROICO 250MG		COMP CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,2300	1
			AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	0,2500	2
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2640	3
7	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML XAROPE FRASCO COM 100ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	3,1200	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	3,3000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	3,3300	3
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	3,3800	4
8	ACIDO VALPROICO 500MG FRASCO COM 50 CAPSULAS		CAPS AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	0,6000	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,7300	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7360	3
9	ADENOSINA 3MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA COM 2ML	APM	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	7,2650	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	8,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 3/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ALBENDAZOL 400MG BLISTER COM 1 COMPRIMIDO	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	0,3850	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,3900	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	GREENPHARI	0	0,4000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,4120	4
11	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 10ML	FR	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	1,0100	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	1,0300	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,0430	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	1,0900	4
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	PRATI DONAL	0	1,1300	5
12	ALENDRONATO DE SODIO 70MG BLISTER COM 4 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,2000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2190	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	ELOFAR	0	0,2600	3
13	ALOPURINOL 100MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	0,0400	1

Página: 4/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	PRATI DONAC	0	0,0410	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0440	3
14	ALOPURINOL 300MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS		COMP NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,1080	1
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,1360	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1400	3
15	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA COM 10ML		APM ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,8500	1
16	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,2830	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	GEOLAB	0	0,3100	2
17	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETAVEL AMPOLA COM 3ML		APM CENTERMED-1-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	1,8300	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,9660	2
18	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0290	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0300	2
			CENTERMED-1-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0390	3

Página: 5/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
<p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 500MG/ML + 12,5MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 75ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	9,1900	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	SANDOZ	0	11,3500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	11,6470	3
21	AMOXICILINA 500MG+CLAVULANATO DE POTASSIO 125MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,6790	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	SANDOZ	0	0,6800	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,7500	3
22	AMOXICILINA 500MG BLISTER COM 10 CAPSULAS	CAPS	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,1250	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1270	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,1500	3
23	ANLODIPINO (BESILATO) 5MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0210	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0220	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0250	3
24	ATENOLOL 50MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,0320	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 6/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	AZITROMICINA 400MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE FRASCO 600MG	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0330	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0400	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,0400	4
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	3,5000	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	3,7490	2
27	AZITROMICINA 500MG BLISTER COM 3 COMPRIMIDOS	COMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	4,1800	3
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MEDQUIMICA	0	0,4540	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4550	2
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	0,5000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	8,9000	1
28	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI PÓ FRASCO+DILUENTE	APM	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	10,2600	2
			LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	10,2700	3
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	1,7300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 7/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	BIPERIDENO 2MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	CRISTALLIA	0	2,0800	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	2,2000	3
			COMP CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	0,1360	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMIK	0	0,1450	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,1500	3
31	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES	FR	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	BIOSINTETIC/	0	14,9600	1
			LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	16,0000	2
32	CAPTOPRIL 25MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0160	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0170	2
33	Carbamazepina 2% suspensão oral Frasco com 100ml	FR	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0180	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	6,0200	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMIK	0	10,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 8/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
34	CARBAMAZEPINA 200MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0660	1			
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0670	2			
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0800	3			
35	CARBONATO DE CALCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE Ca ++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO COM 60 COMPRIMIDOS)		COMP PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1290	1			
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BIONATUS	0	0,1300	2			
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1440	3			
36	CARBONATO DE LITIO 300MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,1500	1			
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1600	2			
			CENTERMEDIO-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1960	3			
38	CARVEDILOL 12,5MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1130	1			
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1800	2			
			CENTERMEDIO-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1960	3			

Página: 9/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	4,8800	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	6,1000	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	ABL	0	8,9900	3
40	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3980	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3990	2
			CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,4450	3
41	CEFTRIAXONA 500MG PÓ PARA SUSPENSÃO IM	APM	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	EUROFARMA	0	7,9000	1
			CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	7,9900	2
			LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	11,0000	3
42	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1800	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1920	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	PRATI DONAL	0	0,2080	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 10/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
43	CITALOPRAM 20MG		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1500	1			
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	AUROBINDO	0	0,1530	2			
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (12488)		0	0,1910	3			
44	CLARITROMICINA 500MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	4,1000	1			
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	5,4980	2			
45	CLONAZEPAM 2MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SUN	0	0,0430	1			
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0480	2			
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0550	3			
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	GEOLAB	0	0,0550	4			
46	CLONAZEPAM 2,5MG/MIL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML.	FR	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (12275)	HIPOLABOR	0	1,4700	1			
			COMERCIAL CIRURGICA RIOGLARENSE LTDA (11538)		0	1,6200	2			
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	1,7500	3			
47	CLOPIDOGREL 75MG BLISTER COM 28 COMPRIMIDOS		COMP MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (12275)	AUROBINDO	0	0,3370	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 11/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL SPRAY FRASCO 50ML	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	AUROBINDO	0	0,4000	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	EMSSIG/GER	0	0,4120	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,8300	1
50	CLORPROMAZINA 100MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	2,8400	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	5,0000	3
			COMP MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMIK	0	0,1650	1
51	CLORPROMAZINA 25MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	UNIAO QUIMIK	0	0,1800	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1920	3
			COMP COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,2100	1
52	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 20ML	FR	CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2440	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	CRISTALIA	0	0,2480	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	5,2100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 12/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	COLAGENASE 0,6U+CLORANFENICOL 0,01G POMADA BISNAGA 30G	BISN	CENTERMED+COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	5,2200	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	5,6200	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	8,3000	1
			AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	8,9000	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	CRISTALIA	0	9,0200	3
54	COMPLEXO B INJETAVEL AMPOLA 2ML	APM	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	HYPOFARMA	0	0,6600	1
			CENTERMED+COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,7980	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPOFARMA	0	0,8100	3
55	DEXAMETASONA 0,1% CREME BISNAGA 10G	BISN	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,7500	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	SOBRAL	0	0,7600	2
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,8500	3
56	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	APM	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	FARMACE	0	0,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 13/44

Número do Registro de Preços: 20/2017			Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100ML	FR	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPOFARMA	0	0,7000	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7140	3
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	0,9000	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,9380	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,9760	3
59	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO)2MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	GEOLAB	0	0,0600	1
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0630	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0630	3
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0650	4
60	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETAVEL AMPOLA 2ML	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,6300	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,6560	2
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,6600	3
			COMP MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	SANTISA	0	0,0320	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 14/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 3ML	APM	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0350	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0410	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,4900	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,5050	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,5250	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	FARMACE	0	0,5350	4
64	DIGOXINA 0,25MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PHARLAB	0	0,0430	1
65	DIMENDRATO+PIRIDOXINA+GLICOSE+FRUTOSE 3MG+5MG+10MG/ML AMPOLA 10ML	APM	CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0490	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0510	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	TAKEDA	0	4,0000	1
66	DIPIRONA SODICO 500MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	6,0000	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	SOBRAL	0	0,0720	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 15/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	DIPIRONA SODICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0680	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,0700	3
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	FARMACE	0	0,5500	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,5700	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,6400	3
68	DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL AMPOLA 2ML	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3490	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3500	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,3700	3
69	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA - AEROSOL 250UI/DPSE FRASCO COM 200 DOSES	FR	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	46,8800	1
70	DIPROPIONATO DE BECLOMATASONA - AEROSOL 50UI/DOSE USO NASAL FRASCO 200 DOSES	FR	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	16,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	27,0000	2
71	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG BLISTER	COMP	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	0,1140	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 16/44

Número do Registro de Preços: 20/2017			Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG		PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1150	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,1370	3
			COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1550	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1570	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PHARLAB	0	0,1650	3
73	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS		COMP INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	CIMED	0	0,0500	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0510	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)		0	0,0520	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0550	4
74	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS		COMP INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	CIMED	0	0,0390	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0400	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0450	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 17/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1MG/ML AMPOLA 1ML	APM	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	2,6200	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	HIPOLABOR	0	2,9000	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	2,9700	3
76	ESCOFOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,4230	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4240	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMIK	0	0,4300	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	UNIAO QUIMIK	0	0,4300	4
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	UNIAO QUIMIK	0	0,4700	5
78	ESPIRAMICINA 1,5 UI BLISTER COM 16 COMPRIMIDOS	COMP	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (12837)		0	3,0500	1
80	ESTROGENOS CONJUGADOS 0,625MG BLISTER COM 28 COMPRIMIDOS	COMP	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,5570	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,8000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,3630	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 18/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	FENITOINA 100MG	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2290	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,2300	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	CAZI	0	0,2500	3
82	FENOBARBITAL 100MG	COMP	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	0,0750	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0850	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	CRISTALIA	0	0,0900	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0900	4
83	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20ML	FR	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	2,3500	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	2,4000	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6889)		0	2,7800	3
84	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5MG/ML FRASCO 20ML SOLUÇÃO INALANTE PARA NEBULIZAÇÃO	FR	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	2,2700	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	2,4260	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 19/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,4500	3
85	FINASTERIDA 5MG BLISTER COM 10 COPRIMIDOS	COMP (11973)	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)		0	0,2800	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MERCK	0	0,2880	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	AUROBINDO	0	0,4000	3
86	FLUCONAZOL 150MG BLISTER COM 1 COMPRIMIDO	COMP (7391)	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,2270	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,2300	2
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MEDQUIMICA	0	0,2360	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,2600	4
87	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS/CAPSULAS	CAPS (6517)	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0420	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0450	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0470	3
88	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2ML	APM (6517)	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3740	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,3750	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2017

Página: 20/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4800	3
88	FUROSEMIDA 40MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0230	1
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,0240	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	PRATI DONAC	0	0,0280	3
90	GLIBENCLAMIDA 5MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MEDQUIMICA	0	0,0200	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0210	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0230	3
91	GLICLAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3110	1
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)		0	0,3120	2
92	GLICOSE 50% AMPOLA 10ML	APM	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,2220	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2300	2
93	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS FRASCO COM 20 ML	FR	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 21/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	2,4400	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	2,5700	3
94	HALOPERIDOL 5MG/ML AMPOLA 1ML	APM	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPOFARMA	0	0,8900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,0720	2
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	1,1000	3
95	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDOS	COMP	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	0,0760	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (12275)	CRISTALIA	0	0,0770	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0840	3
96	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	APM	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	5,6300	1
			SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (11975)	UNIÃO QUIMIK	0	5,7700	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	6,2900	3
97	HEPARINA SODICA 5.000UI/0,25ML INJETAVEL AMPOLA 0,25ML	APM	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	4,0100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 22/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	4,9500	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	5,0000	3
			COMP INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	CIMED	0	0,0150	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0160	2
99	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100MG PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0170	3
			CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0170	4
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (12275)	BLAU	0	2,2800	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	BLAU	0	2,7500	2
100	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500MG PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	APM	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BLAU	0	2,8400	3
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	NOVAFARMA	0	5,2900	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	5,3000	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	5,5070	3
4	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)		UNIAO QUIMIK		0	5,7000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 23/44

Número do Registro de Preços: 20/2017			Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5MG/ML FRASCO 100ML	FR	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,7490	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,1990	2
102	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,9490	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,9500	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,0110	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	NATULAB	0	1,0900	4
			CENTERMED-1-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	1,1000	5
103	IBUPROFENO 600MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	0,0680	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,0780	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0820	3
104	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	0,2500	1
			CENTERMED-1-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2940	2

Página: 24/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018				
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
105	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	CRISTALIA	0	0,2980	3
106	IPRATROPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE PARA NEBULIZAÇÃO	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)			0	1,9390	1
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC		0	0,6870	1
						0	0,7100	2
107	ISOFLAVONA 150MG	COMP	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PHARMASOIE		0	0,4750	1
			AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)			0	1,7000	2
108	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	ZYDUS		0	0,0680	1
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)			0	0,0690	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)			0	0,0760	3
110	ITRACONAZOL 100MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)			0	0,6000	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)			0	0,6300	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	GEOLAB		0	0,6600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 25/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	IVERMECTINA 6MG BLISTER COM 4 COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2070	1
112	LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS FRASCO COM 30 COMPRIMIDOS	COMP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2250	2
113	LEVODOPA 200MG+BENSERAZIDA 50MG FRASCO COM 30 COMPRIMIDOS	COMP	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	1,5800	1
115	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HCS (12836)		0	2,0500	2
116	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML FRASCO 200ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL	FR	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	0,8000	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	BIOSINTETIC/	0	1,5200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,8900	3
			COMP CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	0,6700	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,7400	2
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,7500	3
			COMP CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	7,2500	1
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	8,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2017

Página: 26/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	9,0720
117	LEVONORGESTREL 0,15MG+ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER COM 21 DRAGEAS	COMP	CENTERMED+COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0300
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0340
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0400
118	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0920
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MERCK	0	0,0960
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1100
119	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0920
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MERCK	0	0,0960
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1100
120	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0920
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MERCK	0	0,0960
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 27/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	LIDOCAINA 100MG/5G GEL BISNAGA 30G	BISN	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,7340	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PHARLAB	0	1,9000	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	2,0000	3
122	LIDOCAINA (SEM VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20ML	FR	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,8750	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	1,8900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,0500	3
123	LORATADINA 10MG BLISTER COM 12 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0420	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	CIMED	0	0,0430	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)		0	0,0520	3
124	LORATADINA 1MG/ML XAROPE FRASCO 100ML	FR	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	1,7900	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	1,8000	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,8490	3
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,9800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 28/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMED-H-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	1,9800	5
125	LOSARTANA POTASSICA 50MG BLISTER COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0300	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0330	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	PRATI DONAC	0	0,0340	3
126	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30ML	UN	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,0340	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,1000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,1960	3
127	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 150MG/ML AMPOLA 1ML	APM	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	9,6900	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMICA	0	9,7000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	13,7460	3
128	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,0590	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 29/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	UN	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,0610	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0430	1
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,0440	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0530	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0530	4
130	METILDOPA 250MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,2000	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,2700	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2750	3
131	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2ML	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2560	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,2570	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	ISO FARMA	0	0,3150	3
132	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 10MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0600	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0610	2

Página: 30/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10ML	FR	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	HIPOLABOR	0	0,0650	3
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	MARIOL	0	0,5800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,5890	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,6580	3
134	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (12837)		0	0,7700	1
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	ACCORD	0	0,9780	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	1,0500	3
135	METRONIDAZOL 100MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50G - COM NO MINIMO 10 APLICADORES	BISN	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	3,7480	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	3,7490	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	4,0500	3
136	METRONIDAZOL 250MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	0,0990	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1000	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 31/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	MICONAZOL (NITRATO) 20MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 80G - COM NO MINIMO 10 APLICADORES	BISN	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPER/BRAIN	0	0,1170	4
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1200	5
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAL	0	4,6200	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	4,6990	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	5,2500	3
139	MIDAZOLAM 15MG SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 3ML	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,8770	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,8780	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	1,2000	3
140	MIKANIA GLOMERATA SPRENCE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,9700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,9790	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)		0	1,9800	3
141	MORFINA 10MG/ML AMPOLA 1ML	APM	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	1,8100	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,9660	2

Página: 32/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	2,0000	3
142	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G+BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA BISNAGA 10G	BISN	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	1,0390	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	SOBRAL	0	1,0400	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	1,0590	3
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,1000	4
143	NIMESULIDA 100MG BLISTER COM 12 COMPRIMIDOS	COMP (7391)	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0460	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	CMED	0	0,0480	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0610	3
144	NIMESULIDA 50MG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 150ML	FR	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,1480	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	1,2300	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	1,4000	3
145	NISTATINA 100.000UIML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50ML	FR	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	2,4000	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	2,4020	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 33/44

Número do Registro de Preços: 20/2017			Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
146	NITROFURANTOINA 100MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	2,7700	3
			COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1650	1
			CENTERMED-H-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2200	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYP/COSMM	0	0,2600	3
147	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG+ESTRADIOL (VALERATO) 5MG/ML AMPOLA 1ML SEM SERINGA	APM	CENTERMED-H-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	7,1300	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	7,1360	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	7,3000	3
148	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER COM 35 COMPRIMIDOS		COMP PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1750	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,2110	2
			CENTERMED-H-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2150	3
150	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS		COMP MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	RANBAXY	0	0,2800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,3300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 34/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,3300
			CENTERMED-H-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,3900
152	OXCARBAZEPINA 600MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	MEDLEY	0	1,3200
153	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100ML	FR	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	UNIAO QUIMICA	0	22,0000
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	22,1000
			MEDIAL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMICA	0	24,9000
154	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 10ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,5400
			MEDIAL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	FARMACE	0	0,5900
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	FARMACE	0	0,6500
155	PARACETAMOL 500MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0410
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0420
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0440

Página: 35/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,0440
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	HIPOLABOR	0	0,0450
156	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO FRASCO COM 60ML	FR	CENTERMEDIO-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	1,3180
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,5400
157	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2ML	APM	CENTERMEDIO-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	1,8900
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	2,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	2,0070
158	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML	FR	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	PRATI DONAC	0	2,8200
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	3,0820
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	3,2400
159	PREDNISONA 20MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,1800
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1900
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1950

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 36/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
160	PREDNISONA 5MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	UN	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPER/BRAIN	0	0,1960	4
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,2050	5
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	0,2100	6
161	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0750	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0820	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0850	3
162	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETAVEL	APM	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	CRISTALIA	0	0,0900	3
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SANVAL	0	1,9800	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	2,0000	2
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	2,0500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 37/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	2,1400	4
163	PROPATILNITRATO 10MG BLISTER COM 25 COMPRIMIDOS	COMP (7244)	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SANKYO	0	0,3190	1
			AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	0,3200	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (12275)	DAIICHI SANK	0	0,3700	3
164	PROPRANLOLOL (CLOREIDRATO) 40MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP (7244)	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	OSORIO	0	0,0150	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0170	2
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,0200	3
165	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMIPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETAVEL	APM	PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,3520	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,3700	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,4320	3
166	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP (7391)	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0680	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0690	2

Página: 38/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,0700	3
167	RETINOL (ACETATO) 50.000UI+COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10NL	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	5,2000	1
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	NATULAB	0	5,4500	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	5,5550	3
168	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9G (CLORETO DE SÓDIO 3,5G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + GLICOSE 20G) ENVELOPE 27,9G	ENV	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,4780	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,4980	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (12275)	NATULAB	0	0,5100	3
			NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,5200	4
170	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,1020	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	GEOLAB	0	0,1030	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1050	3
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1290	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 39/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	SIN/ASTATINA 10MG	COMP	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0570	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PHARLAB	0	0,0580	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (1227/5)	SANDOZ	0	0,0600	3
			CENTERMED-LOCOMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,0640	4
172	SIN/ASTATINA 20MG	COMP	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0590	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (1227/5)	SANDOZ	0	0,0620	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,0680	3
173	SIN/ASTATINA 40MG	COMP	CENTERMED-LOCOMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1300	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,1320	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICO (1227/5)	SANDOZ	0	0,1390	3
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,1400	4
174	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 50ML	FR	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (18608)	PRATI DONAL	0	0,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 40/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	1,1370	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,1860	3
175	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0840	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (13121)	PRATI	0	0,0850	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0950	3
176	Sulfato ferroso 25mg/ml solução oral frasco com 30ml	FR	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,7900	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,8000	2
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,8330	3
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,8400	4
177	SULFATO FERROSO 40MG Fe++ BLISTER COM 20 COMPRIMIDOS	COMP	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0390	1
			MEDIAL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	NUNESFARM	0	0,0400	2
			MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	NUNES FARM	0	0,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Página: 41/44

Número do Registro de Preços: 20/2017 Data do Registro: 29/08/2017 Válido até: 29/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)		0	0,0430	4
179	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO FRASCO 5ML	FR	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPER/BRAIN	0	3,2500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	3,4640	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	4,0000	3
180	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG/ML AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	APM	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	HIPOLABOR	0	0,4800	1
			PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA (10793)		0	0,5860	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (12841)		0	0,6200	3
181	VARFARINA SODICA 5MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)		0	0,1000	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0	0,1260	2
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMICA	0	0,1300	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,1300	4
182	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG BLISTER COM 10 COMPRIMIDOS	COMP	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (13608)	PRATI DONAC	0	0,0720	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2017

Página: 42/44

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretária de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme específico.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	CITRATO FENTANILA 78µg/EQUIVALENTE A 50 µg FENTANILA/ML	APM	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,0750	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0	0,0830	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,8990	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0	0,9000	2
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	3,5500	3
			CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)				
184	FLUMAZENIL 0,1MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	APM	CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTOS LTDA (12488)		0	13,1990	1
			MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO (12275)	UNIAO QUIMIK	0	13,2000	2

Página: 43/44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (11975)	UNIÃO QUIMIK	0	13,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2017

Número do Registro de Preços: 20/2017		Data do Registro: 29/08/2017		Válido até: 29/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do município de Schroeder, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017
PROCESSO Nº 33/2017

- (6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6989) - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (7244) - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (7391) - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
- (7478) - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
- (10793) - PONTAMED FARMACÉUTICA LTDA
- (11538) - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
- (11973) - LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP
- (11975) - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (12275) - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO
- (12488) - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTOS LTDA
- (12836) - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS
- (12837) - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
- (12841) - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES
- (13121) - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (13608) - NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Schroeder, 29 de Agosto de 2017.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 29/2018-PMS

Publicação Nº 1651134

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2018

Número do Registro de Preços: 29/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de carneiras (caixas de concreto) montáveis para a Secretária de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carneiras (caixas de concreto para cemitério), medindo 90 centímetros de largura 2,25 metros de comprimento e 60 centímetros de altura. Com armação de tela 4,2 cm	UN	POSTEFIBRA LTDA. (13308)		0	240,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2018

Número do Registro de Preços: 29/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de carneiras (caixas de concreto) montáveis para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2018
PROCESSO Nº 64/2018
(13308) - POSTEFIBRA LTDA.

Schroeder, 12 de Junho de 2018.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 31/2018-PMS

Publicação Nº 1651073

Página: 1/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abaixador de língua de madeira descartável. Pacote com 100 unidades.	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ESTILO	0	2,4000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TALGE	0	2,8100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	THEOTO	0	3,0600	3
2	Agua destilada ampola 10 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Samtec	0	0,1510	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	0,1600	2
3	Agulha descartável est. Oxido de estileno. Tamanho 13 x 4,5. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPACH	0	5,5800	1
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	DESCARPACH	0	5,8500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	6,3000	3
4	Agulha descartável est. Oxido de estileno. Tamanho 20 x 5,5. Caixa com 100 unidades.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	5,9500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabotimportLz	0	5,9900	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	6,2000	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,2700	4

Página: 2/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 **Data do Registro: 12/06/2018** **Válido até: 12/06/2019**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Agulha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 25 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC	0	5,5800	1
2			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	DESCARPAC	0	5,8500	2
3			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	6,0150	3
6	Agulha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 25 x 8. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC	0	5,5800	1
2			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	DESCARPAC	0	5,8500	2
3			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	5,9380	3
7	Agulha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 25 x 6. Caixa com 100 unidades.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	6,2000	1
2			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	6,2500	2
3			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,2700	3
4			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Labortimport-L2	0	6,5980	4
5			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L TDA (10874)	LABOR IMPOF	0	6,6100	5
8	Agulha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 30 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC	0	5,5800	1

Página: 3/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 **Data do Registro: 12/06/2018** **Válido até: 12/06/2019**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Agulha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 30 x 8. Caixa com 100 unidades.	CX	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR (13816)	DESCARPAC+	0	5,8500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	5,9380	3
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC+	0	5,5800	1
10	Agulha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 40 x 12. Caixa com 100 unidades.	CX	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR (13816)	DESCARPAC+	0	5,8500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	5,9380	3
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC+	0	5,5800	1
11	Alcool gel para mãos. 5 litros.	GL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	6,2410	2
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR (13816)	DESCARPAC+	0	6,4200	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MULTIGEL	0	28,9000	1
12	Algodão hidrófilo com 500 g.	UN	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	29,0000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	verdesan	0	30,8500	3
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	FAROL	0	8,8800	1

Página: 4/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno transparente, bico reto, capacidade 125 ml.	UN	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	NATHY	0	8,9900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MELHORMED	0	10,3600	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	HITO	0	1,4000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	JPROLAB	0	1,4300	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	J. PROLAB	0	1,6700	3
14	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno transparente, bico reto, capacidade 250 ml.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	HITO	0	2,1000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	JPROLAB	0	2,1300	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	J. PROLAB	0	2,4400	3
15	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno marrom, bico reto, capacidade 125 ml.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	JPROLAB	0	1,4700	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	J. PROLAB	0	1,6600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	J Prolab	0	1,7100	3
16	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno marrom, bico reto, capacidade 250 ml.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	JPROLAB	0	2,1300	1

Página: 5/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatório para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Atadura de crepom 10 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	J. PROLAB	0	2,3500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	J. Prolab	0	2,6310	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	3,6000	1
18	Atadura de crepom 12 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	3,6400	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TEXCARE	0	4,0600	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	4,3000	1
19	Atadura de crepom 15 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	4,3700	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	TEXCARE	0	4,8000	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	5,3500	1
20	Atadura de crepom 20 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	5,4000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TEXCARE	0	6,0900	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	6,9600	1

Página: 6/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	Atadura de crepom 4 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	TEXCARE	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	TEXCARE	1
22	Atadura de crepom 6 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TEXCARE	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	1
23	Atadura de crepom 8 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PCT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	TEXCARE	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	TEXCARE	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TEXCARE	3

Página: 7/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Avental descartável manga longa elástico no punho. Confeccionado em tecido não tecido (TNT), 100% de polipropileno do tipo agulhado com 20 gr/m². gr. Cor branca. Tamanho Grande. Pacote com 10 unidades.	PCT	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	ANADONA	0	10,3900	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	OLIMED	0	10,4000	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	ANADONA	0	10,5000	3
25	Avental descartável sem manga branco dimensões 1,00 x 1,30 m na gramatura de 20 g hipoclorigenico 100%. Pacote com 10 unidades.	PCT	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	ANADONA	0	7,7400	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	ANADONA	0	7,7500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ANADONA	0	8,7500	3
26	Bolsa para coleta de drenagem urinária por sistema fechado (estéril), 2000ml.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L TDA (10874)	LABOR IMPOF	0	2,4900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	2,5000	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	GLOMED	0	2,5600	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Labortimport-Lz	0	2,6350	4
27	Caixa de isopor com tampa 6 litros.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	MUOR	0	45,0000	1
28	Campo Cirúrgico fenestrado estéril, gramatura mínima de 40 g/m², medindo 40 cm x 40 cm, com fenestra de 10 cm de diâmetro. Fabricado em Não Tecido. Embalados individualmente.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	POLARFIX	0	2,1700	1

Página: 8/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretária de Saúde e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Campo Cirúrgico estéril, gramatura mínima de 40 g/m², medindo 50 cm x 50 cm. Fabricado em Não Tecido. Embalados individualmente.	UN	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Best Fabril	0	2,5500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	BEST FABRIL	0	3,5800	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	POLARFIX	0	1,7400	1
30	Cateter Intravenoso tipo abocath tamanho nº22 G. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Cateter periférico de uso único, descartável. Angiocath 22G, calibre 0,8mm, comprimento: 2,5cm, cor azul.	UN	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Best Fabril	0	2,6000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	BEST FABRIL	0	3,9400	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	TKL	0	0,6200	1
31	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 18 (18 x 1,3 45 mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,6290	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	0,6300	3
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	DESCARPAC	0	0,6400	4
32	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 20 (20 x 1,3 45 mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,6700	5
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,6800	6
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,6100	1

Página: 9/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

32	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 20 (20 x 1,1 x 33 mm) 6 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	0,6200	2
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	DESCARPAC+	0	0,6300	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	TKL	0	0,6460	4
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,6600	5
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,6800	6
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Vitromed	0	0,7100	7
1			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	0,6090	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,6100	2
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	DESCARPAC+	0	0,6300	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	TKL	0	0,6460	4
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,6600	5
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,6700	6

Página: 10/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 24 (24 x 0,7 x 19 mm) 20 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	0,7000	1
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,7400	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	TKL	0	0,7600	3
34	Cateter para oxigênio tipo óculos, esterilizado adulto.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,6900	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	MARKMED	0	0,7000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,8400	3
35	Cateter para oxigênio tipo óculos, esterilizado infantil.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,9100	1
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	1,0400	2
36	Coletor de material perfurocortante papelão 7 litros. Com proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos contaminados.	UN	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR (13816)	DESCARBOX	0	2,5200	1
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARBOX	0	2,6700	2
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Descarbox	0	2,7000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarbox	0	2,7490	4

Página: 11/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	DESCARBOX	0	2,7500	5
37	Coletor de urina TRANSPARENTE em polipropileno, capacidade de 80 ml, com tampa de rosca, graduado, estéril, embalagem individual.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Oral	0	0,3440	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	CRAL	0	0,3500	2
			METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	CRAL	0	0,3700	3
38	Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 23 x 25 cm. Pacote com 50 unidades.	PCT	METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TEXCARE	0	30,2300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MB/ANDREON	0	30,2500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	AMERICA	0	33,9400	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	America	0	34,1030	4
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Biotextil	0	34,7000	5
39	Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 45 x 50 cm. Pacote com 50 unidades.	PCT	METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ALPHIFLEX	0	42,8000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6652)	MEDPLUS	0	42,8100	2
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Biotextil	0	51,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 12/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Consistiu objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fts, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 3 unidades.	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDI HOUSE	0	0,3200	1
2			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	POLARFIX	0	0,3590	2
3			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOTEXTIL	0	0,3800	3
41	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fts, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 500 unidades.	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MB/ANDREON	0	13,5900	1
2			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ALPHFLEX	0	17,6900	2
3			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	AMERICA	0	18,9400	3
42	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fts, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 10 unidades.	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	ALPHFLEX	0	0,4290	1
2			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DESCARPAC	0	0,4300	2
3			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	POLARFIX	0	0,4790	3
4			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOTEXTIL	0	0,5000	4
43	Detergente enzimático com no mínimo 3 enzimas. Frasco 1 litro.	LT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	KELLDRIN	0	16,8800	1
2			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	KELLDRIN	0	17,9000	2

Página: 13/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Keldrin	0	19,1070	3
44	Digliconato de clorexidina a 2%, solução com tensoativo. Antisséptico tópico e antisepsia da pele no pré-operatório. Frasco 100 ml	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Rioquímica	0	2,9140	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	RIOQUIMICA	0	3,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	RIOQUIMICA	0	3,5000	3
45	Dreno de penrose com gaze esterilizado Nº 1.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MADEITEX	0	1,3000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Cirurgica Brasi	0	1,6370	2
46	Dreno de penrose com gaze esterilizado Nº 2.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MADEITEX	0	1,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Cirurgica Brasi	0	2,3150	2
47	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 15 x 25 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	21,7900	1
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	VITALPACK	0	23,5800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Harbo	0	24,7600	3
48	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 19 x 33 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	VITALPACK	0	37,2900	1

Página: 14/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretana de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 23 x 36,5 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	37,5100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	PACK GC	0	44,4600	3
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	VITALPACK	0	48,3500	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	53,5700	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	HOSPFLEX	0	64,1000	3
50	Embalagem para esterelização, envelope auto selante. Tamanho: 9 x 16 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Harbo	0	7,8280	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	13,5700	2
52	Equipo MACRO GOTAS embalado individualmente em papel grau cirurgico com filme termoplástico e selado termicamente; Esterilizado a óxido de etileno; PVCflexivel; Tubo de 1,50 m com ponta perfurante e tampa protetora; Pinça rolete e corti-fluxo; Injetor lateral resistente; Conector tipo luer universal; Câmara gotejadora macrogotas com respiro de ar com filtro hidrófobo e bacteriológico; Abxico.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	PACK GC	0	13,8400	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	GLOMED	0	0,7000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	0,7200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabortImportLz	0	0,7550	3

Página: 15/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC*	0	0,7700	4
53	Equipo multi vias adulto 2 vias luer lock composição básica extremidades próximas com conectores luer lock, fêmea extensões em PVC dotadas de clamp (abre-flecha), intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. Duas vias.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC*	0	0,5200	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DESCARPAC*	0	0,5300	2
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	VITALGOLD	0	0,6500	3
54	Espatradrapo impermeável de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco a base de borracha e resina. Tamanho: 10 cm x 4,5 m.	UN	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	MISSNER	0	5,1500	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MISSNER	0	5,3100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MISSNER	0	5,4400	3
55	Fio de sutura catagute simples 75 cm, estéril, absorvível, 2-0 com agulha 2 cm, 1/2 círculo triangular cortante.	UN	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Covidien	0	2,9200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofio-ACE	0	3,4310	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TECHNOFIO	0	3,6800	3
56	Fio de sutura catagute simples 75 cm, estéril, absorvível, 3-0 com agulha 2 cm, 1/2 círculo triangular cortante.	UN	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Covidien	0	2,9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 16/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

57	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 3-0 com agulha 30 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofio-ACE	0	3,4310	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TECHNOFIO	0	3,6800	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PROCARE	0	1,0300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PROCARE	0	1,0700	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofio-ACE	0	1,3060	3
58	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 4-0 com agulha 24 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PROCARE	0	1,0300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PROCARE	0	1,0700	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofio-ACE	0	1,3060	3
59	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 5-0 com agulha 26 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PROCARE	0	1,0300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PROCARE	0	1,0900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TECHNOFIO	0	1,3200	3
60	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 6-0 com agulha 24 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PROCARE	0	1,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 17/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Consistiu objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Fio para sutura agulhado de nylon monofilamento preto 2-0 45 cm agulha 20 mm 3/8 triangular.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PROCARE	0	1,0300	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TECHNOFIO	0	1,3200	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	PROCARE	0	1,0300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PROCARE	0	1,0900	2
62	Fita adesiva hospitalar crepe 16 mm x 50 m.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	TECHNOFIO	0	1,3200	3
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	CIEX	0	2,1800	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	MISSNER	0	2,3000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Polar Fix	0	2,3000	3
63	Fita adesiva para autoclave a base de celulose, borracha natural, óxido de zinco e resina acríca. Tamanho: 19mm x 30 m.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	MASTERFIX	0	2,3000	4
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	CIEX	0	2,3200	5
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	MASTERFIX	0	2,4500	1
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	CIEX	0	2,7300	2

Página: 18/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Poli Tape	0	2,8870	3
64	Fita cirúrgica microporosa hipoalergica a base de fibras de viscosse com adesivo acrílico. Tamanho: 2,5 cm x 4,5 m.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	COPERTINA	0	1,1900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Oral	0	1,2000	2
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	MISSNER	0	1,6400	3
65	Fixador celular spray 100 ml.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADLIN	0	5,1500	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CRAPLAST	0	5,2400	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Adlin	0	6,3510	3
66	Gel inodoro na cor transparente para uso externo com meio de contato para transmissão ultrassônica, hidrossolúvel, hipoalergênico, não abrasivo, umectante. Composição com água esterilizada, polímero carboxivinílico e espessante, 1 litro.	UN	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA (13816)	MULTIGEL	0	4,4400	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	MULTIGEL	0	4,5200	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MULTIGEL	0	5,6700	3
67	Gelo reutilizável para transporte a baixa temperatura, rígido embalado em polietileno rígido tam. P. medindo 17x9,7x2,5 cm. Capacidade do frasco 400 ml. Composição: Atóxica.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Gelblech	0	2,0620	1
68	Gelo reutilizável para transporte a baixa temperatura, rígido embalado em polietileno rígido. Tamanho: 22 x 15 x 2 cm. Capacidade do frasco 550 ml. Composição: Atóxica.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Gelblech	0	3,1280	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 19/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

69	Haste flexível com algodão nas duas pontas. Caixa com 75 unidades.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	GELOTEC	0	3,4600	2
			SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR (13816)	HIGIE-TOPP	0	0,9400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Higie Topp	0	0,9620	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	HIGIE TOPP	0	1,0600	3
70	Hipodorito de Sódio 2,5% de cloro ativo estabilizado, desinfetante hospitalar. Frasco de 1 litro.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Asier	0	7,2160	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	VEDERSAN	0	8,2000	2
71	Kit papanicolaou contendo espéculo vaginal descartável, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio. Tamanho G.	KIT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CRAL	0	1,0400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADLIN	0	1,9700	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	KOLPLAST	0	2,0500	3
72	Kit papanicolaou contendo espéculo vaginal descartável, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio. Tamanho M.	KIT	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CRAL	0	0,9600	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADLIN	0	1,7600	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	KOLPLAST	0	1,8000	3

Página: 20/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Kit papanicolaou contendo espêculo vaginal descartável, espécula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio. Tamanho P.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CRAL	0	0,9300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADJIN	0	1,5900	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	KOLPLAST	0	1,6500	3
74	Kit para nebulização contendo uma máscara para nebulização, na cor transparente, tamanho adulto, com 1,5 metros de mangueira e um copo reservatório com capacidade para 10ml.	KIT	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MD	0	5,1900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DARU	0	5,2000	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DARU	0	5,3300	3
75	Kit para nebulização contendo uma máscara para nebulização, na cor transparente, tamanho infantil, com 1,5 metros de mangueira e um copo reservatório com capacidade para 10ml.	KIT	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MD	0	5,2230	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DARU	0	5,3300	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DARU	0	5,4800	3
76	Lâmina de bisturi aço inoxidável esterilizado. Nº 11. Caixa com 100 unidades.	CX	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	ADVANTIVE	0	21,9900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	22,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MAXICOR	0	22,8000	3

Página: 21/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Lâmina de bisturi aço inoxidável esterilizado. Nº 15, Caixa com 100 unidades.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	21,0000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	ADVANTME	0	23,0000	2
			METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MAXICOR	0	23,9000	3
78	Lençol descartável hospitalar. Tamanho 70 cm x 50 m. (Papel para maca).	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	FLEXPEL	0	7,2500	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	FLEXPELL	0	7,9300	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	PLUMAX	0	8,9000	3
79	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 6,5.	PAR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9700	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,9900	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MAXITEX	0	1,0400	3
			METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LATEX/BR	0	1,0600	4
80	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,0.	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,9600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9700	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MAXITEX	0	1,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 22/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,5.		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LATEX BR	0	1,0600	4
		PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,9600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9700	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MAXITEX	0	1,0400	3
82	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 8,0.		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LATEX BR	0	1,0600	4
		PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,9600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9700	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MAXITEX	0	1,0400	3
83	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LATEX BR	0	1,0600	4
		CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,4900	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	14,5000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	14,5100	3
84	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,4900	1

Página: 23/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	14,5000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	14,5100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,4900	1
85	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	CX	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	14,5000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	14,5100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,4900	1
86	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho PP. Caixa	CX	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	14,5000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	14,5100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC	0	11,5400	1
87	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	11,5500	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC	0	11,8800	3
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	12,4100	4
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	12,5000	5

Página: 24/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC+	0	11,5400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	11,5500	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC+	0	12,1200	3
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	12,4100	4
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	12,5000	5
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	DESCARPAC+	0	13,0000	6
89	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC+	0	11,5400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Descarpac	0	11,5500	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DESCARPAC+	0	12,1200	3
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	12,4100	4
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	12,5000	5
90	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho PP. Caixa com 100 unidades.	CX	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	volk	0	12,4100	1
			LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP (13178)		0	12,5000	2

Página: 25/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	VOLK	0	15.0000	3
91	Máscara de procedimento com elástico. Caixa com 50 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TALGE	0	3.3500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DESCARPAC+	0	4.6400	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Sky	0	4.8110	3
92	Máscara para administração de oxigênio com reservatório de alto débito, transparente para uma melhor visualização e com reservatório. Clip metálico ajustável que assegura uma fixação confortável para melhor adaptação ao nariz. Saco reservatório para um melhor controle da administração. Elástico para fixação da máscara à cabeça, com tubo de 2 m. Fluxo o quem for necessário para manter o reservatório intável de 6 a 15 L/min. Tamanho Adulto.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MD	0	9.6500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	GOODCOME	0	10.4500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MD	0	10.6200	3
93	Máscara para administração de oxigênio com reservatório de alto débito, transparente para uma melhor visualização e com reservatório. Clip metálico ajustável que assegura uma fixação confortável para melhor adaptação ao nariz. Saco reservatório para um melhor controle da administração. Elástico para fixação da máscara à cabeça, com tubo de 2 m. Fluxo o quem for necessário para manter o reservatório intável de 6 a 15 L/min. Tamanho Infantil.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MD	0	9.6600	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	GOODCOME	0	10.4500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MD	0	10.5840	3

Página: 26/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018			Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Óculos de segurança de plástico preto, lente com proteção lateral em policarbonato incolor com tratamento antirreflexo.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	SUPERMEDY	0	2,9900	1
95	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO, produto de alta performance para uso médico em exames ultra-sonografia; alta transparência. Permite maior nitidez na captação das imagens; Preservativos sem lubrificante embaldos individualmente; Composição: Latex de borracha natural; Ponta com reservatório; Lados paralelos; Largura Nominal 52 mm; Comprimento Mínimo 160mm; Liso; Opaco;		TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DANNY	0	3,2700	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Danny	0	3,3870	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MADEITEX	0	0,2800	1
96	Escalpe intravenoso Nº 21, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor Verde.		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	MADEITEX	0	0,2800	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Madeitex-Inove	0	0,2880	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,1700	1
97	Escalpe intravenoso Nº 23, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor Azul.		DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	0,1790	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,1800	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImportLz	0	0,1860	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 27/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018			Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Escala intravenoso Nº 25, composto por: protetor da agulha, assa da agulha, fio, conector. Cor laranja.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,1800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,1800	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImport-Lz	0	0,1860	4
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,1700	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	SOLIDOR	0	0,1790	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,1800	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImport-Lz	0	0,1860	4
99	Seringa Descartável 10 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,1800	1
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SR	0	0,1990	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,2200	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,2220	4
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SR	0	0,2840	1
100	Seringa Descartável 20 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SR	0	0,2840	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Página: 28/43

Número do Registro de Preços: 28/2018			Data do Registro: 12/06/2018			Válido até: 12/06/2019		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
101	Seringa Descartável 3 ml. esteril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,2850	2	
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,3200	3	
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,3380	4	
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,0930	1	
102	Seringa Descartável 5 ml. esteril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,1040	2	
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,1100	3	
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,1190	1	
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,1200	2	
103	Seringa Descartável 60 ml. esteril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,1300	3	
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	1,4930	1	
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	1,9000	2	
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	DESCARPAC*	0	2,1200	3	

Página: 29/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Sonda de foley N° 10 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	3,6500	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	3,6600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImport-Lz	0	4,0730	3
105	Sonda de foley N° 12 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	SOLIDOR	0	2,3700	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	2,6000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImport-Lz	0	2,7040	3
106	Sonda de foley N° 14 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	SOLIDOR	0	2,3900	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	2,6600	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	2,7200	3
107	Sonda de foley N° 16 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	SOLIDOR	0	2,3900	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	2,6600	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	2,7200	3

Página: 30/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	Sonda de foley N° 18 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	SOLIDOR	0	2,4400	1
2			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	2,7000	2
3			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	2,7200	3
109	Sonda de foley N° 20 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	SOLIDOR	0	2,4400	1
2			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	2,7000	2
3			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	2,7200	3
110	Sonda para aspiração traqueal N° 10.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4700	1
2			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4900	2
3			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5320	3
111	Sonda para aspiração traqueal N° 12.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4800	1
2			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5200	2
3			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5430	3

Página: 31/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 **Data do Registro: 12/06/2018** **Válido até: 12/06/2019**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Sonda para aspiração traqueal Nº 14.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5590	2
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5500	3
113	Sonda para aspiração traqueal Nº 16.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5400	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,5500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5870	3
114	Sonda para aspiração traqueal Nº 6.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,4900	3
115	Sonda para aspiração traqueal Nº 8.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4600	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,5200	3

Página: 32/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Sonda uretral Nº 10 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4600	2
			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5150	3
117	Sonda uretral Nº 12 descartável.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,4500	3
118	Sonda uretral Nº 14 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,5000	2
			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5770	3
119	Sonda uretral Nº 16 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,3800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,5200	2
			ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5860	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 33/43

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019		Objeto da Compra: Constituição da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Sonda uretral Nº 18 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,3800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,6340	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,6600	3
121	Sonda uretral Nº 6 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4100	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,4870	3
122	Sonda uretral Nº 8 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	BIOSANI	0	0,4600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5030	3
123	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 1 litro.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Segmenta-Eun	0	4,3990	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	5,4400	2
124	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 100 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Equiplax	0	1,9100	1

Página: 34/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	1,9200	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	EQUIPLEX	0	2,0800	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	2,2900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Segmenta-Eun	0	2,4740	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	EQUIPLEX	0	2,5700	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Segmenta-Eun	0	2,7000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	2,7100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	EQUIPLEX	0	3,2400	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Fresenius Kabi	0	2,6120	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	HALEX ISTAR	0	2,9800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	2,4300	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Segmenta-Eun	0	2,6120	2

125

ml.

Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 250

UN

126

ml.

Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirrogênica. Frasco com 500

UN

127

ml.

Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 100

UN

128

ml.

Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 250

UN

Página: 35/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	EQUIPLEX	0	2,9000	3
129	Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 250 ml.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	2,4400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Equiplex	0	2,6120	2
130	Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 500 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Equiplex	0	3,2990	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	3,4500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	EQUIPLEX	0	5,3900	3
131	Soro ringer com lactato. Composição: Cloreto de sódio - 0,60g, cloreto de potássio - 0,030g, cloreto de cálcio - 0,02g, lactato de sódio - 0,30g. Frasco de polietileno de 500 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Segmenta-Eun	0	3,0240	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	EQUIPLEX	0	3,1200	2
132	Termômetro clínico digital tipo axila/oral; aprovado pelo INMETRO; tipo de alimentação: uma bateria LR41.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDEQCO	0	9,1300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BOLAND	0	9,6200	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	INCOTERM	0	10,5800	3

Página: 36/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Tira reagente para teste de gravidez, beta HCG específica para determinação da gonadotrofina coriônica humana (HCG) em amostra de soro ou urina com uma sensibilidade de 25 mU/mL, somente para diagnóstico "in vitro". Embaladas individualmente em caixa com 100 tiras contendo dados de identificação, lote, validade controle interno do teste. Apresentar catálogo. Validade mínima de 12 meses. Caixa com 100 unidades.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	80,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabortImport-Lz	0	82,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	84,0000	3
134	Tubos de EDTA para coleta de sangue à vácuo, 4,0 ml, 13x75mm, estérel. Tampa roxa.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	LABOR IMPOF	0	0,4300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	0,4400	2
135	Tubo endotraqueal nº 3,0 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estérel translúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para intubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 3,0 mm, diâmetro externo 4,7 mm, comprimento do tubo 140 mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	2,6300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabortImport-Lz	0	3,0310	3

Página: 37/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	Tubo endotraqueal nº 3,5 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência: Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo olho de Murphy; Válvula de segurança em PVC com conexão luer; Diâmetro interno: 3,5, diâmetro externo 5,5 mm, comprimento do tubo: 180 mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	2,6300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImportLz	0	3,0770	3
137	Tubo endotraqueal nº 4,0 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência: Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo olho de Murphy; Válvula de segurança em PVC com conexão luer; Diâmetro interno: 4,0, diâmetro externo: 6,0, comprimento do tubo 180 mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	2,6300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImportLz	0	2,8220	3
138	Tubo endotraqueal nº 4,5 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência: Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo olho de Murphy; Válvula de segurança em PVC com conexão luer; Diâmetro interno: 4,5 mm, diâmetro externo: 6,7 mm, comprimento do tubo 220 mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	2,6300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7900	2

Página: 38/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabordImport-Lz	0	2,8220	3
139	Tubo endotraqueal nº 5,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcútid e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura. Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 5,0mm, diâmetro externo: 7,3 mm, comprimento do tubo: 240 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabordImport-Lz	0	4,3140	3
140	Tubo endotraqueal nº 5,5 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcútid e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura. Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curva de magill que reduz o trauma durante a entubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 5,5mm diâmetro externo 8,0mm, comprimento do tubo : 260mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabordImport-Lz	0	4,3470	3
141	Tubo endotraqueal nº 6,0 com cuff. - Tubo transparente, em PVC, descartável e estéril; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação oral e nasal durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 6,0 mm, diâmetro externo: 8,7mm, comprimento do tubo 280 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1

Página: 39/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018			Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
142	Tubo endotraqueal nº 6,5 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcrito e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 6,5 mm, diâmetro externo 9,4 mm, comprimento do tubo 280mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabortImport-Lz	0	4,1510	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1
143	Tubo endotraqueal nº 7,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcrito e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 7,0mm, diâmetro externo 10,0 mm, comprimento do tubo 300mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabortImport-Lz	0	3,9020	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LabortImport-Lz	0	4,3590	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Página: 40/43

Número do Registro de Preços: 28/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretária de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Tubo endotraqueal nº 8,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transilúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 8,0 mm, diâmetro externo 11,0 mm, comprimento do tubo 310 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1
145	Tubo endotraqueal nº 9,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transilúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9,0 mm, diâmetro externo 12,3 mm, comprimento do tubo 310mm.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImport-Lz	0	4,3360	3
146	Unificador para oxigênio com tampa de nylon injetada, frasco plástico com copo transilúcido com indicação de nível mínimo e máximo. Contendo tubo com borbolhador para permitir o arraste das partículas, porca adaptável em qualquer válvula reguladora ou fluxo metro de oxigênio.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	VITALGOLD	0	3,1200	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	VITALGOLD	0	3,3300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LaboImport-Lz	0	3,9020	3
147	Fio de sutura catagite cromado 75 cm, estéril, absorvível, 0 com agulha 3 cm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	UNITEC	0	13,4000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Unitec	0	16,7750	2
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Coviden	0	2,2100	1

Página: 41/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Fio de sutura nylon 45 cm, estéril, não absorvível, 0 com agulha 3 cm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofo-ACE	0	3,4310	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SHALON	0	4,0800	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PROCARE	0	1,0600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofo-ACE	0	1,3060	2
			COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Covidien	0	1,7000	3
149	Iodo povidine tópico - Frasco com 1L.	L	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	RIOQUIMICA	0	23,3300	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Rioquímica	0	28,4260	2

Página: 42/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (10874)	RIOQUIMICA	0	29,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2018

Número do Registro de Preços: 28/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2018
PROCESSO Nº 70/2018

- (6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
- (7110) - PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (7270) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (7417) - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (10874) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (12541) - TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L
- (13178) - LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP
- (13184) - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA
- (13816) - SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALA

Schroeder, 12 de Junho de 2018.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 34/2018-PMS

Publicação Nº 1650737

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2018

Número do Registro de Preços: 27/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em decoração de eventos para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	DECORAÇÃO DE EVENTO PURA POESIA - Contendo Arco de balões nº 08 com estrutura e bases para entrada, decoração com toalhas para mesa para autoridades; painel em balões para fundo do palco aproximadamente 2m x 5m; mural de balões azul para fundo aproximadamente 2m x 5m + 04 nuvens de balões brancos + fitas em isopor para pendurar nas nuvens + 01 balão de foli em formato de lua 35" cor prata + 03 balões de foli em formato de estrela 20" cor prata + 03 balões de foli em formato de estrela 9" cor prata; refletores para iluminação ; arranjos de balões com gás para laterais do palco; base em balões redondos + 12 balões redondos 9" + 01 balão Bubble com estranha coloridas; Serviço de montagem e desmontagem	UN	PAULO H SILVA - ME (12821)		0	2,400,0000	1
---	---	----	----------------------------	--	---	------------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2018

Número do Registro de Preços: 27/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em decoração de eventos para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2018
PROCESSO Nº 75/2018

(12621) - PAULO H SILVA - ME

Schroeder, 12 de Junho de 2018.

DISPENSA 19/2018-FMS

Publicação Nº 1650943

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 19/2018 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 34/2018
Data: 12/06/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: HEXIS CIENTIFICA LTDA
Endereço: AV ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS,385 -
Cidade: JUNDIAI - SP
CNPJ: 53.276.010/0001-10

Código: 10262

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Manutenção preventiva e calibração de aparelho pocket colorímetro da Vigilância Sanitária.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Manutenção preventiva e calibração de aparelho pocket colorímetro com emissão de certificado com rastreabilidade RBC.	UN	424,04	424,04

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

manutenção a fim de assegurar a qualidade da água fornecida aos munícipes.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 12 de Junho de 2018

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 19/2018 - DL

Processo Nr.: 34/2018
Data: 12/06/2018

Folha: 2/2

05/06/2018

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Junho de 2018

Valor da Despesa:

424,04 (quatrocentos e vinte e quatro reais e quatro centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 056/2018-- PL 143/2018 – NITROTEC

Publicação Nº 1650965

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 143/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 030/2018
Pregão Presencial nº. 056/2018
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Nitrotec Com. de Produtos Agropecuários Ltda, CNPJ n.º 09.492.811/0001-21, estabelecida na rua Pio XII, 1847, centro, Cascavel, PR, neste ato representada pelo Sr. Sandro Henrique Borella, brasileiro, casado, empresário, RG n.º. 22.237.908-X, CPF n.º. 164.023.768-25, residente e domiciliado na rua Tenente Coronel Viligran Cabrita, 1179, casa 18, Curitiba, PR, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 056/2018 de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de nitrogênio líquido, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 12/06/2018, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 11/06/2019.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 056/2018, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 12/06/2018.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Sandro Henrique Borella
Nitrotec Com. de Produtos Agropecuários Ltda
Contratada

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1650969

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Maio de 2018.

Contrato nº 113/2018 - Dispensa de Licitação nº 035/2018. .

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Auto Diesel Mecânica e Transportes Ltda, CNPJ nº. 26.651.831/0001-17- Contratada. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra e materiais para manutenção de ônibus escolar. VALOR: R\$ 7.000,00. DATA DO CONTRATO: 02/05/2018.

Contrato nº 114/2018 - Dispensa de Licitação nº 036/2018

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Osni Franceschini - ME, CNPJ nº 13.455.244/0001-00- Contratada. OBJETO: Aquisição de materiais e serviços de mão de obra para manutenção do manutenção do trator agrícola. VALOR: R\$ 5.263,00. DATA DO CONTRATO: 02/05/2018.

Contrato nº 115/2018 - Dispensa de Licitação nº 037/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Genuir Franco de Lima 02064580964, CNPJ nº. 13.828.551/0001-90- Contratada. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra para reforma e melhorias no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV. VALOR: R\$ 6.420,00. DATA DO CONTRATO: 02/05/2018.

Contrato nº 116/2018 - Dispensa de Licitação nº 038/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Osni Franceschini - ME, CNPJ nº 13.455.244/0001-00- Contratada. OBJETO: Aquisição

de materiais e serviços de mão de obra para manutenção do manutenção trator agrícola. VALOR: R\$ 5.933,00. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018.

Contrato nº 117/2018 - Pregão Presencial nº 036/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Carboni Distribuidora de Veículos Ltda, CNPJ nº 02.952.689/0001-80- Contratada. OBJETO: Aquisição de um veículo usado, tipo caminhonete, destinado às atividades da intendência do distrito de nova Teutônia. VALOR: R\$ 35.000,00. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018.

Contrato nº 118/2018 - Pregão Presencial nº 036/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Milênio Veículos Ltda, CNPJ nº 02.795.527/0001-85- Contratada. OBJETO: Aquisição de um veículo usado, tipo caminhonete, destinado às atividades da intendência do distrito de Caraíba. VALOR: R\$ 32.500,00. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018.

Contrato nº 119/2018 - Termo de Aditamento nº 003/2018 ao Contrato nº 119/2016- Pregão Presencial nº 049/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº 00.456.865/0001-67 - Contratada. OBJETO: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do E-Social. DATA DO CONTRATO: 07/05/2018.

Contrato nº 120/2018 - Dispensa de Licitação nº 039/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Celso José Hoff ME, CNPJ nº. 78.524.147/0001-78- Contratada. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra e materiais para manutenção de veículo corsa. PRAZO: 30/06/2018. VALOR: R\$ 6.850,00. DATA DO CONTRATO: 07/05/2018.

Contrato nº 121/2018 - Dispensa de Licitação nº 040/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa JN Dalchasso Ltda - ME, CNPJ nº. 09.340.877/0001-04- Contratada. OBJETO: Aquisição de um portão de giro, em ferro com tubos para o CEE Carecão. PRAZO: 10/06/2018. VALOR: R\$ 3.289,00. DATA DO CONTRATO: 07/05/2018.

Contrato nº 122/2018 - Dispensa de Licitação nº 041/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Chapemáquinas Comércio e Serviços Ltda - ME, CNPJ n.º 07.869.457/0001-86- Contratada. OBJETO: Aquisição de um banco original para retroescavadeira New Holland. PRAZO: 30/05/2018. VALOR: R\$ 3.189,56. DATA DO CONTRATO: 07/05/2018.

Contrato nº 123/2018 - Dispensa de Licitação nº 042/2018

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Audoni Nestor Rieck, CNPJ nº 87.638.144/0001-56, CNPJ n.º 07.869.457/0001-86- Contratada. OBJETO: Fornecimento de peças e prestação de serviços, deslocamentos e estadias para consertos de retransmissores de TV. PRAZO: 30/05/2018. VALOR: R\$ 5.030,60. DATA DO CONTRATO: 09/05/2018.

Contrato nº 124/2018 - Dispensa de Licitação nº 043/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Hotel Ferrari Ltda - ME, CNPJ nº. 79.651.154/0001-01 - Contratada. OBJETO: Fornecimento de hospedagem para atletas que irão representar o município de Seara nos JASTI. VALOR: R\$ 6.720,00/estimado. DATA DO CONTRATO: 10/05/2018.

Contrato nº 125/2018 - Pregão Presencial nº. 044/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Portalmag Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda-EPP, CNPJ nº. 20.414.079/0001-04- Contratada. OBJETO: Aquisição de uma colhedora de forragem nova. VALOR: R\$ 25.075,00. DATA DO CONTRATO: 11/05/2018.

Contrato nº 126/2018 - Dispensa de Licitação nº 044/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Bom Churrasco Restaurante e Churrascaria Ltda, CNPJ nº. 20.947.558/0001-96- Contratada. OBJETO: Aquisição de refeições (almoço e jantar) para os atletas que irão representar o município de Seara nos JASTI. PRAZO: 23/05/2018 a 27/05/2018. VALOR: R\$ 6.000,00/estimado. DATA DO CONTRATO: 11/05/2018.

Contrato nº 127/2018 - Termo de Aditamento nº 002/2018 ao Contrato nº. 141/2017– Tomada de Preços nº 002/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa F Sigma Construtora Eireli - EPP, CNPJ nº. 23.514.542/0001-88- Contratada. OBJETO: Prazo de vigência e execução do contrato nº 141/2017 em mais 60 (sessenta) dias, a contar de 11/05/2018. DATA DO CONTRATO: 11/05/2018.

Contrato nº 128/2018 - Dispensa de Licitação nº 045/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e o Sr. Deoclecio Grando, CPF nº 561.195.269-00- Contratado. OBJETO: Locação de parte do lote urbano nº 107, o qual será utilizado para guarda e estacionamento dos veículos da municipalidade. PRAZO: 15/05/2019. VALOR: R\$ 300,00/mês. DATA DO CONTRATO: 15/05/2018.

Contrato nº 129/2018 - Dispensa de Licitação nº 046/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Serviço Social do Comércio – SESC AR/SC, CNPJ nº 03.603.595/0025-35- Contratado. OBJETO: Contratação do "Projeto SESC Móvel". PRAZO: 11/06 a 17/06/2018. VALOR: R\$ 3.400,00. DATA DO CONTRATO: 16/05/2018.

Contrato nº 130/2018 - Termo de Aditamento nº 002/2018 ao Contrato nº 106/2015 - Tomada de Preços nº 069/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maristela ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº 06.907.152/0001-59- Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 106/2015 em mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 17/05/2018. DATA DO CONTRATO: 16/05/2018.

Contrato nº131/2018 - Pregão Presencial nº 046/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Joari Lemke de Albuquerque 03203415933, CNPJ nº. 21.766.432/0001-88- Contratada. OBJETO: Contratação de profissional para ministrar aulas de capoeira as usuários do SCFV. VALOR: R\$ 9.680,00. DATA DO CONTRATO: 18/05/2018.

Contrato nº 132/2018- Dispensa de Licitação nº 047/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Macromaq Equipamentos Ltda, CNPJ nº 83.675.413/0002-84- Contratada. OBJETO: Aquisição de 01 (um) módulo de comando ECU, para manutenção da escavadeira hidráulica. PRAZO: 30/06/2018. VALOR: R\$ 7.122,60. DATA DO CONTRATO: 21/05/2018.

Contrato nº 133/2018 - Pregão Presencial nº 049/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Soneca Motores Ltda, CNPJ nº 05.147.296/0001-91- Contratada. OBJETO: Aquisição de peças novas de primeira linha, e prestação de serviço de mão de obra, destinadas a manutenção e recuperação do motor do equipamento motoniveladora. VALOR: R\$ 19.708,00. DATA DO CONTRATO: 21/05/2018.

Contrato nº 134/2018 - Dispensa de Licitação nº 048/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Macromaq Equipamentos Ltda, CNPJ nº 83.675.413/0002-84- Contratada. OBJETO: Aquisição de peças novas genuínas destinadas a manutenção e recuperação em geral de equipamento retroescavadeira. PRAZO: 30/06/2018. VALOR: R\$ 15.214,60. DATA DO CONTRATO: 21/05/2018.

Contrato nº 135/2018 - Dispensa de Licitação nº 049/2018..

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mecânica Biffi Ltda, CNPJ n.º 80.720.865/0001-61- Contratada. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra para manutenção e recuperação dos alojamentos da concha dianteira, traseira, estabilizadores e partes danificadas no chassi do equipamento retroescavadeira. PRAZO: 30/07/2018. VALOR: R\$ 7.800,00. DATA DO CONTRATO: 21/05/2018.

Contrato nº 136/2018- Termo de Aditamento nº 002/2018 ao Contrato Administrativo nº 017/2015 - Pregão Presencial nº 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda-ME, CNPJ nº 04.753.884/0001-06, - Contratada. OBJETO: Acréscimo de 20,00 km/dia do trajeto 20, alterando de 74 km para 94 km, com efeitos a partir da data de 15/05/2018. VALOR: R\$ 684,07/dia letivo dos 2 trajetos . DATA DO CONTRATO: 21/05/2018.

Contrato nº 137/2018 - Fornecimento de Água

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e o Sr. João Presoto Filho, RG 11/R 456.471, CPF nº 220.926.099-04- Contratado. OBJETO: Fornecimento de água potável, para utilização nas dependências da Escola Núcleo São Rafael. PRAZO: 31/12/2018. VALOR: R\$ 456,00/ anual. DATA DO CONTRATO: 22/05/2018.

Contrato nº 138/2018 - Dispensa de Licitação nº 050/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa CCM Comércio de Máquinas e Serviços Ltda, CNPJ nº 02.873.674/0001-26- Contratada. OBJETO: Aquisição de 01(uma) mandíbula fixa, para manutenção do britador móvel. PRAZO: 30/06/2018. VALOR: R\$ 3.835,00. DATA DO CONTRATO: 22/05/2018.

Contrato nº 139/2018 - Dispensa de Licitação nº 051/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa José F Nardino, CNPJ nº 00.194.389/0001-53- Contratada. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra, peças/materiais para manutenção do caminhão Volvo. PRAZO: 30/06/2018. VALOR: R\$ 4.287,00. DATA DO CONTRATO: 24/05/2018.

Contrato nº. 140/2018 - Tomada de Preços nº 008/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME, CNPJ n.º 10.926.473/0001-78- Contratada. OBJETO: Execução de obra de extensão de rede de energia elétrica para atendimento ao centro multiuso da agricultura familiar, localizado em linha Ipiranga. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 26.539,35. DATA DO CONTRATO: 25/05/2018.

Contrato nº 141/2018- Termo de Rescisão Amigável ao Contrato nº 027/2017 - Dispensa de Licitação nº 003/2017.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e de outro lado, o Espólio de Rosalino Nardi, representado pelo Sr. Roberto Nardi, CPF nº 568.399.449-72 - Locador. OBJETO: Rescisão amigável do contrato nº. 027/2017. DATA DO CONTRATO: 30/05/2018.

Contrato nº 142/2018 - Termo de Aditamento nº 003/2018 ao Contrato nº 133/2017 - Concorrência Pública nº 002/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Santasul Pavimentação e Obras Ltda, CNPJ nº. 23.227.162/0001-62- Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 133/2017 em mais 60 (sessenta) dias. DATA DO CONTRATO: 30/05/2018.

Contrato nº 143/2018 - Termo de Aditamento nº 001/2018 ao Contrato nº 178/2017 - Dispensa de Licitação nº 043/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sul Invest Imobiliária Ltda, CNPJ nº 07.848.429/0001-82- Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 650,00. DATA DO CONTRATO: 30/05/2018.

Contrato nº 144/2018 - Termo de Aditamento nº 001/2018 ao Contrato nº 133/2018 – Pregão Presencial nº 049/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair Soneca Motores Ltda, CNPJ nº 05.147.296/0001-91 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de entrega do objeto em mais 15 dias a contar do dia 05/06/2018. DATA DO CONTRATO: 30/05/2018.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº 008/2018-FMS – Termo de Aditamento nº 001/2018 ao Contrato nº 031/2017/FMS - Tomada de Preços nº 001/2017 - FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Copag Construtora e Incorporadora Eireli – ME, CNPJ nº 10.367.948/0001-33 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do contrato nº 031/2017-FMS em mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 19/05/2018. DATA DO CONTRATO: 10/05/2018.

Contrato nº 009/2018-FMS - Termo de Aditamento nº 001/2018 ao Contrato nº 007/2017-FMS – Pregão Presencial nº. 008/2017 - FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a Sra. Maria Luiza Marcon, CPF nº 385.689.509-49, CRM/SC 2914 - Contratada. OBJETO: Reajuste de valor. VALOR: R\$ 2.170,09/mês. DATA DO CONTRATO: 11/05/2018.

Contrato nº 010/2018-FMS - Pregão Presencial nº 005/2018-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa TCA Transformações Veiculares Ltda, CNPJ nº 08.389.661/0001-62 - Contratada. OBJETO: Transformação dos veículos Iveco Daily e Peugeot Boxer em Minibus, em conformidade com a resolução 291/2008 do CONTRAN. PRAZO: 15 dias. VALOR: R\$ 58.000,00. DATA DO CONTRATO: 24/05/2018.

Seara, SC, 07 de junho de 2018.

Taís Cristina Dreon

Departamento de Licitações

RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2018

Publicação Nº 1651793

Retificação Processo Licitatório nº 152/2018

Retificação Edital de Pregão Presencial nº 060/2018

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 060/2018, datado de 07/06/2018, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de sêmen bovino.

No decorrer do prazo para abertura do aludido processo licitatório, foi constatada a necessidade de retificação do instrumento convocatório (edital), tendo em vista que o disposto nos itens 6.8.1 e 6.8.2 possuem erro.

Desta forma onde lê-se: "6.8.1. [...] largura de garupa igual ou maior a 1.50, ângulo da garupa positivo e força positivo." Leia-se: "6.8.1. [...] largura de garupa igual ou maior a 1,20, ângulo da garupa positivo e força positivo."

E onde lê-se: "6.8.2. Os touros Jersey devem obedecer as seguintes características mínimas: PTA leite igual ou maior que 950 libras, proteína igual ou maior que 25 libras, proteína igual ou maior que 0.01%, gordura igual ou maior que 25 libras, repetibilidade para produção igual ou superior a 74%, células somáticas igual ou menor que 2.95, vida produtiva (PL) igual ou maior que 4.0, PTA tipo maior ou igual a 1.2, composto de úbere maior ou igual a 9.0, úbere anterior maior ou igual a 0.80, altura de úbere posterior maior ou igual 1.30, largura de úbere posterior maior ou igual a 0.60, e profundidade de úbere maior ou igual a 0.90, confiabilidade de produção maior ou igual a 85%." Leia-se: "6.8.2. Os touros Jersey devem obedecer as seguintes características mínimas: PTA leite igual ou maior que 950 libras, proteína igual ou maior que 25 libras, proteína igual ou maior que 0.01%, gordura igual ou maior que 25 libras, células somáticas igual ou menor que 2.95, vida produtiva (PL) igual ou maior que 4.0, PTA tipo maior ou igual a 1.2, composto de úbere maior ou igual a 9.0, úbere anterior maior ou igual a 0.80, altura de úbere posterior maior ou igual 1.30, largura de úbere posterior maior ou igual a 0.60, e profundidade de úbere maior ou igual a 0.90, confiabilidade de produção maior ou igual a 85%."

Diante das alterações acima expostas e do prazo para abertura estar em acordo com § 4º do artigo 21 da lei 8.666/93 e inciso V do artigo 4º da lei 10.520/02, mantém-se a data de protocolo para o dia 25/06/2018, às 08:30 horas, sendo a abertura dos invólucros realizada nesta mesma data, às 08:35 horas, tudo de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93.

Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018 – Registro de Preços, permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC, aos 12 dias do mês de junho de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito

Retificação de Processo Licitatório nº 152/2018

Retificação de Edital de Pregão Presencial nº 060/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 25/06/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de sêmen bovino. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 12 de junho de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 05 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

Publicação Nº 1651765

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Termo Aditivo nº 05 da Ata de Registro de Preços nº 021/2017
Pregão Presencial nº 036/2017
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Lucel Atacarejo Ltda, CNPJ n.º 81.389.207/0001-00, estabelecida na Avenida Paludo, 24 bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Cesar Luis Battisti, brasileiro, solteiro, empresário, RG n.º 1.875.101-6, CPF n.º 626.454.399-34, residente e domiciliado na Avenida Paludo nº 1024 apto 02, bairro São João, Seara, SC resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitação da Secretária da Educação, o presente termo tem como objeto o acréscimo da quantidade licitada do seguinte item:

Item 87- "vassoura nylon"

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 387,50, conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
87	3394717	VASSOURA NYLON – MARCA SENDOR	UN	200	50	7,75	387,50

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 08/06/2018.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Cesar Luis Battisti
Lucel Atacarejo Ltda
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 06 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

Publicação Nº 1651769

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Termo Aditivo nº 06 da Ata de Registro de Preços nº 021/2017
Pregão Presencial nº 036/2017
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda-ME, CNPJ n.º 11.499.653/0001-83, estabelecida na rua Silvino Ciarini, n.º 530, sala A, bairro Industriários, Concórdia, SC, neste ato representada pelo Sr. Kleber Luiz Libano, brasileiro, casado, RG n.º 14/R. 2.699.456-9, CPF n.º 848.629.399-53, residente e domiciliado na rua Maria Mafessoni Rosa, nº 196, bairro Industriários, Concórdia, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitação da Secretária da Saúde, o presente termo tem como objeto o acréscimo de 25% da quantidade licitada do seguinte item:

Item 70 – "Sabonete líquido cremoso gel – 5 lt"

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 477,30 conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
70	3776	SABONETE GEL, CREMOSO, PARA AS MÃOS, COM ESSÊNCIA PERFUMADA, CONTENDO SULFATO DE SÓDIO, EDTA, DIATANCILANADO DE GRAXA DE CÔCO, FRAGRÂNCIA, CLORETO DE SÓDIO E ÁGUA, ACONDICIONADO EM GALÃO DE 5 LITROS. MARCA PREMISSE.	UN	150	37	12,90	477,30

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 11/06/2018.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Kleber Luiz Libano
Objetiva Com. de Equipamentos Ltda
Contratada

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 143/2018			Licitação: 56/2018 - PR		Data da Homologação: 12/06/2018				
Fornecedor: 12519			- NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA						
1	3898	NITROGÊNIO LIQUIDO	Nitrotec	LTS	15.000,000	0,0000	1,3400	20.100,00	Venceu
					Total do Fornecedor	→	15.000,000	20.100,00	

Seara, 12 de Junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO CONTRATO Nº 6/2018**

Publicação Nº 1651849

Contrato nº 6/2018, de 12 de junho de 2018 – Termo de Aditamento nº 1/2018, ao Contrato nº 1/2018 - Processo de Licitação nº 2/2018 – Dispensa de Licitação nº 1/2018

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa FARINA & CIA LTDA, Contratada CNPJ nº 86.261.765/0001-09. Objeto: reajuste do valor do litro do combustível, tipo gasolina comum. Preço por litro: R\$ 4,415. Preço total: R\$ 1.734,212. Prazo do contrato: 31/12/2018.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 228/2018

Publicação Nº 1651341

DECRETO Nº 228/2018, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE CECATTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e em especial à Lei nº 10.710/2003, Lei Municipal nº 498/2001 e Lei nº 038/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 12 de junho de 2018 a 08 de dezembro de 2018, à Servidora Pública Municipal DAIANE CECATTO, ocupante do cargo temporário de Servente, Nível 110, do Grupo I – SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de junho de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 067/2018

Publicação Nº 1651549

PORTARIA Nº. 067/2018, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ANA PAULA PICCOLI PETER PARA O CARGO DE SERVENTE, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2018, do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Ana Paula Piccoli Peter
CPF:	092.360.329-82
RG:	5.407.758 SSPDC/SC
CARGO:	Servente
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
GRUPO:	I - SEG
NÍVEL:	110
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo da servidora ocupante da vaga estar em gozo de licença maternidade.
VIGÊNCIA:	13/06/2018 a 14/12/2018.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de junho de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

38/2018 AVISO PREGÃO VEÍCULO OFICIAL

Publicação Nº 1651416

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 38/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 07/2018

1. Objeto: Aquisição de um veículo 0km, tipo sedan, ano/modelo 2018/2019, preto, destinado ao uso do gabinete Oficial do Prefeito.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
 3. Data da sessão pública: 25/06/2018 às 09h00 min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 12 de junho de 2018.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA LDO - 2019

Publicação Nº 1650811

ESTADO de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE Tigrinhos

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - Ldo - exercício de 2019

(Lei Complementar nº101/2000 e Lei nº 4.320/64)

CONVITE

Com o objetivo de dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e eleger as metas para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 4.320/64 o Poder Executivo Municipal vem convidar a população em geral para participar da Audiência Pública a qual será realizada no próximo dia 21 de Junho de 2018, às 09:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal .

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Tigrinhos(SC), 12 de Junho de 2018.

Derli Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 01/2018

Publicação Nº 1650921

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 de 11/06/2018.

REPROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 REJEITANDO A DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a Alínea "d", do Inciso I do Artigo 23 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara REPROVOU e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo reprovadas as contas referentes ao exercício financeiro de 2016 da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, com base no parecer da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, rejeitando a recomendação expressa do Tribunal de Contas do Estado no Ofício nº 4042/2018 de 16 de março de 2018, PCP – 17/00258025, e o Parecer Prévio de nº 0188/2017, de 11 de dezembro de 2017, cujo Relator designado foi o Conselheiro Cleber Muniz Gavi.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização deste Decreto Legislativo correm por conta do Orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 11 dias do mês de junho de 2018.

MIGUEL CLAUDINO ROSSA

Presidente

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1328-2018

Publicação Nº 1650994

DECRETO Nº 1328, 12 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação

Orçamentária do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2699/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 260.000,00 (Duzentos e Sessenta Mil Reais) a dotação orçamentária que segue:

20 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

82430019 - 2039 - Atendimento a Criança e ao Adolescente

3.3.50.00 (1) - Aplicação DiretaR\$ 260.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta das anulações das dotações conforme seguem:

20 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

82430019 - 2039 - Atendimento a Criança e ao Adolescente

3.3.90.00 (2) - Aplicação Direta R\$ 200.000,00

3.3.90.00 (4) - Aplicação DiretaR\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 12 de Junho de 2018.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 062/PMT/2018

Publicação Nº 1650802

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 108/PMT/2018 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de novos parques públicos para a cidade de Tijucas, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 277.730,00 (Duzentos e setenta e sete mil e setecentos e trinta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 059/PMT/2018

Publicação Nº 1650698

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 059/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/PMT/18 – DISPENSA Nº 036/PMT/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – POLÍCIA MILITAR

CONTRATADA: ALTA FREQUENCIA COMERCIAL EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CÂMERA HD, COM KIT DE ACESSÓRIOS PARA USO NO SERVIÇO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 1.789,00 (UM MIL, SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 217/2018/PGM.

TIJUCAS/SC, 07 DE JUNHO DE 2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 068/PMT/2018

Publicação Nº 1650816

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 068/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica leve e pesado, elétrica, funilaria e pintura automotiva, com fornecimento de peças originais e ou/paralelas de 1ª linha, com desconto em relação à tabela do fabricante, para conserto da frota mecanizada da Secretaria Municipal de Educação.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Data de Abertura: 26 de junho de 2018, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO N.º 53 2018 PMT

Publicação Nº 1651701

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE CONVOCAÇÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇO Nº 53/2018 – PMT

Às oito horas do décimo segundo dia, do mês de junho de dois mil e dezoito (12/06/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, para julgamento da Habilitação da Concorrência nº 10/2018 – PMT.

Considerando a decisão proferida em última instância administrativa pelo Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, ao recurso intentado pela Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., contra a decisão desta comissão que a inabilitou para participação no certame, a qual culminou no DEFERIMENTO do pedido e respectiva habilitação da empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., e determinou o seguimento do certame, a Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de abertura das Propostas de Preço das empresas habilitadas, realizar-se-á no dia 14 de junho de 2018, às 15h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Os envelopes de propostas das licitantes que foram inabilitadas estarão disponíveis para retirada no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, sendo descartados após o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP
Presidente
FELIPE RAMOS DOS SANTOS
Membro
LOURDES MOSER
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 63 2018 PMT - AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E AFINS

Publicação Nº 1651719

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2018 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de pneus, câmaras e afins destinados à administração direta e indireta do município de Timbó.
ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 27 de junho de 2018.
ABERTURA: dia 27 de junho de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

TIMBO (SC), 12/06/2018
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 12 2018 SAMAE - ECOPONTO

Publicação Nº 1651722

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 12/2018 SAMAE

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) de Ecoponto (unidade contentora para coleta voluntária e seletiva de lixo de diversas naturezas), localizado na Rua Rio Grande, bairro estados, Município de Timbó/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 29 de junho de 2018. ABERTURA: dia 29 de junho de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó/SC, 12 de junho de 2018
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente SAMAE

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 76.2017 PMT

Publicação N° 1651733

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 76/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, TIMBÓ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ N° 24.516.251/0001-91 a comparecer para assinatura do Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 76/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 20/06/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 12 de junho de 2018.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 01/2018

Publicação N° 1651461

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 01/2018

A Fiscalização de Posturas do município de Timbó/SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos termos do artigo 14º, da Lei 364/2008. CIENTIFICA os contribuintes abaixo identificados acerca da notificação emitida:

Empresa	CNPJ:	Notificação	Prazo
Densa Usinados Ltda ME	21.514.075/0001-60	Providenciar a atualização de endereço e entrega do comprovante de regularidade ambiental.	30 dias
Infinity Termoplasticos Ind. Com. Ltda	11.922.456/0001-25	Providenciar a atualização de endereço e entrega do comprovante de regularidade ambiental.	30 dias
Mercotex Confecções Ltda	73.688.707/0001-06	Providenciar a atualização de endereço e entrega do comprovante de regularidade ambiental.	30 dias

Consideram-se notificados os contribuintes acima listados no prazo de 30 dias a contar da publicação deste a promover o atendimento do solicitado, período ao qual após, acarretará auto de infração contra o notificado, nos termos dos artigos n° 18, 100, 101, 103 e 106 da Lei Complementar 364/2008 que dispõe sobre o Código de Posturas.

Timbó, 11 de junho de 2018.

Thomaz Henrique Nogueira Campregher
Fiscal de Posturas

EXTRATO CONTRATO 80.2018 SAMAE

Publicação N° 1651736

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO TIMBÓ - SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 80/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Timbó - SAMAE.

AUTORIZADO: Breitkopf Veículos Ltda.

OBJETO: Fornecimento, garantia e assistência técnica de um veículo tipo pick up, zero km, 2 lugares, cor branca, ano 2018, conforme especificações contidas no termo de referência, tudo em conformidade com o Edital de Pregão Presencial n° 06/2018.

VALOR: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2018

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO CONTRATO 81.2018 SAMAE

Publicação Nº 1651737

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO TIMBÓ - SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Timbó - SAMAE.

AUTORIZADO: Regata Comércio de Motos Ltda.

OBJETO: Fornecimento, garantia e assistência técnica de uma motocicleta 0 km, original de fábrica, ano de fabricação 2018/2018, igual ou superior a 160CC, conforme especificações contidas no termo de referência, tudo em conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº 06/2018.

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2018

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 76.2017 PMT - RUDIPEL RUDNICK

Publicação Nº 1651741

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 76/2017 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rudipel Rudnick Petroleo Ltda.

OBJETO: reequilíbrio financeiro (redução) do valor do item 03 (óleo diesel comum (S500)), que passa a ter o valor de R\$ 3,022.

DATA DA ASSINATURA: 06/06/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 791, DE 01 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651229

PORTARIA Nº 791, DE 01 DE JUNHO DE 2018

Admite candidatos para o exercício de emprego público efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

CONSIDERANDO-SE a criação do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), pela Lei Complementar nº 339, de 30 de novembro de 2007 e alterações;

CONSIDERANDO-SE a classificação dos candidatos no Concurso Público/Processo Seletivo nº 08/2016,

RESOLVE:

Art.1º ADMITIR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, os seguintes candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público/Processo Seletivo nº 08/2016:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Emprego Público: Agente Comunitário de Saúde	
Jornada Semanal: 40h	
Quintino – Área 005	
NOME	CPF
Cacia Rodrigues Mengarda	311.573.009-87
Rose Varganai Soares	631.403.909-63
Nações – Área 006	

NOME	CPF
Juraci Klug	003.884.909-77
Araonguinhas – Área 008 e 013	
NOME	CPF
Joselene Drager Weber	029.619.449-29
Rosemeri Morlo Stano	046.649.889-66

Art. 2º CONVOCAR as candidatas admitidas para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso para Emprego Público nº 08/2016, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no emprego público.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a candidata admitida não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no emprego público.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 46 2017 PMT

Publicação Nº 1643873

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de carneiras (gavetas de concreto) e tampas de concreto destinadas aos cemitérios Municipais de Timbó para a confecção de sepulturas.

EMPRESA FORNECEDORA: ERH Artefatos de Cimento Ltda – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/12/2018

Timbó, 12/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 45/2018

Publicação Nº 1650762

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018

EDITAL PP Nº 45/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MAURO DRESCH, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 3555/00 aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Treze Tílias, na Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 27 de junho de 2018, às 9h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos e hidrossanitários especializados de revisão, manutenção e plantão 24 horas para as secretarias municipais, conforme descrição constante no anexo I do presente edital.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.2.1. Os serviços deverão ser prestados na Secretaria de Transportes e Obras (Garagem, Parque do Imigrante, Portais, Praça Ministro Andreas Thaler e Praça Primavera); Secretaria de Educação (Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Polo Universitário Verdes Vales, EJA Sibila Parisotto, Ginásio da Escola, Creche Maria Anna Hausberger); Secretaria de Administração (Prédio da Prefeitura, Coreto, Casa Mortuária e Cemitério); Diretoria de Esportes (Ginásio Municipal); Secretaria de Agricultura (Parque de Exposições Johann Otto Kung, Novo Centro de Eventos, Salas da Epagri/Cidasc e Secretaria de Agricultura). Secretaria de Turismo (Museu Ministro Andreas Thaler, Biblioteca Gabriel Hausberger, Centro de Eventos Maria Thaler Moser)

1.2.2. OBRIGATORIAMENTE TODOS OS SERVIÇOS REALIZADOS DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS DA RESPECTIVA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE DEVERÁ SER ASSINADA PELO SECRETÁRIO RESPONSÁVEL E ACOMPANHAR A NOTA FISCAL.

1.2.3. Os serviços deverão ser executados, de forma parcelada, durante o período de 12 meses, SOMENTE mediante solicitação do Secretário Responsável.

1.2.4. A proponente vencedora deverá, sem custos adicionais iniciar os serviços em até 12 (doze) horas, contadas da ordem de execução emitida pela Secretaria requisitante e prazo máximo de 30 (trinta) minutos para atender os plantões 24 horas / casos emergenciais, quando solicitado, independente do horário.

1.2.5. O tempo correspondente as horas terá início somente quando o profissional chegar no local da realização do serviço, e efetivamente proceder ao início.

1.2.6. Se o tempo de serviço não atingir a hora cheia, será pago somente ao valor proporcional ao tempo efetivamente trabalhado.

1.2.7. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.8. Os quantitativos descritos no Anexo I constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

1.2.9. Todos os custos e despesas com deslocamento, relacionados ao fornecimento correrão por conta da CONTRADADA e devem estar inclusas no preço proposto do item.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as

condições de credenciamento e demais exigências constantes deste edital;

2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.3. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (alíneas III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

2.4. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

2.5. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.6. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

2.6.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.6.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo II, do edital.

2.6.3 Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a) Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

ü Cópia do ato constitutivo ou do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

ü Cópia da cédula de identidade;

ü Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b) Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

ü Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo III deste Edital;

ü Cópia da cédula de identidade;

ü Cópia do ato constitutivo ou contrato social;

ü Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

c) Caso a empresa tenha o Certificado de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura de Treze Tílias e desde que o mesmo esteja dentro do prazo de validade:

ü Cópia do Certificado de Registro Cadastral - CRC;

ü Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo III deste Edital, caso o representante seja preposto da empresa;

ü Cópia da cédula de identidade, do representante da empresa;

ü Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

3.3. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.4. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

3.5. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante.

3.6. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

3.7. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão do pregão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no Anexo IV, fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

4.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018 - EDITAL PP Nº 45/2018

EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018- EDITAL PP Nº 45/2018
EMPRESA PROPONENTE:

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 "DA PROPOSTA"

5.1. O envelope "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

5.1.1. A proposta deverá ser apresentada na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo I.

5.1.2. Nome, endereço e CNPJ;

5.1.3. Número do processo e do edital;

5.1.4. Preço unitário e total cotados em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos quando for o caso, bem como, todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

5.1.5. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

5.1.6. Local e data;

5.1.7. Assinatura do representante legal da proponente.

5.2. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

5.3. A proponente vencedora está submetida aos prazos estipulados neste edital, independentemente de declaração expressa.

5.4. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o valor unitário.

5.5. A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.6. Serão considerados como formais erros e outros aspectos que beneficiem o Município e não implique nulidade do procedimento.

5.7. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste edital.

5.8. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.9. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 "DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1. Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no envelope nº 02 "Documentos de Habilitação", os documentos a seguir relacionados:

6.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1. A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação da presente licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação.

6.1.1. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado;

6.1.2. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União; abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

6.1.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

6.1.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

6.1.5. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

6.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

6.1.7. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias;

6.1.8. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

6.1.9. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Treze Tílias, ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93);

6.1.10. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o edital e se submete às condições nele estabelecidas.

6.1.11. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - CREA, com profissional devidamente vinculado e com a indicação do objeto social compatível com a presente licitação.

6.2. Os documentos descritos nos subitens 6.1.1 ao 6.1.8 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pela Prefeitura de Treze Tílias, observadas as datas de validade da documentação nele relacionada. Caso ocorra o vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

6.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

6.3.1. As empresas que quiserem autenticar documentos junto a Prefeitura de Treze Tílias deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, na Praça Andreas Thaler.

6.4. A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela

INTERNET.

6.5. Não serão considerados os documentos apresentados por fax ou e-mail.

6.6. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste edital.

7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, a partir das 9h00min do dia 27 de Junho de 2018, momento em que os licitantes entregarão ao pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV do edital.

7.3. A análise das propostas pelo pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexeqüíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1 O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

7.9. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10. Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1. Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e por todos os licitantes presentes.

7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17. Para o bem dos serviços, o pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

7.18.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6. O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente pregão.

7.18.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com o estabelecido no subitem 2.7, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

8.1. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5. A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, conforme Anexo V, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a CONTRATADA indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

9.2. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente edital.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Cabe a Prefeitura Municipal:

10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

10.1.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste edital;

10.1.4. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

10.1.5. Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos itens objeto da presente licitação.

10.2. Cabe à Proponente Vencedora:

10.2.2. Fornecer o objeto obedecendo rigorosamente às especificações do edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada no presente processo licitatório;

10.2.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

10.2.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

10.2.6. Executar o objeto de acordo com o disposto no subitem 1.2 (Da forma de execução) deste edital;

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

12.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

13. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

13.1. O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 12 meses, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

13.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria responsável, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DA REVISÃO E DO REAJUSTE.

4.1. O custo total estimado para a contratação é de R\$ 67.500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos). Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2018:

06.01.2203.33.90.00.00.00.00.00 (Educação fundamental)

06.01.2201.33.90.00.00.00.00.00 (Educação infantil)

05.01.2015.33.90.00.00.00.00.00 (Obras)

03.01.2003.33.90.00.00.00.00.00 (Adm)

09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00 (Agricultura)

07.02.2218.33.90.00.00.00.00.00 (Esportes)

07.01.2015.33.90.00.00.00.00.00 (Cultura)

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente após o recebimento da nota fiscal importando os valores conforme proposta apresentada e relatório dos serviços prestados.

14.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, CNPJ nº 82.777.251/0001-41, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda o número do processo licitatório.

14.3. A nota fiscal deverá conter todas as especificações do item, objeto deste edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

14.3.1. As notas fiscais somente serão aceitas junto com o Formulário de Solicitação de Serviços devidamente assinado pelo secretário da pasta.

14.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

14.5. Os preços não serão reajustados.

15. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, revogar, anular ou homologar esta licitação, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.

15.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto nº 3555/00.

15.5. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

15.6. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

15.7. Integram o presente edital:

§ Anexo I - Especificações do objeto/Modelo da Proposta/Valor Máximo
 § Anexo II - Declaração de Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa
 § Anexo III - Modelo da Carta de Credenciamento
 § Anexo IV - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
 § Anexo V - Minuta do Contrato.

15.8. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao pregoeiro da Prefeitura de Treze Tílias;
 15.8.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

15.9. Para dirimir questões decorrentes do presente processo licitatório fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Treze Tílias, 07 de junho de 2018.

MAURO DRESCH
 Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018

EDITAL PP Nº 45/2018

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA PROPOSTA / VALOR MÁXIMO

Processo de Licitação Nº _____ - Edital PP Nº ____/2018.

Razão Social: _____.

CNPJ: _____.

Endereço: _____.

ITEM	QUANT	UN	ESPECIFICAÇÃO	Preço máximo/ hora R\$	Preço total máx.
01	1.500	Horas	<p>A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos e hidrossanitários especializados de revisão, manutenção e plantão 24 horas para as secretarias municipais.</p> <p>Os serviços deverão ser prestados na Secretaria de Transportes e Obras (Garagem, Parque do Imigrante, Portais, Praça Ministro Andreas Thaler e Praça Primavera); Secretaria de Educação (Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Polo Universitário Verdes Vales, EJA Sibila Parisotto, Ginásio da Escola, Creche Maria Anna Hausberger); Secretaria de Administração (Prédio da Prefeitura, Coreto, Casa Mortuária e Cemitério); Diretoria de Esportes (Ginásio Municipal); Secretaria de Agricultura (Parque de Exposições Johann Otto Kung, Novo Centro de Eventos, Salas da Epagri/Cidasc e Secretaria de Agricultura). Secretaria de Turismo (Museu Ministro Andreas Thaler, Biblioteca Gabriel Hausberger, Centro de Eventos Maria Thaler Moser)</p>	45,00	67.500,00

Tefefone/Fax: _____ E-mail: _____.

Validade da proposta: _____

Local e data: _____

Carimbo e assinatura do proponente

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº45/2018

EDITAL PP Nº 45/2018

ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EPP OU ME
 (Entregar este documento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na alínea "b" do subitem 2.6.2 do Edital de Pregão Presencial nº ____/2018, sob as sanções administrativas cabíveis e

sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 2018.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018

EDITAL PP Nº 45/2018

ANEXO III

MODELO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Entregar este documento fora dos envelopes)

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do Processo de Licitação nº ____/2018 instaurado pelo Município de Treze Tílias-SC, na modalidade Pregão Presencial nº ____/2018, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 2018.

(assinatura do responsável pela empresa)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018

EDITAL PP Nº 45/2018

ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Entregar este documento fora dos envelopes)

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº ____/2018 - Pregão Presencial nº ____/2018 do Município de Treze Tílias - SC, que a empresa _____, CNPJ nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2018

EDITAL PP Nº 45/2018

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MAURO DRESCH, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, com sede na Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, inscrito no CNPJ nº 82.777.251/0001-41, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 45/2018, instaurado pelo edital PP nº 45/2018, homologado no dia _____, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.2. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos e hidrossanitários especializados de revisão, manutenção e plantão 24 horas para as secretarias municipais, conforme descrição constante no anexo I do presente edital.

1.3. O valor total ora contratado é de R\$ (.....), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 45/2018, conforme Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 12 meses, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela secretaria responsável que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços deverão ser prestados na Secretaria de Transportes e Obras (Garagem, Parque do Imigrante, Portais, Praça Ministro Andre-as Thaler e Praça Primavera); Secretaria de Educação (Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Polo Universitário Verdes Vales, EJA Sibila Parisotto, Ginásio da Escola, Creche Maria Anna Hausberger); Secretaria de Administração (Prédio da Prefeitura, Coreto, Casa Mortuária e Cemitério); Diretoria de Esportes (Ginásio Municipal); Secretaria de Agricultura (Parque de Exposições Johann Otto Kung, Novo Centro de Eventos, Salas da Epagri/Cidasc e Secretaria de Agricultura). Secretaria de Turismo (Museu Ministro Andreas Thaler, Biblioteca Gabriel Hausberger, Centro de Eventos Maria Thaler Moser)

3.2. OBRIGATORIAMENTE TODOS OS SERVIÇOS REALIZADOS DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS DA RESPECTIVA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE DEVERÁ SER ASSINADA PELO SECRETÁRIO RESPONSÁVEL E ACOMPANHAR A NOTA FISCAL.

3.3. Os serviços deverão ser executados, de forma parcelada, durante o período de 12 meses, SOMENTE mediante solicitação do Secretário Responsável.

3.4. A proponente vencedora deverá, sem custos adicionais iniciar os serviços em até 12 (doze) horas, contadas da ordem de execução emitida pela Secretaria requisitante e prazo máximo de 30 (trinta) minutos para atender os plantões 24 horas / casos emergenciais, quando solicitado, independente do horário.

3.5. O tempo correspondente as horas terá início somente quando o profissional chegar no local da realização do serviço, e efetivamente proceder ao início.

3.6. Se o tempo de serviço não atingir a hora cheia, será pago somente ao valor proporcional ao tempo efetivamente trabalhado.

3.7. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.8. Os quantitativos descritos no Anexo I constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

3.9. Todos os custos e despesas com deslocamento, relacionados ao fornecimento correrão por conta da CONTRATADA e devem estar inclusas no preço proposto do item.

CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE.

4.2. O custo total estimado para a contratação é de R\$ 67.500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos reais). Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2018:

06.01.2203.33.90.00.00.00.00.00 (Educação fundamental)

06.01.2201.33.90.00.00.00.00.00 (Educação infantil)

05.01.2015.33.90.00.00.00.00.00 (Obras)

03.01.2003.33.90.00.00.00.00.00 (Adm)

09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00 (Agricultura)

07.02.2218.33.90.00.00.00.00.00 (Esportes)

07.01.2015.33.90.00.00.00.00.00 (Cultura)

4.3. O pagamento será efetuado mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente após o recebimento da nota fiscal importando os valores conforme proposta apresentada e relatório dos serviços prestados.

4.4. Caso ocorra a prorrogação do processo, a Prefeitura de Treze Tílias consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

4.5. No caso de haver prorrogação do contrato, o reajustamento dos valores será anual, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente, mediante requerimento a ser formalizado pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DO DOCUMENTO FISCAL

5.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, CNPJ nº 82.777.251/0001-41 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

5.2. A nota fiscal deverá conter todas as especificações do item, objeto deste edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5.2.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer o objeto desta licitação obedecendo rigorosamente às especificações do edital PP nº 45/2018 e seus anexos, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação nº 45/2018

6.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital PP nº 45/2018, e em compatibilidade

com as obrigações assumidas;

6.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato;

6.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

6.1.5. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula terceira (Da forma de Execução), do presente contrato;

6.2. Responsabilidades do CONTRATANTE

6.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do contrato;

6.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

6.2.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estipulado neste instrumento;

6.2.4. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

6.2.5. Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos itens objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TREZE TÍLIAS (SC), de de 2018.

MAURO DRESCH CONTRATADA

Prefeito

Testemunhas:

AVISO DE LICITAÇÃO PP 46/2018

Publicação Nº 1650716

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 46/2018 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõem a merenda e demais atividades da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 26/06/2018, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça

Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO 01/2018

Publicação Nº 1650959

Edital de Chamamento Público PARA ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS 01/2018.

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, com esteio na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal n. 2.276/2017 de 13 de abril de 2017 e na Lei Municipal n. 1918/2016 (Lei Orçamentária), torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projeto de práticas esportivas de modo a incentivar à iniciação no esporte por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos, através de atividades e modalidades correlatas.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Treze Tílias, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo no Decreto Municipal n. 2.276/2017 de 13 de abril de 2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Poderão ser selecionadas mais de uma proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária.

1.4. O termo de fomento terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de projeto de incentivo às práticas esportivas em geral e incentivando iniciação no esporte e sua prática, por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

1.5. O município é o gestor do presente termo de fomento, através da Secretaria de Cultura e Esporte.

1.6. As comissões de Seleção e Acompanhamento são aquelas definidas no Decreto Municipal n. 2.281/2017.

2. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO E DOS VALORES MÁXIMOS

2.1. Objetivos específicos da parceria:

2.1.1. Promover a prática esportiva saudável em todas as suas modalidades, através das atividades de associações, de modo a garantir a prática do esporte que traz consigo inúmeros benefícios sociais dentre eles a saúde física e melhora do convívio social de crianças, jovens e adultos.

2.1.2. Promover o incentivo à iniciação de crianças, adolescente, jovens e adultos na prática esportiva saudável e devidamente acompanhados por profissionais capacitados; e

2.1.3. Qualificar as associações para que participem em eventos locais, regionais, estaduais e nacionais, representando o município de Treze Tílias.

2.1.4. O valor máximo do projeto é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em valores pecuniários e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo uso do Ginásio Municipal de Esportes e demais instalações públicas do município dedicadas às práticas desportivas.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 O esporte é um dos meios de interação que mais fornecem subsídios para compreensão e adequação ao meio. Desde a contribuição para o bem-estar individual e coletivo a comunicação e interação entre os seus participantes as vantagens são muitas. Praticar atividades físicas contribui para a diminuição de problemas e doenças crônicas, sem falar que ajuda a superar dificuldades e mostra que todos são capazes de vencer as barreiras que aparecem. Fazer exercícios pode melhorar a autoestima, combater a indisposição e até mesmo melhorar a memória. A prática de esportes proporciona benefícios significativos aos seus praticantes, um exemplo claro é a melhora no convívio social, pois necessita de contato e interação entre os seus praticantes. Até mesmo os esportes individuais como a natação, que pode ser praticado em grupos, proporcionando também oportunidades de seus praticantes construir novas amizades.

Além disso, a Lei Orgânica Municipal coloca como competência e dever do município, incentivar o esporte. Vejamos:

Art. 9º Compete ao Município:

“Art. 196 É dever do Município fomentar práticas desportivas amadoras formais e não formais, como direito de cada um, respeitando a

autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.

Art. 197 O Município destinará recursos públicos para o desporto, dando prioridade às práticas do desporto educacional.

Parágrafo único. Será preocupação do Poder Público Municipal, a criação de várias opções de lazer, procurando atingir e beneficiar todas as faixas etárias, desde a criança ao idoso."

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos financeiros destinados a este Chamamento Público são da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em valores pecuniários e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo uso do Ginásio Municipal de Esportes e demais instalações públicas do município dedicadas às práticas desportivas.

4.2. Os recursos obedecem à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na forma da Lei, por conta de seguinte dotação orçamentária: 07.02.2218.3.3.50.00.00.00.00.0105 – Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

4.3. As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste chamamento público serão realizadas tendo em conta:

4.4.

4.4.1. A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

4.4.2. A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública na inadimplência da organização da sociedade civil, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução;

4.4.3. O pagamento da remuneração de profissionais contratados pela organização da sociedade civil com os recursos recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

4.4.4. É vedado utilizar recursos financeiros provenientes da parceria objeto deste chamamento público para:

a) Finalidade alheia ao seu objeto;

b) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

4.4.5. Outras entidades, inclusive de caráter privado, poderão aportar ao projeto recursos financeiros.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste chamamento público organizações da sociedade civil em cuja finalidade estatutária estejam contempladas atividades esportivas.

5.1.1. Para fins deste Chamamento Público, considera-se organização da sociedade civil:

5.1.2.

5.1.2.1. Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

5.1.2.2. As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

5.1.3. Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de Treze Tílias/SC há no mínimo dois anos, e que comprovem atuação em atividades esportivas de, no mínimo, um ano.

6. DOS PRAZOS E DA FORMA DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão gratuitas e ficarão abertas no período de 30 (tinta) dias após a publicação deste Chamamento Público no Ginásio Municipal de Esportes do Município de Treze Tílias/SC, onde está sediado o Departamento Municipal de Esportes Gabriel Hausberger, localizado na Rua Caçador, S/N, centro, CEP: 89650-000, na cidade de Treze Tílias/SC.

6.2. Cada proponente poderá apresentar somente um projeto para a seleção. Na hipótese de haver mais de uma inscrição por proponente, todos os projetos apresentados por esse proponente serão inabilitados.

6.3. Caso seja detectada a inscrição do mesmo projeto por proponentes diferentes, todos serão inabilitados.

6.4. A inscrição do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.5. Poderão participar deste chamamento público os proponentes que enviarem todos os seguintes documentos:

6.5.1. plano de trabalho;

6.5.2. ficha de inscrição

6.5.3. cópia autenticada do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;

6.5.4. cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;

6.5.5. cópias autenticadas de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;

6.5.6. relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas;

6.5.7. comprovante de que possui no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em: receita.fazenda.gov.br;

6.5.8. comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades esportivas, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;

6.5.9. declaração da não ocorrência de vedações;

6.6. Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição depois de finalizada.

6.7. Não serão aceitas as inscrições que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Regulamento.

6.8. O envio da documentação incompleta implica a automática inabilitação da inscrição.

6.9. O ônus ocasionado com a participação neste Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.

6.10. O material apresentado para fins de inscrição em nenhuma hipótese será restituído ao proponente, independentemente do resultado da seleção.

7. DOS ENVELOPES

7.1. A inscrição será efetuada mediante o envio dos seguintes envelopes:

7.1.1. ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO: deverá conter o plano de trabalho e a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO

Edital de Chamamento Público 05/ 2018

Título do projeto:

Nome do proponente:

CNPJ

7.1.1. ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os documentos relativos e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO

Edital de Chamamento Público 05/ 2018

Título do projeto:

Nome do proponente:

CNPJ

7.1.2. ENVELOPE DE INSCRIÇÃO deverá conter o ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO e o ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO, conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC

R. Caçador, S/N, centro, CEP: 89.650-000, Treze Tílias/Sc

Ginásio Municipal de Esportes.

89.650-000 – Treze Tílias

A/C Secretaria de Cultura e Esportes

Edital de Chamamento Público 05/ 2018

Título do projeto:

Nome do proponente:

7.1.3. Todos os três envelopes deverão estar lacrados e devidamente identificados.

7.1.4. Os documentos descritos no item 6.5 deverão ser apresentados em única via, redigidos com clareza e enviados pelos Correios, ou meio similar, com AR, dentro do prazo previsto no cronograma.

7.1.5. Não serão aceitos envelopes cuja data de postagem ultrapasse a data limite de inscrição.

7.1.6. Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento, declarações falsas ou não comprovadas e no envio de documentos, isentando o município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

7.1.7. Serão desclassificados os proponentes que não enviarem os três envelopes da forma como acima mencionado.

8. DO PLANO DE TRABALHO

8.1. Deverá constar no Plano de Trabalho entregue pelo proponente:

8.1.1. Descrição do objeto de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;

8.1.2. Descrição dos objetivos do projeto identificando as ações que devem ser cumpridas para obtenção do objeto;

8.1.3. Informações relativas à capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto;

8.1.4. Informações curriculares sobre a equipe que trabalhará no projeto;

8.1.5. Cronograma de execução de metas;

8.1.6. Plano de aplicação dos recursos.

8.2. Entre outras despesas, poderão ser previstas para serem pagas com recursos vinculados à parceria:

8.2.1. Remuneração de equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

8.2.2. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir;

8.2.3. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

8.2.4. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

8.3. Para o cumprimento dos objetivos e metas do projeto, é vedada a apresentação de despesas com:

8.3.1. Taxas de alvará de licenciamento, taxa de administração, multas e juros de pagamentos efetuados fora do prazo e impostos de qualquer natureza;

8.3.2. Despesas com publicidade que caracterizem promoção pessoal;

8.3.3. Bebidas alcoólicas, serviços de coffee break, buffet e gêneros alimentícios;

8.3.4. Brindes como bonés, chaveiros, canecas e similares;

8.3.5. Serviços e materiais de decoração amenos que estejam relacionados com o objeto da execução da parceria;

8.3.6. Aluguel da sede da entidade, bem como IPTU, taxas de condomínio, materiais de limpeza, materiais elétricos, gás e despesas cartórias;

8.3.7. Pagamento efetuado fora do prazo de vigência do Termo de Fomento;

8.3.8. Pagamento de despesas bancárias, tais como taxas de manutenção de conta e tarifas diversas;

8.3.9. Outras que não atendam aos objetivos do projeto.

8.4. A presença das despesas descritas no item 8.2 acarretará na subtração destas, do valor total da proposta.

8.5. O prazo para execução do projeto deverá ser de até 12 (doze) meses.

8.6. Não serão consideradas solicitações referentes a incremento financeiro ou à alteração do objeto do Plano de Trabalho.

8.7. Cabe ao gestor da parceria a apreciação e o deferimento das solicitações recebidas.

9. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. Este chamamento público prevê a realização de sessão pública para rubrica dos envelopes e divulgação dos resultados desta seleção.

9.2. A abertura da sessão pública, que acontecerá na sede da Secretaria de Cultura e Esporte do município de Treze Tílias de acordo com o ANEXO I do presente edital.

9.3. Os envelopes do Plano de Trabalho e da Documentação serão rubricados pela Comissão de Avaliação.

9.4. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Avaliação.

9.5. A sessão poderá ser caso haja dificuldades no julgamento das propostas que demandem análise mais criteriosa.

9.6. A sessão pública poderá ser adiada, caso a comissão de seleção necessite de mais esclarecimentos, o que deverá ser consignado em ata e com data definida para o reinício, fato que deverá ser comunicado a todos os proponentes.

10. DO JULGAMENTO

10.1. As propostas apresentadas serão avaliadas pela Comissão de Seleção, previamente designada pelo Decreto n. 2.281/2017 de 10 de maio de 2017.

10.1.1. Estará impedida de participar da Comissão de Seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes deste chamamento público.

10.1.2. Configurado o impedimento previsto, será designado membro substituto que possua qualificação equivalente a do substituído.

10.2. A Comissão de Seleção disporá, caso não possa exarar seu parecer no mesmo dia, do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de entrega dos envelopes de proposta e de documentação, para o julgamento e ordenação das propostas.

10.3. Ao avaliar as propostas, a Comissão de Seleção observará sua adequação ao programa e os benefícios culturais, sociais e econômicos oferecidos à população, levando em consideração os seguintes critérios e pontuações:

10.3.1. Quanto ao número de pessoas atendidas (pontuação não cumulativa):

- a) Até 10 pessoas: 10 pontos;
- b) De 11 a 50 pessoas: 30 pontos;
- c) De 51 a 80 pessoas: 50 pontos;
- d) Acima de 81 pessoas: 70 pontos;

10.3.2. Quanto a faixa etária das pessoas atendidas (pontuação cumulativa):

- a) De 05 a 08 anos: 20 pontos;
- b) De 09 a 16 anos: 40 pontos;
- c) Acima de 17 anos: 60 pontos;

10.3.3. Participação em eventos municipais (10 pontos cada evento);

10.3.4. Qualificação do professor: (10 pontos cada certificado de formação/curso);

10.3.5. Número de pessoas que atuam voluntariamente no projeto (pontuação não-cumulativa)

- a) Até 10 pessoas: 10 pontos;
- b) De 11 a 50 pessoas: 30 pontos;
- c) De 51 a 80 pessoas: 50 pontos;
- d) Acima de 81 pessoas: 70 pontos

10.3.7. Cada ponto conquistado pela entidade corresponde ao valor de R\$ 240,00 (duzentos reais) a serem solicitados à unidade gestora.

10.4. O plano de trabalho que não atingir 30 pontos será desclassificado.

10.5. Cada proposta será avaliada por, no mínimo, dois membros da Comissão e Seleção, e a pontuação final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as pontuações dos avaliadores.

10.6. Se houver discrepância maior ou igual a 25 (vinte e cinco) pontos entre os membros avaliadores da proposta, essa iniciativa passará por reavaliação.

10.7. Será desclassificado, sem análise dos critérios acima, o projeto que tiver atuação ou material comprovadamente vinculado a qualquer prática discriminatória que fira, viole ou ofenda a dignidade de qualquer grupo ou pessoa.

10.8. Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado sucessivamente:

- 10.8.1. Maior pontuação no item I; e
- 10.8.2. Maior pontuação no item II.

10.9. Persistindo o empate, o vencedor será decidido mediante sorteio, tal como determina, em caráter obrigatório, o § 2º, art. 45, da Lei n. 8.666/1993, aqui aplicado subsidiariamente.

9. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Seleccionadas as organizações da sociedade civil, cujos Planos de Trabalho tenham sido atribuídos as maiores notas, suas documentações serão verificadas por meio de comissão designada para este fim, com decisão embasada em parecer.

9.2. Será inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previstos neste Chamamento Público ou apresentá-los fora do prazo de validade consentido.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento dos planos de trabalho e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade participante interponha recurso administrativo.

10.1.2. Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental.

10.2. Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria de Cultura e Esportes, ou encaminhados, via Correios ou meio similar.

10.3. O recurso será dirigido à Comissão de Avaliação que se manifestará em até 14 (catorze) dias. Caso não haja provimento do recurso a manifestação deverá ser submetida para apreciação da Unidade Gestora.

10.4. O recurso que não trazer expressa a devida justificativa será indeferido.

10.5. Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para inscrição, serão automaticamente indeferidos.

10.6. Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente.

10.7. O não-conhecimento de recurso não impede a administração pública de rever de ofício

o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.8. Na hipótese de inabilitação de proponente previamente selecionado, aquele imediatamente mais bem classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos do Plano de Trabalho por ele apresentado.

10.8.1. Caso o proponente convidado nos termos do item anterior aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação de sua documentação.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, este chamamento público será homologado pela Secretaria de Cultura e Esporte e publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, não cabendo mais recurso.

11.2. A homologação não gera, para a organização da sociedade civil selecionada, direito à celebração da parceria.

11.3. É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Treze Tílias.

12. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

12.1. Para celebração do Termo de Fomento é imprescindível a observância aos arts. 33 a 38 da Lei n. 13.019/2014, bem como dos seguintes itens:

12.1.1. Designação do gestor da parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.

12.1.2. Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.

12.1.3. Parecer técnico e jurídico.

12.1.4. Disponibilidade orçamentária e financeira;

12.1.5. Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público;

12.1.6. Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

12.2. Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá a Secretaria de Cultura e Esportes sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.

12.3. Os proponentes selecionados celebrarão, com a Secretaria de Cultura, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão e entrega do produto.

12.4. Os proponentes selecionados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.

12.4.1. A assinatura do Termo está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa dos proponentes.

12.4.2. A convocação será feita mediante correspondência a ser enviada para o endereço de endereço eletrônico informado na ficha de inscrição.

12.4.3. Transcorrido o prazo previsto no item 12.4 sem que o Termo tenha sido firmado, a Secretaria Municipal de Cultura e Esportes poderá convocar o próximo proponente, obedecida a ordem de classificação.

12.5. O proponente convocado poderá pedir prorrogação para assinatura do Termo, por mais 05 (cinco) dias úteis, desde que devidamente justificada, mediante protocolo junto a Secretaria de Cultura e Esportes do Município ou enviada, via correios, ou meio similar, dentro do prazo estabelecido.

12.6. O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei n. 13.019/2014, sendo vedado:

12.6.1. Alterar o objeto do Termo de Fomento;

12.6.2. Utilizar, ainda que em caráter de emergência, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

12.6.3. Realizar despesas em data anterior à vigência do instrumento;

12.6.4. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado.

13. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

13.1. O repasse dos recursos está condicionado à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa dos proponentes.

13.1.1 O proponente selecionado que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.

13.2. A não-resolução das pendências, em conformidade com o item 13.1.1, acarretará na perda de direito ao recebimento dos recursos.

13.3. O repasse dos recursos será realizado em conta corrente específica do Banco do Brasil, e que tenha a organização da sociedade civil como titular.

13.3.1. A abertura da conta corrente supracitada é de responsabilidade do proponente.

13.3.2. Após assinatura do Termo, o proponente terá até 30 (trinta) dias para informar os dados bancários no protocolo da FCC, ou enviá-los via Correios, ou meio similar, para o endereço descrito no item 5.1.3.

13.3.3. Transcorrido o prazo previsto no item 13.3.2 sem que os dados bancários tenham sido apresentados, a Secretaria de Cultura poderá convocar o próximo proponente, obedecida a ordem de classificação.

13.3.4. É vedado o pagamento de despesas bancárias, tais como taxas e tarifas diversas, com recursos oriundos desse chamamento público.

13.4. O recurso financeiro será liberado em 12 (doze) parcelas.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. O proponente se responsabilizará por qualquer direito autoral que por ventura incidir sobre sua proposta, e se responsabilizará por eventuais reivindicações sobre usos não autorizados.

14.2. Em todo material de divulgação, bem como nos produtos gerados pela parceria, deverão constar:

14.2.1. A expressão: "Projeto realizado com o apoio do Município de Treze Tílias/SC".

14.2.2. A logomarca do Município de Treze Tílias/SC.

14.3 Os projetos que gerarem produtos (CDs, DVDs, publicações, dentre outros) deverão disponibilizar à Secretaria de Cultura, no mínimo, 5% (cinco por cento) das unidades, até o máximo de 50 (cinquenta) unidades, com o intuito de garantir a memória e distribuição das obras.

14.4. O proponente deverá apresentar declaração, devidamente assinada, atestando, sob as penas da lei, que os espaços onde serão desenvolvidas as atividades propostas no Plano de Trabalho possuem condições de segurança e salubridade adequadas à realização das ações (conforme Anexo VI e de acordo com a legislação /municipal).

14.4.1. Para as entidades que possuem local fixo e pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades, adotar procedimentos e medidas de segurança para as pessoas que frequentam o espaço, conforme a legislação local, com respectivo fornecimento de alvarás autorizativos ou equivalentes.

14.4.2. Para as entidades que não possuem local pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades ou cujas atividades sejam realizadas em locais aleatórios itinerantes ou afins, adotar procedimentos para a obtenção das autorizações públicas exigidas para o desenvolvimento de atividades de acesso ao público, conforme a legislação local.

15. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1. As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Fomento e em consonância com a Lei Federal n. 13.019/2014.

15.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.

15.2.1. É facultado ao gestor da parceria promover diligências destinadas a esclarecer ou confirmar as informações prestadas pelos profissionais ou, ainda solicitar documentos complementares aos mencionados neste chamamento público.

15.3. A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

15.3.1. A apresentação das contas do exercício finalizado deverá ser de acordo com os gastos e metas definidos no Termo até a data final do exercício.

15.4. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do relatório de execução do objeto.

15.4.1. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

15.5. O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, conforme descrito na cláusula nona do Termo de Fomento.

15.6. Caberá ao Gestor da Parceria emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria.

15.7. A prestação de contas deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ou outros meios que possam dar publicidade aos atos.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência;

16.1.2 Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera do governo da administração pública sancionadora, por prazo não-superior a dois anos;

16.1.3 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

16.2. As sanções são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Cultura, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de Contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.3.1. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

16.4. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.2. A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

17.3. Os casos omissos serão encaminhados à apreciação e apurados pela Comissão de Avaliação, cabendo à Secretaria de Cultura, através de seu titular a decisão terminativa.

17.4. A entidade selecionada autoriza o Município de Treze Tílias/SC a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas afins.

17.5. Até a assinatura do Termo de Fomento, poderá a Comissão de Avaliação desclassificar as propostas das entidades participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Chamamento Público, respeitado o contraditório.

17.6. Esclarecimentos acerca do conteúdo desta chamada pública poderão ser obtidos com a Secretaria de Cultura.

17.7 Integram este Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.7.1 Anexo I – Cronograma

17.7.2 Anexo II – Ficha de Inscrição

17.7.3 Anexo III – Plano de Trabalho

17.7.4 Anexo IV – Não-ocorrência de vedações

17.7.5 Anexo VI – Declaração de ciência

17.7.6 Anexo VII – Minuta do Termo de Fomento

17.8. O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de Joaçaba/SC.

Treze Tílias/SC, 12 de junho de 2018.

Mauro Dresch

Prefeito

Gabriela Rugere

Secretária Municipal de Cultura e Esportes

ANEXO I

CRONOGRAMA

Evento	Data
Período de inscrição	Até 12/07/2018, a partir da publicação do presente edital.
Abertura da Sessão Pública	30/07/2018
Reinício da Sessão Pública e Divulgação do resultado do julgamento e ordenação dos Planos de Trabalho e da habilitação e inabilitação dos proponentes.	No caso de necessidades será comunicada logo após a abertura das propostas.
Período de protocolo de recursos referentes à inabilitação	No caso de haver desistência de interposição de recursos de todos os participantes, referido prazo será desnecessário. Caso contrário o prazo é o previsto no presente edital.
Publicação dos resultados do julgamento dos recursos.	10/08/2018
Publicação dos resultados final.	12/08/2018

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Cidade, ____/____/2018.

À Secretaria de Cultura e Esportes do Município de Treze Tílias/SC

Comissão de Seleção

Chamamento Público nº. (...)

Pelo presente, o Sr (a), representante legal da, CPF, residente na, vem solicitar credenciamento para receber recursos públicos que serão destinados ao objeto do Termo de Fomento.

Igualmente, informo que a proposta apresentada trata de caráter esportivo sem fins lucrativos e que não promoverá a comercialização de produtos e/ou serviços, bem como não venderá ingressos.

Por fim, informo que estou de acordo com todas as condições estipuladas no Chamamento Público.

Nome do Representante

CPF:

ANEXO III

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade:	CNPJ:	
Endereço:		
Município:	UF:	CEP:
E-mail:	Telefone:	
Nome do Responsável:	CPF:	
E-mail do responsável	Nome do responsável:	

2. PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do projeto: indicar o nome do projeto a ser executado;

Prazo de execução: indicar o prazo para execução total das atividades e cumprimento das metas;

Público alvo: indicar o público que será beneficiado pela parceria:

Objeto da parceria: descrever o produto final da parceria;

Diagnóstico: descrever com clareza e sucintamente o diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas.

Nome do Projeto:	Prazo de execução
Público alvo:	
Objeto (descrição do objeto de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter):	
Objetivos: (descreva o que vai ser realizado identificando as ações que devem ser cumpridas para a obtenção de seu objeto):	
Diagnóstico:	
Relatório de Atividades (informações que comprovem a capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto – dados relativos aos últimos 12 meses):	

Currículo da equipe técnica (informações curriculares sobre a equipe que atuará na execução projeto):

*Preencher o quadro abaixo para cada profissional:

Nome:

CPF:

Endereço:

FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

EXPERIENCIA PROFISSIONAL:

Assinatura do Profissional

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

* O cronograma de execução de metas permite visualizar a descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar e/ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.

Meta: indicar como meta os elementos que compõem o objeto;

Etapas/fase: indicar cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta;

Especificação: relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase;

Indicador físico: refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase;

Unidade: indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase;

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida;

Duração (início/término): refere-se ao prazo previsto para início e término da implementação de cada meta, etapa ou fase.

METAS	Etapas/fase	Especificação	Indicador físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término

4. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

* O plano de aplicação refere-se à utilização dos recursos financeiros em diversas espécies de gastos.

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada descrição;

Descrição: relacionar os elementos característicos de cada meta;

Valor unitário: registrar o valor unitário de cada descrição;

Valor total: registrar o valor total de cada descrição;

Total geral: registrar o somatório dos valores atribuídos.

Quantidade	Descrição	Valor unitário	Valor total

Total Geral			

Para maior clareza, firmo a presente.

Nome do representante

CPF:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Cidade, ____/____/2018.

À Secretaria de Cultura do Município de Treze Tílias/SC.

Comissão de Seleção

Chamamento Público nº. (...)

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

- É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos.

- não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

- fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

- entidades integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);

- instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;

- entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade;

- entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

- órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;

- entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:

- cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

- julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

- considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Para maior clareza, firmo a presente.

Nome do representante.

CPF:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Cidade, ____/____/2018.

À Secretaria de Cultura do Município de Treze Tílias/SC

Comissão de Seleção

Chamamento Público nº. (...)

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que estou ciente das exigências contidas no Chamamento Público de Chamamento Público nº. (...), da legislação de regência, especialmente no Decreto Federal n. 5.296/2004, bem como da necessária obtenção de alvarás e licenças exigidas pelos órgãos municipais e pelo Corpo de Bombeiros, e demais legislações pertinentes, quando houver.

Para maior clareza, firmo a presente

Nome do representante

CPF:

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.777.251/0001-41, com endereço na Praça Ministro Andreas Thaler, nº. 25, centro, CEP 89650-000, Treze Tílias/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAURO DRESCH, brasileiro, divorciado, inscrito no RG sob o nº. 1.074.960 – SSP/SC e no CPF/MF sob o nº. 460.440.609-00, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, S/N, centro, CEP: 89650-000, na cidade de Treze Tílias/SC, por seu Secretário, (...), doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, das Leis Orçamentárias vigentes e Da legislação municipal, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este Termo de Fomento, decorrente do Chamamento Público 05/2018, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto " _____ ", conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.

2. O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

São obrigações da administração pública:

1. Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
2. Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;
3. Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
4. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

4.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

4.1.1 descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

4.1.2 análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

4.1.3 valores efetivamente transferidos pela administração pública;

4.1.4 análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

4.1.5 análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

6. Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

7. Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

8. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

São obrigações da organização da sociedade civil:

1. informar à Secretaria de Cultura todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

2. divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

2.1. data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

2.2. nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

2.3. descrição do objeto da parceria;

2.4. valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

2.5. situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

2.6. quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

3. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

4. responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

5. prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou, no caso de a parceria exceder um ano, no final de cada exercício;

6. Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

1. O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

2. Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

3. São obrigações do Gestor:

3.1 acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.2. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3. emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

3.4. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.5. comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

4. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

4.1 retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;

4.2 assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. Este Termo de Fomento terá vigência de 01 (um) ano, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município, exercício 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1. Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

2. Os recursos financeiros serão transferidos em 12 (doze) parcelas.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

2.1. datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

3. O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- 3.1. extrato da conta bancária específica;
- 3.2. notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;
- 3.3. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 3.4. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
- 3.5. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.
4. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
5. A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
 - 5.1. relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
 - 5.2. relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
6. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:
 - 6.1. os resultados já alcançados e seus benefícios;
 - 6.2. os impactos econômicos ou sociais;
 - 6.3. o grau de satisfação do público alvo;
 - 6.4. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
7. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.
 - 7.1. O prazo referido no item 7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.
 - 7.1.1. O disposto no item 7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.
8. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:
 - 8.1. aprovação da prestação de contas;
 - 8.2. aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.
9. As prestações de contas serão avaliadas:
 - 9.1. regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - 9.2. regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
 - 9.3. irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:
 - 9.3.1. omissão no dever de prestar contas;
 - 9.3.2. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - 9.3.3. dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - 9.3.4. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
10. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

10.1. O prazo referido no item 10 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

10.2. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DEZ – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA ONZE – DOS BENS REMANESCENTES

1. Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

2. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

1. O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

2. Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

3. A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

4. É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA TREZE – DAS SANÇÕES

1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.018, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

1.1 advertência;

1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.2.

2. As sanções estabelecidas nos subitens 1.2 e 1.3 são de competência exclusiva do Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos da aplicação da penalidade.

3. As sanções previstas nesta Cláusula não excluem as dispostas na Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Cultura, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

1. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

2. Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

Treze Tílias/SC, ____ de ____ de ____

Gabriela Rugere
Secretária de Cultura e Esportes

Mauro Dresch
Prefeito

Organização da Sociedade Civil

EXTRATO DE CONTRATO N° 05/2018 FMS

Publicação N° 1650953

EXTRATO DE CONTRATO 05/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: METROMED COM DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para equipar a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I deste edital.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 11.051,00 (Onze mil e cinquenta e um reais), de acordo com o Processo de Licitação nº 11/2018/FMS, conforme Anexo I.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação será utilizado Convênio com o Ministério de Saúde, Proposta nº 03347.885000/1140-01, através da dotação orçamentária: 04.01.2100.44.90.00.00.00.00629

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 45 dias

DATA ASSINATURA: 12/06/2018

TREZE TÍLIAS, 12/06/2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 89/2017

Publicação N° 1650837

EXTRATO DE I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: NACIONAL TICKET LTDA ME OBJETO: Contratação de empresa especializada para gestão dos recursos financeiros decorrentes venda de ingressos da VI Expotílias, a ser realizada entre os dias 20 a 22 de Abril de 2018, conforme especificações constantes no Anexo I (Especificações), Anexo VI (Termo de Referência) e demais itens constantes no presente edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: PP nº 103/2017

VIGÊNCIA: O valor total ajustado para este termo aditivo é R\$ 2.898,00 (dois mil, oitocentos e noventa e oito reais).

As demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 12/06/2018

TREZE TÍLIAS, 12/06/2018

PORTARIA N° 073/2018

Publicação N° 1651824

PORTARIA N° 073/18 DE 11 DE JUNHO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Mariani Aparecida Barp	28/08/2017 a 27/08/2018	11/06/2018 a 30/06/2018	20
Agnaldo José Ramos	01/07/2016 a 30/06/2017	12/06/2018 a 01/07/2018	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE JUNHO DE 2018.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 074/2018

Publicação Nº 1651826

PORTARIA Nº 074/18 DE 12 DE JUNHO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições legais, pela presente,

RESOLVE:

Artigo 1º. Determinar abertura de processo administrativo, nos termos da Lei Federal n. 13.019/2014 e do Decreto Municipal n. 2.276/2017 para fins de estabelecer parceria entre o município e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba/SC, com repasse de recursos públicos, para consecução de serviços de educação para pessoas portadoras de necessidades especiais, na modalidade de inexigibilidade de chamamento público.

Artigo 2º. O processo administrativo será conduzido pela Comissão de Avaliação, prevista no art. 30 do Decreto Municipal n. 2.276/2017.

Artigo 3º. A comissão, com base na legislação acima especificada, emitirá parecer favorável ou não ao estabelecimento da parceria pretendida, observando, especialmente o seguinte:

I. Quais os serviços que a organização pode oferecer no âmbito municipal, relacionados às atividades de educação especial e atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais;

II. Se existe, no território do município de Treze Tílias outra organização que possa oferecer os mesmos serviços;

III. Se o histórico da organização permite concluir que esteja capacitada a prestar referidos serviços de forma eficiente;

IV. Se a organização atende ao seguinte, nos termos do que dispõe o art. 28 do Decreto Municipal n. 2.276/2017, juntando os respectivos comprovantes no processo:

- a) Lei municipal que a reconheça de Utilidade Pública;
- b) CNPJ devidamente atualizado;
- c) Comprovação de que tenha mais de um ano de existência;
- d) Inexistência de dívida ativa junto à União, Estado e Município;
- e) Inexistência de dívidas junto ao INSS;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- g) Inexistência de débitos trabalhistas.

V. Além da documentação acima, a comissão devera juntar no processo:

- a) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- b) Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- c) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com cópias de comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;
- d) Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
- e) Plano de trabalho proposto pela entidade, apresentado nos termos do anexo VI do Decreto Municipal n. 2.276/2017.

Artigo 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria 133/17 e as demais disposições em contrário.

Treze Tílias/SC, 12 de junho de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 05-2018 - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1651806

PORTARIA Nº 05/2018 de 13 de junho de 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO FEILSTRECKER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Treze Tílias, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 54 § 1º, inciso XXXIV do Regimento Interno da Câmara e artigos 125 e 135, inciso IX da Lei Complementar Municipal nº 40/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a pedido, Pecúnia Licença Prêmio nos meses de julho, agosto e setembro de 2018 à servidora abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE PECÚNIA
Ivanir Rambo Carniel	07/12/2011 a 07/12/2016	Julho 2018 Agosto 2018 Setembro 2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir de 13 de junho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Treze Tílias/SC, 13 de junho de 2018.
ADRIANO FEILSTRECKER
Presidente da Câmara

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 236/18

Publicação Nº 1651830

PORTARIA 236/18 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 223/18 DE 23 DE MAIO DE 2018, QUE NOMEIA SERVIDOR PARA EMPREGO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, com base na Lei Complementar 1773 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: O Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018 de 06 de Março de 2018, da Estratégia Saúde da Família – ESF da Secretaria da Saúde do Município;

CONSIDERANDO: o Decreto 039/18 de 08 de maio de 2018 que homologa o Processo Seletivo nº 006/2018;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- Retifica a Portaria 223/18, e nomeia a Sra. LUCIMARA VIEIRA, a exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde - ESF, ÁREA ESF 01 - MICRO ÁREA 006, com carga horária de 40h00min semanais, a partir de 23 de Maio de 2018.

Art. 2º - A nomeação de que trata o Art. 1º, aplicar-se-á a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação correlata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 23 de maio de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 145/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 103/2018

Publicação Nº 1651955

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 145/2018
Pregão Presencial nº: 103/2018
Data Emissão:12/06/2018
Forma de Julgamento: Menor Preço lote

01 – PREÂMBULO:

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço lote, sob regime de execução e entrega imediata, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h30min do dia 26 de junho de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

02 – DO OBJETO:

2.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de peças originais ou primeira linha de montagem para o conserto do ônibus placa MKW 7416, kit Câmera Retrovisor Dianteiro com Monitor e Relé para os ônibus placas MKW 7416, MICRO MHW 2540, MLK 2254, veículo Renault/ Logan EXP 16 ano 2011 placa MIH 6696, Corsa Chevrolet/Classic LS, ano 2013 placa MLL 1116 fornecimento de peças com a devida mão de obra especializada para o conserto da bomba injetora do trator Esteiras Komatsu D-5102, ano 2014, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

2.2 Somente serão aceitas peças ORIGINAIS OU PRIMEIRA LINHA DE MONTAGEM, sendo sumariamente devolvidas as que não forem.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8h30min do dia 26 de junho de 2018
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC.,13/06/2018
AQUILES BAMBERG
Prefeito Municipal em exercício.

Urubici

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PP 022/2018

Publicação N° 1651031

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público aos interessados a suspensão temporária do pregão presencial nº022/2018, destinado aquisição de materiais elétricos e ferramentas manuais, para manutenção da rede de iluminação pública municipal, conforme anexo 01 para Ata de Registro de Preço, devido aos pedidos de esclarecimentos sobre itens do anexo I do edital. Após a análise e resposta aos questionamentos, será marcada nova data para a seção pública que será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores informações podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Urubici, 12 de junho de 2018. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

DECRETO N° 2238/2018

Publicação N° 1651465

DECRETO N° 2238/2018

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Nomear membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, como segue:

a) Representantes do Conselho Municipal de Educação

Aline de Souza Morgan – Titular

Deivid Beckhauser Gaspar – Suplente

b) Representantes do Conselho Tutelar

Sandra Regiane Ribeiro Borges – Titular

Seni Aparecida Padilha - Suplente

c) Representantes dos Diretores das Escolas Públicas

Sandra Marisa Bach – Titular

Flávia Meyer Cardoso Fernandes - Suplente

d) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Any Eduarda da Silva Pakuszewski – Titular

Gabrieli Pereira da Silva – Suplente

e) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública indicados pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Mari Cristina de Pieri Nascimento – Titular

Julia do Nascimento Marafigo - Suplente

f) Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Andreia Verônica Laureci – Titular

Renata Melo Prosdócimo – Suplente

Edinar Aparecida de Souza - Titular

Esther Frischembruder – Suplente

g) Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Edina Warmling – Titular

Patrini Leilane Biz – Suplente

h) Representantes da Secretaria Municipal de Educação indicados pelo Poder Executivo Municipal

Elizete Aparecida Pereira Ribeiro – Titular
Flávia Rosana Wroblewski Vieira – Suplente

i) Representantes dos Professores da Educação Básica Pública
Rita Aparecida de Souza – Titular
Joice Aparecida Farias Santos - Suplente

j) Representantes Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas
Maria Willemann Warmling – Titular
Edna Maria Pickler Westphal – Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 1937/2016.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Junho de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

PRORROGAÇÃO DATA ENTREGA ENVELOPES REF EDITAL PL 55 2018 PMU TP 07 2018

Publicação Nº 1651112

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão de Pregão

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF PL 55/2018/PMU TP 07/2018

Publicação feita no dia 11/06/2018, página 940.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na realização e interposição de Recursos de Valor Adicionado em 1ª e 2ª instâncias administrativas, de valores que pelas operações apresentadas nas DIMES de empresas com sede no Município e fora dele, com atividades obrigadas a efetuar o rateio, especialmente as de prestação de Serviços de Transportes de Cargas, operações de compra de energia no mercado livre, valor agropecuário e outras atividades com valor a recuperar, objetivando implementar e garantir o efetivo Valor Adicionado Municipal – VAM – Movimento Econômico de direito ao município de Urussanga SC, ano base de 2017, Exercício de 2018, junto a Secretaria de Estado e Fazenda – SEF. Nova data de entrega dos envelopes: até às 09h30 do dia 03/07/2018. Nova data de abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 03/07/2018, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Centro - Setor de Licitações. O aviso edital com a referida alteração poderá ser acessado no site desta municipalidade, na página principal, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO EDITAL PL 54 2018 PMU PR 47 2018

Publicação Nº 1651088

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão de Pregão

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF PL 54/2018/PMU PR 47/2018

Publicação feita no dia 11/06/2018, página 940.

Objeto: Aquisição parcelada de insumos, em atendimento ao "Projeto de Aquisição de Insumos para Recuperação e Correção de Solo no Município de Urussanga/SC, Conv Gov Federal- MA, Pecuária e Abastecimento sob o nº 826991/2016, para o exercício do ano de 2018. Nova data de entrega dos envelopes: até às 09h30 do dia 27/06/2018. Nova data de abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 27/06/2018, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Centro - Setor de Licitações. O aviso edital com a referida alteração poderá ser acessado no site desta municipalidade, na página principal, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2018

Publicação Nº 1650998

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 04/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 28 de junho de 2018, até às 08h30min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Treinamento para implantação gradativa e posterior execução, das novas regras do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, compreendendo o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e o Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf e demais sistemas complementares, de acordo com as especificações constantes do edital. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 12 de junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 021/18

Publicação Nº 1651768

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/18
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARINES OLIVEIRA DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. CELONIR DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 07 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 022/18

Publicação Nº 1651771

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/18
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. BRUNA BATISTA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 023/18

Publicação N° 1651773

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 023/18
PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. MONICA LUIZA WEISSHEIMER LOCATELLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. ADRIANA DE BASTOS MENNA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. ELIANE ANTUNES MOREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. CLEONICE SANTOS DA ROSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. EDICLEIA VANUSA ROIESKI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. AMANDA MORAIS TRINDADE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
7. EVELINE CRISTINE RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
8. CELIA DA FONSECA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
9. ALISON LUIZ SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
10. ROSE MARY MIGUEL DE JESUS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
11. ANDRESSA CRISTINA CIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
12. ARIELE DORNELLES DA CUNHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
13. JULIO CESAR BARBOSA DE BRITO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
14. MARCIA MARQUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
15. EFERSON DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
16. NATALINA APARECIDA BERTO PIRES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
17. ESTHEFANI TRAGANCIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
18. DEBORA BENKER	PROFESSORA – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
19. TATIANE COLDEBELLA	AGENTE SOCIAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;

- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 11 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EXTRATO DO CONTRATO N. 0212/18

Publicação Nº 1650779

Extrato do Contrato n. 0212/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAINE PATRICIO
CPF: 079.710.829-75
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA GRAZIELA PERONDI RIBEIRO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2018 a 10 de julho de 2018
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.255,47 (três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0216/18

Publicação Nº 1650769

Extrato do Contrato n. 0216/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAIANE VOLPATTO DA SILVA
CPF: 052.544.399-12
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ILSE ALLEBRANDT DE OLIVEIRA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2018 a 28 de junho de 2018
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0227/18

Publicação Nº 1650780

Extrato do Contrato n. 0227/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GESIANY GLORIA GRAHL
CPF: 850.143.543-00
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA ATENDER RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA E EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 12 de maio de 2018 a 29 de junho de 2018
FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.493,36 (um mil e quatrocentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0228/18

Publicação Nº 1650768

Extrato do Contrato n. 0228/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA GILMARA STEFFEN DO NASCIMENTO

CPF: 944.499.379-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA ATENDER RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA E EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de maio de 2018 a 29 de junho de 2018

FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.493,36 (um mil e quatrocentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0229/18

Publicação Nº 1650778

Extrato do Contrato n. 0229/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL

CPF: 008.623.349-18

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA TACIANY RIBEIRO GOMES TRANSITORIAMENTE AFASTADA DE SUA FUNÇÃO EFETIVA E QUE SE ENCONTRA EM AFASTAMENTO CAUTELAR, PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 8685/2018

VIGÊNCIA: de 14 de maio de 2018 a 31 de julho de 2018

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.255,47 (três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0230/18

Publicação Nº 1650776

Extrato do Contrato n. 0230/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VALMIRA PEREIRA DE OLIVEIRA ROBERTI

CPF: 278.664.832-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CLELIA HELENA NODARI QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 21 de maio de 2018 a 11 de agosto de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0231/18

Publicação Nº 1650775

Extrato do Contrato n. 0231/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVONETE THIBES ESTREME DUARTE

CPF: 022.808.389-31

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ANDRESSA DOS SANTOS GUIMARÃES AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR I

VIGÊNCIA: de 22 de maio de 2018 a 29 de junho de 2018

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.255,47 (três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - FMS

Publicação Nº 1651231

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 05/2018 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR NOVO COMPLETO, COM INSTALAÇÃO, PARA O VEÍCULO VAN RENAULT MASTER, ANO 2014, PLACA OKH 1454 DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 13:45:00h do dia 28/06/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RE-RATIFICAÇÃO RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 01/2018- FMAS

Publicação Nº 1651474

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 – FMAS

RE-RATIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público a re-ratificação do resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA LAR MENINO JESUS, LOCALIZADA NA RUA ERNESTO LAZZAROTTO, BAIRRO VILA VERDE, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 403,05M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Restando INABILITADA a empresa P&B Comunicação Visual Ltda ME por descumprir as exigências editalícias e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Construções Herval Ltda; André Lemos Vieira & Cia Ltda ME; Reger Engenharia E Construções Ltda EPP; Abreu & Abreu Serviços Eireli – ME e Lorenzatto Construções Ltda; e HABILITADA COM RESSALVA as empresas Renato Dalmolin Dal Bosco – ME e GL Construtora E Incorporadora Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 22/06/2018, às 16:00hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 12 de Junho de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 07/2018- PMV

Publicação Nº 1651527

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE SOBRE O CÓRREGO LOCAL AFLUENTE DO RIO DAS PEDRAS, LOCALIZADO NO BAIRRO RIO DAS PEDRAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 59,50M², CONFORME PROJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO, restando HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Zanco Construtora Ltda EPP; Engemene Engenharia e Obras Eireli; Impacto Engenharia Ltda ME; Reger Engenharia e Construções Ltda EPP; GL Construtora e Incorporadora Ltda e J.O Camargo Empreitada de Mão-De-Obra Ltda ME e considera HABILITADA COM RESSALVA para a segunda fase do prélio as empresas Rinovi Construtora Eireli e Felipe Bruschi Engenharia Ltda ME. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 27/06/2018, às 09:00hrs, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 12 de Junho de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 38-2017

Publicação N° 1651347

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2017

Ao décimo segundo dia do mês de junho do ano de 2018, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 049/2017 homologada em 14/11/2017, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de merenda escolar, processado nos termos do Pregão Presencial - nº. 38/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços para o item 40, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	
00040	UN	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	TERRA VIVA	150,00	37,12	

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 12 de junho de 2018.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP
Empresa

PORTARIA N° 116/2018

Publicação N° 1651157

PORTARIAN° 116/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANGELA DOS SANTOS JOAQUIM
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 13 de junho de 2018, em substituição à servidora RAQUEL CASEMIRO, afastada por licença maternidade. O contrato encerra dia 25 de setembro de 2018, prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de junho de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE JUNHO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO ATA RP 0165/2017

Publicação Nº 1650646

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0165/2017

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: SUPERMERCADO AMADEU EIRELI ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Pães de cachorro quente de 60 gramas e Leite Integral longa vida (Tetra Park), destinados ao programa "Leite Pão Amigo" Programa da Secretaria de Assistência Social.

Fica reajustado o valor unitário do item conforme relacionado em tabela abaixo, tendo em vista a alta no valor de acordo com Requerimento da Detentora da Ata e Parecer do Comitê Gestor sob nº 257/2018:

ITEM	PRODUTO	UNI.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	Leite Integral, envasado em embalagem Longa Vida (Tetra Park), contendo rastreamento de um litro cada, com data de fabricação inferior ou igual a trinta dias e numero do lote de fabricação.	Litro	R\$ 2,69	R\$ 3,36

Xanxerê-SC, em 12 de junho de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 0005/2017

Publicação Nº 1650963

Extrato 2º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 0005/2017

Município de Xanxerê.

Colaborador: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC.

Objeto: O presente edital, do tipo Termo de Colaboração, tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil que ofereça acompanhamento técnico às Associações de Catadores de Xanxerê na área administrativa/gerencial, com o objetivo de implementar controles de gestão econômico-financeira, organizando as associações e transformando-as em um empreendimento profissional, melhorando as condições de trabalho, renda e qualidade de vida dos catadores, de acordo com as especificações constantes no Edital.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo Originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 12 de junho de 2018 vigorando até 11 de junho de 2019, conforme ofício em anexo.

Xanxerê-SC, 11 de junho de 2018. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0064/2018

Publicação Nº 1651032

Extrato de Contrato nº 0064/2018

Locatário: Município de Xanxerê.

Locador: ABREU E ABREU SERVIÇOS EIRELI ME

Objeto: Reforma e adaptação de centros de convivência dos bairros Colatto, Sufiatti e do Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, no Município de Xanxerê.

Valor Total: R\$ 449.575,00.

Prazo de vigência: 31/12/2018.

Xanxerê-SC, 08 de junho 2018. Rivaél Sander Freschi – Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 196/2018

Publicação Nº 1651204

DECRETO Nº 196, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

Determina prazos para realização de Compras Diretas, emissão de Autorizações de Fornecimento e recebimento de Notas Fiscais para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º Fica determinado que Compras Diretas e Emissões de Autorização de Fornecimento de materiais ou serviços da Administração Municipal Direta e Indireta, somente poderão ser realizadas até a data de 07/12/2018 e as notas fiscais correspondentes deverão ser encaminhadas até a data de 18/12/2018 para a Secretaria Municipal correspondente.

Art.2º Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas no ano de 2018 deverão ter as notas fiscais correspondentes emitidas e encaminhadas para o Departamento Contábil até a data de 18/12/2018 e o não encaminhamento destas sujeitará à anulação das Autorizações de Fornecimento e dos empenhos correspondentes.

Art.3º Este Decreto não se aplica a Compras Diretas e Emissões de Autorização de Fornecimento de materiais e/ou serviços de caráter urgente devidamente motivado e mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art.4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 197/2018

Publicação Nº 1651592

DECRETO Nº 197, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

Regulamenta o inciso I do art. 3º da Lei Municipal nº 1.640/2018 que Institui Programa de Apoio à Implantação da Infraestrutura de Arruamentos de Novos Loteamentos e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 101 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 1.640, de 20 de fevereiro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Requerimento" para solicitação de Apoio à Implantação da Infraestrutura de Arruamentos de Novos Loteamentos, previsto no inciso I do Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.640, de 20 de fevereiro de 2018, que Institui Programa de Apoio à Implantação da Infraestrutura de Arruamentos de Novos Loteamentos e dá outras providências, qual passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

PROGRAMA DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ARRUAMENTOS DE NOVOS LOTEAMENTOS

Lei Municipal nº 1.640, de 20 de Fevereiro de 2018 (Art. 3º)

REQUERIMENTO

1. DADOS DO(A) REQUERENTE

NOME/DENOMINAÇÃO

CPF/CNPJ	
REPRESENTANTE LEGAL/ CPF	
ENDEREÇO COMPLETO	
TELEFONE	

2. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

PREVISÃO DE HORAS	Veículo; Tipo: _____
	Máquina; Tipo: _____
	Equipamento; Tipo: _____
	TOTAL DE HORAS: _____
PRAZO DESEJADO (em dias)	_____ dias (limite de 180 dias)

3. LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO

ENDEREÇO COMPLETO	
Nº DA MATRÍCULA ORIGINÁRIA	
Nº DE LOTES	
NSº MATRÍCULAS LOTES	
ÁREA TOTAL DO LOTEAMENTO(M²)	
IDENTIFICAÇÃO DOS ARRUA- MENTOS EM QUE OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS

ASSINATURA DO REQUERENTE	

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Cópia da Matrícula atualizada do Imóvel;
 Alvará e/ou Decreto de aprovação do loteamento;
 Licença Ambiental Prévia - LAP;
 Licença Ambiental de Instalação - LAI;
 Comprovação e identificação do responsável pelas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART pela execução da infraestrutura dos arruamentos;
 Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais relativa ao Estado onde se localiza a sede do(a) interessado(a);
 Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante e do Município de Xavantina;
 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais; e
 Prova de inexistência de débitos trabalhistas inadimplidos, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5. SITUAÇÃO

DEFERIDO INDEFERIDO EM: ____/____/____

6. DESPACHO

.....
.....
.....

Com Cronograma: () Sim () Não Assinatura responsável:

LEI 1.651/2018

Publicação Nº 1651044

LEI Nº 1.651, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

Altera dispositivos da Lei nº 844, de 13 de Novembro de 2003 que institui o sobreaviso e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga seguinte LEI:

Art. 1º Acrescenta §§ 2º e 3º ao Art. 1º e altera o Anexo I da Lei nº 844, de 13 de Novembro de 2003 que institui o Sobreaviso e dá outras providências, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º

§ 1º Considera-se sobreaviso a atribuição dada ao servidor para que permaneça em seu domicílio ou em local por ele escolhido e previamente comunicado, a fim de prestar serviços, tão logo seja chamado.

§ 2º O sobreaviso estabelecido no caput do presente artigo poderá ser estendido a servidores formalmente cedidos e/ou colocados à disposição ao Município por outros Entes/Órgão Públicos da Federação, por ato próprio e específico.

§ 3º As despesas previstas no § 2º do presente artigo serão consideradas pelo Poder Executivo Municipal na apuração das despesas totais com pessoal, previstas nos Arts. 18, 19, 20 e 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

.....

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação

Xavantina/SC, em 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO I

Lei Municipal Nº 844, 13 de Novembro de 2003.

CARGO	VALOR DO SOBREAVISO EM DIA NORMAL	VALOR DO SOBREAVISO EM FERIADOS E FINAIS DE SEMANA	DURAÇÃO DO SOBREAVISO EM DIA NORMAL	DURAÇÃO DO SOBREAVISO EM FERIADOS E FINAIS DE SEMANA	MOTIVO
MOTORISTA	R\$ 40,82	R\$ 81,69	DAS 17h30min ÀS 07h45min HORAS	Das 07h45min do sábado ou do feriado às 07h45min da segunda-feira ou do dia seguinte do feriado	TRANSPORTE DE DOENTES
MÉDICO VETERINÁRIO	-	R\$ 483,30 POR DIA	-	Das 07h45min às 11h45min e das 13h às 17h	ATENDIMENTOS VETERINÁRIOS
AUXILIAR AGROPECUÁRIO	-	R\$ 135,00 POR DIA	-	Das 07h45min do sábado ou do feriado às 07h45min da segunda-feira ou do dia seguinte do feriado	ATENDIMENTOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	R\$ 165,00 POR DIA	-	Das 07h45min do sábado ou de feriado às 07h45min da segunda-feira ou do dia seguinte do feriado	INTERVIR EM PROBLEMAS SANITÁRIOS DE OCORRÊNCIA EVENTUAL

Xavantina/SC, em 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

LEI 1.652/2018

Publicação Nº 1651045

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

Altera dispositivos da Lei nº 1647, de 17 de maio de 2018 que dispõe o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, revoga Leis e dá outras providências, revoga dispositivos da Lei nº 1645/2018 e da Lei Complementar nº 20/2004 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga seguinte LEI:

Art. 1º Ficam alterados o § 5º do Art. 13, os §§ 6º e 7º do Art. 18, os Anexos III, IV e V – Tabela de Vencimento do Magistério Público Municipal, revogado o § 8º do Art. 13 e § 8º do Art. 18, todos da Lei nº 1.647, de 17 de maio de 2018, que passam a ter a seguinte redação:

.....

Art. 13.

.....

§ 5º Se a disposição prevista no § 4º do presente artigo envolver professor ACT, o não atendimento da decisão tomada representará sua reclassificação para a última colocação da lista de classificados do Processo Seletivo específico, tendo o direito a nova escolha de aulas quando chegar na sua nova ordem de classificação, sendo a vaga destinada ao candidato imediatamente seguinte da lista de classificados.

.....

§ 8º Revogado

.....

Art. 18.

.....

§ 6º Se na data base para unificação ou ampliação das cargas horárias houver maior número de profissionais habilitados a ampliar suas cargas horárias do que o número de vagas, a classificação dar-se-á mediante escolha, obedecendo-se a ordem rigorosa da classificação do concurso público.

§ 7º A ordem de escolha prevista no §6º do presente artigo iniciar-se-á pelo concurso público de maior antiguidade.

§ 8º Revogado.

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - O item "5" – Profissionais da Educação da Lei nº 1645, de 25 de abril de 2018;

II - Os Artigos 13, 14, 15, Art. 16 e seus § 1º e 2º e Item "5" – Profissionais da Educação do Anexo I da Lei Complementar nº 20, de 25 de março de 2004;

III - O item "5" Grupo 5 - Profissionais da Educação – do Anexo VIII – Especificação de Grupos de Cargos do Quadro Permanente e Comissionados - da Lei Complementar nº 20, de 25 de março de 2004.

Xavantina/SC, em 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO III			
LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018			
TABELA DE VENCIMENTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL			
PROFESSOR NÍVEL MÉDIO E/OU NÃO HABILITADO - 40 HORAS SEMANAIS			
	CATEGORIA	VALOR	

	PROFESSOR NÃO HABILITADO - QUADRO EM EXTINÇÃO									2.138,42			

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Professores, Administrador Escolar e Orientador Escolar
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Graduação
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	3.079,32	30,79	61,59	92,38	123,17	153,97	184,76	215,55	246,35	277,14	307,93	338,73	369,52
A	3.140,91	31,41	62,82	94,23	125,64	157,05	188,45	219,86	251,27	282,68	314,09	345,50	376,91
B	3.202,50	32,02	64,05	96,07	128,10	160,12	192,15	224,17	256,20	288,22	320,25	352,27	384,30
C	3.264,08	32,64	65,28	97,92	130,56	163,20	195,85	228,49	261,13	293,77	326,41	359,05	391,69
D	3.325,67	33,26	66,51	99,77	133,03	166,28	199,54	232,80	266,05	299,31	332,57	365,82	399,08
E	3.387,26	33,87	67,75	101,62	135,49	169,36	203,24	237,11	270,98	304,85	338,73	372,60	406,47
F	3.448,84	34,49	68,98	103,47	137,95	172,44	206,93	241,42	275,91	310,40	344,88	379,37	413,86
G	3.510,43	35,10	70,21	105,31	140,42	175,52	210,63	245,73	280,83	315,94	351,04	386,15	421,25
H	3.572,02	35,72	71,44	107,16	142,88	178,60	214,32	250,04	285,76	321,48	357,20	392,92	428,64
I	3.633,60	36,34	72,67	109,01	145,34	181,68	218,02	254,35	290,69	327,02	363,36	399,70	436,03
J	3.695,19	36,95	73,90	110,86	147,81	184,76	221,71	258,66	295,62	332,57	369,52	406,47	443,42
L	3.756,78	37,57	75,14	112,70	150,27	187,84	225,41	262,97	300,54	338,11	375,68	413,25	450,81
M	3.818,36	38,18	76,37	114,55	152,73	190,92	229,10	267,29	305,47	343,65	381,84	420,02	458,20

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Professores, Administrador Escolar e Orientador Escolar
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Pós Graduação: "Latu Sensu"
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	3.325,67	33,26	66,51	99,77	133,03	166,28	199,54	232,80	266,05	299,31	332,57	365,82	399,08
A	3.392,18	33,92	67,84	101,77	135,69	169,61	203,53	237,45	271,37	305,30	339,22	373,14	407,06
B	3.458,70	34,59	69,17	103,76	138,35	172,93	207,52	242,11	276,70	311,28	345,87	380,46	415,04
C	3.525,21	35,25	70,50	105,76	141,01	176,26	211,51	246,76	282,02	317,27	352,52	387,77	423,03
D	3.591,72	35,92	71,83	107,75	143,67	179,59	215,50	251,42	287,34	323,26	359,17	395,09	431,01
E	3.658,24	36,58	73,16	109,75	146,33	182,91	219,49	256,08	292,66	329,24	365,82	402,41	438,99
F	3.724,75	37,25	74,50	111,74	148,99	186,24	223,49	260,73	297,98	335,23	372,48	409,72	446,97
G	3.791,26	37,91	75,83	113,74	151,65	189,56	227,48	265,39	303,30	341,21	379,13	417,04	454,95

H	3.857,78	38,58	77,16	115,73	154,31	192,89	231,47	270,04	308,62	347,20	385,78	424,36	462,93
I	3.924,29	39,24	78,49	117,73	156,97	196,21	235,46	274,70	313,94	353,19	392,43	431,67	470,91
J	3.990,80	39,91	79,82	119,72	159,63	199,54	239,45	279,36	319,26	359,17	399,08	438,99	478,90
L	4.057,32	40,57	81,15	121,72	162,29	202,87	243,44	284,01	324,59	365,16	405,73	446,31	486,88
M	4.123,83	41,24	82,48	123,71	164,95	206,19	247,43	288,67	329,91	371,14	412,38	453,62	494,86

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Professores, Administrador Escolar e Orientador Escolar
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Pós Graduação: "Mestrado"
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	3.990,80	39,91	79,82	119,72	159,63	199,54	239,45	279,36	319,26	359,17	399,08	438,99	478,90
A	4.070,62	40,71	81,41	122,12	162,82	203,53	244,24	284,94	325,65	366,36	407,06	447,77	488,47
B	4.150,44	41,50	83,01	124,51	166,02	207,52	249,03	290,53	332,03	373,54	415,04	456,55	498,05
C	4.230,25	42,30	84,61	126,91	169,21	211,51	253,82	296,12	338,42	380,72	423,03	465,33	507,63
D	4.310,07	43,10	86,20	129,30	172,40	215,50	258,60	301,70	344,81	387,91	431,01	474,11	517,21
E	4.389,89	43,90	87,80	131,70	175,60	219,49	263,39	307,29	351,19	395,09	438,99	482,89	526,79
F	4.469,70	44,70	89,39	134,09	178,79	223,49	268,18	312,88	357,58	402,27	446,97	491,67	536,36
G	4.549,52	45,50	90,99	136,49	181,98	227,48	272,97	318,47	363,96	409,46	454,95	500,45	545,94
H	4.629,33	46,29	92,59	138,88	185,17	231,47	277,76	324,05	370,35	416,64	462,93	509,23	555,52
I	4.709,15	47,09	94,18	141,27	188,37	235,46	282,55	329,64	376,73	423,82	470,91	518,01	565,10
J	4.788,97	47,89	95,78	143,67	191,56	239,45	287,34	335,23	383,12	431,01	478,90	526,79	574,68
L	4.868,78	48,69	97,38	146,06	194,75	243,44	292,13	340,81	389,50	438,19	486,88	535,57	584,25
M	4.948,60	49,49	98,97	148,46	197,94	247,43	296,92	346,40	395,89	445,37	494,86	544,35	593,83

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Professores, Administrador Escolar e Orientador Escolar
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Pós Graduação: "Doutorado"
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	5.188,05	51,88	103,76	155,64	207,52	259,40	311,28	363,16	415,04	466,92	518,80	570,69	622,57
A	5.291,81	52,92	105,84	158,75	211,67	264,59	317,51	370,43	423,34	476,26	529,18	582,10	635,02
B	5.395,57	53,96	107,91	161,87	215,82	269,78	323,73	377,69	431,65	485,60	539,56	593,51	647,47
C	5.499,33	54,99	109,99	164,98	219,97	274,97	329,96	384,95	439,95	494,94	549,93	604,93	659,92
D	5.603,09	56,03	112,06	168,09	224,12	280,15	336,19	392,22	448,25	504,28	560,31	616,34	672,37
E	5.706,85	57,07	114,14	171,21	228,27	285,34	342,41	399,48	456,55	513,62	570,69	627,75	684,82
F	5.810,61	58,11	116,21	174,32	232,42	290,53	348,64	406,74	464,85	522,96	581,06	639,17	697,27
G	5.914,37	59,14	118,29	177,43	236,57	295,72	354,86	414,01	473,15	532,29	591,44	650,58	709,72

H	6.018,13	60,18	120,36	180,54	240,73	300,91	361,09	421,27	481,45	541,63	601,81	661,99	722,18
I	6.121,89	61,22	122,44	183,66	244,88	306,09	367,31	428,53	489,75	550,97	612,19	673,41	734,63
J	6.225,66	62,26	124,51	186,77	249,03	311,28	373,54	435,80	498,05	560,31	622,57	684,82	747,08
L	6.329,42	63,29	126,59	189,88	253,18	316,47	379,76	443,06	506,35	569,65	632,94	696,24	759,53
M	6.433,18	64,33	128,66	193,00	257,33	321,66	385,99	450,32	514,65	578,99	643,32	707,65	771,98

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
 Prefeito Municipal
 ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Psicopedagogo
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Graduação
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	3.105,44	31,05	62,11	93,16	124,22	155,27	186,33	217,38	248,44	279,49	310,54	341,60	372,65
A	3.167,03	31,67	63,34	95,01	126,68	158,35	190,02	221,69	253,36	285,03	316,70	348,37	380,04
B	3.228,61	32,29	64,57	96,86	129,14	161,43	193,72	226,00	258,29	290,58	322,86	355,15	387,43
C	3.290,20	32,90	65,80	98,71	131,61	164,51	197,41	230,31	263,22	296,12	329,02	361,92	394,82
D	3.351,79	33,52	67,04	100,55	134,07	167,59	201,11	234,63	268,14	301,66	335,18	368,70	402,21
E	3.413,37	34,13	68,27	102,40	136,53	170,67	204,80	238,94	273,07	307,20	341,34	375,47	409,60
F	3.474,96	34,75	69,50	104,25	139,00	173,75	208,50	243,25	278,00	312,75	347,50	382,25	417,00
G	3.536,55	35,37	70,73	106,10	141,46	176,83	212,19	247,56	282,92	318,29	353,65	389,02	424,39
H	3.598,13	35,98	71,96	107,94	143,93	179,91	215,89	251,87	287,85	323,83	359,81	395,79	431,78
I	3.659,72	36,60	73,19	109,79	146,39	182,99	219,58	256,18	292,78	329,37	365,97	402,57	439,17
J	3.721,30	37,21	74,43	111,64	148,85	186,07	223,28	260,49	297,70	334,92	372,13	409,34	446,56
L	3.782,89	37,83	75,66	113,49	151,32	189,14	226,97	264,80	302,63	340,46	378,29	416,12	453,95
M	3.844,48	38,44	76,89	115,33	153,78	192,22	230,67	269,11	307,56	346,00	384,45	422,89	461,34

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
 Prefeito Municipal

ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Psicopedagogo
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Pós Graduação "Latu Sensu"
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	3.353,88	33,54	67,08	100,62	134,16	167,69	201,23	234,77	268,31	301,85	335,39	368,93	402,47
A	3.420,39	34,20	68,41	102,61	136,82	171,02	205,22	239,43	273,63	307,83	342,04	376,24	410,45
B	3.486,90	34,87	69,74	104,61	139,48	174,35	209,21	244,08	278,95	313,82	348,69	383,56	418,43
C	3.553,42	35,53	71,07	106,60	142,14	177,67	213,20	248,74	284,27	319,81	355,34	390,88	426,41
D	3.619,93	36,20	72,40	108,60	144,80	181,00	217,20	253,40	289,59	325,79	361,99	398,19	434,39
E	3.686,44	36,86	73,73	110,59	147,46	184,32	221,19	258,05	294,92	331,78	368,64	405,51	442,37
F	3.752,96	37,53	75,06	112,59	150,12	187,65	225,18	262,71	300,24	337,77	375,30	412,83	450,35
G	3.819,47	38,19	76,39	114,58	152,78	190,97	229,17	267,36	305,56	343,75	381,95	420,14	458,34

H	3.885,98	38,86	77,72	116,58	155,44	194,30	233,16	272,02	310,88	349,74	388,60	427,46	466,32
I	3.952,50	39,52	79,05	118,57	158,10	197,62	237,15	276,67	316,20	355,72	395,25	434,77	474,30
J	4.019,01	40,19	80,38	120,57	160,76	200,95	241,14	281,33	321,52	361,71	401,90	442,09	482,28
L	4.085,52	40,86	81,71	122,57	163,42	204,28	245,13	285,99	326,84	367,70	408,55	449,41	490,26
M	4.152,04	41,52	83,04	124,56	166,08	207,60	249,12	290,64	332,16	373,68	415,20	456,72	498,24
Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.													

ENOIR FAZOLO
 Prefeito Municipal
 ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Psicopedagogo
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Pós Graduação "Mestrado"
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	3.689,26	36,89	73,79	110,68	147,57	184,46	221,36	258,25	295,14	332,03	368,93	405,82	442,71
A	3.769,08	37,69	75,38	113,07	150,76	188,45	226,14	263,84	301,53	339,22	376,91	414,60	452,29
B	3.848,89	38,49	76,98	115,47	153,96	192,44	230,93	269,42	307,91	346,40	384,89	423,38	461,87
C	3.928,71	39,29	78,57	117,86	157,15	196,44	235,72	275,01	314,30	353,58	392,87	432,16	471,45
D	4.008,53	40,09	80,17	120,26	160,34	200,43	240,51	280,60	320,68	360,77	400,85	440,94	481,02
E	4.088,34	40,88	81,77	122,65	163,53	204,42	245,30	286,18	327,07	367,95	408,83	449,72	490,60
F	4.168,16	41,68	83,36	125,04	166,73	208,41	250,09	291,77	333,45	375,13	416,82	458,50	500,18
G	4.247,98	42,48	84,96	127,44	169,92	212,40	254,88	297,36	339,84	382,32	424,80	467,28	509,76
H	4.327,79	43,28	86,56	129,83	173,11	216,39	259,67	302,95	346,22	389,50	432,78	476,06	519,33
I	4.407,61	44,08	88,15	132,23	176,30	220,38	264,46	308,53	352,61	396,68	440,76	484,84	528,91
J	4.487,42	44,87	89,75	134,62	179,50	224,37	269,25	314,12	358,99	403,87	448,74	493,62	538,49
L	4.567,24	45,67	91,34	137,02	182,69	228,36	274,03	319,71	365,38	411,05	456,72	502,40	548,07
M	4.647,06	46,47	92,94	139,41	185,88	232,35	278,82	325,29	371,76	418,24	464,71	511,18	557,65

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
 Prefeito Municipal
 ANEXO IV

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO:	Psicopedagogo
ÁREA DE ATUAÇÃO:	Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries iniciais -1ª à 5ª), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos
NÍVEL:	Pós Graduação "Doutorado"
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais

CLASSE	VALORES DA CLASSE	REFERÊNCIAS											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
INICIAL	4.242,65	42,43	84,85	127,28	169,71	212,13	254,56	296,99	339,41	381,84	424,27	466,69	509,12
A	4.346,41	43,46	86,93	130,39	173,86	217,32	260,78	304,25	347,71	391,18	434,64	478,11	521,57
B	4.450,17	44,50	89,00	133,51	178,01	222,51	267,01	311,51	356,01	400,52	445,02	489,52	534,02
C	4.553,93	45,54	91,08	136,62	182,16	227,70	273,24	318,78	364,31	409,85	455,39	500,93	546,47
D	4.657,70	46,58	93,15	139,73	186,31	232,88	279,46	326,04	372,62	419,19	465,77	512,35	558,92
E	4.761,46	47,61	95,23	142,84	190,46	238,07	285,69	333,30	380,92	428,53	476,15	523,76	571,37
F	4.865,22	48,65	97,30	145,96	194,61	243,26	291,91	340,57	389,22	437,87	486,52	535,17	583,83
G	4.968,98	49,69	99,38	149,07	198,76	248,45	298,14	347,83	397,52	447,21	496,90	546,59	596,28
H	5.072,74	50,73	101,45	152,18	202,91	253,64	304,36	355,09	405,82	456,55	507,27	558,00	608,73

I	5.176,50	51,77	103,53	155,30	207,06	258,83	310,59	362,36	414,12	465,89	517,65	569,42	621,18
J	5.280,26	52,80	105,61	158,41	211,21	264,01	316,82	369,62	422,42	475,22	528,03	580,83	633,63
L	5.384,02	53,84	107,68	161,52	215,36	269,20	323,04	376,88	430,72	484,56	538,40	592,24	646,08
M	5.487,78	54,88	109,76	164,63	219,51	274,39	329,27	384,14	439,02	493,90	548,78	603,66	658,53

Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal
ANEXO V

LEI Nº 1.652, DE 13 DE JUNHO DE 2018

TABELA DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº ALUNOS NA U.E.	VAGAS	FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR %	NÍVEL	VALOR EM R\$
Diretor de Escola	Até 100 alunos	1	30 % (trinta por cento) sobre o nível inicial do Professor Nível Graduação constante no Anexo IV	30,00%	FG-01	923,80
Diretor de Escola	mais de 100 à 300 alunos	2	35 % (Trinta e cinco por cento) sobre o nível inicial do Professor Nível Graduação constante no Anexo IV	35,00%	FG-02	1.077,76
Diretor de Escola	Mais de 300 alunos	1	40 % (quarenta por cento) sobre o nível inicial do Professor Nível Graduação constante no Anexo IV	40,00%	FG-03	1.231,73
Secretário de Escola	*****	2	30 % (trinta por cento) sobre o nível inicial do Professor Nível Superior constante no Anexo IV	30,00%	FG-01	923,80
Auxiliar de Direção	Mais de 300 alunos	2	35 por % (trinta e cinco por cento) sobre o nível inicial do Professor Nível Graduação constante no Anexo IV	35,00%	FG-03	1.077,76
Especialista em Assuntos Educacionais	*****	2	40 % (quarenta por cento) sobre o nível inicial do Professor Nível Graduação constante no Anexo IV	40,00%	FG-04	1.231,73
Xavantina/SC, 13 de Junho de 2018.						

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

LEI 1.653/2018

Publicação Nº 1651046

LEI Nº 1.653, DE 13 DE JUNHO DE 2018

Faz ajustes gramaticais da Lei nº 1645/2018, que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Proventos dos Agentes Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga seguinte LEI:

Art. 1º Para efeitos de ajuste gramatical, ficam alteradas as redações do § 1º do Art. 1º, §§ 1º e 2º do Art. 2º, § 1º do Art. 3º e Anexos II e IV da Lei nº 1645 de 25 de abril de 2018 que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Proventos dos Agentes Públicos Municipais e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação.

Art 1º

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento) referente a 100,00 % (cem por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC – IBGE, ocorrido a partir de 1º março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, mais 2,19% (dois vírgula dezenove por cento) de reajuste perfazendo um percentual total de 4,00 % (quatro por cento).

.....

Art. 2º

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento) referente a 100,00 % (cem por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC – IBGE, ocorrido a partir de 1º março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 mais 2,19% (dois vírgula dezenove por cento) de reajuste perfazendo um percentual total de 4,00 % (quatro por cento).

§ 2º O percentual previsto no parágrafo anterior será aplicado sobre o Anexo Único da Lei nº 1576, de 25 de abril de 2017 que dispõe sobre a revisão Geral Anual dos Vencimentos e Proventos dos Agentes Públicos Municipais e dá outras providências, cujos valores reajustados constam no Anexo I que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 3º

§ 1º O percentual de revisão anual e reajuste previsto no presente artigo é de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento) referente a 100,00

% (cem por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC - IBGE, ocorrido a partir de 1º março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

.....
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO II

(Lei nº 1645 de 25 de abril de 2018)

DETENTORES DE MANDATO ELETIVO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

(Inciso I, II e III, do art. 4º da Lei nº 1526, de 01 de julho de 2016)

		Revisão Concedida:		1,81%
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Subsídio Atual	Subsídio com a Revisão
512	8004	Prefeito Municipal	11.492,42	R\$ 11.700,43
513	6001	Secretário	5.544,75	R\$ 5.645,11
514	8002	Vice Prefeito	1.789,58	R\$ 1.821,97

Xavantina/SC, em 13 de Junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ANEXO IV

(Lei nº 1645 de 25 de abril de 2018)

SUBSÍDIOS DOS DETENTORES DE MANDATO ELETIVO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO

(Inciso IV e V, do art. 4º da Lei nº 1526, de 01 de julho de 2016)

		Revisão Concedida:		1,81%
Cargo			Subsídio Atual	Subsídio com a Revisão
Vereador			2.051,92	R\$ 2.089,06
Presidente da Câmara de Vereadores			2.872,67	R\$ 2.924,67

Xavantina/SC, em 13 de Junho de 2018

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim**PREFEITURA****DECRETO 166/2018**

Publicação N° 1651621

DECRETO N° 000166/18 de 6 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004307/17 de 15 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

10.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

10.01.16.481.1601.1.010-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

10.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

10.01.16.481.1601.1.010-4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

20.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Junho de 2018

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

DECRETO 167/2018

Publicação N° 1651638

DECRETO N° 000167/18 de 6 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004307/17 de 15 de Dezembro de 2017.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 500.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

10.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

10.01.16.481.1601.1.010-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

500.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

500.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Junho de 2018

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 022/2018 - PROFESSOR TECNICA VOCAL

Publicação Nº 1651092

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0044/2018
Pregão Presencial Nº 0022/2018

OBJETO: Contratação de empresa que forneça profissional para prestação de serviços de professor de técnica vocal e canto Coral no Município de Zortéa/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos de Habilitação deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Compras e Licitação do Município de Zortéa-SC, até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09:05 min do dia 25/06/2018. CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações, junto à Prefeitura de Zortéa, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, n. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário de Expediente: Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Telefone: (049) 3557-2018 / (049) 3557-2019.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Zortéa-SC, 13 de Junho de 2018.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 023/2018 - AQUISICAO DE COMPUTADORES

Publicação Nº 1651102

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0048/2018
Pregão Presencial Nº 0023/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de 28 computadores para uso da Secretária de Educação, Secretária de Administração e Finanças, Secretária de Infraestrutura e Secretária de Assistência Social do município de Zortéa/SC.

Conforme especificações contidas no anexo VII do edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 26/06/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, n. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3557-2019

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Zortéa-SC, 13 de Junho de 2018.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

Associações

AMAVI

PREGÃO ELETRÔNICO 002/2018

Publicação Nº 1650662

PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, da Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 09069217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representada pelo seu Presidente Sr. Cesar Luiz Cunha, Prefeito Municipal de Agronômica (SC), torna público e faz saber que, por determinação da Assembleia Geral, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – internet, torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro na Lei 10.520/2002, nas Resoluções CIS-AMAVI nº 021/2009, 040/2014, na Lei nº 8.666/1993 e no Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações firmado entre o CIS-AMAVI e o PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e demais normas aplicáveis, fará realizar Licitação do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, visando a formalização de Registro de Preços PARA a aquisição, POR MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, de medicamentos e suplementos alimentares; do acolhimento das propostas: até as 08h00min horas do dia 27 de junho de 2018; da abertura e divulgação de propostas: às 09h do dia 27 de junho de 2018; início da sessão/disputa de lances: após a análise das propostas. O Edital, em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede do Consórcio, junto à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - Amavi, sito à Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, Município de Rio do Sul/SC, ou pelos endereços eletrônicos www.amavi.org.br/cis e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2018.

Cesar Luiz Cunha
Presidente do CIS-AMAVI

AMFRI

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 13/2017.

Publicação Nº 1651674

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 13/2017.
CONTRATADA: CASTRO E BELING LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.120.545/0001-80.

Objeto: Fica por este ato prorrogada a vigência do presente contrato, iniciando-se em 01/07/2018, e findando em 31/12/2018, podendo ser novamente prorrogado mediante a necessidade e interesse das partes, por meio de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 12 de junho de 2017.

Célio José Bernardino
Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 018/2018 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO QUANTO AO REAJUSTE TARIFÁRIO A SER PRATICADO PELO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

Publicação Nº 1651783

DELIBERAÇÃO N. 18/2018

Dispõe sobre a autorização quanto ao reajuste tarifário a ser praticado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental do município de Três Barras.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS; considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei Federal n. 11.445/2007; considerando a documentação encaminhada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – SAMASA- do município de Três Barras; considerando o Parecer Técnico da Diretoria de Regulação, onde consta a Avaliação quanto aos Estudos de Revisão Tarifária referentes à Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do SAMASA de Três Barras o qual identificou a necessidade de majoração tarifária em 5,32%, considerando os demais documentos existentes no processo administrativo da ARIS, n. 079/2018 e principalmente a modicidade tarifária; vem DELIBERAR:

1. Que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – SAMASA- do município de Três Barras reajuste suas tarifas e preços públicos em 3,58%, conforme IPCA acumulado de março de 2017 a maio de 2018.
2. Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação e da divulgação aos usuários pela empresa, em jornal de veiculação no município;
3. Deve o Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – SAMASA- do município de Três Barras publicar de forma permanente em seu site as tabelas, tarifária e de preços públicos, em vigor;
4. O SAMASA deve publicar em jornal de circulação local, a nova tabela tarifária e encaminhar à ARIS para arquivamento junto ao processo administrativo de revisão tarifária;

Florianópolis, 11 de junho de 2018.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIMVI

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Publicação Nº 1651952

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIMVI

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, LUIZ ALVES, MASSARANDUBA, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando consolidar as novas alterações ocorridas no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

1.1 - O Contrato de Consórcio Público firmado em 17/12/2007 e aditado em 28/09/2012, 01/08/2014, 27/04/2015, 01/07/2016, 22/12/2016, 29/09/2017, 09/10/2017 e nesta data, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

[...]

2.5 – São objetivos do CIMVI:

[...]

II – Executar ações e outras atividades de planejamento e infraestrutura, dentre as quais, elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento, atividades e ações administrativas de planejamento, atividades e ações administrativas de infraestrutura, inclusive de usinagem asfáltica envolvendo gestão, assessoramento, produção, aplicação, transporte, remoção, sinalização viária, recomposição de pavimentos, construção de passeios, obras de arte, praças, estacionamentos e outros espaços públicos, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, serviços de macrodrenagem e gabião, enrocamentos de pedras, serviços de base e sub-base, cortes de taludes, serviços de arborização

e ajardinamento, serviços de britagem, compactação, imprimação, terraplanagem, canais extravasores, execução de medidas mitigadoras, de contenção e/ou de recuperação de danos causados por fatores anormais adversos quer sejam climáticos, atmosféricos, geológicos ou psicossociais, entre outros ligados a prestação e melhoramentos dos serviços rodoviários e de infraestrutura pública, que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI, no âmbito dos municípios consorciados. (Nova Redação)

[...]

2.5.2.1 - A prestação dos serviços de gestão ambiental pelo CIMVI, autoriza que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança de Taxa pela Prestação de Serviços Ambientais, cujo valor passará a compor receita destinada ao Consórcio e será utilizada para custeio e investimentos no serviço de gestão ambiental do Consórcio. (Dispositivo Acrescido)

2.5.2.2 - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e autuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI, sendo que o valor de eventuais multas aplicadas poderá reverter ao órgão definido em lei municipal ou integrar-se à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município. (Dispositivo Acrescido)

[...]

CLAUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

[...]

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

[...]

VII – Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA (Dispositivo Acrescido)

[...]

CLAUSULA DÉCIMA – DA DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

[...]

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado, tendo os recursos sua aplicação em conformidade com as decisões e aprovação, inclusive ad referendum, do CINDEMA. (Nova Redação)

[...]

CLAUSULA DÉCIMA-B DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CINDEMA (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.1 - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA é um órgão colegiado paritário, consultivo de assessoramento do CIMVI, normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas. (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.2 - Compete ao Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA, basicamente, além de outras atribuições estabelecidas em lei específica: (Dispositivo Acrescido)

I – formular as diretrizes para a política intermunicipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação dos municípios em relação à proteção e conservação do meio ambiente; (Dispositivo Acrescido)

II – propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental dos municípios, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente; (Dispositivo Acrescido)

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas nas Leis Orgânicas Municipais e na legislação a que se refere o inciso anterior; (Dispositivo Acrescido)

IV – opinar, previamente ou ad referendum, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município; (Dispositivo Acrescido)

V – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação; (Dispositivo Acrescido)

VI – deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras; (Dispositivo Acrescido)

VII – decidir, juntamente com a Diretoria do CIMVI, sobre a aplicação dos recursos provenientes de dotações oriundas da União, dos Estados e dos Municípios, doações e contribuições, rendimentos, arrecadação dos recursos oriundos de multas, rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta promovidos pelo Ministério Público, assim como outros legalmente constituídos; (Dispositivo Acrescido)

VIII – apresentar anualmente, proposta orçamentária à Assembleia Geral do CIMVI inerente ao seu funcionamento; (Dispositivo Acrescido)

IX – apreciar os recursos e decidir, como segunda e última instância, sobre as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente decorrentes de autos de infração; (Dispositivo Acrescido)

X - Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução; (Dispositivo Acrescido)

XI - Estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017, contendo no mínimo os seguintes requisitos: (Dispositivo Acrescido)

a) Razão social/Nome;

b) CNPJ/CPF;

c) Endereço;

d) Responsável legal;

e) Atividade principal;

f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE;

g) Área do empreendimento;

h) Localização geográfica.

XII – Editar Resoluções sobre matérias de sua competência; (Dispositivo Acrescido)

XIII - Propor a política ambiental dos municípios e fiscalizar o seu cumprimento; (Dispositivo Acrescido)

XIV - Promover a educação ambiental. (Dispositivo Acrescido)

§1º - É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do CINDEMA. (Dispositivo Acrescido)

§2º - O CIMVI garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual. (Dispositivo Acrescido)

§3º - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA não tem poder de polícia, podendo indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, não exercendo diretamente ações de fiscalização, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis. (Dispositivo Acrescido)

§4º - O cadastro de que trata o inciso XI deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações. (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.3 - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA será composto de membros em numero correspondente ao dobro do número de municípios consorciados, de forma paritária, por representantes do seguimento governamental e não governamental, devendo cada Prefeito indicar o nome de um representante governamental e apresentar à Presidência do CIMVI o nome de um representante não governamental apresentado por entidade representativas existente no âmbito do respectivo ente federado. (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.4- Com exceção dos representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de Resolução do Presidente do CIMVI e empossados pelo Conselho. (Dispositivo Acrescido)

§ 1º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, os quais substituirão os titulares em caso de impedimento ou ausência. (Dispositivo Acrescido)

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por no máximo dois períodos iguais e sucessivos. (Dispositivo Acrescido)

§ 3º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social. (Dispositivo Acrescido)

§ 4º O membro do CINDEMA que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho. (Dispositivo Acrescido)

[...]

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

[...]

13.2 – Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, não se lhes aplicando a CLT, nem sendo devido recolhimento de FGTS. (Nova Redação)

[...]

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Diretoria Executiva, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem. (Nova Redação)

[...]

13.3.4 – A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende da demonstração da viabilidade financeira e do preenchimento dos requisitos estabelecidos neste Protocolo de Intenções. (Nova Redação)

[...]

“(Dispositivos Acrescidos)

13.3.4.1 Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções.

13.3.4.1.1 - Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que:

- a) os casos excepcionais estejam previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- b) o prazo de contratação seja predeterminado, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- c) a necessidade seja temporária, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- d) o interesse público seja excepcional;
- e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

13.3.4.1.2 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística;

IV - atividades:

- a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;
- b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território dos respectivos entes federados associados, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, convênios ou consórcios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;
- d) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

V - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos, visando dar guarida ao princípio da continuidade e eficiência, quando da ausência coletiva do serviço; quantitativo de recursos humanos inferior à demanda excepcional do serviço público; paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento;

VI – tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias;

VII – supressão de mão de obra em razão de licença de agentes públicos do quadro efetivo do CIMVI, durante o respectivo período de afastamento, limitando-se a contratação aos períodos máximos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

VIII - substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença, penalidade cautelar ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

IX - vacância de empregos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público ou processo seletivo;

13.3.4.1.3 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público respectivo conforme previsto no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

13.3.4.1.4 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

13.3.4.2 - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito publicidade na forma da Lei, prescindindo de concurso público.

13.3.4.2.1- A contratação para atender às necessidades emergenciais do CIMVI, prescindirá de processo seletivo.

13.3.4.2.2- Fica estabelecido o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data de publicação das presentes alterações no Estatuto e no Protocolo de Intenções para as funções dos cargos atualmente existentes na estrutura administrativa, para que o CIMVI promova processo seletivo simplificado.

13.3.4.2.3- Para as funções decorrentes de novos cargos criados na estrutura do CIMVI, o prazo de que trata o 13.3.4.2.2 passará a fluir da data da publicação do respectivo ato de criação.

13.3.4.2.4- Enquanto fluir o prazo de que tratam os itens 13.3.4.2.2 e 13.3.4.3, as contratações temporárias ocorrerão com base no 13.3.4.2.1 dispensando-se consequentemente a realização do certame.

13.3.4.2.5- Na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo, fica autorizada até a realização de novo concurso ou processo seletivo e pelo prazo máximo estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções, a contratação de pessoal mediante o cadastro de interessados junto ao Departamento ou setor responsável pelos Recursos Humanos do CIMVI e desde que atendidos os requisitos para contratação previstos no edital do concurso ou processo seletivo correspondente.

13.3.4.2.6- As contratações somente poderão ser feitas desde que haja prévia justificação da necessidade e demonstração da viabilidade financeira.

13.3.4.3 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

13.3.4.3.1 - É admitida a prorrogação sucessiva dos contratos, por mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda dois anos.

13.3.4.3.2 - O prazo de que trata este dispositivo é contado por contratação decorrente de processo seletivo, sendo renovado no caso de nova aprovação em processo seletivo pelo contratado anteriormente

13.3.4.4 - A carga horária da contratação temporária de que trata este Estatuto e o Protocolo de Intenções poderá ser inferior à prevista para o emprego público no quadro administrativo efetivo do CIMVI.

13.3.4.4.1 - No caso de contratação para carga horária inferior, o vencimento devido será respectivamente proporcional e mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

13.3.4.4.2 - O vencimento do pessoal contratado nos termos deste Estatuto e do Protocolo de Intenções será o previsto para o respectivo emprego público e/ou o mencionado no contrato administrativo individual do trabalho temporário pactuado, observado o disposto no 13.3.4.3.

13.3.4.4.3 - É proibida a contratação, nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

13.3.4.4.4 - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, desde que haja compatibilidade de horários, as situações de cumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

13.3.4.4.5 - Aos contratados temporariamente para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público aplicar-se-á o Regime Jurídico estabelecido pelo Estatuto e Protocolo de Intenções, não lhes sendo aplicáveis a CLT, tampouco a legislação de quaisquer dos Municípios associados ao CIMVI.

13.3.4.4.6 - Ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

13.3.4.5- O pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato ou em ato normativo posterior;

II - ser novamente contratado temporariamente, com fundamento no Estatuto e Protocolo de Intenções, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese de ser aprovado em processo seletivo público e/ou concurso público.

13.3.4.5.1- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar,

13.3.4.5.2- Constituem deveres do (a) contratado (a) temporário (a):

- I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;
- II. Ser leal as instituições a que servir;
- III. Observar as normas legais e regulamentares;
- IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;
- V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:
 - a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
 - b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
 - c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.
- VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X. Ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI. Tratar com urbanidade as pessoas;
- XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;
- XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;
- XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;
- XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público
- XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);
- XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13.3.4.5.3 - Ao(à) contratado (a) temporário (a) é proibido:

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;
- II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III. Recusar fé a documentos públicos;
- IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;
- V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;
- VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;
- IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;
- X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;
- XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;
- XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIV. Proceder de forma desidiosa;
- XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;
- XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;
- XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

13.3.4.5.4- O (a) contratado (a) temporário (a) fica integralmente sujeito aos termos e condições estabelecidas pelo regime jurídico especial, previsto no Estatuto e no Protocolo de Intenções, em conformidade com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando-lhe o seguinte:

- I - percepção de diárias, nos exatos termos estabelecidos Estatuto do CIMVI e sua respectiva regulamentação;
- II - gratificação natalina, proporcional ao período anual trabalhado;
- III - remuneração do serviço extraordinário superior, em cinquenta por cento à do normal;
- IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sendo que:
 - a) as férias remuneradas serão concedidas de acordo com a escala organizada pela Chefia Imediata, podendo a escala de férias ser alterada

por autoridade superior;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze (12) meses de efetivo exercício das funções contratadas;

c) as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, serão devidas na seguinte proporção:

1. Trinta (30) dias consecutivos, quando não houver faltado injustificadamente mais de cinco (05) vezes;
2. Vinte e cinco (25) dias consecutivos quando houver tido de seis (06) a dez (10) faltas não justificadas ao serviço;
3. Vinte (20) dias consecutivos, quando houver tido de onze (11) a quinze (15) faltas não justificadas ao serviço;
4. Dez (10) dias consecutivos, quando houver tido de dezesseis (16) a vinte (20) faltas não justificadas ao serviço;
5. Cinco (05) dias consecutivos quando houver tido de vinte e uma (21) a vinte e cinco (25) faltas não justificadas ao serviço.

6. O funcionário não fará jus às férias se no período aquisitivo tiver mais de vinte e cinco (25) faltas não justificadas.

d) será facultada a conversão um terço (1/3) das férias em pecúnia desde que se mostre oportuno e conveniente à Administração do CIM-VI, haja orçamento compatível e esteja de acordo o(a) contratado (a) temporário (a), devendo manifestar seu consentimento por escrito;

e) as férias poderão ser gozadas de forma intercalada;

f) caberá ao CIMVI determinar a data de início de gozo das férias do(a) contratado (a) temporário (a);

g) as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de conveniência ou interesse público;

V - licença à gestante, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VI - licença paternidade, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - gratificação por atividade insalubre nos seguintes valores, reajustáveis pelo mesmo valor da revisão geral concedida:

a) R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais) para grau máximo;

b) R\$100,00 (cem reais) para grau médio;

c) R\$40,00 (quarenta reais) para grau mínimo.

IX - direito de Petição e regime disciplinar estabelecido pelo do Estatuto e Protocolo de Intenções;

X - a observância aos deveres e proibições estabelecidos pelo Estatuto e Protocolo de Intenções;

XI - as responsabilidades e punições mediante processo administrativo disciplinar, a ser conduzido por Comissão criada para este fim a qual poderá aplicar as penalidades abaixo, de acordo com a gravidade do ilícito e observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, podendo a Comissão suspender temporariamente o contrato em caráter preventivo até conclusão do processo administrativo disciplinar:

a) advertência escrita;

b) rescisão do contrato de trabalho temporário por demissão.

XII - ausentar-se do serviço nas seguintes hipóteses:

a) por um (01) dia:

1) ao ano para doação de sangue;

2) para se alistar como eleitor.

b) por dois (02) dias consecutivos em razão de:

1) luto, pelo falecimento de ascendente seu ou de cônjuge, de descendentes excetuados os filhos, bem como de irmão;

c) por três (03) dias consecutivos em razão de:

1) casamento;

2) pelo falecimento de cônjuge, filho, enteado ou menos sob guarda ou tutela.

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial não estão sujeitas ao regime Celetista, não fazendo jus ao FGTS;

XIV - remuneração do serviço noturno superior, em cinquenta por cento à do diurno;

XV - recebimento de gratificações, abonos, benefícios e outras vantagens expressamente previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções ou outro regramento do CIMVI que lhe possam ser deferidos.

13.3.4.6 - O contrato firmado de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;

IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;

V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa;

VI - em razão de cumprimento de termo de ajustamento de conduta;

VII - pela extinção ou conclusão do projeto, acordo, convênio ou consórcio definidos pelo contratante;

VIII - pelo retorno do titular;

13.3.4.6.1 - A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e V, será comunicada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo imediata nos demais casos, inclusive nos que porventura não estejam previstos nas hipóteses exemplificativas do presente artigo.

13.3.4.6.2 - Em caso de demissão implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado e/ou concurso público pelo período de 5 (cinco) anos, contado da data da demissão.

13.3.4.6.3 - Em qualquer caso o contratado terá direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício.

13.3.4.6.4 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

13.3.4.6.5 - A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo individual, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto no Estatuto e Protocolo de Intenções, devendo ser anotada (nas anotações gerais) na

CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários, fazendo-se menção a data e início e término da contratação, função desempenhada, vencimento, jornada de trabalho e mencionado o fundamento legal no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

13.3.4.7 - Os processos seletivos simplificados promovidos pelo CIMVI, reger-se-ão pelas normas estabelecidas no Estatuto e Protocolo de Intenções e se destinam a formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação de eventuais classificados que somente serão chamados em conformidade com as necessidades da Administração do Consórcio, observada a ordem de classificação.

13.3.4.7.1 - Os processos seletivos simplificados serão de caráter público e deverão ser desenvolvidos segundo a área definida no Edital de recrutamento, elaborado em observância das atribuições das funções a serem objeto da eventual contratação.

13.3.4.7.2 - Os processos seletivos simplificados, de caráter competitivo, destinam-se a selecionar candidatos para formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação do candidato que será eventualmente convocado de acordo com as necessidades do CIMVI, observada a ordem de classificação.

13.3.4.7.3- Os processos seletivos simplificados previstos no 13.3.4.7.1 poderão ser:

a) de provas;

b) de provas e títulos;

13.3.4.7.4 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas escritas e orais.

13.3.4.7.5 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas práticas.

13.3.4.7.6 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir testes físicos e/ou psicológicos.

13.3.4.7.7 - O CIMVI poderá contratar empresa para promoção de todas ou de algumas fases dos processos seletivos simplificados.

13.3.4.7.8 - O recrutamento e a seleção de pessoal, bem como a coordenação, o controle e a execução dos procedimentos administrativos correspondentes, ressalvadas de competência específica em Lei e/ou do contrato firmado com eventual empresa contratada, competirá ao órgão determinado pelo Presidente do CIMVI.

13.3.4.7.9 - Os processos seletivos simplificados para formação de cadastro reserva serão desenvolvidos nos termos da legislação própria dos respectivos nos quadros de pessoal observadas as exigências para o exercício das funções a serem eventualmente contratadas.

13.3.4.7.10 - O recrutamento dar-se-á obrigatoriamente com publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.11 - A Publicação do Edital poderá ocorrer na forma de minuta e/ou extrato com veiculação pelos meios de comunicação.

13.3.4.7.12 - O Edital deverá ser estruturado de forma que contenha obrigatoriamente:

I – A denominação dos postos e funções;

II – As datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como do local e horário em que as mesmas serão recebidas;

III – A descrição sintética das atribuições, a observação que se destina a formação de CADASTRO RESERVA, o regime jurídico do Estatuto e Protocolo de Intenções, a respectiva retribuição pecuniária mensal proporcional a jornada de trabalho assinalada, sendo que o CIMVI poderá efetuar contratação com jornada menor e vencimento proporcional de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, não havendo qualquer direito do candidato convocado a contratação pela carga horária prevista no edital, a qual será apresentada em caráter meramente estimativo para fins de publicação e comparação remuneratória;

IV – Os requisitos imprescindíveis para a contratação temporária e exercício das funções contratadas;

V – Os programas e os tipos de provas, com a indicação das respectivas valorizações, do caráter eliminatório, dos critérios de julgamento e da apuração dos resultados de cada uma delas;

VI – A indicação, quando for o caso dos títulos valorizáveis, os critérios de valorização dos mesmos, bem como o valor global em relação às provas, conforme dispositivos legais vigentes;

VII – A nota mínima de aprovação exigida nas provas ou nas disciplinas eliminatórias;

VIII – Quaisquer outras exigências, condições ou informações que devam ser atendidas, pelos candidatos, ou que se fizerem necessárias à boa ordenação do Processo Seletivo Simplificado em todas as suas fases;

13.3.4.7.13 - O prazo para inscrição será estipulado de acordo com a necessidade e urgência de provimento dos cargos, não podendo ser inferior a 10 (dez) dias da publicação do Edital.

13.3.4.7.14 - O prazo que se refere o 13.3.4.7.13 poderá ser prorrogado quando não se apresentarem candidatos ou, apresentando-se, seu número seja considerado irrisório.

13.3.4.7.15 - O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário específico fornecido aos candidatos, ou aos procuradores, observadas as normas do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.16 - Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência.

13.3.4.7.17 - O pedido de inscrição implicará conhecimento e aceitação de todas as disposições do Estatuto, Protocolo de Intenções e do respectivo Edital.

13.3.4.7.18 - Não haverá devolução do valor pago a título de inscrição, salvo quando for cancelada a realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo, neste caso, haver compensação do valor pago com a de outra inscrição que vier a ser instaurado no âmbito do CIMVI.

13.3.4.7.19 - A homologação ou indeferimento dos pedidos de inscrição constarão em Edital, publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum, sob forma de extrato.

13.3.4.7.20 - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras, sob pena de indeferimento.

13.3.4.7.21 - Será indeferido o pedido de inscrição pago com cheque sem provimento de fundos.

13.3.4.7.22 - O despacho indeferitório da inscrição de candidato caberá recurso na forma e prazo consignados no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.23 - A inscrição poderá ser cancelada em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, desde que verificado o não cumprimento dos requisitos no Edital ou constatada ocorrência de dolo ou fraude na sua obtenção.

13.3.4.7.24 - O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrente e não importará em devolução de quaisquer valores pagos.

13.3.4.7.25 - Será dada toda publicidade ao cancelamento da inscrição podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram o cancelamento.

13.3.4.7.26 - Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local a serem previamente divulgados mediante Edital.

13.3.4.7.27 - Somente será admitido à prestação das provas o candidato que exhibir no ato, documento de identidade ou ficha de inscrição de acordo com as determinações constantes do Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.28 - O Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá fixar outras exigências à realização da(s) prova(s), sem as quais, não

admitir-se-á que o candidato a(s) realize.

13.3.4.7.29 - Não haverá Segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado, salvo expressa previsão contida no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.30 - Durante a realização das provas, sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao concurso;

II – consultar livros ou apontamentos, bem como se utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;

III – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos específicos e especiais, devidamente acompanhado do fiscal;

IV – portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma o bom andamento do trabalho;

V – utilizar-se de aparelhos e mecanismos vedados pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.31 - Será anulada a prova que contiver sinais ou expressões que possibilitem a sua identificação.

13.3.4.7.32 - Quando a correção das provas não for realizada através de processamento eletrônico, o sigilo, quanto à identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos de desidentificação das mesmas.

13.3.4.7.33 - As provas contendo a identificação dos candidatos serão guardadas em invólucro lacrado a fim de garantir sua inviolabilidade.

13.3.4.7.34 - As notas serão divulgadas mediante Edital, devidamente publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.35 - Quando o processo seletivo for de provas e de títulos, estes deverão ser apresentados consoante as normas previstas no Edital.

13.3.4.7.36 - As provas de poderão ter caráter eliminatório e classificatório.

13.3.4.7.37 - As provas de caráter eliminatório poderão aferir os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo, conforme o grau de escolaridade e o seu conteúdo ocupacional.

13.3.4.7.38 - Os resultados das provas serão divulgados mediante Edital, a ser publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.39 - Não será conferida nota à prova, ou as provas em que o candidato tenha sido excluído do respectivo recinto de sua prestação, ou tiver a mesma anulada por quaisquer dos motivos previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções e/ou no Edital.

13.3.4.7.40 - Na atribuição de pontos ou notas a qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, poderá eventualmente ocorrer o arredondamento das mesmas a critério da Comissão Examinadora e/ou da empresa contratada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.41 - Após o julgamento das provas, quando não for através de processo eletrônico, poderá o candidato solicitar seja dada vista das suas folhas de respostas em local, prazo e horários fixados no Edital. Não fixado o prazo no Edital, este será de dois(02) dias após a publicação do resultado da prova.

13.3.4.7.42 - A nota mínima de aprovação nas provas e a média final serão estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.43 - O julgamento dos títulos que terá caráter meramente classificatório, será feito nos termos dos critérios estipulados no Edital.

13.3.4.7.44 - Serão considerados como títulos somente os cursos ou atividades desempenhadas pelo candidato, diretamente relacionadas com as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.45 - Somente serão apreciados os títulos no prazo e na forma fixados no Edital.

13.3.4.7.46 - No caso de empate entre os candidatos aprovados, a preferência para classificação se dará de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.47 - Persistindo empate, depois de aplicadas as regras do Edital de Processo Seletivo Simplificado, o desempate se fará através de sorteio público, com o chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de sua realização.

13.3.4.7.48 - No caso de desconformidade com a nota que lhe tiver sido atribuída em cada prova, específica, ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais, será facultado ao candidato formular pedido de revisão, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto, Protocolo de Intenções e no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.49 - Após a divulgação das notas das provas ou das provas de títulos, os candidatos na forma e prazo fixado no Edital de Processo Seletivo Simplificado, ingressar com o pedido de revisão, no todo ou em parte, justificadamente, versando apenas sobre o conteúdo das provas ou das provas de títulos.

13.3.4.7.50 - O pedido de revisão será conterá os seguintes elementos:

I – nome completo e o número de inscrição do candidato;

II – a indicação do concurso que esteja realizando;

III – a exposição detalhada a respeito das questões, pontos ou títulos que deseja ver revisados, bem como o total de pontos pleiteados.

13.3.4.7.51 - Não caberá pedido de revisão:

I – da prova prática, salvo se for escrita;

II – da avaliação física, psicológica ou psiquiatria, quando exigíveis;

13.3.4.7.52 - Só poderá ser proposta a alteração da nota anteriormente atribuída, se ficar comprovado erro na correção ou na aplicação do critério de julgamento das provas ou dos títulos, bem como em decorrência de erro substancial da questão.

13.3.4.7.53 - Provido de revisão, serão ultimadas as medidas necessárias tendentes à:

I – manutenção dos pontos respectivos aos candidatos que tiverem respondido às questões de acordo com as respostas originais, ou, ao candidato recorrente;

II – atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo não tendo interposto pedido de revisão, hajam respondido as questões de acordo com o que a Comissão Examinadora ou empresa contratada vier a reconhecer como certo, em função do pedido de outro candidato.

13.3.4.7.54 - O candidato que tiver interposto pedido de revisão não poderá ter diminuído a nota anteriormente obtida, salvo evidente erro de soma.

13.3.4.7.55 - Os recursos não terão efeito suspensivo.

13.3.4.7.56 - No caso de anulação da prova, deverá a mesma ser repetida, mantidos os números e os valores das questões, observando-se igual peso, devendo participar somente os candidatos que compareceram e prestaram a prova objeto da anulação.

13.3.4.7.57 - Os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado, contendo a classificação dos candidatos, serão homologadas pelo Presidente do CIMVI, mediante Edital.

13.3.4.7.58 - Os Processos Seletivos Simplificados serão desenvolvidos em todas as suas fases, sob a coordenação do Diretor Executivo do CIMVI.

13.3.4.7.59 - Ao órgão executor compete:

- I – elaborar o Edital, contendo as regras básicas que nortearão a realização do Processo Seletivo Simplificado;
- II – escolher a Comissão Examinadora;
- III – acompanhar a elaboração dos programas das provas e dos títulos;
- IV – acompanhar a aplicação e o julgamento das provas;
- V – ultimar todas as providências necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado sob sua responsabilidade;
- 13.3.4.7.60 – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.
- 13.3.4.7.61 - A Comissão Examinadora será composta de 03(três) membros.
- 13.3.4.7.62 - Dentre os três membros o Diretor Executivo do CIMVI escolherá o Presidente da Comissão Examinadora.
- 13.3.4.7.63 - Somente poderão compor a Comissão Examinadora pessoas de reconhecida idoneidade moral e que não estejam sofrendo nem tenham sido condenadas em processos administrativos disciplinares, nem a crimes contra a fé pública, a administração pública ou ato de improbidade.
- 13.3.4.7.64 - A Critério do Diretor Executivo do CIMVI poderão ser designadas várias Comissões Examinadoras.
- 13.3.4.7.65 - O desempenho de atividade junto à Comissão Examinadora será não remunerado e reconhecido como de utilidade pública.
- 13.3.4.7.66 - A critério do Diretor Executivo do CIMVI, o desempenho de atividades por agentes públicos em realização de Processo Seletivo Simplificado, durante dias sem expediente na Administração, poderá ser compensado em outra oportunidade.
- 13.3.4.7.67 - À Comissão Examinadora compete:
- I – receber os fiscais, por ocasião da realização das provas, prestando toda orientação necessária a respeito dos procedimentos a serem adotados pelos mesmos;
- II – distribuir aos fiscais as provas e as grades de resposta, ou os cartões de processamento eletrônico, em volumes devidamente lacrados, os quais deverão ser abertos na presença dos candidatos que testemunharão o fato.
- III – orientar a desidentificação das provas, a ser feita após a conclusão das mesmas, e, inclusive, convidar os candidatos acompanhar os trabalhos respectivos;
- IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.
- 13.3.4.7.68 – As competências estabelecidas no 13.3.4.7.67 poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.
- 13.3.4.7.69 - O fiscal é a pessoa investida nas atribuições relativas a execução das provas no recinto determinado, envolvendo a recepção, a distribuição do material e o controle da atitude dos candidatos durante a realização das mesmas.
- 13.3.4.7.70 - A convocação dos fiscais deverá recair, preferencialmente, sobre Servidores Públicos Municipais.
- 13.3.4.7.71 - O fiscal convocado que deixar de comparecer ao local que lhe for designado sem a devida justificativa, será suspenso dessas atividades por três fiscalizações sucessivas.
- 13.3.4.7.72 - Compete ao Fiscal:
- I – comparecer pontualmente no local de realização das provas, no mínimo, uma hora antes do horário estabelecido para o seu início;
- II – receber e entregar aos candidatos os materiais destinados à realização das provas;
- III – transmitir aos candidatos as orientações recebidas, as quais deverão ser observadas durante a realização das provas;
- IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.
- 13.3.4.7.73 – O Fiscal terá como incumbência controlar a movimentação dos candidatos, antes, durante e após a realização das provas, estabelecendo um elo de ligação entre os candidatos e coordenação do Processo Seletivo Simplificado, bem como executar outras tarefas a que lhe forem determinadas.
- 13.3.4.7.74 - As pessoas portadoras de deficiência física submeter-se-ão à Processo Seletivo Simplificado para funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, segundo os critérios estabelecidos em Lei observados às normas constantes do Estatuto e Protocolo de Intenções.
- 13.3.4.7.75 - A divulgação total ou parcial do conteúdo dos Editais, ou de outros atos necessários ao adequado andamento dos Processos Seletivos Simplificados, será publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.
- 13.3.4.7.76 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CIMVI ou pela autoridade competente, mediante proposição fundamentada.
- 13.3.4.7.77 - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis, por igual período, a critério do Presidente do CIMVI.

13.3.4.8 - É vedada a cessão de agentes públicos que tenham sido contratados em caráter temporário.

[...]

13.3.7 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

13.3.7.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – Diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

13.3.7.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 06 (seis) horas

diárias e 30 (trinta) horas semanais.

IV – 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

13.3.7.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

13.3.7.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

[...]

13.5 - REVOGADO

13.5.1 - REVOGADO

13.6 - REVOGADO

13.6.1 - REVOGADO

13.6.2 - REVOGADO

13.6.3 - REVOGADO

13.7.2 – [...]

III - Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção. (Dispositivo Acrescido)

13.7.2.1 - As diárias serão regulamentadas por Resolução do Presidente do CIMVI que determinará os objetivos do deslocamento nomeando o agente público que estará a serviço do CIMVI e fixando o valor do benefício por dia de afastamento. (Dispositivo Acrescido)

13.7.2.2 - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituir-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo. (Dispositivo Acrescido)

13.7.2.3 - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64 e suas alterações. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função comissionada pelo desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, V da Constituição da República, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público. A função comissionada somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente. (Nova redação)

13.7.5.3 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, gratificação pelo desempenho de atribuições excedentes as definidas para o cargo de origem, sendo devido, independente do exercício conjunto de mais de uma das atribuições especiais que lhe forem deferidas, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, vantagem no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 50% (cinquenta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de três anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo. (Nova redação)

[...]

13.7.6.1[...]

II – ter completado 03 (três) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes. (Nova redação)”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas do contrato original, com as alterações de que tratam o Primeiro Termo Aditivo, firmado em 28 de Setembro de 2012, o Segundo Termo Aditivo, firmado em 01 de Agosto de 2014, o Terceiro Termo Aditivo, firmado em 27 de Abril de 2015, o Quarto Termo Aditivo, firmado em 01 de Julho de 2016, Quinto Termo Aditivo, firmado em 22 de dezembro de 2016, Sexto Termo Aditivo, firmado em 29 de setembro de 2017, Sétimo Termo Aditivo, firmado em 09 de outubro de 2017 e este Termo, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI os representantes das partes

contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos de Lei.

Timbó - SC, em 12 de Junho de 2018.

Simoni Mercia Mesch Nones Prefeita de Doutor Pedrinho	José Gerson Gonçalves Prefeito de Apiúna
Lairton Antônio Possamai Prefeito de Ascurra	Jean Michel Grundmann Prefeito de Benedito Novo
José Luiz Colombi Prefeito de Botuverá	Kleber Edson Wan-dall Prefeito de Gaspar
Matias Kohler Prefeito de Guabiruba	André Luiz Moser Prefeito de Indaial
Ércio Kriek Prefeito de Pomerode	Marildo Domingos Felippi Prefeito de Rio dos Cedros
Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio	Jorge Augusto Krüger Prefeito de Timbó
Marcos Pedro Veber Prefeito de Luiz Alves	Armino Sésar Tassi Prefeito de Massaranduba

Testemunhas:

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo	Fernando Tomaselli
OAB/SC 17.721	CPF nº 016.637.969-71
Advogado CIMVI	Diretor Executivo do CIMVI

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 01/2018 - CONTRATO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1651908

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento de contrato administrativo de serviço público temporário, celebrado com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Roberto Weiss, CONTRATA TEMPORARIAMENTE o (a) Sr.(a.) MARINA DOS SANTOS HOFFMANN, brasileira, casada, Engenheira Ambiental, residente e domiciliada na Avenida Castelo Branco, 186, apto 304, Centro, na cidade de Indaial/SC, CEP: 89.081-051, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nas seguintes condições:

1. Por força deste contrato, regido inteiramente pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e na Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018, em especial na necessidade temporária de excepcional interesse público capitulada no artigo 2º, incisos V e IX desta última Resolução c/c artigo 46-A, §2º, V e IX c/c artigo 46-B, §1º, §2º, §3º, §4º e §5º todos do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, é promovida a CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a).
2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de FISCAL AMBIENTAL.
3. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) obriga-se a prestar os serviços decorrentes das funções do emprego público antes referido e outros, correlatos, que vierem a ser objeto de instruções ou ordens de serviço, dentro da natureza deste contrato.
4. A jornada de trabalho semanal do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) será de 40 (QUARENTA) horas SEMANAIS.
5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.263,59 (três mil e duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.
6. O pagamento da remuneração prevista na cláusula anterior dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, e será efetuado na seguinte conta bancária informada pelo(a) O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), respondendo este pela higidez dos dados apresentados:

Banco Itaú
Agência: 1236

Conta Corrente: 03146-2

TITULARIDADE DO(A) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a)

7. É da responsabilidade do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) informar quaisquer alterações de seus dados pessoais, inclusive bancários, perante o CIMVI, no endereço que consta do prólogo do presente Contrato Administrativo Individual.

8. O presente contrato temporário é firmado pelo prazo de 12(DOZE) meses, tendo seu início em 13/06/2018 e término em 12/06/2019.

9. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem conhecimento de todas as obrigações legais, bem como aptidão técnica e profissional para o desempenho das funções contratadas, respondendo pelo pagamento de todos os encargos com eventual registro profissional perante órgão de classe, que, caso necessário ao desempenho das atribuições, deverá ser mantido durante toda a vigência da presente contratação.

10. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem pleno conhecimento do teor da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 bem como do Estatuto do Consórcio e demais atos normativos da associação pública, os quais encontram-se publicados no site eletrônico do CIMVI podendo ser consultado em <http://cimvi.sc.gov.br/>.

11. O presente contrato administrativo individual de trabalho temporário considerar-se-á extinto este contrato, desobrigando-se a Contratante do pagamento de qualquer indenização ou verba rescisória, bem como nas hipóteses previstas no artigo 46-F do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

12. Constituem deveres do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a):

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;

II. Ser leal as instituições a que servir;

III. Observar as normas legais e regulamentares;

IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão das funções exercidas;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13. Ao(à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se das funções para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar

com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

14. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente pactuação nem representa nem caracteriza exercício cumulativo de cargos, empregos e funções públicas proibido pelas normas vigentes.

15. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente contratação não implica em nepotismo, não guardando qualquer relação de parentesco com agentes políticos do CIMVI e municípios associados.

16. Se durante a vigência do presente contrato o servidor temporário der justo motivo para a sua rescisão, será despedido sem direito a indenização, justificadamente, após oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018.

18. Na vigência deste contrato, o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) fica submetido ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes.

19. Não existe nem se constitui qualquer vinculação trabalhista ou funcional estatutária, pela assinatura deste contrato entre o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) e a Contratante. A Contratante, ao encerramento do presente contrato, expedirá Certidão de Tempo de Serviço, contendo o período integral do serviço prestado, em nome do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), para os fins de direito.

20. Este contrato será pago por dotações orçamentárias próprias da Contratante, consignadas em seu orçamento.

21. Questões omissas na legislação serão resolvidas entre as partes, na forma das fontes subsidiárias de direito.

22. As partes elegem o foro da Comarca de Timbó para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23. Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito administrativo vigente.

E, por estarem em perfeito e mútuo entendimento, firmam este contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas.

Timbó, 12 de Junho de 2018.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Paulo Roberto Weiss

(Contratante)

MARINA DOS SANTOS HOFFMANN

(Contratada)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli Nome: Sandra Regina Batista

CPF: 016.637.969-71 CPF: 595.701.059-68

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 01/2018 - JUSTIFICATIVA PRÉVIA

Publicação Nº 1651907

JUSTIFICATIVA PRÉVIA DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPRIR NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONSIDERANDO o âmbito de atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI;

CONSIDERANDO que por decisão dos municípios consorciados o CIMVI passou a prestar serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que parte significativa dos municípios associados aderiu aos serviços de gestão ambiental prestados pelo CIMVI;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de equipe mínima em conformidade com o que dispõe a Resolução CONSEMA nº 117/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de ativação dos serviços de fiscalização ambiental, garantindo-se a plena eficácia dos serviços prestados pelo CIMVI bem com a atuação segura na proteção ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos os municípios associados adaptaram suas legislações e em regulamentação as Políticas Municipais do Meio Ambiente regiram processo administrativo idêntico no que diz respeito aos serviços de fiscalização ambiental, objetivando a ação conjunta do CIMVI, através de seu Departamento Ambiental;

CONSIDERANDO a inexistência de aprovados em concurso público ou processo seletivo para exercício das atribuições do cargo de Fiscal Ambiental;

CONSIDERANDO os pedidos oriundos dos órgãos ambientais das municipalidades para que seja outorgado assessoria técnica aos serviços de fiscalização ambiental;

CONSIDERANDO a urgência na execução das funções que foram acometidas ao cargo de Fiscal Ambiental, diante do contexto acima apresentado;

CONSIDERANDO a existência de condições financeiras e orçamentárias para contratação, quer em razão das receitas existentes, quer pelo rateio de despesas celebrado com os municípios, que pelo fluxo dos valores arrecadados pelo Departamento Ambiental;

É expedida a presente justificativa, nos termos do que exige o item 13.3.4.2.6 do Protocolo de Intenções do CIMVI e o artigo 46-B, §6º do Estatuto do CIMVI, autorizando-se a contratação imediata, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e na Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018, AUTORIZANDO-SE a contratação de profissional habilitado para exercício de TODAS AS FUNÇÕES INERENTES AO EMPREGO DE FISCAL AMBIENTAL.

PROMOVA-SE a contratação nos termos desta justificativa, com remuneração equivalente a do emprego público anteriormente citado, para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Após, expeça-se resolução homologando a contratação para os devidos fins.

Desde já autorizo a prorrogação do contrato individual de trabalho caso persistam os motivos expostos nos considerandos acima consignados, até o período máximo autorizado pelo Regime Jurídico Especial previsto no Estatuto e Protocolo de Intenções do CIMVI.

Timbó, 12 de Junho de 2018.

Paulo Roberto Weiss

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale Do Itajaí
CIMVI

ESTATUTO DO CIMVI - VERSÃO CONSOLIDADA 2018

Publicação Nº 1650821

ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

VERSÃO CONSOLIDADA 2018

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O Consórcio Público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

§ 1º - O Consórcio adquiriu personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento, com a publicação e vigência das leis editadas pelos Entes consorciados para ratificação do Protocolo de Intenções, identificadas nos incisos do art. 7º deste Estatuto.

§ 2º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, de forma que o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI o sucederá de pleno direito, na forma do Protocolo de Intenções, das Leis que o ratificaram, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto.

§ 3º - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

Art. 2º - O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

Parágrafo Único – (revogado)

Art. 2º-A - Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

Art. 2º-B - O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

Art. 2º-C - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

Art. 2º-D - São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;

b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;

c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;

d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;

e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II – Executar ações e outras atividades de planejamento e infraestrutura, dentre as quais, elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento, atividades e ações administrativas de planejamento, atividades e ações administrativas de infraestrutura, inclusive de usinagem asfáltica envolvendo gestão, assessoramento, produção, aplicação, transporte, remoção, sinalização viária, recomposição de pavimentos, construção de passeios, obras de arte, praças, estacionamentos e outros espaços públicos, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, serviços de macrodrenagem e gabião, enrocamentos de pedras, serviços de base e sub-base, cortes de taludes, serviços de arborização e ajardinamento, serviços de britagem, compactação, imprimação, terraplanagem, canais extravasores, execução de medidas mitigadoras, de contenção e/ou de recuperação de danos causados por fatores anormais adversos quer sejam climáticos, atmosféricos, geológicos ou psicossociais, entre outros ligados a prestação e melhoramentos dos serviços rodoviários e de infraestrutura pública, que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI, no âmbito dos municípios consorciados.

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;

b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;

c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;

d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;

b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolver atividades de educação ambiental;

e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação

de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

§ 1º - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

§ 2º - O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

§3º - A prestação dos serviços de gestão ambiental pelo CIMVI, autoriza que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança de Taxa pela Prestação de Serviços Ambientais, cujo valor passará a compor receita destinada ao Consórcio e será utilizada para custeio e investimentos no serviço de gestão ambiental do Consórcio.

§4º - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e autuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI, sendo que o valor de eventuais multas aplicadas poderá reverter ao órgão definido em lei municipal ou integrar-se à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município.

Art. 3º - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

§ 1º – Para o Município se consorciar apenas em relação a parcela das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio, a sua lei de ratificação do Protocolo de Intenções deve constar expressamente tal limitação ou ressalva.

§ 2º – Após a ratificação do Protocolo de Intenções, não será admitida nenhuma limitação posterior a qualquer uma das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público.

Art. 4º - Mediante aprovação da Assembléia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio Público poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

CAPÍTULO III DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 5º - O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI vigorará por prazo indeterminado.

Art. 6º - O Consórcio terá sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, CEP. 89120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

§ 1º – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º - A Assembléia Geral do Consórcio Público, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CAPÍTULO IV

DOS ENTES SUBSCRITORES E INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 7º - São subscritores do Protocolo de Intenções, ratificado por Lei, e do Contrato de Consórcio Público, e integrante do Consórcio Público, os seguintes Entes Federados:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 88, de 06/09/2007, nº 123, de 16/04/2012, e nº 143, de 22/09/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 71, de 17/10/2007, nº 129, de 21/05/2012, e nº 153, de 18/09/2014;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 56, de 26/09/2007, nº 93, de 04/04/2012, e nº 111, de 14/08/2014;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 64, de 27/09/2007, nº 106, de 27/03/2012, e nº 123, de 21/08/2014;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Municipais nº 3.625, de 19/10/2007, nº 4.624, de 24/04/2012, e nº 5.006, de 01/07/2014;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 139, de 26/09/2007, nº 234, de 06/04/2012, e nº 265, de 30/07/2014;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 133, de 04/09/2007, nº 213, de 27/03/2012, e nº 250, de 09/07/2014;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 14, de 11/09/2007, nº 36, de 17/04/2012, e nº 51, de 24/02/2015;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 340, de 07/12/2007, nº 418, de 13/07/2012, e nº 451, de 12/09/2014;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 11, de 01.04.2013, e nº 17, de 05/12/2014;

XI – MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.145, de 14.10.2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17.07.2013, e nº 59, de 15/04/2015;

XII – MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 1.393, de 12.06.2013, e nº 1.486, de 27/11/2014;

XIII - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, nº 2765, na cidade de Massaranduba, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 94, de 12/09/2017;

XIV - MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Municipal nº 1693/2017, de 06/10/2017.

Parágrafo único – Os Entes consorciados serão representados nos atos do Consórcio Público pela autoridade que estiver no exercício das funções de Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no § 1º do art. 17 deste Estatuto.

Art. 8º - Considerar-se-ão subscritores do Protocolo de Intenções e admitidos no Contrato de Consórcio Público todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo anterior, observada, no que couber, a regra do artigo subsequente.

Art. 9º - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto de Consórcio Público, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º - Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará a:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público;

IV - efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º - O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao Consórcio Público, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no Consórcio Público se dará com assinatura de:

I – adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II – aditivo ao Contrato de Consórcio, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III – adendo ao artigo 7º do Estatuto do Consórcio Público, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

Art. 10 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o Consórcio Público.

Parágrafo Único – Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do Município a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPÍTULO V DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio Público poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

Parágrafo Único – Quando a atuação do Consórcio Público importar em atos e ações afetos a própria autonomia dos demais Entes, ela será precedida da formalização de convênio para delegação de competência.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;

IV – compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Único - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato do Consórcio Público e neste Estatuto.

Art. 14 - Constituem deveres sociais dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no “Contrato de Rateio”;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, e em especial ao que determinam o “Contrato de Programa” e o “Contrato de Rateio”;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades e a efetividade dos atos, ações e metas do Consórcio Público;

IV – atuar pelo fortalecimento do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados, conveniados e/ou colaboradores;

V – participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do Consórcio Público.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 15 - O Consórcio Público será organizado por este Estatuto e pelas Resoluções que o regulamentam cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio.

Art. 16 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II – (revogado);

III - Diretoria;

IV – (revogado);

V – (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

VII – Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA.

§ 1º – A Assembleia Geral poderá autorizar a formação de grupos, conselhos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

§ 2º - (revogado);

§ 3º – Será instituída por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

§ 4º – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VIII Da Assembléia Geral

Art. 17 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar expressamente competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral, ou seja, para preservação da autonomia dos Entes consorciados não será admitida a representação de um Município por servidor, dirigente ou Chefe de Poder de outro Município.

§ 3º - Acaso o Chefe do Poder Executivo se faça representar por outro servidor municipal ou dirigente de algum Órgão ou Unidade Administrativa do Município, este não terá direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 18 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas pela Diretoria, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alterações estatutárias.

§ 1º - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do CIMVI, aquelas com antecedência mínima de cinco (05) dias e estas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta ao Chefe do Poder Executivo de cada Município consorciado e publicação de Edital no site mantido na internet.

§ 2º - (revogado);

§ 3º - Em casos excepcionais, devidamente justificados no ato de convocação, as assembleias gerais extraordinárias poderão ser convocadas sem a antecedência mínima estabelecida no § 1º, observadas as demais condições.

Art. 19 - Cada consorciado, devidamente representado na forma deste Estatuto, terá direito a um voto na Assembléia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio Público ou a Ente consorciado.

§ 2º - (revogado).

Art. 20 - Para instalação da Assembléia e validade de suas deliberações será necessária a presença de mais de cinquenta por cento da representação dos consorciados.

§ 1º - Acaso a Assembléia se inicie sem o quorum mínimo estabelecido, ela não terá validade e as eventuais deliberações adotadas não terão nenhuma eficácia.

§ 2º - Verificado a inexistência de quorum legal, o Presidente do Consórcio poderá retardar o início da Assembléia por até uma hora.

§ 3º - Instalado validamente a Assembléia somente se admitirão deliberações se mantido o quorum mínimo necessário.

§ 4º - A aprovação das matérias postas à deliberação da Assembléia Geral depende do voto favorável da maioria simples dos representantes dos Municípios consorciados, presentes e em condições de votar, exceto para as decisões que exijam quorum qualificado.

§ 5º - O quorum qualificado corresponderá ao voto favorável de dois terços (2/3) dos representantes dos Entes Consorciados, sendo que, neste caso, o Presidente votará pela representação do Ente que lhe corresponda, em igualdade de condições aos representantes dos demais.

§ 6º - Se exigirá quorum qualificado para deliberação a respeito das matérias de que trata os incisos I, II, III e VI e § 1º do artigo 21 deste Estatuto, podendo, por deliberação da maioria dos representantes dos Municípios reunidos em Assembléia Geral, ser estendido tal exigência para outras matérias de interesse do Consórcio Público.

Art. 21 - Compete à Assembléia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III - elaborar o Estatuto do Consórcio Público e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio Público e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio Público pelos consorciados, particulares ou pelos usuários;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII – (revogado);

VIII – aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio Público;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

X – aprovar a celebração de convênios e/ou Contratos de Programa;

XI – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio Público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presente pelo menos dois terços (2/3) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas por deliberação da Assembléia Geral.

Art. 22 – Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

§ 1º - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item “assuntos gerais”, poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o “caput” deste artigo.

§ 2º - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléias Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação que qualquer outros item de pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura por dois terços (2/3) dos votos dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º - Aprovada moção de censura apresentada em face do Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio Público para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

§ 8º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

Art. 23 – A alteração deste Estatuto, mediante proposição justificada de iniciativa da Diretoria, depende de deliberação favorável, aprovada pela maioria dos representantes dos Municípios consorciados, reunidos em Assembléia Geral.

§ 1º - Para alteração deste Estatuto será convocada Assembléia Geral Extraordinária, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

§ 2º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto básico do projeto de Alteração do Estatuto, proposto pela Assessoria Jurídica do Consórcio Público, que norteará os trabalhos da Comissão Especial;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao Projeto de Alteração do Estatuto.

§ 3º - A Comissão Especial de que trata o § 2º deste artigo, proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até o prazo estabelecido.

§ 4º - Findo o prazo de que trata o inciso II do § 2º deste artigo, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Estatuto a ser apresentado na Assembléia Geral.

§ 5º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final de alteração do Estatuto, se obtiverem a

aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

§ 6º - Apresentado o projeto de alteração do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CIMVI convocará Assembléia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 7º - Na reunião da Assembléia será apresentado o projeto de alteração do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 8º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 9º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de trinta dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 10 - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 11 - Apresentado o parecer de que trata o § 10 deste artigo, o Presidente do CIMVI convocará Assembléia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembléia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quorum qualificado de que trata o § 8º deste artigo;

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais;

III - As Emendas admitidas como destaques serão postas à deliberação após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 12 - Aprovado o Projeto de alteração do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para assinatura e publicação.

§ 13 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 14 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

§ 15 - As alterações ao Estatuto do Consórcio Público entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 24 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Entes Federativos representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por dois terços (2/3) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores - internet.

Parágrafo Único - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CAPÍTULO IX DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

Art. 26 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, no mês de dezembro de cada ano, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado, ou seja, de Prefeito titular.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. Havendo apenas um candidato para cada função, a eleição poderá se dar por aclamação, mediante deliberação da Assembléia Geral.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos dois terços (2/3) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos dois terços (2/3) dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição na mesma Assembléia Geral, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até trinta (30) dias, caso necessário, prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

§ 5º - Na ocorrência de prorrogação pro tempore do mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício, o mandato do novo Presidente e Vice-Presidente se iniciará um dia após a eleição, se estendendo até o final do exercício.

§ 6º - Os novos Presidente e Vice-Presidente eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do Consórcio Público para fins de transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo ao Diretor Executivo zelar pelo atendimento desta disposição.

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

§ 1º - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

§ 3º - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada neste Estatuto e no regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral.

§ 4º - Caso ocorra apenas à confirmação na função, ou seja, a manutenção do então ocupante do emprego de Diretor Executivo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade.

Art. 28 - Sem prejuízo de outras competências estabelecidas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, incumbe ao Presidente:

I – representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as Assembléias Gerais;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Contrato ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, exercendo todas as competências daquele, mediante ratificação da Assembléia Geral, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 1º - O substituto ou sucessor do Prefeito na direção do Município consorciado o substituirá automaticamente na Presidência ou Vice-Presidência do Consórcio Público, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 2º - O término de mandato político junto ao Ente consorciado não será impedimento para candidatura e eleição de representante de Ente Consorciado, caso em que se aplicará o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido automaticamente por quem preencha

essa condição, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 4º - No caso de renúncia conjunta do mandato de Presidente e de Vice-Presidente, o exercício interino da função de Presidente caberá ao Chefe do Poder Executivo de maior idade, dentre todos os demais representantes dos Entes consorciados, ao qual compete convocar novas eleições, para término do mandato objeto de renúncia, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

Art. 30 – O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, excetuadas as demais situações excepcionais previstas neste Estatuto, permitido a reeleição para um único mandato subsequente.

§ 1º - O Presidente eleito assinará termo de posse na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do Ente consorciado representado. O Vice-Presidente adotará igual procedimento, na hipótese de assunção das funções de Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente eleito será empossado na mesma data e local da posse do Presidente.

§ 3º - O Vice-Presidente poderá se candidatar para a função de Presidente sem a desincompatibilização da função ocupada, desde que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses.

CAPÍTULO X DA DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

Art. 31 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Diretor Executivo.

§ 1º - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público.

§ 2º - O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente Federado ou de Município consorciado.

§ 3º - O ocupante do emprego de Diretor Executivo será nomeado por resolução do Presidente do Consórcio Público, observadas as disposições deste Estatuto, devendo tomar posse e entrar em exercício na forma do regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público.

Art. 32 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

Art. 33 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléias Geral.

§ 1º – (revogado);

§ 2º - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

Art. 34 – Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete à Diretoria:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II – autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgente;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

Art. 35 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

CAPÍTULO X-A DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – FIMAMVI

Art. 35-A - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

Art. 35-B - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Art. 35-C - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado, tendo os recursos sua aplicação em conformidade com as decisões e aprovação, inclusive ad referendum, do CINDEMA.

Parágrafo Único - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

Art. 35-D - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

Art. 35-E - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, fazem parte do patrimônio do CIMVI.

Art. 35-F - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 35-G - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

CAPÍTULO X-B

DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CINDEMA

Art. 35-H - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA é um órgão colegiado paritário, consultivo de assessoramento do CIMVI, normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas.

Art. 35-I - Compete ao Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA, basicamente, além de outras atribuições estabelecidas em lei específica:

I – formular as diretrizes para a política intermunicipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação dos municípios em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II – propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental dos municípios, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas nas Leis Orgânicas Municipais e na legislação a que se refere o inciso anterior;

IV – opinar, previamente ou ad referendum, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;

V – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

VI – deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

VII – decidir, juntamente com a Diretoria do CIMVI, sobre a aplicação dos recursos provenientes de dotações oriundas da União, dos Estados e dos Municípios, doações e contribuições, rendimentos, arrecadação dos recursos oriundos de multas, rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta promovidos pelo Ministério Público, assim como outros legalmente constituídos;

VIII – apresentar anualmente, proposta orçamentária à Assembleia Geral do CIMVI inerente ao seu funcionamento;

IX – apreciar os recursos e decidir, como segunda e última instância, sobre as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente decorrentes de autos de infração;

X - Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução;

XI - Estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017, contendo no mínimo os seguintes requisitos:

- a) Razão social/Nome;
- b) CNPJ/CPF;
- c) Endereço;
- d) Responsável legal;
- e) Atividade principal;
- f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE;
- g) Área do empreendimento;
- h) Localização geográfica.

XII – Editar Resoluções sobre matérias de sua competência;

XIII - Propor a política ambiental dos municípios e fiscalizar o seu cumprimento;

XIV - Promover a educação ambiental.

§1º - É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do CINDEMA.

§2º - O CIMVI garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual.

§3º - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA não tem poder de polícia, podendo indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, não exercendo diretamente ações de fiscalização, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

§4º - O cadastro de que trata o inciso XI deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações.

Art.35-J - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA será composto de membros em número correspondente ao dobro do número de municípios consorciados, de forma paritária, por representantes do seguimento governamental e não governamental, devendo cada Prefeito indicar o nome de um representante governamental e apresentar à Presidência do CIMVI o nome de um representante não governamental apresentado por entidade representativas existente no âmbito do respectivo ente federado.

Art.35-K - Com exceção dos representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de Resolução do Presidente do CIMVI e empossados pelo Conselho.

§ 1º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, os quais substituirão os titulares em caso de impedimento ou ausência.

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por no máximo dois períodos iguais e sucessivos.

§ 3º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

§ 4º O membro do CINDEMA que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho.

CAPÍTULO XI (Revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 37 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

§ 4º - (revogado).

§ 5º - (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

CAPÍTULO XII (Revogado)

Art. 40 – (revogado)

§ 1º - (revogado)

§ 2º - (revogado)

§ 3º - (revogado)

§ 4º - (revogado)

§ 5º - (revogado)

§ 6º - (revogado)

§ 7º - (revogado)

Art. 41 - (revogado)

Art. 42 - (revogado)

Parágrafo Único - (revogado)

Art. 43 - (revogado)

Parágrafo Único - (revogado)

CAPÍTULO XIII DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Artigos 50 e 51 deste Estatuto, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, observando-se o disposto no § 1º do artigo 31 deste Estatuto.

§ 3º - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no § 2º do artigo 31 deste Estatuto, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

Art. 45 - Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, não se lhes aplicando a CLT, nem sendo devido recolhimento de FGTS.

§ 1º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio e neste Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

§ 2º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observadas as demais formalidades legais.

§ 3º - Os empregados não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 4º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no § 1º do artigo 21 deste Estatuto.

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Diretoria Executiva, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

§ 8º - (revogado)

§ 9º - (revogado)

Art. 46 - O quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 50 e 51 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de Consórcio e com este Estatuto.

§ 1º - Os empregos permanentes do Consórcio Público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público.

§ 2º - Os empregos previstos no artigo 50 deste Estatuto serão de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - (revogado)

§ 4º - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos artigos 50 a 52 deste Estatuto, observadas as condições de desenvolvimento funcional estabelecidas no artigo 52-E para os empregos permanentes.

§ 5º - Após deliberação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 5º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 5º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 5º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

§ 6º - (revogado)

§ 6º-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 7º - O aumento do número de vagas, o reenquadramento salarial ou a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembléia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do presente Estatuto, de autorização legislativa própria editada por todos os Entes consorciados e do aditamento do Contrato de Consórcio.

§8º - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende da demonstração da viabilidade financeira e do preenchimento dos requisitos estabelecidos neste Estatuto.

§ 9º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no §5º do art. 51 deste estatuto.

§ 10 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do § 1º do artigo anterior.

§11 – REVOGADO

§12 – REVOGADO

§13 – REVOGADO

§14 – REVOGADO

§15 – REVOGADO

Art.46-A Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções.

§1º - Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que:

- a) os casos excepcionais estejam previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- b) o prazo de contratação seja predeterminado, na forma do estabelecida no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- c) a necessidade seja temporária, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- d) o interesse público seja excepcional;
- e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

§2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística;

IV - atividades:

- a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;
- b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território dos respectivos entes federados associados, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, convênios ou consórcios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;
- d) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

V - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos, visando dar guarida ao princípio da continuidade e eficiência, quando da ausência coletiva do serviço; quantitativo de recursos humanos inferior à demanda excepcional do serviço público; paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento;

VI – tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias;

VII – supressão de mão de obra em razão de licença de agentes públicos do quadro efetivo do CIMVI, durante o respectivo período de afastamento, limitando-se a contratação aos períodos máximos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

VIII - substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença, penalidade cautelar ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

IX - vacância de empregos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público ou processo seletivo;

§3º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público respectivo conforme previsto no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

§4º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art.46-B - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito publicidade na forma da Lei, prescindindo de concurso público.

§1º - A contratação para atender às necessidades emergenciais do CIMVI, prescindirá de processo seletivo.

§2º - Fica estabelecido o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data de publicação das presentes alterações no Estatuto e no Protocolo de Intenções para as funções dos cargos atualmente existentes na estrutura administrativa, para que o CIMVI promova processo seletivo simplificado.

§3º - Para as funções decorrentes de novos cargos criados na estrutura do CIMVI, o prazo de que trata o parágrafo anterior passará a fluir da data da publicação do respectivo ato de criação.

§4º - Enquanto fluir o prazo de que tratam os parágrafos 2º e 3º do presente artigo, as contratações temporárias ocorrerão com base no §1º dispensando-se consequentemente a realização do certame.

§5º - Na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo, fica autorizada até a realização de novo concurso ou processo seletivo e pelo prazo máximo estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções, a contratação de pessoal mediante o cadastro de interessados junto ao Departamento ou setor responsável pelos Recursos Humanos do CIMVI e desde que atendidos os requisitos para contratação previstos no edital do concurso ou processo seletivo correspondente.

§6º - As contratações somente poderão ser feitas desde que haja prévia justificação da necessidade e demonstração da viabilidade financeira.

Art.46-C - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§1º - É admitida a prorrogação sucessiva dos contratos, por mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda dois anos.

§2º - O prazo de que trata este dispositivo é contado por contratação decorrente de processo seletivo, sendo renovado no caso de nova aprovação em processo seletivo pelo contratado anteriormente.

Art.46-D - A carga horária da contratação temporária de que trata este Estatuto e o Protocolo de Intenções poderá ser inferior à prevista para o emprego público no quadro administrativo efetivo do CIMVI.

§1º - No caso de contratação para carga horária inferior, o vencimento devido será respectivamente proporcional e mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

§2º - O vencimento do pessoal contratado nos termos deste Estatuto e do Protocolo de Intenções será o previsto para o respectivo emprego público e/ou o mencionado no contrato administrativo individual do trabalho temporário pactuado, observado o disposto no artigo anterior.

§3º - É proibida a contratação, nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

§4º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, desde que haja compatibilidade de horários, as situações de cumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

§5º - Aos contratados temporariamente para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público aplicar-se-á o Regime Jurídico estabelecido pelo Estatuto e Protocolo de Intenções, não lhes sendo aplicáveis a CLT, tampouco a legislação de quaisquer dos Municípios associados ao CIMVI.

§6º - Ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

Art.46-E - O pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato ou em ato normativo posterior;

II - ser novamente contratado temporariamente, com fundamento no Estatuto e Protocolo de Intenções, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese de ser aprovado em processo seletivo público e/ou concurso público.

§1º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar,

§2º - Constituem deveres do (a) contratado (a) temporário (a):

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;

II. Ser leal as instituições a que servir;

III. Observar as normas legais e regulamentares;

IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

§3º - Ao(à) contratado (a) temporário (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar

com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

§4º - O (a) contratado (a) temporário (a) fica integralmente sujeito aos termos e condições estabelecidas pelo regime jurídico especial, previsto no Estatuto e no Protocolo de Intenções, em conformidade com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando-lhe o seguinte:

I - percepção de diárias, nos exatos termos estabelecidos Estatuto do CIMVI e sua respectiva regulamentação;

II - gratificação natalina, proporcional ao período anual trabalhado;

III - remuneração do serviço extraordinário superior, em cinquenta por cento à do normal;

IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sendo que:

a) as férias remuneradas serão concedidas de acordo com a escala organizada pela Chefia Imediata, podendo a escala de férias ser alterada por autoridade superior;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze (12) meses de efetivo exercício das funções contratadas;

c) as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, serão devidas na seguinte proporção:

1. Trinta (30) dias consecutivos, quando não houver faltado injustificadamente mais de cinco (05) vezes;

2. Vinte e cinco (25) dias consecutivos quando houver tido de seis (06) a dez (10) faltas não justificadas ao serviço;

3. Vinte (20) dias consecutivos, quando houver tido de onze (11) a quinze (15) faltas não justificadas ao serviço;

4. Dez (10) dias consecutivos, quando houver tido de dezesseis (16) a vinte (20) faltas não justificadas ao serviço;

5. Cinco (05) dias consecutivos quando houver tido de vinte e uma (21) a vinte e cinco (25) faltas não justificadas ao serviço.

6. O funcionário não fará jus às férias se no período aquisitivo tiver mais de vinte e cinco (25) faltas não justificadas.

d) será facultada a conversão um terço (1/3) das férias em pecúnia desde que se mostre oportuno e conveniente à Administração do CIMVI, haja orçamento compatível e esteja de acordo o(a) contratado (a) temporário (a), devendo manifestar seu consentimento por escrito;

e) as férias poderão ser gozadas de forma intercalada;

f) caberá ao CIMVI determinar a data de início de gozo das férias do(a) contratado (a) temporário (a);

g) as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de conveniência ou interesse público;

V - licença à gestante, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VI – licença paternidade, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - gratificação por atividade insalubre nos seguintes valores, reajustáveis pelo mesmo valor da revisão geral concedida:

a) R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais) para grau máximo;

b) R\$100,00 (cem reais) para grau médio;

c) R\$40,00 (quarenta reais) para grau mínimo.

IX - direito de Petição e regime disciplinar estabelecido pelo do Estatuto e Protocolo de Intenções;

X - a observância aos deveres e proibições estabelecidos pelo Estatuto e Protocolo de Intenções;

XI - as responsabilidades e punições mediante processo administrativo disciplinar, a ser conduzido por Comissão criada para este fim a qual poderá aplicar as penalidades abaixo, de acordo com a gravidade do ilícito e observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, podendo a Comissão suspender temporariamente o contrato em caráter preventivo até conclusão do processo administrativo disciplinar:

- a) advertência escrita;
- b) rescisão do contrato de trabalho temporário por demissão.

XII – ausentar-se do serviço nas seguintes hipóteses:

- a) por um (01) dia:
 - 1) ao ano para doação de sangue;
 - 2) para se alistar como eleitor.
- b) por dois (02) dias consecutivos em razão de:
 - 1) luto, pelo falecimento de ascendente seu ou de cônjuge, de descendentes excetuados os filhos, bem como de irmão;
- c) por três (03) dias consecutivos em razão de:
 - 1) casamento;
 - 2) pelo falecimento de cônjuge, filho, enteado ou menos sob guarda ou tutela.

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial não estão sujeitas ao regime Celetista, não fazendo jus ao FGTS;

XIV - remuneração do serviço noturno superior, em cinquenta por cento à do diurno;

XV – recebimento de gratificações, abonos, benefícios e outras vantagens expressamente previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções ou outro regramento do CIMVI que lhe possam ser deferidos.

Art.46-F- O contrato firmado de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, extinguir-se-á , sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratado;
- III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;
- IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;
- V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa;
- VI – em razão de cumprimento de termo de ajustamento de conduta;
- VII - pela extinção ou conclusão do projeto, acordo, convênio ou consórcio definidos pelo contratante;
- VIII - pelo retorno do titular;

§1º A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e V, será comunicada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo imediata nos demais casos, inclusive nos que porventura não estejam previstos nas hipóteses exemplificativas do presente artigo.

§2º Em caso de demissão implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado e/ou concurso público pelo período de 5 (cinco) anos, contado da data da demissão.

§3º Em qualquer caso o contratado terá direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício.

§4º O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

§5º - A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo individual, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto no Estatuto e Protocolo de Intenções, devendo ser anotada (nas anotações gerais) na CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários, fazendo-se menção a data e início e término da contratação, função desempenhada,

vencimento, jornada de trabalho e mencionado o fundamento legal no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Art.46-G - Os processos seletivos simplificados promovidos pelo CIMVI, reger-se-ão pelas normas estabelecidas no Estatuto e Protocolo de Intenções e se destinam a formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação de eventuais classificados que somente serão chamados em conformidade com as necessidades da Administração do Consórcio, observada a ordem de classificação.

§1º - Os processos seletivos simplificados serão de caráter público e deverão ser desenvolvidos segundo a área definida no Edital de recrutamento, elaborado em observância das atribuições das funções a serem objeto da eventual contratação.

§2º - Os processos seletivos simplificados, de caráter competitivo, destinam-se a selecionar candidatos para formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação do candidato que será eventualmente convocado de acordo com as necessidades do CIMVI, observada a ordem de classificação.

§3º - Os processos seletivos simplificados previstos no §1º deste artigo poderão ser:

a)de provas;

b)de provas e títulos;

§4º - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas escritas e orais.

§5º - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas práticas.

§6º - Os processos seletivos simplificados poderão exigir testes físicos e/ou psicológicos.

§7º - O CIMVI poderá contratar empresa para promoção de todas ou de algumas fases dos processos seletivos simplificados.

§8º - O recrutamento e a seleção de pessoal, bem como a coordenação, o controle e a execução dos procedimentos administrativos correspondentes, ressalvadas de competência específica em Lei e/ou do contrato firmado com eventual empresa contratada, competirá ao órgão determinado pelo Presidente do CIMVI.

§9º - Os processos seletivos simplificados para formação de cadastro reserva serão desenvolvidos nos termos da legislação própria dos respectivos nos quadros de pessoal observadas as exigências para o exercício das funções a serem eventualmente contratadas.

§10 - O recrutamento dar-se-á obrigatoriamente com publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

§11 - A Publicação do Edital poderá ocorrer na forma de minuta e/ou extrato com veiculação pelos meios de comunicação.

§12 - O Edital deverá ser estruturado de forma que contenha obrigatoriamente:

I – A denominação dos postos e funções;

II – As datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como do local e horário em que as mesmas serão recebidas;

III – A descrição sintética das atribuições, a observação que se destina a formação de CADASTRO RESERVA, o regime jurídico do Estatuto e Protocolo de Intenções, a respectiva retribuição pecuniária mensal proporcional a jornada de trabalho assinalada, sendo que o CIMVI poderá efetuar contratação com jornada menor e vencimento proporcional de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, não havendo qualquer direito do candidato convocado a contratação pela carga horária prevista no edital, a qual será apresentada em caráter meramente estimativo para fins de publicação e comparação remuneratória;

IV – Os requisitos imprescindíveis para a contratação temporária e exercício das funções contratadas;

V – Os programas e os tipos de provas, com a indicação das respectivas valorizações, do caráter eliminatório, dos critérios de julgamento e da apuração dos resultados de cada uma delas;

VI – A indicação, quando for o caso dos títulos valorizáveis, os critérios de valorização dos mesmos, bem como o valor global em relação às provas, conforme dispositivos legais vigentes;

VII – A nota mínima de aprovação exigida nas provas ou nas disciplinas eliminatórias;

VIII – Quaisquer outras exigências, condições ou informações que devam ser atendidas, pelos candidatos, ou que se fizerem necessárias à boa ordenação do Processo Seletivo Simplificado em todas as suas fases;

§13 - O prazo para inscrição será estipulado de acordo com a necessidade e urgência de provimento dos cargos, não podendo ser inferior a 10 (dez) dias da publicação do Edital.

§14 - O prazo que se refere o §13 poderá ser prorrogado quando não se apresentarem candidatos ou, apresentando-se, seu número seja considerado irrisório.

§15 - O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário específico fornecido aos candidatos, ou aos procuradores, observadas as normas do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

§16 - Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência.

§17 - O pedido de inscrição implicará conhecimento e aceitação de todas as disposições do Estatuto, Protocolo de Intenções e do respectivo Edital.

§18 - Não haverá devolução do valor pago a título de inscrição, salvo quando for cancelada a realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo, neste caso, haver compensação do valor pago com a de outra inscrição que vier a ser instaurado no âmbito do CIMVI.

§19 - A homologação ou indeferimento dos pedidos de inscrição constarão em Edital, publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum, sob forma de extrato.

§20 - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras, sob pena de indeferimento.

§21 - Será indeferido o pedido de inscrição pago com cheque sem provimento de fundos.

§22 - O despacho indeferitório da inscrição de candidato caberá recurso na forma e prazo consignados no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§23 - A inscrição poderá ser cancelada em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, desde que verificado o não cumprimento dos requisitos no Edital ou constatada ocorrência de dolo ou fraude na sua obtenção.

§24 - O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrente e não importará em devolução de quaisquer valores pagos.

§25 - Será dada toda publicidade ao cancelamento da inscrição podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram o cancelamento.

§26 - Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local a serem previamente divulgados mediante Edital.

§27 - Somente será admitido à prestação das provas o candidato que exhibir no ato, documento de identidade ou ficha de inscrição de acordo com as determinações constantes do Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§28 - O Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá fixar outras exigências à realização da(s) prova(s), sem as quais, não admitir-se-á que o candidato a(s) realize.

§29 - Não haverá Segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado, salvo expressa previsão contida no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§30 - Durante a realização das provas, sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao concurso;

II – consultar livros ou apontamentos, bem como se utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;

III – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos específicos e especiais, devidamente acompanhado do fiscal;

IV – portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma o bom andamento do trabalho;

V – utilizar-se de aparelhos e mecanismos vedados pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§31 - Será anulada a prova que contiver sinais ou expressões que possibilitem a sua identificação.

§32 - Quando a correção das provas não for realizada através de processamento eletrônico, o sigilo, quanto à identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos de desidentificação das mesmas.

§33 - As provas contendo a identificação dos candidatos serão guardadas em invólucro lacrado a fim de garantir sua inviolabilidade.

§34 - As notas serão divulgadas mediante Edital, devidamente publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum.

§35 - Quando o processo seletivo for de provas e de títulos, estes deverão ser apresentados consoante as normas previstas no Edital.

§36 - As provas de poderão ter caráter eliminatório e classificatório.

§37 - As provas de caráter eliminatório poderão aferir os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo, conforme o grau de escolaridade e o seu conteúdo ocupacional.

§38 - Os resultados das provas serão divulgados mediante Edital, a ser publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

§39 - Não será conferida nota à prova, ou as provas em que o candidato tenha sido excluído do respectivo recinto de sua prestação, ou tiver a mesma anulada por quaisquer dos motivos previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções e/ou no Edital.

§40 - Na atribuição de pontos ou notas a qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, poderá eventualmente ocorrer o arredondamento das mesmas a critério da Comissão Examinadora e/ou da empresa contratada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

§41 - Após o julgamento das provas, quando não for através de processo eletrônico, poderá o candidato solicitar seja dada vista das suas folhas de respostas em local, prazo e horários fixados no Edital. Não fixado o prazo no Edital, este será de dois(02) dias após a publicação do resultado da prova.

§42 - A nota mínima de aprovação nas provas e a média final serão estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

§43 - O julgamento dos títulos que terá caráter meramente classificatório, será feito nos termos dos critérios estipulados no Edital.

§44 - Serão considerados como títulos somente os cursos ou atividades desempenhadas pelo candidato, diretamente relacionadas com as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado.

§45 - Somente serão apreciados os títulos no prazo e na forma fixados no Edital.

§46 - No caso de empate entre os candidatos aprovados, a preferência para classificação se dará de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§47 - Persistindo empate, depois de aplicadas as regras do Edital de Processo Seletivo Simplificado, o desempate se fará através de sorteio público, com o chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de sua realização.

§48 - No caso de desconformidade com a nota que lhe tiver sido atribuída em cada prova, específica, ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais, será facultado ao candidato formular pedido de revisão, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto, Protocolo de Intenções e no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§49 - Após a divulgação das notas das provas ou das provas de títulos, os candidatos na forma e prazo fixado no Edital de Processo Seletivo Simplificado, ingressar com o pedido de revisão, no todo ou em parte, justificadamente, versando apenas sobre o conteúdo das provas ou das provas de títulos.

§50 - O pedido de revisão será conterá os seguintes elementos:

I – nome completo e o número de inscrição do candidato;

II – a indicação do concurso que esteja realizando;

III – a exposição detalhada a respeito das questões, pontos ou títulos que deseja ver revisados, bem como o total de pontos pleiteados.

§51 - Não caberá pedido de revisão:

I – da prova prática, salvo se for escrita;

II – da avaliação física, psicológica ou psiquiatria, quando exigíveis;

§52 - Só poderá ser proposta a alteração da nota anteriormente atribuída, se ficar comprovado erro na correção ou na aplicação do critério de julgamento das provas ou dos títulos, bem como em decorrência de erro substancial da questão.

§53 - Provido de revisão, serão ultimadas as medidas necessárias tendentes à:

I – manutenção dos pontos respectivos aos candidatos que tiverem respondido às questões de acordo com as respostas originais, ou, ao candidato recorrente;

II – atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo não tendo interposto pedido de revisão, hajam respondido as questões de acordo com o que a Comissão Examinadora ou empresa contratada vier a reconhecer como certo, em função do pedido de outro candidato.

§54 - O candidato que tiver interposto pedido de revisão não poderá ter diminuído a nota anteriormente obtida, salvo evidente erro de soma.

§55 - Os recursos não terão efeito suspensivo.

§56 - No caso de anulação da prova, deverá a mesma ser repetida, mantidos os números e os valores das questões, observando-se igual peso, devendo participar somente os candidatos que compareceram e prestaram a prova objeto da anulação.

§57 - Os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado, contendo a classificação dos candidatos, serão homologadas pelo Presidente do CIMVI, mediante Edital.

§58 - Os Processos Seletivos Simplificados serão desenvolvidos em todas as suas fases, sob a coordenação do Diretor Executivo do CIMVI.

§59 - Ao órgão executor compete:

I – elaborar o Edital, contendo as regras básicas que nortearão a realização do Processo Seletivo Simplificado;

II – escolher a Comissão Examinadora;

III – acompanhar a elaboração dos programas das provas e dos títulos;

IV – acompanhar a aplicação e o julgamento das provas;

V – ultimar todas as providências necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado sob sua responsabilidade;

§60 – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

§61 - A Comissão Examinadora será composta de 03(três) membros.

§62 - Dentre os três membros o Diretor Executivo do CIMVI escolherá o Presidente da Comissão Examinadora.

§63 - Somente poderão compor a Comissão Examinadora pessoas de reconhecida idoneidade moral e que não estejam sofrendo nem tenham sido condenadas em processos administrativos disciplinares, nem a crimes contra a fé pública, a administração pública ou ato de improbidade.

§64 - A Critério do Diretor Executivo do CIMVI poderão ser designadas várias Comissões Examinadoras.

§65 - O desempenho de atividade junto à Comissão Examinadora será não remunerado e reconhecido como de utilidade pública.

§66 - A critério do Diretor Executivo do CIMVI, o desempenho de atividades por agentes públicos em realização de Processo Seletivo Simplificado, durante dias sem expediente na Administração, poderá ser compensado em outra oportunidade.

§67 - À Comissão Examinadora compete:

I – receber os fiscais, por ocasião da realização das provas, prestando toda orientação necessária a respeito dos procedimentos a serem adotados pelos mesmos;

II – distribuir aos fiscais as provas e as grades de resposta, ou os cartões de processamento eletrônico, em volumes devidamente lacrados, os quais deverão ser abertos na presença dos candidatos que testemunharão o fato.

III – orientar a desidentificação das provas, a ser feita após a conclusão das mesmas, e, inclusive, convidar os candidatos acompanhar os trabalhos respectivos;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

§68 – As competências estabelecidas no §67 poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

§69 - O fiscal é a pessoa investida nas atribuições relativas a execução das provas no recinto determinado, envolvendo a recepção, a distribuição do material e o controle da atitude dos candidatos durante a realização das mesmas.

§70 - A convocação dos fiscais deverá recair, preferencialmente, sobre Servidores Públicos Municipais.

§71 - O fiscal convocado que deixar de comparecer ao local que lhe for designado sem a devida justificativa, será suspenso dessas atividades por três fiscalizações sucessivas.

§72 - Compete ao Fiscal:

I – comparecer pontualmente no local de realização das provas, no mínimo, uma hora antes do horário estabelecido para o seu início;

II – receber e entregar aos candidatos os materiais destinados à realização das provas;

III – transmitir aos candidatos as orientações recebidas, as quais deverão ser observadas durante a realização das provas;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

§73 – O Fiscal terá como incumbência controlar a movimentação dos candidatos, antes, durante e após a realização das provas, estabelecendo um elo de ligação entre os candidatos e coordenação do Processo Seletivo Simplificado, bem como executar outras tarefas a que lhe forem determinadas.

§74 - As pessoas portadoras de deficiência física submeter-se-ão à Processo Seletivo Simplificado para funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, segundo os critérios estabelecidos em Lei observados às normas constantes do Estatuto e Protocolo de Intenções.

§75 - A divulgação total ou parcial do conteúdo dos Editais, ou de outros atos necessários ao adequado andamento dos Processos Seletivos Simplificados, será publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

§76 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CIMVI ou pela autoridade competente, mediante proposição fundamentada.

§77 - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis, por igual período, a critério do Presidente do CIMVI.

Art.46-H - É vedada a cessão de agentes públicos que tenham sido contratados em caráter temporário.

Art.46-I - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§1º - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - Diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§2º - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III - 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

IV - 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§4º - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

Art. 47 - Os editais de concurso público do CIMVI deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 1º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o

Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

Art.48 – REVOGADO

§ 1º - REVOGADO

§ 2º - REVOGADO

Art. 49 – REVOGADO

§ 1º - REVOGADO

§ 2º - REVOGADO

§ 3º - REVOGADO

SEÇÃO II doS empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Art. 50 – O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI terá os seguintes empregos públicos de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 h	R\$12.507,80
6	Gestor de Serviços	40 h	R\$7.263,44

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o “caput” deste artigo são de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIMVI, após regular aprovação da escolha pela Assembléia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

SEÇÃO III dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 51 - O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
2	Advogado	20 horas	4.319,01
9	Agente Administrativo	40 horas	2.787,88
1	Agente Controle Interno	20 horas	2.381,00
1	Biólogo	20 horas	4.068,80
1	Contador	20 horas	2.381,00
1	Engenheiro Agrônomo	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Civil	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Florestal	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Químico	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	20 horas	4.068,80
9	Fiscal Ambiental	40 horas	3.263,59
1	Geógrafo	20 horas	4.068,80
1	Geólogo	20 horas	4.068,80
9	Médico Veterinário	20 horas	3.767,41

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o “caput” deste artigo serão acessados, na forma do regulamento do quadro de pessoal, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - por processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

§ 5º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no regulamento do quadro de pessoal, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 6º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em 02 (duas) etapas, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado em Resolução, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 7º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 8º - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIMVI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 9º - A Comissão Especial de que trata o parágrafo anterior, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

§ 10 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - a abertura de concurso se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- c) as condições para inscrição e provimento do emprego;
- d) tipo, natureza e programa das provas;
- e) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- f) os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- g) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- h) o prazo das inscrições;
- i) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;
- j) a época da:
 - 1 - realização das provas constando o dia, horário e local;
 - 2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
 - 3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato;
 - 4 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - o limite mínimo de idade para inscrição em concurso será de 18 (dezoito) anos, completados até a data limite para inscrição.

III - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

IV - Interposto recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

V - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

- a) que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.
- b) que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

c) que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

IV - Os critérios e demais condições mencionadas neste parágrafo serão estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal do CIMVI.

SEÇÃO IV DOS SALÁRIOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 52 – O salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado na forma do “caput” dos artigos 50 e 51.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIMVI, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - (revogado)

§ 3º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em lei.

§ 4º – O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

§ 6º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 7º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, neste Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 8º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 9º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 52-A - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilômetro.

II – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

III - Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção.

§1º - As diárias serão regulamentadas por Resolução do Presidente do CIMVI que determinará os objetivos do deslocamento nomeando o agente público que estará a serviço do CIMVI e fixando o valor do benefício por dia de afastamento.

§2º - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

§3º - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64 e suas alterações.

§ 4º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - Os adiantamentos de viagem serão requerido em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 6º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 52-B - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

SUBSEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 52-C - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 28,83 (vinte e oito reais e oitenta e três centavos).

SUBSEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 52-D - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou neste Estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 45 deste Estatuto;

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no § 2º deste artigo;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

§ 1º – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

§2º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função comissionada pelo desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, V da Constituição da República, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público. A função comissionada somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

§3º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, gratificação pelo desempenho de atribuições excedentes as definidas para o cargo de origem, sendo devido, independente do exercício conjunto de mais de uma das atribuições especiais que lhe forem deferidas, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, vantagem no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

Art. 52-E - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 50% (cinquenta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de três anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 1º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 03 (três) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 2º – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 3º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 53 – Os empregos públicos de que tratam os artigos 50 e 51 deste Estatuto terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

IV – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade

de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

V – Para o emprego de CONTADOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas à função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII – Para o emprego de MÉDICO VETERINÁRIO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Conforme Lei nº 5.517, de 23 de Outubro de 1968 – Capítulo II; Executar outras atribuições correlatas à função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (Revogado).

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do

desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

SUBSEÇÃO I DOS DEVERES

Art. 53-A – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

SUBSEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 53-B – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou despreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

SUBSEÇÃO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 53-C – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 2º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

SUBSEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 53-D – São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

SEÇÃO VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 53-E - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 53-F - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SUBSEÇÃO I DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 53-G - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SUBSEÇÃO II DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 53-H - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 53-I - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

SUBSEÇÃO III DO INQUÉRITO

Art. 53-J - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 53-K - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 53-L - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 53-M - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 53-N - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 53-O - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

SUBSEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 53-P - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 53-Q - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XIV DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 54 – Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 1º - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

§ 2º - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 55 – Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Art. 56 – (revogado);

Parágrafo Único – Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

Art. 57 – Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Art. 58 – Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

Art. 59 – O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CAPÍTULO XV DO PATRIMÔNIO

Art. 60 – O patrimônio do Consórcio Público será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Art. 61 – A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

Parágrafo Único – A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

CAPÍTULO XVI DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 62 – A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 63 – Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I – as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em “Contrato de Rateio”, de acordo com a Lei.

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI – as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

§ 1º - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

§ 2º - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado.

§ 3º - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

Art. 64 – Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público, devidamente especificados;

II – quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação, direta ou indireta, de serviços na forma de Contrato de Prestação de Serviço ou por meio de Contrato de Programa;

III – na forma do respectivo Contrato de Rateio.

§ 1º - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

§ 2º - Até o final do exercício financeiro em que se concluir a adaptação do Consórcio Público às normativas da Lei nº 11.107/05 e seu regulamento, os Entes consorciados continuarão contribuindo para manutenção das atividades do Consórcio na forma definida em Assembléia Geral.

§ 3º - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público, para os fins do inciso III do caput deste artigo, será definido pela Diretoria nos respectivos contratos e submetido à aprovação da Assembleia Geral, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

Art. 65 – O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Art. 66 – No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores – internet.

Art. 67 – Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 68 – Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO XVII DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 69 – Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

Parágrafo Único – A Diretoria deverá relatar em Assembleia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata este artigo, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CAPÍTULO XVIII DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 70 – A retirada de Ente Federado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

Art. 71 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 1º - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II – reserva da lei de ratificação do Protocolo de Intenções que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio Público.

§ 2º - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

Art. 72 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A exclusão prevista no inciso I do "caput" deste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, por prazo de até noventa (90) dias, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - As hipóteses de exclusão de que trata este artigo, não excluem outras disciplinadas em lei ou neste Estatuto.

Art. 73 – O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o seguinte trâmite:

I - apresentação e leitura da denúncia em Assembléia Geral, a qual poderá ser apresentada oralmente ou por escrito por qualquer outro representante de Ente consorciado ou por membro da Diretoria, contendo a descrição da falta cometida pelo Ente consorciado;

II – concessão de direito a defesa prévia oral pelo representante do Ente consorciado denunciado, na mesma Assembléia Geral em que ocorrer a leitura da denúncia ou na Assembléia Geral seguinte, mediante citação pessoal;

III – deliberação da Assembléia Geral, por maioria simples de votos, pela admissibilidade ou não da denúncia;

IV – intimação do representante do Ente consorciado denunciado para apresentação de defesa escrita no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da intimação, no caso de admissibilidade da denúncia, assegurando-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa;

V – emissão de parecer jurídico conclusivo sobre os fatos da denúncia e os elementos da defesa;

VI – deliberação da Assembléia Geral, por maioria de votos, pela aplicação ou não da pena de exclusão, ou pela suspensão de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 1º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos, sem prejuízo da exigibilidade das obrigações já constituídas entre o consorciado apenado e o Consórcio Público.

§ 2º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 3º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO XIX DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 74 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste Estatuto e do Contrato de Consórcio Público, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

§ 1º - (revogado)

I - (revogado)

II - (revogado)

III - (revogado)

IV - (revogado)

V - (revogado)

VI - (revogado)

VII - (revogado)

VIII - (revogado)

§ 2º - O Contrato de Programa poderá autorizar o Consórcio Público a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados por si ou pelos Entes consorciados.

§ 3º - A Assembléia Geral aprovará o regulamento que estabeleça também os critérios de cálculo do valor das tarifas ou do preço público dos serviços na gestão associada, quando o Consórcio Público assumir a cobrança pela prestação do serviço.

Art. 75 - A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos Municípios consorciados.

Parágrafo único - Exclui-se do disposto no "caput" deste artigo, o território do Município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para excluí-lo da gestão associada de serviços públicos.

Art. 76 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

§ 1º - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III - a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços;

V - o apoio à prestação dos serviços, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de maior complexidade;

c) o controle de qualidade e monitoramento;

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 2º - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

Art. 77 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

Parágrafo Único - Não será proibida a prestação de serviços públicos, objeto da gestão associada, pelo Consórcio Público através de administração indireta, desde que observado a aplicação da legislação de licitações e contratos administrativos.

Art. 78 - Será editada resolução específica para estabelecer normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CAPÍTULO XX

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 79 - Ao Consórcio Público somente é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Art. 80 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - (revogado);

V - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

VI - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

IX – as penalidades e sua forma de aplicação;

X – os casos de extinção;

XI – os bens reversíveis;

XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIV – a periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

§ 2º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

§ 3º - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 4º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 6º - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II – extinção do Consórcio Público.

§ 7º - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

§ 8º - (revogado).

§ 9º - (revogado);

CAPÍTULO XXI DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 81 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

§ 1º – No caso de extinção do Consórcio Público, os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços

públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembleia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados, observado a proporcionalidade ao coeficiente populacional de cada um.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 82 - A alteração do Consórcio Público ou de seus instrumentos observará o procedimento estabelecido no Contrato de Consórcio, neste Estatuto e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XXII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83 - O Consórcio Público será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio, por este Estatuto e pelas leis de ratificação do Protocolo de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes Federativos que as emanaram.

Parágrafo Único – Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIMVI, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir de 13 de junho de 2008;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

Art. 83-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

Art. 84 - A interpretação do disposto neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 85 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

§ 1º – Em razão da adaptação do Consórcio Público às regras da Lei nº 11.107/05 somente a partir da vigência da última lei aprovada por Município consorciado, a contabilidade pública foi adotada a partir do início do exercício de 2008, sem prejuízo da Prestação de Contas legalmente exigível.

§ 2º - Além do estabelecido em Lei e nos regulamentos, o Consórcio Público observará as regras editadas pela Secretaria do tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para recebimento, contabilização e aplicação de receitas, assunção, liquidação e pagamento de despesas, e Prestação de Contas.

Art. 86 – Este Estatuto e/ou suas alterações entrarão em vigor a partir da publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Parágrafo Único - Este Estatuto será publicado no sítio da rede mundial de computadores – internet, indicado quando da publicação do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio, donde se poderá obter texto integral de todos os dispositivos que regem a atuação do

CIMVI.

Art. 87 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Estatuto de Consórcio Público.

§ 1º – (revogado);

§ 2º - (revogado);

Art. 88 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios Públicos e a Administração Pública em geral.

Timbó, SC, aos 28 de Outubro de 2008.

Município de Apiúna	Município de Ascurra
Município de Benedito Novo	Município de Doutor Pedrinho
Município de Indaial	Município de Pomerode
Município de Rio dos Cedros	Município de Rodeio
Município de Timbó	
Luiz Cláudio Kades	Valter Conrado de Araújo
OAB/SC 17.692	CPF nº 379.549.389-72
Assessor Jurídico da AMMVI	Secretário Executivo do CIMVI

PROTOCOLO DE INTENÇÕES CIMVI - VERSÃO CONSOLIDADA 2018

Publicação Nº 1650823

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI – VERSÃO CONSOLIDADA 2018

PREÂMBULO

A possibilidade legal de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos também passaram a contemplar esta forma de organização institucional para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada expressamente pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta disciplina legal prevê a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, "a", e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 183, 496, 534/535 e 910 do CPC) próprios dos Entes Federados, além de atrair a aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Além disso, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de licitações para compras e serviços, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Por outro lado, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia e economicidade.

Desta forma, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou

firmado convênio com o Consórcio Público;

II - bacia hidrográfica: região compreendida entre divisores de água, na qual toda água aí precipitada escoar por um único exutório;

III - contrato de gestão: instrumento firmado entre o Consórcio Público e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento;

IV - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

V - contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

VI - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

VII - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir eficiência na execução e/ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

VIII - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

IX - meio ambiente: conjunto de agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais suscetíveis de exercerem um efeito direto ou mesmo indireto, imediato ou em longo prazo, sobre todos os seres vivos, inclusive ao homem;

X - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

XI - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

XII - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

XIII - ratificação: aprovação pelo ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

XIV - recursos naturais: componentes, materiais ou não, obtidos diretamente da natureza e aproveitáveis pelo homem, aos quais são atribuídos valores econômicos, sociais e culturais;

XV - regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XVI - reserva: ato pelo qual ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XVII - retirada: saída de ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XVIII - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

XIX - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XX - serviço público: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, que possa ser remunerado por meio de taxa ou preço público, inclusive tarifa;

XXI - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas no art. 3º da Lei no 9.790, de 23/03/1999; e

XXII - titular de serviço público: ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, LUIZ ALVES, MASSARANDUBA, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação de pelo menos cinco dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.2 – Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, de forma que o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI o sucederá de pleno direito, na forma deste Protocolo de Intenções e das Leis que o ratificarem.

1.1.3 - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

2.1 – O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

2.2 – Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersectorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

2.3 – O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

2.4 - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações

dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

2.5 – São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

- a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;
- d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;
- e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II – Executar ações e outras atividades de planejamento e infraestrutura, dentre as quais, elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento, atividades e ações administrativas de planejamento, atividades e ações administrativas de infraestrutura, inclusive de usinagem asfáltica envolvendo gestão, assessoramento, produção, aplicação, transporte, remoção, sinalização viária, recomposição de pavimentos, construção de passeios, obras de arte, praças, estacionamentos e outros espaços públicos, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, serviços de macrodrenagem e gabião, enrocamentos de pedras, serviços de base e sub-base, cortes de taludes, serviços de arborização e ajardinamento, serviços de britagem, compactação, imprimação, terraplanagem, canais extravasores, execução de medidas mitigadoras, de contenção e/ou de recuperação de danos causados por fatores anormais adversos quer sejam climáticos, atmosféricos, geológicos ou psicossociais, entre outros ligados a prestação e melhoramentos dos serviços rodoviários e de infraestrutura pública, que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI, no âmbito dos municípios consorciados.

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

- a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;
- b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;
- c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolver atividades de educação ambiental;

e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

2.5.1 - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

2.5.2 – O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

2.5.2.1 - A prestação dos serviços de gestão ambiental pelo CIMVI, autoriza que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança de Taxa pela Prestação de Serviços Ambientais, cujo valor passará a compor receita destinada ao Consórcio e será utilizada para custeio e investimentos no serviço de gestão ambiental do Consórcio.

2.5.2.2 - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e autuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI, sendo que o valor de eventuais multas aplicadas poderá reverter

ao órgão definido em lei municipal ou integrar-se à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município.

2.5.3 – Mediante aprovação da Assembleia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

2.6 – Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, CEP. 89120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XII - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XIII - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua

11 de Novembro, nº 2765, na cidade de Massaranduba, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XIV - MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito.

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - Somente será considerado consorciado o ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

4.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

4.1.4 - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 (caput) desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

4.3 – É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 – Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no “Contrato de Rateio”;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o “Contrato de Programa e o Contrato de Rateio”;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

7.1 - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II – (Revogado)

III – Diretoria;

IV - (Revogado);

V - (Revogado).

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI;

VII – Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA.

7.2.1 – Será instituído por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

7.2.2 – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

CLÁUSULA OITAVA Da Assembléia Geral

8.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral.

8.2 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

8.3.2 – (revogado).

8.4 - Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para que a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários a apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembléia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

- b) programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
- f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII – (revogado);

VIII – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

X – aprovar a celebração de convênios e/ou contratos de programa;

XI – apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura por 2/3 (dois terços) dos votos dos representantes presentes à Assembléia Geral,

em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

8.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA

DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio incumbe ao Presidente:

I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as Assembléias Gerais;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 – Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA

Da DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Diretor Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 – A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Diretor Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

10.3.1 – (Revogado).

10.3.2 – As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA-A

DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – FIMAMVI

10-A.1 - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

10-A.2 - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes

de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado, tendo os recursos sua aplicação em conformidade com as decisões e aprovação, inclusive ad referendum, do CINDEMA.

10-A.3.1 - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

10-A.4 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

10-A.5 - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

10-A.6 - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

10-A.7 - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA-B

DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CINDEMA

Art. 10-B.1 - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA é um órgão colegiado paritário, consultivo de assessoramento do CIMVI, normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas.

Art. 10-B.2 - Compete ao Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA, basicamente, além de outras atribuições estabelecidas em lei específica:

I – formular as diretrizes para a política intermunicipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação dos municípios em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II – propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental dos municípios, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas nas Leis Orgânicas Municipais e na legislação a que se refere o inciso anterior;

IV – opinar, previamente ou ad referendum, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;

V – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

VI – deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

VII – decidir, juntamente com a Diretoria do CIMVI, sobre a aplicação dos recursos provenientes de dotações oriundas da União, dos Estados e dos Municípios, doações e contribuições, rendimentos, arrecadação dos recursos oriundos de multas, rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta promovidos pelo Ministério Público, assim como outros legalmente constituídos;

VIII – apresentar anualmente, proposta orçamentária à Assembleia Geral do CIMVI inerente ao seu funcionamento;

IX – apreciar os recursos e decidir, como segunda e última instância, sobre as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente decorrentes de autos de infração;

X - Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução;

XI - Estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017, contendo no mínimo os seguintes requisitos:

- a) Razão social/Nome;
- b) CNPJ/CPF;
- c) Endereço;
- d) Responsável legal;
- e) Atividade principal;
- f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE;
- g) Área do empreendimento;
- h) Localização geográfica.

XII – Editar Resoluções sobre matérias de sua competência;

XIII - Propor a política ambiental dos municípios e fiscalizar o seu cumprimento;

XIV - Promover a educação ambiental.

§1º - É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do CINDEMA.

§2º - O CIMVI garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual.

§3º - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA não tem poder de polícia, podendo indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, não exercendo diretamente ações de fiscalização, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

§4º - O cadastro de que trata o inciso XI deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações.

Art. 10-B.3 - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA será composto de membros em número correspondente ao dobro do número de municípios consorciados, de forma paritária, por representantes do seguimento governamental e não governamental, devendo cada Prefeito indicar o nome de um representante governamental e apresentar à Presidência do CIMVI o nome de um representante não governamental apresentado por entidade representativas existente no âmbito do respectivo ente federado.

Art. 10-B.4- Com exceção dos representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de Resolução do Presidente do CIMVI e empossados pelo Conselho.

§ 1º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, os quais substituirão os titulares em caso de impedimento ou ausência.

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por no máximo dois períodos iguais e sucessivos.

§ 3º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

§ 4º O membro do CINDEMA que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Revogado)

11.1 – (revogado).

11.1.1 - (revogado).

11.2 - (revogado).

11.2.1 - (revogado).

11.2.2 - (revogado).

11.2.3 - (revogado).

11.2.4 - (revogado).

11.2.5 - (revogado).

11.3 - (revogado).

11.3.1 - (revogado).

11.4 - (revogado).

11.4.1 - (revogado).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(revogado)

12.1 – (revogado)

12.1.1 - (revogado)

12.1.2 - (revogado)

12.1.3 - (revogado)

12.2 - (revogado)

12.3 - (revogado)

12.3.1 - (revogado)

12.4 - (revogado)

12.4.1 - (revogado)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DOS RECURSOS HUMANOS

13.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

13.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo

considerado trabalho público relevante.

13.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressaltado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

13.1.3 - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

13.2 – Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, não se lhes aplicando a CLT, nem sendo devido recolhimento de FGTS.

13.2.1 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

13.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

13.2.3 - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

13.2.4 - Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Diretoria Executiva, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

13.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

13.2.4.3 - Na hipótese do item 13.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

13.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os de Diretor Executivo e de Gestor de Serviços, que serão de livre nomeação e exoneração. Os empregos públicos de livre nomeação e exoneração são regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

13.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

13.3.2.2 - A revisão geral anual de que trata o item 13.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

13.3.2.3 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 13.3.2.2, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

13.3.2.4 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 13.3.2.1.

13.3.3 – (revogado)

13.3.3-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

13.3.4 - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende da demonstração da viabilidade financeira e do preenchimento dos requisitos estabelecidos no Estatuto e Protocolo de Intenções.

13.3.4.1 Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções.

13.3.4.1.1 - Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que:

- a) os casos excepcionais estejam previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- b) o prazo de contratação seja predeterminado, na forma do estabelecida no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- c) a necessidade seja temporária, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- d) o interesse público seja excepcional;
- e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

13.3.4.1.2 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística;

IV - atividades:

- a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;
- b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território dos respectivos entes federados associados, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, convênios ou consórcios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;
- d) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

V - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos, visando dar guarida ao princípio da continuidade e eficiência, quando da ausência coletiva do serviço; quantitativo de recursos humanos inferior à demanda excepcional do serviço público; paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento;

VI – tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias;

VII – supressão de mão de obra em razão de licença de agentes públicos do quadro efetivo do CIMVI, durante o respectivo período de afastamento, limitando-se a contratação aos períodos máximos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

VIII - substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença, penalidade cautelar ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

IX - vacância de empregos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público ou processo seletivo;

13.3.4.1.3 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público respectivo conforme previsto no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

13.3.4.1.4 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

13.3.4.2 - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito publicidade na forma da Lei, prescindindo de concurso público.

13.3.4.2.1- A contratação para atender às necessidades emergenciais do CIMVI, prescindirá de processo seletivo.

13.3.4.2.2- Fica estabelecido o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data de publicação das presentes alterações no Estatuto e no Protocolo de Intenções para as funções dos cargos atualmente existentes na estrutura administrativa, para que o CIMVI promova processo seletivo simplificado.

13.3.4.2.3- Para as funções decorrentes de novos cargos criados na estrutura do CIMVI, o prazo de que trata o 13.3.4.2.2 passará a fluir da data da publicação do respectivo ato de criação.

13.3.4.2.4- Enquanto fluir o prazo de que tratam os itens 13.3.4.2.2 e 13.3.4.3, as contratações temporárias ocorrerão com base no 13.3.4.2.1 dispensando-se consequentemente a realização do certame.

13.3.4.2.5- Na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo, fica autorizada até a realização de novo concurso ou processo seletivo e pelo prazo máximo estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções, a contratação de pessoal mediante o cadastro de interessados junto ao Departamento ou setor responsável pelos Recursos Humanos do CIMVI e desde que atendidos os requisitos para contratação previstos no edital do concurso ou processo seletivo correspondente.

13.3.4.2.6- As contratações somente poderão ser feitas desde que haja prévia justificação da necessidade e demonstração da viabilidade financeira.

13.3.4.3 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

13.3.4.3.1 - É admitida a prorrogação sucessiva dos contratos, por mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda dois anos.

13.3.4.3.2 - O prazo de que trata este dispositivo é contado por contratação decorrente de processo seletivo, sendo renovado no caso de nova aprovação em processo seletivo pelo contratado anteriormente.

13.3.4.4 - A carga horária da contratação temporária de que trata este Estatuto e o Protocolo de Intenções poderá ser inferior à prevista para o emprego público no quadro administrativo efetivo do CIMVI.

13.3.4.4.1 - No caso de contratação para carga horária inferior, o vencimento devido será respectivamente proporcional e mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

13.3.4.4.2 - O vencimento do pessoal contratado nos termos deste Estatuto e do Protocolo de Intenções será o previsto para o respectivo emprego público e/ou o mencionado no contrato administrativo individual do trabalho temporário pactuado, observado o disposto no 13.3.4.3.

13.3.4.4.3 - É proibida a contratação, nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

13.3.4.4.4 - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, desde que haja compatibilidade de horários, as situações de cumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

13.3.4.4.5 - Aos contratados temporariamente para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público aplicar-se-á o Regime Jurídico estabelecido pelo Estatuto e Protocolo de Intenções, não lhes sendo aplicáveis a CLT, tampouco a legislação de quaisquer dos Municípios associados ao CIMVI.

13.3.4.4.6 - Ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

13.3.4.5- O pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato ou em ato normativo posterior;

II - ser novamente contratado temporariamente, com fundamento no Estatuto e Protocolo de Intenções, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese de ser aprovado em processo seletivo público e/ou concurso público.

13.3.4.5.1- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

13.3.4.5.2- Constituem deveres do (a) contratado (a) temporário (a):

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e

obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;

II. Ser leal as instituições a que servir;

III. Observar as normas legais e regulamentares;

IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13.3.4.5.3 - Ao(à) contratado (a) temporário (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

13.3.4.5.4- O (a) contratado (a) temporário (a) fica integralmente sujeito aos termos e condições estabelecidas pelo regime jurídico especial, previsto no Estatuto e no Protocolo de Intenções, em conformidade com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando-lhe o seguinte:

I - percepção de diárias, nos exatos termos estabelecidos Estatuto do CIMVI e sua respectiva regulamentação;

II - gratificação natalina, proporcional ao período anual trabalhado;

III - remuneração do serviço extraordinário superior, em cinquenta por cento à do normal;

IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sendo que:

a) as férias remuneradas serão concedidas de acordo com a escala organizada pela Chefia Imediata, podendo a escala de férias ser alterada por autoridade superior;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze (12) meses de efetivo exercício das funções contratadas;

c) as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, serão devidas na seguinte proporção:

1. Trinta (30) dias consecutivos, quando não houver faltado injustificadamente mais de cinco (05) vezes;

2. Vinte e cinco (25) dias consecutivos quando houver tido de seis (06) a dez (10) faltas não justificadas ao serviço;

3. Vinte (20) dias consecutivos, quando houver tido de onze (11) a quinze (15) faltas não justificadas ao serviço;

4. Dez (10) dias consecutivos, quando houver tido de dezesseis (16) a vinte (20) faltas não justificadas ao serviço;

5. Cinco (05) dias consecutivos quando houver tido de vinte e uma (21) a vinte e cinco (25) faltas não justificadas ao serviço.

6. O funcionário não fará jus às férias se no período aquisitivo tiver mais de vinte e cinco (25) faltas não justificadas.

d) será facultada a conversão um terço (1/3) das férias em pecúnia desde que se mostre oportuno e conveniente à Administração do CIMVI, haja orçamento compatível e esteja de acordo o(a) contratado (a) temporário (a), devendo manifestar seu consentimento por escrito;

e) as férias poderão ser gozadas de forma intercalada;

f) caberá ao CIMVI determinar a data de início de gozo das férias do(a) contratado (a) temporário (a);

g) as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de conveniência ou interesse público;

V - licença à gestante, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VI – licença paternidade, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - gratificação por atividade insalubre nos seguintes valores, reajustáveis pelo mesmo valor da revisão geral concedida:

a) R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais) para grau máximo;

b) R\$100,00 (cem reais) para grau médio;

c) R\$40,00 (quarenta reais) para grau mínimo.

IX - direito de Petição e regime disciplinar estabelecido pelo do Estatuto e Protocolo de Intenções;

X - a observância aos deveres e proibições estabelecidos pelo Estatuto e Protocolo de Intenções;

XI - as responsabilidades e punições mediante processo administrativo disciplinar, a ser conduzido por Comissão criada para este fim a qual poderá aplicar as penalidades abaixo, de acordo com a gravidade do ilícito e observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, podendo a Comissão suspender temporariamente o contrato em caráter preventivo até conclusão do processo administrativo disciplinar:

a) advertência escrita;

b) rescisão do contrato de trabalho temporário por demissão.

XII – ausentar-se do serviço nas seguintes hipóteses:

a) por um (01) dia:

1) ao ano para doação de sangue;

2) para se alistar como eleitor.

b) por dois (02) dias consecutivos em razão de:

1) luto, pelo falecimento de ascendente seu ou de cônjuge, de descendentes excetuados os filhos, bem como de irmão;

c) por três (03) dias consecutivos em razão de:

1) casamento;

2) pelo falecimento de cônjuge, filho, enteado ou menos sob guarda ou tutela.

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial não estão sujeitas ao regime Celetista, não fazendo jus ao FGTS;

XIV - remuneração do serviço noturno superior, em cinquenta por cento à do diurno;

XV – recebimento de gratificações, abonos, benefícios e outras vantagens expressamente previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções ou outro regramento do CIMVI que lhe possam ser deferidos.

13.3.4.6 - O contrato firmado de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, extinguir-se-á , sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;

IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;

V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa;

VI – em razão de cumprimento de termo de ajustamento de conduta;

VII - pela extinção ou conclusão do projeto, acordo, convênio ou consórcio definidos pelo contratante;

VIII - pelo retorno do titular;

13.3.4.6.1 - A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e V, será comunicada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo imediata nos demais casos, inclusive nos que porventura não estejam previstos nas hipóteses exemplificativas do presente artigo.

13.3.4.6.2 - Em caso de demissão implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado e/ou concurso público pelo período de 5 (cinco) anos, contado da data da demissão.

13.3.4.6.3 - Em qualquer caso o contratado terá direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício.

13.3.4.6.4 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

13.3.4.6.5 - A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo individual, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto no Estatuto e Protocolo de Intenções, devendo ser anotada (nas anotações gerais) na CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários, fazendo-se menção a data e início e término da contratação, função desempenhada, vencimento, jornada de trabalho e mencionado o fundamento legal no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

13.3.4.7 - Os processos seletivos simplificados promovidos pelo CIMVI, reger-se-ão pelas normas estabelecidas no Estatuto e Protocolo de Intenções e se destinam a formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação de eventuais classificados que somente serão chamados em conformidade com as necessidades da Administração do Consórcio, observada a ordem de classificação.

13.3.4.7.1 - Os processos seletivos simplificados serão de caráter público e deverão ser desenvolvidos segundo a área definida no Edital de recrutamento, elaborado em observância das atribuições das funções a serem objeto da eventual contratação.

13.3.4.7.2 - Os processos seletivos simplificados, de caráter competitivo, destinam-se a selecionar candidatos para formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação do candidato que será eventualmente convocado de acordo com as necessidades do CIMVI, observada a ordem de classificação.

13.3.4.7.3- Os processos seletivos simplificados previstos no 13.3.4.7.1 poderão ser:

a)de provas;

b)de provas e títulos;

13.3.4.7.4 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas escritas e orais.

13.3.4.7.5 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas práticas.

13.3.4.7.6 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir testes físicos e/ou psicológicos.

13.3.4.7.7 - O CIMVI poderá contratar empresa para promoção de todas ou de algumas fases dos processos seletivos simplificados.

13.3.4.7.8 - O recrutamento e a seleção de pessoal, bem como a coordenação, o controle e a execução dos procedimentos administrativos correspondentes, ressalvadas de competência específica em Lei e/ou do contrato firmado com eventual empresa contratada, competirá ao órgão determinado pelo Presidente do CIMVI.

13.3.4.7.9 - Os processos seletivos simplificados para formação de cadastro reserva serão desenvolvidos nos termos da legislação própria dos respectivos nos quadros de pessoal observadas as exigências para o exercício das funções a serem eventualmente contratadas.

13.3.4.7.10 - O recrutamento dar-se-á obrigatoriamente com publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.11 - A Publicação do Edital poderá ocorrer na forma de minuta e/ou extrato com veiculação pelos meios de comunicação.

13.3.4.7.12 - O Edital deverá ser estruturado de forma que contenha obrigatoriamente:

I – A denominação dos postos e funções;

II – As datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como do local e horário em que as mesmas serão recebidas;

III – A descrição sintética das atribuições, a observação que se destina a formação de CADASTRO RESERVA, o regime jurídico do Estatuto e Protocolo de Intenções, a respectiva retribuição pecuniária mensal proporcional a jornada de trabalho assinalada, sendo que o CIMVI poderá efetuar contratação com jornada menor e vencimento proporcional de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, não havendo qualquer direito do candidato convocado a contratação pela carga horária prevista no edital, a qual será apresentada em caráter meramente estimativo para fins de publicação e comparação remuneratória;

IV – Os requisitos imprescindíveis para a contratação temporária e exercício das funções contratadas;

V – Os programas e os tipos de provas, com a indicação das respectivas valorizações, do caráter eliminatório, dos critérios de julgamento e da apuração dos resultados de cada uma delas;

VI – A indicação, quando for o caso dos títulos valorizáveis, os critérios de valorização dos mesmos, bem como o valor global em relação às provas, conforme dispositivos legais vigentes;

VII – A nota mínima de aprovação exigida nas provas ou nas disciplinas eliminatórias;

VIII – Quaisquer outras exigências, condições ou informações que devam ser atendidas, pelos candidatos, ou que se fizerem necessárias à boa ordenação do Processo Seletivo Simplificado em todas as suas fases;

13.3.4.7.13 - O prazo para inscrição será estipulado de acordo com a necessidade e urgência de provimento dos cargos, não podendo ser inferior a 10 (dez) dias da publicação do Edital.

13.3.4.7.14 - O prazo que se refere o 13.3.4.7.13 poderá ser prorrogado quando não se apresentarem candidatos ou, apresentando-se, seu número seja considerado irrisório.

13.3.4.7.15 - O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário específico fornecido aos candidatos, ou aos procuradores, observadas as normas do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.16 - Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência.

13.3.4.7.17 - O pedido de inscrição implicará conhecimento e aceitação de todas as disposições do Estatuto, Protocolo de Intenções e do respectivo Edital.

13.3.4.7.18 - Não haverá devolução do valor pago a título de inscrição, salvo quando for cancelada a realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo, neste caso, haver compensação do valor pago com a de outra inscrição que vier a ser instaurado no âmbito do CIMVI.

13.3.4.7.19 - A homologação ou indeferimento dos pedidos de inscrição constarão em Edital, publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum, sob forma de extrato.

13.3.4.7.20 - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras, sob pena de indeferimento.

13.3.4.7.21 - Será indeferido o pedido de inscrição pago com cheque sem provimento de fundos.

13.3.4.7.22 - O despacho indeferitório da inscrição de candidato caberá recurso na forma e prazo consignados no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.23 - A inscrição poderá ser cancelada em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, desde que verificado o não cumprimento dos requisitos no Edital ou constatada ocorrência de dolo ou fraude na sua obtenção.

13.3.4.7.24 - O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrente e não importará em devolução de quaisquer valores pagos.

13.3.4.7.25 - Será dada toda publicidade ao cancelamento da inscrição podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram o cancelamento.

13.3.4.7.26 - Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local a serem previamente divulgados mediante Edital.

13.3.4.7.27 - Somente será admitido à prestação das provas o candidato que exhibir no ato, documento de identidade ou ficha de inscrição de acordo com as determinações constantes do Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.28 - O Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá fixar outras exigências à realização da(s) prova(s), sem as quais, não admitir-se-á que o candidato a(s) realize.

13.3.4.7.29 - Não haverá Segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado, salvo expressa previsão contida no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.30 - Durante a realização das provas, sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao concurso;

II – consultar livros ou apontamentos, bem como se utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;

III – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos específicos e especiais, devidamente acompanhado do fiscal;

IV – portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma o bom andamento do trabalho;

V – utilizar-se de aparelhos e mecanismos vedados pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.31 - Será anulada a prova que contiver sinais ou expressões que possibilitem a sua identificação.

13.3.4.7.32 - Quando a correção das provas não for realizada através de processamento eletrônico, o sigilo, quanto à identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos de desidentificação das mesmas.

13.3.4.7.33 - As provas contendo a identificação dos candidatos serão guardadas em invólucro lacrado a fim de garantir sua inviolabilidade.

13.3.4.7.34 - As notas serão divulgadas mediante Edital, devidamente publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.35 - Quando o processo seletivo for de provas e de títulos, estes deverão ser apresentados consoante as normas previstas no Edital.

13.3.4.7.36 - As provas de poderão ter caráter eliminatório e classificatório.

13.3.4.7.37 - As provas de caráter eliminatório poderão aferir os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo, conforme o grau de escolaridade e o seu conteúdo ocupacional.

13.3.4.7.38 - Os resultados das provas serão divulgados mediante Edital, a ser publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.39 - Não será conferida nota à prova, ou as provas em que o candidato tenha sido excluído do respectivo recinto de sua prestação, ou tiver a mesma anulada por quaisquer dos motivos previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções e/ou no Edital.

13.3.4.7.40 - Na atribuição de pontos ou notas a qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, poderá eventualmente ocorrer o arredondamento das mesmas a critério da Comissão Examinadora e/ou da empresa contratada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.41 - Após o julgamento das provas, quando não for através de processo eletrônico, poderá o candidato solicitar seja dada vista das suas folhas de respostas em local, prazo e horários fixados no Edital. Não fixado o prazo no Edital, este será de dois(02) dias após a publicação do resultado da prova.

13.3.4.7.42 - A nota mínima de aprovação nas provas e a média final serão estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.43 - O julgamento dos títulos que terá caráter meramente classificatório, será feito nos termos dos critérios estipulados no Edital.

13.3.4.7.44 - Serão considerados como títulos somente os cursos ou atividades desempenhadas pelo candidato, diretamente relacionadas com as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.45 - Somente serão apreciados os títulos no prazo e na forma fixados no Edital.

13.3.4.7.46 - No caso de empate entre os candidatos aprovados, a preferência para classificação se dará de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.47 - Persistindo empate, depois de aplicadas as regras do Edital de Processo Seletivo Simplificado, o desempate se fará através de sorteio público, com o chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de sua realização.

13.3.4.7.48 - No caso de desconformidade com a nota que lhe tiver sido atribuída em cada prova, específica, ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais, será facultado ao candidato formular pedido de revisão, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto, Protocolo de Intenções e no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.49 - Após a divulgação das notas das provas ou das provas de títulos, os candidatos na forma e prazo fixado no Edital de Processo Seletivo Simplificado, ingressar com o pedido de revisão, no todo ou em parte, justificadamente, versando apenas sobre o conteúdo das provas ou das provas de títulos.

13.3.4.7.50 - O pedido de revisão será conterá os seguintes elementos:

I – nome completo e o número de inscrição do candidato;

II – a indicação do concurso que esteja realizando;

III – a exposição detalhada a respeito das questões, pontos ou títulos que deseja ver revisados, bem como o total de pontos pleiteados.

13.3.4.7.51 - Não caberá pedido de revisão:

I – da prova prática, salvo se for escrita;

II – da avaliação física, psicológica ou psiquiatria, quando exigíveis;

13.3.4.7.52 - Só poderá ser proposta a alteração da nota anteriormente atribuída, se ficar comprovado erro na correção ou na aplicação do critério de julgamento das provas ou dos títulos, bem como em decorrência de erro substancial da questão.

13.3.4.7.53 - Provido de revisão, serão ultimadas as medidas necessárias tendentes à:

I – manutenção dos pontos respectivos aos candidatos que tiverem respondido às questões de acordo com as respostas originais, ou, ao candidato recorrente;

II – atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo não tendo interposto pedido de revisão, hajam respondido as questões de

acordo com o que a Comissão Examinadora ou empresa contratada vier a reconhecer como certo, em função do pedido de outro candidato.

13.3.4.7.54 - O candidato que tiver interposto pedido de revisão não poderá ter diminuído a nota anteriormente obtida, salvo evidente erro de soma.

13.3.4.7.55 - Os recursos não terão efeito suspensivo.

13.3.4.7.56 - No caso de anulação da prova, deverá a mesma ser repetida, mantidos os números e os valores das questões, observando-se igual peso, devendo participar somente os candidatos que compareceram e prestaram a prova objeto da anulação.

13.3.4.7.57 - Os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado, contendo a classificação dos candidatos, serão homologadas pelo Presidente do CIMVI, mediante Edital.

13.3.4.7.58 - Os Processos Seletivos Simplificados serão desenvolvidos em todas as suas fases, sob a coordenação do Diretor Executivo do CIMVI.

13.3.4.7.59 - Ao órgão executor compete:

I – elaborar o Edital, contendo as regras básicas que nortearão a realização do Processo Seletivo Simplificado;

II – escolher a Comissão Examinadora;

III – acompanhar a elaboração dos programas das provas e dos títulos;

IV – acompanhar a aplicação e o julgamento das provas;

V – ultimar todas as providências necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado sob sua responsabilidade;

13.3.4.7.60 – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

13.3.4.7.61 - A Comissão Examinadora será composta de 03(três) membros.

13.3.4.7.62 - Dentre os três membros o Diretor Executivo do CIMVI escolherá o Presidente da Comissão Examinadora.

13.3.4.7.63 - Somente poderão compor a Comissão Examinadora pessoas de reconhecida idoneidade moral e que não estejam sofrendo nem tenham sido condenadas em processos administrativos disciplinares, nem a crimes contra a fé pública, a administração pública ou ato de improbidade.

13.3.4.7.64 - A Critério do Diretor Executivo do CIMVI poderão ser designadas várias Comissões Examinadoras.

13.3.4.7.65 - O desempenho de atividade junto à Comissão Examinadora será não remunerado e reconhecido como de utilidade pública.

13.3.4.7.66 - A critério do Diretor Executivo do CIMVI, o desempenho de atividades por agentes públicos em realização de Processo Seletivo Simplificado, durante dias sem expediente na Administração, poderá ser compensado em outra oportunidade.

13.3.4.7.67 - À Comissão Examinadora compete:

I – receber os fiscais, por ocasião da realização das provas, prestando toda orientação necessária a respeito dos procedimentos a serem adotados pelos mesmos;

II – distribuir aos fiscais as provas e as grades de resposta, ou os cartões de processamento eletrônico, em volumes devidamente lacrados, os quais deverão ser abertos na presença dos candidatos que testemunharão o fato.

III – orientar a desidentificação das provas, a ser feita após a conclusão das mesmas, e, inclusive, convidar os candidatos acompanhar os trabalhos respectivos;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

13.3.4.7.68 – As competências estabelecidas no 13.3.4.7.67 poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

13.3.4.7.69 - O fiscal é a pessoa investida nas atribuições relativas a execução das provas no recinto determinado, envolvendo a recepção, a distribuição do material e o controle da atitude dos candidatos durante a realização das mesmas.

13.3.4.7.70 - A convocação dos fiscais deverá recair, preferencialmente, sobre Servidores Públicos Municipais.

13.3.4.7.71 - O fiscal convocado que deixar de comparecer ao local que lhe for designado sem a devida justificativa, será suspenso dessas atividades por três fiscalizações sucessivas.

13.3.4.7.72 - Compete ao Fiscal:

- I – comparecer pontualmente no local de realização das provas, no mínimo, uma hora antes do horário estabelecido para o seu início;
- II – receber e entregar aos candidatos os materiais destinados à realização das provas;
- III – transmitir aos candidatos as orientações recebidas, as quais deverão ser observadas durante a realização das provas;
- IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

13.3.4.7.73 – O Fiscal terá como incumbência controlar a movimentação dos candidatos, antes, durante e após a realização das provas, estabelecendo um elo de ligação entre os candidatos e coordenação do Processo Seletivo Simplificado, bem como executar outras tarefas a que lhe forem determinadas.

13.3.4.7.74 - As pessoas portadoras de deficiência física submeter-se-ão à Processo Seletivo Simplificado para funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, segundo os critérios estabelecidos em Lei observados às normas constantes do Estatuto e Protocolo de Intenções.

13.3.4.7.75 - A divulgação total ou parcial do conteúdo dos Editais, ou de outros atos necessários ao adequado andamento dos Processos Seletivos Simplificados, será publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.76 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CIMVI ou pela autoridade competente, mediante proposição fundamentada.

13.3.4.7.77 - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis, por igual período, a critério do Presidente do CIMVI.

13.3.4.8 - É vedada a cessão de agentes públicos que tenham sido contratados em caráter temporário.

13.3.5 – São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

13.3.6 – As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 13.2.1 deste Protocolo de Intenções.

13.3.7 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

13.3.7.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – Diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

13.3.7.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 06 (seis) horas

diárias e 30 (trinta) horas semanais.

IV – 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

13.3.7.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

13.3.7.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

13.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

13.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

13.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

13.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

13.5 – REVOGADO

13.5.1 – REVOGADO

13.6 – REVOGADO

13.6.1 – REVOGADO

13.6.2 – REVOGADO

13.6.3 - REVOGADO

13.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

13.7.1 – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

13.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

13.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

13.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

13.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do

regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

13.7.2 - Conceder-se-á:

I – Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de $\frac{1}{4}$ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

III - Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção.

13.7.2.1 - As diárias serão regulamentadas por Resolução do Presidente do CIMVI que determinará os objetivos do deslocamento nomeando o agente público que estará a serviço do CIMVI e fixando o valor do benefício por dia de afastamento.

13.7.2.2 - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.3 - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64 e suas alterações.

13.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.5 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

13.7.2.6 - Aplica-se o disposto nos itens 13.7.2 e 13.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

13.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 28,83 (vinte e oito reais e oitenta e três centavos).

13.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no item 13.2.4.1 deste Protocolo de Intenções;

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no item 13.7.5.2 deste Protocolo de Intenções;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

13.7.5.1 – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função comissionada pelo desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, V da Constituição da República, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público. A função comissionada somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.5.3 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, gratificação pelo desempenho de atribuições excedentes as definidas para o cargo de origem, sendo devido, independente do exercício conjunto de mais de uma das atribuições especiais que lhe forem deferidas, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, vantagem no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 50% (cinquenta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de três anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

13.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 03 (três) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

13.7.6.2 – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

13.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

13.8 – Os empregos públicos de que trata o item 13.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Ensino médio completo.

IV – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

V – Para o emprego de CONTADOR:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos,

projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII – Para o emprego de MÉDICO VETERINÁRIO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Conforme Lei nº 5.517, de 23 de Outubro de 1968 – Capítulo II; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – Revogado.

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos,

através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

13.9 – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

13.10 – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou despreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

13.10.1 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

13.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

13.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

13.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

13.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

13.13 – São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

13.13.1 - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

13.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

13.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

13.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

13.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

13.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

13.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

13.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

13.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

13.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

13.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

13.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

13.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

13.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

13.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

13.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

13.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

13.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

13.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

13.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

13.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

13.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que

constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

13.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

13.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

13.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

13.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

13.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

13.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

13.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

13.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

13.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

13.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

13.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

13.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

13.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

13.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

13.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

13.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

13.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

13.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

13.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

13.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

13.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

13.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

13.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

13.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

13.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

13.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

13.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

13.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

13.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

13.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

13.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

13.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

13.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

13.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

13.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

13.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

13.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

13.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

13.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

13.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

13.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

13.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

13.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

13.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

13.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

13.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

13.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

13.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

13.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

13.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

13.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

13.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

13.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

13.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

13.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

13.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

13.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

13.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

13.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

14.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

14.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

14.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

14.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

14.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

14.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

14.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO PATRIMÔNIO

15.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

15.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

15.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito

financeiro aplicáveis às entidades públicas.

16.2 – Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em “Contrato de Rateio”, de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

16.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

16.2.2 - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado

16.2.3 - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

16.3 - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II – quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III – na forma do respectivo contrato de rateio.

16.3.1 - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

16.3.2 - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público para os fins do inciso III do item 16.3 deste Protocolo de Intenções será definido no Estatuto, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

16.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

16.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

16.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

16.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

16.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

16.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

17.1 – Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

17.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

18.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

18.2 – A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

18.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembléia Geral do Consórcio.

18.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

18.3 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembléia Geral;

II – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

18.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 18.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

18.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

18.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

18.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

18.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

18.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

19.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste protocolo de intenções, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

19.1.1 – (revogado)

19.1.2 - O contrato de programa poderá autorizar o Consórcio a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados por si ou pelos entes consorciados.

19.1.3 – A Assembléia Geral aprovará o regulamento que estabeleça também os critérios de cálculo do valor das tarifas ou do preço público dos serviços na gestão associada, quando o Consórcio Público assumir a cobrança pela prestação do serviço.

19.2 - A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

19.2.1 - Exclui-se do item 19.2 o território do Município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o excluir da gestão associada de serviços públicos.

19.3 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

19.3.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

IV – o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços;

V – o apoio à prestação dos serviços, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de maior complexidade;

c) o controle de qualidade e monitoramento;

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

19.3.2 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

19.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

19.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO CONTRATO DE PROGRAMA

20.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

20.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

20.1.2 - O disposto no item 20.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

20.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV – revogado;

V – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

VI – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

IX – as penalidades e sua forma de aplicação;

X – os casos de extinção;

XI – os bens reversíveis;

XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

20.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

20.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

20.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

20.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

20.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

20.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

20.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

20.2.8 – (revogado).

20.2.9 – (Revogado)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

21.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

21.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

21.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

21.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

21.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

21.2.1 – (Revogado)

I – (Revogado)

II - (Revogado)

III – (Revogado)

21.2.2 - (Revogado)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

22.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIMVI, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

22.1.2 – O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

22.2 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

22.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

22.3.1 – Em razão da presente adaptação do Consórcio às regras da Lei nº 11.107/05, a contabilidade pública será adotada somente a partir do início do próximo exercício, sem prejuízo da Prestação de Contas legalmente exigível.

22.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

22.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet em que se poderá obter seu texto integral.

22.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

22.5.1 - (Revogado)

22.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DO FORO

23.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Timbó, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Benedito Novo, aos 19 de Julho de 2007.

Município de Apiúna	Município de Ascurra
Município de Benedito Novo	Município de Doutor Pedrinho
Município de Indaial	Município de Pomerode
Município de Rio dos Cedros	Município de Rodeio
Município de Timbó	
Luiz Cláudio Kades	José Rafael Correa
OAB/SC 17.692	CPF nº 601.985.409-49
Assessor Jurídico da AMMVI	Secretário Executivo da AMMVI

ANEXO 1 doS empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 h	R\$ 12.507,80
6	Gestor de Serviços	40 h	R\$ 7.263,44

ANEXO 2 dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês (R\$)
2	Advogado	20 horas	4.319,01
9	Agente Administrativo	40 horas	2.787,88
1	Agente Controle Interno	20 horas	2.381,00
1	Biólogo	20 horas	4.068,80

1	Contador	20 horas	2.381,00
1	Engenheiro Agrônomo	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Civil	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Florestal	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Químico	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	20 horas	4.068,80
9	Fiscal Ambiental	40 horas	3.263,59
1	Geógrafo	20 horas	4.068,80
1	Geólogo	20 horas	4.068,80
9	Médico Veterinário	20 horas	3.767,41

ANEXO 3
(Revogado)

ANEXO 4
(Revogado)

1) (Revogado)

2) (Revogado)

3) (Revogado)

a) (Revogado)

b) (Revogado)

4) (Revogado)

a) (Revogado)

b) (Revogado)

c) (Revogado)

d) (Revogado)

e) (Revogado)

f) (Revogado)

g) (Revogado)

5) (Revogado)

6) (Revogado)

7) (Revogado)

8) (Revogado)

9) (Revogado)

RESOLUÇÃO Nº 240 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651785

RESOLUÇÃO Nº 240, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições, com

fundamento no que dispõe o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e o Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí;

CONSIDERANDO o que dispõe o item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018;

CONSIDERANDO a ausência de regulamentação específica ao inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a inexistência de tempo hábil para se promover a abertura de processos seletivos e/ou concursos públicos;

RESOLVE

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Estatuto e na presente Resolução.

§1º - Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que:

- a) os casos excepcionais estejam previstos na presente Resolução;
- b) o prazo de contratação seja predeterminado, na forma do estabelecido nesta Resolução e no Estatuto do CIMVI;
- c) a necessidade seja temporária, na forma do estabelecido nesta Resolução e no Estatuto do CIMVI;
- d) o interesse público seja excepcional;
- e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

DA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO MOTIVADORA DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art.2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística;

IV - atividades:

a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;

b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território dos respectivos entes federados associados, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;

c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, convênios ou consórcios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;

d) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

V - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos essenciais à comunidade, visando dar guarida ao princípio da continuidade e eficiência, quando da ausência coletiva do serviço; quantitativo de recursos humanos inferior à demanda excepcional do serviço público; paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento;

VI – tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias;

VII – supressão de mão de obra em razão de licença de agentes públicos do quadro efetivo do CIMVI, durante o respectivo período de afastamento, limitando-se a contratação aos períodos máximos previstos no Estatuto e na presente Resolução;

VIII - substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença, penalidade cautelar ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

IX - vacância de empregos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público ou processo seletivo;

§1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público respectivo conforme previsto no contrato administrativo individual de trabalho temporário a ser firmado, seguindo-se, preferencialmente a minuta constante do ANEXO I da presente Resolução.

§2º - O retorno do agente público titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

DO RECRUTAMENTO DO PESSOAL

Art.3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Resolução, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito publicidade na forma da Lei, prescindindo de concurso público.

§1º - A contratação para atender às necessidades emergenciais do CIMVI, prescindirá de processo seletivo.

§2º - Fica estabelecido o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data de publicação da presente Resolução para as funções dos empregos

públicos atualmente existentes na estrutura administrativa, para que o CIMVI promova processo seletivo simplificado.

§3º - Para as funções decorrentes de novos cargos criados na estrutura do CIMVI, o prazo de que trata o parágrafo anterior passará a fluir da data da publicação do respectivo ato de criação.

§4º - Enquanto fluir o prazo de que tratam os parágrafos 2º e 3º do presente artigo, as contratações temporárias ocorrerão com base no §1º dispensando-se consequentemente a realização do certame.

§5º - Na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo, fica autorizada até a realização de novo concurso ou processo seletivo e pelo prazo máximo estabelecido nesta Resolução, a contratação de pessoal mediante o cadastro de interessados junto ao Departamento ou setor responsável pelos Recursos Humanos do CIMVI e desde que atendidos os requisitos para contratação previstos no edital do concurso ou processo seletivo correspondente.

§6º - As contratações somente poderão ser feitas desde que haja prévia justificação da necessidade e demonstração da viabilidade financeira, bem como, no caso de funções não previstas para cargos previamente existentes na estrutura do CIMVI da aprovação em Assembleia Geral, na forma do §8º do artigo 46 do Estatuto do CIMVI.

DO PRAZO DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS E SUAS POSSÍVEIS PRORROGAÇÕES

Art.4º As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até dois anos, podendo ser prorrogado justificadamente, preferencialmente uma vez, até atingir o prazo máximo total de dois anos.

Art.5º. É admitida a prorrogação sucessiva dos contratos, por mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda dois anos.

DA JORNADA DE TRABALHO E DO VENCIMENTO

Art.6º A carga horária da contratação temporária de que trata a presente Resolução poderá ser inferior à prevista para o emprego público no quadro administrativo do CIMVI.

Parágrafo único - No caso de contratação para carga horária inferior, o vencimento devido será respectivamente proporcional e mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário (ANEXO I).

Art.7º. O vencimento do pessoal contratado nos termos desta Resolução será o previsto para o respectivo emprego público e/ou o mencionado no contrato administrativo individual do trabalho temporário pactuado, observado o disposto no artigo anterior.

DA CUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PERANTE O PODER PÚBLICO

Art.8º. É proibida a contratação, nos termos desta Resolução, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único - Excetua-se do disposto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários, as situações de cumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 9º. Aos contratados temporariamente para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público aplicar-se-á o Regime Jurídico estabelecido pela presente Resolução, não lhes sendo aplicáveis a CLT, tampouco a legislação de quaisquer dos Municípios associados ao CIMVI.

Art.10. Ao pessoal contratado nos termos desta Resolução aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, não sendo vinculados ao FGTS.

DAS OBRIGAÇÕES, PROIBIÇÕES, DOS DIREITOS E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art.11 O pessoal contratado nos termos desta Resolução não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato ou em ato normativo posterior;
- II - ser novamente contratado temporariamente, com fundamento nesta Resolução, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese de ser aprovado em processo seletivo público e/ou concurso público.

Art.12 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Resolução serão apuradas mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar,

Art.13 Constituem deveres do (a) contratado (a) temporário (a):

- I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;
- II. Ser leal as instituições a que servir;
- III. Observar as normas legais e regulamentares;
- IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação

dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

- a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
- c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

Art.14 Ao(à) contratado (a) temporário (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art.15 O (a) contratado (a) temporário (a) fica integralmente sujeito aos termos e condições estabelecidas pelo regime jurídico especial, previsto na presente Resolução, em conformidade com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando-lhe o seguinte:

I - percepção de diárias, nos exatos termos estabelecidos Estatuto do CIMVI e sua respectiva regulamentação;

II - gratificação natalina, proporcional ao período anual trabalhado;

III - remuneração do serviço extraordinário superior, em cinquenta por cento à do normal;

IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sendo que:

a) as férias remuneradas serão concedidas de acordo com a escala organizada pela Chefia Imediata, podendo a escala de férias ser alterada por autoridade superior;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze (12) meses de efetivo exercício das funções contratadas;

c) as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, serão devidas

na seguinte proporção:

1. Trinta (30) dias consecutivos, quando não houver faltado injustificadamente mais de cinco (05) vezes;
2. Vinte e cinco (25) dias consecutivos quando houver tido de seis (06) a dez (10) faltas não justificadas ao serviço;
3. Vinte (20) dias consecutivos, quando houver tido de onze (11) a quinze (15) faltas não justificadas ao serviço;
4. Dez (10) dias consecutivos, quando houver tido de dezesseis (16) a vinte (20) faltas não justificadas ao serviço;
5. Cinco (05) dias consecutivos quando houver tido de vinte e uma (21) a vinte e cinco (25) faltas não justificadas ao serviço.
6. O funcionário não fará jus às férias se no período aquisitivo tiver mais de vinte e cinco (25) faltas não justificadas.
- d) será facultada a conversão um terço (1/3) das férias em pecúnia desde que se mostre oportuno e conveniente à Administração do CIM-VI, haja orçamento compatível e esteja de acordo o(a) contratado (a) temporário (a), devendo manifestar seu consentimento por escrito;
- e) as férias poderão ser gozadas de forma intercalada;
- f) caberá ao CIMVI determinar a data de início de gozo das férias do(a) contratado (a) temporário (a);
- g) as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de conveniência ou interesse público;

V - licença à gestante, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VI – licença paternidade, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - gratificação por atividade insalubre nos seguintes valores, reajustáveis pelo mesmo valor da revisão geral concedida:

- a) R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais) para grau máximo;
- b) R\$100,00 (cem reais) para grau médio;
- c) R\$40,00 (quarenta reais) para grau mínimo.

IX - direito de Petição e regime disciplinar estabelecido pela presente Resolução;

X - a observância aos deveres e proibições estabelecidos pela presente Resolução;

XI - as responsabilidades e punições mediante processo administrativo disciplinar, a ser conduzido por Comissão criada para este fim a qual poderá aplicar as penalidades abaixo, de acordo com a gravidade do ilícito e observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, podendo a Comissão suspender temporariamente o contrato em caráter preventivo até conclusão do processo administrativo disciplinar:

- a) advertência escrita;
- b) rescisão do contrato de trabalho temporário por demissão.

XII – ausentar-se do serviço nas seguintes hipóteses:

- a) por um (01) dia:
 - 1) ao ano para doação de sangue;
 - 2) para se alistar como eleitor.
- b) por dois (02) dias consecutivos em razão de:
 - 1) luto, pelo falecimento de ascendente seu ou de cônjuge, de descendentes excetuados os filhos, bem como de irmão;
- c) por três (03) dias consecutivos em razão de:
 - 1) casamento;
 - 2) pelo falecimento de cônjuge, filho, enteado ou menos sob guarda ou tutela.

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial não estão sujeitas ao regime Celetista, não fazendo jus ao FGTS;

XIV - remuneração do serviço noturno superior, em cinquenta por cento à do diurno;

XV – recebimento de gratificações, abonos, benefícios e outras vantagens expressamente previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções ou outro regramento do CIMVI que lhe possam ser deferidos.

DA RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL

Art.16 O contrato firmado de acordo com esta Resolução, extinguir-se-á , sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratado;
- III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;
- IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;
- V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa;
- VI – em razão de cumprimento de termo de ajustamento de conduta;
- VII - pela extinção ou conclusão do projeto, acordo, convênio ou consórcio definidos pelo contratante;
- VIII - pelo retorno do titular;

§1º A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e V, será comunicada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo imediata nos demais casos, inclusive nos que porventura não estejam previstos nas hipóteses exemplificativas do presente artigo.

§2º Em caso de demissão implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado e/ou concurso

público pelo período de 5 (cinco) anos, contado da data da demissão.

§3º Em qualquer caso o contratado terá direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício.

Art.17 O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Resolução será contado para todos os efeitos.

Art.18 A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo individual, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto nesta Resolução, devendo ser anotada (nas anotações gerais) na CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários, fazendo-se menção a data e início e término da contratação, função desempenhada, vencimento, jornada de trabalho e mencionado o fundamento legal da presente Resolução, do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Art.19 Os processos seletivos simplificados promovidos pelo CIMVI, reger-se-ão pelas normas estabelecidas nesta Resolução e se destinam a formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação de eventuais classificados que somente serão chamados em conformidade com as necessidades da Administração do Consórcio, observada a ordem de classificação.

Art.20 Os processos seletivos simplificados serão de caráter público e deverão ser desenvolvidos segundo a área definida no Edital de recrutamento, elaborado em observância das atribuições das funções a serem objeto da eventual contratação.

Art.21 Os processos seletivos simplificados, de caráter competitivo, destinam-se a selecionar candidatos para formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação do candidato que será eventualmente convocado de acordo com as necessidades do CIMVI, observada a ordem de classificação.

§1º. Os processos seletivos simplificados previstos no “caput” deste artigo poderão ser:

a)de provas;

b)de provas e títulos;

§2º. Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas escritas e orais.

§3º.Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas práticas.

§4º.Os processos seletivos simplificados poderão exigir testes físicos e/ou psicológicos.

Art.22 O CIMVI poderá contratar empresa para promoção de todas ou de algumas fases dos processos seletivos simplificados.

Parágrafo único – O recrutamento e a seleção de pessoal, bem como a coordenação, o controle e a execução dos procedimentos administrativos correspondentes, ressalvadas de competência específica em Lei e/ou do contrato firmado com eventual empresa contratada, competirá ao órgão determinado pelo Presidente do CIMVI.

Art.23 Os processos seletivos simplificados para formação de cadastro reserva serão desenvolvidos nos termos da legislação própria dos respectivos nos quadros de pessoal observadas as exigências para o exercício das funções a serem eventualmente contratadas.

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Art.24 O recrutamento dar-se-á obrigatoriamente com publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

Parágrafo único –A Publicação do Edital poderá ocorrer na forma de minuta e/ou extrato com veiculação pelos meios de comunicação.

Art.25 O Edital deverá ser estruturado de forma que contenha obrigatoriamente:

I – A denominação dos postos e funções;

II – As datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como do local e horário em que as mesmas serão recebidas;

III – A descrição sintética das atribuições, a observação que se destina a formação de CADASTRO RESERVA, o regime jurídico da presente Resolução, a respectiva retribuição pecuniária mensal proporcional a jornada de trabalho assinalada, sendo que o CIMVI poderá efetuar contratação com jornada menor e vencimento proporcional de acordo com a presente Resolução, não havendo qualquer direito do candidato convocado a contratação pela carga horária prevista no edital, a qual será apresentada em caráter meramente estimativo para fins de publicação e comparação remuneratória;

IV – Os requisitos imprescindíveis para a contratação temporária e exercício das funções contratadas;

V – Os programas e os tipos de provas, com a indicação das respectivas valorizações, do caráter eliminatório, dos critérios de julgamento e da apuração dos resultados de cada uma delas;

VI – A indicação, quando for o caso dos títulos valorizáveis, os critérios de valorização dos mesmos, bem como o valor global em relação às provas, conforme dispositivos legais vigentes;

VII – A nota mínima de aprovação exigida nas provas ou nas disciplinas eliminatórias;

VIII – Quaisquer outras exigências, condições ou informações que devam ser atendidas, pelos candidatos, ou que se fizerem necessárias à boa ordenação do Processo Seletivo Simplificado em todas as suas fases;

DAS INSCRIÇÕES

Art.26 O prazo para inscrição será estipulado de acordo com a necessidade e urgência de provimento dos cargos, não podendo ser inferior a 10 (dez) dias da publicação do Edital.

Parágrafo único – O prazo que se refere este artigo poderá ser prorrogado quando não se apresentarem candidatos ou, apresentando-se,

seu número seja considerado irrisório.

Art.27 O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário específico fornecido aos candidatos, ou aos procuradores, observadas as normas do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

§1º - Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência.

§2º - O pedido de inscrição implicará conhecimento e aceitação de todas as disposições desta Resolução e do respectivo Edital.

§3º. - Não haverá devolução do valor pago a título de inscrição, salvo quando for cancelada a realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo, neste caso, haver compensação do valor pago com a de outra inscrição que vier a ser instaurado no âmbito do CIMVI.

Art.28 A homologação ou indeferimento dos pedidos de inscrição constarão em Edital, publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum, sob forma de extrato.

§1º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras, sob pena de indeferimento.

§2º - Será indeferido o pedido de inscrição pago com cheque sem provimento de fundos.

Art.29 O despacho indeferitório da inscrição de candidato caberá recurso na forma e prazo consignados no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art.30 A inscrição poderá ser cancelada em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, desde que verificado o não cumprimento dos requisitos no Edital ou constatada ocorrência de dolo ou fraude na sua obtenção.

§1º - O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrente e não importará em devolução de quaisquer valores pagos.

§2º - Será dada toda publicidade ao cancelamento da inscrição podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram o cancelamento.

DA SELEÇÃO

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

Art.31 Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local a serem previamente divulgados mediante Edital.

§1º - Somente será admitido à prestação das provas o candidato que exhibir no ato, documento de identidade ou ficha de inscrição de acordo com as determinações constantes do Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§2º - O Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá fixar outras exigências à realização da(s) prova(s), sem as quais, não admitir-se-á que o candidato a(s) realize.

§3º - Não haverá Segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado, salvo expressa previsão contida no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art.32 Durante a realização das provas, sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao concurso;

II – consultar livros ou apontamentos, bem como se utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;

III – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos específicos e especiais, devidamente acompanhado do fiscal;

IV – portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma o bom andamento do trabalho;

V – utilizar-se de aparelhos e mecanismos vedados pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art.33 Será anulada a prova que contiver sinais ou expressões que possibilitem a sua identificação.

Art.34 Quando a correção das provas não for realizada através de processamento eletrônico, o sigilo, quanto à identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos de desidentificação das mesmas.

§1º - As provas contendo a identificação dos candidatos serão guardadas em invólucro lacrado a fim de garantir sua inviolabilidade.

§2º - As notas serão divulgadas mediante Edital, devidamente publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum.

Art.35 Quando o processo seletivo for de provas e de títulos, estes deverão ser apresentados consoante as normas previstas no Edital.

DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

Art.36 As provas de poderão ter caráter eliminatório e classificatório.

Parágrafo único - As provas de caráter eliminatório poderão aferir os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo, conforme o grau de escolaridade e o seu conteúdo ocupacional.

Art.37 Os resultados das provas serão divulgados mediante Edital, a ser publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

Art.38 Não será conferida nota à prova, ou as provas em que o candidato tenha sido excluído do respectivo recinto de sua prestação, ou tiver a mesma anulada por quaisquer dos motivos previstos nesta Resolução e/ou no Edital.

Art.39 Na atribuição de pontos ou notas a qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, poderá eventualmente ocorrer o arredondamento das mesmas a critério da Comissão Examinadora e/ou da empresa contratada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

Art.40 Após o julgamento das provas, quando não for através de processo eletrônico, poderá o candidato solicitar seja dada vista das suas

folhas de respostas em local, prazo e horários fixados no Edital.

Parágrafo único - Não fixado o prazo no Edital, este será de dois(02) dias após a publicação do resultado da prova.

Art.41 A nota mínima de aprovação nas provas e a média final serão estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Art.42 O julgamento dos títulos que terá caráter meramente classificatório, será feito nos termos dos critérios estipulados no Edital.

§1º - Serão considerados como títulos somente os cursos ou atividades desempenhadas pelo candidato, diretamente relacionadas com as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado.

§2º - Somente serão apreciados os títulos no prazo e na forma fixados no Edital.

Art.43 No caso de empate entre os candidatos aprovados, a preferência para classificação se dará de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Parágrafo único – Persistindo empate, depois de aplicadas as regras do Edital de Processo Seletivo Simplificado, o desempate se fará através de sorteio público, com o chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de sua realização.

DO PEDIDO DE REVISÃO DAS PROVAS

Art.44 No caso de desconformidade com a nota que lhe tiver sido atribuída em cada prova, específica, ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais, será facultado ao candidato formular pedido de revisão, de acordo com as regras estabelecidas nesta Resolução e no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art.45 Após a divulgação das notas das provas ou das provas de títulos, os candidatos na forma e prazo fixado no Edital de Processo Seletivo Simplificado, ingressar com o pedido de revisão, no todo ou em parte, justificadamente, versando apenas sobre o conteúdo das provas ou das provas de títulos.

Art.46 O pedido de revisão será conterá os seguintes elementos:

I – nome completo e o número de inscrição do candidato;

II – a indicação do concurso que esteja realizando;

III – a exposição detalhada a respeito das questões, pontos ou títulos que deseja ver revisados, bem como o total de pontos pleiteados.

Art.47 Não caberá pedido de revisão:

I – da prova prática, salvo se for escrita;

II – da avaliação física, psicológica ou psiquiatria, quando exigíveis;

Art.48 Só poderá ser proposta a alteração da nota anteriormente atribuída, se ficar comprovado erro na correção ou na aplicação do critério de julgamento das provas ou dos títulos, bem como em decorrência de erro substancial da questão.

§1º - Provido de revisão, serão ultimadas as medidas necessárias tendentes à:

I – manutenção dos pontos respectivos aos candidatos que tiverem respondido às questões de acordo com as respostas originais, ou, ao candidato recorrente;

II – atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo não tendo interposto pedido de revisão, hajam respondido as questões de acordo com o que a Comissão Examinadora ou empresa contratada vier a reconhecer como certo, em função do pedido de outro candidato.

§2º - O candidato que tiver interposto pedido de revisão não poderá ter diminuído a nota anteriormente obtida, salvo evidente erro de soma.

Art.49 Os recursos não terão efeito suspensivo.

Art.50 No caso de anulação da prova, deverá a mesma ser repetida, mantidos os números e os valores das questões, observando-se igual peso, devendo participar somente os candidatos que compareceram e prestaram a prova objeto da anulação.

Art.51 Os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado, contendo a classificação dos candidatos, serão homologadas pelo Presidente do CIMVI, mediante Edital.

DO ÓRGÃO EXECUTOR, COMISSÕES E FISCAIS DE PROVAS DO ÓRGÃO EXECUTOR

Art.52 Os Processos Seletivos Simplificados serão desenvolvidos em todas as suas fases, sob a coordenação do Diretor Executivo do CIMVI.

Art.53 Ao órgão executor compete:

I – elaborar o Edital, contendo as regras básicas que nortearão a realização do Processo Seletivo Simplificado;

II – escolher a Comissão Examinadora;

III – acompanhar a elaboração dos programas das provas e dos títulos;

IV – acompanhar a aplicação e o julgamento das provas;

V – ultimar todas as providências necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado sob sua responsabilidade;

Parágrafo único – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art.54 A Comissão Examinadora será composta de 03(três) membros.

Art.55 Dentre os três membros o Diretor Executivo do CIMVI escolherá o Presidente da Comissão Examinadora.

Art.56 Somente poderão compor a Comissão Examinadora pessoas de reconhecida idoneidade moral e que não estejam sofrendo nem tenham sido condenadas em processos administrativos disciplinares, nem a crimes contra a fé pública, a administração pública ou ato de improbidade.

Art.57 A Critério do Diretor Executivo do CIMVI poderão ser designadas várias Comissões Examinadoras.

Parágrafo único - O desempenho de atividade junto à Comissão Examinadora será não remunerado e reconhecido como de utilidade pública.

Art.58 A critério do Diretor Executivo do CIMVI, o desempenho de atividades por agentes públicos em realização de Processo Seletivo Simplificado, durante dias sem expediente na Administração, poderá ser compensado em outra oportunidade.

Art.59 À Comissão Examinadora compete:

I – receber os fiscais, por ocasião da realização das provas, prestando toda orientação necessária a respeito dos procedimentos a serem adotados pelos mesmos;

II – distribuir aos fiscais as provas e as grades de resposta, ou os cartões de processamento eletrônico, em volumes devidamente lacrados, os quais deverão ser abertos na presença dos candidatos que testemunharão o fato.

III – orientar a desidentificação das provas, a ser feita após a conclusão das mesmas, e, inclusive, convidar os candidatos acompanhar os trabalhos respectivos;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

Parágrafo único – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

Art.60 O fiscal é a pessoa investida nas atribuições relativas a execução das provas no recinto determinado, envolvendo a recepção, a distribuição do material e o controle da atitude dos candidatos durante a realização das mesmas.

§1º - A convocação dos fiscais deverá recair, preferencialmente, sobre Servidores Públicos Municipais.

§2º - O fiscal convocado que deixar de comparecer ao local que lhe for designado sem a devida justificativa, será suspenso dessas atividades por três fiscalizações sucessivas.

Art.61 Compete ao Fiscal:

I – comparecer pontualmente no local de realização das provas, no mínimo, uma hora antes do horário estabelecido para o seu início;

II – receber e entregar aos candidatos os materiais destinados à realização das provas;

III – transmitir aos candidatos as orientações recebidas, as quais deverão ser observadas durante a realização das provas;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

Parágrafo único – O Fiscal terá como incumbência controlar a movimentação dos candidatos, antes, durante e após a realização das provas, estabelecendo um elo de ligação entre os candidatos e coordenação do Processo Seletivo Simplificado, bem como executar outras tarefas a que lhe forem determinadas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.62 As pessoas portadoras de deficiência física submeter-se-ão à Processo Seletivo Simplificado para funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, segundo os critérios estabelecidos em Lei observados às normas constantes nesta Resolução.

Art.63 A divulgação total ou parcial do conteúdo dos Editais, ou de outros atos necessários ao adequado andamento dos Processos Seletivos Simplificados, será publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

Art.64 Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Presidente do CIMVI ou pela autoridade competente, mediante proposição fundamentada.

Art.65 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis, por igual período, a critério do Presidente do CIMVI.

Art.66 É vedada a cessão de agentes públicos que tenham sido contratados em caráter temporário.

Art.67. As despesas decorrentes da execução desta Resolução, correrão por conta da dotação específica, consignada no orçamento.

Art.68. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.69. Revogam-se as disposições em contrário.

Timbó, 12 de Junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 12 de Junho de 2018.

PATRÍCIA BARBARESCO
Agente Administrativo

ANEXO I
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento de contrato administrativo de serviço público temporário, celebrado com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item XXXXX e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo XXXXX e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c a Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº XXX, de 12 de Junho de 2018, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXX, CONTRATA TEMPORARIAMENTE o (a) Sr.(a.) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, (qualificação) doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nas seguintes condições:

1. Por força deste contrato, regido inteiramente pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item XXXXX e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo XXXXX e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c a Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº XXX, de 12 de Junho de 2018, em especial na necessidade temporária de excepcional interesse público capitulada no artigo 2º, inciso XXXX, desta última Resolução, é promovida a CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a).

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará as funções inerentes de XXXXXXXXXXXX.

3. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) obrigando-se a prestar os serviços decorrentes das funções antes referidas e outras, correlatas, que vierem a ser objeto de instruções ou ordens de serviço, dentro da natureza deste contrato.

4. A jornada de trabalho semanal do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) será de XXXXX (XXXX) horas.

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$ XXXXXXX, respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

6. O pagamento da remuneração prevista na cláusula anterior dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, e será efetuado na seguinte conta bancária informada pelo(a) O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), respondendo este pela higidez dos dados apresentados:

BANCO XXXXX
AGÊNCIA XXXXXXX
CONTA CORRENTE Nº XXXXXXX
TITULARIDADE DO(A) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a)

7. É da responsabilidade do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) informar quaisquer alterações de seus dados pessoais, inclusive bancários, perante o CIMVI, no endereço que consta do prólogo do presente Contrato Administrativo Individual.

8. O presente contrato temporário é firmado pelo prazo de XXXXX(X) meses, tendo seu início em XX/XX/XXXX e término em XX/XX/XXXX.

9. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem conhecimento de todas as obrigações legais, bem como aptidão técnica e profissional para o desempenho das funções contratadas, respondendo pelo pagamento de todos os encargos com eventual registro profissional perante órgão de classe, que, caso necessário ao desempenho das atribuições, deverá ser mantido durante toda a vigência da presente contratação.

10. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem pleno conhecimento do teor da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 bem como do Estatuto do Consórcio e demais atos normativos da associação pública, os quais encontram-se publicados no site eletrônico do CIMVI podendo ser consultado em <http://cimvi.sc.gov.br/>.

11. O presente contrato administrativo individual de trabalho temporário considerar-se-á extinto este contrato, desobrigando-se a Contratante do pagamento de qualquer indenização ou verba rescisória, bem como nas hipóteses previstas no artigo 46-F do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

12. Constituem deveres do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a):

- I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;
- II. Ser leal as instituições a que servir;
- III. Observar as normas legais e regulamentares;
- IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação

dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

- a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
- c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão das funções exercidas;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13. Ao(à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se das funções para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

14. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente pactuação nem representa nem caracteriza exercício cumulativo de cargos, empregos e funções públicas proibido pelas normas vigentes.

15. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente contratação não implica em nepotismo, não guardando qualquer relação de parentesco com agentes políticos do CIMVI e municípios associados.

16. Se durante a vigência do presente contrato o servidor temporário der justo motivo para a sua rescisão, será despedido sem direito a indenização, justificadamente, após oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018.

18. Na vigência deste contrato, o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) fica submetido ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes.

19. Não existe nem se constitui qualquer vinculação trabalhista ou funcional estatutária, pela assinatura deste contrato entre o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) e a Contratante. A Contratante, ao encerramento do presente contrato, expedirá Certidão de Tempo de Serviço,

contendo o período integral do serviço prestado, em nome do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), para os fins de direito.

20. Este contrato será pago por dotações orçamentárias próprias da Contratante, consignadas em seu orçamento.

21. Questões omissas na legislação serão resolvidas entre as partes, na forma das fontes subsidiárias de direito.

22. As partes elegem o foro da Comarca de Timbó para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23. Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito administrativo vigente.

E, por estarem em perfeito e mútuo entendimento, firmam este contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas.

Timbó, XX de XXXXX de XXXX.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI
(Contratante)

(nome do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a))
(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome _____ Nome _____
CPF: _____ CPF: _____

ANEXO II ROL DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

DOCUMENTO ORIGINAL E CÓPIA LEGÍVEL DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- Carteira de Identidade
- Certidão de casamento/nascimento;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de Trabalho – na parte de identificação (frente e verso) e todos os registros de contratos;
- PIS/PASEP (frente e verso);
- CPF;
- Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- Quando for o caso, comprovante de inscrição e regularidade para com o órgão fiscalizador do exercício profissional (carteira e/ou cartão de identificação ou equivalente);
- Quando for o caso, Carteira Nacional de Habilitação na classe exigida para o cargo;
- Título de eleitor;
- Comprovante da última votação ou justificativa;
- Carteira de Reservista ou equivalente;
- Tipagem sanguínea.
- Carteira de Vacinação atualizada com declaração de vacina (Retirar a declaração em alguma Unidade de Saúde)
- Declaração de acumulação lícita ou não de cargo público e ou recebimento de pensão e ou aposentadoria
- Declaração de inexistência ou não de nepotismo.
- Comprovante de residência
- Conta corrente
- 1 foto 3 x 4
- Endereço eletrônico – e-mail
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável (Certidão de Antecedentes Criminais – FORUM e site www.dpf.gov.br);
- Declaração de bens, declaração de Imposto de Renda.
- Atestado médico Admissional/Exames complementares.

ROL DE DOCUMENTOS PARA DEMISSÃO

- Atestado médico Demissional/Exames complementares

ANEXO III

MINUTA MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CUMULAÇÃO LICITA DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

FULANO DE TAL, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob nº. XXXXXXXXXXXX, com carteira de identidade sob nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXX/XX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, Estado de(o) XXXXXXXXXXXX, declaro para

os fins previstos no Art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal, que:

a) () não sou detentor(a) de nenhum outro cargo, emprego ou função pública e nem aposentado em face destes.

b) () sou detentor(a) do cargo/emprego/função pública de _____ em caráter _____ (efetivo/temporário/comissionado), lotado(a) no seguinte órgão público _____ (municipal/estadual/federal): _____, e exercício no seguinte local e horário: _____.

c) () sou inativo(a) em face do(a) cargo/emprego/função pública de _____, com carga horária de _____ horas semanais, exercido no (a) _____ (órgão) do _____ (Ente), e recebo proventos do regime _____ (geral/Próprio) de Previdência Social gerido pelo (nome do Instituto ou Fundo).

Sendo o que tinha a declarar, subscrevo-me mui.

Data e local: _____

Assinatura: _____

ANEXO IV

MINUTA MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

FULANO DE TAL, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob nº. XXXXXXXXXXXX, com carteira de identidade sob nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXX/XX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, Estado de(o) XXXXXXXXXXXX, declaro para os fins previstos no art. 37, "caput", da Constituição Federal, e Súmula Vinculante 13 do STF, que:

a) () não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) () sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante (_____), do (_____), ou de servidor da mesma pessoa jurídica (_____) investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sendo o que tinha a declarar, subscrevo-me mui.

Data e local: _____

Assinatura: _____

RESOLUÇÃO Nº 241 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1651909

RESOLUÇÃO Nº 241, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA de EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e na Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018;

DETERMINA:

Art. 1º - Fica homologada a contratação individual para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público do (a) agente público(a) abaixo identificado: MARINA DOS SANTOS HOFFMANN, brasileira, casada, Engenheira Ambiental, residente e domiciliada na Avenida Castelo Branco, 186, apto 304, Centro, na cidade de Indaial/SC, CEP: 89.081-051

Nome do (a) CONTRATADO (A): MARINA DOS SANTOS HOFFMANN	
Data de Nascimento: 25/07/1988	CPF: 072.009.569-70
CI: 9.994.155-3 Órgão expedidor: SSP/PR	Registro Profissional: 157941-7
CNH: 05001085356	Categorias da CNH: B

Art.2º - A Contratação Individual se dá para o exercício de TODAS as funções previstas para o emprego público na forma a seguir descrita:

Emprego Público: FISCAL AMBIENTAL	
Remuneração: R\$3.263,59	Jornada Semanal: 40 (quarenta) horas

Art.3º - Fica a agente pública autorizada a conduzir, no exercício das funções para as quais foi contratada, os veículos da frota oficial, caso possua habilitação para tanto.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 12 de Junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

CIS NORDESTE

EXTRATO DO 1º ADITAMENTO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 10/2018

Publicação Nº 1650808

Extrato do 1º Aditamento ao Contrato de Rateio Nº 10/2018	
CONTRATANTE:	Município de Joinville
CNPJ:	08.184.821/0001-37
CONTRATADO:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
OBJETO:	Alteração da redação da CLÁUSULA DOZE do contrato.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com a Lei Municipal nº 6280/2008, regulamentado pelo Decreto nº 23120/2014 e ofício SEI nº 1961030/2018 – SES.UCC.ACV.
JUSTIFICATIVA:	Inclusão de dotação orçamentária
VIGÊNCIA:	O presente aditamento vigorará do dia 12 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2018.
Joinville/SC, 12 de junho de 2018. Clézio José Fortunato Presidente do CISNORDESTE/SC	

CIS/AMMVI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - CLÍNICA DE IMAGEM DE BRUSQUE LTDA.

Publicação Nº 1651596

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa CLÍNICA DE IMAGEM DE BRUSQUE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 25.217.568/0001-90, com sede na Rua Pastor Sandrescky, 160 – Brusque – SC – CEP: 88.350-040, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 3.696.213,60 (três milhões seiscentos e noventa e seis mil duzentos e treze reais e sessenta centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 12 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - CLÍNICA DE OLHOS DR. ROBERTO VON HERTWIG LTDA.

Publicação Nº 1651591

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará

mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa Clínica de Olhos Dr. Roberto von Hertwig LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 79.375.044/0001-56, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 15.360,00 (Quinze mil e trezentos e sessenta reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 11 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU

Publicação Nº 1651582

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 16.665.481,32 (Dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 11 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - CLÍNICA DE IMAGEM DE BRUSQUE LTDA.

Publicação Nº 1651594

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa CLÍNICA DE IMAGEM DE BRUSQUE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 25.217.568/0001-90, com sede na Rua Pastor Sandrescky, 160 – Brusque – SC – CEP: 88.350-040, para prestação dos serviços e procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº. 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 12 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - CLÍNICA DE OLHOS DR. ROBERTO VON HERTWIG LTDA.

Publicação Nº 1651586

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa Clínica de Olhos Dr. Roberto von Hertwig LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 79.375.044/0001-56, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para prestação dos serviços

e procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar. Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 11 de junho de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU

Publicação Nº 1651577

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, para prestação dos serviços e procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 11 de junho de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CIS/AMOSC**EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS**

Publicação Nº 1650679

TERMO ADITIVO Nº: 01/2018 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO PRINCIPAL 122/2013**PRESTADOR: CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA.****OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018.****TERMO ADITIVO Nº: 01/2018 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO PRINCIPAL 15/2014****PRESTADOR: GRELLMANN CLÍNICA INCORPORADORA LTDA. - ME****OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM EXAMES DE COMPLEMENTAÇÃO DE ENDOSCOPIA E COLONOSCOPIA.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018.****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 39/2018****PRESTADOR: CLÍNICA PSICOLOGIA E NUTRIÇÃO BERTICELLI LTDA.****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Psicologia e Nutrição.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 40/2018****PRESTADOR: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Cirurgias Eletivas Edital 01/2018.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 41/2018****PRESTADOR: CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA RAQUEL NERES DALL AGNOL - EIRELI****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Procedimentos Fonoaudiólogos.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 42/2018****PRESTADOR: PANIZ CONSULTÓRIO DE PSICOLOGIA EIRELI****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Terapia em Psicologia.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 43/2018****PRESTADOR: PEDRO MARIO BORGES DE BARROS****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Cirurgias Eletivas Edital 01/2018.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 44/2018****PRESTADOR: TOSATI & JORGENSEN APARELHOS AUDITIVOS LTDA****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Procedimentos Fonoaudiólogos.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 45/2018****PRESTADOR: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE VARGÊÃO****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Cirurgias Eletivas Edital 02/2017.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 46/2018****PRESTADOR: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE VARGÊÃO****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Cirurgias Eletivas Edital 01/2018.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 47/2018****PRESTADOR: POLYMED POLYCLINICA MÉDICA E OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S/S LTDA.****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Cirurgias Eletivas Edital 01/2018.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018****TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 47/2018****PRESTADOR: FERNANDO BONETTO SCHINKO - ME****OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Cirurgias Eletivas Edital 01/2018.****VIGÊNCIA: A partir de junho de 2018**

CISAM

BALANCETE FINANCEIRO POR CATEGORIA ECONÔMICA MAIO/2018

Publicação Nº 1651115

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Maio
Página: 1

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	65.866,39	ORÇAMENTÁRIAS	48.891,50
Receita Patrimonial	1.359,82	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	48.891,50
Receita de Serviços	35.851,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.428,97
Transferências Correntes	26.361,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.462,53
Outras Receitas Correntes	27,22		
Transferências de Capital	2.267,20		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	114.111,14	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	115.632,10
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31,71	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31,71
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.760,96	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.699,36
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	50.329,68	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	59.108,79
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	58.988,79	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	51.792,24
SALDOS ANTERIORES	390.954,04	SALDOS ATUAIS	406.407,97
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	235.764,89	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	236.907,03
BANCO C/ MOVIMENTO	155.189,15	BANCO C/ MOVIMENTO	169.500,94
TOTAL	570.931,57	TOTAL	570.931,57

Capinzal, 12/06/2018

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--

Publicação Nº 1651143

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	01 CONSÓRCIO INTERM. SANEAI	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
	01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAI	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
	0101.04 Administração	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
	0101.04.122 Administração Geral	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
	0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DE	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
04	04.122.0001.1.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	73.125,00	0,00	0,00	73.125,00	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	43.125,00	0,00	0,00	43.125,00	0,00	0,00	0,00
1	4.4.90.52.35.00.00.00.00.0000 Equipamentos de Processamer		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
7	04.122.0001.1.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
04	04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	772.288,42	30.377,19	220.866,15	551.432,27	36.220,30	179.373,08	41.483,07
	3.1.90.00.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	320.061,66	22.693,58	112.489,84	207.571,82	22.693,58	112.489,84	0,00
	3.1.90.00.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	5.477,99	4.522,01	0,00	5.477,99	0,00
	3.1.90.11.01.00.00.00.00.0000 vencimentos e salários		17.591,93	80.931,74		17.591,93	80.931,74	0,00
	3.1.90.11.44.00.00.00.00.0000 férias - abono pecuniário		0,00	5.415,82		0,00	5.415,82	0,00
	3.1.90.11.44.00.00.00.00.0003 férias - abono pecuniário		0,00	5.477,99		0,00	5.477,99	0,00
	3.1.90.13.01.00.00.00.00.0000 FGTS		1.407,35	7.211,67		1.407,35	7.211,67	0,00
	3.1.90.13.02.00.00.00.00.0000 Contribuições Previdenciárias -		3.694,30	18.930,61		3.694,30	18.930,61	0,00
	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas		7.683,61	102.390,87		13.526,72	60.907,80	41.483,07
	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas		0,00	497,45		0,00	497,45	0,00
	3.3.90.14.14.00.00.00.00.0000 Diárias no País - Civil		1.870,42	4.595,92		1.870,42	4.595,92	0,00
	3.3.90.30.01.00.00.00.00.0000 Combustíveis e Lubrificantes At		0,00	3.516,00		0,00	1.373,97	2.142,03
	3.3.90.30.07.00.00.00.00.0000 Gêneros de Alimentação		196,49	304,40		196,49	304,40	0,00
	3.3.90.30.11.00.00.00.00.0000 Material Químico		0,00	15.241,00		190,00	15.241,00	0,00
	3.3.90.30.17.00.00.00.00.0000 Material de Processamento de I		0,00	325,00		0,00	325,00	0,00
	3.3.90.30.21.00.00.00.00.0000 Material de Copa e Cozinha		7,58	60,81		7,58	60,81	0,00
	3.3.90.30.22.00.00.00.00.0000 Material de Limpeza e Produçã		354,82	608,57		354,82	608,57	0,00
	3.3.90.30.23.00.00.00.00.0000 Uniformes, Tecidos e Aviamen		1.160,00	1.238,00		0,00	0,00	1.238,00
	3.3.90.30.26.00.00.00.00.0000 Material Elétrico e Eletrônico		52,95	52,95		52,95	52,95	0,00
3.3.90.30.28.00.00.00.00.0000 Material de Proteção e Seguran		32,94	32,94		32,94	32,94	0,00	
3.3.90.30.35.00.00.00.00.0000 Material Laboratorial		133,00	161,00		0,00	2.800,00	253,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.0000 Material para Manutenção de Vi		179,91	753,11		179,91	753,11	0,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.00.0000 Materiais de Consumo - Pagam		0,00	300,00		0,00	300,00	0,00	
9	3.3.90.30.96.00.00.00.00.0003 Materiais de Consumo - Pagam		13.553,37		1.134,48	5.612,01	7.941,36	
3	3.3.90.39.05.00.00.00.00.0000 Serviços Técnicos Profissionais		0,00	4.331,50	4.100,00	4.186,85	144,65	
3	3.3.90.39.40.00.00.00.00.0000 Programa de Alimentação do Tr		0,00	21.120,00	2.680,24	7.720,70	13.399,30	
3	3.3.90.39.43.00.00.00.00.0000 Serviços de Energia Elétrica		0,00	2.400,00	139,39	700,64	1.699,36	
3	3.3.90.39.48.00.00.00.00.0000 Serviços de Seleção e Treinam		700,00	5.260,00	700,00	5.260,00	0,00	

Betha Sistemas
Maio/2018
Página: 2

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
		01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
		0101.04 Administração	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
		0101.04.122 Administração Geral	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
		0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
		04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	772.288,42	30.377,19	220.856,15	551.432,27	36.220,30	179.373,08	41.483,07
3	3.3.90.39.64.00.00.00.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel		0,00	2.340,00		157,07	802,18	1.537,82
3	3.3.90.39.69.00.00.00.00.00.00	seguros em Geral		2.834,50	2.834,50		0,00	0,00	2.834,50
3	3.3.90.39.78.00.00.00.00.00.00	Limpeza e Conservação		0,00	600,00		0,00	600,00	0,00
3	3.3.90.39.81.00.00.00.00.00.00	Serviços Bancários		0,00	46,20		3,30	13,20	33,00
3	3.3.90.39.96.00.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terc. Pessoa		161,00	695,60		161,00	695,60	0,00
9	3.3.90.39.96.00.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terc. Pessoa		0,00	197,45		0,00	197,45	0,00
3	3.3.90.39.99.00.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terc. Pessoa		0,00	1.528,28		0,00	1.528,28	0,00
3	3.3.90.40.01.00.00.00.00.00.00	Locação de equipamentos e ser		0,00	15.480,00		1.290,00	6.450,00	9.030,00
3	3.3.90.40.03.00.00.00.00.00.00	Hospedagem de sistemas		0,00	458,52		38,21	191,05	267,47
3	3.3.90.40.04.00.00.00.00.00.00	Comunicação de dados		0,00	531,00		59,00	295,00	236,00
3	3.3.90.47.12.00.00.00.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEF		0,00	1.269,20		178,92	542,62	726,58
4	9.9.99.00.00.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.890,50	0,00	0,00	10.890,50	0,00	0,00	0,00
		04.122.0001.2.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	300.182,17	18.514,31	93.569,45	206.612,72	21.450,31	79.971,29	13.598,16
5	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		15.735,39	51.344,79	163.886,74	15.735,39	51.344,79	0,00
11	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	215.211,53	0,00	14.977,21	5.022,79	0,00	14.977,21	0,00
5	3.1.90.11.01.00.00.00.00.00.00	verimentos e salários	20.000,00	12.197,98	44.251,62		12.197,98	44.251,62	0,00
11	3.1.90.11.01.00.00.00.00.00.00	verimentos e salários		0,00	6.073,69		0,00	6.073,69	0,00
5	3.1.90.13.01.00.00.00.00.00.00	FGTS		975,84	1.956,74		975,84	1.956,74	0,00
11	3.1.90.13.01.00.00.00.00.00.00	FGTS		0,00	2.456,13		0,00	2.456,13	0,00
5	3.1.90.13.02.00.00.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias -		2.561,57	5.136,43		2.561,57	5.136,43	0,00
11	3.1.90.13.02.00.00.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias -		0,00	6.447,39		0,00	6.447,39	0,00
6	3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.778,92	27.247,45	37.723,19	5.714,92	13.649,29	13.598,16
6	3.3.90.14.14.00.00.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	64.970,64	2.778,92	7.267,96		2.778,92	7.267,96	0,00
6	3.3.90.30.01.00.00.00.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes At		0,00	2.340,00		354,30	1.017,37	1.322,63
6	3.3.90.30.16.00.00.00.00.00.00	Material de Expediente		0,00	452,14		81,90	452,14	0,00
6	3.3.90.39.40.00.00.00.00.00.00	Programa de Alimentação do Tr		0,00	14.960,00		2.320,21	4.080,37	10.879,63

Betha Sistemas
Maio/2018
Página: 3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
0101.04	Administração	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
0101.04.122	Administração Geral	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE D	1.151.595,59	48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	300.182,17	18.514,31	93.569,45	206.612,72	21.450,31	79.971,29	13.598,16
6	3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEF		0,00	2.227,35		179,59	831,45	1.395,90
Total da Entidade:			48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23
Total Geral:			48.891,50	314.425,60	837.169,99	57.670,61	259.344,37	55.081,23

Capinzal, 12/06/2018

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--

DESPESAS PAGAS MAIO/2018

Publicação Nº 1651173

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Página: 1/3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2018 até 31/05/2018
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº Af/Ano	Data Emiss	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dóct	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Proj/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
118	122/2016		02/05/18	02/05/2018	38,21	0,00	38,21	02/05/18	0,00	38,21		0000 44938		4449	6	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.40.03.00.00.00	110 - IMAC. COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA	
119	011/2018	9/2018	02/05/18	03/05/2018	28,93	0,00	28,93	02/05/18	0,00	28,93		0000 44938		580	31	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.05.00.00.00	175 - TMB CLINICA MEDICAL LTDA - ME	
122		02/05/18	02/05/2018	02/05/2018	600,00	420,09	179,91	02/05/18	0,00	179,91		0000 44938		1483, 62	81	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS	
123		02/05/18	02/05/2018	02/05/2018	400,00	239,00	161,00	02/05/18	0,00	161,00		0000 44938		5702,6875; 6890,6042; 8203,8836; 8948,8873	82	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS	
Total do Dia:																				
124		03/05/18	08/05/2018	08/05/2018	14.764,73	0,00	14.764,73	03/05/18	0,00	4.887,11		0000 44938		04/2018	75	04.122.0001	2.001	2 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
										3.456,04		0000 44938				04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
										1.135,62		0000 44938				04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
										2.812,59		0000 44938				04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
										2.473,37		0000 44938				04.122.0001	2.001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
125		03/05/18	08/05/2018	08/05/2018	10.273,73	0,00	10.273,73	03/05/18	0,00	4.452,31		0000 46088		04/2018	78	04.122.0001	2.002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
										2.319,29		0000 46088				04.122.0001	2.002		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
										3.502,13		0000 46088				04.122.0001	2.002		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
Total do Dia:																				
126	007/2018		04/05/18	25/05/2018	75,38	0,00	75,38	04/05/18	0,00	75,38		0000 44938		04/2018	22	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
127		04/05/18	20/05/2018	20/05/2018	3.670,07	0,00	3.670,07	04/05/18	0,00	3.670,07		0000 44938		04/2018	77	04.122.0001	2.001	2 3.1.90.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
128	15/2014		04/05/18	10/05/2018	521,29	0,00	521,29	04/05/18	0,00	521,29		0000 44938		04/2018,1	4	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.36.15.00.00.00	28 - ALMIR ANTONIO ISGANZELLA	
129	15/2014		04/05/18	10/05/2018	605,06	0,00	605,06	04/05/18	0,00	605,06		0000 44938		04/2018,2	67	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.36.15.00.00.00	28 - ALMIR ANTONIO ISGANZELLA	
130		04/05/18	07/05/2018	07/05/2018	1.398,12	0,00	1.398,12	04/05/18	0,00	1.398,12		0000 44938		04/2018	76	04.122.0001	2.001	2 3.1.90.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
131	84/2017	95/2017	04/05/18	05/05/2018	1.290,00	0,00	1.290,00	04/05/18	0,00	1.290,00		0000 44937		192772	5	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.40.01.00.00.00	3 - BETHA SISTEMAS LTDA	
132	76/2017		04/05/18	12/05/2018	1.300,11	0,00	1.300,11	04/05/18	0,00	1.300,11		0000 44937		6632	11	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Serviços e Alimentação Ltda ME	
133	005/2018	2/2018	04/05/18	09/05/2018	110,42	0,00	110,42	04/05/18	0,00	110,42		0000 44937		5040386	9	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.43.00.00.00	18 - CELESC DISTRIBUIÇÃO SA	
134	005/2018	2/2018	04/05/18	09/05/2018	29,38	0,00	29,38	04/05/18	0,00	29,38		0000 44937		23719	9	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.43.00.00.00	18 - CELESC DISTRIBUIÇÃO SA	
135	006/2018	3/2018	04/05/18	09/05/2018	161,59	0,00	161,59	04/05/18	0,00	161,59		0000 44937		185000635	10	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.64.00.00.00	63 - OI S.A.	
136	69/2016		04/05/18	05/05/2018	59,00	0,00	59,00	04/05/18	0,00	59,00		0000 44937		18607	7	04.122.0001	2.001	3 3.3.90.40.04.00.00.00	43 - INTERNET MILENIO LTDA - ME	
137	76/2017		04/05/18	12/05/2018	1.200,11	0,00	1.200,11	04/05/18	0,00	1.200,11		0000 46088		6631	12	04.122.0001	2.002	6 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Serviços e Alimentação Ltda ME	
138	29/2018	25/2018	04/05/18	20/05/2018	81,90	0,00	81,90	04/05/18	0,00	81,90		0000 46088		1106	71	04.122.0001	2.002	6 3.3.90.30.16.00.00.00	120 - OTEB PAPELARIA LTDA - ME	
139	42/2017		04/05/18	20/05/2018	156,03	0,00	156,03	04/05/18	0,00	156,03		0000 46088		24719	3	04.122.0001	2.002	6 3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	
140	008/2018		04/05/18	25/05/2018	328,47	0,00	328,47	04/05/18	0,00	328,47		0000 46088		04/2018	23	04.122.0001	2.002	6 3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL	

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Página: 2/3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2018 até 31/05/2018
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Doc	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Ativ	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
141			04/05/18	20/05/2018	2.574,86	0,00	2.574,86	04/05/18	0,00	2.574,86		0000 46088		04/2018		80 04.122.0001	2.002	5 3.1.90.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
142			04/05/18	07/05/2018	980,90	0,00	980,90	04/05/18	0,00	980,90		0000 46088		04/2018		79 04.122.0001	2.002	5 3.1.90.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
143	004/2018	1/2018	04/05/18	04/05/2018	3,30	0,00	3,30	04/05/18	0,00	3,30		0000 44938		04/2018		8 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.81.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
			Total do Dia:		14.545,99	0,00	14.545,99		0,00	14.545,99										
144			11/05/18	11/05/2018	908,50	0,00	908,50	11/05/18	0,00	908,50		0000 46088		48/2018		83 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.14.14.00.00.00	67 - NASSER IBRAHIM	
145			11/05/18	11/05/2018	908,50	0,00	908,50	11/05/18	0,00	908,50		0000 46088		49/2018		84 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.14.14.00.00.00	66 - BRUNO CESAR SCHMITT	
146			11/05/18	11/05/2018	908,50	0,00	908,50	11/05/18	0,00	908,50		0000 44938		50/2018		85 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.14.14.00.00.00	102 - ELISABET MARIA ZANELA SARTORI	
			Total do Dia:		2.725,50	0,00	2.725,50		0,00	2.725,50		0000 44937		64/1490		49 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.11.00.00.00	124 - HEXIS CIENTIFICA LTDA	
147	18/2018	14/2018	15/05/18	25/05/2018	190,00	0,00	190,00	15/05/18	0,00	190,00		0000 44937								
			Total do Dia:		190,00	0,00	190,00		0,00	190,00										
148	42/2017		18/05/18	10/06/2018	156,00	0,00	156,00	18/05/18	0,00	156,00		0000 46088		25694		3 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	
149	42/2017		18/05/18	15/06/2018	42,27	0,00	42,27	18/05/18	0,00	42,27		0000 46088		26139		3 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	
150			18/05/18	18/05/2018	961,92	0,00	961,92	18/05/18	0,00	961,92		0000 46088		53/2018		93 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.14.14.00.00.00	67 - NASSER IBRAHIM	
151			18/05/18	18/05/2018	961,92	0,00	961,92	18/05/18	0,00	961,92		0000 44937		54/2018		94 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.14.14.00.00.00	118 - TATHIANE MICHELS	
			Total do Dia:		2.122,11	0,00	2.122,11		0,00	2.122,11										
152	35/2018	27/2018	21/05/18	10/06/2018	354,82	0,00	354,82	21/05/18	0,00	354,82		0000 44937		15457		87 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.22.00.00.00	111 - DORINI E CIA LTDA	
153	35/2018	28/2018	21/05/18	10/06/2018	196,49	0,00	196,49	21/05/18	0,00	196,49		0000 44937		15457		88 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.07.00.00.00	111 - DORINI E CIA LTDA	
154	35/2018	29/2018	21/05/18	10/06/2018	32,94	0,00	32,94	21/05/18	0,00	32,94		0000 44937		15457		89 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.28.00.00.00	111 - DORINI E CIA LTDA	
155	35/2018	30/2018	21/05/18	10/06/2018	7,58	0,00	7,58	21/05/18	0,00	7,58		0000 44937		15457		90 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.21.00.00.00	111 - DORINI E CIA LTDA	
156	35/2018	31/2018	21/05/18	10/06/2018	52,95	0,00	52,95	21/05/18	0,00	52,95		0000 44937		15457		91 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.26.00.00.00	111 - DORINI E CIA LTDA	
			Total do Dia:		644,78	0,00	644,78		0,00	644,78										
157	12/2016		30/05/18	30/05/2018	38,21	0,00	38,21	30/05/18	0,00	38,21		0000 44938		4523		6 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.40.03.00.00.00	110 - M.A.C. COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA	
158			30/05/18	30/05/2018	2.783,45	0,00	2.783,45	30/05/18	2.783,45	0,00		0000		05/2018		96 04.122.0001	2.001	2 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Página: 3/3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2018 até 31/05/2018
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dcto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Alv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
159			30/05/18	30/05/2018	1.977,51	0,00	1.977,51	30/05/18	1.977,51	0,00		0000		05/2018		97 04.122.0001	2.002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
Total do Dia:										38,21										
Total da Entidade:										45.713,10										
Total do Período:										45.713,10										

Capitula: 12/06/2018

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030697/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1651192

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadação		Diferenças
			No Período	Até o Período	Para (+) Para (-)
RECETAS		1.058.470,59	65.866,39	292.445,36	766.298,18
Recetas Correntes		1.028.470,59	63.599,19	280.696,09	748.047,45
Receita Patrimonial		15.000,00	1.359,82	6.797,77	0,00
Valores Mobiliários		15.000,00	1.359,82	6.797,77	0,00
Juros e Correções Monetárias		15.000,00	1.359,82	6.797,77	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários		15.000,00	1.359,82	6.797,77	0,00
Principal	0000	15.000,00	1.359,82	6.797,77	0,00
Recata de Serviços		664.970,59	36.851,15	138.080,16	8.202,23
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		30.000,00	2.515,11	7.545,33	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		30.000,00	2.515,11	7.545,33	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		30.000,00	2.515,11	7.545,33	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pri		30.000,00	2.515,11	7.545,33	0,00
Serviços Técnicos	0000	30.000,00	2.515,11	7.545,33	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		634.970,59	33.336,04	130.534,83	504.468,61
Serviços de Atendimento à Saúde		634.970,59	33.336,04	130.534,83	504.468,61
Serviços de Atendimento à Saúde		634.970,59	33.336,04	130.534,83	504.468,61
Serviços de Atendimento à Saúde - Principal		634.970,59	33.336,04	130.501,98	504.468,61
Serviços Laboratoriais	0000	348.788,42	15.376,70	47.144,24	301.644,18
Serviços de Regulação	0000	286.182,17	17.959,34	83.357,74	202.824,43
Serviços de Atendimento à Saúde - Multas e Juros	0000	0,00	0,00	32,85	0,00
Transferências Correntes		348.500,00	26.361,00	135.578,06	212.921,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		348.500,00	26.361,00	135.578,06	0,00
Transferências dos Municípios - Específica E/M		348.500,00	26.361,00	135.578,06	0,00
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		348.500,00	26.361,00	135.578,06	0,00
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		348.500,00	26.361,00	135.578,06	0,00
Transferêndas de Municípios a Consórcios Públicos		348.500,00	26.361,00	135.578,06	0,00
Município Capinzal/Ouro		54.214,34	4.517,86	22.589,30	31.625,04
Município Capinzal/Ouro 3171	0000	24.399,80	2.033,32	10.166,60	14.233,20
Município Capinzal/Ouro 3371	0000	29.814,54	2.484,54	12.422,70	17.391,84
Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna		97.533,61	8.127,80	40.639,01	56.894,60
Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 3171	0000	43.887,64	3.657,30	18.286,54	25.601,10
Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 3371	0000	53.645,97	4.470,50	22.352,47	31.293,50
Município de Campos Novos		53.151,46	4.429,28	22.146,50	31.004,96
Município de Campos Novos 3171	0000	23.907,76	1.992,31	9.961,59	13.946,17
Município de Campos Novos 3371	0000	29.243,70	2.436,97	12.184,91	17.058,79
Município de Alto Bela Vista		10.773,14	897,76	4.488,82	6.284,32
Município de Alto Bela Vista 3171	0000	4.857,16	404,76	2.023,84	2.833,32
Município de Alto Bela Vista 3371	0000	5.915,98	493,00	2.464,98	3.451,00
Município de Fraiburgo		54.064,11	4.505,34	22.526,73	31.537,38
Município de Fraiburgo 3171	0000	24.318,02	2.026,50	10.132,52	14.185,50
Município de Fraiburgo 3371	0000	29.746,09	2.478,84	12.394,21	17.351,88

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Maio
Página 2

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.00		11.546,62	0,00	3.771,89	0,00	7.774,73
Município de Vargem						
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.01	0000	5.204,87	0,00	1.909,32	0,00	3.295,55
Município de Vargem 3171						
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.02	0000	6.341,75	0,00	1.862,57	0,00	4.479,18
Município de Vargem 3371						
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.00		12.406,46	1.033,87	5.169,37	0,00	7.237,09
Município de Zortea						
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.01	0000	5.591,32	465,94	2.329,74	0,00	3.261,58
Município de Zortea 3171						
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.02	0000	6.815,14	567,93	2.839,63	0,00	3.975,51
Município de Zortea 3371						
4.1.7.3.8.02.1.1.08.00.00		20.621,19	0,00	0,00	0,00	20.621,19
Município de Monte Carlo						
4.1.7.3.8.02.1.1.08.00.01	0000	9.284,29	0,00	0,00	0,00	9.284,29
Município de Monte Carlo 3171						
4.1.7.3.8.02.1.1.08.00.02	0000	11.336,90	0,00	0,00	0,00	11.336,90
Município de Monte Carlo 3371						
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.00		11.052,73	921,06	4.606,31	0,00	6.446,42
Município de Frei Rogério						
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.01	0000	4.982,85	415,24	2.076,17	0,00	2.906,68
Município de Frei Rogério 3171						
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.02	0000	6.069,88	505,82	2.530,14	0,00	3.539,74
Município de Frei Rogério 3371						
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.00		11.550,31	962,53	4.812,60	0,00	6.737,71
Município de Brunópolis						
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.01	0000	5.206,53	433,88	2.169,37	0,00	3.037,16
Município de Brunópolis 3171						
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.02	0000	6.343,78	528,65	2.643,23	0,00	3.700,55
Município de Brunópolis 3371						
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.00		11.586,03	965,50	4.827,53	0,00	6.758,50
Município de Abdon Batista						
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.01	0000	5.222,58	435,21	2.176,11	0,00	3.046,47
Município de Abdon Batista 3171						
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.02	0000	6.363,45	530,29	2.651,42	0,00	3.712,03
Município de Abdon Batista 3371						
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00		0,00	27,22	240,10	240,10	0,00
Outras Receitas Correntes						
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00		0,00	27,22	240,10	240,10	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais						
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.01		0,00	27,22	240,10	240,10	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos						
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.02		0,00	27,22	240,10	240,10	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos						
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.03		0,00	27,22	240,10	240,10	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal						
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	0000	0,00	27,22	240,10	240,10	0,00
Recargas de Capital						
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00		30.000,00	2.267,20	11.749,27	0,00	18.250,73
Transferências de Capital						
4.2.4.3.0.0.0.0.0.0.0.0.00		30.000,00	2.267,20	11.749,27	0,00	18.250,73
Transferências dos Municípios e de suas Entidades						
4.2.4.3.8.0.0.0.0.0.0.0.00		30.000,00	2.267,20	11.749,27	0,00	18.250,73
Transferências dos Municípios e de suas Entidades						
4.2.4.3.8.01.0.0.0.0.0.0.00		30.000,00	2.267,20	11.749,27	0,00	18.250,73
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos						
4.2.4.3.8.01.1.0.0.0.0.0.00		30.000,00	2.267,20	11.749,27	0,00	18.250,73
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos						
4.2.4.3.8.01.1.1.0.0.0.0.00		30.000,00	2.267,20	11.749,27	0,00	18.250,73
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos						
4.2.4.3.8.01.1.1.01.00.00		4.660,83	388,40	1.942,00	0,00	2.718,83
Município de Capinzal/Ouro 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.02.00.00	0000	8.364,46	697,04	3.485,16	0,00	4.879,30
Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.03.00.00	0000	4.536,44	378,04	1.890,16	0,00	2.646,28
Município de Campos Novos 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.04.00.00	0000	946,88	78,91	394,51	0,00	552,37
Município de Alto Bela Vista 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.05.00.00	0000	4.613,74	384,48	1.922,38	0,00	2.691,36
Município de Fraiburgo 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.06.00.00	0000	1.012,39	0,00	413,32	0,00	599,07
Município de Vargem 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.07.00.00	0000	1.085,05	90,42	452,11	0,00	632,94
Município de Zortea 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.08.00.00	0000	1.781,21	0,00	0,00	0,00	1.781,21
Município de Monte Carlo 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.09.00.00	0000	970,56	80,88	404,40	0,00	566,16
Município de Frei Rogério 4471						
4.2.4.3.8.01.1.1.10.00.00	0000	1.012,71	84,39	421,98	0,00	590,73
Município de Brunópolis 4471						

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Bethra Sistemas

Exercício de 2018

Período: Maio

Página 3

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.2.4.3.8.01.1.1.11.00.00	0000	1.015,73	84,64	423,25	0,00	592,48
Município de Abdon Batista 4471						
Totais Gerais :		1.058.470,59	65.866,39	292.445,36	272,95	766.298,18

Capinzal, 12/06/2018

LEOMAR EGGERS

CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI

SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO

DIRETOR ADMINISTRATIVO

CITMAR**ATA Nº 001/2018 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E CORRELATOS**

Publicação Nº 1651180

Ata nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

Aos 08 (oito) dias do mês de Junho de 2018, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR, com sede à Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655 sala 02 – São Vicente – Itajaí/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob o nº 09.267.291/0001-53, neste ato representado pelo Sr.º Célio José Bernardino, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Firma ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME, estabelecida à Rua Estados Unidos, nº 1454, apto. 801, Bairro Bacacheri, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.917.319/0001-56, doravante, denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", neste ato representada por seus sócios, o Sr.º Jackson Cesar Rodrigues, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade sob nº 1.350.758 SESP-SC e inscrito no CPF sob nº 519.364.299-34 e/ou a Sr.ª Romilda Chilomer Rodrigues, brasileira, casada, empresária, Portadora da Carteira de Identidade sob nº 1.138.293 SESP-SC e inscrita no CPF sob nº 606.339.809-00, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo, referente ao Pregão Presencial nº 01/2018 para Registro de Preços do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e demais normas correlatas, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E LOCAL DE FORNECIMENTO

1.1 - Constitui objeto da presente ata, Contratação de empresa pelo sistema de SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E CORRELATOS, conforme Anexo I do Edital, do CITMAR pelo período de 12 meses.

1.1.1 - A existência de preços registrados não obriga o CITMAR a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições, de acordo com o a lei.

1.2 – Os objetos relacionados nas AC ou OS deverão ser entregues no prazo máximo de 12 (doze) horas após a sua solicitação, ou em caso de necessidade em menor tempo conforme solicitado, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

1.3 – Os produtos/serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos, com as garantias previstas no edital, bem assim, estar em conformidade com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CITMAR, poderá ser renovado, no prazo previsto no subitem 4.2 da ata, sem prejuízo nas penalidades previstas, pelo atraso inicial.

1.3.1 - Entende-se por produto/serviço inadequado, aquele que apresentar: inferior qualidade, fora das especificações acima exigidas, contendo defeitos.

2 - DO PREÇO

2.1 - As descrições dos materiais, marcas e preços unitários, ficarão assim firmados:

2.1.1 – O valor Global é estimado em percentual de desconto na emissão das passagens, esta Ata de Registro de Preços importa em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que serão pagos parceladamente em até 15 (quinze) dias após o recebimento do material e da Nota Fiscal, referente as quantias solicitadas, com percentual de desconto de 10% (dez por cento) por emissão de passagem deverá ser aplicado sobre o valor da compra da passagem tanto para voos nacionais como internacionais, independente da companhia aérea, excluída a taxa de embarque/desembarque, aquisição de franquia de bagagem.

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), leis sociais, administração, lucros, veículo, equipamentos e ferramental, e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital e nesta Ata.

3 - DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os preços constantes do registro de preços serão reajustados pelo IGP - DI, publicado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o vier a substituir legalmente, sendo que em quaisquer casos, na aplicação do reajuste previsto, o preço não poderá ser ultrapassado ao praticado no mercado, nem mesmo ir de encontro as determinações insertas nas leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo CITMAR, à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata. Por conseguinte, independentemente de provocação do Órgão Gerenciado do SIREP, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a beneficiária do Registro de Preço, obriga-se, voluntariamente, a comunicar ao Órgão Gerenciado do SIREP, o novo preço que substituirá o então registrado.

3.2 - Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão gerenciador.

3.3 - O disposto no item anterior aplica-se igualmente, no caso de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas já existentes e/ou nas demais situações, com respaldo no art. 65, inc. II, alínea d, da lei 8666/93, em que a revisão contratual pode ser

intentada a qualquer tempo, independentemente de previsão expressamente pactuada, visto que são situações inusitadas que, dada a sua imprevisibilidade, não foram cogitadas pelas partes, isto baseado no "Fato do Príncipe" e na teoria da imprevisão ou se previsto, porém, de consequências incalculáveis, que implicou no desequilíbrio econômico do contrato, quebrando a primitiva equação econômico-financeira, reduzindo os preços de mercado, devidamente comprovados.

3.4 – A Contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá, com base no art. 65, inc. II, alínea "d" da lei 8666/93, solicitar a atualização (revisão) dos preços vigentes através de solicitação formal a Administração do CITMAR, por meio de planilha de composição de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição (por ocasião da proposta inicial, anterior e após o aumento) de matérias-primas, taxas e afins, introdução de taxas e impostos, componentes e/ou de outros documentos, que comprovem o real desequilíbrio financeiro, sendo que:

a) A atualização de preços deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço da proposta e o de mercado vigente à época do fato superveniente, na busca ideal para melhor manutenção do lucro da beneficiária, podendo, quando não for possível se obter, tecnicamente, amostragens técnicas aplanilhadas, ser utilizado como parâmetros ponderados, pesquisas divulgadas por órgãos oficiais, como: DIEESE, FGV, IBGE, e demais afins.

b) Independentemente da solicitação de que trata o item 3.4, o CITMAR poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado regional, nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos financeiros a partir da ocorrência real do fato.

c) Caso a Contratada venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente, sob as penalidades previstas no edital.

4 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA

4.1 – A Detentora da Ata de Registro de Preço, ao longo da validade do registro, será convocada a retirar o pedido ou a firmar as contratações decorrentes da Ata, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da convocação expedida pelo CITMAR ou da data da publicação no diário oficial do Dos Municípios, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e nesta ata.

4.1.1 - No ato da contratação, o representante da adjudicada deverá, caso exigido, apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade, ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório competente, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

4.1.2 - Quando do contrato e/ou da retirada do Pedido, caso solicitado, a fornecedora deverá apresentar novas provas de regularidade fiscal, regularidade com o INSS e FGTS e demais exigidas na fase licitatória, sob pena de rescisão.

4.2 - A CONTRATADA terá um prazo conforme item 1.2 desta ata, contados da data de recebimento da Autorização de Compras, para estruturar-se e fornecer o objeto licitado.

4.3 – Quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, poderão ser prorrogados, quando solicitado pela detentora da ata, e desde que ocorra algum motivo fortuito ou força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.4 - O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses, contado da assinatura da ata de registro.

5. DOS PAGAMENTOS

5.1 – O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 15 (quinze) dias após emissão da Nota Fiscal e entrega dos produtos ou fornecimento dos serviços mediante a apresentação da Autorização de Compras/Ordem de Serviço, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite. Não será aceito boleto bancário para pagamento.

5.2 - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

5.3 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

5.4 – O CITMAR reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens, constantes do registro de preços a serem firmadas entre o CITMAR e a DETENTORA DA ATA, serão formalizadas através de Pedido, contrato ou outro termo equivalente, observando-se as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro e demais anexos integrantes.

6.2 - Na hipótese do primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato e/ou pedido, no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, exceto o preço que será o de seu último lance ofertado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o CITMAR poderá comprar de mais de um detentor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo CITMAR, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4 - Os pedidos de fornecimento/prestação deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências da administração direta.

6.5 - Os pedidos deverão ser efetuados através de emissão de Ordens de Fornecimento, devidamente enumeradas e nominais à Detentora da Ata ou Contratada, deles constando: data, valor unitário, quantidade, carimbo e assinatura do responsável da unidade do órgão requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia dos mesmos aos processos de requisição e de liquidação, segundo as conveniências da administração direta, sob o controle do Departamento de Compras.

7 – DO RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

7.1 – O recebimento e aceitação dos produtos se farão das formas seguintes:

7.1.1 - O material será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73 inciso II da Lei federal nº 8666/93, sendo que a aferição, recebimento e fiscalização serão exercidos por servidor designado, conforme art. 67 da mesma lei, e será

o(a) servidor(a) Vivian Mengarda Floriani.

7.1.2 - O Contratante inspecionará e verificará o cumprimento das especificações legais, sendo que caso estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado, os rejeitará ou devolverá.

7.1.2.1 - Quando da não aceitação ou devolução do produto, objeto do edital, a critério do Contratante, na forma do subitem 4.2, da ata, poderá ser concedido novo prazo para o cumprimento pendente, sem prejuízo nas penas contratuais ou rescisórias.

7.1.3 - Correrão por conta da fornecedora, as despesas e custos decorrentes da não aceitação ou devolução do objeto do contrato.

7.1.4 - A fornecedora deverá fornecer os itens, constantes do objeto desta ata, conforme os pedidos feitos pelos órgãos relacionados no item 1.2 da ata de registro.

7.1.5 - O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro, ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

7.2 - Constituem obrigações da detentora da ata, dentre outras inerentes ou decorrentes do edital, desta ata e do futuro pedido:

7.2.1.1 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o "Pedido", o mesmo deverá ser enviado pelo Correio, devidamente registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

7.2.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das especificações exigidas no anexo I do edital de licitação origem.

7.2.3 - Responsabilizar-se pelos recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os materiais, objeto contratual.

7.2.4 - Arcar com todos os impostos, taxas, encargos, ônus e despesas relativas ao cumprimento do Contrato.

7.2.5 - Acatar, a medida da necessidade do Contratante, com as eventuais alterações contratuais, nos limites da lei.

7.2.6 - Cumprir os prazos das obrigações propostas, bem como no que se refere às garantias de reposição, no caso de entrega de material inadequado, previsto no subitem 1.3 da ata de registro.

7.2.7 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento, que impliquem em aumento de despesas ou perdas.

7.2.8 - Fornecer, caso solicitado pelo CITMAR ou Órgão CONTRATANTE, Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo INSS, o Certificado Regularização de Situação - CRF, junto ao FGTS e provas de quitação com as Fazendas Públicas, Federal ou Municipal, sob a pena de sustação de quaisquer créditos, até a efetiva comprovação da inexistência dos referidos débitos.

7.2.9 - Cumprir, durante a execução do Contrato, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes, a que houver dado causa.

7.2.11 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

7.2.13 - Observar, no decorrer das contratações, decorrentes do Registro de Preços, os termos da Lei e regulamento pertinentes, previstos nesta ata e no edital de Pregão origem.

7.2.14 - Manter efetivo controle sobre o saldo do objeto do edital a fornecer por conta do registro de preço, visando dar garantias ao seu direito de paralisação do fornecimento, quando do seu esgotamento.

7.2.15 - Comunicar por escrito ao CONTRATANTE, toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do Contrato.

7.2.16 - Emitir as notas fiscais no ato do abastecimento e entregá-las imediatamente ao CONTRATANTE.

7.3 - Constituem obrigações do CITMAR ou órgão Contratante, dentre outras inerentes ou decorrentes da Contratação:

7.3.1 - liquidar os documentos de cobrança, conforme o prazo previsto no edital;

7.3.2 - publicar extrato do Contrato, na forma da Lei;

7.3.3 - dar o devido recebimento do objeto do contrato, através da unidade requisitante, após a devida análise e aprovação prévia;

7.3.4 - Através de quaisquer dos órgãos requisitantes, administração direta, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, emitir os Pedidos ou contratos, a seu critério, segundo as conveniências de momento, ao longo da validade do registro.

7.3.5 - Emitir as Ordens de Fornecimento devidamente enumeradas e nominadas à Contratada, medida da necessidade dos itens.

7.4 - Pelos motivos e condições, previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a Detentora da Ata ou contratada estará sujeita, são as seguintes:

7.4.1 - Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital, nesta Ata e legais, todos de natureza leve e não reincidentes, à juízo do CITMAR ou Contratante.

7.4.3 - Multa correspondente a 2% (dois cento) do valor total da Ata de Registro de Preço, na ocorrência de atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3, 1.3.1 e 4.2, desta ata.

7.4.4 - Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos produtos contemplados à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;

7.4.5 - Multas variáveis entre 0,01 % (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor contemplado à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, caso a CONTRATADA:

a) fornecer produto fora das especificações legais e exigidas nesta ata;

b) desrespeitar quaisquer das obrigações e demais cláusulas desta ata e do edital origem.

7.4.6 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação correspondente, pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.4.7 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando cabível ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido;

7.4.7.1 - Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, mencionados nos itens 4.1.1 e 4.1.2, desta Ata.

7.4.8 - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do material a ser fornecido pela detentora da ata, pela entrega em desconformidade com as condições desta Ata, independentemente da obrigação de trocá-lo dentro do prazo previsto.

7.5 - A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da Detentora da Ata ou Contratada, se a fatura for insuficiente;

7.5.1 - No caso de cobrança de multa diretamente da Contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar

da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

7.6 – A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que o CITMAR adote as medidas judiciais cabíveis.

7.7 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com CITMAR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas à licitante ou contratada, juntamente com as de multa prevista no contrato, conforme dispõe o item 14, do Edital de Pregão Origem.

7.7.1 - A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Dos Municípios.

7.8 – A Contratada poderá, ainda, sujeitar-se às sanções previstas desta ata, caso:

7.9.1 – Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

7.9.2 - Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

7.9.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o CITMAR, em virtude de atos ilícitos praticados.

7.10 – Poderá, ainda, a FORNECEDORA, a juízo do CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

7.11 - No caso de rescisão contratual, cessará automaticamente todas as atividades relativas ao fornecimento, objeto desta ata.

7.12 - Caso o CITMAR não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.13 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

7.18 - A rescisão da Ata de Registro, da Autorização de Compra ou do contrato, será aplicada, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de qualquer inadimplemento contratual previsto nesta ata ou no edital origem, pelos motivos elencados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, em especial, se a detentora da ata ou futura Contratada:

7.18.2 – Incurrir em atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3,1.3.1 e 4.2, desta ata;

7.18.3 - Desrespeitar os dispositivos legais ou pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.18.4 - Promover alteração social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo do contratante, prejudique a execução do Contrato.

7.18.5 - Transferir o contrato a terceiros ou acobertar o fornecimento do objeto contratual, com razão social diferente.

7.18.6 – Contrair falência;

7.19 - Rescindido o Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em acerto de contas, as despesas aprovadas e efetivamente realizadas.

7.20 - Com base no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CITMAR contratante, que a exemplo da rescisão administrativa, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

7.21 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1- O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pela Administração, quando:

a) a Fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;

b) a adjudicatária, injustificadamente, deixar de assinar a Ata de Registro de Preço ou de firmar o contrato ou de retirar o Pedido decorrente do registro de preços;

c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa ou contratual, pelos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar reduzir o(s) seus(s) preço(s) registrado(s);

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

II - pelo Detentor da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, devidamente justificado e aceito pelo CITMAR.

8.2 - O cancelamento da ata de registro de preço e demais sanções administrativas serão precedidos de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador do sistema (Departamento de Compras do Contratante), sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 8.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação, pelo decurso de prazo.

8.5 - A solicitação da fornecedora ou prestadora de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de materiais, constantes do registro de

preços.

9 – DA DISCRICIONALIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.1 – A existência de preços registrados não obriga o CITMAR a firmar as contratações decorrentes deste registro, que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada à Administração, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços.

10 - DA AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 - A contratação e a emissão de nota de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer o órgão participante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando a Unidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.

10.2 - A retificação do empenho ou seu cancelamento total ou parcial obedecerão à mesma regra.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores em vigor.

11.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços, ou do futuro contrato ou Pedido.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da cidade de Itajaí/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preço, pelo futuro contrato ou Pedido, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Itajaí/SC, 11 de Junho de 2018.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

DIRETOR EXECUTIVO

ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

CNPJ: 21.917.319/0001-56

CONTRATO Nº PP 01/2018

Publicação Nº 1651185

CONTRATO Nº PP 01/2018

Pelo presente instrumento, comparecem partes, justas e acordadas, a saber, de um lado, na qualidade de contratante, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR, com sede à Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655 sala 02 – São Vicente – Itajaí/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob o nº 09.267.291/0001-53, neste ato representado pelo Sr.º Célio José Bernardino, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Firma ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME, estabelecida à Rua Estados Unidos, nº 1454, apto. 801, Bairro Bacacheri, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.917.319/0001-56, neste ato representada por seus sócios, o Sr.º Jackson Cesar Rodrigues, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade sob nº 1.350.758 SESP-SC e inscrito no CPF sob nº 519.364.299-34 e/ou a Sr.ª Romilda Chilomer Rodrigues, brasileira, casada, empresária, Portadora da Carteira de Identidade sob nº 1.138.293 SESP-SC e inscrita no CPF sob nº 606.339.809-00, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E CORRELATOS, com as características e quantidades assim especificados:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	Aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais (Estimativa de valores a serem alocados para a totalidade da aquisição)	Percentual de desconto por passagem
01	01	UN	Prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação, seguros no fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais	R\$ 80.000,00	10,00% (dez vírgula zero por cento)

1.2 A Forma de Fornecimento do objeto deste Contrato é parcelada.

Parágrafo Único: O presente Contrato, assim como a licitação da qual decorreu, não obriga o CITMAR a aquisição de todos os objetos nas

quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2018 e seus Anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.
- c) Ata de Registro de Preço nº 001/2018

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DO CONTRATO

3.1 A CONTRATADA deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, em 12 (doze) horas após o recebimento da autorização de compras – AC – ou ordem de serviço – OS – encaminhada pelo requisitante.

3.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta final da CONTRATADA após a etapa de lances verbais do Pregão Presencial nº 01/2018, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

4.2 O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IGP-DI, ou por outro que venha a substituí-lo.

4.4 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.5 Recursos para pagamento - dotações orçamentárias:

Despesa	Órgão/Unid.	Proj/Ativ.	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.
3	01	2001	00	Manutenção e Funcionamento do CITMAR

4.6 O PERCENTUAL (%) DE DESCONTO que será praticado por emissão de passagem deverá ser aplicado sobre o valor da compra da passagem tanto para voos nacionais como internacionais, independente da companhia aérea, excluída a taxa de embarque/desembarque, aquisição de franquia de bagagem.

4.7 Serão considerados integrantes no valor da passagem, inclusive com o desconto proposto, todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), trabalhistas, tributários, comerciais, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a prestação dos serviços, objeto desta licitação, excluída apenas as despesas com taxa de embarque/desembarque.

4.8 Deverão ser repassados integralmente ao CITMAR, todos os descontos promocionais, bonificações, abatimentos e/ou demais serviços, quando concedidos pelas companhias aéreas.

4.9 A CONTRATADA deverá providenciar a emissão de bilhetes fazendo uso, sempre que possível, do valor da tarifa mais econômica, seja ela básica ou promocional.

4.10 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ofertar percentual de desconto que abranja todas as linhas aéreas praticadas no território nacional e internacional.

8) A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, todas as opções de bilhetes aéreos das Companhias Aéreas que apresentam preços mais vantajosos para o CITMAR, considerando a necessidade de dias e horários de embarque para os trechos pretendidos.

CLÁUSULA QUINTA - LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1 Os itens deverão ser entregues conforme a necessidade do CONTRATANTE, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, através de autorizações de compras – AC – ou ordem de serviço – OS, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

5.2 Os objetos relacionados na autorização de empenho deverão ser entregues no prazo máximo de 12 (doze) horas após a sua solicitação, nas condições estipuladas no Edital e seus Anexos.

5.2.1 Poderão ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados no edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os itens no local indicado, desde que seja dentro do Município de Itajaí.

5.3 No ato da entrega dos itens a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

5.4 Fica aqui estabelecido que os materiais objeto deste Pregão serão recebidos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do item com a especificação contida no edital e seus anexos;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do item e a consequente aceitação.

5.4.1 A Nota Fiscal/Fatura somente será encaminhada ao órgão responsável pelo pagamento após o recebimento definitivo do material, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

5.5 Os materiais que forem recusados (tanto no recebimento provisório quanto no recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o CITMAR.

5.6 Se a substituição dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5.7 Caso seja comprovado que os itens entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos

os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 Na entrega dos itens, a CONTRATADA deverá acompanhar-se de Nota Fiscal correspondente, encaminhando-a ao respectivo requisitante.
- 6.2 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento do material e da Nota Fiscal, referente as quantias solicitadas, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais, conforme edital.
- 6.3 Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

- 7.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pelo fornecimento do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, no fornecimento dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o CONTRATANTE ou à terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE.
- 7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos itens fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
- b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no respectivo Edital e Ata de Registro de Preços;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- d) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o CITMAR.
- 8.2.1 A não substituição dos materiais/produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

- a) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais/produtos, atestar nas notas fiscais a efetiva entrega e o seu aceite;
- b) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos;
- c) Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte materiais entregues ou serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da Contratada;
- f) Emitir Autorização de Compras ou Ordem de Serviço para marcar o início do prazo para cumprimento das obrigações por parte da Contratada;
- g) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- h) Franquear o acesso à contratada aos locais necessários a execução dos serviços;
- i) Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços;
- j) Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, não cumprirem com as obrigações assumidas na licitação e na ATA de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao CITMAR pelo infrator:
- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 10.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 10.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo a Administração.
- 10.4 Caberá aplicação de multa de até 20% do valor calculado sobre o valor total da Proposta de Preços da Licitante, nos seguintes casos:
- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; multa de 10%;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; multa de 5%;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; multa de 20%;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; multa de 10%;
- e) não manter a proposta de preços; multa de 10%;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; multa de 10%;
- g) não entregar os produtos ou entregar os produtos com mais de 10 dias de atraso; multa de 10%;
- h) comportar-se de modo inidôneo; multa de 20%;
- i) cometer fraude fiscal; multa de 20%;

10.4.1 Caberá aplicação da multa de 0,5% por dia de atraso até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor do pedido, pelo não cumprimento do prazo de entrega.

10.4.2 Caso não seja realizada entrega ou a entrega seja realizada com mais de 10 dias de atraso, caberá aplicação da multa prevista no item 10.4 "g", podendo ser rescindido o contrato.

10.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; 2 anos mais multa;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 ano mais multa;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 ano mais multa;
- e) não mantiver a proposta de preços; 1 ano mais multa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 anos mais multa;
- g) não entregar os produtos ou entregar os produtos com mais de 10 dias de atraso; 1 ano mais multa;
- h) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- i) cometer fraude fiscal. 5 (cinco) anos mais multa;

10.6 Em todo caso a CONTRATADA terá direito ao contraditório e ampla defesa.

10.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a CONTRATADA apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

10.7 É facultado a CONTRATADA apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

10.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente dos valores devidos a CONTRATADA, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

10.9 Caso não seja recolhida o valor da multa no prazo estabelecido, a CONTRATADA será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

10.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas pelo Diretor Executivo.

10.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida a Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

11.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o CITMAR de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

12.2 Aplicam-se à este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Itajaí/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Itajaí/SC, 12 de junho de 2018.

CONSÓRCIO INTERM. TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR Célio José Bernardino Diretor Executivo do CITMAR	ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME Jackson Cesar Rodrigues Contratada
--	--

Testemunhas:

Vivian Mengarda Floriani 899.260.569-20	Jean Carlos Coelho 039.610.939-03
--	--------------------------------------

De acordo com os termos do Contrato

Djonatan Batista de Lima
Assessor Jurídico – OAB/SC 49.420

CIAPS**ATA DA 21ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CIAPS**

Publicação Nº 1650628

ATA DA 21ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito (06/06/2018), às 14 horas, nas instalações da Prefeitura Municipal de Apiúna (Rua Quintino Bocaiuva, 204, Centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antônio Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Jaison Bento - Secretário de Saúde de Apiúna, Enilson Erley de Freitas - Secretário de Saúde de Ascurra, Odair Colaço - Secretário de Saúde de Rodeio, Etinéia Berkembrock Ceruti – Coordenadora Executiva do CIAPS e Camila Alessandra Costa – Auxiliar Administrativa do CIAPS, para Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata anterior; 2) Apresentação, Discussão e Aprovação do Orçamento para 2019; 3) Assuntos Diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Paulo Roberto Weiss, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo no item 2) da Ordem do Dia, Apresentação, Discussão e Aprovação do Orçamento para o Exercício de 2019, o Presidente do CIAPS solicitou a apresentação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2019, passando a palavra à Etinéia Berkembrock Ceruti - Coordenadora Executiva CIAPS. Usando a palavra Etinéia, apresentou a proposta orçamentária inicial do CIAPS para o exercício de 2019, totalizando R\$ 733.482,96 (Setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos). Sendo previsto para despesas correntes (3190) a quantia de R\$ 550.052,96 (Quinhentos e cinquenta mil, cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), outras despesas correntes (3390) 163.430,00 (Cento e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta reais) e referente a despesas de capital a quantia de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil). A despesa orçamentária dos Rateios dos Municípios é calculada conforme o critério de proporção da População, utilizado como base no IBGE 2017 para percentagem (%) de Rateio 2019, sendo assim, conforme a previsão fica estabelecida as despesas correspondentes ao: a) Município de Apiúna: Despesas Correntes (3190) em R\$ 53.012,42 (Cinquenta e três mil, doze reais e quarenta e dois centavos), Outras Despesas Correntes (3390) em R\$ 57.607,89 (Cinquenta e sete mil, seiscentos e sete reais e oitenta e nove centavos) e Despesas de Capital (4490) em R\$ 7.049,85 (Sete mil, quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos); b) Município de Ascurra: Despesas Correntes (3190) em R\$ 39.610,97 (Trinta e nove mil, seiscentos e dez reais e noventa e sete centavos), Outras Despesas Correntes (3390) em R\$ 43.044,71 (Quarenta e três mil, quarenta e quatro reais e setenta e um centavos) e Despesas de Capital (4490) em R\$ 5.267,66 (Cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos); e c) Município de Rodeio: Despesas Correntes (3190) em R\$ 57.769,57 (Cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), Outras Despesas Correntes (3390) em R\$ 62.777,40 (Sessenta e dois mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta centavos) e Despesas de Capital (4490) em R\$ 7.682,49 (Sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Ainda, informou que para complementar as Despesas Correntes (3190) foi considerado o Repasse Financeiro Estadual de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) e o Repasse Financeiro Federal de R\$ 339.660,00 (Trezentos e trinta e nove mil, Seiscentos e sessenta reais). Comunicou que após a aprovação dos Prefeitos, os valores resultantes dos rateios serão repassados a cada município para que sejam consignados em seus respectivos orçamentos do exercício de 2019 para previsão orçamentária de repasse dos recursos ao CIAPS. Retomando a palavra o Presidente do CIAPS, colocou a previsão orçamentária para o Exercício de 2019 em discussão e votação dos Senhores Prefeitos e Secretários de Saúde, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência da ordem do dia, no item 3) Assuntos Diversos, o Presidente do CIAPS passou a palavra novamente a coordenadora Etinéia para esclarecer a atual situação do CIAPS. Etinéia iniciou falando sobre o processo administrativo que foi instaurado para apurar irregularidades praticadas pelo servidor do CIAPS Sr. Fredy Richard Eichstaedt, que o processo será finalizado no dia 11/06/2018. Assim que finalizado o relatório final será encaminhado ao Presidente do CIAPS para análise e aplicação das devidas medidas. Outra situação relatada por Etinéia foi a questão das dificuldades enfrentadas quanto às internações psiquiátricas. Diante do exposto, o Presidente do CIAPS sugeriu que Etinéia participasse no dia seguinte da Reunião na AMMVI da qual se fazem presentes os secretários de saúde da região e da qual uma das pautas da reunião seria a atual situação dos leitos psiquiátricos na região do Vale do Itajaí. Seguindo a sugestão do Presidente, Etinéia confirmou sua participação. Etinéia também comentou sobre uma visita realizada pelo Departamento de Fiscalização do CRM (Conselho Regional de Medicina) do Estado de Santa Catarina, do qual emitiu um Termo de Vistoria e também um Termo de Notificação, assinados então pelo Secretário Municipal de Saúde de Apiúna Jaison Bento. Referente a esta situação Jaison informou que está tomando as medidas necessárias para sanar as irregularidades apontadas nos Termos apresentados. Etinéia comentou que deverá ser elaborado documento de defesa, sendo que algumas das irregularidades apontadas divergem da Portaria 336/2002, da qual estabelece o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial e suas modalidades. Etinéia relatou também sobre alguns empenhos dos anos de 2015 e 2017 que foram anulados e que diante disto os valores que ficam retidos referentes a estes empenhos poderiam então voltar aos municípios através da devolução do rateio ou poderiam permanecer na conta do CIAPS. Por unanimidade foi aprovado para que os valores dos empenhos anulados permaneçam na conta do CIAPS. Outra situação apresentada pela Coordenadora Executiva Etinéia foi a questão das contratações de profissionais para este ano de 2018. Etinéia sugeriu que fosse realizada a chamada dos cargos de psicólogo (02 vagas de 20 horas) e de educador social (uma vaga de 40 horas), vagas das quais foi realizado o Concurso Público no mês de maio do ano corrente. E salientou que mesmo chamando os três profissionais neste ano, nossa equipe ainda não ficará completa, pois precisamos de mais dois profissionais de nível médio para completar a equipe mínima (Conforme a Portaria nº 336/2002). Etinéia também salientou que há um concurso ainda vigente até maio/2019 com uma vaga de nível médio, que seria a vaga de técnico de enfermagem. E que no ano de 2019 podemos chamar o profissional ou prorrogar este concurso para mais dois anos, no caso até maio/2021. Etinéia também lembrou a todos que no ano que vem, até março/2019 temos que chamar o profissional para assumir o cargo de motorista do CIAPS, pois há um concurso vigente que foi realizado no ano de 2015 e que foi prorrogado até 2019 do qual esta vaga está inclusa. Quanto as contratações a serem realizadas no ano de 2018, foi aprovado por unanimidade que sejam contratados o mais breve possível os três cargos do Concurso público nº 01/2018 (02 vagas psicólogo 20h e 01 vaga educador social 40h). Diante disto Etinéia comentou também que devido ao aumento dos profissionais a sede do CIAPS terá que ser reestruturada para receber estes novos profissionais. Sendo assim, Etinéia apresentou algumas idéias de modificações na estrutura física da sede do CIAPS, como a mudança da recepção para a atual sala de reuniões e transferir a sala de reuniões para a parte externa do CIAPS, utilizando o espaço da garagem que não é utilizado e aproveitando assim o espaço que ficará na atual recepção para realizar os trabalhos em grupos e as oficinas. Outra situação é adaptar o banheiro para cadeirantes/deficientes físicos. Sendo assim todos os presentes estiveram de acordo com as modificações a

serem realizadas. Etinéia também apresentou uma proposta de capacitação em Saúde Mental específica para o serviço do CAPS, para que sejam realizadas após a contratação destes novos profissionais. Esta capacitação aconteceria em forma de dois encontros mensais, com carga horária de 8h por encontro que seriam realizados de julho à outubro. Totalizando 64 horas de curso. Após apresentação da proposta, a mesma foi aprovada por todos os presentes. Outro tema abordado por Etinéia foi a situação do vale alimentação em atraso dos funcionários do CIAPS. Etinéia apresentou novamente a planilha com os valores e também salientou que como foi previsto na última assembleia que o valor devido aos funcionários seria pago como verba indenizatória e que o CIAPS já possui condições de estar efetuando o pagamento aos funcionários. Etinéia também questionou aos presentes como ficaria a questão dos valores do vale alimentação em atrasos devidos ao servidor do CIAPS Sr. Fredy Richard Eichstaedt. Porém por unanimidade foi decidido que esta situação do vale alimentação em atraso devido ao Sr. Fredy Richard Eichstaedt será revista após conclusão do Processo Administrativo Disciplinar do qual o servidor responde. Portanto autorizado o pagamento a partir desta data apenas aos servidores André Ronchetti, Camila Alessandra Costa, Gustavo Pintarelli, Osvaldo Hersing e Roseli da Silva Peixe. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CIAPS agradeceu a presença dos Prefeitos, Secretários de Saúde, da Coordenadora Executiva e auxiliar administrativa do CIAPS, finalizando a Assembleia, da qual eu, Etinéia Berkembrock Ceruti, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Paulo Roberto Weiss
Município de Rodeio

José Gerson Gonçalves
Município de Apiúna

Lairton Antônio Possamai
Município de Ascurra

Jaison Bento Enilson
Secretário de Saúde de Apiúna

Erley de Freitas
Secretário de Saúde de Ascurra

Odair Colaço Etinéia
Secretário de Saúde de Rodeio

Berkembrock Ceruti
Coordenadora Executiva CIAPS

Camila Alessandra Costa
Auxiliar Administrativa do CIAPS

CIRSURES

RESOLUÇÃO CIRSURES 007-2018

Publicação Nº 1650820

RESOLUÇÃO CIRSURES 007/2018

Agenor Coral, Prefeito de Morro da Fumaça, Presidente do CIRSURES, de acordo com o Contrato de Consórcio,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam suplementados, nas importâncias mencionadas, as seguintes dotações do orçamento vigente:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
2001	4.4.90.00	20.000,00

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, fica subtraída a seguinte dotação do orçamento vigente:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
2001	3.3.90.00	20.000,00

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 30 de maio de 2018.
Agenor Coral
Prefeito de Morro da Fumaça
Presidente do Cirsures